

# MÃOS DE VIDA NAS POLÍTICAS:

EDUCAÇÃO, GÊNERO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

## ORGANIZADORES

MARIA GLÓRIA DITTRICH

FLÁVIO RAMOS

MÁRIO URIARTE NETO

MICHELINE RAMOS DE OLIVEIRA

ANA CLÁUDIA DELFINI CAPISTRANO DE OLIVEIRA

JOAQUIM OLINTO BRANCO

STELLA MARIS BRUM LOPES

MARIA CAROLINA DE GOES ULRICH



**2018**



# MÃOS DE VIDA NAS POLÍTICAS:

EDUCAÇÃO, GÊNERO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

## ORGANIZADORES

MARIA GLÓRIA DITTRICH

FLÁVIO RAMOS

MÁRIO URIARTE NETO

MICHELINE RAMOS DE OLIVEIRA

ANA CLÁUDIA DELFINI CAPISTRANO DE OLIVEIRA

JOAQUIM OLINTO BRANCO

STELLA MARIS BRUM LOPES

MARIA CAROLINA DE GOES ULRICH



**2018**



**UNIVALI**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ**

**REITOR**

PROF. DR. MÁRIO CÉSAR DOS SANTOS

**VICE-REITORA DE GRADUAÇÃO**

PROF<sup>ª</sup>. DR<sup>ª</sup>. CÁSSIA FERRI

**VICE-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA**

PROF. DR. VALDIR CECHINEL FILHO

**VICE-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

PROF. DR. CARLOS ALBERTO TOMELIN

**PROCURADORA GERAL**

FRANCIELI CRISTINA TIRELLI PEREIRA

**DIRETOR ADMINISTRATIVO**

RENATO OSVALDO BRETZKE, MSC.

**ILUSTRAÇÃO DA CAPA**

MARIA GLÓRIA DITTRICH

**DIAGRAMAÇÃO/PROJETO GRÁFICO**

DEBORAH HAENDCHEN

**FICHA CATALOGRÁFICA**

M32      Mãos de vida nas políticas [recurso eletrônico] : educação, gênero, meio ambiente e saúde / orgs. Maria Glória Dittrich...[et. al.] - Dados eletrônicos. - Itajaí : UNIVALI, 2018.

Livro eletrônico.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://www.univali.br/ppcj/ebook>>

Incluem referências.

Vários organizadores

ISBN 978-85-7696-213-7 (e-book)

1. Políticas públicas. 2. Educação. 3. Gênero. 4. Meio ambiente. 5. Saúde. I. Dittrich, Maria Glória... et. al. II. Título.

CDU: 37.014

*Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central Comunitária – UNIVALI*

## PREFÁCIO

Este e-book que tem como título **“Mãos de Vida nas Políticas: Educação, Gênero, Meio Ambiente e Saúde”** é resultado dos artigos desenvolvidos, apresentados e debatidos nos Simpósios Temáticos do Congresso Internacional de Políticas Públicas realizado entre os dias 21 e 23 de junho de 2017 na Universidade do Vale do Itajaí, na cidade de Itajaí, Santa Catarina. A escolha por fazer discussões sobre políticas públicas no Brasil e América Latina contemporânea apontou para a necessidade de problematizar as temáticas nas áreas de Educação, Gênero, Meio Ambiente e Saúde, já que cada vez mais se torna urgente discutir e talhar políticas de modo transversal.

Tais temáticas discutidas no Congresso estão em consonância com as linhas de pesquisa do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (PMGPP) e Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho (PMSGT) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). A importância das temáticas que compuseram a estrutura acadêmica, técnica e científica desse evento foi respaldada pela aprovação do seu referido projeto junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência fomentadora do Congresso.

As sessões dos Simpósios Temáticos apresentaram pesquisas advindas de mais de cem universidades latino-americanas, nos âmbitos de graduação e pós-graduação de Programas Nacionais e Internacionais de distintos campos do saber. Com este livro pretendemos fomentar, a partir das reflexões forjadas ao longo do Congresso, debates interdisciplinares que possam servir de ponto de partida para a elaboração de novas pesquisas na área, além de fornecer subsídios para elaboração e avaliação de políticas públicas.

O “Simpósio de Educação e Políticas Públicas” privilegiou análises críticas em campos diversos da educação, desde a educação infantil até teorias críticas das políticas públicas em educação, com experiências de campo inovadoras que propiciam novos diálogos entre as atrizes e os atores educacionais.

Já o Simpósio de Gênero e Políticas Públicas problematizou as transversalidades de gênero e violências, feminismo, os debates epistemológicos e teóricos contemporâneos, focalizando estudos de caso e reflexões críticas para uma nova agenda de políticas públicas que auxilie na desconstrução das desigualdades de gênero no Brasil e América Latina.

As políticas públicas socioambientais foram analisadas no Simpósio Meio Ambiente e Políticas Públicas a partir de questões políticas e sociais que permeiam o campo da sustentabilidade, educação ambiental e gestão de políticas públicas e meio ambiente. Os debates sobre Saúde e Políticas Públicas foram tecidos com base num paradigma da complexidade que opõe uma hegemonia biomédica que ainda insiste em pulular as políticas em saúde na América Latina. Os trabalhos apresentados de ordem prática e teórica vislumbram novas formas de fazer e pensar saúde na sua integralidade. Nesta mesma direção, o Simpósio Temático Mãos de Vida avançou na diversidade dialógica agraciando o público presente com pesquisas criativas reveladoras das potencialidades latino-americanas para o desenvolvimento de políticas públicas mais humanistas e coletivamente emancipatórias. Diante dessa vasta cartografia, desejamos vivamente que esta leitura estimule novos saberes e fazeres mediadores de uma nova agenda democrática e inclusiva de políticas públicas para e na América Latina!

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO CIENTÍFICA  
CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria Glória Dittrich  
Micheline Ramos de Oliveira  
Ana Claudia Delfini Capistrano de Oliveira  
Joaquim Olinto Branco

# SUMÁRIO

1

## EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

11

**A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A GARANTIA DE DIREITOS EDUCACIONAIS ÀS CRIANÇAS BRASILEIRAS A PARTIR DE 1990**

SUZANA PINGUELLO MORGADO

18

**PIBID EDUCAÇÃO FÍSICA: A CULTURA CIRCENSE E SUAS PROVOCAÇÕES EXPRESSIVAS NO UNIVERSO DA GINÁSTICA**

LUCAS ALISSON PEDRO

YARA LARISSA AMORIM GASTALDI

BRUNA GUIMARÃES

JULIANA GUÉRIOS

VANDERLÉA ANA MELLER

26

**UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA AO ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

EMÍDIO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

35

**DESIGUALDADE, MÉRITO E EXCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E A EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO IFSC - CAMPUS FLORIANÓPOLIS**

IDNEY SILVA JÚNIOR

ANA CLÁUDIA DELFINI CAPISTRANO DE OLIVEIRA

43

**O ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO: A OFERTA DOS INSTITUTOS FEDERAIS EM CONTRAPOSIÇÃO A REFORMA DO ENSINO MÉDIO**

DENIS WILLIAM GRIPA

VANESSA DE LIMAS

49

**PIBID EDUCAÇÃO FÍSICA VALORIZANDO MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NOS CONTEÚDOS ESCOLARES**

BRUNO GOMULSKI

KAOANE PILAR DE LIMA

LISANDRA ALINE ADRIANO

LEANDRO VILMAR M. HEIDERSCHIEDT

EMANOELE F. OSELAME

VANDERLÉA ANA MELLER

56

**EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ESCOLA: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

RUANA TOMAZ DE SOUZA

63

**A POLÍTICA EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAULISTA ANALISADA A PARTIR DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA DO SEU SISTEMA: CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES PARA EFETIVO SUCESSO E INCLUSÃO ESCOLAR**

IVANI DE LOURDES MARCHESI DE OLIVEIRA

MARIA APARECIDA GOMES CHAVES

69

**CONEXÕES POSSÍVEIS ENTRE A EDUCAÇÃO, PSICANÁLISE E MEIO AMBIENTE: UM NOVO OLHAR**

ANA LIZETE FARIAS

MARIA DO ROSÁRIO KNECHTEL

LUZIA CARMEN DE OLIVEIRA

74

**OS ESTILOS DE PENSAMENTO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO A PARTIR DA EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA OS EDUCADORES INCLUSIVOS**

JACYARA DE OLIVEIRA VANINI

MATHEULLI GUILHERME CORRÊA DE ANDRADE

TATIANI DE OLIVEIRA SLESACZEK

FABIOLA HERMES CHESANI

82

**PIBID - POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO DOCENTE E ESPAÇO DE MEDIAÇÃO CULTURAL**

MÔNICA ZEWE URIARTE

89

**A ATUAL CRISE CAPITALISTA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: DOIS PASSOS ATRÁS**

JOANA A. COUTINHO



## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

96

### MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: PRESÍDIOS CONSTRUÍDOS POR E PARA HOMENS?

ALINE PERUSSOLO  
MICHELINE RAMOS DE OLIVEIRA

104

### RELATOS DE GÊNERO NAS VOZES INFANTIS

ANA CLAUDIA DELFINI CAPISTRANO DE OLIVEIRA  
MARIA DE LOURDES ALVES LIMA ZANATTA  
JÉSSICA CASTILHO  
EDILSON GONÇALVES  
FRANCIELLE RODRIGUES

112

### POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE RELACIONADAS A GÊNERO: CRIANÇA E ADOLESCENTE

PATRÍCIA LOLATO  
JEAN CATARINA  
CRISTIANE DEZAN  
JOZIANE GULAK  
DANIELA CRISTINA RÁTICO DE QUADROS  
SIMONE ELENIR TORQUATO

118

### GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DAVID TIAGO CARDOSO

125

### MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SERTÃO DE PERNAMBUCO

KALLINE FLÁVIA S. LIRA

133

### REFLEXÕES SOBRE COTAS PARTIDÁRIAS E EMPODERAMENTO FEMININO

MERE LILIAN DE ARAÚJO

139

### ANÁLISE DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES INDÍGENAS FRENTE À POLÍTICA PÚBLICA - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

JOICE SCHNEIDER MARMENTINI  
THAÍS JANAÍNA WENCZENOVICZ

145

### EMPODERAMENTO E GÊNERO: MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

AMANDA SARAIVA DA SILVA  
ISABELA ECKER DRESCH  
MATHEUS CONCEIÇÃO  
MICHELINE RAMOS DE OLIVEIRA  
RAFAEL SERRANO CONDE  
YASMIM STEFFANI VEIGA

152

### ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE EMPODERAMENTO FEMININO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUELEN FERREIRA MATOSO COUTO  
JUCILAINE NEVES SOUSA WIVALDO

159

### POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A ERRADICAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO DO GÊNERO: UM OLHAR INCLUSIVO DO PROCESSO EDUCACIONAL PARA A EMANCIPAÇÃO MULHER NO BRASIL

JULIANA FURLANI MUSCO  
VALENTINA ALFREDO VELETA

166

### POLÍTICAS PÚBLICAS: GÊNERO E VIOLÊNCIA COM ENFOQUE NA OBSTETRÍCIA

DAIANE DOS SANTOS  
DANIELA A. MACHADO  
DANIELA CRISTINA RÁTICO DE QUADROS  
LARISSA XAVIER  
ISADORA LOPES  
RAYHANY K SOUSA

172

### CARACTERÍSTICAS DO AGRESSOR QUE COMETE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER

ÁKYSA RIBEIRO  
CAMILA LU  
DAMARES DA VEIGA  
KÁTIA BATISTA  
PALOMA DUARTE  
ROBERTA BORGHETTI ALVES

178

### FORMAÇÃO DO GRUPO DAS MULHERES AGRICULTORAS DE ITAJAÍ-SC

MÁRCIA GILMARA MARIAN VIEIRA  
AMANDA CLEMENTE SCHLINDWEIN  
FERNANDO HENRIQUE PRADO  
MICHELI SOARES DOS SANTOS

185

### GÊNERO, VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE O MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG

JUCILAINE NEVES SOUSA WIVALDO  
SUELEN FERREIRA MATOSO COUTO

192

### HOMOPARENTALIDADE: COMPARAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE BRASIL, SUÉCIA E PORTUGAL

ANA CAROLINA ROST DE BORBA GALIMBERTI RODRIGUES  
MATHEUS VERCESI CHIQUETTO  
JOÃO RODRIGO MACIEL PORTES

199

### PROJETO PARA ESTRUTURAÇÃO DE UM NÚCLEO DE APOIO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA (SC)

CINDY LÍRIO BRITTES  
TAIJANA FERREIRA  
GABRIELA AMARAL  
LUANA FAGUNDES  
THAÍS BOLOGNINI  
JAQUELINE COELHO RODRIGUES DA SILVA DE PAULA

203

### POLÍTICAS VOLTADAS A VIOLÊNCIA E GÊNERO: MULHER

ALINE MULLER  
DAIANE DE MATOS RIBEIRO  
JHONNY WYLLAND LEAL CABRERA  
JEFERSON RODRIGUES  
LUCILENE OLIVEIRA FARIA  
YSLAINE RIBEIRO GONZAGA  
TATIANA RAQUEL STUMM DA CRUZ

## MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

209

**DESCALÇO NA SIMPLICIDADE TRANSFORMADORA DE UMA ECOVILA: UMA REFLEXÃO DE SUAS PRÁTICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**CARLA SIMONE SANTOS SCHETTERT  
FLÁVIO RAMOS

216

**A COLETA SELETIVA DO LIXO COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA: A VISÃO DOS CATADORES DE GUARAPUAVA, PR**LEIDIANE ALMEIDA  
MARIA GLÓRIA DITTRICH  
JOAQUIM OLINTO BRANCO  
MICHELINE RAMOS DE OLIVEIRA

226

**O CRESCIMENTO URBANO (IN) SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DO CRESCIMENTO DA CIDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**DOUGLAS DE SOUZA GARBE  
LEVI HUGEL  
JOEL HAROLDO BAADE

234

**EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO AO DANO AMBIENTAL NA SOCIEDADE DE HIPERCONSUMO**CAROLINE FERRI BURGEL  
ELISA GOULART TAVARES

242

**GESTÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DE CIDADES**

GREGÓRIO CARLOS DE SIMONE

253

**NOVAS FORMAS DE CIDADANIA: O DESAFIO EDUCACIONAL DO CONSUMO CONSCIENTE NA BUSCA DA SUSTENTABILIDADE**ELISA GOULART TAVARES  
CAROLINE FERRI BURGEL

259

**PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL MOÇAMBICANA NO PROCESSO DE GOVERNANÇA POLÍTICA: UMA REFLEXÃO INCLUSIVA NO QUE TANGE AOS DIREITOS DA MULHER NO ACESSO E USO DA TERRA**VALENTINA ALFREDO VELETA  
MARIA CLAUDIA S. ANTUNES DE SOUZA

265

**ANÁLISE DAS INTERFERÊNCIAS LEGAIS QUE ORIENTAM O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA REGIÃO DO BAIRRO BARRA DE LUÍS ALVES NO MUNICÍPIO DE ILHOTA-SC E DO BAIRRO SALSEIROS NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC**LUIZ CARLOS DOS SANTOS CÓRDOVA JÚNIOR  
EDUARDO GUERINI

## VI ENCONTRO MÃOS DE VIDA

283

**INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O CURSO DE ENFERMAGEM DA UNIVALI**HELOISA BEATRIZ MACHADO  
MARIA GLÓRIA DITTRICH

291

**A RODA DOS SENTIDOS E A FITOTERAPIA**ANGÉLICA GARCIA COUTO  
DANIELA DA SILVA  
MARIA DENISE MESADRI GIORGI  
RENÊ ARTUR FERREIRA  
JENNIFER HOSTINS

299

**INSERÇÃO NA COMUNIDADE: LEVANTAMENTO DE DEMANDAS DOS HAITIANOS**FERNANDA VEIGA  
MARIA VITÓRIA SCHIZZI TIEPO  
MICHELLY DO ROCIO DELECAVE

305

**ACESSOS AMPLIADOS AOS AMBIENTES DE LAZER NA AVENIDA BEIRA RIO EM ITAJAÍ - SC PROMOVIDOS POR POLÍTICAS PÚBLICAS**LAURINEI NIÉPSUI  
VANDERLÉA ANA MELLER  
GEORGE SABILA MANSKE

313

**PROMOVENDO AÇÕES DE SAÚDE DA MULHER: PROJETO DE EXTENSÃO COISAS DE MULHER**CRISTINA MORSCH  
JÚLIA CRISTINA DOS SANTOS  
LÉIA VIVIANE FONTOURA  
MARIA VITÓRIA SCHIZZI TIEPO  
RAFAELA CRISTINA LUBE

320

**POLÍTICAS SOBRE O PARTO HUMANIZADO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**FRANCINE FISCHER SGROTT  
FRANCIELLE SILVANO CARDOZO  
THALITA CUPERTINO POTRICH

336

**HISTÓRIAS DE VIDA NO BRINCAR: SENSIBILIZANDO NA CONVIVÊNCIA**VANDERLÉA ANA MELLER  
JOSÉ JHEAN DE SÁ  
FERNANDA PEREIRA  
CLAIZA BARRETA  
MARIA GLÓRIA DITTRICH

344

**INDICADORES DE SAÚDE COMO INDUTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS**ELIANE CRISTINA ALMEIDA  
FRANCIELLE AMORIM  
FRANCIELLE ROSA DE SOUZA CAMILO  
MARIANA COSTA MASERA  
MICHÉLI BRASIL DOS SANTOS DA SILVA  
HELOISA BEATRIZ MACHADO

353

**DANÇA E CORPOREIDADE: REFLEXÕES SOBRE SAÚDE E BEM-ESTAR**

LUCIANA GOMES ALVES

359

**A ANGÚSTIA EXISTENCIAL DIANTE DA FINITUDE: A ESPIRITUALIDADE NOS CUIDADOS PALIATIVOS**

LUIZ GUSTAVO TEIXEIRA PINTO

367

**A VIVÊNCIA DE UMA SALA DE ESPERA HUMANIZADA**JOSIANE APARECIDA FERRARI DE ALMEIDA PRADO  
MARA CRISTINA BINZ

372

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**LEONARDO COSTA PEIXOTO  
JÔNATHA POLLEZA ARCELINO  
LAURA PASSOLD DOS SANTOS  
THAÍS FÁVERO ALVES

377

**INTERESSE PÚBLICO NA SAÚDE SOCIAL BRASILEIRA: DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DE JUSTIÇA SOCIAL À HEGEMONIA MERCANTILISTA**THAÍS FÁVERO ALVES  
RITA DE CÁSSIA GABRIELLI SOUZA LIMA



## SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

385

**OS IMPACTOS DO ESTRESSE OCUPACIONAL À SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

ANTONIO ANDERSON MOTA DA SILVA  
ADRIANA GOES URANO NOGUEIRA  
FLÁVIO RAMOS

397

**VIVÊNCIAS DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO ATENDIMENTO DE IMIGRANTES HAITIANOS**

GABRIEL BAJADARES SILVA  
MARIA ISABEL FONTANA

404

**ATENÇÃO MULTIPROFISSIONAL NO GRUPO DE CUIDADORAS DE SUJEITOS COM AFASIA EM UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ITAJAÍ-SC**

ISABELA ECKER DRESCH  
KETHILLIN LINE REIS  
GABRIELA LACAVA  
TAINÁ DA COSTA MARQUES

410

**DEMOCRACIA PARTICIPATIVA - UMA ANÁLISE SOBRE OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE NO BRASIL**

MARCOS AURÉLIO MAEYAMA  
JÚLIO MASSUO MAKIMORI  
CLARICE APARECIDA MUNARO  
TAMIRES FARINA MENEGAT  
CAROLINA MACHADO

419

**DIALOGANDO SOBRE O SUS NA ESCOLA: RESSIGNIFICANDO OLHARES**

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR  
ALICE MARLI MORATELLI  
FERNANDA CORNELIUS LANGE  
LUCIANO BERNARDES JÚNIOR  
LUANA BERTAMONI WACHHOLZ

425

**GRUPO DE APOIO À REDE DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE E DA REDE DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

LUCIANA DE OLIVEIRA GONÇALVES  
ALEXSANDRA MARINHO DIAS  
CAMILA CAROLAIN DA CRUZ SEMIONI  
DAIANE DE CÉSARO  
MARIELI DE ARAUJO  
EMELY SBROGLIO DA LUZ

429

**HÁBITOS DE VIDA DAS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO “CONVIVENDO COM A SÍNDROME DE FIBROMIALGIA” E A RETROALIMENTAÇÃO DOS SINTOMAS**

ARMANDO MACENA DE LIMA JUNIOR  
GIOVANA DELVAN STUHLER  
ANA LÍGIA OLIVEIRA  
GABRIELA CHAVES RODRIGUES  
MAINARA GIACOMOSSI  
LETÍCIA MIRELLA DIETRICH

436

**VER-SUS COMO ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SUS**

HELOISA BEATRIZ MACHADO  
LARA HELENA DA SILVA MELLO  
LARISSA CAROLINE DOS SANTOS  
LAURA LIKA IOSHII  
LUANA MACELANI

*Mãos de Vida nas Políticas*

1

# **EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**



# A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A GARANTIA DE DIREITOS EDUCACIONAIS ÀS CRIANÇAS BRASILEIRAS A PARTIR DE 1990

SUZANA PINGUELLO MORGADO<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A educação da criança de primeira infância no Brasil é debate nacional a partir do fim do século XIX e abarca diversas garantias, desde a criação de uma instituição para acolher os filhos das mães trabalhadoras, das ações de eugenia e higienismo, até os debates mais recentes de política social assegurada como direito constitucional. Somente na década de 1980, com a Constituição da República Federativa do Brasil – CF (1988), a educação infantil foi incorporada ao sistema nacional de ensino. Anterior a este momento, Kuhlmann (2000) destaca que as ações em educação infantil eram desenvolvidas e financiadas pela assistência social. Foram os movimentos sociais de caráter democratizantes do período os responsáveis pela luta em favor dos direitos constitucionais às crianças da primeira infância.

Os direitos aqui mencionados foram consolidados em duas perspectivas igualmente importantes no país: uma internacional, determinada por documentos orientadores, através das convenções e assembleias nas quais o Brasil é signatário e a outra em âmbito nacional por intermédio das legislações nacionais como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8069 de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96 além de outras legislações específicas.

É necessário evidenciar que durante as primeiras sete décadas do século XX a mobilização de educadores, como a representada pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova na década de 1930, embateram a lógica assistencialista presente nas aprovações de documentos nacionais como as leis que instituíram o Código de Menores que não reconheciam as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos – o que foi modificado com a Constituição Federal de 1988, reafirmado e regulado a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Os documentos de orientação internacional representam as indicações essenciais a serem consolidadas pelos países membros e são provenientes de organizações<sup>2</sup> de cunho financeiro e social vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Essas indicações são constituídas por meio de acordos e declarações que são firmados entre organizações e países membros. Para a educação brasileira, por exemplo, no fim da década de 1980 e início de 1990 o marco documental foi instaurado com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de Jomtien, em 1989, que estabeleceu a década da educação para todos.

Com esses elementos e tendo a educação infantil como foco de consecução de políticas, cabe analisar como ocorreu a garantia de direitos educacionais às crianças brasileiras por meio da consideração de seus documentos de políticas: Política Nacional de Educação Infantil de 1994 e de 2006. Para atingirmos o objetivo aqui proposto, primeiramente consideraremos os pressupostos internacionais que permearam a reforma de Estado brasileiro. Posteriormente indicaremos a consolidação histórica da Política Nacional de Educação Infantil. Para, por fim, analisarmos como esses elementos se articulam na proposição de direitos às crianças da primeira infância.

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus de Campo Mourão – PR.

<sup>2</sup> Dentre as organizações e agências podemos indicar algumas como: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).



## 1 BASES ESTRUTURANTES: ALINHAMENTO INTERNACIONAL E REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

As análises aqui elaboradas partem da relação estabelecida entre a especificidade e a universalidade, existente nas múltiplas determinações existentes nos campos da política, da economia, da cultura, da sociedade e da educação. Entendemos tais relações como integrantes de um processo mais amplo que considera outros elementos de maneira imbricada em um todo articulado. Em outros termos, não entendemos que historicamente a garantia de direitos constitucionais ocorre de forma linear. Compreendemos, conforme Behring (2015), que existem relações ora mais e ora menos elásticas na disputa do direito e que, os diversos grupos sociais em determinados momentos o conquista e em outros o perde.

Consideremos que o movimento político de garantia de direitos, dentre eles os educacionais à crianças brasileiras, por exemplo, se configura através de relações de poder que disputam o mesmo espaço de maneira contraditória. Em função disso, se consideram as múltiplas determinações enquanto a ação das organizações internacionais, a reforma do Estado brasileiro, a proposição de legislações e inclusive, o contexto econômico da crise do capital. Esses elementos devem ser somados à condição histórica e social das famílias, às relações de trabalho e ao crescimento da mão de obra feminina, à impossibilidade de o Estado garantir educação infantil a todos e às novas relações de pobreza, elementos que configuram a necessidade de luta social para a garantia de direitos.

É necessário considerar que a consolidação das políticas educacionais brasileiras foi marcada, como indica Peroni (2003), pela correlação de forças de grupos de interesses distintos. E que a compreensão das políticas deve levar em conta as crises do sistema capitalista que são enfrentadas pelos Estados Nacionais, além dos compromissos assumidos, nacionalmente, para superarem a situação. Entretanto, nem sempre as medidas assumidas pelos Estados Nacionais são adequadas às demandas da sociedade civil.

Considerar a política de educação infantil no arcabouço da história possibilita entendermos que, em decorrência da crise do capital e dos compromissos assumidos internacionalmente pelos países, existe um marco divisório na garantia de direitos promovida pela CF de 1988. Porém, ao mesmo tempo em que é uma conquista social, essa garantia de direitos é concretizada por meio da ação descentralizadora do Estado – articulada a um projeto internacional e mais amplo de reestruturação do próprio capitalismo.

A reestruturação aqui anunciada tem como base as relações econômicas neoliberais que, conforme Moraes (2001) tiveram espaço de desenvolvimento a partir da década de 1970 após uma das crises do capital. Neste momento da história da economia mundial há uma desaceleração do crescimento econômico, o que ocasiona inúmeros acontecimentos que transformaram economia, política, cultura e sociedade em tempos diversos nos países. Boito Jr. (1999) explica que passa a existir uma taxa elevada de desemprego, além de um movimento de contra-reforma do neoliberalismo nos países latino-americanos.

Nos países da América Latina as consequências da crise da década de 1970 puderam ser vividas na década de 1980, período de economia estagnada, diminuição na participação desses países da economia internacional, com baixa taxa de crescimento e grande índice de famílias abaixo da linha da pobreza, como indicado por Oliveira (2005). Como resposta à crise e na tentativa de recuperar as economias, os governos iniciaram o incentivo ao processo de competição entre as empresas, a privatização das empresas estatais, descentralizaram as ações que oneram o Estado como as políticas sociais que foram descentralizadas e focalizadas para municípios, instituições privadas, Organizações Não-Governamentais e até mesmo para a sociedade civil.

Toussaint (2002) salienta que esse processo é caracterizado pelo ajuste estrutural<sup>3</sup>, um dos mecanismos adotados pelas políticas neoliberais e que foram incorporadas na redefinição do papel do Estado. Acerca de tal redesenho, Peroni (2003) indica que se trata de uma mudança do papel do Estado que passa a existir em um duplo movimento:

[...] se, por um lado, no processo de globalização, os Estados nacionais têm de se fortalecer para atuarem na correlação internacional de forças, por outro lado está-se expandindo com uma velocidade cada vez maior o “mercado de dinheiro sem Estado”, isso é, sem controle de nenhum governo nacional (PERONI, 2003, p. 35).

É um Estado considerado máximo para o capital, porém mínimo para as políticas sociais; representa os movimentos de descentralização e focalização de políticas sociais já observadas no processo de consolidação dos documentos nacionais. Em um Estado que passa a ser considerado mínimo para as políticas sociais, cabe considerar como compreende e encaminha as políticas para educação infantil, foco da nossa discussão.

## 2 A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: EDUCAÇÃO INFANTIL NA VISÃO DOS DOCUMENTOS DE POLÍTICAS

Como debatido anteriormente neste texto, os processos de focalização e descentralização, a partir do período de reforma do Estado brasileiro na década de 1990, foram instaurados inaugurando uma nova configuração de atendimento público: descentraliza a ação para outros sujeitos (sociedade civil, ONGs e municípios, por exemplo) e focaliza programas específicos de curta duração à parcela mais vulnerável da população. Salientamos que este movimento muitas vezes reafirma a vinculação desta área ao setor de assistência social.

Entretanto, além dos debates nacionais, não podemos desconsiderar que os acordos de ajuste estrutural também designam alguns documentos internacionais para a educação infantil. A UNESCO (2004) entende que “[...] o cuidado e a educação de boa qualidade para a primeira infância têm impacto positivo na sobrevivência, crescimento, desenvolvimento e potencial de aprendizagem das crianças” (UNESCO, 2004, p. 7). Por isso a necessidade de ampliar os debates acerca da educação e do cuidado na primeira infância. Neste sentido, a partir do Marco de Ação em Dakar (2000) com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Unicef (2015), foram reafirmados os compromissos da educação, instituídos pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1991), a qual o Brasil é signatário e que fundamentou os debates da década de Educação para Todos, a partir da consolidação do Plano Decenal de Educação para Todos (1993).

O referido binômio, cuidar *versus* educar, sempre esteve relacionado à garantia dos direitos educacionais e ao mundo do trabalho ao longo do século XX e início do século XXI no Brasil. A Política Nacional de Educação Infantil (2006) indica que os movimentos sociais, por mais que reivindicassem escolas às crianças como direito adquirido, muitas vezes atendiam a necessidade desse mundo do trabalho ao assegurar instituições que acolhessem os filhos das mães trabalhadoras.

Nesta conjuntura, outras funções que vão além do educar passaram a compor a educação infantil, tais como: o cuidado, o alívio à pobreza, o enriquecimento cultural, o saneamento das carências, a educação nutricional. Assim, centros de educação infantil e creches passaram a incorporar essas funções a partir da década de 1990, além das práticas educacionais.

<sup>3</sup> O ajuste estrutural articula o financiamento de dívidas dos Estados aos projetos sociais a serem adotados nacionalmente, ou seja, aos países solicitantes de empréstimos, são dadas orientações, pelas agências de fomento, para reorganização de seu arcabouço político. Entretanto, os Estados Nacionais deveriam reconfigurar a produção e garantia de direitos sociais e, para isso, deveriam incorporar funções mínimas de Estado que, seriam orientadas pelas agências de cunho social como a UNESCO, por exemplo.

As intenções do Estado brasileiro para a educação infantil podem ser observadas na consideração dos documentos nacionais, como o Plano Decenal de Educação para Todos (1993), em que a educação infantil deveria ser o setor a ser expandido e, com a “Melhoria do acesso e permanência escolar”:

a) ao atendimento da educação infantil a crianças provenientes de famílias em situação de pobreza, tendo em vista evidentes impactos que isto exerce sobre as oportunidades posteriores de educação fundamental. Em sua operacionalização será indispensável a participação de entidades não-governamentais, bem como aperfeiçoamentos na legislação que regula a participação de empresas na assistência aos filhos de seus empregados (BRASIL, 1993, p. 48).

Plano Decenal de Educação para Todos (1993) instituía também a necessidade de assegurar políticas específicas – o que possibilitou a efetivação da Política Nacional de Educação Infantil de 1994. Com a homologação da PNEI, tanto a política de 1994 quanto a de 2006 partiram do preceito de descentralização político-administrativa, previsto pela Constituição. O Ministério da Educação – MEC, pela Comissão Nacional de Educação Infantil, definiu como principais objetivos da educação infantil:

[...] a expansão da oferta de vagas para a criança de 0 a 6 anos, o fortalecimento, nas instâncias competentes, da concepção de educação e cuidado como aspectos indissociáveis das ações dirigidas às crianças e a promoção da melhoria da qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006, p. 10).

A Política Nacional de Educação Infantil (2006), a partir de suas estratégias de ação, destaca a elaboração e implementação de programas de cuidado e educação para as crianças de zero a seis anos, com vistas a fortalecer as famílias e as instituições escolares. Estabelece padrões mínimos para o funcionamento das instituições de educação infantil com a aquisição de materiais e brinquedos apropriados. Dentre outras estratégias, está a de promover cursos de aperfeiçoamento e de formação docente.

Entendemos que a proposta de educação infantil muitas vezes se apresenta enviesada e entrelaçada aos aspectos políticos hegemônicos na sociedade brasileira. Esta consideração pode ser observada em outros debates nacionais de políticas para a educação, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 2009 e o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE).

Ainda assim, ao compararmos ambos os documentos de políticas (de 1994 e 2006) e os aproximarmos dos documentos nacionais, como as DCNEI (2009) e ao PNE 2014-2024, Lei nº 13.005, podemos evidenciar alguns avanços na proposição política do direito social. A PNEI de 1994 previa expandir a oferta e melhoria da educação, enquanto a PNEI de 2006 entendia necessário assegurar recursos financeiros e valorização dos profissionais que trabalham com as crianças, além de maior participação das famílias. Para a referida valorização é considerado o plano de carreira e a formação continuada, referendados pelas DCNEI (2009) e pelo PNE (2014).

Quando o tema abordado é a qualidade da educação, os documentos da PNEI (1994; 2006) são acompanhados do movimento recente que prevê o aumento da qualidade da educação infantil no PNE (2014). Entretanto essa qualidade não seria garantida apenas pela ampliação, mas também com o aumento de financiamento para esta etapa da educação. Para a realidade da infância brasileira, este movimento, se efetivado, representará o avanço das políticas para a educação infantil, que considere um Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI) e que chegue ao Custo Aluno Qualidade (CAQ), como indicado no PNE (2014). A capacitação docente para o trabalho com as modalidades educacionais também é tema de debate do PNE (2014) que deve ser dividido com estados e municípios. Busca também assegurar o direito já previsto no ECA (1990), com matrículas em instituições escolares próximas de onde residem os alunos.



Sobre o debate pedagógico, tanto nos documentos nacionais quanto nos internacionais – debatidos neste texto – é defendida a ideia de uma educação infantil que prepare para a vida futura. Ainda que os documentos<sup>4</sup> tragam conteúdos educacionais distintos, a função social atribuída à educação infantil, de preparação para a vida futura e a responsabilização pelo sucesso ou não do futuro adulto, é ponto comum nos debates apresentados. Em suma, entendemos que a educação infantil passa a incorporar a responsabilidade pelo retorno futuro, ou seja, o sucesso das etapas educacionais posteriores e, conseqüentemente, suas conquistas profissionais dependeriam, na visão desses documentos, da qualidade da educação da primeira infância.

Neste ínterim, a educação infantil é considerada compensatória de carências e responsável pela condição de vida futura dos sujeitos. À educação infantil é atribuída a responsabilização pela criação da condição de pobreza e/ou por seu alívio. Retira a própria contradição do processo de produção da pobreza de dentro da sociedade capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate apresentado neste texto considerou a localização da política de uma infância que, em muitos momentos foi negligenciada pela sociedade capitalista. Perpassou do atendimento em creches, atendendo a uma necessidade do mundo do trabalho, como compensatórias de carências culturais, assistencialista até a sua inclusão ao setor educacional promovido pela Constituição Federal em 1988. Os direitos assegurados no referido documento foram considerados a partir das múltiplas determinações nacionais e internacionais, ao acompanharem documentos como os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Porém, esta aproximação não seria possível sem a efetivação da reforma de Estado, que definiu novas funções em meados da década de 1990. Essa nova configuração apoiou-se nos ajustes estruturais, fixados por meio de políticas guarda-chuvas, com medidas, ações, programas e políticas orientadas pelas agências de fundo social para as diversas áreas de interesse público. Esta conjuntura modifica em curto prazo, o funcionamento e a garantia de direitos públicos daqueles serviços que são considerados no cômputo dos direitos sociais e que não tem oferta exclusiva do primeiro setor, como a saúde, a educação e o transporte, por exemplo.

Este Estado passa a ter ações mínimas para as políticas sociais, dentre elas a política de educação infantil, e maximiza a sua adesão aos interesses defendidos pelas agências econômicas, ao capital. E, ao considerar os documentos produzidos internacionalmente como balizadores de propostas para a educação infantil, o Estado brasileiro se aproxima dos princípios defendidos pelas organizações internacionais.

Evidenciamos que em determinados momentos os documentos de políticas incorporam os indicadores internacionais, disseminados pelas agências sociais e instituições financeiras vinculadas à ONU, e consideram a educação infantil como momento primordial para assegurar ganhos futuros. Os documentos entendem que, a ideia de retorno futuro, como ganho de capital humano é iniciada com uma educação infantil que minimize as diferenças sociais e permita um acompanhamento adequado dos conteúdos escolares do ensino fundamental e que pode, no futuro, assegurar melhores condições de vida. Essa ideia também é reproduzida nos documentos nacionais que instituem a política de educação infantil no Brasil.

Podemos evidenciar que se as crianças, junto das demais populações excluídas, fazem parte do elo mais fraco da disputa de garantia de direitos, se estes existem, é pelo fato de haver uma luta intensa desde o início do século XX para que se garantam direitos educacionais a elas. A ideologia presente na organização atual do capitalismo, o neoliberalismo, retomou a ideia de educação infantil como compensatória das carências e a compreender como a primeira etapa para garantir retorno futuro e até

<sup>4</sup> PNEI (1994; 2006), DCNEI (2009), UNESCO (2004), UNICEF (2005).

mesmo investimento em capital humano. A preocupação de financiamento educacional e de qualidade na educação passa a ser limitada pela reconfiguração do Estado brasileiro e, somente na segunda década do século XXI, posterior à reconfiguração da idade escolar e com a obrigatoriedade da educação infantil – para as crianças de 4 e 5 anos – é que se torna obrigatória a destinação de recursos do setor educacional para a referida etapa.

As organizações internacionais, nesse contexto, cumprem o papel não somente de conduzir a uma adequação de ajustes estruturais das políticas governamentais para a economia do país, mas se consolidam como grandes orientadoras de ações sociais para atender a demanda das mudanças da nova configuração do Estado. Os documentos produzidos internacionalmente tornaram-se, a partir da década de 1990, balizadores dos itens de avaliação de responsabilidade e compromisso social a serem assumidos pelos países signatários do sistema ONU.

Dessa forma, podemos finalizar indicando que a proposição dos documentos que instituem a política nacional para a educação infantil é ponto fundamental para que se efetivem as garantias de direitos assumidas na Constituição Federal. Entretanto, a condução das políticas sociais assumida pelos governos brasileiros a partir de 1990 se distanciou da carta cidadã que representou o documento da década de 1980. Além disso, a luta pela garantia do direito à educação infantil de qualidade, com financiamento adequado e a todas as crianças ainda se consolida como luta diária de mães, pais e educadores. As políticas para a educação infantil, como documentos isolados, não asseguram o direito somente pelo fato de existirem. Além dos documentos de políticas, do valor público e da existência do direito constitucional, são necessárias as condições de implementação de uma política e da vontade política.

## REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. R. **Fundamentos de política social**. Disponível em: <[www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto1-1.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf)>. Acesso em: 09 fev. 2015.
- BOITO JR, A. **Condições históricas de implantação do neoliberalismo**. In: BOITO JR, A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília: Diário Oficial da União.
- BRASIL. Decreto 17.943-A/1927, **Código dos Menores**. Brasília: Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/19101929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/19101929/d17943a.htm)>. Acesso em: 17 mar. 2016.
- BRASIL. Lei no 13.005/2014, **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Diário Oficial da União.
- BRASIL. Lei no 8.069/1990, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Diário Oficial da União.
- BRASIL. Lei no 9.394/1996, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial da União.
- BRASIL. **Plano Decenal de Educação para todos**. Brasília: MEC/UNESCO, 1993.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília: MEC, SEB, 2006.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB no 05/2009, **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: Diário Oficial da União.
- BRASIL. UNICEF. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Brasília: UNICEF, 1991. 20p.

KUHLMANN JR, M. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M. e VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 469-496.

MANIFESTO dos pioneiros da educação nova: a reconstrução educacional no Brasil. 1932. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em: < [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2015.

MORAES, R. **Neoliberalismo**: de onde vem para onde vai?. São Paulo: SENAC, 2001.

OLIVEIRA, R. T. C. **Legislação educacional como fonte da história da educação brasileira**. Campinas, 2005. Texto elaborado para Vídeo Conferência organizada pelo HISTEDBR e apresentado na Faculdade de Educação/Unicamp, em 29 set. 2005.

PERONI, V. **Política educacional e papel do Estado**: Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

TOUSSAINT, E. **A bolsa ou a vida**. A dívida externa do Terceiro mundo: as finanças contra os povos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 197-231.

UNESCO. **Os serviços para a criança de zero a seis anos no Brasil**: algumas considerações sobre o atendimento em creches e pré-escolas e sobre a articulação de políticas. Brasília: UNESCO-Brasil, 2004, 44p.

UNICEF. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em:  
<[http://www.unicef.org/brazil/pt/overview\\_9540.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9540.htm)>. Acesso em: 04 jun. 2015.

# PIBID EDUCAÇÃO FÍSICA: A CULTURA CIRCENSE E SUAS PROVOCAÇÕES EXPRESSIVAS NO UNIVERSO DA GINÁSTICA

LUCAS ALISSON PEDRO<sup>5</sup> | YARA LARISSA AMORIM GASTALDI<sup>6</sup>  
BRUNA GUIMARÃES<sup>7</sup> | JULIANA GUÉRIOS<sup>8</sup> | VANDERLÉA ANA MELLER<sup>9</sup>

## INTRODUÇÃO

A Educação Física, evidenciada no Subprojeto “Brinciar” do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) da UNIVALI, está contemplada em uma visão ampliada da área, convidando os educadores em formação e formados ao exercício da profissão, pautada na valorização das manifestações do ser sensível. Para Duarte Jr. (2000), este (re)conhecer permite ressignificar conceitos sobre a compreensão do Ser humano no mundo, percebendo o processo de racionalização e a necessidade da educação pelo sensível.

O PIBID é uma Política Pública de Formação de Professores que busca elevar a formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, através da integração entre educação superior e educação básica. Além disso, proporciona oportunidades de vivências metodológicas e tecnológicas, implementando inovação nas práticas da docência (CAPES, 2017). Em consonância com estes propósitos e desafios, as propostas pedagógicas e ações foram planejadas entre os integrantes do subprojeto, que atuam na Escola Avelino Werner de Itajaí-SC. O projeto é composto por cinco licenciandos do curso de Educação Física, uma professora de Educação Física na função de supervisora e uma professora do curso de Educação Física da UNIVALI na função de coordenadora de área.

O interesse temático foi a ginástica e a cultura circense numa perspectiva expressiva no desenvolvimento dos conteúdos nas aulas de Educação Física do primeiro semestre de 2017, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O circo possibilita variadas manifestações artísticas e sentimentos, contidas em diversas práticas. Também é base de origem da ginástica, e envolve muitas habilidades, como saltar, correr e girar, promovendo as capacidades de força, resistência e equilíbrio.

O aspecto provocador da expressividade está na origem do circo, no potencial do corpo livre e no lúdico, através do qual é possível atribuir significados, envolvidos no imaginário e no real. Permeado pela diversidade de movimentos valorizamos também,

No ‘nosso’ circo a acrobacia, o malabarismo, o trapézio, o palhaço, a corda bamba, o contorcionismo, enfim, as mais diversas formas de manifestação da arte, são vivenciadas a partir da escuta dos corpos brincantes que expressam medo, vergonha, angústia, ansiedade, satisfação, coragem, dificuldades e qualidades físicas e emocionais, que são medidas para que cada um se torne sujeito atuante (BARON, 2006, p.93).

O corpo brincante é um interesse constante da proposta, pois brincar é ação presente, permanentemente na criança, e não podemos negá-lo. O circo e a ginástica envolvidos no brincar

<sup>5</sup> Acadêmico do Curso de Educação Física da UNIVALI. Bolsista do PIBID – Subprojeto Educação Física.

<sup>6</sup> Acadêmica do Curso de Educação Física da UNIVALI. Bolsista do PIBID – Subprojeto Educação Física.

<sup>7</sup> Acadêmica do Curso de Educação Física da UNIVALI. Bolsista do PIBID – Subprojeto Educação Física.

<sup>8</sup> Graduada em Educação Física. Bolsista do PIBID – Subprojeto Educação Física – Supervisora.

<sup>9</sup> Doutoranda em Educação; Mestre em Educação nas Ciências; Professora no Curso de Educação Física UNIVALI; Bolsista do PIBID – Subprojeto Educação Física – Coordenadora de área. [vanderlea@univali.br](mailto:vanderlea@univali.br)



tornam-se uma dinâmica potencializadora da expressividade. Portanto, este estudo teve como objetivo compreender a cultura circense no universo da ginástica como promotora da expressão no movimento. As práticas valorizadas foram as que permitiram aflorar o Ser sensível na arte do circo, envolvidas nos repertórios de movimento da ginástica. Consideramos a possibilidade de ampliar os conhecimentos e valorizar a ginástica como provocadora de novas experiências.

A essência do brincar é dinamizada, para Santin (2001), na brincadeira em si e fruição que ela proporciona. O brincar é expressão sensível, na manifestação livre do ser. Para a ginástica envolvida neste contexto, valorizamos as práticas propostas na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016, p. 171), da Educação Física articulada nas linguagens, considerando que “[...] o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo. Logo, as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção”. Nestes propósitos é possível contemplar a ginástica como dinâmica expressiva, e não mera reprodução de movimentos.

A manifestação do ser sensível foi evidenciada nas propostas da ginástica para ampliação da cultura de movimento, promovendo expressão de afetos, sentimentos e emoções. Portanto, compreendemos a ginástica como prática que proporciona ações comunicativas ricas na experimentação, em diferentes linguagens e humanizadoras.

Também consideramos nesta proposta as perspectivas da Ginástica Geral ou Ginástica Para Todos, sugeridas na Base Nacional Comum Curricular, a qual,

[...] reúne as práticas corporais que têm como elemento organizador a exploração das possibilidades acrobáticas e expressivas do corpo, a interação social, o compartilhamento do aprendizado e a não competitividade. Podem ser constituídas de exercícios no solo, no ar (saltos), em aparelhos (trapézio, corda, fita elástica), de maneira individual ou coletiva, e combinam um conjunto bem variado de piruetas, rolamentos, paradas de mão, pontes, pirâmides humanas etc. Integram também essa prática os denominados jogos de malabar ou malabarismo (BRASIL, 2016, p. 175).

Convergindo com tais propósitos, ampliando as manifestações da cultura de movimento, evidenciamos a ginástica ligada às suas raízes circenses na exploração das possibilidades acrobáticas e de expressão do corpo, envolvendo exercícios no solo, saltos, equilíbrios e giros; e aparelhos circenses como trapézio, corda, fita, cama elástica, tábua de equilíbrio, entre outros. Foram consideradas as diversas habilidades técnicas que envolvem piruetas, rolamentos, paradas de mão, pontes, pirâmides humanas, malabarismo, entre outras. Toda gama de práticas busca favorecer o movimento e seu potencial expressivo “[...] que contribui na construção de um conhecimento mais artístico, não apenas da técnica das modalidades circenses, mas [...] transformar esta técnica em algo gracioso, engraçado, belo” (DUPRAT, 2004, p.18). Portanto, a experiência estética foi solicitada na “capacidade do ser humano de sentir a si próprio e ao mundo num todo integrado” (DUARTE JR, 2000, p.15).

Este estudo é resultado de uma pesquisa de abordagem qualitativa, pautada na pesquisa-ação, em que os pesquisadores se envolveram no processo investigativo da docência, oriunda da prática pedagógica do programa PIBID, do subprojeto “Brincar”. O grupo pesquisado envolveu 142 educandos de uma escola do município de Itajaí-SC, entre 7 a 12 anos, que integram o 3º e 5º ano do Ensino Fundamental. Os instrumentos de coleta de dados foram fotos, filmagens e relatórios. O tema foi contextualizado a partir da sua história, elementos e aparelhos. Foi essencial oportunizar práticas que possibilitaram o imaginário criativo, ampliando e refinando os sentidos.

## 1 DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO

O projeto semestral do PIBID, “Brinciar no mundo do circo e da ginástica”, surgiu da necessidade de promover mais expressividade nos educandos, a fim de repercutir nos movimentos livres, incentivados nas aulas de Educação Física, nos processos criativos. Em virtude dessa necessidade, os bolsistas de Educação Física iniciaram uma pesquisa sobre como abordar o tema numa perspectiva expressiva.

A ligação circense com a ginástica foi evidenciada, pois é uma manifestação cultural permeada na sua origem no universo do circo. Este contexto histórico e conceitual foi coerente com a proposta, contribuindo com as competências objetivas e comunicativas sugeridas por Kunz (2004), também favorecendo as provocações estéticas e lúdicas. As aulas promoveram a fruição, e tornaram-se significativas no mundo do movimento, permitindo a expressão de todos. Após pesquisas e definições pedagógicas pelos bolsistas, foram organizadas as unidades de ensino nas seguintes experimentações práticas: equilíbrio, acrobacia, malabarismo e teatro.

O planejamento ocorreu considerando as idades dos educandos, integrantes das turmas dos 3º e 5º anos. A organização de trajetórias do ensino e aprendizagem ocorreu nas dinâmicas das experiências, partindo dos conhecimentos prévios dos educandos sobre o circo. A princípio, construímos uma nuvem de palavras, interagindo nas aulas de informática, registrando os conhecimentos prévios dos educandos sobre o circo. Ficou evidente que eles só conheciam o circo atual, de dramatização e produção coreográfica. Os resultados apresentaram a necessidade de ressignificar a origem do circo tradicional, com seus palhaços, trapezistas, malabaristas, equilibristas, acrobatas e toda sua magia, quebrando o paradigma das práticas instrumentais. Contextualizar o tema repercutiu diversos significados históricos e culturais, ampliando aprendizagens ao conhecer o “antigo circo” e sua riqueza expressiva.

Foi possível perceber que a Educação Física possibilitou inovar a maneira do educando se religar no mundo e conhecê-lo por meio do movimento. Duarte Jr. (2000, p.181) expressa que “Sentir o mundo consiste, primordialmente, em sentir aquela sua porção que tenho ao meu redor, para que então qualquer pensamento e raciocínio abstrato acerca dele possa acontecer a partir de bases concretas e, antes de tudo, sensíveis”. Algumas atividades provocaram a percepção corporal, como as atividades de equilíbrio nos rolos e tábuas, no slackline, no manuseio de equipamento, na confecção de aparelhos gímnicos e circenses que se tornaram brinquedos. Muitas representações também permitiram expressões e sentidos artísticos, favorecendo a valorização da cultura de movimento e o potencial expressivo com os elementos da ginástica. Procuramos envolver práticas contemplando diversas ginásticas, seus conhecimentos técnicos e habilidades, como a rítmica, a artística e acrobática. As aprendizagens básicas técnicas e a identificação dos aparelhos são expressas por Rinaldi (2014):

- Nas habilidades da ginástica rítmica, o corpo estabelece diferentes formas de andar, correr, saltar, girar. Destacam-se os saltos (grupado, vertical, tesoura, passo pulo, cossaco, carpado e afastado); os equilíbrios (passê, prancha facial, perna à frente, de joelhos com a perna lateral, frontal ou dorsal, com 90º); os pivots (no passê, com sustentações das pernas à frente); a flexibilidade e ondas: associação dos elementos de flexibilidade e onda com música e aparelho. No manejo de aparelhos (corda, arco, bola, maçãs e fita): balanceio, circunduções, rotações, movimento em oito, rolamentos, lançamentos e recuperações e outros específicos de cada aparelho. Com relação à música: atividades rítmicas, como a identificação do ritmo musical, exploração dos diferentes ritmos com o próprio corpo e com o corpo do outro e com os materiais, elaboração de composições gímnicas a mãos livres.

- Na Ginástica Artística (GA) destacam-se os fundamentos históricos da modalidade, os quais têm muita ligação com o movimento circense; o solo: rolamentos grupados, afastados e carpados (frente

e trás), parada de mãos, parada de mãos com rolamento para frente, oitava, parada de cabeça, roda, rodante, reversão, roda com uma mão e sem mãos. Esquadro: as composições coreográficas com os elementos de solo, cujos aparelhos são: a trave de equilíbrio, mesa de salto, barra fixa, argolas e paralelas simétricas. Destacam-se entradas, saídas, impulsos, balanços, giros, suspensão, apoios, equilíbrio estático e dinâmico, saltos, elementos com voos e inversões de eixo.

- Na Ginástica Acrobática (GACRO): fundamentos técnicos, históricos e culturais da ginástica acrobática, com exercícios de equilíbrio corporal dinâmico e estático; exercícios individuais de solo; pegas; - figuras acrobáticas estáticas, em duplas e trios: contrapeso, posições básicas e de complexidade média da base, do volante e do intermediário, com e sem inversão do eixo longitudinal; as figuras acrobáticas estáticas e dinâmicas: quartetos, quintetos e sextetos; - quedas; posições fundamentais da base e posições fundamentais do volante.

Nas práticas valorizamos alguns destes aparelhos e técnicas que contribuíram com a ampliação expressiva, como por exemplo nas formações e estruturação dos movimentos que compuseram as construções coreográficas. Toda essa diversidade foi desenvolvida sem finalidade competitiva, mas demonstrativa, estando também na proposta da Ginástica Para Todos. O contexto circense favoreceu a riqueza cultural presentes nos aparelhos e movimentos. Ayoub e Assis (2016, p.197) destacam o trabalho desenvolvido nos processos educativos da GPT, no Grupo Ginástico da UNICAMP, que:

[...] abre espaço para a ludicidade, a musicalidade e a expressão corporal, num entrelaçamento entre educação física e arte. A ênfase do trabalho tem sido proporcionar o conhecimento desta prática corporal numa perspectiva crítica e criativa, por meio de vivências, de leituras, de reflexões e de vídeos de apresentações de ginástica para todos [...]

A mobilização corporal, perante os desafios possibilitou também a consciência corporal. Como exemplo, pode-se citar a busca da compensação das forças para a conquista do equilíbrio sobre a fita, com pouca base de sustentação. Foram práticas desafiadoras que se tornaram encantadoras no domínio corporal nas conquistas percebidas, com criatividade e habilidades motoras.

O planejamento foi uma ação fundamental da docência, pois por meio de práticas organizadas propomos a progressão dos movimentos. Por exemplo, no equilíbrio estático e dinâmico, começamos com atividades que permitiam maior segurança, com a corda no chão. Para isso, colocamos várias cordas com espessuras e traçados diversos nos percursos, dificultando as trajetórias, desestabilizando para requerer a busca do equilíbrio. Também foram executadas formas diferentes de passagem pela corda, de frente, de costas e de lado, solicitando diferentes percepções corporais.

Para ampliar as habilidades organizamos as travessias nos bancos de madeira, realizando movimentos da ginástica artística, como o avião, que exige equilíbrio ao ficar apoiando na base apenas em um dos pés. A confiança pessoal foi ampliada e com ela a expressividade, na relação direta do agir do equilibrista, do circo ou da ginástica. Para Bortoleto (2003), para desenvolver o equilíbrio há um estímulo positivo à cinestesia, como também o desenvolvimento de qualidades físicas como força, flexibilidade, resistência. Destacam-se também as qualidades afetivas como respeito, autonomia, superação, além das sociais como trabalho em grupo e a colaboração individual e coletiva.

A atividade “Falsa baiana” ocorreu com duas cordas amarradas paralelamente. Os educandos foram desafiados a realizar a travessia com as mãos segurando na corda superior e os pés apoiados na corda inferior. Esta foi a atividade que os educandos ficaram mais ansiosos para experimentar, pois queriam sentir como era passar por ela, e enfrentaram muitas dificuldades de controlar as forças e dominar o equilíbrio. Desafiar no movimento desestabilizado é resolver suas problemáticas corporais, motoras, é testar possibilidades e desempenhar um diálogo com o corpo e a corda. O Slackline foi o

mais próximo que chegamos da famosa corda bamba do circo. A travessia foi um desafio e o percurso foi muito provocador. Foi necessário concentrar, pensar e dominar o corpo. E “toda uma aventura que jamais se esgotará. Para uma Educação Física que tenha como pressuposto básico a diversidade, proporcionando a maior variedade de movimentos e ações corporais e enriquecendo assim o repertório motor e cultural [...]” (DUPRAT; BORTOLETTO, 2007, p. 177).

As Pirâmides humanas foram diálogos travados constantemente, um contato de confiança no outro, com harmonia e domínio do corpo em diversas habilidades. Estabeleceram-se noções de confiança e de controle e compensação do peso nas formações estruturais. Essa atividade foi a que mais nos surpreendeu, pois observamos o envolvimento e o contato em prol da conquista de todos.

Para Invernó (2003, apud DUPRAT, 2007, p. 52) são atividades que trabalham,

[...] qualidades físicas (resistência, força, velocidade e flexibilidade); habilidades motoras (coordenação motora óculo-manual, coordenação dinâmica geral, agilidade, equilíbrio dinâmico, equilíbrio estático lançamento e recepção); Controle corporal (percepção espaço-temporal dos objetos utilizados, percepção espacial, lateralidade, controla postural); Expressão corporal (técnicas de expressão corporal, criatividade corporal, representação e dramatização).

A tábua de equilíbrio se transformou em obra de arte a partir do momento em que os educandos a pintaram com tinta, num processo livre expressivo. Tínhamos poucas variedades de cores, porém ocorreu, espontaneamente, a criação de novas cores com as misturas que realizaram. Para Neitzel *et al.* (2012, p. 51) “A arte na escola pode, se bem explorada, ascender o discreto sensível, aliado ao valorizado inteligível que, culminando na consciência estética, encaminha naturalmente os estudantes à percepção estética mais humana”.

Ocorreu um ótimo trabalho em equipe, pois ao receberem a proposta, logo surgiram várias ideias de desenhos. O processo foi muito interessante porque os grupos dialogaram e entraram em consenso que o desenho deveria ter ligação como circo. Depois da obra concluída, os educandos realizaram a prática do equilíbrio sobre a tábua e aos poucos dominaram o movimento. Duprat (2007, p. 14) destaca que:

durante o processo de ensino/aprendizagem [...], os alunos desenvolvem diferentes aspectos pessoais como a sensibilidade na expressão corporal, a cooperação, o desenvolvimento da criatividade, a melhora da autossuperação e melhora da autoestima.

Nas acrobacias, com mais envolvimento gímico, propomos atividades desafiadoras, que exigiram força, equilíbrio, autonomia, desejo e alegria. Dentre elas, foram realizadas: rolamento de frente, carrinho de mão, estrelinha (roda) e parada de três apoios. Na sequência didática organizamos as atividades em estações e observamos que no decorrer os educandos sentiram dificuldade em alguns movimentos, principalmente na execução da estrelinha. Perante as condições, algumas sequências de adaptações foram realizadas.

A proposta foi promover a vivência de movimentos acrobáticos, sem restrição técnica ou rendimento, além de construir, juntamente com os educandos, um ambiente lúdico, prazeroso e rico em aprendizagens. Duprat e Bortoleto (2007, p. 176) apontam que a Educação Física escolar tem responsabilidade pelo espaço de vivência, e um de seus objetivos é proporcionar aos educandos contato com a cultura do corpo e movimento.

As atividades de malabarismos foram inseridas por meio da construção das bolinhas de malabares e adaptadas com material reutilizável, recuperando a consciência ambiental e o ser criativo, no envolvimento da ginástica e das manifestações do brincar expressivo. Destacamos que:



brincar é de fundamental importância para a aprendizagem da criança por que é através dela que a criança aprende, gradualmente desenvolve conceitos de relacionamento casuais ou sociais, o poder de discriminar, de fazer julgamentos, de analisar e sintetizar, de imaginar e formular e inventar ou recriar suas próprias brincadeiras (SANTIN, 2001, p. 523).

Ao manipular as bolinhas de malabares, cada educando experimentou as infinitas possibilidades do equilíbrio. Além disso, a criança, sentindo-se malabarista, desafiou suas habilidades coordenativas e perceptivas. A criação dos movimentos expressivos mostra a importância da liberdade para as experimentações, possibilitando questionamentos e respostas no processo de resignificação.

Sintetizando a temática, foi elaborado “O circo PIBID”, e neste espetáculo os educandos se apresentaram para toda a escola, colocando em prática tudo o que aprenderam sobre as manifestações culturais de movimento presentes no circo e na ginástica.

|                                      |                                          |
|--------------------------------------|------------------------------------------|
| <i>Hoje tem palhaçada?</i>           | <i>Hoje tem pirueta?</i>                 |
| <i>Tem sim senhor!</i>               | <i>Cambalhota e mariola?</i>             |
| <i>Hoje tem marmelada?</i>           | <i>Tem sim senhor!</i>                   |
| <i>Tem sim senhor!</i>               | <i>Tem muita risada</i>                  |
| <i>Tem alegria</i>                   | <i>Tem muita música e tambor</i>         |
| <i>Tem energia</i>                   | <i>Palhaço engraçado fazendo o show!</i> |
| <i>Tem gargalhada e muita folia!</i> | <i>(BELMINO, 2009)</i>                   |

Todo este espetáculo, instigador da musicalidade, piruetas, palhaçadas e risadas foi possível porque os bolsistas organizaram um processo de planejamento e criação, valorizando os aspectos estéticos. Todos os educandos foram envolvidos nos ensaios, e cada um escolheu seu personagem. Os educandos demonstraram suas características na alegria, magia, performance e domínio motor. A liberdade para criação de movimentos livres foi muito incentivada pelos bolsistas do PIBID.

Os estudos de Palma; Oliveira; Palma (2010, p. 55), também destacam avanços conquistados nas propostas escolares envolvendo o potencial artístico expressivo do corpo em movimento,

Estudos realizados por nós mostram que o corpo e suas possibilidades de ações é, muitas vezes, esquecido em sua beleza e condição expressiva. Realçar essa faceta de fundamental importância na estruturação biopsicológica de nossos alunos é função deste núcleo. A escola é um dos poucos espaços sociais nos quais as habilidades artístico-motoras podem ser vivenciadas, exploradas e estudadas, a fim de contribuir na formação de um sujeito que consiga perceber e entender um pouco melhor a arte, o seu próprio corpo e suas possibilidades. As artes cênicas e a ginástica são os grandes componentes deste núcleo (PALMA; OLIVEIRA; PALMA; 2010, p. 55).

A teatralização trouxe a magia do circo na sua manifestação cultural, possibilitando um lindo espetáculo circense produzido pelos próprios educandos e bolsistas do PIBID. Foi feita uma apresentação para toda a comunidade escolar, tornando os envolvidos protagonistas da história. O circo, na Educação Física, possibilitou sensibilizar para a cultura e para o potencial expressivo. As ações corporais e imaginárias foram expostas, com o envolvimento da magia. As atividades artísticas promoveram as práticas da Educação Física, e a ginástica esteve entrelaçada no circo, na educação, na arte e na cultura.

O foco no “Brinciar no mundo do circo e da ginástica”, possibilitou a evolução dos educandos no decorrer de cada atividade. A maioria venceu os medos, superou desafios, percebeu as capacidades pessoais e coletivas. A construção das práticas ampliou a manifestação cultural “o espetáculo”. As práticas afluíram o Ser sensível na arte do circo, presentes nos repertórios da ginástica e também ampliaram os conhecimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diversas experiências foram importantes para os educandos e bolsistas do PIBID, envolvidos nesta proposta pedagógica, pois favoreceram a inserção de todos “no mundo do circo e da ginástica”, com a autonomia para expressar, brincar e criar. O circo permitiu desafiar o corpo na criação das pirâmides humanas e expressão da arte corporal, evocando a criação de estruturas com o corpo. A corda bamba e a falsa baiana desafiaram o equilíbrio e a resolução de desafios no domínio das forças. A fita, o pé-de-lata e as bolinhas de malabarismo foram envolvidas no diálogo próprio do corpo e proporcionaram o entendimento das dinâmicas. A tábua de equilíbrio foi lindamente pintada pelos educandos tornando-se obra de arte. Foi um brinquedo, provocador de expressões artísticas e repertório de movimento. Foram potencializadas as manifestações em processos criativos, imaginários e artísticos.

Ao participarem das atividades propostas no circo, os educandos sentiram-se motivados e ampliaram as expressões em diversas linguagens: nos olhares sensíveis, no corpo transbordando de emoção, na percepção de si e do outro, na confiança pessoal e mútua, na autonomia e criatividade tornando o universo da escola mais colorido e alegre. Ocorreu a permissão pessoal de viver as conquistas e derrotas dos personagens do circo e o próprio circo como cultura. A atividade também enriqueceu e ampliou a sensibilidade, fortalecendo os conhecimentos sensíveis e aprendizagens nas aulas de Educação Física.

O universo circense se revelou aliado às aulas de Educação Física no âmbito escolar, permitindo ressignificar conceitos e os propósitos das aulas de ginástica, tornando-as mais artísticas, estéticas e dedicadas à expressão corporal. Que estas contribuições possam alegrar novos sujeitos a descobrir este mundo em outros espaços, ressignificando novas possibilidades de ação e desafios. O planejamento ampliado, diversificado, foi fundamental na função de educadores, pois abrimos muitos caminhos num percurso dinâmico. As estratégias metodológicas, na perspectiva do fenômeno, permitiram a ampliação das experiências e a construção do conhecimento num processo interpretativo e compreensivo.

## REFERÊNCIAS

AYOUB, E.; ASSIS, M. D. P. Uma ginástica para todos na formação de professoras/es. In: **Anais do VIII Fórum Internacional de Ginástica para Todos**, 13 a 16 de outubro de 2016 / Laurita Marconi Schiavon *et al.* organizadoras. Campinas, SP: FEF/UNICAMP: SESC, 2016.

BARONI, J.F. Arte Circense: a magia e o encantamento dentro e fora das lonas. **Pensar a prática**, v.9, n.1, 81-99, jan.jun. 2006.

BELMINO, P. **Hoje tem alegria! É da de circo**. Recanto da Letras. 2009. Disponível em: <<http://158.69.2.188/poesiascomemorativas/1509177>>. Acessado em 10/07/2017.

BORTOLETO, M. A. C.; PINHEIRO, H. G. G.; PRODÓCIMO, E. **Jogando com o circo**. Várzea paulista, SP: Fontoura, 2011.

BORTOLETO, M. A. C. A perna de pau circense: o mundo sob outra perspectiva. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 9, n. 3, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 02 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em maio de 2017.

CAPES. **Relatório de Gestão 2009-2014**: Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB. Vol, 1. Ministério da Educação, 2014. Disponível em : <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica>>. Acesso em abr. 2017.

\_\_\_\_\_. PIBID. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Brasil, 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>>..Acesso em: 02 abr. 2017.

DUARTE JR, J. F. **O sentido dos sentidos: a educação do sensível**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2000.

DUPRAT, R. M. **Atividades Círculo**: possibilidades e perspectivas para a educação física escolar. Dissertação Mestrado em Educação Física - Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_. **A cultura círculo como conteúdo da Educação Física**. UNICAMP, Campinas: 2004.

DUPRAT, R. M.; BORTOLETO, M. A. C. **Educação física escolar pedagogia e didática das atividades círculo**. Ver. Bras. Ciência do Esporte, Campinas, v.28, n.2, 171-189, jan 2007.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 6 ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004.

NEITZEL, A. A. *et al.* Formação estética na escola de ensino médio: algumas experiências. In: NEITZEL, A. A.; CARVALHO, C. **Formação estética e artística: saberes sensíveis**. Curitiba: CRV, 2012.

PALMA, Â. P. T. V.; OLIVEIRA, A. A. B.; PALMA, J. A. V. **Educação Física e a organização curricular: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio**. 2.ed.Londrina: Eduel, 2010.

RINALDI, I. P. B. Ginástica. In: GONZÁLEZ, F. J.; DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. A. B. **Ginástica, dança e atividades círculo**. Maringá: Eduem, 2014.

SANTIN, S. **Educação Física: da alegria do lúdico à opressão de rendimento**. 3ª ed. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

# UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA AO ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

EMÍDIO CAPISTRANO DE OLIVEIRA<sup>10</sup>

## INTRODUÇÃO

Por que escrever sobre “Uma Contribuição Crítica ao Estudo das Políticas Públicas”? O tema surgiu primeiramente como mera curiosidade intelectual, como na maioria dos temas em que os pesquisadores pela sua subjetividade procuram o que mais lhe provoca. Mas da curiosidade passou-se à perplexidade. Isto, por causa da carência sobre o tema entre artigos científicos e literaturas específicas publicadas no Brasil. Uma busca nos principais periódicos online em português disponíveis na internet comprovará a escassez do tema da criticidade em políticas públicas. Assim o que era perplexidade tornou-se ansiedade de conhecer mais sobre o assunto. Iniciou-se uma busca colocando os referentes “teoria crítica” e “políticas públicas” em sites, buscas em periódicos estrangeiros e em bibliotecas e livrarias. Um novo mundo começou a se revelar, um universo inexplorado, e a pesquisa mostrou-se não apenas justificável, mas necessária.

Nessa esteira ainda surgiu a questão de qual seria o papel que o intelectual de políticas públicas transmite ao ensinar sua ciência. Seria no mínimo injusto não aprofundar o olhar sobre a epistemologia que percorre a gênese das políticas públicas, e trazer com que outros interlocutores, a luz destes apontamentos, percebam as fragilidades de alguns entendimentos de seu saber.

Uma vez que postas estas justificativas, prosseguiu-se para a pesquisa, com a necessidade de definir qual metodologia e chaves-conceituais percorreriam o trabalho. Como se trata de uma abordagem histórica e historiográfica, a metodologia é qualitativa com a revisão bibliográfica de literaturas das políticas públicas de dentro do movimento conhecido como *political behavior* entre 1920 e 1960 nos Estados Unidos.

Ainda sobre a metodologia, utiliza-se Koselleck e Foucault como dois teóricos que perpassam toda a pesquisa, mas contribuições importantes de outros teóricos em serão desenvolvidas em trechos, pois é impossível o tempo todo dar conta de determinadas discussões apenas com uma ou duas janelas epistemológicas. Para análise econômica sobre o liberalismo utiliza-se Polanski; na seara política, Bobbio, e na mentalidade das primeiras décadas do século XX pelos norte-americanos, recorreu-se a contribuição de Hanna Arendt.

A abordagem neste artigo teve a preocupação de localizar historicamente o leitor, inseri-lo dentro dos conceitos do que é behaviorismo político e demonstrar a emergência da ciência entre a primeira guerra e a segunda guerra mundial.

Após o debate de conceituação teórica nos EUA, passa-se a explicar o papel dos emigrados de outros países, fugidos das guerras mundiais para o continente norte-americano. Se inicia aí um debate com objetivo de criar uma teoria política que retratasse não o ideal a ser alcançado no seio das práticas administrativas, mas sua leitura real dos fatos proporcionada por técnicas e métodos que desvelassem o motivo de seus comportamentos. Tal movimento se chamou *political behavior*, por ser a palavra inglesa para comportamento político.

<sup>10</sup> Mestrando do Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas (PMGPP) UNIVALI/Itajaí, Bacharel em Direito pela UNIVALI e História e especialista em Direito Público.



Por fim, é preciso desvelar a conexão entre a matriz behaviorista e o liberalismo econômico emergente nos EUA neste período. Esta é a primeira e grande crítica no seio do movimento, o que faz advir todo o corpo teórico crítico, e abre espaço para uma provocação sobre que saber nos move em torno das ferramentas objetivas científicas que movem nossas análises políticas.

## 1 UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas, em sua gênese, advêm do movimento behaviorista norte-americano. Nas primeiras décadas do século XX os cientistas políticos que lideravam o movimento *behaviorista*, ensejavam uma ciência política sob a metodologia das ciências naturais. O objetivo era estabelecer a autonomia de uma disciplina política nos moldes de uma ciência empírica e não mais apenas teórica (GUNNEL, 1981). Entendiam que a história política ocidental havia empobrecido, tornando-se equivalente a estudos voltados a teorias de valores, de cunho ideológico, e que a ciência precisava se voltar para o empirismo e o positivismo lógico como método (GUNNEL, 1981). Esse debate emerge nos EUA do final do século XIX ao início do século XX com a chamada *behavioral revolution* (revolução comportamental) e sugeria a produção de hipóteses para explicar o comportamento político, produzindo “proposições úteis à investigação científica e à política pública complementada por investigações de fatos políticos” (GUNNEL, 1981). Para entender as proposições da *behavioral revolution*, Gabriel Almond, um dos fundadores do movimento, explica que:

O desenvolvimento da profissão de cientista político nos Estados Unidos foi inspirada pela corrente de pensamento nacional, liberal, humanitária e científica que dominou a filosofia europeia durante o século XVIII. Algumas das modernas teorias sociais e psicológicas europeias foram mais bem recebidas em certas comunidades acadêmicas americanas do que em seus próprios países de origem (ALMOND, 1966, p. 10).

Esta corrente de pensamento do século XVIII, a qual Almond se refere, diz respeito à influência do teórico alemão Max Weber e dos sociólogos italianos Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca. Lasswell (1936) revela a forte influência que os livros “Elementi di scienza política”, de G. Mosca, “La mente e la società” e “Sistemi Socialisti”, de V. Pareto e “Economia e Sociedade”, de Max Weber, tiveram em seus escritos. Dentre os pioneiros do pensamento *behaviorista*, conforme Almond, os:

Conceitos tradicionais como Estado, Constituição, representação e direitos e deveres do cidadão, já não podem abranger efetivamente as atividades de partidos políticos, grupos de pressão, meios de comunicação de massa e práticas educacionais. Experiências teóricas estão introduzindo novos conceitos, como cultura política, papel político e socialização política baseados nas Ciências Sociais, na Psicologia e na Antropologia. Entre as principais influências desse desenvolvimento estão os trabalhos do “pai da sociologia”, o pesquisador alemão Max Weber e de dois americanos ainda vivos, Talcott Parsons e Harold Lasswell (ALMOND, 1966, p. 12).

Conforme Lasswell (1936) os estudos *behavioristas* nos EUA tiveram início oficialmente em 1906, quando foi criada a Organização Nacional de Ciência Política dos EUA. O objetivo, desde o princípio, foi “ultrapassar os limites descritivos para concentrar a atenção na administração pública, partidos políticos e personalidades políticas” (LASSWELL, 1936, p. 25). David Easton complementa, quando escreve sobre qual seria a natureza dos princípios e objetivos para a definição da teoria do comportamento político (*political behavior*) e sobre as bases intelectuais deste movimento, que deveriam se ater a uma lista com os seguintes pontos:

Regularidades: uniformidades perceptíveis no comportamento político; 2) verificação: generalizações testadas em relação a um comportamento relevante; 3) técnicas: instrumentos

rigorosos de observação; 4) quantificação: precisão na coleta de dados; 5) valores: separação da exploração empírica da avaliação de valores, sem confusão um do outro; 6) sistematização: interligação de um corpo de conhecimentos coerente e ordenado; 7) ciência pura: a compreensão e a explanação do comportamento político precedem logicamente e fornecem a base para esforço de utilizar o conhecimento político na resolução dos problemas políticos da sociedade; 8) integração: inter-relação entre as ciências para a validade da generalidade de seus resultados. Esta lista inclui, provavelmente, todos os princípios básicos da teoria do conhecimento e representa as principais diferenças entre essa abordagem e a tradicional. (EASTON, 1968. p. 26-28)

Assim, na lista de Easton, a *political behavior* traz em seu bojo teórico os fundamentos do positivismo lógico, que procura uma ciência objetiva e separada da avaliação valorativa, ou seja, com a pressuposição da neutralidade axiomática para se equiparar com as ciências exatas, como a física, a matemática e a química, e alcançar sua validação como ciência. No caso da *behavior revolution*, pretende estudar os comportamentos de quem efetivamente toma as decisões públicas ou as influencia, encontrando padrões e uniformidades no ciclo da administração pública.

Outro ponto importante na elaboração desta ciência política mais objetiva, prática e levando em consideração o comportamento entre os governos e os cidadãos, é a efervescência que esta busca nos EUA provoca no restante do mundo acadêmico. Essa busca é essencialmente motivada pela primeira guerra mundial, no entre guerras (1918-1939), quando diversos professores universitários e intelectuais do continente europeu migram para os EUA. Essa efervescência ganha dinamismo, por um lado, pelo fato dos EUA estar em um continente distante do local da guerra, o que possibilita desenvolvimento ao campo de estudos, e, por outro, por conta de, no século XX, o país encontrar-se em franco desenvolvimento econômico (HOWLETT, RAMESH & PERL, 2013). Na Europa, entre os que migraram para os EUA, já havia cientistas políticos com a tendência para a abordagem política que incorporasse os estudos da psicologia comportamental. Como afirma Gabriel Almond:

Antes da II Guerra Mundial, problemas surgidos das rápidas mudanças sociais e políticas ocorridas nos Estados Unidos determinaram uma ênfase no estudo da cena doméstica e atraíram vários pesquisadores de fora dos EUA aventureiros a experimentar métodos e estudos das relações entre estrutura social e processo, formação de personalidade, comportamento e processo político. (...) Essa fé otimista na inevitabilidade da democracia continuou durante o período entre as duas guerras mundiais, quando até mesmo o comunismo e o fascismo eram vistos como desordens temporárias ou doenças políticas. (ALMOND, 1966, p. 10)

E segundo Easton:

Os cientistas sociais passaram a encarar a integração das disciplinas em vários níveis diferentes. No nível de aplicação poderiam reunir os dados das ciências sociais como um todo para a solução de problemas globais. A unificação no entanto deveria ser feita para a prática. (...) A ideia chave desta abordagem era a convicção de que existem certas unidades básicas de análise para o comportamento humano a partir das quais podem ser feitas generalizações e essas generalizações podem fornecer uma base comum sobre a qual poderiam ser desenvolvidas as ciências especializadas do homem em sociedade. (...) Podemos concretizar o significado desta convicção se examinarmos o caminho que se percorreu até o momento atual. Por exemplo, no caso de Talcott Parsons, a noção weberiana de ação parece ter fornecido a unidade frutífera que poderia permitir uma macroteoria comum, e com possibilidades de ser útil a todas as disciplinas sociais. Existem outras unidades de análise que já foram propostas pela Psicologia Social, entre alternativas que pareceu ser unidades promissoras. (...) Certamente bem antes da I Guerra Mundial, mas, mais especificamente desde a II Guerra Mundial tem sido feitas várias

importantes adições e estas ajudariam a ampliar o âmbito da opção, a ligar a ciência política as principais correntes de pesquisa em outras disciplinas e a enriquecer seus insights teóricos. Karl Deutsch, advindo de Praga, república Checa, organizou uma estrutura conceitual particularmente elaborada para a análise comparativa e pesquisa (...) Lasswell reuniu praticamente sozinho estas perspectivas pela tentativa de integrar a teoria as pesquisas teórica e empíricas. No fim da II Guerra Mundial Herbert Simon juntou-se a ele e teve importância fundamental no despertar do ambiente científico. Simultaneamente, pesquisas em torno do voto, sob o estímulo da psicologia Social, descobriram no conceito de decisão sua matriz teórica. Embora esta lista possa não ser exaustiva, ilustra a atenção crescente que vem sendo dada em pesquisa política aos conceitos empiricamente orientados ou dentro da orientação da teoria do comportamento. (EASTON, 1968, p.36-38;42-43;45).

Desta forma, os EUA serão o ambiente onde a junção de ideias e concepções vindas da Europa vão se encontrando para a construção desta nova ciência política com viés comportamental e aplicado a soluções das práticas público-administrativas. As concepções caras a sua matriz teórica, destacadamente é a teoria das elites, dos italianos Mosca e Pareto. Esta formulação teórica será um fundamento vital para a matriz epistemológica *behaviorista*. A obra de Lasswell, “Poder e Sociedade”, que se tornará outro clássico do movimento *behaviorista*, cita os autores italianos do início ao fim, e é uma clara demonstração de como este autor está empenhado com a teoria.

Não se quer dizer que dentro dos EUA não se desenvolviam perspectivas de abordagem práticas da política. Um importante pesquisador político nos EUA foi Charles Edward Merriam, professor da Universidade de Chicago, que desde 1903 escrevia e desenvolvia uma abordagem crítica à tradicional Ciência Política americana. Charles Merriam publicou a obra “*A History of American Political Theories*”, na qual defendia o uso de dados e análises quantitativas para a prática atual da ciência política, incentivando seus leitores e alunos a distanciarem-se das correntes teóricas. Merriam não foi apenas um professor respeitado por suas posições, mas galgou importantes cargos na Universidade de Chicago, tornando-se o “presidente do Departamento de Ciência Política e Coordenador da Faculdade de Administração e Comércio que, anos depois, se transformará na *Booth School of Business*.” (DAHL, 2000, p. 60). Charles Merriam também será o responsável por receber diversos professores de outras universidades, especialmente imigrantes europeus na Universidade de Chicago, local onde encontram abrigo profissional e aonde irá se desenvolver o primeiro núcleo de estudos deste novo espectro político.

Também merece destaque a relação das guerras mundiais com dois grupos de imigrantes intelectuais que escapavam destes conflitos. Ambos os grupos se dirigiam para os Estados Unidos e já exerciam atividades de docência universitária na Europa. Durante o entre guerras, estes imigrantes que fugiam do fascismo e do nazismo produziram uma literatura, nos Estados Unidos, marcada pela crítica ao totalitarismo e ao liberalismo. O primeiro grupo de autores como Hanna Arendt, Herbert Marcuse, Leo Strauss, dentre outros, entenderam que o liberalismo-nacionalista que envolvia na Europa funcionou como um elemento catalisador para os totalitarismos, e lançavam dúvidas sobre o caminho empirista e positivista que a abordagem *behaviorista* construía (GUNNEL, 1998). A reação da ala *behaviorista*, que recebia apoio de verbas de Washington D.C. e de grandes corporações nacionais, foi acirrar as trincheiras contra as críticas de sua forma de pensamento filosófico político. A maior defesa do *behaviorismo* era que até o início do século XX a ciência política havia se debruçado sobre sistemas políticos ideais, e sobre a história das teorias políticas. Portanto, entendia-se justo dar uma guinada em direção a uma ciência mais técnica para a política.

Enquanto isso, o outro grupo de intelectuais imigrantes que escapava do círculo da guerra do continente Europeu era recebido nos EUA por Merriam nas Universidades de Chicago e Columbia. Estes

professores universitários começaram a desenvolver estudos na direção de uma ciência política técnica. Suas abordagens giravam em torno de um campo sociológico funcionalista, querendo entender a estrutura da sociedade e seus subsistemas e instituições com relação aos atores sociais. Conforme Dahl:

Ainda, possivelmente por causa do efeito das guerras, o *Social Science Research Council* (SSRC), Concílio de pesquisa em ciências sociais de âmbito nacional, colocou como objetivo cumulativamente e de forma unívoca, e que se perpetuou preponderante nas próximas duas décadas a partir de 1940, o foco nas pesquisas sociais de grupos de influência, comportamentos individuais e de política e administração. (...) E, 1945, o Concílio estabeleceu um comitê de Política Comportamental, com E. Pendleton Herring como presidente (...). Em 1949, o Concílio, junto com o Departamento de Ciência Política da Universidade de Michigan e o Instituto de pesquisa Social realizaram a semana de pesquisa em Política Comportamental na cidade de Ann Arbor. (DAHL, 1961:9 tradução livre)

O movimento de análise das políticas públicas instituía então uma formação que se diferenciava da que prevalecia nas escolas de administração pública, orientando-se para o treinamento de analistas de políticas públicas (*policy analysis*). O movimento se fortaleceu quando ganhou apoio financeiro da Fundação Ford e da Fundação Sloan, para propor e implementar uma reorientação da educação profissional para o serviço público em torno do tema da análise das políticas públicas (FARAH, 2011). Conforme Engelbert:

As primeiras doações (*grants*) da Fundação Ford a universidades ocorreram em 1973, com o objetivo de melhorar a preparação para o serviço público, por meio de “*a better blend of social science education for the analysis and management of complex problems*” (Engelbert, 1977, p. 230). Para Althusler, se a abordagem tradicional se apoiava na ciência política, o novo enfoque propunha uma ênfase na microeconomia; se a administração pública enfatizava as instituições, a análise das políticas públicas enfatizava os problemas substantivos e as estratégias de solução destes problemas. (FARAH, 2011).

Ao final de 1970, as nomenclaturas de *policy analysis* e *public policy* estavam relacionadas diretamente aos conteúdos concretos da política e suas configurações dos programas políticos (PALUDO, 2016).

## 2 BEHAVIORISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA CIÊNCIA POSITIVISTA EM FUNÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL

É Herbert Simon, um eminente cientista das políticas públicas norte-americanas que anuncia um sistema de previsão e proposições gerais explicativas, das quais poderiam ser deduzidas outras observações concretas que poderiam ser testáveis, ou seja, um sistema de *policy analysis*. Para Simon, era essencial que a ciência política adotasse o que considerava ser os métodos mais avançados das outras ciências sociais. Ele também insistia que para esta tarefa era essencial uma transformação e redefinição da teoria política, que implicaria “distinção consistente entre a teoria política e a história do pensamento político” (SIMON; ANDO; FISHER, 1963). O sociólogo Lundberg, que foi um defensor do positivismo nas ciências sociais durante este período, confirma a imagem da ciência de Simon enfatizando a “necessidade de adotar a orientação da ciência natural moderna”. Isso implicaria, em um primeiro momento, em descobrir “quais são os métodos das ciências naturais” e assim, fornecer um meio de afastar-se da filosofia *a priori*, característica da humanidade (GUNNELL, 1988).



Assim, em 1950, mesmo alguns teóricos da revolução comportamental percebiam que a *public policy* tornara-se uma ciência desvinculada da teoria política por meio do positivismo. David Easton adverte:

(...) a crítica ao estudo da história da teoria política e o apelo à criação da teoria científica, às vezes é esquecido que trata-se de um desafio explícito ao novo “estado de espírito” na teoria política, e uma tentativa de encontrar uma base para a reconciliação da ciência política e da teoria política, que ao mesmo tempo procura sustentar e avançar os valores democráticos liberais (EASTON, 1957, p. 28 tradução livre)

Vale lembrar que entre 1930 e 1960 o mundo estava inserido em polarizações por motivo da guerra fria entre EUA e União Soviética. As ideias de liberalismo e anti-liberalismo (comunismo, socialismo social-democrata, anarquismo, nazismo, facismo) construíram “esforços de integração mediática”, para utilizar a expressão de Gunnell, com fito de dirigir as sociedades. A política pública dentro do EUA não foi diferente, e em meados das décadas de 40 e 50 tais esforços de integração e mediação haviam largamente dado lugar às forças alienantes que empurraram a teoria política e a ciência política por caminhos muito diferentes. A literatura da teoria política desde o final de 1930 tem sido saturada de discussões sobre liberalismo e sua tradição, ascensão e declínio, fé, perigos, limites, colapso, desafios e paradoxos (GUNNELL, 1988). Robert Dahl em um artigo que se tornou clássico em 1961 na *The American Political Science Review*, disparava: “Foi, ou é, a abordagem comportamental realmente algo como uma disposição cética científica e uma tentativa de aperfeiçoamento da política?” e responde um pouco mais tarde: “O perigo, naturalmente, é que a busca de dados empíricos pode se transformar em uma busca obsessiva de meras trivialidades” (DAHL, 1961). E Gunnell adverte:

Em ambos os lados da controvérsia, no entanto, continuou a haver um deslocamento alienante das questões. No caso dos emigrados, houve uma filosofia de sua experiência e uma projeção da análise sobre circunstâncias políticas recalcitrantes nos Estados Unidos, bem como a tela ambígua da história mundial. Isso produziu um distanciamento entre a teoria política acadêmica e política que tem atormentado a evolução subsequente do campo. A defesa do liberalismo entre os cientistas políticos também se tornou oblíqua. Ou tornou-se a validação de uma imagem que não era facilmente realidades políticas, ou tomou a forma de uma filosofia da ciência, marcos conceituais e descobertas empíricas que muitas vezes parecia confirmar a existência e a eficácia da sociedade liberal (GUNNELL, 1988, p. 24 tradução livre).

Mas também se reconhece que o pessimismo histórico do pós-guerra também contribuiu através da literatura dos que emigraram para os EUA, para a divisão entre teoria e ciência política durante a era comportamental e para uma constituição de uma *public policy* independente. Mas o problema é muitas vezes apenas tangencialmente uma das possibilidades do julgamento prático. A busca de uma solução para o problema da neutralidade de valores na ciência e uma metodologia incisivamente “científica” é uma busca por uma resposta abrangente às questões infinitamente complexas e contextualmente diversas, e que refletem essencialmente uma crise na autoimagem da teoria política e os fundamentos de suas reivindicações ao conhecimento (GUNNELL, 1981). Tal crise demonstra a insegurança política de uma sociedade, além de refletir também uma crise intelectual e profissional de sua expressão filosófica, na busca pelo conservadorismo seguro. A questão da autoridade da investigação científica era uma preocupação importante para a ciência política. Por outro, lado havia a crença de que a história validava o liberalismo e de que os valores liberais estavam embutidos nas instituições básicas da política norte-americana. Realmente, não era ilegítimo que existisse uma forte crença de que a lógica e os procedimentos da ciência e da democracia liberal eram mutuamente favoráveis, e que ambos descansavam em uma noção pragmática da verdade e o abandono da especulação absolutista

era razoável. Dessa forma, as políticas públicas são inventadas como uma empresa autônoma da teoria política, com uma prática disciplinar estabelecida com seus critérios substantivos de julgamento e, apesar da preocupação constante com seu papel público e possibilidades, um senso de eficácia prática e identidade profissional lhe confirmava, mesmo a mercê de sua reflexão crítica e reflexiva e na perda de seu campo de ação por mais autenticidade (GUNNELL, 1981).

A grande crítica que surge então é que a nova ciência da *public policy* está imersa na defesa da democracia do constitucionalismo liberal, sendo uma ciência construída contra os valores dos totalitarismos de esquerda e de direita do pós-guerra. Como escreve Singer, “o salto do liberalismo à democracia, levado a cabo na primeira metade do século XX, inspirou-se em grande medida por causa do marxismo e fascismos enquanto ideologia de partidos”. (SINGER, 1989).

Destarte a *public policy* se torna o aporte ideológico para a configuração de poder para a liberal democracia, e esta crítica vai estar presente em Gunnell, Hallowell, Fisher, Strauss, Hanna Arendt dentre outros, que começaram a ser denominados de pós-*behavioristas*, por colocar em xeque o movimento da *behavior political*.

O que ocorre em seguida é uma corrida intelectual dos teóricos clássicos da teoria das políticas públicas utilizando a tradição política para abordar historicamente e legitimar a *policy science*. O ponto fundamental da mescla entre liberalismo e democracia, como resposta, chega então com um arrebatamento da tradição, uma construção evolutiva dos pensadores clássicos da política até as políticas públicas. Trata-se da “extensão com que a ideia de tradição política foi conscientemente empregada” por certos teóricos, como um “dispositivo persuasivo para conferir autoridade a uma crítica da política moderna” (GUNNELL, 1981). Mas como escreve Gunnell, “o que usualmente é tomado como tradição é um mito”, ou seja, o caráter substantivo com que estes críticos dotam este *corpus* teórico é uma ficção (GUNNELL, 1981). Em outras palavras, o que está exposto neste percurso histórico realizado das políticas públicas como a continuadora da tradição clássica da teoria política é uma narração de eventos logicamente concatenados que “explicam” o presente para dar um cabedal de erudição para adornar o conhecimento político e a democracia, que nada mais é que um modo de conceber a história empregando o positivismo como metodologia sem problematizar criticamente os conteúdos (FONSECA, 2010).

Leo Strauss e Hanna Arendt alertam a esse modo de introduzir as políticas públicas de forma legitimadora da democracia liberal. Os teóricos da *public policy* desenvolvem progressivamente a história na direção da democracia atual. Arendt, em “As origens do Totalitarismo”, concorda que na modernidade uma concepção da ciência e de política terminou por levar o Ocidente a uma crise ainda mais profunda, social e intelectual, quando fizeram do uso da tradição política um instrumento para sua ciência (ARENDR, 2009). A esta crítica escreve Gabriel Almond

O desenvolvimento da profissão de cientista político nos Estados Unidos foi inspirado pela corrente de pensamento nacional, liberal, humanitária e científica que dominou a filosofia europeia desde o iluminismo, durante o século XVIII. (...) A nova situação, com todas suas incertezas e ameaças, sua confusão de formas políticas, suas assustadoras instabilidades, criou um clima de dúvida e hesitação, em lugar do otimismo entranhado na antiga tradição da Ciência Política nos Estados Unidos. Daí surgiu uma tendência em favor da introdução de novas abordagens, de esforços para dominar as novas complexidades e de uma tentativa para criar uma nova ordem intelectual. (...) Entre as principais influências desse desenvolvimento estão os trabalhos do “pai da sociologia”, o pesquisador alemão Max Weber e de dois americanos ainda vivos, Talcott Parsons e Harold Lasswell. (ALMOND, 1980, p.10-12)

Almond destaca a necessidade de demonstrar a verdadeira tradição, que seria continuar a tradição clássica do iluminismo europeu nos EUA, e, não menos importante, a reinvenção para a atualidade dos conceitos da public policy. Almond ainda escreve:

Conceitos tradicionais como Estado, constituição, representação, e direitos e deveres do cidadão já não podem abranger as atividades de partidos políticos, grupos de pressão, meios de comunicação de massa - como o rádio e a televisão - e práticas educacionais. Experiências teóricas estão introduzindo novos conceitos, como cultura política, papel político, e socialização política, baseados nas Ciências Sociais - o estudo da vida social como um todo - na Psicologia e na Antropologia - o estudo do homem e de sua cultura. (ALMOND, 1980:12)

Conforme o sociólogo Demo (2002), “desde o início do século, o estilo, sobretudo norte-americano, é excessivamente empirista e positivista”, e as políticas públicas emergem procurando dar continuidade à tradição clássica da teoria política num cabedal de erudição legitimadora da democracia liberal dos EUA daquele período. Contudo, utiliza-se do positivismo metodológico que “toma a tradição como mito” e dota este “*corpus* teórico como uma ficção” (DEMO, 2002). Ou seja, nesse contexto se distingue a gênese para repensar a ciência das políticas públicas sob um novo enfoque.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, as políticas públicas emergem como a “separação estrita entre o que deve ser, e a situação de fato do estudo da teoria política” (GUNNEL, 1981). Ou seja, a ciência prática que analisa a política liberal para sua eficiência e eficácia no mundo dos homens. É a ferramenta prática que procura estabelecer e dar o progresso para a economia e a satisfação política de quem governa e de quem influencia os governos (LASSWELL, 1936). Afinal, conforme os behavioristas, sempre haverá governo e governados. Portanto, urge entender quem são as “elites revolucionárias” que realmente dão os “fatos dirigentes” para a sociedade (LASSWELL, 1968). É certo que ainda é necessário aprofundar o estudo sobre políticas públicas, sua história e historiografia. Este passo dado neste artigo é apenas um ensaio provocador para brincar com algumas palavras que amigos e amigas do Mestrado em Políticas Públicas costumavam dizer. Mas, não menos importante, o termo provocação, em um tempo em que precisamos de respostas a velhas perguntas, busca refazer as velhas perguntas. Atualmente a *public policy* é um campo consolidado de estudos, possuindo terminologia e metodologia própria além de ter o monopólio dos estudos políticos nos EUA e em vários países do mundo. Nada menos válido que provocar alunos a se perguntarem: o que é e o que deve ser *policy analysis* afinal?

## REFERÊNCIAS

- BICHIR, R. Olhares cruzados nas análises de políticas públicas. **Rev. bras. Soc. [online]**, v. 30, n. 89, p.175-181. 2015 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17666/3089175-181/2015>>
- DAHL, R. A. The behavioral approach in political science: epitaph for a monument to a successful protest. **Rev. The American Political Science Review**, v. 55, n. 4, dez, 1961 pp. 763-772.
- DONALD, A. **Problem representation in foreign policy decision making**. Cambridge [U.K.]: Cambridge University Press, 1998. p. 8-26.
- FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-836, June 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122011000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 jun. 2017.

FERES JR., J. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2000, n.15, p.97-110. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782000000200007>>. Acesso em 11 out. 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 21, jun 2000, p. 211-259.

GUNNELL, J. G. American political science, liberalism, and the invention of political theory. **Rev. The American Political Science Review**, v. 82, n. 1, mar., 1988, p. 71-87.

HALLOWELL, J. H. **Main currents in modern political thought**. New York: Holt, Rinehart&Winston: 1951.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

SIMON, H.; ANDO, A.; FISHER, F. M., **Essays on the structure of social science models**. Cambridge: MIT, 1963.

SIMONI JUNIOR, S.; PIROZELLI, P.; SILVA, F. L. **Reflexões epistemológicas sobre a ciência política brasileira**. 2012. Disponível em <[http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/1\\_8\\_2012\\_10\\_59\\_34.pdf](http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/1_8_2012_10_59_34.pdf)>. Acesso em 11 out. 2016.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias [online]**, n.16, 2006 pp.20-45.

# DESIGUALDADE, MÉRITO E EXCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E A EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO IFSC – CAMPUS FLORIANÓPOLIS

IDNEY SILVA JÚNIOR<sup>11</sup> | ANA CLÁUDIA DELFINI CAPISTRANO DE OLIVEIRA<sup>12</sup>

## INTRODUÇÃO

A evasão escolar tem se constituído um problema central nas discussões das políticas educacionais, mas tem obtido respostas aquém da sua solução.

Nos últimos anos, presenciamos uma maior democratização do acesso às redes federais de ensino a partir da ampliação da oferta e da incorporação de ações afirmativas aos modelos de ingresso. Estes dois fatores têm levado um maior acesso a parcelas da sociedade historicamente fora da rede de educação federal, no entanto, como política pública, o nosso entendimento é que as condições de acesso são um insumo à política de democratização e não o resultado.

Esta questão não é nova, visto que já foi levantada por Bourdieu e Passeron (2010) vários anos atrás. Ao considerar apenas a democratização do acesso, colocando que após o ingresso todos são iguais, transferimos a desigualdade do exterior para o interior das instituições. A evasão escolar é o principal sintoma de uma escola que inclui apenas no nível formal, sem maior responsabilidade pela permanência e êxito dos alunos.

Pretendemos aqui levantar a questão de como as questões relacionadas ao mérito e as desigualdades ainda precisam ser tratadas nas políticas educacionais e também propomos uma metodologia para auxiliar na formulação destas políticas.

Apesar do foco do trabalho ser a educação profissional e o uso de pesquisas realizadas nesta área, como se trata de um problema presente em diversas modalidades, a temática acaba sendo relevante também para outras modalidades de ensino.

## 1 DESIGUALDADE, MÉRITO E EXCLUSÃO ESCOLAR

Uma escolarização acessível a todos permitiria aos indivíduos, a partir de seus esforços, dominarem os conhecimentos necessários para um melhor posicionamento dentro da hierarquia social. O papel da escola passa a ser o de oportunizar às pessoas o usufruto da sua igualdade e da sua liberdade e, através dos diplomas, a escola torna legítima a desigualdade dos resultados, pois a mesma é gerada dentro de uma competição a que todos teriam acesso.

É o princípio do mérito em conjunção com a igualdade e a liberdade que estabelecem o direito à educação como base para a eliminação de obstáculos ao desenvolvimento individual.

A igualdade do direito à educação exige, portanto, tratar de forma igual todas as crianças, num determinado espaço público, o da escola, que se presume protegido das desigualdades dos

<sup>11</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Atualmente é Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

<sup>12</sup> Universidade do Vale de Itajaí. Socióloga da Universidade do Vale de Itajaí, mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, professora da Universidade do Vale de Itajaí, Itajaí/Brasil.



meios de origem, dos apelos dos mercados, da influência dos particularismos e dos interesses dominantes. A escola figura como um oásis de justiça num mundo marcado por injustiças (VALLE, 2013. p. 297).

Desta maneira, uma escola para todos cumpre, em teoria, os dois ideais centrais da modernidade. Ao ser universalizada, cumpre-se a promessa da igualdade. Ao proporcionar resultados compatíveis com as escolhas e o esforço do indivíduo, cumpre-se a promessa da liberdade, uma vez que o resultado final e os frutos colhidos da escolarização são originados das escolhas que cada um fez durante o seu percurso escolar.

O mérito passa a ser visto então como um aspecto central dentro da diferenciação e da hierarquização da sociedade e a escola tem um importante papel, sobretudo porque estabelece, ao ser universalizada como um direito, um papel de promoção da igualdade entre as pessoas, ao mesmo tempo que as performances diferenciadas são justificadas pelo mérito e legitimadas pelos diplomas. A crença no mérito é chamada ficção na medida em que o resultado obtido pelos indivíduos dentro do processo de escolarização não é necessariamente fruto dos seus esforços e talentos individuais, e sim como parte de um sistema de reprodução das desigualdades presentes fora do ambiente escolar (DUBET, 2008).

Cabe ressaltar, no entanto, que a promessa das desigualdades justas, definidas pelo esforço e pelos dons, sofreu várias críticas no que se costuma chamar de abordagem crítico-reprodutivista da educação.

Neste ponto cabe a inflexão pretendida neste trabalho. Se a escola em teoria se configura como um oásis de justiça no mundo, conforme definido por Valle (2013), a única explicação para o fracasso e a exclusão escolar é o demérito daqueles que são excluídos, eles não conseguiram o êxito dentro da escola por falta de talento ou esforço.

Bourdieu e Passeron colocam como central a questão da igualdade formal como reprodutora das desigualdades, uma vez que a mesma mascara as desigualdades diante da cultura:

A cegueira às desigualdades sociais condena e autoriza a explicar todas as desigualdades, particularmente em matéria de sucesso escolar como desigualdades naturais, desigualdades de dons. Atitude idêntica está na lógica de um sistema que, repousando sobre o postulado da igualdade formal de todos os alunos, condição de seu funcionamento, não pode reconhecer outras desigualdades que aquelas provenientes dos dons individuais (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 92).

A igualdade formal, apesar de um avanço frente a uma desigualdade institucionalizada (instituída no nascimento, natural), possui o grave problema de travestir as injustiças de justiça e por conta disso legitimar as desigualdades como se as mesmas fossem resultado de uma discriminação positiva a partir do mérito.

A superação da igualdade formal necessita pensarmos menos em igualdade e mais em equidade. Equidade coloca a distribuição das oportunidades de maneira a dar mais e melhor àqueles que possuem menos, produzindo a igualdade de maneira mais voluntária (DUBET, 2008).

Ao insistir que os resultados obtidos dentro da escola, a relação entre êxito e fracasso como uma questão ligada ao indivíduo, ou seja, ao mérito individual, premiando aquele que obtém sucesso e culpabilizando aquele que falha, desconsiderando todo o contexto social de uma sociedade desigual como a brasileira, retomamos velhos estigmas de classe há muito superados dentro da pesquisa educacional brasileira.

Neste aspecto concordamos com Ceratti (2008) que aponta que o problema da evasão escolar continua sendo tratado como casos individuais e isolados, um problema individual daquele que fracassa, a questão é que esta explicação não dá conta de uma realidade onde este fenômeno segue ocorrendo em larga escala, sobretudo com jovens das classes menos favorecidas economicamente.

A escola e as políticas educacionais precisam ser pensadas não no sentido de que todos os alunos recebam o mesmo tratamento, mas que seja considerado o contexto daqueles menos favorecidos de maneira a atuar e superar desvantagens existentes a partir do seu contexto social, buscando assim a neutralização dos efeitos das desigualdades sociais.

Na crítica à igualdade formal, reprodutora das desigualdades, surge o conceito de igualdade de oportunidades, que estabelece como foco a eliminação das desvantagens das populações historicamente excluídas em prol de um acesso mais equitativo ao sistema educacional. O aspecto central das políticas seria então promover um resultado o mais distante possível da mera reprodução das desigualdades sociais externas à escola (BOURDIEU; PASSERON, 2010).

A escola precisa assumir que as desigualdades sociais fazem com que alguns alunos tenham menos oportunidades do que outros, apesar de, em tese, receberem a mesma educação. Isto torna necessário o desenvolvimento de políticas públicas que proporcionem uma maior igualdade de oportunidades através da criação de mecanismos que, ao menos, reduzam os efeitos das desigualdades existentes fora da escola.

## 2 ESTUDOS RECENTES SOBRE EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

A evasão escolar, como problemática que atinge todo o sistema de ensino, atinge duramente a educação profissional brasileira. A questão é a recorrente falta de políticas adequadas para lidar com a situação e a falta de estudos mais aprofundados e sistemáticos sobre o tema.

Como já vimos anteriormente, a Rede Federal de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica passa por amplo processo de expansão. Aliado a isto temos a implementação de políticas de ações afirmativas que, em tese, democratizam o acesso dos alunos das mais variadas realidades à educação profissional.

É neste contexto que Meira (2015) levanta a questão de olharmos a evasão como a negação de um direito, uma vez que ao aluno é constantemente negada a condição de permanência em um nível de ensino que o mesmo está buscando:

A evasão escolar na educação profissionalizante representa uma problemática que afeta a formação e o desenvolvimento do jovem ou adulto que almeja se qualificar em busca de melhores empregos e qualidade de vida, atingindo percentuais significativos e que preocupam muitas instituições de educação profissional. Sendo assim, constitui um problema de ordem democrática em que o direito à permanência do aluno na escola não está sendo garantido (MEIRA, 2011, p. 68).

Para buscarmos atender a esta demanda de redução da evasão, Dore e Lüscher (2011) defendem a necessidade da compreensão dos fatores relacionados às escolhas desses estudantes que abandonaram a escola. Tal compreensão pode possibilitar formas de prevenir a evasão, seja pela identificação de novas práticas pedagógicas ou com a implementação de outras políticas públicas adequadas. Seguindo esta linha, verifica-se que a maior parte dos estudos propõe a prevenção do fenômeno da evasão com a identificação precoce do problema e com o acompanhamento daqueles que estão em situação de risco de evadir.

A partir da leitura de trabalhos recentes na área, duas conclusões são alcançadas imediatamente. A primeira é a relevância e a gravidade que o problema apresenta para a educação brasileira, algo já tratado neste trabalho. O segundo ponto é que, apesar da importância, esta é uma área que ainda possui poucos trabalhos publicados, cabendo ainda um longo caminho para a pesquisa.

No trabalho de Anzolin e Kreling (2013), é apontado que a maior dificuldade para a realização da pesquisa é a falta de dados disponíveis de maneira estruturada para pesquisa. Este fato precisa ser contornado pelo pesquisador pela criação da própria amostra, o que dificulta a criação de pesquisa com aspectos mais gerais.

Dore e Lüscher (2011) relatam que as informações referentes à permanência e êxito dos alunos no ensino técnico contam com uma base de dados significativa sem o devido cuidado na organização e publicização das informações, tornando o acesso e a utilização bastante difícil. Ainda assim, as autoras apontam que novas metodologias que vem sendo aplicadas pelo Ministério da Educação tendem a facilitar os instrumentos de pesquisa e também o acesso aos dados no futuro.

Outro ponto recorrente é a dificuldade de estabelecer de maneira clara quais são as razões para a evasão, entendendo que o processo é causado por um conjunto de circunstâncias que atuam de maneira intrincada e complexa. Apesar de este ponto ser crucial para a definição de políticas públicas efetivas, a ainda baixa quantidade de pesquisas aliada a falta de dados disponíveis de maneira estruturada colabora com esta realidade.

No trabalho de Dore e Lüscher (2011), as causas da evasão são classificadas em categorias: individual e institucional. Tal classificação não significa que o problema de determinar as causas esteja necessariamente resolvido, mas é um passo importante para a compreensão do problema:

No âmbito individual, encontram-se os valores, os comportamentos e as atitudes que promovem um maior ou menor engajamento (ou pertencimento) do estudante na vida escolar. Ainda que existam diferentes teorias sobre a evasão, a maior parte delas afirma a existência de dois tipos principais de engajamento escolar: o engajamento acadêmico ou de aprendizagem e o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar (LÜSCHE; DORE, 2011, p. 151-152).

Neste aspecto individual, além da questão do engajamento, as autoras incluem questões relacionadas ao *background* familiar, sobretudo à qualidade das relações (capital social) que possui a família. O fracasso escolar tem apresentado correlação sobretudo quando analisadas as relações e o *background* familiar.

O aspecto institucional é caracterizado pela influência que as políticas e estruturas da escola possuem para a permanência dos estudantes:

Na perspectiva institucional, entre os fatores relacionados à evasão ou à permanência do estudante na escola, distinguem-se a composição do corpo discente, os recursos escolares, as características estruturais da escola, bem como os processos e as práticas escolares e pedagógicas. Cada um desses fatores desdobra-se em muitos outros e, no seu conjunto, compõem o quadro escolar que pode favorecer a evasão ou a permanência do estudante. Finalmente, as pesquisas indicam que a comunidade e os grupos de amigos também têm grande influência sobre os processos de evasão (LÜSCHE; DORE, 2011, p. 152).

Obviamente que nenhum fator se dá de maneira isolada. Em nenhum momento o fator se apresenta de maneira pura, ou seja, só institucional ou só individual, mas a classificação entre estas categorias, mesmo que ocorra de maneira imprecisa se mostrará útil quando da proposta de políticas de permanência e êxito.

Outros trabalhos fazem uma classificação não dentro desta perspectiva entre dois diferentes polos e sim a partir do levantamento dos fatores principais, ou seja, aqueles que são mais recorrentes e mais são apontados pelos estudantes e pelas escolas como causas da evasão. Existe entre os trabalhos analisados certa convergência entre quais os fatores levam os alunos e alunas à evasão. Conforme descrito em Johann (2012) e Meira (2015), podemos determinar que a evasão escolar se delineie sobretudo em cinco fatores principais:

- 1) Necessidade de trabalhar;
- 2) Condições de acesso à escola;
- 3) Horários incompatíveis;
- 4) Falta de recursos materiais;
- 5) Problemas na formação.

Partindo das questões mais gerais, pretendemos a seguir analisar um pouco mais profundamente as questões elencadas como fatores. O mais importante é a questão de que a maioria dos fatores está sempre articulado com algum ou alguns dos outros fatores. Isso mantém a ideia da complexidade do problema, e a questão já levantada inclusive por Bourdieu (2013), de que as dificuldades presentes para que os estudantes, sobretudo de classes populares, não podem ser definidas como uma única causa e sim como obstáculos cumulativos, que tornam cada vez mais difícil a permanência do estudante.

As considerações sobre os fatores foram tiradas a partir do estudo dos trabalhos de Feijó (2009), Gerba (2014), Johann (2012), Machado (2012) e Meira (2015), e são uma tentativa de síntese explicativa destes fatores. Estes trabalhos têm em comum o fato de terem sido desenvolvidos em instituições de educação profissional, que foi um recorte utilizado neste trabalho.

Quando o aluno precisa trabalhar, muitas vezes para atender esta necessidade o aluno precisa parar de frequentar o curso para garantir a subsistência da família, ou mesmo a própria subsistência.

As condições de acesso à escola se referem sobretudo à localização da mesma. A localização da escola pode ser um problema, principalmente por conta das dificuldades que uma escola afastada pode gerar aos alunos. Além disso, uma parte significativa dos novos campi dos Institutos Federais se encontram em locais afastados. Isto se deve muito por conta da especulação imobiliária, que torna a localização do campus em regiões centrais algo inviável. Outro ponto relacionado à localização da escola se refere à violência, a sensação de segurança ou insegurança, o que pode ser determinante na escolha do aluno ou aluna em frequentar ou não as aulas, sobretudo em cursos no período noturno (FEIJÓ, 2009).

Outra questão relacionada à conciliação entre o estudo, trabalho e também entre outras atividades do estudante são os horários incompatíveis dos cursos. Desde o horário de início e término das aulas até o turno no qual é oferecido o curso (matutino, vespertino, noturno ou integral) são determinantes na escolha, ou na falta de escolha, do aluno continuar no curso.

Este fator deve ser sempre relacionado com os dois anteriores: trabalho e localização da escola, uma vez que lidamos em muitos casos não apenas com o horário de início e término das aulas, mas também com o tempo de deslocamento (MEIRA, 2015).

A falta de recursos materiais se expressa na dificuldade do aluno, sobretudo, proveniente das camadas mais pobres da população, de conseguir o custeio das necessidades para permanecer frequentando a escola, o que de certa maneira conflita com o caráter público e gratuito da rede federal de educação. Há os custos diretos como transporte, alimentação e insumos, além de custos indiretos, como o tempo do aluno que é dedicado ao curso ao invés do exercício de uma atividade remunerada, quando este precisa abrir mão da atividade para estudar.

Em relação aos problemas na formação, o ponto pode ser dividido em dois: o primeiro é que o ensino não ocorre de maneira significativa, pois muitas vezes há falta de uma ligação mais forte entre os currículos e o mundo de trabalho ou algum outro elemento que tenha significado para a vida do aluno (MEIRA, 2015). Outro fator é a formação anterior do estudante que, por ter ocorrido de maneira precária ou descontinuada, cria uma série de problemas para o aprendizado. Com dificuldades no aprendizado e problemas de progressão (repetência) muitos alunos acabam desmotivados para prosseguirem os estudos (JOHANN, 2012).

Pretendemos a partir destes elementos fazer uma tentativa de unificar estas duas perspectivas. A primeira visa ter um caráter mais classificatório e a segunda tem um caráter mais descritivo, tendo em conta que, apesar de diversas não são em nenhum momento antagônicas.

No quadro abaixo faremos uma tentativa de organizar as duas abordagens, encaixando os fatores principais apontados pelos autores acima já citados na divisão entre individual e institucional de Dore e Lüsche (2011):

Quadro 1. Fatores relacionados à evasão e o seu caráter individual e institucional

| FATOR                                      | ASPECTO INDIVIDUAL                                                                                                                                                                                             | ASPECTO INSTITUCIONAL                                                                                                                             |
|--------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><i>Para trabalhar</i></b>               | Necessidade de garantir a própria subsistência e/ou a subsistência da sua família.                                                                                                                             |                                                                                                                                                   |
| <b><i>Condições de acesso à escola</i></b> |                                                                                                                                                                                                                | Planejamento do local de implantação do Campus, negociação com diversos atores para garantir que os alunos tenham condições de chegarem à escola. |
| <b><i>Horários incompatíveis</i></b>       |                                                                                                                                                                                                                | Planejamento do horário de oferta dos cursos, turno e horários de início e término que muitas vezes não levam em conta a realidade dos alunos.    |
| <b><i>Falta de recursos materiais</i></b>  | Dificuldades de custear a sua permanência no curso como transporte, alimentação e insumos. Além disso temos o custo inerente ao aluno, que muitas vezes precisar deixar de trabalhar para permanecer no curso. |                                                                                                                                                   |
| <b><i>Problemas na formação</i></b>        | Formação anterior precária. Desmotivação.                                                                                                                                                                      | Ensino não ocorre de maneira significativa para o aluno. Currículos desconectados do mundo do trabalho ou de outros aspectos da vida dos alunos.  |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quando pensamos em aspectos individuais, esses são externos à escola, ou seja, se tratam de políticas onde a escola precisa pensar para além dos seus muros, ou seja, para além da igualdade formal (DUBET, 2008). Políticas públicas que mitiguem as dificuldades apresentadas pelos alunos significam, conforme Valle (2013) e Dubet (2008), promover o entendimento de que a permanência e o êxito dos estudantes são mais do que os resultados de seus esforços individuais; são também resultado de um sistema de reprodução de desigualdades presentes dentro e fora da escola.

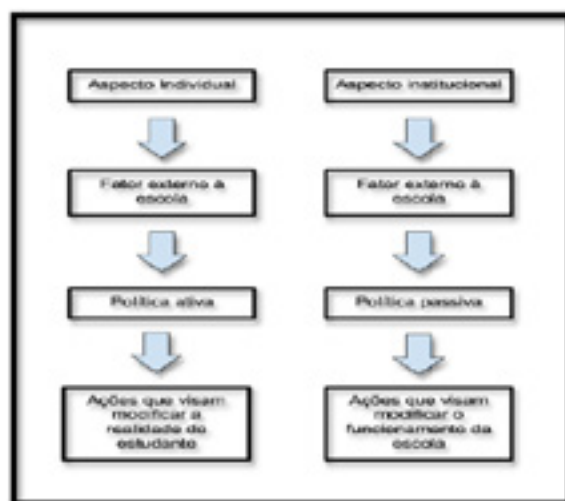


Para tratar as questões externas à escola, são necessárias políticas de permanência e êxito ativas, que visem modificações da realidade objetiva dos estudantes. Estas mudanças podem ser renda, alimentação, apoio psicológico ou pedagógico.

Os aspectos institucionais são aqueles oriundos do próprio funcionamento da escola, são questões internas. Neste caso são necessárias políticas passivas (não no sentido de passividade e sim como diferenciação das políticas ativas), ou seja, a escola não irá intervir diretamente no aluno e sim repensar as suas práticas internas como práticas pedagógicas, horários de funcionamento e condições de acesso.

Na figura abaixo temos uma síntese sobre as diferenças entre aspectos, fatores, tipo de política e objetivos. Tais classificações significam também diferentes abordagens necessárias na formulação de políticas, que possuem diferentes naturezas, que ocasionam diferentes tipos de políticas, geram diferentes ações e possuem diferentes tipos de objetivos.

Figura 1. Diferenciação entre aspectos, tipos de política e objetivos das ações



Fonte: Elaboração própria

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens apresentadas anteriormente de forma alguma são incompatíveis; pelo contrário, são complementares. A unificação das mesmas nos parece fundamental no tocante a pensarmos políticas públicas efetivas e com objetivos claros e que podem fornecer uma ferramenta que auxilie na formulação das políticas. Com isto pretendemos chamar a atenção a dois fatores:

O primeiro é que entre as perspectivas individual e institucional não cabe o pensamento de que a responsabilidade da escola termina nos aspectos institucionais. Para utilizar a igualdade de oportunidades como estratégia se faz necessária a formulação e implementação de políticas também correspondentes à redução das desigualdades fora da escola, ou, conforme classificação de Dore e Lüsche (2011), aos aspectos individuais dos alunos.

O segundo ponto é que a tentativa de classificação não significa que os aspectos possuem causas estanques. Na realidade nenhum aspecto é apenas institucional ou apenas individual. Cada situação surge a partir de uma correlação de fatores de difícil mensuração e de grande complexidade. O que pensamos é que os fatores podem ser mais individuais ou mais institucionais e não exclusivamente de um deles.

Tal classificação atenderá à proposta de pensar o processo de permanência para além das políticas de assistência estudantil (políticas ativas), também analisando como o próprio funcionamento da escola possui elementos ligados ao sucesso e ao fracasso escolar.

Por fim, destacamos a necessidade de se pensar uma escola o menos injusta possível, entendendo que o projeto de escola pretendido é aquele que efetivamente democratiza o conhecimento para todos e não apenas o acesso. Aqui utilizamos dados de pesquisa referentes à rede federal de educação profissional, técnica e tecnológica, porém isto não exclui que diversos dos pontos apresentados são comuns a outras modalidades de ensino.

## REFERÊNCIAS

- ANZOLIN, R. M.; KRELING, W. L. Análise das Causas de Evasão Escolar nos Cursos de Aprendizagem Industrial de uma Unidade de Execução Profissional do Senai/SC no Ano de 2012. **Revista E-Tech**, Florianópolis. 3 ed. Especial Educação, p. 73-90, 2013.
- BORDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- BORDIEU, P.; PASSERON, J. C. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.
- CERATTI, M. R. N. **Evasão escolar**: causas e consequências. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE/SEED/PR. Paraná, 2008.
- DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e Evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, 2011.
- DUBET, F. **O que é uma escola justa?**: A Escola das Oportunidades. São Paulo: Cartez, 2008.
- FEIJÓ, A. A. Fatores determinantes da motivação/desmotivação de alunos do curso técnico em informática do Colégio Agrícola de Camboriú – UFSC. 2009. Dissertação (Mestrado) – UFFRJ, **Programa de Pós graduação em Educação Agrícola**, Rio de Janeiro, 2009.
- GERBA, R. T. Análise da evasão de alunos nos cursos de licenciatura: Estudo de caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. 2014. Dissertação (Mestrado), UFSC, **Programa de Pós Graduação em Administração Universitária**, Florianópolis, 2014.
- JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense**: um estudo de caso no campus Passo Fundo. Dissertação (Mestrado). UFP, Passo Fundo, 2012.
- LÜSCHER, A. Z.; DORE, R. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, sup. n. 1, vol. 8, p. 147-176. 2011.
- MACHADO, M. R. L.; MOREIRA, P. R. **Educação profissional no Brasil**: evasão escolar e transição para o mundo do trabalho. Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.
- MEIRA, C. A. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante**: um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado) - UFES, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Vitória, 2015.
- VALLE, I. R. **Uma escola justa contra o sistema de multiplicação das desigualdades sociais**. Educar em Revista, v. 48, p. 289-307, 2013.

# O ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO: A OFERTA DOS INSTITUTOS FEDERAIS EM CONTRAPOSIÇÃO A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

DENIS WILLIAM GRIPA<sup>13</sup> | VANESSA DE LIMAS<sup>14</sup>

## INTRODUÇÃO

Uma educação pública, gratuita e de qualidade, é a imagem objetivo de vários trabalhadores em educação por este país afora. Especificamente no ensino médio, uma estratégia que nos últimos anos vem se mostrando efetiva para o alcance de uma educação de qualidade é o ensino técnico integrado ao ensino médio, ofertado pelos Institutos Federais (IF's). Os IF's são instituições federais de ensino que atuam de maneira vertical na educação, tanto na formação básica como na técnica e tecnológica, oferecendo cursos de qualificação profissional, de graduação e de pós-graduação além dos cursos técnicos, em que o aluno dispõe de três modalidades: integrado ao ensino médio, em que, simultaneamente, ele realiza as disciplinas do ensino médio e do curso técnico da área escolhida; concomitante, no qual o aluno realiza o curso técnico no IF em um turno enquanto faz o ensino médio em outra escola de outra rede de ensino no contra turno; e subsequente, para os alunos que após realizarem o ensino médio resolvem iniciar um curso técnico. Fazendo uso das palavras de Otranto (2010), os IF's se materializam como uma política pública no campo da educação brasileira que busca um ensino público de qualidade.

A rede federal de ensino vivenciou entre 2003 e 2016 a maior expansão da história. Enquanto tínhamos 140 escolas técnicas construídas entre 1909 e 2002 no Brasil, entre os anos de 2003 e 2016 mais de 500 unidades foram construídas, totalizando 644 *campi* em funcionamento por todo o território nacional até maio de 2016, data do último levantamento divulgado pelo governo federal (MEC, 2016a). Parte deste crescimento foi impulsionado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), as Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), as Escolas Agrotécnicas, as Escolas Técnicas Federais e as escolas vinculadas a universidades nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (MEC, 2016a).

Na contramão do que é proposto e executado pelos IF's, temos a Lei nº 13.415 sancionada em 16 de fevereiro de 2017, que objetiva a reformulação do ensino médio brasileiro (BRASIL, 2017). Dentre as várias mudanças propostas, uma delas permite ao aluno a realização do ensino médio articulado com a formação técnica e profissional, porém, com bases muito distintas das ofertadas pelos IF's atualmente. Este trabalho propõe-se a comparar as duas propostas de integração da educação básica com a formação técnica e profissional, demonstrando porque ambas apresentam poucas convergências e caminham em direção opostas.

O percurso metodológico deste trabalho deu-se a partir da análise documental, usando documentos de primeira mão como material de análise. Sobre esta técnica de pesquisa, faço uso das palavras de Gil (2008) para expor que a análise documental amplia o escopo de materiais envolvidos na pesquisa em relação à pesquisa bibliográfica, por trabalhar com materiais que ainda não receberam

<sup>13</sup> Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí – Univali. Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS – Campus Farroupilha) e do Centro Universitário de Brusque – Unifebe.

<sup>14</sup> Graduada em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Itajaí – Univali.

tratamento analítico, por exemplo, documentos oficiais, entrevistas e reportagens de jornal sobre a temática estudada. Esta técnica de pesquisa também se mostra pertinente neste trabalho tendo em vista que um dos assuntos em debate, a saber, a reforma do ensino médio, é extremamente recente e haveria dificuldade em coletar dados na bibliografia existente. Na ausência de artigos publicados em revistas indexadas e livros que tratam da temática, a análise documental permite trabalhar com uma gama de materiais diferentes, contribuindo assim para a análise do objeto de pesquisa delimitado pelo pesquisador.

## 1 DESENVOLVIMENTO

A Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, aprovou a Medida Provisória (MP) nº 746 de 2016 que estabelece a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A medida promove alteração na última etapa da educação básica e propõe uma reformulação no ensino médio, no qual dentre outras alterações será oportunizado aos alunos a execução de um ensino técnico simultâneo ao ensino regular. O governo afirma no portal do Ministério da Educação (MEC), em uma seção criada para tirar dúvidas do internauta sobre a reforma realizada, que um aluno para se formar nos três anos de ensino médio e em um curso técnico deveria cumprir 2,4 mil horas de ensino regular mais 1,2 mil horas do técnico (MEC, 2016b). A partir da aprovação da lei, uma adequação da carga horária será necessária, que segundo a proposta será realizada acrescentado, primeiramente no prazo de cinco anos, uma hora diária de aula no ensino médio, elevando a carga horária de quatro para cinco horas. Após isso será feita também a inclusão de mais duas horas diárias, porém essa meta não tem prazo para se concretizar.

Mas, um aumento da carga horária por si só, terá impacto positivo na educação dos jovens que cursam o ensino médio? Sobre esta situação, O Professor Geraldo Leão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) levanta alguns questionamentos. Será que as escolas e os professores, com as atuais condições de trabalho existentes, terão como oferecer algo diferente do que vem sendo as disciplinas tradicionais? Será que os alunos vão realmente experimentar métodos e conteúdos mais “atrativos” para o tempo que está sendo acrescido na carga horária do ensino médio? E os jovens que já estão no mercado de trabalho e dividem seu tempo entre escola e emprego, como prosseguirão com os estudos a partir deste aumento da carga horária? (LEÃO, 2017). Podemos analisar, a partir do que a lei propõe em relação ao aumento de carga horária, que há uma contradição muito marcante na relação da reforma do ensino médio com a Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016), antiga Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/55 que foi fruto de grandes polêmicas durante sua tramitação. O governo propõe um modelo que demanda a contratação de mais professores e grandes reformas na infraestrutura para que os jovens permaneçam mais tempo na escola. Além disso, a Emenda Constitucional nº 95 prevê o congelamento por 20 anos dos gastos primários, que dentre outras áreas, afeta diretamente a educação.

No que tange ao financiamento dos IF's, o estudo realizado por Filho e Chaves (2004) a partir dos dados coletados no Censo da Educação Superior e da Execução Orçamentária da União, registrou que entre os anos de 2009 e 2013 houve um expressivo aumento do financiamento dos IF's. A partir da análise dos referidos autores, podemos constatar que a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em dezembro de 2008 foi acompanhada de um financiamento adequado para a materialização da rede instituída, diferentemente da reforma do ensino médio em que a lei não vem acompanhada de uma previsão de direcionamento de recursos financeiros que sejam suficientes para a criação e desenvolvimento do modelo proposto. Na reforma do ensino médio, cabe questionarmos: como as escolas construirão os laboratórios necessários para a articulação com o ensino

técnico, com o contingenciamento orçamentário previsto para as próximas duas décadas? Na análise da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd, 2017), a implantação e manutenção das escolas técnicas exigem altos investimentos estruturais para que haja uma formação de qualidade, exige equipamentos, laboratórios, espaços de trabalho e materiais de insumo disponíveis. Com isso temos uma proposição de um modelo de ensino técnico articulado com o médio, que na prática não tem como funcionar com qualidade satisfatória.

Ainda tematizando a questão do financiamento do ensino médio proposto pela reforma, a lei prevê uma readequação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em que concentra recursos na etapa do ensino médio. Segundo a análise de Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, esta retirada de recursos nas creches, pré-escolas e educação básica é muito preocupante para a educação, em especial para a educação infantil que hoje necessita de maiores investimentos para dar conta da demanda social recente na questão das creches (CARA, 2017). Para Camilla Croso, coordenadora geral da Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (Clade) e presidenta da Campanha Mundial pela Educação (CME), a reforma amplifica o processo de privatização da educação pública, pois a precarização das redes de ensino resultantes do baixo financiamento para o modelo proposto abrem espaço para as parcerias público-privadas que já vem ocorrendo entre os estados e as organizações sociais (OS's), empresas e o sistema S (SENAI, SESI, SENAC, SESC, etc.), o que dentre outras coisas resulta no “[...] desmonte da educação pública e a *apropriação de recursos públicos por setores privados* em prol do lucro e de uma orientação político-pedagógica da educação alinhada com os interesses de mercado.” (CROSO, 2016, s/p).

Na reforma do ensino médio, as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes não serão mais obrigatórias, haja vista que a lei apenas coloca a obrigatoriedade de “estudos e práticas” das referidas disciplinas, o que segundo análise da ANPEd abre a possibilidade de os conhecimentos destas disciplinas estarem diluídos em outras disciplinas, cumprindo a obrigatoriedade dos “estudos e práticas” constantes na lei e desfazendo a especificidade das mesmas (ANPEd, 2017). As únicas disciplinas que permanecem obrigatórias nos três anos do ensino médio passam a ser Matemática e Português, abrindo espaço para os itinerários formativos. Os itinerários formativos são as ênfases que o aluno poderá dar em uma das cinco áreas propostas, a saber: a) linguagens e suas tecnologias; b) matemática e suas tecnologias; c) ciências da natureza e suas tecnologias; d) ciências humanas e sociais aplicadas; ou e) formação técnica e profissional (BRASIL, 2017). O governo defende através do portal do MEC que isso gera uma “flexibilização da grade curricular”, dando liberdade ao aluno para escolher em qual área de conhecimento ele quer aprofundar seus estudos (MEC, 2016b). Segundo a análise de Cara (2017), não há flexibilização do ensino ao delegar a um jovem de 16 anos a escolha por uma dentre cinco possibilidades de trajetória, porque o aluno acaba optando pelas disciplinas em si, e não por uma área que desperta mais interesse. Ainda segundo Cara, a flexibilidade real seria um ciclo básico de disciplinas complementado por várias matérias optativas, em que o jovem opte pelas disciplinas eletivas sem ter que optar por um itinerário específico.

Outra problemática inerente aos itinerários formativos consta na própria lei, que não coloca a obrigatoriedade da oferta de todos pelas redes de ensino. Cada escola será obrigada a ofertar apenas um itinerário formativo, fazendo com que a liberdade de escolha defendida pelo governo federal seja ainda mais incerta. Segundo a análise de Leão (2017), nesta fase da vida o jovem deveria ter uma ampliação das experiências educativas, e em pleno auge da chamada “sociedade da informação” a reforma do ensino médio restringe as experiências educativas que o jovem terá, pois os itinerários formativos não estarão todos a disposição. Para a ANPEd (2017), o que ocorrerá na prática é que as



escolas oferecerão apenas um itinerário formativo aos jovens, pois as mesmas não têm infraestrutura e material humano para ofertar todos. Assim sendo, podemos nos questionar: onde está a liberdade de escolha do jovem, que se optar por um itinerário que não seja ofertado pelas escolas da sua região ou cidade, terá que realizar um grande deslocamento diário para cursar o escolhido?

Já nos IF's, todos os seus cursos técnicos integrados ao ensino médio seguem a Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Em suma, todos os cursos integrados devem trazer as disciplinas do núcleo técnico ligadas à formação profissional, além do núcleo de base comum da educação básica nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, ligadas à formação geral, sendo que todos estes componentes curriculares são indispensáveis para a formação e o desenvolvimento integral do cidadão. Em relação à carga horária total, o mínimo determinado pela resolução é de 3.000, 3.100 ou 3.200 horas, de acordo com a modalidade do técnico ofertada e que deve se pautar pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que prevê cargas horárias mínimas distintas para cada habilitação profissional (CNE, 2012). Podemos constatar assim, que nos IF's o núcleo de disciplinas técnicas é acrescentando na matriz curricular sem que haja diminuição nas áreas de conhecimento.

Fazendo uso das palavras de Fernando Haddad, ex-ministro da educação e ex-prefeito de São Paulo, a lei que reforma o ensino médio não traz nenhuma diretriz clara, sendo genérica demais em suas proposições. Além disso, ele critica também a maneira como a reforma foi proposta (HADDAD, 2017). Neste último ponto de sua fala reside outra forte crítica apresentada à reforma do ensino médio, que se refere à forma como a mesma foi proposta, ou seja, via medida provisória. Por mais que a medida provisória seja um dispositivo previsto na constituição federal, a mesma deve ser utilizada pelo presidente da república apenas em casos considerados urgentes (BRASIL, 1988). A realização de mudanças estruturais numa política pública não deve ser realizada via MP, e sim com amplo debate junto à sociedade e às entidades representativas da educação brasileira. Foram com estes argumentos que em dezembro de 2016, durante a tramitação da MP, foi movida uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) aceita pelo Ministério Público Federal (MPF, 2016). Apesar da ADIN não ter sido julgada, a mesma reforça o caráter antidemocrático da reforma, que buscou tratar os problemas da educação no país de maneira restrita e isolada, sem considerar a complexidade inerente a esta política pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada podemos compreender que através de um planejamento estruturado, seguido de um financiamento adequado, os IF's conseguem oportunizar uma educação de qualidade articulando o ensino técnico ao ensino médio. Diferente disso, através dos argumentos apresentados, percebemos que a reforma do ensino médio caminha para uma direção diferente a dos IF's. Isso porque a sua proposta prevê apenas uma mudança curricular no ensino, atacando os problemas da educação de maneira isolada e não apresentando um planejamento orçamentário adequado para a sua implementação. A aprovação da reforma é contraditória ao colocarmos a mesma no contexto da aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que prevê o congelamento dos gastos primários do governo afetando diretamente a educação. É nítida nesta proposta a falta de um planejamento estruturado que realmente aponte para alguma melhoria no ensino público.

O ensino técnico articulado ao ensino médio proposto pelo IF's se materializa como uma política pública que objetiva a formação integral dos jovens, tendo em vista que amplia a formação oferecida através da inserção das disciplinas de cunho técnico no currículo, sem a redução ou exclusão das

disciplinas propedêuticas. Ao ofertar os itinerários formativos, a reforma do ensino médio não está efetivamente flexibilizando o currículo, e sim restringindo o acesso dos jovens a uma educação integral. Assim sendo, podemos constatar que além das inúmeras divergências apontadas neste estudo entre a proposta dos IF's e a reforma do ensino médio, essa última, devido à falta de planejamento e de financiamento, à atual realidade econômica do país e outras problemáticas decorrentes da sua forma de implementação, está fadada ao fracasso, não apresentando qualquer perspectiva positiva de mudança no cenário educacional brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação E Pesquisa em Educação. **Reforma do Ensino Médio**: entenda o que está em jogo e as vozes desconsideradas no processo. 2017. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/reforma-do-ensino-medio-entenda-o-que-esta-em-jogo-e-vozes-desconsideradas-no-processo> Acesso em: 16 jun. 2017.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 18 jun. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília-DF, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm) Acesso em: 19 jun. 2017.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília-DF, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm) Acesso em: 20 jun. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília-DF, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm) Acesso em: 20 mai. 2017.
- CARA, D. Reforma do ensino médio é um retorno piorado a década de 90. Entrevista concedida a Renan Truffi. **Carta Capital**. 9 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/reforma-do-ensino-medio-e-um-retorno-piorado-a-decada-de-1990> Acesso em: 18 jun. 2017.
- CONSELHO Nacional de Educação (CNE). **Resolução nº 6**, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília-DF, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 18 jun. 2017.
- CROSO, C. A. M. P. No contexto de privatização da educação regional e global. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 3 de novembro de 2016. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/a-mp-n-746-no-contexto-de-privatizacao-da-educacao-regional-e-global/> Acesso em: 18 jun. 2017.
- FILHO, J. R. S.; CHAVES, V. L. J. Política de expansão e financiamento dos institutos federais de educação tecnológica. **Anais do XXII Seminário Nacional Universitas/Br**. Natal/RN, 21 a 23 de maio de 2014, p. 28-47. Disponível em: [http://universitas.ce.ufrn.br/ANAIS\\_DO\\_XXII\\_SEMINARIO\\_NACIONAL\\_UNIVERSITAS.pdf](http://universitas.ce.ufrn.br/ANAIS_DO_XXII_SEMINARIO_NACIONAL_UNIVERSITAS.pdf). Acesso em: 19 jun. 2017.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed., São Paulo, Editora Atlas S.A., 2008.
- HADDAD, F. Haddad critica reforma do ensino médio por meio de MP. Entrevista concedida a revista Valor Econômico. **Valor Econômico**. 13 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4967346/haddad-critica-reforma-do-ensino-medio-por-meio-de-mp>. Acesso em: 18 jun. 2017.
- LEÃO, G. Reforma do ensino médio: ingenuidade ou má-fé? In: **Boletim UFMG**, nº 1966, ano 43, 20 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1966/2.shtml> Acesso em: 25 mai. 2017.

MEC. **Portal da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.** Brasília-DF, 2016a. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/>> Acesso em: 20 mai. 2017.

MEC. **Novo ensino médio: dúvidas.** Brasília-DF, 2016b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361> Acesso em: 20 mai. 2017.

MINISTÉRIO Público Federal (MPF). **MP do Ensino Médio é inconstitucional diz PGR.** Brasília-DF, 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mp-da-educacao-e-inconstitucional-diz-pgr>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

OTRANTO, C. R. Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia – IFET's. **Revista Retta**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 89-110, 2010.

# PIBID EDUCAÇÃO FÍSICA VALORIZANDO MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NOS CONTEÚDOS ESCOLARES

BRUNO GOMULSKI<sup>15</sup> | KAOANE PILAR DE LIMA<sup>16</sup> | LISANDRA ALINE ADRIANO<sup>17</sup>  
LEANDRO VILMAR M. HEIDERSCHIEDT<sup>18</sup> | EMANOELE F. OSELAME<sup>19</sup> | VANDERLÉA ANA MELLER<sup>20</sup>

## INTRODUÇÃO

O PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) é uma Política Pública que propõe a qualificação da docência, pautada nas experiências dos licenciandos em contato com os professores das escolas. Busca contribuir com a formação docente e avanços nas propostas de ensino, com metodologias adequadas que valorizam a inovação e conteúdos relevantes de diferentes áreas, mobilizando a postura interdisciplinar e aprendizagens. O subprojeto do PIBID “Brinciar” está vinculado ao curso de Educação Física licenciatura da UNIVALI, do município de Itapema-SC e possui cinco bolsistas que são alunos da graduação, uma professora de Educação Física da rede municipal de ensino na função de supervisora, e uma professora do curso de graduação que atua como coordenadora de área. O grupo promove ações que buscam consolidar os propósitos do programa, portanto tem desenvolvido propostas reflexivas no âmbito pedagógico e de ensino-aprendizagem.

Entre as propostas, surge a necessidade de rever os conteúdos desenvolvidos nas aulas de Educação Física, a fim ampliar os conhecimentos envolvidos e necessários para enriquecer o vínculo cultural. Foi evidenciado pelos bolsistas a busca da coerência, validade e legitimidade dos conhecimentos que são interessantes na área, no contexto da construção cultural, social e pessoal. O grupo destacou que a cultura é um universo temático, possível de ser valorizada a partir de reflexões que contemplem a amplitude e riqueza dos saberes envolvidos na esfera social.

As manifestações sociais em diferentes culturas, nas aulas de Educação Física, possibilitam conhecimentos nos diversos aspectos do ser humano. Ampliar os conteúdos propostos favorece o acesso às aprendizagens necessárias, numa perspectiva ampliada de educação que atenda às demandas da integralidade. A Base Nacional Comum Curricular (2016) prevê a ampliação cultural nos currículos da Educação Física, considerando diversas práticas regionais, nacionais e mundiais para enriquecer o planejamento e intervenções pedagógicas. A partir de tais propósitos, o subprojeto “Brinciar” vem construindo, no programa de formação de professores, reflexões em torno das abrangências e conexões culturais dos conteúdos selecionados para as aulas de Educação Física, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Entre os conteúdos analisados e selecionados pelo grupo estiveram os provenientes das culturas portuguesas e circenses, com toda sua riqueza de repertório de movimentos e brincadeiras. Esta definição considerou heranças da cultura própria dos educandos e da comunidade. A arte circense, como conteúdo escolar, buscou ressignificar a “magia do circo”, valorizando a expressão por meio do brincar, representar e encantar. Esta se configura como prática que reúne vários conhecimentos de caráter educativo, o que justifica abordar tal arte no currículo da Educação Física e também de outras disciplinas escolares, numa perspectiva interdisciplinar. A cultura portuguesa caracteriza a descendência

<sup>15</sup> Graduando em Educação Física. Bolsista do PIBID – Subprojeto Educação Física.

<sup>16</sup> Graduando em Educação Física. Bolsista do PIBID – Subprojeto Educação Física.

<sup>17</sup> Graduando em Educação Física. Bolsista do PIBID – Subprojeto Educação Física.

<sup>18</sup> Graduando em Educação Física. Bolsista do PIBID – Subprojeto Educação Física.

<sup>19</sup> Graduada em Educação Física. Bolsista do PIBID – Subprojeto Educação Física – Supervisora.

<sup>20</sup> Doutoranda em Educação. Mestre em Educação nas Ciências; Professora no Curso de Educação Física UNIVALI; Bolsista do PIBID – Subprojeto Educação Física – Coordenadora. vanderlea@univali.br

da maioria dos educandos da escola e possui sua riqueza artística oriunda da musicalidade, das danças, das brincadeiras, dentre outras características que merecem ser contempladas, pois recuperam a história local e os rituais culturais.

A Educação Física escolar tem um histórico registrado na tradição que abordou demasiadamente conteúdos limitados aos esportes tradicionais e que, muitas vezes, reduziu o acesso dos educandos ao contato com outras manifestações da cultura de movimento, provenientes de diferentes povos. Diante desta situação e entendendo a Educação Física como componente curricular relevante na ampliação dos saberes, tornou-se imprescindível que os bolsistas contribuíssem com o diálogo e reflexão acerca dos conteúdos da cultura popular. Portanto, desenvolvemos um movimento de expansão dos conteúdos nas intervenções pedagógicas do PIBID “Brinciar”, buscando valorizar a diversidade cultural nas aulas regulares e, nesta perspectiva, possibilitar aos educandos o (re)conhecimento das influências dos diferentes povos.

A Base Nacional Comum Curricular (2016, p.171) expressa que “A Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos e patrimônio cultural da humanidade”. Portanto, torna-se necessário valorizar e contemplar nos conteúdos as propostas conectadas aos bens populares, aos patrimônios culturais imateriais e materiais.

Para Ontañón; Duprat e Bortoleto (2012), está ocorrendo uma ampliação das atividades circenses nas aulas de Educação Física, compondo o currículo escolar a nível nacional. Estes mesmos autores identificam que este tema tem sido focado nas pesquisas de graduação com pouca profundidade e fica evidente a necessidade de formação dos professores. Também apresenta carência nas possibilidades educativas que envolvem expressão, comunicação e educação estética. Destacamos também que muitas propostas apresentam foco demasiado nas habilidades técnicas e acabam negligenciando os propósitos da cultura em si, na sua originalidade que contempla o corpo livre.

A valorização da cultura local, nas aulas de Educação Física também é outro ponto a ser considerado. Entendemos que recuperar a cultura é extremamente fundamental na valorização da identidade da comunidade. Percebe-se que algumas manifestações culturais são heranças dos portugueses, mais precisamente açorianos, e estão pouco presentes nos dias de hoje, na vida escolar dos educandos. As tradições e os costumes foram se perdendo com o passar dos anos, e pensando nisso algumas manifestações culturais portuguesas foram recuperadas e adaptadas ao mundo dos educandos, proporcionando um contato mais efetivo com a cultura.

Este estudo foi desenvolvido nas aulas de Educação Física de atuação do PIBID, no subprojeto “Brinciar” Educação Física da UNIVALI, na Escola Municipal Maria Linhares de Souza - Itapema/SC, no segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Participaram cerca de 50 alunos do Ensino Fundamental, com idades entre 7 e 10 anos. Foram realizados planejamentos de ensino e, ampliando as reflexões do grupo, os planos de aula foram elaborados. Após as intervenções com os educandos, a partir das expressões evidenciadas, realizamos os relatórios reflexivos semanais. As ações foram pautadas em processos de ação-reflexão-ação, sempre em constante interação entre licenciandos, supervisão e coordenação de área do PIBID.

O intuito foi expandir e ressignificar os conteúdos contemplados nas aulas de Educação Física no contexto cultural, provocando nos educandos sensibilidade ao conhecer sua própria história e as manifestações culturais que fazem parte da sua constituição. Baseando-se nisso, dois temas receberam destaque: a Cultura Açoriana e a Cultura Circense. O objetivo desta pesquisa foi compreender a diversidade cultural na Educação Física a partir das propostas ampliadas de conteúdos no planejamento de ensino e ações pedagógicas do subprojeto PIBID.



## 1 A DIVERSIDADE CULTURAL NOS CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Toda trajetória pedagógica, na construção do conhecimento, exige um processo reflexivo de escolhas, e entre elas estão os conteúdos. O cuidado quanto à validade educativa é fundamental, pois saberes possíveis estarão propostos. Nóvoa (2010) destaca que os educadores e escola devem decidir o que é essencial ensinar aos educandos, dedicando a isso todos os esforços. Neste contexto, realizamos uma proposta permeada pelo diálogo na definição dos conteúdos e energia empregada para seu desenvolvimento e abrangência.

Os licenciandos e educandos desempenharam ações expressivas da cultura viva e local, e encontraram muitas manifestações que estavam esquecidas e mereciam ser retomadas, em virtude da ligação com as tradições e as heranças culturais, pessoais e familiares. Os conteúdos evidenciados pelo grupo foram a cultura açoriana e circense. Destacamos que a cultura circense já tínhamos desenvolvido no ano anterior, porém foi tão valorizada e lembrada pelos educandos que mantivemos este conteúdo na proposta. A identificação dos impactos positivos dos conteúdos desenvolvidos no grupo foi muito importante para os propósitos da continuidade e validade.

A definição dos conteúdos na coletividade amenizou a contemplação da cultura de movimento mais envolvida no saber esportivizado, que nas aulas de Educação Física ainda era muito evidenciado. Sentimos a importância de rever conceitos e ampliar os conteúdos, no desafio de ressignificá-los. Tornou-se evidente que propor conteúdos mecanizados e restritos não contribuem para a estimulação do ser sensível. Para Libâneo (2008, p.127) os conteúdos têm lugar e relevância na vida escolar, pois estão permeados de cultura e existem para promover aprendizagem, sendo que “[...] a escola tem por principal tarefa na nossa sociedade a democratização dos conhecimentos, garantindo uma cultura de base para todas as crianças e jovens”. Os conteúdos são elementos que não podem ser desenvolvidos de maneira linear e mecanicista, pois os alunos precisam ser oportunizados a “[...] reconhecer neles um significado vital” (LIBÂNEO, 2008, p.127).

Preocupados com a coerência, abrangência e validade dos conteúdos nas aulas, inicialmente, realizamos um aprofundamento conceitual e prático da cultura portuguesa e açoriana da região litorânea de Santa Catarina. Para contato com a dinâmica vital dos conteúdos, realizamos uma pesquisa de campo em uma visita ao mercado público de Itapema-SC, onde conversamos com um membro da Fundação Cultural que sempre viveu nesta cidade, conhece e pesquisa a trajetória histórica e a cultura presente, principalmente açoriana. Ele relatou histórias interessantíssimas sobre os pescadores, referentes à pesca de baleias para retirada do óleo. Mencionou alguns contos e lendas, tais como Sinhá Martinha, Pedra da Mula, Lobisomem de Itapema, entre outros. Tais histórias foram retomadas com as crianças no decorrer das intervenções, e a cultura portuguesa foi sendo aprofundada, identificando nela a ligação com a cultura eminentemente brasileira, e conteúdos importantes destacaram-se para os propósitos da Educação Física, como brincadeiras, dança, expressão corporal, atividades rítmicas, entre outras. Novos conhecimentos foram adquiridos sobre o tema, para então contemplá-los como conteúdo curricular da Educação Física na escola. A Base Nacional Comum Curricular (2016, p. 171) expressa que “Educação Física oferece uma série de possibilidades para enriquecer a experiência das crianças, jovens e adultos na Educação Básica, permitindo o acesso a um vasto universo cultural”.

As atividades foram realizadas com atenção especial aos conteúdos específicos, valorizando-os como patrimônio cultural, numa perspectiva interdisciplinar. A Puxada de rede foi amplamente reconhecida por seu conteúdo rico em historicidade, pois conta a história do pescador por meio da dança e seu enredo. A sensibilização para a cultura do mar também ocorreu na visita ao Museu Oceanográfico da UNIVALI. Essa estratégia foi muito importante, a fim de abordar mais amplamente os

conteúdos e sensibilizar os licenciandos e educandos, permitindo o contato com a arte. A partir deste contato foram construídas dobraduras de barcos e peixes, e criados movimentos expressivos, tudo com muito encantamento. Os educandos conseguiram ter contato maior com os animais marinhos, podendo observar e se deslumbrar com a diversidade de espécies ali encontradas. Muitas brincadeiras surgiram no encantamento, recuperando memórias do mar e da cultura portuguesa. Para Kunz (2004), os conteúdos possuem aspectos fundamentais de interação em que a relação da manifestação de movimento tem ligação com o contexto social e também de trabalho, no acesso ao conhecimento e informação que ganha sentido e relevância para a aquisição de habilidades em determinadas práticas. Já quanto à linguagem, os educandos precisam ter acesso a conteúdos simbólicos e linguísticos que transcendem o contexto esportivo.

A fim de ampliar a abrangência dos conteúdos, a dança folclórica também foi desenvolvida com a finalidade de vivenciarmos a cultura popular da nossa região. Foi escolhida pelo grupo a Dança da Padeirinha, de origem portuguesa, que é realizada com as pessoas organizadas numa roda. Os movimentos desta dança consistem em bater palmas, colocar a mão no coração, trocar de lugar com o companheiro da frente, entre outros movimentos. Foi uma dinâmica que promoveu a sensibilidade artística e a afetividade. Foi uma experiência surpreendente, onde meninos e meninas dançaram alegremente ao ritmo da moda portuguesa. Ressaltamos que as diferentes estratégias pedagógicas, envolvidas na liberdade do brincar e no desenvolvimento dos conteúdos foram importantes para as aprendizagens dos educandos e compreensão das práticas.

Outra intervenção, rica em conhecimentos, foi a visita ao Mercado Público de Itapema para a interação com o grupo Boi de Mamão, composto por alunos das escolas municipais de Itapema. Além de apreciarem as belas rimas expressas, os educandos também puderam observar a atuação dos personagens como a Maricota, o Boi, o Cavalinho, entre outros. Neste dia, tiveram a oportunidade de brincar com os personagens e de mexer livremente criando movimentos expressivos. A cultura do folgado Boi de Mamão tornou-se um conteúdo muito relevante pela diversidade de movimentos que compõe sua prática. A simbologia presente despertou para a liberdade expressiva e muitas habilidades foram requisitadas. A criatividade dos movimentos ocorreu no envolvimento entre os personagens e seus recursos, ocorrendo a expressão real do ser sensível.

Para a Associação Cultural Arreda Boi (2014, p.13) entre as expressões culturais de Florianópolis e do litoral do Estado de Santa Catarina, o “Boi-de-Mamão é uma delas e “Nesta brincadeira, há um enredo, construído em torno da morte e ressurreição de um boi. Seus personagens podem variar de acordo com o lugar”. A musicalidade presente nos versos é também uma riqueza desta manifestação cultural, com apresenta os versos da música “Boi”, cantada por Seo Zé:

*Seu dono da casa, vou pedir licença  
Pro meu boi brincar, ô maninho, na sua presença  
Ô meu vaqueirinho, pula no salão  
Dá uma volta em roda, ô maninho, faz obrigação  
O meu vaqueirinho, ele já chegou  
O dono da casa, ô maninho, já cumprimentou  
Ô meu vaqueirinho, preste atenção  
Este boi tá bravo, ô maninho, pula no salão  
Ô meu vaqueirinho, eu vou te mandar*

*Vai buscar o boi, ô maninho, quero ver brinca  
Ê boi! Brinca bem devagar  
Ê boi! Brinca bem direitinho  
Ê boi! Que é pra não machucar  
Ê boi! O meu boi brinca bem  
Ê boi! Brinca bem agachado Ê boi!  
Pra não machucar ninguém Ê boi!  
(ASSOCIAÇÃO CULTURAL  
ARREDA BOI, 2014, p. 36-37)*

O festejo em torno do boi ressuscitado e a alegria da vida são os motivos que amparam a festa, envolvendo também o respeito aos animais e diálogo gerado com eles. O chamado ao boi é para os desafios do movimento, da criatividade e expressividade. “O alvo do boi é o/a vaqueiro/a. É sobre ele/a

que o bicho lança suas investidas. O boi movimentava-se muito, havendo momentos em que pára, mira o/a vaqueiro/a e dança em um mesmo lugar, como se fosse dar um bote, criando, assim, um clima de suspense” (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARREDA BOI, 2014, p. 31).

Na proposta ampliada de conteúdos também ocorreu a recuperação de brincadeiras tradicionais, pois valorizamos as que permeavam os conteúdos vinculados à diversidade cultural. Ocorreram muitas brincadeiras com o Boi de mamão, com as Cinco Marias, o Pão por Deus, entre outras. A brincadeira Pão por Deus tornou-se marcante nas relações afetivas, pois consistiu em escrever nos corações de papel mensagens que foram compartilhadas, envolvendo amor, perdão, pedidos, enfim, o que os participantes desejassem. Também recuperou a historicidade da brincadeira,

O Pão por Deus sofreu modificações que se resumem não somente na época. Nas ilhas açorianas e no arquipélago de Madeira, os pedidos são entre os dias 1º e 2 de novembro, enquanto aqui é anterior a novembro, lá são as crianças que pedem pão e guloseimas, etc., aqui, o costume foi modificado, passando aos mais diversos pedidos, até mesmo de amor. Enquanto que, lá, ainda eram os meninos com cantorias infantis ou solicitações simples, aqui, com os adultos, criaram-se os Corações amorosos em forma de escrita em mensagem simbólica. Nos açores, não são conhecidos os corações, existindo, entretanto, o papel recortado à tesoura ou a navalha, manifestação artística que remonta ao século XVII (SOARES, 1996, p.14).

A afetividade estimulada, a expressão de sentimentos que provocaram a ligação com o outro possibilitou a ampliação das linguagens nos educandos e licenciandos. Os conteúdos envolveram valores com atitudes sociais positivas que despertaram a sensibilidade humana, o diálogo fundamental para a reflexão e compreensão dos saberes presentes.

A Cultura Circense também foi muito rica em conteúdos nas aulas de Educação Física. Isso se deve ao fato de ser um tema encantador, em virtude da diversidade de movimentos e os desafios motores, os recursos ampliados, o colorido, a sua aceitação foi imediata. O circo trabalhou com a magia, encantamento e provocou sentimentos carinhosos. O personagem palhaço foi escolhido para trabalhar mais especificamente as expressões e representações, também a origem do circo. O palhaço foi capaz de provocar nos participantes amplos sorrisos, transbordando alegria e fascinação, pois ele é a representação da arte clown. “Exploração da arte na escola faz-se indispensável por entendermos que por intermédio da arte o ser humano torna-se mais sensível ao meio que o cerca” (NEITZEL *et al.*, 2012, p.48).

A alegria do palhaço é um dos principais elementos do circo, pois ele assume muitas funções artísticas com a finalidade de provocar gargalhadas. Foram observadas as expressões se ao introduzir o artista palhaço nas propostas de conteúdo específico, e com o reconhecimento e o exercício do seu papel, foi criado um desafio rever definições e percepções. Tornou-se necessário dialogar com os educandos para que pudéssemos reconhecer quais eram os seus medos e o porquê deles. Na expressão dos educandos fomos surpreendidos com um estereótipo negativo do palhaço, devido a veiculação distorcida do mesmo nas mídias, envolvidos no terror e na imoralidade. Identificamos muitas dificuldades de enfrentamento nos alunos, portanto focamos este tema para que pudéssemos desmitificar a imagem do palhaço mau e perturbador, e trabalhamos com os medos e receios que eles tinham. Muitos educandos nunca tiveram contato direto com o palhaço e o entendimento que tinham era distorcido em relação à figura que traz alegria às apresentações do circo.

Foi necessário dialogar e considerar que nos tempos atuais muitos espetáculos fogem da cultura que gostaríamos de recuperar e apresentar, da essência do circo tradicional, acolhedor e criativo. Que, “[...] muito antes do picadeiro ser instituído como sinônimo do local de espetáculo circense, práticas corporais realizadas nas feiras e nas praças, onde palhaços, acrobatas, gigantes e anões

apresentavam-se, são entendidas como as percussoras do que conhecemos como ‘circo moderno’” (DUPRAT, 2007, p. 19).

Os licenciandos problematizaram os personagens que estão sendo criados com finalidades comerciais e de terror. Com a pintura facial, cada educando compartilhou a expressão com seu colega, na expressão sensível da obra, recriando o artista palhaço. Rapidamente o palhaço “malvado” se desfez, e as feições de espanto deram lugar a largos sorrisos e a alegria tomou conta das aulas. O envolvimento e contemplação dos conteúdos em torno do personagem palhaço também ocorreu por meio da literatura infantil, nas representações teatrais, na caracterização no figurino, da pintura facial, das apresentações artísticas de expressão do palhaço, das brincadeiras e movimentos ginásticos. Todas as sequências didáticas foram planejadas pelos licenciandos e com participação dos educandos a fim de contemplar conteúdos mais abrangentes culturalmente, do ser criativo e expressivo.

Para Libâneo (2008, p. 129) “Os conteúdos da cultura, da ciência, da técnica, da arte e os modos de ação no mundo expressam os resultados da atividade prática dos homens nas suas relações com o ambiente natural e social”. Entendemos que a Educação Física Escolar, como componente curricular de ensino, deve promover processos educativos significativos que abrangem a diversidade cultural, além de contemplar as práticas corporais e também estabelecer diálogos entre os diferentes povos.

Para Nóvoa (2010), baseado nas concepções de Olivier Reboul, filósofo francês (1925-1992), expressa que:

[...] deve ser ensinado na escola tudo o que une e tudo o que liberta. O que une é aquilo que integra cada indivíduo num espaço de cultura, em determinada comunidade: a Língua, as Artes Plásticas, a Música, a História etc. Já o que liberta é o que promove a aquisição do conhecimento, o despertar do espírito científico, a capacidade de julgamento próprio. Estão nessa categoria a Matemática, as Ciências, a Filosofia etc. Com base nesse princípio, podemos selecionar o que é mais importante e o que é acessório na Educação das crianças.

Os conteúdos que unem estão ligados à cultura e são os que se consolidaram a partir da construção social, com foi e está sendo valorizado. A relevância dos conteúdos está nas provocações que desempenha, portanto assume responsabilidade humana e social. Os ambientes para reconhecer e viver os conteúdos estão, muitas vezes, fora da escola. Portanto é necessário visitar museus, a natureza e as entidades socioeducativas que se envolvem com a cultura de movimento. Os professores e direção das escolas são grandes responsáveis pelas escolhas e prioridades. A ampliação curricular depende do que valorizamos e do foco dado, e a validade está no potencial humano e social permitido.

A formação de professores envolvidos no universo da escola é fundamental para compreender as necessidades e repensar os conteúdos. Para Nóvoa (2010), é fundamental que “os conteúdos essenciais tenham mais tempo para ser ensinados pelo professor. Porém a qualidade do trabalho didático depende fundamentalmente da existência de bons professores”. O projeto PIBID vem num esforço considerável e constante de colaborar com a formação de professores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atuação dos integrantes do PIBID a reflexão em torno dos conhecimentos necessários e os conteúdos que compõe o currículo da Educação Física sempre foram um foco de extrema relevância. Todos assumiram a responsabilidade de pensar sobre os conteúdos escolares da Educação Física a fim de ampliar sua abrangência e qualificar as aprendizagens. Tornou-se um exercício da docência responsável, com a contemplação da diversidade cultural no currículo escolar. Um movimento que mostrou o quanto os professores possuem função fundamental na valorização e na escolha dos conteúdos. Também,

que não poderão atuar de forma ingênua, apenas reproduzindo conteúdos legitimados pela indústria cultural.

Ampliar os conteúdos da Educação Física, com relevância cultural, foi um grande avanço para o ensino e aprendizagem, além de criar um impacto positivo da Educação Física na escola, numa perspectiva interdisciplinar. A aula no Mercado Público Municipal, com a vivência do Boi de Mamão foi muito rica culturalmente. Esse tornou-se um conteúdo amplamente envolvido com a criação dos personagens e representação teatral. Também as atividades propostas de pintura facial, movimentos ginásticos e dança foram abrangentes e expressivas na consolidação dos conteúdos.

Os resultados da recuperação cultural no currículo, por meio de conteúdos da Educação Física, foram muito importantes para a identidade cultural local, pois os alunos comentaram que diversos circos se instalaram na cidade desde o tempo de seus avós. Além disso, muitos estudantes também comentaram ser netos de pescadores e de origem portuguesa. Toda esta gama de manifestações culturais promoveu a diversidade de movimentos, com a ampliação de repertórios, no envolvimento do ser sensível e crítico.

A cultura portuguesa remeteu à historicidade da comunidade e promoveu o diálogo com muitas famílias dos alunos. A ampliação das experiências e a diversidade cultural na Educação Física, explorou a criatividade na produção de objetos que se tornaram brinquedos para expressar o ser artístico e percepção das próprias emoções.

A diversidade cultural é ampla e irrestrita, portanto é fundamental que os professores explorem as diversas possibilidades, recuperando o que é do ser e ao mesmo tempo do outro. A experiência educativa tem maior validade quando é compartilhada, reconhecida na historicidade própria e entendida como coletiva. Os conteúdos são construções culturais, de expressão do ser na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARREDA BOI. **Arreda: É Boi-de-Mamão, vamos brincar!?** Associação Cultural Arreda Boi, texto Renata Apgaua Britto. Florianópolis: Ed. da Autora, 2014.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em maio de 2017.
- DUPRAT, R. M. **Atividades circenses: possibilidades e perspectivas para a educação física escolar**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UEC, 2007.
- KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez 2008.
- NEITZEL, A. A. *et al.* Formação estética na escola de ensino médio: algumas experiências. In: NEITZEL, A.A.; CARVALHO, C. **Formação estética e artística: saberes sensíveis**. Curitiba, PR: CRV, 2012.
- NÓVOA, A. Antônio Nóvoa fala sobre os conteúdos prioritários na escola. **Revista Nova Escola**. Entrevista data 01/07/2010. Disponível em <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/625/antonio-novoa-fala-sobre-conteudos-que-devem-ser-prioritarios-na-escola>>. Acesso em 01 jul. 2017.
- ONTAÑÓN, T.; BORTOLETO, M. A. C.; DUPRAT, R. M. Educação Física e Atividades Circenses: O estado da arte. Porto Alegre: **Revista Movimento**, v.18, n.02, abr.-jun., 2012.
- SANTIN, S. **Educação Física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento**. Porto Alegre: EST Edições, 2001.
- SOARES, D. Manifestação da cultura popular de Santo Antônio de Lisboa. In: **Boletim da Comissão Catarinense de Folclore**. Patrocínio Besc Seguros. Florianópolis, 1996.



# EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ESCOLA: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMPLEMENTAÇÃO

RUANA TOMAZ DE SOUZA<sup>21</sup>

## INTRODUÇÃO

Por políticas públicas destacam-se as ações governamentais focadas em diferentes áreas da vida dos indivíduos, como forma de oferecer aos cidadãos melhores condições de vida. As políticas públicas podem ser desenvolvidas na área da saúde, segurança pública, emprego, esporte, cultura, moradia, entre tantas outras, sendo que todas são essenciais para uma vida justa e digna para todos (SOUZA, 2006).

Cabe à União, em conjunto com municípios e estados, desenvolver essas políticas sempre buscando atender às áreas de maior necessidade e que se encontram menos amparadas. Porém, isso deve ocorrer sem que seja dada atenção a apenas uma delas e ignorando as demais. De fato, as políticas públicas precisam ser amplas e bem desenvolvidas, como forma de beneficiar as pessoas e as sociedades. O Estado deve disponibilizar os recursos necessários para a construção e implantação dessas políticas, porém, muitas vezes os recursos existentes não são suficientes para o atendimento de todas as áreas carentes de ações (DIAS; MATOS, 2012).

Quando isso ocorre, os indivíduos são os maiores prejudicados, já que não têm acesso aos seus direitos assegurados em lei. Gouveia (2012) afirma que uma área que demanda de atenção e políticas públicas eficientes de forma urgente é a área ambiental, considerando-se que os recursos ambientais vêm sendo utilizados de forma desmedida e os impactos ambientais causados atingem todos os indivíduos no mundo todo, comprometendo o presente e o futuro.

Compreende-se, assim, que as políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento social, um direito de todos os indivíduos e um dever do Estado e, no que se refere ao meio ambiente e à sustentabilidade, elas se tornam muito necessárias, considerando-se que não é apenas o momento presente que sofre os impactos da falta de políticas públicas eficientes, mas todas as gerações futuras (JACOBI; BESEN, 2011).

Diante dessa realidade, o presente artigo foi desenvolvido com o objetivo geral de verificar a importância das políticas públicas na área de sustentabilidade para o desenvolvimento social.

Como objetivos específicos, destacam-se: caracterizar as políticas públicas; caracterizar as etapas do processo de implementação e citar as políticas voltadas para energias renováveis na escola.

Sabe-se que a questão ambiental toma proporções cada vez maiores e mais relevantes, considerando-se que a degradação ambiental atinge a todos os seres vivos, seja nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento e, assim, acredita-se que o estudo do tema deva ser renovado de forma constante, apontando os problemas existentes e possíveis ações de correção e melhorias que possam beneficiar a todos os indivíduos e a escola como parte fundamental nessa formação crítica do cidadão.

<sup>21</sup> Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Atualmente é professora de ensino fundamental II e médio - E.E.B. Apolônio Ireno Cardoso. Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia de Ecossistemas. Busca sempre integrar os alunos ao meio ambiente através de projetos e atividades fora da sala de aula.

## 1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas podem ser compreendidas como as medidas, ações, projetos e iniciativas desenvolvidos com foco no atendimento das necessidades dos indivíduos que vivem em uma determinada região ou país. As políticas públicas podem ser municipais, estaduais ou federais, de acordo com a esfera do governo que desenvolve e gere essas políticas. Além disso, é essencial considerar que diferentes áreas da sociedade demandam de políticas públicas diferenciadas, citando-se como exemplo a saúde, educação, esporte, cultura, entre outras (SOUZA, 2006 *apud* DIAS; MATOS, 2012).

As políticas públicas sempre são desenvolvidas pelo Estado e pelos governos, ou seja, dentro do Estado (nação), poderá haver a atuação dos estados e dos municípios para o desenvolvimento e a implantação das políticas públicas específicas. Não poderá o setor privado desenvolver políticas públicas, já que este é um poder que cabe apenas aos governos do país (DIAS; MATOS, 2012).

“A função do governo, na direção ou processo de administração do Estado, é aplicar as leis e políticas públicas do Estado através dos poderes Executivo e do Judiciário, e, quando necessário, empreender uma reforma através do poder Legislativo” (DIAS; MATOS, 2012, p. 5).

É indispensável frisar que a atuação do Estado e de todas as esferas de governo deve ocorrer, integral e inquestionavelmente com foco no bem comum, ou seja, no bem da população e das pessoas governadas. Afinal, são elas que elegem os governantes e financiam as atividades do Estado por meio do pagamento de seus tributos, utilizados para o desenvolvimento dessas políticas públicas (DIAS; MATOS, 2012).

Art. 3º: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, CRFB, 2016).

Neste ponto, destaca-se que a Constituição Federal, ao tornar objetivo do Estado o fato de promover o bem de todos, define o mesmo como sendo o responsável pelo desenvolvimento, aplicação e acompanhamento de todas as políticas públicas para que este bem geral seja alcançado (BITENCOURT, 2010).

Todas as áreas da vida em sociedade demandam de políticas públicas para que os cidadãos possam obter melhores resultados, viver de forma mais justa e digna e alcançar condições de vida mais adequadas para todos. Quando se fala em todas as áreas, isso significa que as políticas públicas não deveriam, teoricamente, ser mais efetivas para a educação do que para o esporte, para a saúde do que para o trabalho, etc., mas deveriam alcançar todas essas áreas e todas as pessoas de forma igualitária e justa (SOUZA, 2006).

## 2 PLANO NACIONAL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Por Eficiência Energética destacam-se as ações de diversas naturezas que culminam na redução de energia necessária para atender as demandas da sociedade por serviços de energia sob as formas de luz, calor/frio, acionamento, transporte e uso em processos. Objetiva, em síntese, atender as necessidades da economia com menor uso de energia primária e, portanto, menor impacto da natureza (PNEf, 2012).

O Plano Nacional de Eficiência Energética (2012) destaca que as ações de EE compreendem modificações e aperfeiçoamentos tecnológicos ao longo da cadeia, mas podem também resultar de uma melhor organização, conservação e gestão energética por parte das entidades que as compõem. Devem ser privilegiadas todas as ações que, na margem, tenham um custo inferior ao necessário para suprir a energia economizada.

As premissas e diretrizes básicas propostas no Plano Nacional de Eficiência Energética são de grande abrangência e envolvem a esfera de órgãos governamentais, empresas e diversos setores da sociedade. O MME tem a responsabilidade de coordenar as atividades de implantação do plano, acionando ou promovendo negociação com outros órgãos do Governo Federal, Congresso Nacional, Estados, Municípios, Associações, Confederações, Universidades, Instituições representativas, dependendo do tema a que se refere a atividade (PNEf, 2012).

O PNEf aborda três setores principais no plano. A Eficiência energética no setor industrial, para empresas de pequeno, médio ou grande porte; a eficiência energética no setor de transportes e para o setor da educação. Iremos dar ênfase a este setor.

A eficiência energética na educação traz como principal objetivo discutir ações nesta área de forma a:

- Estimular mudança cultural, por meio de aplicação de conceitos de política ambiental, conservação e eficiência energética e racionalização de energia, responsabilidade social e sustentabilidade, visando o uso responsável da energia, dos recursos do planeta, a proteção ao meio ambiente e ao clima.
- Incentivar a comunidade escolar a adotar a cultura de uso racional e da conservação de energia, bem como participar efetivamente de forma contínua na implantação de projetos de EE.
- Promover a difusão e a utilização de tecnologia, práticas e técnicas de elevado rendimento energético.
- Potencializar os resultados atuais de economia de energia com programas educacionais, visando o alcance das metas previstas pelo PNE 2030.
- Conscientizar a população a adotar novos hábitos de consumo.

O Brasil tem um PIB elevado, proveniente da interação de seus cidadãos entre si e com processos produtivos, cujas máquinas e equipamentos necessitam a energia como insumo. O desafio é avaliar onde há espaço para se ganhar com eficiência de energia. Nesse contexto, tão eficiente quanto aumentar a eficiência dos equipamentos, seria de promover a consciência dos usuários.

A eficiência energética pode ser concebida como uma disciplina de gestão de sustentabilidade, interagindo com demandas entre a sociedade e a natureza. Dessa forma, pode-se defini-la como instrumento de gestão de sustentabilidade, estudando as interações entre a sociedade e a natureza, bem como criando tecnologias mais eficientes enquanto medidas fundamentais para mudança estrutural exigida por uma economia de baixo carbono.

Considerando que a educação ambiental é um processo dinâmico e em permanente construção, um instrumento capaz de contribuir com esse papel educativo seria o de desenvolver a percepção dos jovens e dos profissionais da educação sobre os meios para a racionalização do uso de energia e a melhoria da eficiência energética.

Nesse contexto tem-se alguns desafios:

- Superar modelos antigos de ensino;

- Desenvolvimento de políticas públicas e de articulações com instituições que possam aumentar o impacto das ações de programas.
- Definir um formato e o currículo de curso de capacitação para professores da educação básica;
- Levantar elementos de diversas disciplinas que possam justificar a abordagem de eficiência energética;
- Desenvolver metodologias de avaliação de resultados para projetos junto às escolas.
- Incentivar a participação dos alunos por meio de projetos e ideias em feiras de ciências;
- Promover concursos de redação e inovação que busquem solução simples de conscientização na educação básica;
- Incluir disciplina cativa de eficiência energética em cursos superiores de ciência e tecnologia;
- Programas como PROCEL e CONPET atuando na área da educação com novas diretrizes para esta área.

Espera-se que através destas ações sejam colhidos resultados significantes, como profissionais capacitados a desenvolver práticas pedagógicas diferenciadas em eficiência energética e educação socioambiental, numa perspectiva transformadora e participativa. Além disso, busca-se também trabalhar conceitos de uso de fontes de energia renováveis e eficiência para que sejam implantados na educação básica e que os alunos sejam estimulados a participar de ações neste contexto.

As iniciativas de programas do governo possuem como objetivos:

- Promover a capacitação dos professores da educação básica, ensino técnico e ensino superior.
- Promover ações integradas e atividades nas escolas e comunidades;
- Criação de selo escola sustentável;
- Multiplicar a experiência do caminhão do COMPET “show de energia”;
- Promover o desenvolvimento de pesquisas e avaliação de impactos e resultados;
- Inserção de eficiência energética na formação profissional;
- Consolidação da rede de laboratórios e centros de pesquisa;

### 3 DISCUSSÃO

Por meio ambiente pode-se destacar um conjunto de todos os recursos que fazem parte da vida, naturais ou artificiais. A fauna, a flora, o solo, os recursos hídricos, entre tantos outros, integram o ambiente natural. Já as construções, os prédios, as rodovias e demais obras construídas pelo homem constituem o ambiente artificial. A junção de ambos pode ser definida como o meio ambiente (PRADO, 2009).

É preciso destacar, ainda, a importância do meio ambiente para a manutenção da vida no planeta, já que os recursos artificiais e naturais contribuem para a melhoria das condições de vida e, portanto, devem ser conservados. Destaca-se, porém, que a relevância dos recursos naturais é acentuada, e que eles não podem ser reproduzidos quando destruídos, como os recursos hídricos, e sua escassez ou degradação podem levar à morte (PRADO, 2009).

Compreende-se, assim, que o meio ambiente natural equilibrado, preservado e com suas características originais mantidas trata-se de um direito difuso, assegurado a todos os indivíduos sem qualquer forma de distinção, sendo dever da sociedade e do Estado atuar para que este seja conservado de forma adequada (PRADO, 2009).

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, CRFB, 2016).

A questão ambiental encampa vida e morte e, assim, é preciso que as buscas por energias renováveis e políticas ambientais eficientes tenham início rápido e perdurem de forma indefinida, alcançando um novo patamar de consciência ambiental, no qual todos os indivíduos compreendam que têm direito a um meio ambiente saudável, assim como percebam seu papel na proteção do mesmo e na cobrança por medidas governamentais para que isso ocorra (FARIAS, 2006).

Nesse sentido, Sirvinkas (2005) destaca que a sustentabilidade e a geração de energias renováveis são assuntos que, cada vez mais, são valorizados pela sociedade e pelo direito de diversos países. Considera-se que enquanto a sustentabilidade permite que os danos ao meio ambiente sejam controlados, as fontes de energias renováveis permitem uma alteração no perfil de danos causados ao meio ambiente a partir desse momento até o futuro.

Sesmil (2013) esclarece que o uso de energia é indispensável para o desenvolvimento econômico, financeiro e social em todos os países do mundo. Por outro lado, é preciso ter em mente que diferentes fontes de energia podem trazer consigo poluição e danos ao meio ambiente, de modo que a busca por novas formas de produzir energia sem impactos ambientais acentuados trata-se de uma medida urgente para a questão ambiental atual.

Elliot (2004) enfatiza que todos os países precisam desenvolver leis e políticas voltadas não apenas à proteção ambiental, mas à conscientização dos indivíduos sobre o papel de cada um. Nesse sentido, é importante articular a educação ambiental em todas as séries da educação escolar, desenvolvendo novas gerações conscientes e que busquem novas soluções para um problema que já não pode ser revertido, mas pode ser controlado para que não tome proporções ainda maiores no futuro.

As políticas públicas constituem o principal instrumento através do qual é possível introduzir reformas nas instituições públicas e organizações em geral, e em particular, naquelas identificadas como responsáveis pelo surgimento eventual e persistência dos problemas ambientais (DIAS; MATOS, 2012, p. 201).

Essas políticas devem apresentar características de inovação, sendo abrangentes e buscando soluções, não apenas atuando como paliativos para uma situação que é grave. A falta dessas políticas, ou sua definição de forma falha e não efetiva, leva à percepção de que os governos ainda não compreenderam a importância do meio ambiente para a vida dos indivíduos e para o desenvolvimento de todas as sociedades (ELLIOT, 2004).

Compreende-se, assim, que dentro dos estados e municípios é necessário ocorrer o estabelecimento de políticas públicas voltadas ao meio ambiente e sua preservação, já que estas são as esferas mais próximas dos indivíduos.

Pode-se perceber que existem políticas públicas voltadas ao meio ambiente principalmente na esfera federal, como o exemplo da elaboração do PNEf, dando início ao processo de elaboração e implementação de políticas públicas. Entretanto verifica-se também que nesse processo não são cumpridas todas as fases, e aí se encontra o principal problema.

É de fundamental importância que sejam cumpridas todas as fases do processo para que essa política pública torne-se realmente efetiva; além de identificar o problema, formular uma solução, tomar uma decisão e principalmente executar a ação.



Dentro do plano foi identificada a importância da escola para a eficiência energética do país, isto porque é dentro da escola que se formam cidadãos críticos, conscientes de seu papel no meio que os cercam. Assim, é importantíssimo termos profissionais capacitados para trabalhar o assunto de forma efetiva dentro do âmbito escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi voltado a verificar a importância das políticas públicas na área de sustentabilidade para o desenvolvimento social. Identificou-se que essas políticas são indispensáveis para que se possa assegurar a proteção ambiental, além de permitir que todas as gerações, em todo o mundo, tenham acesso a esse direito de forma ampla e irrestrita.

Como objetivos específicos, destacam-se: caracterizar as políticas públicas; caracterizar as etapas do processo de implementação e citar as políticas voltadas para energias renováveis dentro da escola.

O meio ambiente trata-se de um bem comum, assegurado a todos os indivíduos das gerações presentes e futuras, havendo na Constituição Federal a previsão do meio ambiente saudável como direito de todos, bem como um dever social e governamental de proteger esses recursos.

Diante dessa realidade, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à conservação ambiental e manutenção da saúde e qualidade de vida dos indivíduos trata-se de medida urgente em todas as esferas de governo, seja municipal, estadual ou federal. Todavia, no âmbito municipal existe uma maior proximidade entre os indivíduos e o governo, e assim políticas se tornam mais efetivas, pela maior proximidade com os cidadãos.

O uso de energia é essencial para que possa ocorrer o desenvolvimento social, econômico e financeiro das nações. No entanto, sua geração causa impactos e danos ambientais, além de serem oriundas, em muitos casos, de fontes esgotáveis. Diante disso, o desenvolvimento de políticas voltadas à geração e ao uso de energias renováveis, limpas e inesgotáveis é muito importante para a questão ambiental de forma geral.

Não obstante, identificou-se que dentro o processo de elaboração e implementação de políticas públicas voltadas à eficiência energética dentro da escola observou-se a existência de algumas etapas. Entretanto para que esse processo seja realmente efetivo, há a necessidade da última etapa, que é a execução. É importante que os cursos de formação para os professores na área de educação ambiental e eficiência energética realmente cheguem às escolas, para que estes professores possam trabalhar com seus alunos os temas propostos no Plano Nacional.

É indispensável que exista tempo para que esses profissionais elaborem projetos com seus alunos, desenvolvendo em conjunto com a comunidade escolar uma formação ambiental contínua e eficiente.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal: parte geral** 1. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. **Constituição federal de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 5 ago. 2016.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

ELLIOT, D. Tidal Energy. In: BOYLE, G. **Renewable energy: power for a sustainable future**. Oxford University Press, 2004.

FARIAS, T. Q. O conceito jurídico de meio ambiente. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano 9, n. 35, dez. 2006. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1546](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1546)>. Acesso em: 3 ago. 2016.

GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência e Saúde Coletiva**. v, 17, n. 6, 2012, p.1503-1510. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n6/v17n6a14>> Acesso em: 5 ago. 2016.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, 2011, p.135-158. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n71/10>> Acesso em: 5 ago. 2016.

MINISTÉRIO de Minas e Energia. **Plano Nacional de Eficiência Energética**, 2012.

PRADO, L. R. **Direito penal do ambiente**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SESMIL, E. L. F. **Energia maremotriz: impactos ambientais e viabilidade econômica no Brasil**. Universidade Federal de Lavras: Lavras, 2013. Monografia de pós-graduação. Disponível em: <[http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/4529/1/TCC\\_Energia%20maremotriz%3A%20impactos%20ambientais%20e%20viabilidade%20econ%C3%B4mica%20no%20Brasil](http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/4529/1/TCC_Energia%20maremotriz%3A%20impactos%20ambientais%20e%20viabilidade%20econ%C3%B4mica%20no%20Brasil)> Acesso em: 8 ago. 2016.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de direito ambiental**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul-dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 6 ago. 2016.

# A POLÍTICA EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAULISTA ANALISADA A PARTIR DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA DO SEU SISTEMA: CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES PARA EFETIVO SUCESSO E INCLUSÃO ESCOLAR

IVANI DE LOURDES MARCHESI DE OLIVEIRA<sup>22</sup> | MARIA APARECIDA GOMES CHAVES<sup>23</sup>

## INTRODUÇÃO

Neste momento deliberamos justificar o interesse pelo assunto e de socializar neste congresso. Somos implementadores de políticas públicas educacionais na Educação Básica em uma cidade do Estado de São Paulo.

Desde 1996, o Governo Paulista empreende a avaliação de seu sistema de ensino através de uma política de avaliação externa denominada de SARESP, sigla conotadora de Sistema de Avaliação do Rendimento do Estado de São Paulo.

A presente pesquisa recortou os resultados dos últimos cinco anos de aplicação da mencionada avaliação, que figuram no site da Secretaria Estadual de Educação. Não há necessidade de esforço para compreender que os resultados não são animadores, conforme expressos nas tabelas abaixo.

Mister se faz explicar que no Estado Paulista a Educação Básica se organiza com o Ensino Fundamental constituído por Anos Iniciais compreendendo do primeiro ao quinto ano, anos finais que englobam do sexto ao nono ano e Ensino Médio com duração de três anos.

A seguir, oferecemos um panorama da produtividade do Sistema Educacional Público Paulista em uma específica Diretoria Regional de Ensino da cidade de Franca. Uma Diretoria de Ensino é órgão subsetorial de implementação da Política Pública Educacional Estadual. Porém, dada a unicidade administrativa e operacional do sistema para todo o Estado supomos que os resultados não variem muito entre as diversas Diretorias das diferentes regiões.

## 1 METODOLOGIA

Para tecer ponderações e reflexões sobre o Sistema Público Estadual Paulista, enviamos os seguintes procedimentos:

- 1 - Visitamos o site da Secretaria de Estado de Educação do Estado de São Paulo (SEE) para cópia dos dados ali exarados com relação à Diretoria de Ensino mencionada;
- 2 - Organizamos os dados em tabelas para nortear o pensamento e a análise. As referidas tabelas estão presentes na explicitação da análise para melhor entendimento para o leitor;
- 3 - Estudamos a via principal por meio de que se concretiza uma Política Pública Educacional formal, isto é, fizemos a compreensão e a caracterização da Política Curricular Paulista. Informamos que no caso das escolas estaduais todas seguem um currículo imposto centralizadamente, e desenvolvido também por meio de material único. Trata-se de um bom material, organizado por professores e pesquisadores renomados, conhecido como o Caderno do Professor e do Aluno;
- 4 - Analisamos o Caderno do Professor e do Aluno, constatando sua preocupação em ditar passo a passo como desenvolver o que expõe cada unidade de ensino e cada aula, detalhadamente.

<sup>22</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP-Franca-SP.

<sup>23</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP-Franca-SP.

## 2 A ANÁLISE

Procederemos a análise mediante o estudo de resultados de avaliação externa bem como de material curricular, como adiante.

Tabela 1. Ensino Fundamental Anos Iniciais: Resultados Gerais de Desempenho - SARESP 2010-2014: Matemática - Percentuais de alunos por níveis de proficiência da D.E.

| Nível de Proficiência   | 4º SÉRIE / 5º ANO |      |      |      |      |
|-------------------------|-------------------|------|------|------|------|
|                         | 2010              | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| <b>Abaixo do Básico</b> | 14,6              | 12,5 | 15,8 | 13,9 | 10,5 |
| <b>Básico</b>           | 30,9              | 28,5 | 29,7 | 33,9 | 27,4 |
| <b>Adequado</b>         | 37,0              | 36,9 | 35,2 | 35,2 | 39,1 |
| <b>Avançado</b>         | 17,4              | 22,0 | 19,2 | 16,9 | 23,0 |

Fonte: Secretaria de Educação do Estado São Paulo/Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional/Diretoria Regional de Ensino de F – 2010 a 2014. (SARESP, 2014).

Tabela 2. Ensino Fundamental Anos Iniciais: Resultados Gerais de Desempenho - SARESP 2010-2014: Língua Portuguesa - Percentuais de alunos por níveis de proficiência da D.E.

| Nível de Proficiência   | 4º SÉRIE / 5º ANO |      |      |      |      |
|-------------------------|-------------------|------|------|------|------|
|                         | 2010              | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| <b>Abaixo do Básico</b> | 11,4              | 9,5  | 9,7  | 8,4  | 6,8  |
| <b>Básico</b>           | 32,0              | 29,1 | 28,1 | 29,7 | 26,3 |
| <b>Adequado</b>         | 38,8              | 40,0 | 38,9 | 40,6 | 42,4 |
| <b>Avançado</b>         | 17,8              | 21,4 | 23,3 | 21,3 | 24,4 |

Fonte: Secretaria de Educação do Estado São Paulo/Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional/Diretoria Regional de Ensino de Franca – 2010 a 2014. (SARESP, 2014).

Pelas tabelas de 1 a 4, pode-se concluir que os anos iniciais do Ensino Fundamental funcionam como impeditivo para que o sistema público escolar paulista não esteja ainda abaixo do que hora se apresenta. Há estabilidade em ascensão positiva no aprendizado de Língua Portuguesa e Matemática, o que não acontece nos Anos Finais, tampouco com os resultados do Ensino Médio, conforme tabelas de 3 a 6.

Tabela 3. Ensino Fundamental Anos Finais: Resultados Gerais de Desempenho - SARESP 2010-2014: Matemática - Percentuais de alunos por níveis de proficiência da D.E.

| Nível de Proficiência   | 8ª SÉRIE / 9º ANO |      |      |      |      |
|-------------------------|-------------------|------|------|------|------|
|                         | 2010              | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| <b>Abaixo do Básico</b> | 27,2              | 28,5 | 31,3 | 32,4 | 30,4 |
| <b>Básico</b>           | 60,3              | 57,2 | 55,3 | 52,2 | 53,6 |
| <b>Adequado</b>         | 11,3              | 12,9 | 12,3 | 13,8 | 14,5 |
| <b>Avançado</b>         | 1,2               | 1,4  | 1,0  | 1,6  | 1,6  |

Fonte: Secretaria de Educação do Estado São Paulo/Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional/Diretoria Regional de Ensino de Franca – 2010 a 2014. (SARESP, 2014).

Tabela 4. Ensino Fundamental Anos Finais: Resultados Gerais de Desempenho - SARESP 2010-2014: Língua Portuguesa - Percentuais de alunos por níveis de proficiência da D.E.

| Nível de Proficiência   | 8ª SÉRIE / 9º ANO |      |      |      |      |
|-------------------------|-------------------|------|------|------|------|
|                         | 2010              | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| <b>Abaixo do Básico</b> | 20,8              | 25,4 | 25,7 | 28,4 | 23,7 |
| <b>Básico</b>           | 57,3              | 55,3 | 55,4 | 53,3 | 55,4 |
| <b>Adequado</b>         | 19,7              | 17,2 | 17,0 | 16,3 | 18,6 |
| <b>Avançado</b>         | 2,2               | 2,2  | 1,9  | 2,0  | 2,2  |

Fonte: Secretaria de Educação do Estado São Paulo/Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional/Diretoria Regional de Ensino de Franca – 2010 a 2014. (SARESP, 2014).

Através do que está registrado acima, antecipa-se que o aluno concluirá o Ensino Médio sem atingir as proficiências desejadas. Além disso, a porcentagem de alunos portadores de habilidades de nível avançado, esperadas do curso para concorrer ao mercado e continuação de estudos superiores, categoriza-se como precária e abaixo do básico. Como depreendido a seguir:

Tabela 5. Ensino Médio: Resultados Gerais de Desempenho - SARESP 2010-2014: Matemática - Percentuais de alunos por níveis de proficiência da D.E.

| Nível de Proficiência   | 3ª SÉRIE |      |      |      |      |
|-------------------------|----------|------|------|------|------|
|                         | 2010     | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| <b>Abaixo do Básico</b> | 53,4     | 52,7 | 50,4 | 50,1 | 48,0 |
| <b>Básico</b>           | 42,1     | 42,1 | 44,2 | 44,8 | 47,6 |
| <b>Adequado</b>         | 4,1      | 5,0  | 5,1  | 4,9  | 4,2  |
| <b>Avançado</b>         | 0,3      | 0,2  | 0,3  | 0,2  | 0,2  |

Fonte: Secretaria de Educação do Estado São Paulo/Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional/Diretoria Regional de Ensino de Franca – 2010 a 2014. (SARESP, 2014).



Tabela 6. Ensino Médio: Resultados Gerais de Desempenho - SARESP 2010-2014:  
Língua Portuguesa - Percentuais de alunos por níveis de proficiência da D.E.

| Nível de Proficiência   | 3ª SÉRIE |      |      |      |      |
|-------------------------|----------|------|------|------|------|
|                         | 2010     | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| <b>Abaixo do Básico</b> | 34,9     | 34,6 | 30,1 | 38,1 | 35,1 |
| <b>Básico</b>           | 39       | 39,2 | 38,9 | 37,1 | 37,5 |
| <b>Adequado</b>         | 25,1     | 25,6 | 30,3 | 23,9 | 27,0 |
| <b>Avançado</b>         | 0,8      | 0,7  | 0,6  | 0,9  | 0,4  |

Fonte: Secretaria de Educação do Estado São Paulo/Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional/Diretoria Regional de Ensino de Franca – 2010 a 2014. (SARESP, 2014).

Nas tabelas 5 e 6, o patamar variou de 0,2% a 0,4% respectivamente em Matemática e Língua Portuguesa. No nível adequado, aquele onde o conhecimento da série é mediano não se obteve 15%. Pode ser constatada a ineficácia da Educação Básica Estadual Paulista face ao rendimento da saída do Ensino Médio no período de 2010 a 2014.

Neste momento avocamos os fundamentos da arqueologia foucaultiana para fundamentar a afirmação de que a consequência do fracasso é a exclusão econômica, social e emocional. Mas, vai além: constroem e consolidam *epistêmés* facilitadoras de segregações e confinamentos em classes sociais, em grupos de candidatos em subempregos, crenças (falsas verdades) de que o ensino público é por natureza falido. Estas “verdades” possibilitam a naturalização e banalização das desigualdades entre classes sociais, daqueles que aprendem e de outros que não aprendem.

Constata-se que há exclusão e fracasso em decorrência da política pública curricular oficial, centralizada e padronizada. Diferenças individuais de aprender e de ensinar são relegadas, mormente à importância de se conhecer e aplicar na prática docente os achados das neurociências.

O processo de aprender apresenta natureza sociocultural, mas também compreende uma base anátomo fisiológica que supõe abordagem específica de ensino. O cérebro se modifica estruturalmente e fisiologicamente sob o influxo da aprendizagem, e há um período ótimo para se aprender, que correspondente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, porém continuando a aprender pela vida toda, dada a enorme plasticidade neuronal que alenta face às situações de discapacidades (FRIEDRICH, 2006).

No entanto, a plasticidade neuronal e a potencialidade em aprender sempre, por si somente, não garantem aprendizagem. São necessárias condições intencionais e constantes propícias. Há que privilegiar o trabalho com os fundamentos ativadores, exigidos pela memória, emoção e atenção. Em outras palavras, o gosto e o reconhecimento pelo aprender e a experimentação de sucesso precisam estar lucidamente presentes no ensinar. Sob tal influxo, regiões corticais diferentes são acionadas ao mesmo tempo, possibilitando conhecimento proximal e formulação de hipóteses. Por tudo exposto, afirmamos que o currículo padronizado em vigor não dá conta de incluir no sucesso o que aprendem em ritmo e forma diferenciados.

Alertamos que onde se faz mais urgente o embasamento neurocientífico é no campo da alfabetização, em que o prejuízo de unicidade teórica sobre o emprego de currículo padrão se faz maior, justamente por ser o campo de aquisição da linguagem falada e escrita, proficiências sine qua non para todos os outros processos de ensinar e de aprender.

Com relação aos conhecimentos neurocientíficos, estes não figuram sequer nos cursos de formação, o que exigiu das autoras que contatassem diretores de curso de licenciatura e dirigentes municipais numa tentativa de sensibilizá-los para o fato.

Cumpramos ressaltar que o Município de Franca começa a desenvolver metodologia didática com apoio de especialista em neurociências, a partir de nossa proposta e alerta. Em reunião com coordenadores de curso de licenciatura, uma universidade se dispôs a considerar o assunto. Passemos à discriminação dos dados sob a categoria de permanência e poder. Na categoria de permanência, vislumbramos dentre outros: 1- unicidade de enfoque com que se analisa o fracasso escolar das políticas educacionais, costumeiramente esgotado no aspecto pedagógico, psicológico e na dimensão numérica; 2- uma recorrente cultura de transposição: de procedimentos pedagógicos, de concepções políticas e acadêmicas, exitosas em realidades sociais e econômicas diversas de nosso contexto. Exemplificamos com fatos como: adoção de um currículo centralizado e único para nossa rede, cuja população equivale à população escolar de alguns países, sistemática de empregar organização curricular exitosa em “solo positivo” (condições propícias na conceituação foucaultiana) estranho a nossa realidade e a naturalização histórica do fracasso depreendido até pelo estudo das constituições federais vigentes ao longo dos tempos. Sob a categoria poder figura: a orientação curricular vigente que se explica apenas pela ótica mercadológica de capital, distanciada que é de qualquer proposição teórica de ensino-aprendizagem; destacamos que no presente caso, há um poder de direcionamento em fixar as desigualdades de classes expressas por uma vasta e disponível mão de obra barata e desqualificada, que no comumente encontra destino futuro nas prisões.

Não é por acaso que currículo é conceituado como uma relação de poder extensivo inclusive ao chamado currículo oculto, que reside, via de regra, entre os implementadores do currículo oficial, que por meio de subterfúgios variados expulsam da escola os diferentes, os que não aprendem, enfim, os que não se enquadram nos mecanismos de normalização. Nesta categoria de poder está a força de implantadores e implementadores que constroem “verdades” uma vez que detém o poder de desejar esta ou aquela verdade (FOUCAULT, 2012).

Ainda na categoria poder, colocamos a adoção de material didático único, obrigatoriamente usado, sob pena de represália pelos responsáveis locais de supervisionar o emprego do mesmo, verdadeiros verdugos aos olhos dos educadores implementadores da rede de ensino. É a confirmação de um macro poder econômico empresarial na educação e do micro poder de funcionários que, por meio de artimanhas hostis e ostensivas, assujeitam e desqualificam o saber prático do professor, na contramão da Lei nº 9.394/1996 que admite a pluralidade do ensinar e do aprender; estes funcionários desempenham verdadeiro assédio profissional, assemelhado ao lema de vigiar e punir e aos procedimentos de normalização (FOUCAULT, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O currículo oficial é o principal meio de ensinar e aprender e no caso de São Paulo o insucesso demonstrado é enorme, podendo ser imputado ao equívoco de se utilizar um currículo padrão, assim adotado em nome de uma coerência com o Sistema de Avaliação Externa. Ignora que estão incluídos na rede oficial os diferentes: portadores de síndromes, de deficiências, de transtornos e de difícil aprendizagem. Desconsideram quão fértil e acessível estão os games e jogos de bases neurocientíficas que subsidiariam o currículo com vantagem para esta gama de alunado.

Mesmo reconhecendo as inúmeras variáveis implicadas na análise e avaliação de políticas implementadas por um governo, as análises tecidas levam a acrescentar que, em nossos dias, a educação que se desejar realmente inclusiva e positiva necessita dialogar com outras políticas e áreas

disciplinares, apesar da infinita gama de interveniências em seu processo. Há urgência de novos olhares multidisciplinares e multirreferenciais subsidiando implantação, implementação e análise de políticas públicas curriculares. Enfim, para o ensino e aprendizagem.

Quanto a análise da implementação do currículo por meio do qual transcorrem o ensino e a aprendizagem, os citados Cadernos de Professores e alunos, apesar da qualidade do material, não são trabalhados em passos como prescritos. A consequência, pois, é que não se fixa a aprendizagem. Torna-se enfadonho para alunos e professores, mas não para os pais, que enxergam os Cadernos como auxiliares financeiros do material escolar.

Há inequívocas constatações de que a concepção de ensino e aprendizagem pelos implantadores da política pública curricular se caracteriza por se desencontrar de cientistas que já demonstraram a necessidade de pluralidade de expressões de ensinar e de aprender como, por exemplo, Antônio Nóvoa (1992) e Ivani Fazenda (2008) em decorrência da política pública curricular oficial: centralizada e padronizada.

Diferenças individuais de aprender e de ensinar são relegadas, mormente à importância de se conhecer e aplicar na prática docente os achados das neurociências.

## REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, M. **Estudo pensamento e criação**. Campinas: UNICAMP, 2005.
- DAVID, C.; OLIVEIRA, I. L. M. **Uma escola diferenciada para aluno diferenciado**: proposição de política pública para efetivação da universalização da educação básica. Franca: Cultura Acadêmica, UNESP, 2016.
- FAZENDA, I. (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez 2008.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.
- \_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FRIEDRICH, G. P. Educar com a cabeça. **Viver, Mente e Cérebro**, São Paulo, Ano XIV, n. 157, p. 50-57, fev., 2006.
- HÖLFLING, H. **Estudo pensamento e criação**. Campinas: UNICAMP, 2005.
- INSTITUTO PROMINAS. **Ciências biológicas**: neurociência. Material Didático. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, [s.d.].
- NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. 1992. Disponível em: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD\\_A\\_Novoa.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf)> Acesso em: 16 dez. 2015.
- OLIVEIRA, I. L. M. **Avaliação de políticas públicas de recuperação de aprendizagem em alfabetização na visão de quem as implementa**. 2012. 267 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.
- SARESP. **Boletins e resultados**: rede estadual. 2014. Disponível em: <<http://saresp.fde.sp.gov.br/2014/ConsultaRedeEstadual.aspx?opc=1>> Acesso em: 30 nov. 2014.

## INTRODUÇÃO

Frente aos dilemas atuais, no limiar do mundo moderno e pós-modernidade, as sociedades têm se defrontado com a necessidade de definições inovadoras e diretrizes para o desenvolvimento de percepções do mundo relacionadas à busca de perspectivas que propiciem uma vida social mais justa.

É nesse cenário que a Educação Ambiental, sem dúvida, apesar de seus impasses e desafios se apresenta como um componente nodal e não um simples acessório da educação. Nesse aspecto, sua importância reside na construção e reconstrução de conhecimentos, reiterando a necessidade de compreensão da lacuna relação Homem-Natureza e a sua relação social e política nas práticas educacionais.

A evidência da importância da inclusão da dimensão ambiental na educação aponta para a emergência do pensar a crise socioambiental para o reconhecimento mundial da complexidade dos problemas que afetam o meio ambiente e para a busca de novos estilos e de práticas de desenvolvimento que contemplem também a justiça social.

É assim, portanto, da observação e análise da situação de vida da população, das práticas socioeducativas e de saúde, bem como das questões e impactos ambientais, das mobilizações comunitárias que emerge a educação ambiental e, por conseguinte, no ensino e na pesquisa no conjunto de atividades interdisciplinares.

Com base no pressuposto da inseparabilidade entre as ciências da natureza e da sociedade e desta, agora cada vez mais complexa surgiram novas ideias que deram origem a outras ideias e reflexões em busca de novas epistemologias. Consequentemente, a produção de conhecimentos interepistêmicos passa a envolver os domínios naturais, sociais, pedagógicos e, num diálogo constante de saberes em dinâmicas interativas entre os sujeitos, processa-se, interdisciplinarmente, a construção individual e coletiva do conhecimento “como prática política, social e educativa” (FREIRE, 1980 *apud* FOUREZ, 1995).

Parece que tal como ocorre com as teorias sociais clássicas, nas teorias hegemônicas da educação, a dimensão ambiental também é vista como uma “externalidade” (LAYRARGUES, 1999). Contudo, a despeito de obstáculos constroem-se outras abordagens epistemológicas em virtude de novas emergências, e assim surge a educação acompanhada do adjetivo “ambiental”, e de outros ramos da ciência.

<sup>24</sup> Doutoranda no Programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. Mestre em Geologia Ambiental pela UFPR. Bacharel em Geologia pela UFRS. Pesquisadora do Núcleo de Direito e Psicanálise da UFPR, integrante do Grupo de Pesquisa “Epistemologia e Sociologia Ambiental” (CNPq). analizete@gmail.com

<sup>25</sup> Doutora em Sociologia da Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Pós-Doutora em Educação Permanente e a Distância pela Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), na Espanha, e Pós-Doutora em Sociologia e Educação Ambiental pela Universidade de Berlim, Karlsruhe, na Alemanha. MSc em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR). mknechtel10@gmail.com

<sup>26</sup> Mestranda em Psicologia (Educação, Trabalho e Produção da subjetividade) pela Universidade Federal do Paraná (Atualmente), Graduada em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (2009), Especialista em Saúde Mental, Psicopatologia e Psicanálise pela PUC/PR (2013), Atuando na área Clínica e do Trabalho. lcarmem@hotmail.com

No contexto da história da E.A. ela é um ramo da ciência pedagógica, de modo que deixa de ser apenas um fato emergente, uma expansão da ciência moderna. Como processo de educação voltado à melhoria do meio ambiente, este passa a abrir novos caminhos, fundamentos e práticas socioeducativas ambientais em conexão com outras visões e ciências como: com a comunicação, a linguagem, com histórias globais multi e interculturais e com a socialização do conhecimento para superação do que vem sendo denominado colonialidade do saber (FLORIANI; KNECHTEL, 2003).

Embora sejam complexas as relações da educação e da educação ambiental com outras ciências, a abertura de diálogo, por conta das recentes mudanças globais exige a constante busca de recursos comunicacionais, a fim de garantir visibilidade e ampliar os saberes do público.

O campo da E.A. e da Comunicação, hoje Educomunicação de caráter interdisciplinar, em interação convergem para os debates sobre “natureza”, “sociedade”, “cultura”, “educação ambiental”, “ciência” e “desenvolvimento”, voltados para as questões ambientais e de saúde.

Há necessidade urgente de questionamento, de debate constante e aberto sobre o sentido ontológico, sobre as novas dimensões e condições do ser humano; essas precisam ser realçadas, tensionadas, revolvidas e estudadas para a aplicação dos diferentes saberes, por meio de políticas públicas que busquem a conexão com o processo educacional (ambiental).

A Educação Ambiental, historicamente parecia estar neutralizada pelo colonialismo eurocêntrico. Desde as primeiras discussões sobre a degradação do meio ambiente entre diversos países, seguido de reuniões e encontros como em Estocolmo no ano de 1972, em Tbilisi em 1977 e nas demais que se seguiram, inclusive a Eco 92 no Brasil já evidenciavam imposições para os povos.

Segundo Aníbal Quijano (2005), o colonialismo continuou sob a forma de colonialidade do poder e do saber, o que claramente se pode constatar pela determinação e elaboração de leis, de conceitos, de fundamentos, de valores e de práticas socioeducativas, criadas somente para atender interesses dos próprios atores, ou seja, para aqueles próprios que as elaboraram, sem respeitar os contextos locais diversificados, incluindo sua racionalidade específica, aqui no caso, estendida à educação e à educação ambiental.

Essa colonialidade na perspectiva eurocêntrica ainda exerce domínio no Brasil, persistindo na atualidade em oposição à democracia, à cidadania, à nação e ao Estado, num labirinto de sistemas voltados a atender interesses de grupos em torno de relações. Como exemplo dessas relações é possível mencionar as coloniais que persistem, pois garantem satisfação pessoal, mesmo que represente agressão ao ser humano, à natureza, à sociedade e à educação.

Os sinais de movimento e de transição revelam alguns avanços no ensino e na pesquisa da pós-graduação ao introduzir procedimentos metodológicos de caráter dinâmico e interdisciplinar em busca do transdisciplinar na construção de conhecimentos.

Essas construções se constituem cada vez mais importantes nesse instante de nossa história, onde a política e economia brasileira, críticas e conturbadas, refletem-se diretamente no contexto educacional do nosso país como um todo e, conseqüentemente, no contexto educacional socioambiental do Brasil instigando teóricos a construir outras epistemologias de E.A. como um campo de desafios interepistêmicos, no sentido de reparar danos e imprevistos causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo.

É fato que apesar dos avanços pontuais dispersos pelo país, temos uma agenda ambiental desalinhada, que não caminha em direção à construção de um novo tipo de desenvolvimento, alicerçado nas potencialidades da nossa megadiversidade.



.....

Demandamos, ora por direcionamentos teórico-metodológicos para maior abertura de diálogo de caráter interdisciplinar convergente, com a urgência de questionamentos, de debate constante e aberto sobre o sentido ontológico, sobre as novas dimensões e condições do ser humano (DITTRICH, 2005).

É nesse cenário de complexidade, portanto, que delineamos a possibilidade de um novo olhar em educação e educação ambiental, a partir das suas relações com outras ciências, aqui no caso a psicanálise e assim propomos o diálogo com a teoria freudiana.

Leff (2011) propõe que o saber ambiental e a psicanálise se encontrem num espaço que não é o da complementaridade nem da articulação de seus saberes mas de seus paralelismos e de suas disjunções.

Mesmo que Freud, em sua obra monumental, não tenha se dedicado a falar diretamente acerca da educação, acabou falando da mesma por outras vias, através de outros temas, e assim a educação se faz presente em toda sua obra. Buscando entender quadros de adoecimento neurótico, Freud se deparou com a sexualidade humana e isso lhe permitiu construir um corpo teórico que trouxe uma nova concepção de homem (OLIVEIRA, 2017).

Freud, em 1905, escreve um de seus trabalhos conhecido por ser uma das maiores contribuições para o conhecimento humano, denominado “*Os três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*”. Nessa obra Freud nos mostra o equívoco que é pensar que a criança não possui o instinto sexual, pois a sexualidade está presente desde os primórdios da infância. Ocorre que o mecanismo psíquico do esquecimento ou amnésia que encobre os primeiros anos de vida dificulta que o adulto acesse suas lembranças, mesmo que essas vivências iniciais deixem marcas na vida psíquica do sujeito (Oliveira, op cit.).

Tecendo várias críticas ao caráter moralizante da educação, a partir da sexualidade infantil, Freud nos ensina que a mesma participa na formação dos diques moralizantes como nojo, vergonha e ideais estéticos. Ao apontar a importância desse processo, o pensador leciona que ao mesmo tempo em que a educação introduz a moral e contém os processos pulsionais<sup>27</sup> contribuindo para a formação dos laços sociais, também estimula a formação da neurose, gerando o adoecimento desse sujeito.

Com o desenvolvimento da criança, sua sexualidade passa por algumas fases, e uma delas é o período de latência da sexualidade, onde floresce a curiosidade infantil, a investigação, a pulsão de saber. Em 1908, Freud escreve que essa curiosidade está diretamente relacionada ao fato do que a *posteriori* pode se tornar desejo de aprender, levando esse sujeito à busca pelo conhecimento.

O conhecimento da sexualidade infantil é na teoria freudiana um aspecto importante a ser compreendido e pode, certamente, auxiliar os educadores a não superestimar impulsos instintuais da criança ou ainda tentar suprimi-los, visto que isso pode produzir resultados indesejáveis como o adoecimento neurótico. Daí a importância de pais, professores e demais educadores saberem lidar com esse momento tão significativo.

Em relação às questões ambientais ainda há muito a se compreender de maneira decisiva. Nas dimensões pedagógicas é necessário compreender a dimensão pulsional, que segundo a teoria freudiana é um traço distintivo da espécie humana (FARIAS, 2016).

O sujeito, na sua dimensão conflitiva deve se deparar, ou melhor, se posicionar diante da percepção de perda/ganho, prazer/desprazer vivido pelo aparelho psíquico (FREUD, 1916).

.....

<sup>27</sup> Os processos pulsionais estão relacionados ao conceito de pulsão, um dos conceitos mais originais de Freud, segundo ROZA, 1984 : “Com o conceito de pulsão somos lançados no redemoinho queimante do caldeirão da bruxa — a bruxa metapsicologia”. Como encontramos em FREUD: “Conceito-limite entre o somático e o psíquico, como representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo”, Freud (1915, p57).

Esse processo é dinâmico e vivenciado em todos os momentos da vida e por isso, no que tange à educação, o aprendizado diante de situações que envolvam as questões ambientais também deve ter essa dinâmica em jogo.

Quando nos propomos a considerar os elementos pulsionais de toda a vida do sujeito, ou seja, aquilo que escapa ao controle - e ao mesmo tempo tendo a educação como fator de imposição de limites - é importante que nos questionemos sobre, o que afinal se entende por Educação Ambiental, na medida em que esta é um elo nodal da Educação. Essa é uma resposta ainda inexistente.

No tocante às questões ambientais, estamos num momento onde de um lado podemos ter livre acesso aos recursos naturais. Já de outro, nos percebemos (ou não) numa crise de dimensão civilizatória a exercer forte pressão sobre nossas vidas, limitando nossas perspectivas de um bom futuro, inclusive planetário.

Por um lado, a degradação ambiental interroga a nossa própria existência no planeta, uma vez que não tem nos impulsionado o suficiente para uma mudança efetiva de paradigma, o que pode marcar a ineficiência das nossas práticas. Há que avançarmos na compreensão sobre esse sujeito moderno e a sua relação com o meio ambiente. Essa relação é pautada num processo de alienação pela busca por objetos que deem conta de uma insatisfação íntima, onde tudo parece faltar, e que conduz a todos para um destino mórbido de destruição da vida nos múltiplos aspectos que esse conceito abrange (FARIAS, 2016).

Por outro lado, no entanto, não podemos negar os avanços que o próprio histórico da E.A. impõe ao longo das últimas décadas, como falamos no início do artigo. Lajonquière (1998) aponta que a Educação pode ser concebida como discurso social, e melhor ainda, como uma transmissão de marcas de desejo, ou seja, o que a faz ampliar-se para todo ato de um adulto dirigido a uma criança com o sentido de aproximá-la a uma tradição existencial, permitindo que se reconheça no outro. Quando um educador está a serviço de um sujeito abandona técnicas de adestramento e adaptação, renunciando à preocupação excessiva com métodos de ensino e com os conteúdos estritos, absolutos, fechados e inquestionáveis como a própria teoria freudiana nos aponta.

Na realidade o que ocorre é exatamente o contrário. O que se vê é que o educador caminha na direção de apenas colocar os objetos do mundo a serviço de um aluno, que é também sujeito e que responderá, ansioso por fazer-se dizer, ansioso por se fazer representar nas palavras e objetos da cultura. Escolhe nisso o que lhe é ofertado aquilo, que lhe diz respeito, aquilo que está implícito por seu parentesco com as primeiras inscrições significantes que lhe deram forma e lugar no mundo. Essa é uma discussão permeada por incógnitas que colaboram para os impasses na construção de práticas educacionais, e aqui nos referimos especialmente à Educação Ambiental.

Não podemos negar, portanto, que há um saber, que mesmo estando próximo a nós é insuficiente, que nos escapa e não nos deixa a salvo de nossa incompletude e fragilidade na construção do futuro do planeta.

*Agradecemos ao professor do Laboratório de Psicanálise – Humanas da UFPR, Dr. Mauricio Escragnolle Cardoso, pelas valiosas discussões.*

## REFERÊNCIAS

DITTRICH, M. G. **O corpo-criante como centralidade de ética de cuidado à vida**. São Paulo: Vetor Editora, 2005.

FARIAS, A. L. Psicanálise e meio ambiente: saber em construção. In: **Congresso de Psicologia FAE**, 2016, Curitiba, Paraná, disponível em: <[http://www.cbpsi.fae.edu/\\_downloads/AnaisPsicologia.pdf](http://www.cbpsi.fae.edu/_downloads/AnaisPsicologia.pdf)>

FLORIANI, D.; KNECHTEL, M. R. **Educação ambiental: epistemologia e metodologias**. Curitiba: Vicentina, 2003.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3 ed. São Paulo: Mores, 1980

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“o caso Dora”) e outros textos. **Sigmund Freud, Obras Completas: volume 6**. Tradução Paulo César de Souza. 1ª ed, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno (1908). In: \_\_\_\_\_. **Sigmund Freud, Obras Completas: volume 8**. Tradução Paulo César de Souza. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.

FREUD, S. Alguns tipos de caráter a partir do trabalho psicanalítico. **Sigmund Freud, Obras Completas: volume 12**. Tradução Paulo César de Souza. 1ª ed, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.

Lajonquière. L. Uma nota introdutória sobre a conexão Psicanálise-Educação. **Interações: estudos e pesquisas em Psicologia**, v.3, n.5, 1998, p. 21-36.

LAYRARGUES, P. H. P. **Educação Ambiental no Brasil: o que mudou nos vinte anos entre a Rio-92 e a Rio+ 20**. Rio, ECO-92. 03/2012

LEFF, E. **Saber ambiental, sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, C. L. Do desejo de apre(e)nder ao desejo da transmissão –psicanálise e educação. **Exame de Qualificação**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia .UFPR. 2017.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. 15 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1984.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas**. Buenos Aires, Colección Sur, 2005a, p.118-142.

# OS ESTILOS DE PENSAMENTO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO A PARTIR DA EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA OS EDUCADORES INCLUSIVOS

JACYARA DE OLIVEIRA VANINI<sup>28</sup> | MATHEULLI GUILHERME CORRÊA DE ANDRADE<sup>29</sup>  
TATIANI DE OLIVEIRA SLESACZEK<sup>30</sup> | FABIOLA HERMES CHESANI<sup>31</sup>

## INTRODUÇÃO

A inclusão educacional faz parte de um movimento maior, de repercussão mundial, denominado Inclusão Social, e tem como finalidade máxima garantir a equiparação de oportunidade para todos os indivíduos, inclusive para aqueles que, devido às condições econômicas, culturais, raciais, físicas ou intelectuais, foram excluídos ou colocados à margem da sociedade em geral (LEITE *et al.*, 2011).

A Organização Mundial de Saúde considera que a habilidade em realizar atividades e participar de situações corriqueiras é um componente essencial para se ter saúde. Assim, acredita-se que a inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular propiciaria progressos no seu desenvolvimento e melhora na sua qualidade de vida (SANTOS *et al.*, 2011).

O princípio da educação inclusiva consiste em que as escolas devem reconhecer e responder às diversas necessidades dos alunos, assegurando-lhes uma educação de qualidade que lhes proporcione aprendizagem por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos especiais, etc. Deve ser garantida às crianças com necessidades educativas especiais uma educação efetiva em que elas recebam atendimento de acordo com suas especificidades (LEONARDO, 2008).

Por meio da educação é possível maximizar as condições a fim possibilitar às pessoas que desenvolvam comportamentos significativos para realizar as modificações sociais de valor, de interesse ou mesmo necessárias à melhoria das condições humanas. Talvez a educação seja a única ou a mais poderosa instituição capaz de educar as pessoas a lidar melhor com um mundo que se torna cada vez mais complexo, mais instável e mais alterado pelos meios de informações disponíveis (FORNAZARI, 2012).

Diante deste contexto o objetivo deste artigo é analisar as produções científicas publicadas em periódicos nacionais e escritas na língua portuguesa sobre a educação continuada destinada aos educadores inclusivos a partir dos pressupostos de Fleck (2010).

## 1 METODOLOGIA

O método de pesquisa foi uma revisão integrativa. Esse método de pesquisa objetiva traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema.

<sup>28</sup> Graduação em andamento em Fisioterapia na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI. Atualmente participa do programa de iniciação científica - PROBIC da Universidade do Vale do Itajaí.

<sup>29</sup> Graduação em andamento em Fisioterapia na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI. Atualmente é bolsista de iniciação científica - PIBIC/CNPq na Universidade do Vale do Itajaí. Tem experiência na área de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com ênfase em Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

<sup>30</sup> Graduação em andamento em Fisioterapia na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI.

<sup>31</sup> Possui graduação em Fisioterapia pela Universidade Federal de Santa Maria (1996). Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho na Universidade do Vale do Itajaí. Concluiu doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou doutorado sanduíche na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Porto. Professora titular da Universidade do Vale do Itajaí. É pesquisadora e líder do grupo GEVAS na Univali.

A revisão integrativa possibilita a síntese de vários estudos já publicados, permitindo a geração de novos conhecimentos, pautados nos resultados apresentados pelas pesquisas anteriores. O termo “integrativa” tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método. É nesse ponto que se evidencia o potencial para construir a ciência. Uma boa revisão integrativa apresenta o estado da arte sobre um tema, contribuindo para o desenvolvimento de teorias. O método de revisão integrativa é uma abordagem que permite a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias (ou seja, experimental e de pesquisa não-experimental) (BOTELHO *et al.* 2011).

Na revisão integrativa são desenvolvidas as seguintes etapas propostas: a elaboração do tema do estudo; a pesquisa bibliográfica; a organização dos dados coletados; a interpretação e avaliação dos resultados do estudo; apresentação e divulgação a revisão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Na elaboração do tema de estudo partiu-se da seguinte questão norteadora: o que tem sido publicado em periódicos nacionais e escritos na língua portuguesa sobre a educação continuada dos educadores inclusivos?

A busca foi realizada entre agosto e outubro de 2016, ocorrendo nas seguintes bibliotecas eletrônicas de acesso aberto: SciELO (Scientific Electronic Library Online), Lilacs (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), BVS (Biblioteca Virtual de Saúde), SEER Univali (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas) e EBSCOhost. As palavras-chaves foram dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS/Bireme), são elas: Educação Especial; Educação Continuada; Educação em Saúde.

Os critérios de inclusão para seleção dos artigos foram: artigos relacionados à educação inclusiva do período de 2006 a 2016, que o tema se relacione com educação continuada dos educadores inclusivos, nacionais e no idioma em português, publicados como textos completos disponíveis on-line e com acesso livre. Os critérios de exclusão foram os documentos oficiais, capítulos de livros, teses, dissertações, notícias editoriais e textos não científicos.

A partir dos resultados da busca e obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão expostos, realizou-se a leitura dos artigos na íntegra no intuito de verificar a sua adequação ao tema escolhido inicialmente. Após esta conduta, sistematizaram-se alguns dados que levariam a uma aproximação com as características da produção acadêmica da área do conhecimento estipulada. A sistematização foi realizada por meio de um quadro sinóptico contendo os seguintes dados: título do trabalho, ano de publicação, autor, palavras-chaves, instituição a qual pertence o programa onde o trabalho foi desenvolvido, temática investigada, modalidade da pesquisa e participantes.

Para a percepção do estilo de pensamento de Fleck, que acontece juntamente com o aprofundamento do estudo teórico e com vista ao objeto de estudo, utilizou-se a técnica para a coleta de dados intitulada como análise documental. Tal técnica é ótima para a abordagem exploratória de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja utilizada sozinha para revelar aspectos novos de um tema ou problema. Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programa de rádio e televisão, estatísticas e arquivos escolares (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

## 2 RESULTADOS

Nas bases de dados supracitadas, foram encontrados cerca de 436 artigos relacionados, sendo a base Lilacs com 259 artigos, SciELO com 59, SEER com 28, BVS com 45 e EBSCOhost com 45. De todos esses artigos contemplados na pesquisa, foram utilizados 29 deles, que foram apresentados



sistematicamente em um quadro sinóptico que a partir dos critérios de inclusão e exclusão. Se verificou quais obedeciam aos critérios escolhidos e os que não possuíam os mesmos, que acabaram por ser descartados da pesquisa. Os resultados da pesquisa podem ser observados no quadro 1.

Quadro 1. Bases de dados e quantidade de estudos encontrados

| Base de Dados | Achados | Excluídos | Amostra Final |
|---------------|---------|-----------|---------------|
| LILACS        | 259     | 244       | 13            |
| SCIELO        | 59      | 51        | 08            |
| SEER          | 28      | 27        | 01            |
| BVS           | 45      | 40        | 05            |
| EBSCOhost     | 45      | 43        | 02            |
| Total         | 436     | 405       | 29            |

Fonte: Elaborado pelas autoras

### 3 DISCUSSÃO

Este estudo foi orientado pelos pressupostos epistemológicos de Fleck, mais especificamente as categorias estilo de pensamento, coletivo de pensamento, circulação intracoletiva e intercoletiva de pensamento. Partimos do pressuposto de que a produção do conhecimento ocorre a partir de bases teóricas e metodológicas compartilhadas por coletivos de pesquisadores (FLECK, 2010). Tal pressuposto traduziu-se, na presente pesquisa, na procura por concepções de conhecimento e também pelas práticas de pesquisa em uso. Neste sentido, assumimos a hipótese de que distintas perspectivas subsidiaram as pesquisas que originaram os artigos em análise.

Cutolo (2001) caracteriza o estilo de pensamento como: modo de ver, entender, conceber; processual, dinâmico, que leva a um corpo de conhecimentos e práticas. Evidenciam-se nestas produções de conhecimento distintos estilos de pensamento; portanto, diferentes formas de ver, de pensar, de entender e de praticar.

Com o intuito de explicitar um pouco mais o perfil dessa produção acadêmica, buscando outras aproximações com tendências de pesquisa manifestada ao longo do tempo, realizou-se uma leitura criteriosa dos artigos, na qual se identificou quais os aspectos que têm sido investigados. Então, apostou-se na classificação da pesquisa a partir do foco temático privilegiado, pois desta forma seria possível visualizar com maior clareza as semelhanças e diferenças das pesquisas, uma vez que, conforme pressupostos epistemológicos norteadores desta análise (Fleck, 2010), buscou-se identificar as características compartilhadas neste conjunto de artigos, isto é, as suas perspectivas. A primeira perspectiva apresentada é referente ao ano de publicação, seguido da segunda perspectiva área de concentração na área da saúde, da modalidade de pesquisa e da temática abordada.

A primeira perspectiva de análise é a relação entre o ano de publicação e o número de artigos publicados. O ano em que predominaram as publicações foi o de 2016 (N-7) até o momento da busca nas bases de dados, seguido do ano de 2011(N-7), 2009 (N-4), 2008 (N-4), 2012 (N-3), 2014 (N-2), 2015 (N-1) e 2013 (N-1).

Os dados do Censo Escolar, coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) de 1998 e 2012, mostram a evolução do ingresso de estudantes com deficiência nas redes educacionais inclusivas. O Censo da Educação Básica de 1998 registrou 337,3 mil matrículas de estudantes com deficiência. Desses alunos, 13% estavam em classes comuns do ensino regular. Em 2012, o censo apontou 820,4 mil matrículas e constatou que 76% dos estudantes estavam em classes comuns do ensino regular, o que representa crescimento de 143%. Este crescimento de alunos com deficiência matriculados no ensino regular pode ter impulsionado as produções científicas na área.

A segunda perspectiva de análise é a localização dos trabalhos por área de concentração. A área da Psicologia contemplou o maior número de artigos (N-11), seguida das áreas de Multidisciplinar (incluindo as áreas de Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Enfermagem, Psicologia, Programas de Pós-graduações) (N-5), Terapia Ocupacional (N-2), Educação Física (N-2), Educação (N-2), Fisioterapia (N-1), Enfermagem (N-1), Fonoaudiologia (N-1), História (N-1), Medicina (N-1), Pedagogia (N-1) e Sociologia (N-1).

A formação de profissionais na área da saúde e educação demanda o estudo das necessidades sociais as quais irão atender, bem como das condições de trabalho. O psicólogo escolar historicamente enfocou o aluno considerado desviante da norma, visando melhorar o processo de ensino-aprendizagem e auxiliar na composição de classes homogêneas (MATTOS; NUERNBERG, 2010). No sentido de atender às necessidades sociais da pessoa, a psicologia desenvolve mais estudos na área.

A terceira perspectiva é quanto à modalidade da pesquisa. Foram encontrados 13 artigos sendo do tipo Qualitativa, 7 artigos do tipo Quantitativa, 7 artigos do tipo Mista (qualitativa e quantitativa) e 2 artigos de caráter Bibliográfica.

A pesquisa qualitativa é uma pesquisa social. De acordo com Minayo (2010, p. 47) a pesquisa social pode ser entendida como os vários tipos de investigação que “tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica”. O fato de ser uma pesquisa social incrementa os estudos na área de educação especial.

A quarta perspectiva é quanto à temática da pesquisa. Destacou-se o predomínio no eixo temático ensino e aprendizagem (N-9), seguido do eixo temático concepções dos professores sobre a inclusão (N-8), políticas públicas inclusivas (N-4), interações familiares (N-3), formação continuada (N-3), intervenção precoce (N-1), comportamento dos professores (N-1).

A temática ensino-aprendizagem está relacionada com a Declaração de Salamanca na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Nesse documento há o relato de que as escolas devem acolher a todas as crianças, incluindo crianças com deficiências, superdotadas, de rua, que trabalham, de populações distantes, nômades e pertencentes à minorias marginalizadas. Para que esta inclusão aconteça sugere-se que se desenvolva uma pedagogia centrada na relação com a criança, capaz de educar com sucesso a todos, atendendo às necessidades de cada um, considerando as diferenças existentes entre elas (VEIGA *et al.*, 2011).

A escola deve possibilitar ao aluno o desenvolvimento de suas possibilidades de forma que possa intervir posteriormente no processo sociocultural e inovar na sociedade. Sua função consiste em provocar desequilíbrios e fazer desafios, levando o aluno a trabalhar o mais independentemente possível. As crianças devem ser encorajadas a explorar o seu ambiente, bem como a si próprias, expressando por meio dos vários sistemas inteligentes sua percepção de mundo, ideias e ações. É importante pensar no que fazer para educar as crianças dentro de sua cultura e atender às expectativas que a escola onde estão inseridas se propõe a desenvolver. Devem-se criar condições favoráveis

para o desenvolvimento cognitivo mediante os processos de aprendizagem, levando em conta a mediação ou interação sociocultural na relação professor-criança e também na relação criança-criança (LIMA; LAPLANE, 2016).

O eixo temático concepções dos professores sobre a inclusão aborda a escola num processo dialético, isto é, apresenta-se como um espaço de contradição, e como expressou Paulo Freire (2011), “se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental ela pode”. Desta forma, entende-se que uma escola inclusiva se constitui como espaço em defesa da democratização do saber e a escolarização do aluno com deficiência apresenta-se como um desafio no presente, que impulsiona a escola a mudar as suas estruturas, a lutar pela concretização das políticas educacionais, reivindicando as condições necessárias para a sua implantação no espaço escolar. Nesse contexto, emerge uma oportunidade de se rever a escola nas suas concepções, para que ela cumpra a sua principal função: a emancipação dos sujeitos (FUCK; CORDEIRO; RENGEL, 2016).

Para Vasques e Baptista (2014), na contemporaneidade, a Educação Especial é identificada como uma área de conhecimento em percurso de mudanças, e os processos de escolarização das pessoas com deficiência constituem o centro dessas modificações, impulsionando a alteração dos caminhos, das propostas, da implantação de políticas, e ainda, a reinvenção dos modos de se compreender quem são e como se constituem esses sujeitos. Os artigos sobre a temática políticas públicas relatam que as discussões e garantias teóricas acerca das políticas internacionais e nacionais, bem como as diretrizes governamentais para a educação inclusiva são bastante consistentes. Mas ainda, considera-se que, neste momento, cabe também investigar a sua forma de implementação. Nesta perspectiva, fomentam-se iniciativas que buscam verificar como o aparato legal e as políticas públicas estão garantindo a efetivação das propostas inclusivas (MARINS; MATSUKURA, 2009).

Na temática políticas públicas inclusivas, no Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, promulgada em 2008, reafirma o direito de todos os alunos de frequentarem o sistema regular de ensino.

A abertura das escolas para as diferenças aconteceu em decorrência das políticas públicas, ou seja, implica numa mudança radical do processo de ensino e aprendizagem, rompendo as fronteiras entre as disciplinas tradicionais, valorizando a multiplicidade e a integração de saberes, com isso valorizando a autonomia intelectual do aluno, tornando-o sujeito do seu conhecimento. O impacto das políticas públicas de inclusão foi chocante para professores e alunos, pois muitas vezes o educador se vê na posição de regular os desejos do educando com ou sem necessidades educativas especiais. Entretanto, a legislação assinala que o professor deve equilibrar suas restrições pessoais às diferenças, aliadas com domínios metodológicos e conhecimentos pedagógicos capazes de dar conta das diversas necessidades dos seus alunos (FERREIRA *et al.*, 2016).

A temática sobre as interações familiares relata que o nascimento de um filho é um momento que envolve mudanças e adaptações para todos os membros da família, principalmente quando se trata de famílias de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE), em particular a deficiência intelectual (DI). A qualidade de vida neste microssistema é imprescindível para o desenvolvimento de todos, uma vez que fornece a base para as relações sociais atuais e futuras de seus membros. Os membros familiares, especialmente os genitores, podem experienciar, em alguma dimensão, sentimentos e reações diante do diagnóstico do filho: choque, medo, culpa, revolta, negação, raiva, rejeição, tristeza, dentre outros (PEREIRA-SILVA; ALMEIDA, 2014).

Quanto à formação continuada, na Educação Especial, os debates em torno da formação do professor responsável pelo atendimento educacional escolarizado de alunos que apresentam necessidades especiais vão desde reuniões pedagógicas realizadas nas unidades escolares até a

definição de políticas públicas de educação, passando por reflexões teóricas e proposições acadêmicas. CRUZ *et al.* (2011) relatam que ao desferirem seus olhares sobre a formação/capacitação de professores em uma perspectiva educacional inclusiva, sinalizam a importância da experiência profissional cotidiana do professor em sua formação continuada.

Diante das situações legais e educacionais, os educadores inclusivos são atores considerados de suma importância no contexto escolar e no processo de ensino e da aprendizagem, pois estão em contato direto com essa criança, constituindo-se do meio de transmissão do conhecimento, além de serem os facilitadores no processo ensino-aprendizagem. Considera-se que a formação desse profissional pode influenciar, de diversas maneiras, sua atuação no âmbito da sala de aula (TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016).

Essa formação será a base do desempenho e da preparação para situações que advirão em seu cotidiano; portanto, a formação influenciará diretamente a concepção do educador sobre a educação inclusiva. A concepção do educador sobre a educação inclusiva reflete o modo de ver e pensar a educação inclusiva, isto é, os saberes docentes, o saber da experiência, o saber do conhecimento e o saber pedagógico. O saber da experiência é o saber que constrói a base de elementos que irão nortear a prática. O saber do conhecimento envolve a revisão da função da escola na transmissão dos conhecimentos e as suas especialidades num contexto contemporâneo. Por fim, o saber pedagógico, que compreende o conhecimento aliado ao saber da experiência e dos conteúdos específicos, e que será construído a partir das necessidades pedagógicas reais (PIMENTA, 2009).

Na temática intervenção precoce os autores descrevem os benefícios desta atividade. As intervenções podem melhorar a identificação dos fatores ambientais que afetam a severidade dos tiques, além de fornecer suporte para o manejo de sintomas comportamentais. Estratégias utilizadas no âmbito da Terapia Ocupacional também podem contribuir, a exemplo, do emprego de técnicas de relaxamento, que podem permitir maior conhecimento, por parte do indivíduo, de seu corpo e também a distinção entre o corpo contraído e relaxado (TERRA; RONDINA, 2014).

E a última temática se refere ao comportamento dos professores que diante do cenário de inclusão, é importante discutir os comportamentos que os professores devem emitir a fim de promover a aprendizagem de seus educandos, bem como quais habilidades ele pode adotar para lidar com as especificidades de cada aluno. Afinal, para um professor ser considerado socialmente competente, não basta a emissão de determinados comportamentos, mas é preciso considerar o aspecto funcional, uma vez que a ação do professor deve produzir efeitos, que probabilisticamente gerem mudanças no repertório dos educandos (GUERRA *et al.*, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo inicial de analisar as produções científicas sobre a educação continuada destinada aos educadores inclusivos, verificou-se nos resultados a incidência de produções no ano de 2016, que totalizou 07 dos 29 artigos elencados desde 2006 para a pesquisa, estimando que a demanda de alunos com deficiências esteja aumentando e assim impulsionando as produções científicas nessa área. Dentre os mesmos 29 artigos selecionados, 11 foram produzidos pela área da psicologia, visando atender as necessidades especiais, 13 pesquisas sendo do tipo qualitativa, que são pesquisas sociais e 9 deles com a temática ensino e aprendizagem, enfatizando a inclusão como um todo e acolhendo todas as crianças, possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades.

Apesar das suas subdivisões, constatou-se que em quaisquer uma delas, esse processo apresenta-se em constante desenvolvimento e aprimoramento. Diante da revisão integrativa realizada,

possibilitou-se uma síntese sobre a produção do conhecimento científico acerca da educação continuada que é referida aos educadores inclusivos.

## REFERÊNCIAS

- BOTELHO, L. L. R. *et al.* O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, ago. 2011, p.122-136.
- CRUZ, G. C. *et al.* Formação continuada de professores inseridos em contextos educacionais inclusivos. **Educar em Revista**, Curitiba: Ed. UFPR, n. 42, out./dez. 2011, p. 229-243.
- CUTOLO, L. R. A. **Estilo de pensamento em educação médica**: um estudo do currículo do curso de graduação em Medicina da UFSC. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- FERREIRA, O. F., *et al.* Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Um Breve Relato dos Documentos Legais. **Rev. Psic.**, v.10, n. 32, nov./dez. 2016.
- FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- FORNAZARI, S. A. *et al.* Capacitação de professores em análise do comportamento por meio de programa educativo informatizado. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 35, ago. 2012, p.24-52.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, São Paulo, 50 ed., 2011.
- FUCK, A. H., CORDEIRO, A. F. M., RENGEL, J. T. S. As concepções das professoras da sala comum sobre o atendimento educacional especializado e os processos de escolarização dos alunos com deficiência. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 16, n. 3, p.471-490, set. 2016.
- GUERRA, B. T. *et al.* Análise das queixas da rede municipal encaminhadas para a educação especial. **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 2, p.321-328, ago. 2015.
- HESSEN, J. **Teoria do conhecimento científico**. São Paulo: Ática, 2000.
- LEITE, L. P. *et al.* A adequação curricular como facilitadora da educação inclusiva. **Revista Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 32, n. 1, p.89-111, mar. 2011.
- LEONARDO, N. S. T. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas: Inclusão na Escola Pública. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 12, n. 2, p.431-440, dez. 2008.
- LIMA, S. M., LAPLANE, A. L. F. Escolarização de Alunos com Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 2, p.269-284, jun. 2016.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986, 186 p.
- MARINS, S. C. F.; MATSUKURA, T. S. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-pólo do estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 15, n. 1, p.45-64, abr. 2009.
- MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A. H. A intervenção do psicólogo em contextos de educação especial na grande Florianópolis. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 2, p.197-214, ago. 2010.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa**: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, out./dez. 2008.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo. 12 ed. p. 47. 2010.
- PEREIRA-SILVA, N. L. S., ALMEIDA, B. R. Reações, sentimentos e expectativas de famílias de pessoas com necessidades educacionais especiais. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 79, n. 32, p.111-122, jan. 2014.



PIMENTA, M. A. **Comunicação empresarial**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

SANTOS, L. H. C. *et al.* Inclusão escolar de crianças e adolescentes com paralisia cerebral: esta é uma realidade possível para todas elas em nossos dias? **Revista Paulista de Pediatria**, Curitiba, v. 3, n. 29, p.314-319, jan. 2011.

SILVA, N. L. P.; ALMEIDA, B. R. Reações, sentimentos e expectativas de famílias de pessoas com necessidades educacionais especiais. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 32, n. 79, p. 111-122, 2014.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. A Educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 4, p.527-542, dez. 2016.

TERRA, A. P.; RONDINA, R. C. A interação escolar de uma criança com síndrome de Tourette, de acordo com as percepções de pais e professores: um estudo de caso exploratório. **Terapia Ocupacional**, São Paulo, v. 2, n. 25, p.177-184, ago. 2014.

VASQUES, C. K.; BAPTISTA, C. R. Os desafios da escolarização de sujeitos com transtornos globais do desenvolvimento. In: MELETTI, S. F., KASSAR, M. C. M. (Org.). **Escolarização de alunos com deficiências**. Mercado das Letras, São Paulo, 2014.

VEIGA, E. C. *et al.* Escola especial: Uma realidade a ser desvendada. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 29, n. 65, p.177-185, jun. 2011.

## INTRODUÇÃO

Há muito tempo a formação de professores de música faz parte do meu cotidiano, especialmente a partir do ingresso, em 2004, no Grupo de Pesquisa Cultura, Escola e Educação Criadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Univali. Nesse grupo, temos norteado nossos estudos e discussões na constituição da subjetividade humana por meio da arte em suas mais diferentes manifestações, e da interferência destas na formação do ser humano. Nossas produções apresentam relatos e caminhos seguidos por seus integrantes, com temáticas como estética, arte, semiótica, música, poesia, fruição, teatro e formação de professores, cujas respostas, nunca definitivas, acolheram olhares e discursos diferenciados, vindos de várias áreas do conhecimento, promovendo um movimento com ênfase na atividade criadora, buscando apoio conceitual especialmente na Filosofia, Antropologia, Estética, Sociologia, Literatura, Arte e na Música.

Esse artigo volta-se para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), mais especificamente o subprojeto PIBID Música na Educação Infantil no qual atuei como coordenadora de área, com pesquisa voltada à formação estética e artística dos docentes em formação inicial e continuada. O programa será explorado nesse texto, com dados que foram coletados e elaborados a partir de interferências artísticas e culturais oferecidas aos docentes, em encontros mensais chamados de Encontros de Educação Estética. Além desses encontros, também será abordada a estrutura do programa, que muito contribui para a formação pedagógica musical dos licenciandos (docentes em formação inicial), que são colocados na escola para uma atuação consistente, regular e progressiva, assim como importantíssima para a formação continuada das professoras dos Centros de Educação Infantil, formadas em Pedagogia, que tem, a partir do contato com os alunos de Licenciatura em Música, a possibilidade de acessarem materiais e trocarem experiências dessa área, considerada essencial para o desenvolvimento humano, por suas características multiculturais, de fácil acesso e constância na vida cotidiana: “A música é multicultural por essência, pois as músicas do mundo viajam: são reinterpretadas por artistas e ouvintes em diferentes tempos e lugares, produzindo novos significados em cada nova situação que se instala” (OLIVEIRA, 1997, p. 52).

O objetivo da pesquisa é analisar como a mediação cultural pode ampliar a formação estética e artística dos professores de forma a potencializar o PIBID como espaço de cultura. Os participantes da pesquisa foram nove acadêmicos do Curso de Música da UNIVALI, uma coordenadora de área duas professoras supervisoras de um Centro de Educação Infantil, integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

<sup>32</sup> Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), com bolsa CAPES de Doutorado Sanduíche na Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne. Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação da UNIVALI, e também dos Cursos de Música Licenciatura e Bacharelado da mesma universidade. E-mail: uriarte@univali.br

A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, com suporte conceitual da pesquisa-intervenção, especialmente abordada a partir dos estudos de Kastrup (2008), que tem por objetivo ampliar as abordagens tradicionais da investigação, buscando uma atuação transformadora nas pesquisas participativas, intervindo na experiência. Essa atuação é possibilitada pela forma como o pesquisador se envolve com a investigação, que, segundo a autora, descarta a ideia de sua neutralidade, pressupondo que este já está implicado com a observação e, por meio de sua intervenção, o objeto de estudo pode ser transformado. Para Castro e Besset (2008, p. 12), “[...] a partir do momento em que o pesquisador entra no contexto onde se dá a pesquisa, suas perguntas e propostas já constituem uma intervenção”. Dessa forma, ao participar ativamente de todo o processo de implantação do PIBID de Música na Educação Infantil com uma proposta de formação estética de professores, para que estes se percebessem como mediadores culturais no espaço escolar, entende-se que houve intervenção.

A coleta e elaboração dos dados ocorreu de três formas: a aplicação de um questionário inicial para o grupo PIBID, procurando desvelar seu perfil quanto ao acesso e à frequência a atividades culturais; relatos dos bolsistas com foco nos Encontros de Formação Estética e percepções sobre o trabalho desenvolvido no Programa, encerrando com entrevista no formato de Grupo Focal. Os dados obtidos serão apresentados nas considerações finais.

O conceito principal que articula o PIBID com a formação inicial e continuada dos docentes é o de mediação cultural. No Brasil, os estudos sobre esse tema estão vinculados especialmente ao Grupo de Pesquisa em Mediação Cultural: Contaminações e Provocações Estéticas da Universidade Makenzie de São Paulo. Sendo assim, interessa-nos saber como a mediação cultural pode ampliar a formação dos professores. O conceito de mediação cultural - muito utilizado para acompanhamento à visita de museus na figura dos monitores, ou na preparação de público para assistir concertos de música e dança erudita, em cursos rápidos de formação de plateia -, será deslocado para a escola de Educação Infantil, promovendo um encontro com o território escolar em sua lógica e cultura, por meio de exercícios de pensamentos, que segundo Gallo (2008, p. 53), “[...] implicam um devir, um processo, um movimento”. Esse movimento foi mobilizado por estímulos artísticos, estéticos e filosóficos, para pensar a educação como um acontecimento, capaz de alimentar os saberes e fazeres docentes.

## 1 A MEDIAÇÃO CULTURAL E O PIBID: PROMOVENDO O ENCONTRO

O PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, foi instituído na UNIVALI em 2010, tendo como eixo norteador de todos os grupos a formação estética dos docentes em formação inicial (licenciandos de diferentes áreas do conhecimento) e em formação continuada (professores já em atuação nas escolas que se inscreveram para participar do projeto), denominados bolsistas do PIBID.

Nesse início, os licenciandos de Música fizeram parte da composição do PIBID de Artes, e a partir de 2012, através do Edital Nº 011/2012 CAPES, a Univali passa a ter um PIBID específico de Música, envolvendo vinte acadêmicos, quatro professoras supervisoras e uma coordenadora de área, desenvolvendo o trabalho junto à quatro Centros de Educação Infantil – CEIs.

O formato instituído pela CAPES para a organização dos grupos PIBID muito contribui para que a formação docente realmente esteja no foco do projeto, e desenvolva-se de forma colaborativa e socializadora. Essa organização baseia-se na formação de grupos de cinco acadêmicos que podem estar em diferentes períodos da sua formação universitária, que compartilham com os colegas suas experiências, dúvidas e descobertas; eles são acompanhados pelo professor supervisor, que já está em atuação na escola, e é na turma de sua responsabilidade que as atividades são propostas.

Nessa dinâmica, cada subprojeto forma quatro grupos com cinco acadêmicos e um professor supervisor, que são acompanhados pelo coordenador de área - professor universitário da área do subprojeto. O coordenador tem como principais atribuições: visitas periódicas às escolas participantes; organização do espaço virtual disponibilizado pela universidade, no qual são postados documentos, textos e materiais para auxiliar na preparação das aulas; leitura e revisão dos planejamentos, relatórios e produções dos grupos; e também a preparação de encontros mensais com todos os envolvidos no PIBID da sua área, para dinâmicas variadas, formação específica e espaço para diálogos sobre o trajeto percorrido e a percorrer.

Foi justamente nessa oportunidade dos encontros mensais que o PIBID de Música buscou uma atuação diferenciada para seus participantes, partindo da constatação da necessidade de uma formação estética e artística de seus componentes, por apresentarem níveis muito diferentes de acesso e compreensão do mundo da arte. Essa afirmação está baseada nos resultados da primeira etapa de coleta de dados dessa pesquisa, com a aplicação de um questionário para o grupo de bolsistas do PIBID de Música, procurando desvelar seu perfil quanto ao acesso e frequência às atividades culturais.

Os Encontros também se articulam ao projeto institucional PIBID UNIVALI, que pensa a formação profissional, considerando igualmente importante a formação cultural do sujeito:

Esta premissa pretende, assim, ampliar a cultura pedagógica, levando em conta aspectos culturais que auxiliem a percepção do licenciando e do professor acerca dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, de seus pares, da comunidade e do mundo que o rodeia, repensando os valores que o cercam, pois o sensível, o cognitivo e o ético são esferas essenciais para a formação do homem. (UNIVALI, 2010, p. 21).

Procurando resolver essa demanda, os encontros mensais passaram a chamar-se Encontros de Formação Estética, nos quais passamos a trabalhar com diferentes experiências voltadas para as artes, procurando ampliar o referencial estético e artístico dos futuros professores de música e dos professores já em atuação nos Centros de Educação Infantil, transformando o PIBID em espaço de mediação cultural.

O que é mediação cultural? É uma ação que promove “[...] encontros com a arte, com a natureza, descobrindo outras formas de compreender o mundo, as quais são promovidas a partir do conhecimento e das relações humanas estabelecidas.” (URIARTE, 2017, p. 83). Ao provocar inquietações, desconfortos, encantamento, curiosidade, diálogos internos, por meio do acesso a uma determinada forma, objeto, som, textura, texto ou imagem, a mediação cultural pode favorecer encontros sensíveis alcançando outros pontos de vista e percepções.

Segundo Martins e Picosque, mediação cultural “[...] é um processo que cria situações onde o encontro com a arte, como objeto de conhecimento, possa ampliar a leitura e compreensão do mundo e da cultura” (2012, p.17 ).

As situações criadas para os Encontros de Formação Estética do PIBID de Música, iniciava com a elaboração e divulgação de objetos propositores (MARTINS; PICOSQUE, 2012), que são artefatos que permitem conexões entre a arte, a cultura e as outras áreas do conhecimento, constituindo-se em território aberto, capaz de articular diferentes conceitos e conteúdos, muitas vezes ultrapassando seus próprios limites, natureza e intenção.

Três objetos propositores foram utilizados em todo o percurso: um convite para o encontro, que de certa forma já incitava a curiosidade dos participantes, antecipando uma aproximação estética com data marcada, mas instigando-os para o acesso aos diferentes bens culturais, dos quais poderiam ser provocadas diferentes reflexões.

Figura 1. Convite para o III Encontro de Formação Estética do PIBID



Fonte: Arquivo da Coordenação de área do PIBID – Música na Educação Infantil

Um folder contendo textos, imagens e informações sobre a obra escolhida para o encontro, a agenda cultural do município e do entorno, com a intenção de que o acesso e as experiências culturais pudessem ser motivados. E o terceiro objeto propositivo era um ícone chamado: *Para nosso encantamento*, disponibilizado quinzenalmente no ambiente virtual Sophia da UNIVALI, com imagens, poesias, áudios, vídeos, indicação de filmes e concertos, acessados por todos os integrantes do grupo, como forma de nutrição estética.

Os Encontros de Formação Estética ocorreram mensalmente nas dependências do Curso de Música da Univali, promovendo uma mediação cultural que transitou pelos territórios do Acesso cultural, da Cultura visual, sonora, literária e cinematográfica e também pelo território da Formação docente.

Os objetos propositivos que encantaram, desacomodaram e fizeram o grupo refletir durante os encontros foram: uma viagem com a música *O Trenzinho do Caipira* de Villa Lobos (1933), seguido de uma provocação com relação ao tempo e como ele acaba por separar o ocorrido, o acontecendo e a imprevisibilidade do futuro. A Estética e a Poética do magistério apresentada por Arroyo (2008) convidou-nos para dialogar com o filme *Madadayo* de Akira Kurosawa (1993). Salvador Dalí com a obra “A Persistência da Memória” (1931), em diálogo com o Movimento Surrealista nas artes visuais, na arquitetura e na música também marcaram nossas reflexões. A integração das artes materializada na obra *Peer Gynt* (1876) de Edward Grieg, que é resultado de um processo que iniciou com um conto, gerou uma pintura que serviu de motivo para uma suíte, proporcionando diálogos muito interessantes. A fotografia de uma criança com a indicação de que o sorriso é uma linguagem universal (Renato Soares, 1996), provocou nossos olhares para perceber a imagem como linguagem. A literatura apresentou-se com *A Cidade Ilhada* (2002) de Milton Hatoum. A Filosofia de Viviane Mosé com *O Homem que Sabe* (2012) e, a Cadeira de Van Gogh (1888) nas articulações com a obra *O Sentido dos Sentidos* de Duarte Junior (2001) reavivaram os conceitos de educação sensível.

Martins (2014a, p. 250) fala-nos de uma necessária contaminação estética para que a mediação cultural se efetive, o que é possibilitado pelos recursos humanos e culturais. Os recursos humanos voltam-se para os sujeitos, categoria em que o educador assume importante papel de instigador, e os recursos culturais referem-se ao lugar que o sujeito habita e os elementos estéticos de referência desse lugar, que podem ser partilhados, promovidos, mas também ampliados pela mediação cultural.

O movimento de contaminação estética pode parecer natural, mas no campo da mediação cultural o objetivo maior não é apenas promover encontros com a arte em seus mais diferentes suportes: imagens, filmes, músicas, objetos, coreografias, poesias, entre outros, mas mediar os encontros.



“Para que esses encontros sejam possíveis, contamos com o mediador cultural, que provoca nossos sentidos, convoca a cognição e instiga percepções individuais. O ensino sobre arte seria uma consequência desse movimento”. (URIARTE, 2017, p. 87). Destacamos, também, que não basta atuar no setor educativo de instituições culturais ou escolares para ser um mediador, pois o que o identifica como tal são as ações promovidas por ele no sentido de propiciar encontros com a arte, gerando novas percepções, transformando informações em conhecimento pela oportunidade de experimentá-las.

Depois de apresentar o PIBID de Música como um programa que realizou seu trabalho voltado para a mediação cultural, que ajuda o outro a perceber, a ver, a ouvir e sentir, mas não fala pelo outro, não vê pelo outro e não sente pelo outro, é necessário compreender o que chamamos de educação estética e artística, expondo como que a mediação pode ampliar a formação inicial e continuada dos professores.

Entendemos por Educação Estética, a possibilidade de estesiari os sentidos: deixar-se sentir, mudar hábitos, perceber os outros, ouvir e falar com mais atenção, ter sempre uma história para contar, falar de si e do outro como um processo em movimento. Para Duarte Junior é uma questão de “recuperar uma determinada forma de aproximação às coisas do mundo, uma certa atenção para com a dimensão sensível, fundamento de nossa relação primeira com os fatos da vida” (2001, p. 164).

A arte trata de relações humanas, usa linguagens que transcorrem pelo campo social, rompe as fronteiras nacionais marcadas por língua, costumes e outros códigos, assim como alavanca discussões sobre preconceitos, incluindo-se como uma possibilidade de instaurar um novo tempo nessas relações humanas.

Rancière define estética como “um regime específico de identificação e pensamento das artes: um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma determinada ideia da efetividade do pensamento” (2012, p. 13).

A Educação Artística trabalha com a exposição de pensamentos e conceitos que são comunicados a partir de diferentes suportes como o visual, auditivo, tátil, espacial, sensorial, entre outros. Para Deleuze (2013), podemos pensar por meio de conceitos, de funções ou de sensações, não havendo hierarquia entre eles. Dessa forma, entendemos que a Arte é uma forma de pensamento, que encontra ressonância e apoio em diferentes formas de manifestação para expor as reflexões do artista, sem abrir mão do pensamento filosófico e científico.

A Educação Artística também é a oportunidade de manifestar a imaginação, a cognição, a comunicação e a experiência cultural de seus criadores, que mobilizam ações para dar vida às suas ideias, construindo novas formas de comunicação sensível, lembrando ainda que elas são “[...] o resultado de expressões imaginativas, provenientes de sínteses emocionais e cognitivas” (FERRAZ; FUSARI, 2010, p. 56). No PIBID, discutiu-se a importância da arte na formação das crianças e jovens, na construção de um programa comprometido com a cultura artística e com a formação reflexiva de todos os envolvidos no ambiente escolar.

“A formação artística é muito importante para a educação estética das crianças, para ajuda-las a perceberem-se melhor no mundo, compreender os valores culturais e poderem manifestar suas ideias e sentimentos” (FERRAZ; FUSARI, 2009, p. 172). A Educação estética e artística vem propor uma reflexão sobre o ensino e acesso à arte, enfatizando a necessidade do papel do mediador para o acesso ao conhecimento estético e artístico, mas que o mesmo também possa mediar o fazer artístico, a apreciação estética e as formas de comunicação da arte com a sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um espaço de formação plural, por isso mesmo, o PIBID de Música se coloca como parceiro para que nela seja possível ampliar o capital cultural e artístico de seus estudantes. Como política pública de formação de professores, o PIBID investiu nas ações voltadas para a estética e a arte, como potências para alavancar reflexões sobre criações artísticas, especialmente as musicais “[...] revelando identidades e práticas culturais, cuja ciência, arte e filosofia são partes integrantes e inseparáveis em um processo de educação para a emancipação” (SILVEIRA, 2017, p. 7).

As abordagens aqui apresentadas pressupõem encontros que se manifestaram no sentido de aproximar pessoas, aproximar pessoas de imagens, de sonoridades, de movimentos, de percepções sensoriais, de diálogos, palavras, autores, poesias, risadas, dramas e silêncios, e também, as formas de linguagens verbais e não verbais que a arte é capaz de utilizar para se colocar em contato.

As atividades voltadas para a educação estética e artística no PIBID de Música foram desenvolvidas em parceria, criando oportunidades de contato com a arte e cultura, em encontros narrados pelos participantes dessa pesquisa, apresentando suas impressões sobre os contatos possibilitados a partir da sua inserção no programa.

“A professora supervisora do PIBID sempre fomentou que a aula não fosse uma aula comum... Que a gente sempre tivesse uma ação, uma postura diferente do tradicional, isso foi muito interessante” (Bolsista do PIBID, 2015). Para um programa voltado para a educação estética, essa professora demonstra uma visão muito interessante de docência em arte, que oportuniza experimentar outras formas de comunicação, que nem sempre temos oportunidade de fazer em nossa vida cotidiana.

“A gente trouxe um movimento, uma entrada na escola que só de ver um instrumento musical já brilhava os olhos. [...] A gente tinha práticas que envolviam toda a escola: apresentações no corredor, durante o lanche, nas outras salas...” (Bolsista do PIBID, 2014). Esse bolsista considera a escola como um todo, o que é extremamente gratificante pois trata-se de observar o mundo escolar, que não está circunscrito nas paredes de uma sala. O Projeto PIBID reforça essa iniciativa quando identifica a necessidade de observação do espaço escolar, para identificar algumas possibilidades de melhoria desse espaço.

“A música fez muita diferença na escola, porque envolveu os alunos, as outras professoras, estagiários, diretora e até as cozinheiras” (Bolsista do PIBID, 2013). O bolsista indica que houve um envolvimento deles com a comunidade escolar, percebendo a escola a partir de uma visão emancipadora: uma escola que troca, que conversa, que interfere, um território de mediação cultural.

“É isso... Com projetos como o PIBID, no meu modo de ver, a gente reconhece hoje a escola como um espaço que se pode trabalhar tanto a aula, como também o fazer artístico” (Bolsista do PIBID, 2015). O bolsista percebe a necessidade de que projetos escolares possam ampliar o conceito de aula envolvendo atividades artísticas – seu campo de atuação, o que significa sair desse lugar do fazer para tomar conta de outros espaços físicos e conceituais. Essa ideia conecta-se com a partilha do sensível de Rancière (2009), que nos convida a pensar a arte como o sensível e a partilha como possibilidade de visibilidade, propostas que estão totalmente articuladas com a Educação Estética previstas no projeto institucional do PIBID.

Por meio dessas considerações, pode-se dizer que o PIBID de Música foi um espaço de mediação dos professores com a formação estética e artística, e não de intermediação, isso porque o intermediário faz a ponte, transporta a informação, explica, enquanto que o mediador interage, oportuniza e emancipa.

## REFERÊNCIAS

- CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. Pesquisa-intervenção na infância e juventude: construindo caminhos. In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. (Orgs.) **Pesquisa-intervenção na Infância e Juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008, p. 9-12.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Tradução Peter Pál Perlbart. 3 ed. São Paulo: 34, 2013.
- DUARTE JÚNIOR, J. F. **O sentido dos sentidos: a educação (dos) sentidos**. Curitiba: Criar Edições, 2001.
- FERRAZ, M. H. C. de T.; FUSARI, M. F. de R. **Metodologia do ensino de arte: fundamentos e proposições**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Arte na educação escolar**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GALLO, S. **Deleuze & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. (Orgs.) **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008, p. 465-489.
- MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G. **Mediação cultural para professores andarilhos na cultura**. 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2012.
- MARTINS, M. C. **Mediações culturais e contaminações estéticas**. Revista Gearte, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 248-264, ago. 2014.
- OLIVEIRA, A. J. Construção da memória musical do indivíduo. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 1., 1997, Salvador. **Anais...** Salvador: ABEM, 1997. p. 51-58.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: Estética e Política**. Tradução Mônica Costa Netto. 2. ed. São Paulo: EXO experimental; 34, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O espectador emancipado**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- SILVEIRA, H. E. Prefácio. In: URIARTE, M. Z.; MULLER, C.; AMARAL, M. L. F. **Voz, memórias e outras sonoridades do PIBID de música**. Joinville: UNIVILLE, 2017.
- UNIVALI. **Projeto Institucional PIBID – Programa de Bolsas de Iniciação Científica**. Itajaí: UNIVALI, 2010.
- URIARTE, M. Z. **Escola, música e mediação cultural**. Curitiba: Appris, 2017.

# A ATUAL CRISE CAPITALISTA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: DOIS PASSOS ATRÁS

JOANA A. COUTINHO<sup>33</sup>

## INTRODUÇÃO

É impossível discutir os desafios contemporâneos para as Políticas Públicas, neste momento crucial de um neoliberalismo mais encrudelecido que estamos vivendo. Torna-se necessário três questões, no nosso entendimento, centrais: 1) o Estado Capitalista e sua natureza de classe; 2) Neoliberalismo e a contra-reformas do Estado capitalista. Para tanto, comecemos com o conceito de Estado e classe.

## 1 ESTADO E CLASSE: UM BREVE RESGATE

As políticas públicas não podem ser compreendidas como uma simples “vontade política” do governante e, sim, como uma correlação de forças no interior do Estado. Neste sentido, é importante um pequeno resgate do conceito de Estado capitalista. Este Estado só pode ser entendido como um Estado de classe que apresenta o fato da “dominação política estar constantemente ausente das instituições” (POULANTZAS, 1977,p.119). A legitimidade deste Estado está baseada no “conjunto dos indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais, na soberania popular e na responsabilidade laica do Estado para com o povo” (idem). Neste sentido, o Estado capitalista moderno apresenta-se como encarnando o interesse geral de toda a sociedade. Há uma individualização dos agentes da produção (proletários e capitalistas): o

(...) conjunto destes indivíduos-agentes constituiria a sociedade civil, quer dizer, de algum modo o econômico nas relações sociais. A separação entre a sociedade civil e o Estado indicaria assim o papel de uma superestrutura propriamente política com relação a esses indivíduos econômicos, sujeitos da sociedade mercantil e concorrencial (POULANTZAS, 1977, p.120).

Essa leitura atomizada da sociedade civil, impossibilita a “compreensão da relação do Estado com a luta de classes”. Com efeito,

(...) os agentes a produção concebidos originariamente como indivíduos-sujeitos e não como suportes de estruturas, é impossível constituir a partir deles as classes sociais; sendo, por outro lado, o Estado relacionado originariamente com estes indivíduos-agentes econômicos, é impossível relacioná-lo com as classes sociais e a luta de classe; b) Conduz a mascarar uma série de problemas reais postos pelo Estado capitalista, ocultando-o sob a problemática ideológica da separação entre sociedade civil e Estado (idem, p.121).

Saes, aponta para o efeito neutralizador que provém da esfera do Estado. Segundo o autor, só o Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas. O Estado burguês

<sup>33</sup> Professora de Ciência Política na Universidade Federal do Maranhão, coordenadora do Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais e do Grupo de Estudos de Política, Lutas Sociais e Ideologias.

cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. E o faz na medida em que desempenha uma dupla função: a) Individualiza os agentes da produção mediante a sua conversão em pessoas jurídicas: isto é sujeitos individuais aos quais se atribuem direitos e uma vontade subjetiva. Essa individualização confere à troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário a forma de uma tomada de vontade realizado por iguais: isto é, um contrato de compra e venda da força de trabalho(...) b) Neutraliza, no produtor direto, a tendência à ação coletiva, decorrente do caráter privado assumido pelos trabalhos nesse processo. Se a primeira função produz efeitos tanto sobre o produtor direto como sobre o proprietário dos meios de produção, esta segunda função produz fundamentalmente efeitos sobre o produtor direto (SAES, 1998, p. 29).

É a ideia do povo-nação (uma construção ideológica), portanto, que cria a unidade dos membros das classes antagônicas e, desempenha a função de neutralizar de organização de classes dos trabalhadores, conservando estes últimos num “estado de massas” e, “impedindo a sua constituição em classe social” (SAES, 1998, p. 31).

Claus Offe (1984), reflete como a chamada política social é fruto do processo de industrialização e este por sua vez é “acompanhado de processos de desorganização e mobilização da força de trabalho” (OFFE, 1984, p. 15). Offe apresenta dois argumentos para justificar que a socialização através do trabalho assalariado fosse organizada e sancionada pelo Estado. O primeiro é que as formas encontradas na fase pré-industrial baseados em subsistemas como a família, a caridade, a igreja, perderam eficiência com o desenvolvimento industrial. O segundo argumento consiste no fato de que somente a “estatização desses subsistemas permite controlar as condições da vida e de subsistências que estão fora do mercado e assegurar o controle sobre o trabalhador assalariado.

Esta pequena introdução é necessária para sairmos da tábula rasa do mito liberal — reconstruído pelos neos — de uma suposta “neutralidade”, “imparcialidade” do Estado.

Do mesmo modo, o Estado não pode ser compreendido como um bloco monolítico, mas como o define Poulantzas, este possui uma autonomia relativa

em relação a tal ou qual fração e componente desse bloco, em relação a tais ou quais interesses particulares. Autonomia constitutiva do Estado capitalista: remete à materialidade desse Estado em sua separação relativa das relações de produção, e à especificidade das classes e da luta de classes sob o capitalismo que essa separação implica. (...) (POULANTZAS, 1985, p.146).

A burguesia, por sua vez, apresenta-se dividida em frações de classe (capital monopolista e não monopolista) fracionamentos que se desdobram na atual fase de internacionalização do capital, qual fração de classe compõem o bloco no poder. Nas palavras de Poulantzas (1985, p.146-147).

a) O Estado detém sempre uma autonomia relativa a essa ou aquela fração do bloco no poder, (...)a fim de assegurar a organização do interesse geral da burguesia sob a hegemonia de uma de suas frações(...);

b) Tudo isso ainda é verdadeiro mesmo se as formas atuais do processo de monopolização e a hegemonia particular do processo de monopolização e a hegemonia particular do capital monopolista sobre o conjunto da burguesia impõem incontestavelmente uma restrição da autonomia do Estado em relação ao capital monopolista e do campo de compromissos deste com as outras frações da burguesia. (...) (p 146-147).

Pensar nas frações de classe, ou a classe no bloco do poder, significa, mesmo que brevemente, contemplar o papel do imperialismo, e os percalços na realização de políticas públicas com caráter



universalizante, ganhos que podem ser computados ao brevíssimo período de Estado de Bem-Estar Social<sup>34</sup>, com políticas sociais como educação e saúde, etc.

## 1.1 IMPERIALISMO NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Lênin, ao definir o imperialismo afirma que este é a “fase superior do capitalismo”.

Nas palavras do autor:

O imperialismo é, pois, o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LÊNIN, 2011, p.218).

Uma das características desta fase do capitalismo, é a partilha econômica do mundo e a ligação que se estabelece entre os grupos políticos e entre os Estados, relações “determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na “luta pelo território econômico” (idem). De lá para cá muita água rolou neste moinho.

David Harvey e Ellen Wood classificaram este momento como “novo imperialismo”. Para David Harvey, o capitalismo global tem sofrido um crônico problema de superacumulação desde os anos 70. Superacumulação em um dado território implica em um excedente de mão-de-obra (aumento do desemprego) e excedente de capital (que se manifesta num mercado abarrotado de bens de consumo que não podem ser vendidos sem perdas, como uma alta improdutividade e/ou como excedente de capital líquido carente de possibilidades de investimento produtivo). O novo imperialismo como denomina Harvey não necessita mais da ocupação territorial, é neste sentido, um imperialismo de “desapossamento”. Tese corroborada por Ellen Wood (2014, p.107-108). Para a autora, o novo imperialismo

Diferentemente de outras formas de império colonial, depende mais que nunca de um sistema de múltiplos Estados nacionais mais ou menos soberanos. (...) O capital global exige muitos Estados-nação para executar as funções administrativas e coercitivas que sustentam o sistema de propriedade e oferecem o tipo de regularidade e previsibilidade diárias, bem como a ordem legal de que o capitalismo necessita mais que qualquer outra forma social. Nenhuma forma concebível de “governança global” poderia oferecer esse tipo de ordem diária ou as condições e acumulação que o capital exige.

O “Consenso de Washington”, na década de 1990 do século XX demonstra essa mudança, na medida em que o poder imperial exigiu “ajustes estruturais” e “uma variedade de medidas que teriam o efeito de tornar essas economias ainda mais vulneráveis às pressões do capital global sob o comando dos Estados Unidos” (idem, p.103).

## 1.2 O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL: UM BREVE INTERLÚDIO

Não dá para falar do Estado de Bem-Estar Social, sem mencionar, os feitos da Revolução de Outubro, que este ano, completa 100 anos. Segundo Eric Hobsbawm (1995). O “breve século XX” não pode ser entendido sem a Revolução Russa e seus efeitos diretos e indiretos. Segundo o autor, ela salvaguardou o capitalismo liberal, possibilitando ao Ocidente ganhar a Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha de Hitler e também fornecendo o incentivo para o capitalismo se reformar

<sup>34</sup> Sem querer entrar na polêmica se há ou não estado de bem-estar social no países de capital dependente, o fato que os 30 anos de Estado de Bem Estar Social pode ser computado plenamente na Europa.

e abandonar a crença na ortodoxia do mercado. Esse curto período da história do capitalismo, que instaurou nos países centrais o chamado Estado de Bem-Estar Social.

Draibe (2007, p.35) apresenta algumas características de um regime de bem-estar social. São eles:

- a) Um dado padrão de provisão social, como o bem-estar é produzido e distribuído entre o Estado, o mercado e a família, e hoje, as ONGs;
- b) Uma estrutura do sistema público de políticas sociais, composto pelos programas de previdência social, serviços de educação, saúde (mais ou menos universais), a assistência social e programas de transferências de renda a grupos sociais determinados (vulneráveis);
- c) Um modelo dominante de solidariedade (individual ou universal), como e em que extensão o sistema de políticas sociais traduz, reforça ou reduz as desigualdades, os interesses e o poder na sociedade; etc.

Sem entrar na polêmica se, no Brasil, tivemos ou não um Estado de Bem-Estar Social, ou ao que o Francisco de Oliveira denominou de Estado de Mal-Estar pois, diferentemente do processo de regulação pública, característica do Welfare State, vimos aqui, ao contrário, uma “privatização do público, sem uma publicização do privado”. (Oliveira, 1990, 67). Característica de um Estado autoritário que desenha os “perfis da mescla estatal-privado, eliminado o público, justamente pela ausência de uma esfera que, emanando do social, regularia politicamente os conflitos”.

Lautier (2012, p.140) ao discutir o difícil percurso para a universalização da proteção social na América Latina destaca o enfoque para as políticas focalizadas (aos pobres, de forma geral). No Brasil, destaca-se, por exemplo, O Bolsa-Família<sup>35</sup>. O caminho, diz o autor, “(...) para um sistema de proteção social universalista implica que toda a população esteja dotada de direitos sociais universais e não de ‘direitos sociais dos pobres’”. A Constituição de 1988, foi um marco importante que pontua pequenos avanços no sentido de universalização de políticas sociais, como a proposta do SUS. Mas, mal tendo tempo de se estabelecer as conquistas formuladas na Carta, dá-se início, nos anos 1990, ao desmanche do Estado, ou Reforma do Estado, iniciado no Governo FHC (1990). Essa Reforma, já que a globalização exige novas modalidades, mais eficientes, de administração pública, cresce a importância de uma forma nem privada nem estatal de executar os serviços sociais garantidos pelo Estado”. Por isso, a necessidade de as organizações não-estatais de serviço público operarem nas áreas de educação, saúde e cultura com “financiamento do Estado”. A reforma promoveria esse Estado fortalecido, com finanças recuperadas, a administração obedecendo a critérios gerenciais de eficiência, e o reforço das organizações não-estatais produtoras de serviços sociais<sup>40</sup>. Estas organizações contribuiriam, portanto, para uma mudança de perfil do Estado: de social-burocrático ou “Estado para um Estado social-liberal, “que proteja os direitos sociais ao financiar as organizações públicas não-estatais” essas sim, eficientes porque introduzem a “competição e a flexibilidade na provisão desses serviços” (Bresser Pereira e Grau, 1999: 16-17). As reformas propostas nos idos dos anos 1990, nos marcos estabelecidos pelas agências como FMI, Banco Mundial, coincide, pelo menos, no caso da América Latina, com o que parecia um desgaste das políticas neoliberais no continente e a ascensão de governos com caráter mais popular (Brasil, Bolívia, Paraguai, Equador).

O governo do PT, ao tomar posse, em 2003, pareceu reacender as esperanças de uma parte da esquerda ligada aos movimentos populares e sindicais, embora em grande medida a sua administração não fazia nenhum corte profundo com o governo anterior de FHC 1995-2002). Apesar disso, o governo Lula apresentou algumas novidades: conforme assinalado durante a campanha, duas frações do grande capital passaram a ter melhor assento no bloco no poder (MACHADO, 2008).

<sup>35</sup> As políticas focais no Brasil vai se acomodando conforme o Governo. O Bolsa-Família implementado no Governo Petista (2003-2016) sofreu duras críticas a direita e a esquerda. Os primeiros, porque alimentaria a vagabundagem, a preguiça; os segundos pela ineficiência se não associada a política de inserção social como emprego.

Boito (2006, p.238) ao analisar o governo Lula, considera que este alterou a relação do Estado brasileiro com a burguesia ao

melhorar a posição da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder<sup>2</sup>. Essa mudança aparece principalmente na política de exportação, que tem propiciado saldos positivos crescentes na balança comercial do país. Note-se que se tratou de um deslocamento no interior do grande capital, com o grupo das pequenas e médias empresas permanecendo na mesma posição subordinada que já ocupava ao longo da década de 1990.

Os governos petistas viveram profundamente essa contradição. Ao apostar na “conciliação de classes” e, portanto, acreditar que o incentivo ao desenvolvimento de uma burguesia nacional, estava assegurado o projeto político de uma certa redistribuição: ampliação da educação; bolsa família, etc.

Coincide também com uma “cooptação” das organizações de classe: sindicatos, etc. As eleições de 2014, polarizaram dois projetos (que se encontram no final da linha). De um lado, as propostas do governo Dilma que prometia as garantias mínimas de direitos, de outro, o projeto do PSDB que de forma escancarada anunciava um aprofundamento da reforma do Estado, iniciada nos anos 1990.

Perdeu nas urnas, tratou de ganhar na marra. O curioso é que embora esse projeto tenha sido derrotado; o governo do PT inicia sua implementação, digamos em doses homeopáticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas, hoje, colocadas pelo capital de retirar os direitos conquistados pelos trabalhadores só podem ser compreendidos a luz dessa política. Ocorre em todo o mundo; no nosso caso, em particular significa a volta à barbárie. A Reforma Trabalhista deixa os trabalhadores sem nenhuma proteção; a reforma da Previdência condena o trabalhador a trabalhar até morrer.

Nenhum sistema legal é cego à dimensão de classe, embora como resultado da atividade política dos trabalhadores ao longo dos últimos dois séculos, a situação tenha de fato tendido, após 1945, a ficar um pouquinho melhor do que antes. É esta melhora na posição das classes trabalhadoras que a ideologia conservadora ressurgente em todo o mundo desde os anos 1970 tem contestado (WALLERSTEIN, 2002, p.100).

Para finalizar, o grande desafio hoje para as Políticas Públicas trata-se, neste momento, não de expansão dessas políticas, mas garantir o que as gerações anteriores conquistaram. Só é possível impedindo os avanços brutais da burguesia a esses direitos, tomando as ruas, apresentando alternativas ao desmonte do Estado.

O Estado tanto nas economias imperiais quanto nas subordinadas, ainda oferece as condições indispensáveis de acumulação para o capital global, tanto como para as empresas locais e, em última análise, é o criador das condições que permitem ao capital global sobreviver e navegar o mundo (...), como diz Ellen Wood. Então, sem ignorar as relações que transcendem o local é necessário travar a luta no interior dos estados-nacionais. No caso dos trabalhadores buscando extrapolar essas fronteiras. Jacques Rancière num pequeno livro, *O ódio à democracia*, demonstra como as classes dominantes, quando lhe é necessário, abre mão dela sem nenhum pudor, sem ruborizar.

## REFERÊNCIAS

BOITO JR, A. A burguesia no Governo Lula. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. CLACSO, C. **Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9.

- COUTINHO, J. A. Organizações não governamentais de desenvolvimento, Estado e classes sociais. In: COUTINHO, J. A.; LOPES, J. B. **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.
- DRAIBE, S. Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura econômica. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2013.
- LAUTIER, B. O difícil percurso para a universalização da proteção social na América Latina. In: COUTINHO, J. A.; LOPES, J. B. **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.
- LÊNINE, V. I. **O Imperialismo fase superior do capitalismo**. Lisboa: Avante, 1975.
- MACHADO, E. **Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais**. Lutas Sociais 21/22. São Paulo, 2008.
- OLIVEIRA, F. À sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: SADER, E.; GENTILI, P. 1999. **Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?** Petrópolis, Vozes.
- OLIVEIRA, F. **A metamorfose da arribação**: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. CEBRAP, Novos Estudos 27, 1990.
- POULANTZAS, N. **Poder Político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- \_\_\_\_\_. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1985.
- RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil: 1885-1891**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8 nº18.jul/dez, 2008.p. 20-45.
- WALLERSTEIN, I. **O fim do mundo como o concebemos**: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- WOOD, E. M. **O Império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

*Mãos de Vida nas Políticas*

2

## **GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**





# MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: PRESÍDIOS CONSTRUÍDOS POR E PARA HOMENS?

ALINE PERUSSOLO<sup>36</sup> | MICHELINE RAMOS DE OLIVEIRA<sup>37</sup>

## INTRODUÇÃO

O desempenho do Brasil é regulado por legislações arcaicas. As leis penais e a gestão prisional são algumas delas, onde conhecemos inúmeras problemáticas que ocorrem constantemente no país, e nesta discussão focalizaremos a maternidade no cárcere, ou seja, mulheres que estão encarceradas no presídio feminino, juntamente com seus filhos em idade de amamentação.

As consequências da vida no cárcere já foram relatadas por alguns pesquisadores, mas os estudos acerca do aprisionamento de crianças com suas mães que estão cumprindo pena em presídios femininos são quase inexistentes ou escassos.

Em relação a esta questão podemos dizer que o sofrimento na infância marca o ser humano profundamente, e que muitas vezes é preciso uma vida inteira para conhecer os medos e angústias causados por estigmas da infância (Badinter, 1980, p.38)<sup>38</sup>.

Recebi relatos de que algumas crianças que acabaram de aprender a andar, antes da existência do berçário e de sua permanência no interior das celas juntamente com as presidiárias mulheres, foram condicionadas a erguer os braços para serem algemadas como suas mães, embora o ato de serem algemadas de fato nunca tenha sido realizado.

Neste íterim, por meio de uma pesquisa de campo realizada em 2016 em uma penitenciária no sul do Brasil, averigui a existência de um modelo de berçário que a princípio, contraria a realidade dos presídios brasileiros, instigando-me a problematizar a humanização de Políticas Públicas Sociais para mães encarceradas, por meio de um estudo etnográfico do cotidiano e das narrativas biográficas de mulheres e de seus filhos no ambiente carcerário.

O método utilizado foi a pesquisa qualitativa, um método de investigação científico que foca no caráter subjetivo da situação analisada, estudando as suas particularidades e experiências individuais, como também minha experiência e intuição pessoal no campo (STAKE, 2011, p. 21)<sup>39</sup>, os quais trabalham juntos para compor a pesquisa. Fizemos uso da etnografia, compreendida aqui como uma descrição densa da realidade (GEERTZ, 1978, p.54)<sup>40</sup>, explanando a produção de sentido dos interlocutores e a própria subjetividade das pesquisadoras, compondo o processo arquitetônico da pesquisa e seus resultados. As narrativas biográficas, que são as entrevistas livres com as mulheres em foco, investigaram os percursos e trajetos individuais e/ou sociais de cada uma delas. O desenvolvimento se deu a partir das falas e do indispensável diário de campo, instrumento de registro e análise de dados de cada visita realizada na penitenciária.

<sup>36</sup> Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. cursando Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (2017) Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, município de Itajaí-SC, Brasil.

<sup>37</sup> Doutora e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, município de Florianópolis-SC, Brasil. Graduada em Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí. Professora titular no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas - Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, município de Itajaí-SC, Brasil.

<sup>38</sup> BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>39</sup> STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Penso: Porto Alegre, 2011.

<sup>40</sup> GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Zahar: Rio de Janeiro, 1978.

As narrativas de nossas interlocutoras nos dão pistas para pensar como as trajetórias sociais contemplam suas tramas em diferentes itinerários urbanos, nos quais “o ser mãe no presídio” participa do processo de construção de experiências violentas no corpo de suas identidades, através de narrativas de mulheres atravessadas por violências. Essas mulheres dão um ponto de vista desse processo, onde os deslocamentos pela cidade, em sua condição de gênero até adentrarem no presídio lhes obriga a pensar as formas de romper com o lugar de vítima que a condição feminina ocupa no contexto das violências urbanas.

Aqui, o conceito de campo de possibilidades é fundamental e, nesse contexto, sem dúvida, a memória das próprias violências acomodadas na memória coletiva dos presídios femininos. Assim, a força das narrativas biográficas de nossas interlocutoras nos permitiram pensar alguns elementos significativos da “teatralidade” das violências ordinárias vividas em seus itinerários urbanos, prioritariamente dentro do presídio, que passam a ser incorporadas às suas formas de enfrentar sua condição de vítimas no contexto do cárcere e de ser mãe no cárcere.

## 1 NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE MULHERES DETENTAS E AGENTES PRISIONAIS

Por intermédio de uma interlocutora, conseguimos acesso para uma conversa informal com a diretora do presídio. Dias antes desse encontro, rebeliões aconteciam nos principais presídios da região, e confesso que me ocorreram medos e preconceitos por conta do “não conhecer” a realidade de um presídio feminino. Ao chegar no local e visualizar aquele cenário improvável, o qual mantém mulheres encarceradas, sentimos na pele o que é estar presa, por mais que tivéssemos a consciência de que a qualquer momento que desejássemos poderíamos sair dali. Muito diferente de imaginar, ler sobre ou ver um presídio feminino, é senti-lo. O campo e a etnografia fizeram essa ligação fundamental, para hoje estarmos aqui escrevendo e narrando situações que ali vivemos e presenciamos.

Buscamos apoio em (OLIVEIRA, 2000, p.18)<sup>41</sup>, tentaremos mostrar como o “olhar, o ouvir e o escrever” podem ser questionados em si mesmos. Todavia, em um segundo momento marcado por nossa inserção no presídio feminino, o diário de campo fará esse papel crucial na tentativa de expor as vivências e as trajetórias dessas mulheres no cárcere, juntando essas informações, ou, melhor dizendo, esses conjuntos cognitivos decorrentes de um pesquisar particular, de uma natureza epistêmica e de uma etnografia, bordaremos uma escrita narrada por mulheres que trabalham e vivem no presídio. Com essa intenção, tentaremos construir um saber que ainda é pouco discutido: a maternidade no cárcere. Assim, procurando indicar que enquanto no olhar e no ouvir “disciplinados” se realiza a percepção desse saber, talvez seja no escrever que o nosso pensamento se exercita da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja atual, criativo e incessante.

A etnografia costura um papel principal nessa pesquisa (MALINOWSKI, 1978, p. 29)<sup>42</sup>, pois traz o sentido de um trabalho etnográfico, o qual para ser válido necessita cobrir a totalidade de todos os aspectos; social, cultural e psicológico dessas mulheres no cárcere, pois estes aspectos são de tal forma interdependentes que um não pode ser estudado e entendido a não ser levando-se em consideração todos os demais.

Quando Lévi-Strauss (2004, p. 67)<sup>43</sup> distingue etnografia de etnologia, entendemos ser uma “descrição de uma particularidade” a etnografia, que resumidamente consiste na análise e observação de pessoas, de grupos em sua particularidade, visando a reconstituição mais fiel possível de cada uma delas. Já a etnologia usa a comparação dos resultados da etnografia. Utilizamos a etnografia para

<sup>41</sup> OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: São Paulo Editora, 2000.

<sup>42</sup> MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental: os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

<sup>43</sup> LÉVI-STRAUSS, C. **História e Etnologia**. 3. ed. São Paulo: Unicamp, 2004.

desenvolver essa pesquisa de campo, pois o estar no campo, o colocar-se na área das interlocutoras é imprescindível para tornar a escrita o mais próximo do real vivido por essas mulheres.

Nesta tentativa de etnografar uma experiência de campo, através de narrativas biográficas de mulheres encarceradas e agentes prisionais, que deslocam-se do que seriam, rigorosamente, “histórias de vida”, “biografias” ou “autobiografias”, permitimo-nos por analogia, lembrar uma pergunta de (RICOEUR, 1991, p. 18)<sup>44</sup>: como poderíamos falar de histórias de vida, história de uma vida, se esta não estivesse reunida e como estaria reunida senão em forma narrativa? Deste ponto de vista, biografia, história de vida ou mesmo trajetórias são indissociáveis de sua narração e também é uma pretensa etnografia de uma experiência. (KOFES, 2001 p.123)<sup>45</sup>

As narradoras também são personagens dessa etnografia, pois estarão projetando experiências, ações, acontecimentos de um diário de campo, trechos de fatos que aconteceram num limiar de segundos, minutos, horas e dias, memórias que traremos dessa experiência ímpar numa pesquisa de campo na qual não se delimita ou se programa o que vai acontecer. Seria uma ilusão dizer que apenas teceremos as narrativas que recebemos de vidas. Aqui construiremos as narrativas de vidas como a vida vivida.

Narrativas e histórias de vida completam-se (RICOEUR, 1991, p.18)<sup>46</sup>, longe de se excluírem por causa de seu contraste. Esta dialética lembra que a narração antes de se exilar da vida faz parte da escrita. Contudo, volta a ela indicando o ato de ouvir, de falar ou de ler. Este deslocamento nos permite estabelecer um dos nexos possíveis entre narração, rememoração e (re)composição do sujeito. Sobre esta relação entre narrativa e rememoração, narrativa e temporalidade, é preciso notar que no dicionário Aurélio narrar é descrito tanto como “expor minuciosamente, contar, relatar, referir” como “por em memória, registrar e historiar”. (KOFES, 2001, p. 125)<sup>47</sup>

Essa pesquisa tem o intuito de narrar biografias de mães no cárcere, pois se focaliza na experiência de mulheres detentas e agentes prisionais, e não na discussão de uma reconstrução de vidas, mas a exposição de experiências e vivências destas. Longe de serem biografias exaustivas, esta pesquisa traz um relato vigoroso que nos permite a compreensão dos impasses que configuram uma vivência de campo. Reúne as narrativas de mulheres detentas e agentes prisionais, na tentativa de compreender a trajetória de mulheres no cárcere e ordenar o que seriam suas experiências de vida.

Sob este enfoque, a análise e a interpretação do fenômeno urbano representam dimensões importantes de entendimento das formas de violência que acompanham a estrutura dos laços sociais (ROCHA; ECKERT, 2000, p.99)<sup>48</sup> que vinculam essas mulheres aos lugares que passaram. Considero, portanto, que “memória da cotidianidade e memória coletiva”, (OLIVEIRA, 2009, p.51)<sup>49</sup> para o caso do estudo de narrativas biográficas sobre violências, são dois eixos necessários de interpretação da cidade como fenômeno que, diante das rupturas vividas por seus habitantes”, permite que compreenda a forma como se propaga com “regularidade e uniformidade a matéria de ações violentas no interior das trajetórias sociais de seus habitantes” (ROCHA; ECKERT, 2000, p. 99)<sup>50</sup>.

<sup>44</sup> RICOEUR, P. **O Si mesmo como um outro**. Campinas, Papirus, 1991.

<sup>45</sup> KOFES, S. **Uma trajetória, em narrativas**. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

<sup>46</sup> RICOEUR, P. **O Si mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991.

<sup>47</sup> KOFES, S. **Uma trajetória, em narrativas**. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

<sup>48</sup> ROCHA, A.L. C; ECKERT, C. A memória como espaço fantástico. Revista de antropologia social y Cultural del Uruguay, Montevideo, v.2, 2000. Disponível em: [HTTP://www.educar.org/revistas/diversos/](http://www.educar.org/revistas/diversos/).

<sup>49</sup> OLIVEIRA, M. R. No limiar da memória: estudo antropológico sobre mulheres e violências na metrópole contemporânea. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Urbana) –Curso de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis.

<sup>50</sup> ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. A memória como espaço fantástico. Revista de antropologia social y Cultural del Uruguay, Montevideo, v.2, 2000. Disponível em: <http://www.educar.org/revistas/diversos/>.

## 2 O COTIDIANO DAS MULHERES NO CÁRCERE

Chegando na portaria do presídio, nos identificamos apresentando nossas carteiras de identidade e explicando a finalidade de nossa presença naquele dia, a qual foi anotada por um agente prisional no caderno de visitas do presídio. Nesse momento uma agente chamava a diretora, a qual nos esperava. Adentramos no presídio passando pelo detector de metais e visualizando um paredão de mulheres acorrentadas com a face na parede. Aquela situação instantaneamente nos chamou a atenção, e confesso que minha primeira impressão foi pensar que aquelas mulheres eram tratadas como “animais no curral à espera de um veterinário”. Entrando na sala da diretora, nos sentindo inquietas, questionamos a situação vista. Por resposta improvável, aquilo era uma prática costumeira do presídio, que ocorre quando entram pessoas de fora (nosso caso naquele dia). As presidiárias ficam viradas para parede, sob a ordem das agentes prisionais de não olharem para os visitantes. Contudo, naquele dia as detentas se encontravam no pátio do presídio esperando sua vez para uma consulta médica.

Naquele momento começávamos uma discussão foucaltiana, sob a predominância de uma legislação arcaica e ultrapassada que gera uma violência desnecessária e diária com essas mulheres, que atualmente já estão sendo punidas por atos cometidos pela predominância de uma violência social causada pela sociedade, como fome, pobreza e machismo. Foucault assevera que no fim do século XIX houve uma “nova justificação moral ou política do direito de punir” transitando para “uma certa descrição na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação.” Surge, então, uma nova moral do ato de punir que não mais se baseia no sofrimento físico, na dor do corpo, mas numa execução que atinge a vida diretamente. Essa forma de punição ainda é vivida e executada diariamente nos presídios brasileiros. (PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2011, p.3)<sup>51</sup>

Durante a conversa com a diretora do presídio feminino, sua fala demonstra a dificuldade de dirigir um espaço no cárcere habitado por mulheres, mas construído por homens e para homens, e até então coordenado também por homens. Retiramos um fragmento de nosso diário de campo:

Quando cheguei no presídio, percebi que a cultura machista e todas as violências grudadas a elas estavam explícitas... a começar pela arquitetura e o tratamento dado às mulheres pelos agentes e pelas agentes em geral. As crianças ficavam dentro das celas com suas mães... era de cortar o coração. Foi aí que tivemos a ideia de transformar um espaço mal aproveitado do presídio num berçário com camas de solteiro e berços, e decorado para receber as crianças para que essas mães e seus filhos possam ter uma vida mais digna aqui dentro do presídio... elas tem televisão, uma pequena cozinha, banheiro e um pequeno pátio para tomar sol. Isso é o mínimo, mas já enxergamos diferença na vida dessas pessoas, principalmente nas crianças que adoecem menos... no dia a dia aqui a gente vê como as mulheres são tratadas, inclusive eu, com certo sarcasmo, além das piadas machistas de toda ordem. Me sinto lutando por uma causa, como mulher, penso que tenho essa responsabilidade e me sinto capaz. (Diretora do presídio feminino, sul do Brasil, 2016).

Em outra conversa, agora já com uma detenta que sofreu preconceito por ser mulher dentro do presídio, nos foi revelado um pouco de sua história. Foragida, decidiu entregar-se na delegacia mais próxima de sua casa. Estava grávida de oito meses, e o marido que tinha lhe abandonado estava foragido também. Ela temia ser presa na maternidade no dia do parto, e nos narrou que se arrependeu de ter se entregado após ter recebido a roupa laranja do presídio. Entretanto, agora compreende que foi a melhor atitude a ser tomada, pois está perto de sua criança, cuidando e acompanhando seu

<sup>51</sup> Corpo e violência em Michel Foucault: vigiar e punir. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 3, 11 dez. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/9088/759>>

crescimento, situação que desconheceria caso fosse presa na maternidade. Ela nos relatou que viver no presídio dentro do berçário com seu filho, antes que numa cela convencional, ameniza em certo grau seu sofrimento e a faz sentir mais valorizada.

A fala da diretora e da detenta revelam a tentativa de um exercício para romper com os modelos construídos para os papéis de gêneros e suas relações hierárquicas, baseadas em valores patriarcais que orientam a sociedade brasileira em geral. São indícios de transformações de seus estilos de vida e visão de mundo, e que se devem, em grande parte, às suas inserções progressivas; à primeira, ocupando um cargo hierárquico geralmente ocupado por homens, a direção de um presídio. E à segunda, por ter acesso a um “benefício” - o berçário dentro do presídio - que a dignifica, pelo menos, pontualmente, na condição a qual lhe acontece viver.

Nesse sentido, podemos aderir à ideia de que essa duração ou não da violência na vivência dessas mulheres gravita em torno de “constelações de imagens” grudadas a “certos protocolos normativos das representações imaginárias [...] agrupadas em torno dos esquemas originais” os quais podemos denominar aqui de “estruturas” (DURAND, 2002, p. 63)<sup>52</sup>. Aqui, as constelações de imagens a partir das quais podemos interpretar a reinvenção de si das mulheres em foco, são habitadas pelos temas do “puro e impuro”, da “santa e da prostituta”, da “vítima e do algoz”, do “destino e do anti-destino” e da “honra”, como poderá ser visualizado também nas demais falas.

Estruturas que, por apresentarem formas dinâmicas, ou seja, estarem sujeitas “a transformações por modificações de um dos termos”, constituem “modelos” que podem servir tanto para a classificação dos episódios violentos e a interpretação de suas causas e efeitos quanto para “modificação do campo imaginário” (DURAND, 2002, p. 63)<sup>48</sup>, como ocorre quando os indivíduos que experienciaram conflitos-violentos conseguem, finalmente, modificar o sentido dado à violência, como dos dois depoimentos vistos acima.

Infelizmente, essas experiências ímpares não nos removem de questionamentos como entender essa violência causada pelo sistema político e econômico de um país que diariamente desvela corruptos eleitos pelo povo brasileiro. Estar entre a liberdade e o cárcere para uma mulher com filho(a) é diariamente uma luta contra a loucura e o anseio de estar de livre. Além disso, sofrem a punição do Estado, que pouco se impõe com descaso da situação, a não ser em casos atípicos. Exemplo disso é o ocorrido de alguns dias atrás, com a mulher do Cabral - ex-governador do Rio de Janeiro, famoso caso que repercutiu na mídia social. Para ela o artigo 318 do CPP<sup>53</sup> foi aplicado, e depois de algum tempo presa preventivamente por suposto crime no sistema de corrupção revelado na operação Calicute<sup>54</sup>, foi liberada para cumprir prisão domiciliar, devido ao fato de ter filhos dependentes.

O contexto político e caótico no qual vivenciamos o descaso do Estado com mães, gestantes e crianças no cárcere, continua a desvelar históricos punitivos similares à obra Vigiar e Punir de Michael Foucault<sup>55</sup>. Naquela época a punição advinha de um show na praça, e inimagináveis torturas eram realizadas e havia platéia para assistir a purgação. No sistema carcerário atual pouca mudança ocorreu, nosso código penal ainda é da década de 40, e da

privação de liberdade à punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da

<sup>52</sup> DURAND, Gilbert. *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. Paris: Dunod, 2002.

<sup>53</sup> **Art. 318.** Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011). Incisos: III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011). IV - gestante; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016).

<sup>54</sup> **G1.** <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/presa-em-dezembro-adriana-ancelmo-vai-para-prisao-domiciliar.ghml>

<sup>55</sup> FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.



consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício (FOUCAULT, 1987, p.13)

Narrativas de detentas, versam sobre preconceitos sofridos relacionados diretamente à misoginia. Muitas mulheres entrevistadas disseram sofrer violência por meio de discursos que naturalizam o machismo, e, por se sentirem culpadas e por medo de se defender não retrucam tais violências, como: “Me chamam de vadia e dizem que a culpa de meu filho estar aqui é só minha, fico com raiva quando ouço isso, mas não consigo dizer nada...me sinto confusa...” (detenta do presídio feminino, 2016) ou “Riem de meu uniforme laranja, me colocam cheirando a parede como se fosse criança, e dizem que sou perigosa, sou uma bruxa, sou mulher, falam que sou um perigo para meu filho...” (detenta do presídio feminino, 2016).

A condição de encarceramento, neste contexto, imporia limites no processo de condução dos jogos de memória e seu poder conciliador, forçando-as a naturalizar a violência num estilo de vida, seguida de uma visão de mundo onde o risco ocupa parte central da argumentação. Nesse contexto, o tema do livro de (ELIAS, 1998, p.27)<sup>56</sup> “Envolvimento e Alienação” me parece importante de ser resgatado na medida em que o medo dos outros se torna o mesmo medo de si.

Aqui é importante frisar que, em alguns casos, para as mulheres em suas trajetórias sociais e itinerários urbanos com passagem por presídios, na condição de detentas, a criminalização da cidade e na cidade é vista como a única forma de continuar a viver. Assim, é nessa mesma cidade em que ela vivencia a rejeição e a marginalização que ela reconhece o meio para sua sobrevivência e a sobrevivência de sua prole, pautando sua trajetória por reconhecidos itinerários urbanos demarcados pela criminalização.

Esses territórios são também reconhecidos por boa parte de agentes prisionais, que utilizam deste saber, mesmo que inconscientemente, para conduzir seus comportamentos preconceituosos contra as mulheres, lembrando que, uma vez que as relações assimétricas e simétricas de gênero, em seu sentido amplo, devem ser consideradas como produtos da historicidade e da concretude de ações humanas, já que, a “permanência ou não” de uma “hierarquia de gênero” deve ser aprendida por meio de uma leitura crítica reflexiva que leve a memória da cotidianidade destas hierarquias e seu “peso” do fato social e político, incluindo nosso estudo de caso no presídio feminino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a conjunção da violência e da razão é potencialmente tensa e, graças a essa conjunção, a violência pode tornar-se terror. É a partir daí que começa um desencadeamento da violência que nada pode diminuir, visto que por sua racionalização ela se difunde, e o aumento da criminalidade e da insegurança faz parte de sua instrumentalização.

Particularizando a violência, ou seja, destacando-a de sua essência ritualística, que é luta de uns contra os outros, tende a se fragmentar em luta de cada um contra todos; pequena guerrilha fundada na atomização, que faz com que a violência se dilua em agressividade mesquinha e cotidiana<sup>57</sup> (OLIVEIRA, 2009, p. 56).

Nesse sentido, podemos dizer que os atos de violências dessas mulheres como vítimas e/ou algozes passam por uma ordenação nos jogos de suas memórias onde a ordem coletiva das violências,

<sup>56</sup> ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

<sup>57</sup> OLIVEIRA, M. R. **No limiar da memória: estudo antropológico sobre mulheres e violências na metrópole contemporânea**. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Urbana) - Curso de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis.

agressões, abusos, e demais fenômenos dessa ordem se acomodam junto com o fator tempo, tornando-as partes integrantes desse espetáculo triste de sobreviventes da pobreza, da marginalidade, do desemprego, do desamparo das instituições sociais mais básicas, como a escola, a creche, entre outras.

Atiradas à própria sorte, nossa democracia vai culpabilizá-las por seus destinos, como se, em algum momento de suas vidas, realmente tivessem tido a chance de sair desse mundo onde os atos de conflito-violento atrelam-nas a um destino no interior de idas e vindas à prisão.

Voltamos um pouco nas narrativas, onde a frase de desvelamento escreve nas entrelinhas: “se a sociedade não insere a presa, como quer reinseri-la?”

A investigação das trajetórias sociais das mulheres encarceradas revela que sob condições de vida precárias, essas mulheres passaram paulatinamente a se conformarem em estilos de vida e visões do mundo onde o conflito-violento torna-se código de emoções para ordenação de um si mesmo. Refletir sobre as matérias de lembrança (fome, pobreza, abandono, miséria) quais as narrativas trouxeram nesse contexto memorial, significa pensar o lugar do cárcere na forma como essas mulheres passam a recompor suas trajetórias de vida.

Este estudo tenta demonstrar o descaso do Estado com o sistema carcerário, numa construção feita por e para homens, onde a mulher tenta se adaptar, e sequer imagina tamanha dificuldade que encontrará para criar uma criança em condições precárias e não humanizadas; se depara com inúmeros problemas num ambiente sombrio e asqueroso. Nosso desafio é imenso, e é preciso trabalhar um discurso de desconstrução para mostrar à sociedade que a prisão não é um local apropriado para efetivar a saúde, a educação e a cultura de homens, nem de mulheres e muitos menos de crianças.

Da situação carcerária caótica que vivemos, um dos motivos concretos que nos faz reforçar a convicção para essa desconstrução de pensamento e atitudes da sociedade, é o berçário idealizado por uma direção de uma mulher nessa penitenciária de celas úmidas e escuras. Melhorias foram planejadas e vem sendo construídas para esse ambiente hostil, trazendo o mínimo de humanização para um presídio feminino que recebe mulheres e crianças.

## REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

COMUNICAÇÃO E SAÚDE. Mães do cárcere: como é a vida das mulheres grávidas, que dão à luz e amamentam nas prisões brasileiras. **Revista Radis**, nº 172, Fio Cruz, jan/2017.

CORPO e violência em Michel Foucault: vigiar e punir. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 3, 11 dez. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/9088/7590>>

DURAND, G. **Les structures anthropologiques de l'imaginaire**. Paris: Dunod, 1984.

ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

G1. Presa em dezembro, Adriana Ancelmo vai para prisão domiciliar. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/presa-em-dezembro-adriana-ancelmo-vai-para-prisao-domiciliar.ghhtml>>

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Zahar: Rio de Janeiro, 1978.

KOFES, S. **Uma trajetória, em narrativas**. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. **História e etnologia**. 3. ed. São Paulo: Unicamp, 2004. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/250394439/Levi-Strauss-Historia-e-Etnologia-pdf>>

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

OLIVEIRA, M. R. **No limiar da memória**: estudo antropológico sobre mulheres e violências na metrópole contemporânea. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Urbana) –Curso de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: São Paulo Editora, 2000.

RICOEUR, Paul. **O Si mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991.

ROCHA, A. L. C; ECKERT, C. A memória como espaço fantástico. **Revista de antropologia social y Cultural del Uruguay**, Montevideo, v.2, 2000. Disponível em: [HTTP://www.educar.org/revistas/diversos/](http://www.educar.org/revistas/diversos/).

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Penso: Porto Alegre, 2011.

## RELATOS DE GÊNERO NAS VOZES INFANTIS

ANA CLAUDIA DELFINI CAPISTRANO DE OLIVEIRA<sup>58</sup> | MARIA DE LOURDES ALVES LIMA ZANATTA<sup>59</sup>  
JÉSSICA CASTILHO | EDILSON GONÇALVES<sup>60</sup> | FRANCIELLE RODRIGUES

### INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar o ponto de vista das crianças participantes do projeto de extensão Direito Intergeracional e Transversalidade executado por professores e bolsistas do curso de Direito e Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí e atua nas cidades de Itajaí e Grande Florianópolis com foco nas comunidades escolares do ensino fundamental e médio. O projeto executa ações educativas e socioambientais para o desenvolvimento da cidadania infanto-juvenil nos espaços comunitários e escolares, com o Caderno de Cidadania. São realizadas mensalmente oficinas didáticas nas escolas coordenadas pelas professoras do projeto e executadas pelos bolsistas em parceria e colaboração da equipe pedagógica das escolas a fim de envolver as duas equipes de modo interdisciplinar, além de ampliar e auxiliar na educação ambiental já desenvolvida nas escolas. O projeto atua com crianças e adolescentes na faixa etária entre 8 e 18 anos, em situação de risco ou vulnerabilidade social, que frequentam escolas da rede pública das cidades em que o projeto está situado e tem parceria. Apresentamos o resultado de pesquisas desenvolvidas a respeito da aplicação de um questionário sobre pontos de vista das crianças sobre participação, família e gênero nas oficinas realizadas através da mídia digital Jogo A Trilha, disponibilizada em [www.univali.br/portalcidadania](http://www.univali.br/portalcidadania), no ano de 2016. O artigo parte do referencial teórico da Sociologia da Infância/SI ao estudar as relações sociais das crianças como atores sociais e seus pontos de vista sobre as normas de gênero.

### 1 SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO

A Sociologia tem se especializado num campo recente: a Sociologia da Infância. Vários autores têm discutido as representações adultas sobre a infância e as perspectivas pedagógicas que adotam o paradigma das representações das próprias crianças, isto é, o seu ponto de vista. Dentre eles, Claude Javeau (2005, p. 380), alega que a criança é considerada como um conceito reduzido do termo polissêmico infância, por muito tempo delimitado apenas na dimensão psicológica, ou uma espécie de tábula rasa, tese proposta pelo filósofo inglês John Locke (1632-1704). Isto é, ela era vista sob o ângulo de competências cognitivas e comportamentais a exemplo das práticas pedagógicas a cargo pelas instituições escolares. Esta ideologia foi predominante nos modelos escolares brasileiros que, durante muito tempo, baseavam-se numa concepção pedagógica linear e comportamentalista. Javeau também alerta que a escola é um dos lugares essenciais onde se forjam as modalidades de integração dos mais jovens à sociedade global. Portanto, a sociologia da educação endossou imagens das crianças consideradas ora um “indivíduo” no sentido estatístico da palavra (macrossociologia do “rendimento escolar”), ora um “ator” ativo no estabelecimento escolar, portanto, a dimensão psicológica passa ao

<sup>58</sup> Universidade do Vale de Itajaí. Socióloga da Universidade do Vale de Itajaí, mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, professora da Universidade do Vale de Itajaí, Itajaí/Brasil.

<sup>59</sup> Universidade do Vale de Itajaí. Universidade do Vale de Itajaí. Mestre em Direito pela Universidade do Minho/PT, Doutoranda em Direito pela Universidade do Minho/Pt, professora da Universidade do Vale de Itajaí, Itajaí/Brasil.

<sup>60</sup> Graduação em andamento em Relações Internacionais na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Brasil.

segundo plano servindo somente para explicar eventuais desvios de condutas relativos aos modelos normativos. Essa consideração, portanto, acarreta o termo polissêmico infância, vista numa perspectiva demográfica que encontra-se na imagem do aluno. Além destas questões, as instituições escolares ainda têm uma tradição pedagógica caracterizada pelo imediatismo, como afirma Mollo–Bouvier (2005, p. 420):

A educação alia-se à precocidade. Será que, afiançada pela descoberta da riqueza das potencialidades dos pequeninos, esta não corre o risco de deslocar insidiosamente os limites do reconhecimento de uma normalidade do desenvolvimento intelectual e da socialização? Autonomia, êxito e desempenho são mais prezados que lentidões e erros nos aprendizados. Será preciso saber antes de aprender? A invenção recente da pequena infância, considerada uma verdadeira idade de ouro do desenvolvimento afetivo, intelectual e social do ser humano, tem paradoxalmente inspirado práticas educativas cujos excessos poderiam assinalar sua condenação ou pelo menos sua mudança.

Ora, se autonomia, êxito e desempenho são mais prezados que lentidões e erros nos aprendizados, então é necessário entender como o Caderno de Cidadania pode promover esta autonomia, êxito e desempenho nas questões relativas ao exercício da cidadania por parte das crianças. Discutir cidadania no alvorecer do século XXI implica em esboçar respostas que deem conta das amarras sociais que ainda emperram a participação de inúmeros grupos sociais ao acesso e vivência cotidiana da cidadania. Na grande maioria destes grupos sociais, estão crianças e adolescentes condenados à não-cidadania. A escola pública é considerada por diversos segmentos sociais como o “maior patrimônio popular de um país”, mas diante do descaso com a educação a palavra “popular” ganha estigmas como “popular é sinônimo de pobreza”, e por isso as escolas públicas não precisam primar pela qualidade de ensino, uma vez que seus alunos já estão em condição de “subalternidade”. Este estigma reduz o ensino a mero instrucionismo por meio do qual o conhecimento é “repassado”, “transmitido” aos alunos, o que gera uma atitude passiva diante do conhecimento e um imobilismo diante da própria sociedade. Certamente que este estigma contribui para a desvalorização dos professores, tanto em termos de formação e remuneração como também contribui para desmotivá-los na superação de todo tipo de instrucionismo e autoritarismo em sala que impeça o exercício da participação do aluno na conquista de sua cidadania. Assim, desde o início do projeto, foi necessário pensar sobre a forma como hoje se apresenta a cidadania no contexto escolar, afinal, como observa CANDAU *et al.* (1995, p. 14):

a escola, que deveria exercer um papel de humanização a partir da aquisição de conhecimentos e de valores para a conquista do exercício pleno da cidadania, tem muitas vezes favorecido a manutenção do *status quo* e refletido as desigualdades da sociedade, reforçando as diferenças entre ricos e pobres.

Ora, se a escola, em vez de humanizar e preparar para a cidadania reforça a desigualdade social e “desciviliza” o aluno, então é preciso começar do zero. Não adianta falar de participação, de conscientização (aliás, uma palavra bastante problemática) para uma criança ou um adolescente que não se sente assim, que não se vê nem como cidadão e nem como sujeito, nas palavras do sociólogo Pedro Demo: “Cidadania é a competência humana de fazer-se sujeito para fazer história própria e coletivamente organizada.” (DEMO, 1995, p.01). Estas palavras apresentam os dois pilares que norteiam o Caderno de Cidadania - Em primeiro lugar, fazer-se sujeito para fazer história própria e em segundo lugar, fazer história própria mas coletivamente organizada. Se a escola é uma entidade representativa da sociedade civil, ela deve ser palco não só de discussão e diálogo, mas também de desenvolvimento de hábitos e atitudes transformadoras que possam, na sua persistência e continuidade, formar agentes transformadores de um bairro, de uma cidade, de uma nação e do mundo. Caso contrário, ao invés



de avançarmos na conquista de uma cidadania ativa (BENEVIDES,1991) continuaremos reféns de uma cidadania tutelada e assistida marcada pelo compasso do mercado e da competitividade que, infelizmente, ainda são as marcas da educação pública no Brasil. Para mudar esta realidade, como Demo (1995, p.180) tem mostrado em suas obras, somente se houver:

...uma decidida conscientização e educação permanentemente qualificada em torno da formação e correto exercício da cidadania assim como o desenvolvimento comunitário. Neste sentido, torna-se improrrogável planejar e executar programas específicos capazes de favorecer a formação integral e harmônica, democrática, consciente e responsável mediante – entre outras alternativas – promoção e formação para cidadania; promoção da cultura e de uma educação que possibilite a todos os cidadãos a sua habilitação para ser pessoa digna, construtiva e solidária, comprometida mediante participação, responsável e generosa, na construção de uma sociedade mais justa, fraterna, democrática e libertadora.

Outro autor central neste debate é Norberto Bobbio. Para o referido autor, na obra “A era dos direitos” (1992), não adianta falarmos da cidadania como mera retórica. Este debate não se resume na justificação dos direitos do homem, já consagrados historicamente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas falar em cidadania implica especialmente na proteção dos direitos e deveres e “no modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam constantemente violados.” (1992, p.25). Para que haja essa devida e justa proteção, Bobbio (1992, p.45) mostra a necessidade premente de resolver o problema das desigualdades sociais a fim de se obter um equitativo desenvolvimento global da civilização humana:

Não se pode pôr o problema dos direitos do homem abstraindo-o dos dois grandes problemas de nosso tempo, que são os problemas da guerra e da miséria, do absoluto contraste entre o excesso de potência que criou as condições para uma guerra exterminadora e o excesso de impotência que condena grandes massas humanas à fome. Só nesse contexto é que podemos nos aproximar dos direitos com senso de realismo.

Da mesma forma, Boaventura de Sousa Santos, na obra “Democratizar a democracia” (2002), alude ao mesmo senso de realismo quando fala que o tempo atual é um tempo paradoxal, um tempo de regresso em todos os sentidos (escravatura, servidão, guerras, pandemias) sendo o principal deles, o sentido da palavra democracia. Para fazer uma discussão sobre os direitos da criança/adolescente no Brasil com um mínimo de senso de realismo, temos que concordar com a historiadora Mary del Priore quando diz que esta história, desde a época colonial, é permeada mais pela violência do que pela educação “num país onde, há quinhentos anos, a formação social da criança passa mais pela violência explícita ou implícita do que pelo livro, pelo aprendizado e pela educação, raramente aproximam as crianças de conceitos como civilidade e cidadania.” (2000, p.105).

Para mudar esta história, é preciso refletir sobre estes conceitos a partir de algumas conquistas já consolidadas na sociedade, como a “democracia cidadã” ou de uma “cidadania participativa”, e neste caso, a participação das crianças/adolescentes pode ser o caminho para a difusão dos direitos sociais como extensão da cidadania infanto-juvenil. Para tanto, convém socializar algumas experiências alcançadas com este projeto na direção da cidadania infantojuvenil.

O ponto de vista das crianças remete ao reconhecimento de que elas produzem suas próprias culturas apoiadas nas e pelas relações de gênero e de poder. Deste modo, a estrutura de gerações permite colocar a criança como “sabedora” de seu gênero. Isto fica especialmente visível nos estudos da vida cotidiana pois as duas estruturas, gênero e geração, ajudam a visualizar as posições diferentes que adultos e crianças ocupam nos espaços privados, afinal, “a vida de mulheres e de crianças têm aspectos

de gênero e aspectos de geração” (ALANEN, 2001, p.83). Ela mostra, ainda, que as relações de gênero também são criadas pelas crianças, afinal:

As crianças também têm gêneros, é claro, mas a utilidade da noção de gênero está além disso. Pois gênero é essencialmente um conceito de relação mas infância também o é. Num sentido sociológico, crianças e adultos são nomes dados a duas categorias sociais que estão posicionadas entre si dentro de uma relação de gerações. Assim, aqui o aperfeiçoamento da lógica da relação de gênero, conforme está desenvolvida dentro dos Estudos Feministas, proporciona inspiração também para se repensar as crianças em termos deste relacionamento.

Em relação ao gênero, Clarinda Pomar (2008, p.5) teoriza que gênero é um dos componentes estruturantes da identidade pessoal e social de qualquer um de nós, cuja manifestação só pode ser entendida em interação com as muitas outras dimensões da vida sociocultural, mas também com os componentes do crescimento físico e do desenvolvimento cognitivo e afetivo-emocional, dotando este processo de uma inevitável singularidade e variabilidade. Devemos, deste modo, evitar reduzir a problemática do gênero às concepções estáticas e dicotômicas de masculinidade e feminilidade, bem como procurar reagir firmemente à ideia de inevitabilidade da diferença, principalmente quando assente em juízos de valor comparativos que invariavelmente transmitem expectativas diferenciadas quanto aos comportamentos, desempenhos e competências de meninos e meninas. As crianças também teorizam, participam da sociedade, têm algo a dizer principalmente sobre as relações de gênero. A infância também precisa ser explicada pelas próprias crianças, por seus pontos de vista, a fim de afastar as explicações e conceitos previamente estipulados pelos adultos através de seu regime de verdade “no qual a infância está implicada cujas práticas institucionalizadas que se seguiram, organizam para a categoria social das crianças, localizações a partir das quais elas são compelidas a participar da vida social cotidiana”, nas palavras de Alanen (2001, p. 88). Para ela, “através dessa participação, as crianças ganham uma gama especial de experiências e de saber acerca das relações sociais dentro das quais elas vivem diariamente, nos lugares que são delas”. (ALANEN, 2001, p. 88). Assim, passemos a palavra às crianças.

## 2 METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DE RESULTADOS DAS OFICINAS

As metodologias que privilegiam os pontos de vista das crianças, as suas interações intergeracionais e as experiências infantis (culturas infantis) são muito valorizadas pelos teóricos da SI. As metodologias quantitativas são, na opinião de Jans Qvortrup, um excelente recurso para construir o que ele chama de “sociografia da infância”, ou seja, uma escrita social da infância que não é uma mera descrição, mas uma forma particular e distinta de situar a infância como um elemento da estrutura social de qualquer sociedade, compreendendo-a como uma categoria histórica e social que é fortemente afetada pelas mudanças estruturais (QVORTRUP in CHRISTENSEN; JAMES, 2005, p.91). O foco de atuação deste projeto concentra-se nas cidades de Itajaí e na Grande Florianópolis, lugares onde a Univali possui campus universitário. As atividades são realizadas mensalmente e consistiram em atividades educativas com base em metodologias de participação propostas pelo Caderno de Cidadania. Os questionários foram aplicados pelos bolsistas e pelos acadêmicos contemplados com a bolsa do Artigo 170 do Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao serviço voluntário sob a monitoria dos bolsistas do Programa, sob a supervisão dos professores das escolas e da equipe do projeto. Importa considerar que este questionário foi aplicado em quatro oficinas, uma em cada escola nas localidades mencionadas, duas no primeiro semestre de 2016 e duas no segundo semestre. A metodologia aqui analisada consistiu na aplicação individual e redigida pelas crianças e adolescentes de um questionário elaborado pela equipe após as oficinas de sensibilização para os temas tratados no Caderno de Cidadania em quatro escolas

municipais de bairros periféricos de Itajaí. O questionário é dividido em duas partes; na primeira se pedem os dados para a composição social relativos às questões geracionais, de gênero e de raça/etnia, e observou-se maior inserção de crianças das idades entre 10 a 13 anos, nas séries escolares entre o final do ensino fundamental e o início do ensino médio, com uma relativa paridade nas questões de gênero, mas uma fraca inclusão social no que tange às questões étnicas, sobretudo aos indígenas e aos negros.

Na segunda parte discutimos os temas ligados à participação, família e gênero. Foi perceptível a compreensão de uma composição familiar com algumas características particulares: muitas pessoas vivendo na mesma casa, famílias sem presença de pai e/ou mãe, grande número de filhos e uma clara compreensão dos papéis de gênero traduzida nos binômios homem-trabalho, mulher-casa. De acordo com os pontos de vista das meninas, as tarefas domésticas delas estão eminentemente classificadas dentro do ambiente privado do lar e com os atributos de cuidado e ajuda que repetem o padrão binário e naturalizador das tarefas tidas como femininas, como arrumar o quarto, lavar louça, estender a roupa, arrumar a casa. Já os meninos limitam-se a encher o litrão de água, lavar o banheiro, passar o pano no chão e tirar o lixo. Em geral, os meninos descrevem menos variações de atividades, enquanto as meninas estão sempre responsáveis pela manutenção da limpeza no lar. Já os meninos realizam atividades que exigem força; não foi analisado o nível de frequência em que essas crianças realizam essas atividades, contudo, vemos que as meninas não estão só encarregadas de arrumar o quarto em que dormem, mas também realizam pelo menos 11 atividades a mais que os meninos. Solicitamos também que as crianças relatassem as tarefas domésticas de seus pais. A grande maioria dos pais e mães trabalha fora e as tarefas oscilam entre o cuidado com a casa e o mercado de trabalho. As tarefas dos pais refletem a naturalização do esquema binário das mulheres responsáveis pelo cuidado com a casa e dos homens com o pagamento das contas. O discurso relativo ao gênero feminino é contar com a “ajuda” masculina, sendo a mulher ainda responsável pelo privado, ou seja, o lar, o que é reproduzido na vida adulta.

Em relação ao modo que homens e mulheres são tratados em nossa sociedade, evidencia-se um percentual elevado de que as crianças acreditam que homens e mulheres não são tratados da mesma maneira. Desta forma, as meninas que responderam o questionário tiveram um percentual mais elevado no que diz respeito à relação de que homens são tratados melhor do que as mulheres em nossa sociedade. Os meninos parecem concordar, mas notou-se um percentual maior na crença de que mulheres são tratadas melhor na opinião deles (17%) do que na opinião delas (15%).

Quando indagados sobre o papel da mulher e do homem na sociedade, todas as meninas opinaram, e delas vieram frases bastante significativas e emblemáticas como: “mulher cuida da casa”, “mulher acolhe todos”, sinalizando as relações de gênero no sentido do cuidado e acolhimento como atributos femininos. Neste universo de respostas, uma menina esbraveja: “mulheres não são escravas de ninguém” como a querer apontar uma necessidade de superação de uma condição social imposta à mulher na qualidade de subalterna, submissa, quase uma escrava.... Obviamente que esta fala é forte, e ecoa uma representação naturalizadora de papéis domésticos na qual esta menina parece não querer se situar.

Nem todos os meninos quiseram responder, o que nos sinaliza que muitos não se sentem à vontade para tratar deste tema (inclusive por um padrão de socialização que os inibe a ter estes posicionamentos), “deixando” a discussão “para as meninas”, mas os que responderam reiteraram tanto o cuidado feminino quanto a divisão binária destes papéis. Ao que tudo indica, o homem como ajudador e a mulher como cuidadora são os papéis que as crianças entendem como balizadoras destas relações, ou seja, ao dizer que “homem e mulher trabalham fora e cuidam da casa” não significa que este “cuidar da casa” retrate uma divisão igualitária e de gênero no âmbito doméstico. Ao contrário, reforça ainda mais o estereótipo de que os homens contribuem para este papel através de sua ajuda e provisão financeira, enquanto que as mulheres “apenas” cuidam da casa, ainda que trabalhem fora.



Fonte: Elaborado pela equipe

Ao final das oficinas, debate-se o tema da participação social alinhavado com estas reflexões sobre gênero. Meninas e meninos concordam que sua participação social deve ser garantida pelo acesso e exercício de seus direitos, e há um reconhecimento de que homens e mulheres podem e devem participar de todos os espaços públicos, exercer todas as profissões e exigir seus direitos, especialmente no campo da política cujo maior exemplo era a ex-presidente Dilma Rousseff, citada diversas vezes como exemplo de cidadania feminina. Contudo, as crianças parecem ter dificuldades em perceber as disparidades que existem nas relações de gênero no âmbito doméstico como algo natural, vivido entre as gerações, portanto, algo imutável ou “sempre foi assim”, com o protagonismo de mulheres que romperam as amarras do cuidado do lar e da família, para o exercício de sua participação social e política. Uma destas amarras é o casamento, razão pela qual se debateu sobre a questão do matrimônio ser ou não um dos objetivos de vida das mulheres. Na altura deste debate, nove meninas disseram que querem se casar para não ficar sozinhas. Isso nos revela, segundo as teses que discutem gênero, que a sociedade as define como seres frágeis, que precisam de proteção, e que certa autonomia por parte das mulheres ainda é algo a ser construído, pois impera o modelo tradicional pré-estabelecido desde o nascimento. Mulher que mulher que vive sozinha, com autonomia financeira, ainda é um tabu em nossa cultura. As meninas, ainda na infância, sofrem resistência na escola e no âmbito familiar, quando tendem a ver outras possibilidades de papéis na sociedade, a não ser o do ambiente privado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SI entende por intergeracionalidade o reconhecimento das experiências subjetivas dos sujeitos, e nesta acepção as crianças são consideradas sujeitos e atores sociais que vivenciam e compartilham práticas e valores que transcendem a idade. Ou seja, pertencer a uma mesma geração etária não significa que este tempo seja igual para todos, pois nisso reside a riqueza das experiências e dos valores pessoais, que dependem dos aspectos transversais de sua história e cultura. Um destes aspectos transversais são as relações de gênero.

A disparidade nas relações de gênero na infância, das crianças das escolas públicas do Vale do Itajaí, não é diferente da realidade nacional. A pesquisa ‘Por ser menina no Brasil’, realizada nas cinco regiões do Brasil em diversas escolas em vários municípios, elaborada pela PLAN, revela no contexto nacional as grandes disparidades de gênero na infância. Um exemplo citado também analisa as tarefas domésticas que os meninos e meninas realizam em casa, e ficou constatado que 76,8% das meninas lavam louça e 65,6% limpam a casa, enquanto apenas 12,5% dos seus irmãos homens lavam a louça e 11,4% dos seus irmãos homens limpam a casa.

Observamos que há uma dificuldade em romper esses dilemas e dicotomias das relações de gênero, pois a pesquisa demonstrou uma forte naturalização, na visão das crianças, entre os papéis femininos e masculinos no espaço doméstico. A mulher ainda é percebida como responsável pelo cuidado do lar, pois de fato ainda o é, e pelo seu acolhimento a todos. As categorias “trabalho” e “cuidado” foram acionadas pelas crianças para se referir aos papéis da mulher na sociedade, mas é importante perceber que vários grupos de crianças isolaram a categoria do cuidado como exclusivamente feminina: “mulher cuida da casa”. Já em relação ao homem, as crianças não fizeram nenhuma observação relativa a acolhimento, o que reforça a associação do homem com a racionalidade e da mulher com o afeto, com o ato de acolher.

O homem também é percebido como aquele que cuida da casa, mas esta categoria não aparece isoladamente, como ocorre com a mulher. Ao contrário, ela aparece em segundo plano pois quando as crianças se referem ao papel do homem como cuidador dentro lar, elas enfatizam primeiramente o seu trabalho como provedor do lar, “o homem trabalha e cuida da casa”, e não exatamente como aquele que “apenas” cuida da casa. Por outro lado, percebe-se uma consciência de gênero presente na fala das crianças que reconheceram as diferenças de tratamento em relação a homens e mulheres pela sociedade, especialmente no ambiente escolar. 24 % das meninas e 14% dos meninos opinaram que o homem recebe um melhor tratamento, mas tanto meninas quanto meninos (em torno de 37% e 38%) disseram que não acham que homens e mulheres são tratados igualitariamente. A igualdade de gênero parece ser mais reconhecida no campo formal dos direitos e do exercício igualitário da participação social de homens e mulheres do que no campo privado, no qual se manifestam mais claramente as hierarquias, as naturalizações e as resistências às mudanças de padrão familiar. Todavia, as crianças sabem que não há igualdade de gênero quando há diferenças de tratamento entre homens e mulheres, quando os primeiros são mais estimulados a uma vida livre e segura enquanto as mulheres, “que não são escravas de ninguém”, ainda precisam garantir suas liberdades e suas escolhas, tanto no espaço público quanto no privado. Em tempos de autoritarismo e conservadorismo político, como os projetos “Escola sem Partido” e os ataques à “ideologia de gênero”, urge fomentar novos espaços de fala e protagonismo para as crianças nas escolas terem a chance de se posicionarem como cidadãos de seus próprios mundos.



## REFERÊNCIAS

- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. SP: Atica, 1992.
- CANDAU, V. M. *et al.* **Tecendo a cidadania**: oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis: Vozes. 126p, 1995.
- DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995, v.1.
- DELGADO, A. C.; MÜLLER, F. Abordagens etnográficas com crianças e suas culturas. In: **Anais da 28ª Reunião Anual da ANPED**, 2005.
- FINCO, D. **Meninas e meninos na educação infantil**: uma questão de gênero e poder. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n33/10.pdf>> Acesso em 03 de dezembro de 2015.
- JAMES, A.; PROUT, A. **Constructing and reconstructing childhood**: contemporary issues in the sociological study of childhood. London: The Falmer Press, 1990.
- JAVEU, C. Crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância? In: **Educação e sociedade**. Sociologia da infância: pesquisas com crianças. Campinas, v.26, n.91, mai/ago/2005. p. 379-389
- MONTANDON, C. As práticas educativas parentais e a experiência com crianças. In: **Educação e Sociedade**. Dossiê: Sociologia da Infância- pesquisa com crianças. CEDES, vol. 26, n.91, maio/ago 2005, p. 485-508.
- MOLLO-BOUVIER, S. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 391-403, maio/ago. 2005.
- PLAN International Brasil. **Por ser menina no Brasil**: crescendo entre direitos e violências pesquisa com meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil. Disponível em: <[http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/1-por\\_ser\\_menina\\_resumoexecutivo2014.pdf](http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/1-por_ser_menina_resumoexecutivo2014.pdf)>. Acesso em 09 dez 2016
- PRIORE, M. **História da criança no Brasil**. SP: Contexto, 2004.
- QVORTRUP, J. Macro-análise da infância. In: CHRISTENSEN, P.; ALLISON, J. (Orgs.). **Investigação com crianças**: perspectivas e práticas. Porto: Paula Frassinetti, 2005. p.73-96.
- POMAR, C. **A construção do gênero na infância e a questão da equidade de gênero**. Rio de Janeiro: CIEP. 2008.p.5
- SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1992.
- SARMENTO, M. J. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. **Revista Educação e Sociedade**, ano XXIII, n.78, abril/2002, pp.265-283.
- \_\_\_\_\_. Imaginário e culturas da infância. **Cadernos de Educação**. UFPel: Pelotas, v. 12, n. 21, 2003.
- \_\_\_\_\_. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. In: **Educação e Sociedade**. Dossiê: Sociologia da Infância- pesquisa com crianças. Revista CEDES, n.91, vol. 26, maio/ago 2005, pp. 361-378.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **SOS: Corpo e Cidadania**, Recife, 1995.
- SILVA, C. I. **Acesso das crianças negras à educação infantil**: um estudo de caso em Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.
- SIROTA, R. Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa (online)**. sv, n. 112, mar. 2001, pp.7-31.

# POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE RELACIONADAS A GÊNERO: CRIANÇA E ADOLESCENTE

PATRÍCIA LOLATO<sup>62</sup> | JEAN CATARINA<sup>63</sup> | CRISTIANE DEZAN<sup>63</sup> | JOZIANE GULAK<sup>63</sup>  
DANIELA CRISTINA RÁTICO DE QUADROS<sup>64</sup> | SIMONE ELENIR TORQUATO<sup>63</sup>

## INTRODUÇÃO

Para Azambuja *et al*, (2011), a violência contra crianças e adolescentes está ligada à cultura de desigualdade social e é muitas vezes praticada no âmbito familiar. Historicamente está presente desde a antiguidade, onde estava estruturada em base legais. Conforme Rangel (2013), Strey (2004) e Martorrel (2014), o castigo físico como espancamento era considerado parte da educação da criança e levava a uma alta taxa de mortalidade infantil, o que ainda ocorre nos dias atuais. As formas de maus-tratos têm diversas faces e surgem de causas multifatoriais tornando sua compreensão e reconhecimento tarefas complexas.

Com o passar das épocas, este cenário obrigou a intervenção por meio de políticas públicas de saúde e de proteção à criança, como por exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar, o sistema assistência social e a Portaria nº 104/11, que inclui violência sexual e doméstica como ato de notificação compulsória em todo o país, que visa assegurar a proteção desta população incumbindo uma multidisciplinariedade de profissionais desta responsabilidade. O papel destes profissionais em síntese é não falhar em cumprir as políticas públicas supracitadas que visam proteger a criança nestes casos, porque a falha leva à repetição da violência por parte dos agressores. Portanto, uma ferramenta disponível que pode assegurar um resultado satisfatório são as notificações, pois por meio delas se cria uma rede de proteção multidisciplinar e se embasam as ações de proteção e prevenção. O objetivo da pesquisa foi ampliar a compreensão sobre as políticas públicas de saúde voltadas à violência de gênero: criança e adolescente com enfoque para a violência psicológica que acompanha os maus-tratos. Ponderou-se que se trata de uma temática de alta complexidade que exige compreensão dos profissionais de saúde para o reconhecimento da situação e das faces da violência. É importante também o conhecimento das políticas de proteção e saúde voltada para esta população, além da conscientização do papel profissional e social dos atuantes na área.

## 1 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva por revisão bibliográfica com análise qualitativa de natureza aplicada. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), a pesquisa descritiva visa “gerar conhecimento para aplicação prática e específica, úteis para o avanço da ciência. Envolve verdades e interesses universais”. Moresi (2003) diz que a análise qualitativa visa à relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito.

Sua realização se deu por revisão bibliográfica. O critério de inclusão foram artigos científicos produzidos e publicados no site de busca Scielo entre os anos de 2013 e 2017, conforme descrito tabela 1. Após leitura, os artigos relevantes ao tema para este estudo foram selecionados e descritos na tabela 2. Os critérios de exclusão foram artigos científicos sobre a temática não publicados no Site da Scielo, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Referente aos aspectos éticos que toda pesquisa científica deve manter, o presente estudo não precisou ser apresentado ao Comitê de Ética por não se

<sup>62</sup> Discente do 6º período do Curso de Enfermagem Univali – SC. patricia\_lolato@hotmail.com

<sup>63</sup> Discente do 6º período do Curso de Enfermagem Univali – SC

<sup>64</sup> Docente do Curso de Enfermagem Univali – SC

tratar de pesquisa direta com a pessoa humana, porém manteve o compromisso com método científico para a produção do conhecimento. Os critérios de inclusão e exclusão são expostos na tabela abaixo:

Tabela 1. Resultados da Busca

| CRITÉRIOS DE INCLUSÃO     | RESULTADOS                                                     |
|---------------------------|----------------------------------------------------------------|
| Descritores               | Políticas públicas em saúde, violência, criança, adolescentes. |
| Ano – 2013 – 2017         | 15                                                             |
| Texto completo disponível | 15                                                             |
| Português                 | 15                                                             |
| Inglês                    | 00                                                             |
| Teses e Dissertações      | 00                                                             |
| Redundantes               | 00                                                             |
| Relevantes ao tema        | 12                                                             |
| TOTAL                     | 12                                                             |

Tabela 2. Seleção dos artigos referenciados para o estudo

| AUTOR(ES)               | TEMA                                                                                                                                                  | DESCRIPTOR                                                                               | ANO  |
|-------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| ARAÚJO <i>et al</i>     | História da saúde da criança: Conquista, políticas e perspectiva.                                                                                     | Saúde da criança; política de saúde; enfermagem pediátrica; História.                    | 2014 |
| BARROS; <i>et al</i>    | A violência familiar e a criança e o adolescente com deficiências.                                                                                    | Violência Doméstica; Maus-Tratos Infantis; Crianças com Deficiência; Adolescente         | 2016 |
| FARAJ                   | O atendimento psicológico no Centro de Referência Especializado da Assistência Social e a visão de operadores do direito e conselheiros tutelares.    | Aconselhamento; adolescente; criança; serviço de assistência social; violência           | 2016 |
| FLORENTINO              | As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes.                                                                  | Abuso sexual; crianças; adolescentes; consequências.                                     | 2015 |
| FONSECA <i>et al</i>    | As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção.                                                    | Saúde do adolescente; saúde da criança; políticas públicas de saúde; vulnerabilidade.    | 2013 |
| FRANCISCO; COIMBRA      | Análise do bullying escolar sob o enfoque da psicologia histórico-cultural.                                                                           | Bullying escolar; psicologia histórico – cultural; violência                             | 2015 |
| GARBIN <i>et al</i>     | Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: Obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento.                                          | Violência; notificação; processos; vigilância epidemiológica; prevenção e intervenção    | 2014 |
| HILDEBRAND              | Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes.                                                                | Saúde mental; prevalência; fator de risco e proteção; violência doméstica; SDQ           | 2015 |
| LISBOA; LEMER           | Sentidos de saúde, cuidado e risco para adolescentes residentes na favela da Maré, no Rio de Janeiro, Brasil. Interface-Comunicação, Saúde, Educação. | Adolescência. Comunicação. Saúde. Cuidado. Risco.                                        | 2017 |
| RANGEL                  | Notas sobre os limites ao exercício do direito de correção paternal no Antigo Regime.                                                                 | Mentalidade jurídica; controle social; poder disciplinar; pátrio poder.                  | 2013 |
| SILVA-JR <i>et al</i>   | Identificação E Notificação De Maus-tratos Em Crianças E Adolescentes Por Médicos De Família No Ceará. Trabalho, Educação e Saúde.                    | Violência doméstica; criança; adolescente; notificação de abuso; atenção primária saúde. | 2017 |
| ZERBINATTI; KEMMELMEIER | Padrinhos afetivos: Da motivação à vivência.                                                                                                          | Apadrinhamento afetivo; motivação; vivência; adoção; abandono.                           | 2014 |

## 2 DESENVOLVIMENTO

Historicamente, a inquietação com a proteção da criança e do adolescente surgiu de modo lento e gradual, pois a violência contra esta população acontece há muito tempo, como demonstrado nos registros na antiguidade. Segundo Zerbinatti e Kemmelmeier (2014), o código Hamurabi (1728-1686 a.C) chama a atenção porque normatizava pátrio poder e conferia ao pai de família o direito de dispor sobre a vida de seus filhos, sendo que a eugenia se configurava uma prática comum nos casos de nascimento de crianças portadoras de defeitos físicos. Somente no século VI, a partir do Código Justiniano contestou-se o direito absoluto dos pais, vedando-se o direito de matar os próprios filhos e impondo-se o direito de cuidado (RANGEL, 2013; ARAÚJO, 2014).

Na Idade Média, a infância foi tratada de modo ambíguo pelos adultos. Por isso, a vulnerabilidade e taxa de mortalidade infantil era alta devido a castigos físicos, como espancamentos utilizados na educação da criança em que a agressão era considerada um método aplicado pelos pais como uma forma de cuidado (ARAÚJO, 2014).

Na idade Moderna, o cenário do cuidado do infante passa a teoricamente apresentar início de mudanças. O estado passa a interferir de maneira mais incisiva na educação, saúde e proteção da criança e do adolescente, de modo a reduzir os maus-tratos da época. A partir de então, iniciam-se as pesquisas sobre as violações que esta população sofria e os danos psicológicos resultantes do evento (ARAÚJO, 2014; FARAJ *et al*, 2016; FONSECA, 2013; SILVA-JR, *et al*. 2017).

Atualmente, o cenário dos maus-tratos na infância/adolescência configura um problema de saúde pública de alta complexidade. O panorama da violência tem diferentes faces e desdobramentos. No âmbito de violência de gênero, tem sido definida uma relação de poder e conflito no lócus familiar, resultante de uma gama de fatores existentes além da força física, o que torna a determinação de um conceito como algo complexo devido a: a) imposição social, b) emocional/invisível, c) econômica, d) pressão psicológica que leva a alterações comportamentais, e) discriminação racial, f) coação, g) intimidação, h) o abuso do próprio poder que leva aos subordinados a violação de direitos e etc (BARROS, 2016; FLORENTINO, 2015; GARBIN, 2014).

O contexto acima é corroborado por Lisboa e Lemer (2017), que ao pesquisar sobre a temática, identificaram a existência de uma cultura de risco e violência no contexto das tradições familiares. Para melhor entendimento, a violência de gênero contra criança e adolescente é compreendida como qualquer conduta, ação, omissão, agressão ou coerção ocasionada pelo fato de a vítima ser criança ou adolescente, resultando em constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico ou social. O panorama da violência estampa que muitas formas de maus-tratos são acrescidas de violência psicológica. Com isso, se pode definir a violência como sendo a ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal da criança e/ou adolescente, sendo de relevância para este âmbito, a violência sexual e o bullying (BARROS, 2016).

Para Florentino (2015), o abuso sexual é um dos tipos de maus-tratos mais frequentes, apresentando implicações médicas e legais, deixando marcas físicas, psíquicas, sociais, sexuais, entre outras que poderão comprometer seriamente a vida da vítima. Para o autor, os sintomas construídos durante uma experiência traumática afetam os pensamentos do indivíduo, a memória, o estado de consciência e todo o campo de ação, de iniciativa e de objetividade na vida. O autor ainda relata que muitas vítimas criam uma área de proteção em volta de si mesmas e evitam sair de casa, além de terem medo de andar sozinhas. Hildebrand (2015) diz que estes maus-tratos, tanto físicos quanto psicológicos

podem causar danos reais ou potenciais na vítima, sendo caracterizados como um ciclo, onde a criança e o adolescente que sofrem violência podem repeti-la em outras situações, e ainda, quando adultos podem rejeitar o sexo ou qualquer contato físico, e isto as impede de continuar com a vida normal.

Um exemplo de como uma criança pode repetir um ato de violência é o bullying. Para Francisco e Coimbra (2015), o bullying é um modo de violência que se assemelha a um ciclo onde as influências sociais e culturais no meio em que o indivíduo vive refletem em suas próprias ações em determinadas atitudes e formas de agir. Isso culmina no desencadeamento de perseguições, humilhações, ataques físicos e/ou verbais aos indivíduos que não se enquadram dentro de um determinado padrão. Para os autores, o bullying é a manifestação das desigualdades sociais, que são o elemento central dos motivos. Além disso, a intensificação de situações de conflito, de não tolerância ao outro e a ausência de diálogo passa a justificar e potencializar as situações violentas como um processo natural.

O bullying em ambientes escolares acontece quando um aluno é perseguido ou intimidado por outro com a intenção de causar dano e sofrimento. A busca de poder e controle do outro faz com que crianças e adolescentes assumam papel de agressores, vítimas ou simples expectadores. Francisco e Coimbra (2015), narram que esse tipo de violência ainda é visto numa perspectiva individual e comportamental, ligados a uma ideia de que a violência faz parte do ser da pessoa, de modo inato e instintivo, inibindo a visão da realidade social como um todo. Essa bagagem contida na violência vai além da agressão e pode ter como consequência o transtorno mental da vítima pelo resto da vida. Faraj *et al.* (2016) dizem que independentemente do tipo de violência haverá dano psicológico e a vítima deve ser encaminhada para atendimento especializado.

Para que se possa prestar atendimento especializado, é imprescindível reconhecer as especificidades deste público em situação que resulta na fragilização e vulnerabilidade frente ao agressor. Essa necessidade levou o governo a produzir políticas públicas voltadas à proteção e promoção da saúde. Uma política pública estabelece diretrizes e responsabilidades institucionais, nas quais estão contempladas a promoção da saúde e a prevenção de eventos mediante o estabelecimento de processos articulados com diferentes segmentos sociais. Essa pode ser vista como a ação direta ou indireta das autoridades competentes, criada com objetivos específicos frente a necessidade apresentada, que influenciará na vida das pessoas. Neste âmbito, considerando que a violência tem causa multifatorial e necessita de intervenção interdisciplinar, a matriz de proteção a nível político pode ser observada na Constituição Federal de 1988, que rege os princípios da Doutrina da Proteção Integral. Conforme artigo 227, “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente [...] com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação [...] colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Posteriormente o repúdio à violência contra crianças e adolescentes foi intensificado com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente através da Lei nº 8069, de 13 de julho em 1990. Com a vigência desta lei, a defesa dos direitos oriundos da regra matriz constitucional referente aos menores foi ampliada no âmbito legal. (GARBIN, 2014).

Essa lei tornou obrigatória a notificação de casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra criança ou adolescente, e responsabiliza os profissionais de saúde e educação pela notificação, criando assim um elo entre a área da saúde e o sistema legal. A ficha de notificação visa acionar e sinalizar a rede de apoio/assistência multidisciplinar e intersetorial para o caso, a saber: a) Diretoria de Assistência à Saúde do município de ocorrência; b) Centro de Assistência Social; c) Centro de Referência Especializado Assistência Social; d) Conselho Tutelar; e) Programa de prevenção e atendimento à vítima de violência - PAV; f) Autoridade policial; g) Instituto médico legal; h) Ministério Público; i) Vara da infância e juventude (GARBIN; *et al.* 2014; FARAJ, *et al.* 2016).

No lócus do atendimento, a violência infanto-juvenil é de cunho interdisciplinar, e por esse motivo o atendimento resolutivo envolve o médico, assistente social, enfermagem, psicólogo, terapeuta



ocupacional e agente comunitário de saúde. Todos possuem papel fundamental para identificar estas situações, proceder a intervenção intersetorial e discutir sobre os objetivos que a equipe pretende alcançar. É importante destacar que a academia de enfermagem ensina a visão holística do ser humano, dando ao enfermeiro embasamento para diagnóstico acurado na perspectiva psicobiológica, psicossocial e psicoespiritual para prestar atendimento distinto evitando medidas precipitadas, que podem afastar a família e prejudicar a criança/adolescente. (LISBOA; LEMER, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra crianças e adolescentes é uma temática de alta complexidade com causas multifatoriais que exige compreensão para reconhecimento da situação. Está ligada à cultura e desigualdade social, e é proveniente de uma gama de fatores, estando presente na sociedade desde a antiguidade. Dentre as formas de maus-tratos, a violência sexual e o bullying são de relevância para o dano psicológico, que também é uma forma de violência. Em nível de assistências, as políticas públicas de saúde direcionam para a interdisciplinariedade e intersetorialidade. Nos lócus da enfermagem, cabe ao enfermeiro ter visão holística e acurada ao assistir um caso suspeito ou confirmado e proceder as notificações para assegurar um resultado satisfatório.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. P. *et al.* História da saúde da criança: conquistas, políticas e perspectivas. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília - DF, v. 67, n. 6, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php/>>. Acesso em: 10/04/2017.
- AZAMBUJA, M. R. F. *et al.* **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre, Artmed, 2011.
- BARROS, A. C. M. W. *et al.* A violência familiar e a criança e o adolescente com deficiências. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 6, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php/>>. Acesso em: 15/04/2017.
- FARAJ, S. P. *et al.* O atendimento psicológico no Centro de Referência Especializado da Assistência Social e a visão de operadores do direito e conselheiros tutelares. **Revista Psicologia**, v. 33, n. 4 São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php/>>. Acesso em: 03/04/2017.
- FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Revista de Psicologia**, Minas Gerais, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php/>>. Acesso em: 12/04/2017.
- FONSECA, F. F. *et al.* As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**. São Paulo, v.31 n.2, Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php/>>. Acesso em: 14/04/2017.
- FRANCISCO, M. V.; COIMBRA, R. M. Análise do bullying escolar sob o enfoque da psicologia histórico-cultural. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, v.20, n. 3, jul.-set., 2015, p. 184-195. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php/>>. Acesso em: 09/04/2017.
- GARBIN, C. A. S. *et al.* Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento. **Ciências e Saúde Coletiva**, São Paulo, v.20, n. 6, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php/>>. Acesso em: 12/04/2017.
- HILDEBRAND, N. A. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. **Revista de Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 28, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php/>>. Acesso em: 13/04/2017.
- LISBOA, M. R.; LEMER, K. Sentidos de saúde, cuidado e risco para adolescentes residentes na favela da Maré, no Rio de Janeiro, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php/>>. Acesso em: 03/04/2017.

RANGEL, A. W. G. Notas sobre os limites ao exercício do direito de correção paternal no Antigo Regime. **Revista Direito GV**. São Paulo, vol. 9 no. 2, July/Dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php/>>. Acesso em: 10/04/2017.

STREY, M. N. *et al.* **Violência, gênero, políticas públicas**. Porto Alegre, Edipucrs, 2004.

SILVA-JR., G. B. *et al.* Identificação E Notificação De Maus-Tratos Em Crianças E Adolescentes Por Médicos De Família No Ceará. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php/>>. Acesso em: 03/04/2017.

ZERBINATTI, A. G.; KEMMELMEIER, V. S. Padrinhos afetivos: da motivação à vivência. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, vol. 6 no. 2 - dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php/>>. Acesso em: 07/04/2017.

## GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DAVID TIAGO CARDOSO<sup>65</sup>

### INTRODUÇÃO

Havia pretendido iniciar esse trabalho com o seguinte questionamento: seria Gênero uma categoria útil para a política pública de Assistência Social? Contudo, o próprio título já responde aquilo que procurava dissertar aqui, o que torna necessário, portanto, mudar a pergunta a fim de que novas respostas possam surgir. Assim, a fim de produzir sentidos, quero dialogar por meio da seguinte questão: Como gênero pode ser uma categoria útil à Assistência Social?

Mas antes de aprofundar o diálogo, é preciso informar que se o título responde ao primeiro questionamento, também dá dicas da direção que pretendo seguir, de como seguir e qual caminho utilizarei para responder ao segundo. Isso, por que, remete ao título do artigo de Joan Scott (1995) *“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”*. Desta forma, todo o trabalho está implicado nas Teorias Feministas, as quais coloco em discussão por meio do Construcionismo Social, buscando tecer um texto acadêmico que fuja a toda a “verborragia filosófica” (HARAWAY, 1991) típica da própria academia.

Seguindo as linhas de informações introdutórias, cabe-me ressaltar que discutir sobre as políticas públicas brasileiras não é nenhuma novidade, embora o fim do debate não pareça estar próximo de encontrar respostas satisfatórias, sendo reflexo de uma constituição federal recente, a completar trinta anos, tendo como cenário um país com sérios problemas estruturais que produzem contextos de profundas desigualdades e sujeitos vulnerabilizados.

É neste sentido que gostaria de possibilitar um novo olhar sobre o debate, elegendo a categoria Gênero como uma categoria útil à Proteção Social não contributiva, organizada pelo Sistema Único de Assistência Social, ofertada por meio do Trabalho Social com Famílias, sendo o conjunto de ações planejadas e executadas, embasadas em pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo (BRASIL, 2016).

Para manter a fluidez, primeiro falarei da Assistência Social enquanto campo de atuação, suas potencialidades e contradições, buscando localizar nos cadernos técnicos dos serviços algo que trate sobre Gênero. Em seguida, abordo o Construcionismo Social e as principais categorias das Teorias Feministas que possibilitam chegar ao “como” da questão a ser respondida: gênero; experiência; política de localização; interseccionalidade; performatividade. Ao fim do expediente, relutante, trago as considerações finais, que desde já afirmo que serão contingentes, sempre abertas ao diálogo e novas (re)construções.

<sup>65</sup> Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na área de Práticas Culturais e Processos de Subjetivação, estudante no grupo de pesquisa MARGENS: modos de vida, família e relações de gênero, possui graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (2006). Atualmente é psicólogo no Sistema Único de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, SC. Presta consultoria na área de Políticas Públicas e Demandas Familiares em Contexto de Vulnerabilidade e Risco Social.

## 1 ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM CAMPO DE ATUAÇÃO

Há algumas possibilidades para tratar da Assistência Social enquanto política pública: pela história, trazendo datas, nomes e linearidade; por sua genealogia, aqueles discursos e práticas que a tornaram possível. Ficarei com a segunda, informando que será uma breve genealogia, pois a intenção principal é localizar nos cadernos de orientação algo sobre Gênero e que esse algo possa produzir, ou não, práticas que sejam relevantes às pessoas que usam a Assistência Social.

Presente na Constituição Federal de 1988, mais precisamente no artigo 203, que afirma: "A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social". Contudo, ainda neste mesmo artigo, os sujeitos que merecem proteção são enquadrados, sendo eles: a família, as crianças e adolescentes, idosos/os e pessoas com deficiência (BRASIL, 1988).

Poderia cair no erro de afirmar que pela primeira vez o Estado assumia o compromisso de promover a proteção de uma parcela da população, esta vulnerabilizada pelo contexto de injustiça, iniquidade e escassos serviços para superar toda essa vulnerabilidade construída. É erro afirmar que o Estado assumia o compromisso pelo simples fato de não ter assumido, deixando apenas na letra da lei, mantendo as ações enraizadas no assistencialismo e mantendo nas mãos do terceiro setor a responsabilidade de atender a população, algo presente desde os tempos de Brasil Colonial (SIQUEIRA, 2009).

Não pretendo ir tão longe nessa questão de assistência aos pobres, mas gostaria de trazer um discurso que ainda hoje circula na política pública, o discurso cristão de atendimento às pessoas pobres, e para tal trarei à cena as conhecidas campanhas da fraternidade da Igreja Católica. Para quem desconhece a campanha da fraternidade, é uma produção que todo ano escolhe um tema, com seu respectivo lema, que irá organizar o conteúdo litúrgico e alguns rituais católicos ao longo dos meses (BRITO; MELO, 2007). Embora as campanhas tenham surgido na década de 1960, vou deslocar meu olhar para a década seguinte, onde está situada a chamada segunda fase das campanhas, denominada "A Igreja preocupa-se com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo a justiça" (BRITO; MELO, 2007, p. 119).

Nesta fase em que a igreja começa a se preocupar com a realidade com o interesse de promover a justiça, alguns temas e lemas chamam a atenção: em 1976, tema: Fraternidade e Comunidade e lema: Caminhar juntos; em 1977, tema: Fraternidade na Família e lema: Comece em sua casa; em 1978, tema: Fraternidade no mundo do trabalho e lema: Trabalho e justiça para todos (BRITO; MELO, 2007, p. 120). Clareando, portanto, nesses três anos, a igreja católica no Brasil teve como temas mediadores: comunidade, família e mundo do trabalho.

Esses discursos poderiam passar despercebidos se na Constituição de 1988 os mesmos três temas (re)aparecem exatamente no artigo 203 já citado, mas que destacarei em sua completude:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à **família**, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - **a promoção da integração ao mercado de trabalho;**

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à **vida comunitária;**

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

Trago o discurso cristão e o discurso legal de modo perverso, não para aproximá-los, o que parece inevitável, mas para pensar modos de distanciá-los e pensar uma política pública que realmente consiga superar a fraternidade, chegando à proteção social. A Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) buscou promover, alterando sutilmente o discurso, trazendo que embora as famílias tenham garantidas as seguranças da acolhida, da convivência familiar e comunitária e direito à renda, essas três seguranças não podem suplantam a segurança do desenvolvimento da autonomia.

A PNAS só foi possível no governo Lula, após diversas lutas de vários segmentos sociais que tinham o interesse de fazer a Assistência Social sair do primeiro passo, aquele da Constituição. Destaco dois passos importantes: organizar a política em níveis de proteção social (Básica e Especial, esta dividida em níveis de complexidade média e alta); e ampliar a matriz que define quem são as/os usuárias/os:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

Para que as/os trabalhadoras/es pudessem atender a essas/es usuárias/os de modo a permitir a existência de um Sistema Único de Assistência Social, foram produzidos Cadernos de Orientação Técnica, que trataram de formalizar o trabalho social com famílias. Para esse trabalho, três Cadernos de Orientação foram escolhidos para o debate sobre as contribuições de Gênero para a referida política pública.

Nestes cadernos busquei localizar algo que revelasse a importância que gênero possui para o trabalho com as famílias. Desta forma, é possível afirmar que nas orientações técnicas dos serviços da Assistência Social, gênero está sempre ligado à produção de vulnerabilidade, concepção já presente na PNAS (2004, p.33). As vulnerabilidades sociais podem decorrer da "[...] fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)".

Em termos numéricos, encontrei o seguinte panorama:

- a) Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 1 (BRASIL, 2012): Gênero – 05; Mulher(es) – 05; Homem – 00; LGBTTQI – 00
- b) Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 2 (BRASIL, 2012) - Gênero – 01; Mulher(es) – 18; Homem – 13; LGBTTQI – 00
- c) Orientações Técnicas CREAS (BRASIL, 2009) - Gênero – 07; Mulher(es) – 07; Homem – 00; LGBT – 04.

Por que essa quantificação se torna importante? Para demonstrar que pouco se fala de gênero nos cadernos e, portanto na Assistência Social. A categoria *homem* segue como categoria universal, em especial no segundo volume do PAIF. No caderno do CREAS a categoria LGBT surge para citar quais são os/as usuários/as passíveis de violência e, assim, de atendimento. Com essa informação, sigo com a intenção de desestabilizar a Assistência Social e responder como gênero pode ser útil a esta política pública, trazendo à discussão as teorias feministas.



## 2 GÊNERO E AS CATEGORIAS POSSÍVEIS

O Construcionismo Social é um movimento epistemológico, que para Tomás Ibáñez Garcia (1990) emergiu lentamente na crise da Psicologia Social com o objetivo de representar uma alternativa válida frente ao modelo empiricista de ciência, que era dominante nesta área. Ibáñez (1990) segue tratando do Construcionismo Social afirmando que ele se ampara em dois aspectos importantes. O primeiro é a existência de um amplo movimento nas Ciências Sociais que critica o fazer positivista, e um segundo aspecto é o ecletismo do construcionismo que se estabelece enquanto fonte de inspiração para muitos psicólogos sociais que militam em diversas orientações e, ainda que parcialmente, podem se reconhecer como construcionistas.

Kenneth J. Gergen (2001) corrobora com Ibáñez ao trazer que a crítica construcionista foi extremamente atraente para muitos pesquisadores e pesquisadoras, cujas vozes encontravam-se marginalizadas pela Ciência moderna. Da mesma forma, também foi útil para todos aqueles com atividades fundadas na igualdade e justiça social e que de alguma forma eram frustrados por uma verdade tida como a Verdade universal. Assim, para Gergen, os argumentos construcionistas não só serviram para nivelar o jogo, como serviram também para abrir um amplo caminho para a crítica política e moral.

Gergen (1994) estabelece os principais fundamentos para o Construcionismo Social, sendo eles:

1. Posição crítica diante do conhecimento concebido como verdade;
2. Os termos e as formas pelas quais se consegue compreender o mundo e cada um individualmente são artefatos sociais, produtos de inter-relações pessoais, com especificidade histórica e cultural;
3. Determinada descrição do mundo ou do *self* é sustentada ao longo do tempo, não por validade objetiva, mas devido às vicissitudes do processo social.
4. O significado da linguagem deriva do seu modo de funcionamento dentro dos padrões de relacionamento;
5. Avaliar as formas de discurso existentes é ao mesmo tempo avaliar padrões de vida cultural.

Esses fundamentos permitem afirmar que o Construcionismo Social se apresenta como um movimento que nega a existência de uma essência humana, pois cada sujeito constrói o mundo ao seu modo, e essa diferença encontra-se nas relações sociais que estabelecem, criando novos mundos (GERGEN; GERGEN, 2010). Assim, colocar as teorias feministas e suas categorias em diálogo é pensar na criação de um novo mundo epistemológico que pensa a partir do Gênero.

Maria Conceição Nogueira (2001), psicóloga portuguesa que tem se debruçado em compreender Gênero por meio do Construcionismo Social, compreende que o gênero não possui uma substância, afirmando que este

[...] não é uma questão de identidades individuais, unitárias e consistentes de homem e mulher, pelo contrário desenvolve-se mediante peças de discurso, organizadas num sistema de significados disponíveis aos indivíduos de forma a darem sentido às suas posições, o que historicamente é reconhecido como respostas femininas e masculinas. (p. 147)

Contudo, meu gênero não se faz solitário, se faz de modo interseccional, pois está atravessado pela “raça”, classe social, nacionalidade e tantos outros componentes que vão me constituindo enquanto sujeito (CONCEIÇÃO NOGUEIRA, 2013). Portanto, não basta dizer que sou homem, afinal, preciso também deflagrar minha *branquitude*, não tão branca assim, dizer que estou inserido na classe

média, embora criado na pobreza do Estado de Santa Catarina, e ainda, nascido brasileiro e possuindo ensino superior, apenas para citar algumas dessas categorias que me dão privilégios e que também define minha política de localização (RICH, 2002), a partir da minha geografia mais íntima, meu corpo.

Cabe ressaltar que essas categorias se relacionam de modo a transcender uma identidade de somatória, acumulativa (homem+branco+classe média...), pois essa identidade é multiplicativa (homem x branco x classe média...). Conceição Nogueira (2013, p. 232) afirma que “todas as facetas da identidade são partes integrais inter-relacionadas de um todo complexo, sinérgico e infundido que torna tudo completamente diferente quando as partes são ignoradas, esquecidas ou não mencionadas”. É preciso mencionar que a interseccionalidade resiste à essencialização dessas categorias, tal como sexo e gênero. Além disso, também não estão *aprioristicamente* no mundo; são construídas discursivamente, e é preciso estar atento “às especificidades da data, do local, das histórias e das localizações” (CONCEIÇÃO NOGUEIRA, 2013, p. 233).

Se o gênero se constrói por meio das interseccionalidades socialmente construídas, o gênero é, portanto, uma categoria vazia que vai sendo preenchida por essas intersecções e pelos discursos possíveis criados para que os corpos sejam capturados pelo binário homem-mulher, ou seja, pela heteronormatividade (BUTLER, 2003), produzindo uma experiência, tal como define Joan Scott (1998), sendo a própria história vivida, onde o reconhecimento do outro pode ou não ser possível.

Para Judith Butler (2015), os enquadramentos que determinam a existência de um sujeito reconhecível são constituídos por meio das normas que, quando repetidas por inúmeros discursos, produzem os termos em que o reconhecimento será possível. Esse reconhecimento, ou a performatividade, não se trata apenas de atos de fala, mas também sobre os atos corporais (BUTLER, 2003), que quando não reconhecíveis produz corpos abjetos. O que Butler pretende com essa noção de abjeto, é revelar que aqueles corpos excluídos do discurso hegemônico, excluídos da matriz de inteligibilidade e da legitimidade da norma escapam da moldura heterocisnormativa.

Após tantas categorias dialogando, se esforçando em produzir sentidos, uma pergunta (re)surge: como essa compreensão contribui com o trabalho social com famílias na Assistência Social? Já contribuiria em cooperar com o ato de pensar as/os usuáries como corpos abjetos do discurso hegemônico por meio da construção social do gênero e os efeitos que podem produzir no reconhecimento, na ampliação da matriz de inteligibilidade, mantendo a política continuamente aberta (BUTLER, 1998), mas pode ir além.

As ações desenvolvidas no trabalho social com famílias são fabricadas pelas/os trabalhadoras/es que podem pensá-las por meio de sua política de localização, compreendendo que sua experiência será colocada tanto em atos de fala como em atos do corpo, este interseccional. Esse corpo será o Outro para a/o usuária/o no processo de reconhecimento, da mesma forma o corpo da/o usuária/o será o Outro para aquele que está realizando o atendimento, daí é compreender quais são as linguagens produzidas nessa experiência de alteridade e como aquele Outro estará presente mesmo quando não mais estiver ali, se continuará presente ou se deixará de existir sem a possibilidade do processo de luto, por que, na verdade sua vida nunca existiu de fato.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como gênero pode ser uma categoria útil à Assistência Social? Resgato mais uma vez a pergunta com o único objetivo de tentar finalizar este trabalho. Gênero será útil quando for capturado como uma categoria de análise, mas também como uma categoria política, que possibilite a transformação da realidade social e do tensionamento das normas hegemônicas. Utópico? Nem tanto.

O Construcionismo Social pode ser um caminho viável para transformar as categorias narradas acima em ação na Assistência Social, por compreender que é por meio da conversação e das narrativas possíveis que as pessoas se constroem, desconstróem e reconstróem. Assim, a categoria Gênero torna-se potente para o Trabalho Social com Famílias, ao possibilitar debater quais práticas discursivas e qual matriz de inteligibilidade operam na Assistência Social.

Ressalto que na Assistência Social, Gênero enquanto categoria de análise e categoria política deve partir de uma construção social, um sistema de significados que se constrói nas interações, governando por meio das normas de acesso ao poder e aos recursos, não sendo, portanto, um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às transações. Em outras palavras, não existe no sujeito mas sim nas relações sociais, está no *entre*, na linguagem, naquilo que concordamos que o Gênero seja (CONCEIÇÃO NOGUEIRA, 2001).

Deste modo tanto trabalhadoras/es quanto usuárias/os tem a possibilidade de refletir democraticamente sobre gênero, reconstruindo-o de modo a permitir que os entendimentos e atendimentos sejam ampliados àquelas famílias e sujeitos que estão escapando a moldura, na direção do enfrentamento, superação e transformação das realidades vulnerabilizantes e vulnerabilizadas.

Com isso, não queremos colocar um ponto final no debate sobre esta política pública, mas sim deixá-la universalmente aberta, sendo realmente a porta de entrada para quem dela necessitar, sejam homens, mulheres, travestis, homens trans, mulheres trans, pessoas não-binárias e todos aqueles corpos que de alguma forma não estão enquadrados.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas**: centro de referência especializado de assistência social – CREAS. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família**: PAIF, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais – volume 1. Brasília: MDS, 2012

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF – volume 2**: Trabalho Social com Famílias. Brasília: MDS, 2012

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o trabalho social com famílias na política nacional de assistência social**. Brasília: MDS, 2016.

BRITO, M.; MELO, M. E. **Hábitos de doar e captar recursos no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2007.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: O feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, 11, p. 11-42. 1998. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998%2811%29/Butler.pdf>

\_\_\_\_\_. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CONCEIÇÃO NOGUEIRA, M. Contribuições do Construcionismo Social a uma nova Psicologia do Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, 112, 2001, pp.137-153. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16105.pdf>>

\_\_\_\_\_. A Teoria da Interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de "novas possibilidades" no projeto de uma psicologia feminista crítica. In.: A.L.C. BRIZOLA; A.V. ZANELLA; M. GESSER. (org.) **Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos**. Florianópolis: Editora ABRAPSO, 2013. (pp. 227-248).

GERGEN, K. J. **Realities and relationships**: soundings in social constructionism. Cambridge, Harvard University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. **Social Construction in context**. London: Sage, 2001.

GERGEN, K. J.; GERGEN, M. **Construcionismo social**: um convite ao diálogo. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, 1996, pp. 7-41. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/31102009-083336haraway.pdf>

IBÁÑEZ GARCIA, T. **Aproximaciones a la Psicología Social**. Barcelona: Sendai, 1990.

RICH, A. Notas para uma política de localização. In: A. G. Macedo (Org.). **Gênero, desejo e identidade**, . Lisboa: Cotovia, 2002.

SCOTT, J. W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol.20, nº 2, jul./dez.1995, pp.71-99.

\_\_\_\_\_. A invisibilidade da experiência. **Proj. Historia**, 16, 297-325. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183>

SIQUEIRA, M. P. S. Pobreza no Brasil colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.34, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/texto01.pdf>>

# MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SERTÃO DE PERNAMBUCO

KALLINE FLÁVIA S. LIRA<sup>66</sup>

## INTRODUÇÃO

Segundo pesquisa apresentada no Mapa da Violência (WASELFISZ, 2015), o local onde mais comumente acontecem homicídios de mulheres é na residência da vítima, fato em 27,1% dos casos. Ainda de acordo com a pesquisa, em 67,2% dos casos o agressor era parceiro, ex-parceiro ou parente imediato, o que demonstra a vulnerabilidade da mulher no âmbito de suas relações domésticas, afetivas e familiares. Sendo assim, a violência de gênero não pode ser diluída nos casos gerais de violência. Afinal, quando a violência é perpetrada simplesmente pelo fato da vítima ser mulher, há que se levar em consideração todo o contexto sócio-histórico cultural no qual a violência foi cometida.

Frente às estatísticas, há alguns anos o Brasil vem tentando dar visibilidade à violência contra a mulher através de ações e políticas públicas. Em 2006, por iniciativa do Estado de Pernambuco, foram realizadas Vigílias pelo Fim da Violência contra as Mulheres, no intuito de denunciar a violência e os homicídios de mulheres. Neste mesmo ano, finalmente foi aprovada uma lei que prevê o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres – a Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”.

Este artigo tem como objetivo mapear e analisar quantitativa e qualitativamente as políticas públicas para atendimento à mulher em situação de violência, na região do Sertão do Araripe de Pernambuco.

Esta pesquisa se justifica porque a região não tem conseguido diminuir os números gerais de violência, principalmente os de homicídios e por ter altos índices de violência contra a mulher. Assim, faz-se necessário analisar em que a rede está falhando para coibir a violência e porque não consegue realizar um trabalho articulado e eficiente.

## 1 DEFININDO VIOLÊNCIA(S) CONTRA AS MULHERES

A violência, fenômeno universal e humano, é um problema multifacetado, e nenhuma causa isolada pode explicá-la, porém manifesta-se em diferentes níveis – individual, social e comunitário – e é influenciada pelo ambiente externo. Para Suárez e Bandeira (2002, p. 37), violência é “uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica por alguém com finalidade de submeter o corpo e a liberdade de outro, a violência aparece como tentativa de estender a própria vontade sobre a alteridade”. No entendimento das autoras, a violência aparece como instrumento de submissão, de sujeição de uma pessoa a outra. Entendendo a violência como um tema múltiplo, de naturezas diversas, consideramos como objeto de estudo desta pesquisa uma forma particular, que é a violência contra as mulheres.

A Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”, no artigo 5º, define violência doméstica ou familiar contra a mulher como sendo toda ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida (BRASIL, 2006).

<sup>66</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



De acordo com a referida Lei, violência física é qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher, como tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, lesões por armas ou objetos, entre outros. A violência psicológica é qualquer conduta que venha a causar dano emocional e redução da autoestima, ou que possa prejudicar o pleno desenvolvimento ou que vise desmoralizar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões, através do uso de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outra meio que cause prejuízo à saúde psicológica e a autodeterminação (BRASIL, 2006).

Outro tipo de violência, a sexual, é entendida como a conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso de força. A Lei Maria da Penha ainda tipifica a violência patrimonial como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total dos objetos da vítima, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, inclusive aqueles destinados a satisfazer suas necessidades. Já a violência moral se configura na calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Importante ressaltar que o Brasil é signatário dos principais tratados e conferências internacionais que estabelecem marcos jurídicos para o avanço dos direitos humanos e dos direitos das mulheres, e também apresenta um quadro legislativo bastante avançado no que se refere à igualdade de direitos entre homens e mulheres. No entanto, está muito claro que apenas a existência de leis não modifica o quadro de violência. É preciso avançar no efetivo cumprimento destas.

## 2 AS MULHERES DO SERTÃO

Durante muito tempo, o “ser mulher” no Nordeste esteve no imaginário social ligado ao cangaço, dando ênfase a estereótipos de um ambiente hostil e violento. A mulher era vista como “mulher de coragem”, referindo-se às cangaceiras, trazendo arraigado esse estigma de “mulher macho”, uma categoria dicotômica de gênero, capaz de assumir qualquer tipo de trabalho por mais duro que fosse, onde a criminalidade atribuída a elas não levava em consideração as circunstâncias que as fizeram entrar para o cangaço. A mulher sertaneja estava associada a valores morais rígidos e tradicionais, vistas como mulheres sérias, trabalhadoras, centradas na vida familiar, apegadas a terra e a acompanhar seus maridos.

Algumas ideias cristalizadas ainda mostram a mulher do sertão como sendo a “mulher-macho”. Albuquerque Jr. (2003) afirma que a mulher sertaneja ainda é vista como uma mulher lutadora, resistente à seca, honesta, cheia de filhos dos quais cuida com muito amor e carinho, seja ela rica ou pobre. A mulher sertaneja além de trabalhar nos afazeres domésticos, é aquela que também trabalha em pequenas indústrias e auxilia nos serviços do marido, podendo substituí-lo, caso haja necessidade.

Essa identidade feminina nordestina foi construída em relação ao homem nordestino. Na ideia de estabelecer o homem nordestino como aquele que não tem medo, de pensá-lo como forte e resistente ao clima árido que assola o sertão, tornou o homem viril, macho e corajoso. Assim, a mulher também foi sendo construída em relação a esta identidade masculina, e igualmente em decorrência das condições de sua região, passou a ser masculinizada, ou seja, a mulher tinha que ser macho para sobreviver aos obstáculos.

O contexto sertanejo (embora não o único, visto que as capitais, regiões metropolitanas e outras também vivenciam o fenômeno da violência) apresenta uma ambiguidade na identidade de gênero da mulher, ora vista como “mulher-macho”, ligada ao estereótipo do cangaço, ora vista como “mulher-frágil”, ligada ao coronelismo. De qualquer forma, o cangaço é representado por um contexto

transgressor, que não segue regras nem leis, e por isso é visto como a representação da própria violência, principalmente contra as mulheres. Já o coronelismo, na figura marcante do “coronel”, representa a dominação do homem sobre as mulheres, suas esposas, consideradas apenas objetos da sexualidade do marido e instrumento de procriação. Assim, violência doméstica contra as mulheres como consequência das relações de gênero e de poder ainda é alarmante e legitimada no contexto sociocultural sertanejo.

### 3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SERTÃO DO ARARIPE DE PERNAMBUCO

Para realização deste estudo foi feito um levantamento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência no Sertão do Araripe de Pernambuco. Os serviços foram elencados baseando-se na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011a). Segundo a Política, a rede é dividida em quatro áreas: saúde, justiça, segurança pública e assistência social.

Para este artigo, buscou-se realizar um levantamento da rede de proteção e atendimento às mulheres vítimas de violência no sertão do Araripe. Para efeitos do estudo, realizou-se mapeamento da rede de atendimento e proteção à mulher em todo o Sertão do Araripe, realizado em outubro de 2015.

Diante da amplitude da temática da violência contra as mulheres, o conceito de rede para o enfrentamento da violência refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, objetivando a ampliação e melhoria da qualidade do atendimento, ao encaminhamento adequado e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. A constituição da rede procura dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa várias áreas (BRASIL, 2011a).

A construção da rede de enfrentamento considera a rota crítica que as mulheres em situação de violência percorrem e que possui diversas portas de entrada, como os serviços de emergência na saúde, delegacias e serviços de assistência social, que devem atuar de maneira articulada para prestar uma assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011a). A rede de atendimento é composta por duas principais categorias de serviços, com os especializados e os não-especializados.

Os serviços considerados não-especializados de atendimento às mulheres são aqueles que, em geral, constituem a porta de entrada na rede, como os hospitais gerais, serviços de atenção básica e programa saúde da família, delegacias comuns, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Ministério e Defensorias Públicas. Os serviços especializados são aqueles que atendem exclusivamente as mulheres e são especializados na temática da violência contra as mulheres, como os Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência, Casas-Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias e Promotorias Especializadas, Juizados Especiais, entre outros (BRASIL, 2011b).

A partir de 2003 as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram ampliadas, incluindo as ações de prevenção, de garantia de direitos e de combate à violência. Observou-se um aumento de 161,75% do número de serviços especializados entre 2003 e 2011 (BRASIL, 2011b). A rede do Sertão do Araripe de Pernambuco será apresentada a seguir, conforme as áreas preconizadas na Política Nacional.

#### 3.1 SERVIÇOS DE SAÚDE

Para Minayo e Souza (1998), a violência está vinculada ao âmbito da saúde, competindo aos profissionais da área prestar assistência às suas vítimas, sendo essencial expandir essa assistência, considerando os conceitos de promoção à saúde e de prevenção de agravos, ultrapassando o tradicional

cuidado centrado nos danos físicos e emocionais da vítima. Schraiber e D'Oliveira (2003) apontam que nos serviços de saúde os números da violência doméstica tendem a ser grandes, visto que as mulheres em situação de violência costumam usar esses serviços com maior frequência, sendo que de 25% a 50% das mulheres atendidas podem sofrer ou ter sofrido violência física ou sexual cometida pelo parceiro. No entanto, como alertam as autoras, raramente as mulheres revelam de forma espontânea a violência sofrida, seja por dificuldades pessoais ou por não confiarem nos serviços de saúde.

Os serviços de saúde prestam assistência médica, de enfermagem, psicológica e social às mulheres vítimas de violência, oferecendo serviços e programas especializados no atendimento dos casos de violência doméstica e sexual, inclusive no que se refere à interrupção da gravidez em casos de estupro (BRASIL, 2011b). Os serviços existentes nessa rede na região estão apresentados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Mapeamento dos Serviços de Saúde da Rede de Atendimento à Mulher no Sertão do Araripe

| SERVIÇOS                                            | QUANTIDADE |
|-----------------------------------------------------|------------|
| HOSPITAL REGIONAL                                   | 01         |
| HOSPITAL MUNICIPAL/UNIDADE MISTA DE SAÚDE           | 09         |
| EQUIPES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF/PSF) | 97         |
| NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF)           | 11         |
| CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)               | 06         |
| CENTRO DE REFERÊNCIA DE SAÚDE DA MULHER             | 02         |
| SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA (SAMU)    | 00         |

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Um dos serviços mais importantes da região é o Hospital Regional, localizado em Ouricuri. O setor de epidemiologia do Hospital é responsável pelo registro dos casos atendidos. O Hospital atende os casos encaminhados pela Polícia ou de demanda espontânea, e realiza, quando necessário, o exame de corpo de delito. Em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.778, que “estabelece a notificação compulsória em todo o território nacional para os casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde, públicos ou privados” (BRASIL, 2003, seção 1, p.11). Segundo a Lei, os casos devem ser notificados, sejam confirmados ou suspeitos. Em 2014, o Hospital notificou 256 casos de violência contra a mulher.

#### 4 SERVIÇOS DE JUSTIÇA

A Lei Maria da Penha prevê a criação dos Juizados Especiais, que podem contar com equipe de atendimento multidisciplinar e ser integrada por profissionais das áreas psicossocial, jurídica e da saúde (BRASIL, 2006). Esses Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher têm competência cível e criminal para o processo, julgamento e execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra as mulheres (BRASIL, 2011b).

As Defensorias da Mulher têm o objetivo de dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência, sendo o órgão responsável pela defesa daquelas que não possuem condições financeiras de contratar um advogado, possibilitando a ampliação do acesso à Justiça (BRASIL, 2011b). A rede está apresentada na Tabela 2:

Tabela 2. Mapeamento dos Serviços de Justiça da Rede de Atendimento à Mulher no Sertão do Araripe

| SERVIÇOS                                         | QUANTIDADE |
|--------------------------------------------------|------------|
| JUIZADOS/VARAS ESPECIAIS DE ATENDIMENTO À MULHER | 00         |
| DEFENSORIAS DA MULHER                            | 00         |

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

## 5 SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

De 1985 a 2002, o principal eixo de combate à violência contra as mulheres no Brasil foi a criação de Delegacias Especializadas e de Casas-Abrigo, com ênfase na segurança pública e na assistência social, sendo a base do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, gerenciado pela Secretaria da Mulher, vinculada ao Ministério da Justiça (BRASIL, 2008; 2011b).

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) são unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência, desempenhando atividades de caráter repressivo e preventivo, através de ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, pautadas no respeito pelos direitos humanos e pelos princípios do Estado Democrático de Direito (BRASIL, 2011b).

A Polícia Militar também integra a rede de enfrentamento, visto que, muitas vezes, realizam o primeiro atendimento ainda na residência ou em via pública, para em seguida fazer o devido encaminhamento a outros serviços da rede. É importante frisar que a Delegacia comum também deve registrar toda e qualquer ocorrência das mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011b). A rede está apresentada na Tabela 3.

Tabela 3. Mapeamento dos Serviços de Segurança Pública da Rede de Atendimento à Mulher no Sertão do Araripe

| SERVIÇOS                                               | QUANTIDADE |
|--------------------------------------------------------|------------|
| DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAM) | 00         |
| DELEGACIAS DE POLICIA CIVIL                            | 10         |
| DELEGACIA DE PLANTÃO                                   | 01         |
| CASA-ABRIGO                                            | 00         |
| BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR (REGIONAL)                 | 01         |

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

## 6 SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são unidades públicas estatais responsáveis pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) seu principal serviço.

O trabalho do CRAS tem caráter preventivo, promovendo acesso e usufruto de direitos (BRASIL, 2011b). Embora não seja sua função, pode realizar acolhimento e encaminhamento das mulheres em situação de violência. Já os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) ofertam o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), sendo responsável pelo apoio, orientação e acompanhamento de famílias em situação de ameaça ou violação de direitos (BRASIL, 2011b). Tem como uma das linhas de ação, mas não exclusivamente, o atendimento e acompanhamento às mulheres em situação de violência.

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher são espaços de acolhimento e atendimento psicossocial, orientação e encaminhamento jurídico às mulheres em situação de violência, realizando ações necessárias para a superação da situação de violência (BRASIL, 2011b). A Tabela 4 apresenta a rede da assistência social existente.

Tabela 4. Mapeamento dos Serviços de Assistência Social da Rede de Atendimento à Mulher no Sertão do Araripe

| SERVIÇOS                                                                   | QUANTIDADE |
|----------------------------------------------------------------------------|------------|
| CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)                          | 16         |
| CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) REGIONAL  | 01         |
| CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) MUNICIPAL | 09         |
| CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ATENDIMENTO À MULHER (CREAM)         | 01         |

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Nos dispositivos da assistência social, o principal serviço é o CREAS, que abrange serviços públicos de prestação de serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de risco que tiveram seus direitos violados, podendo ser municipal ou estadual. Na região, além dos CREAS municipais, há o CREAS regional e estadual, vinculado a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ/PE). É sediado no município de Ouricuri, e atende todos os municípios do Sertão do Araripe. Uma das demandas do serviço são mulheres que sofreram algum tipo de violação dos direitos.

O CREAS Regional tem como uma das linhas de ação a articulação com Conselhos tutelares, Ministério Público, Polícia Civil e Militar, além das secretarias municipais e sociedade civil organizada. Contudo, essa articulação em rede não estava acontecendo de maneira satisfatória. Isto fica explícito nos cruzamentos dos números referentes à violência contra a mulher. De forma geral, o CREAS deveria ser responsável pelos atendimentos psicossociais (além de jurídico, caso necessário) às mulheres em situação de violência. No entanto, a referência e contra-referência na região têm demonstrado grandes lacunas. Se no ano de 2014 o Hospital notificou 256 casos de violência, o CREAS Regional atendeu apenas cinco casos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os avanços e as conquistas a partir das lutas das mulheres para tornarem os seus direitos legalizados, mas ainda precisamos avançar para garantir não só a visibilidade e a efetividade desses direitos, mas, acima de tudo, que estes sejam respeitados, tornando-os uma prática diária em nossa sociedade, reduzindo, assim, o número de mulheres violadas e/ou violentadas.



.....

Acreditamos que a divulgação dos direitos das mulheres é fundamental, e esse é um papel que toda a rede de enfrentamento deve assumir. Não apenas na divulgação dos direitos, mas na busca, incessante, da garantia. Uma luta ainda árdua é combater a impunidade de alguns crimes que ocorreram na região.

A partir das tabelas apresentadas, algumas questões precisam ser debatidas com o intuito de compreender o fenômeno da violência contra as mulheres na região do Araripe de Pernambuco. Conforme os dados apresentados, os Serviços de Saúde aparecem em maior quantidade, porque são incluídos todas as Equipes de Saúde da Família. O que se propõe atualmente é que todos os dispositivos da saúde realizem acolhimento, atendimento e o encaminhamento necessário diante dos casos de violência contra a mulher, mas não sabemos se estão realmente fazendo.

A diferença exorbitante entre os dados registrados no Hospital Regional e no CREAS Regional nos remete a algumas considerações importantes. Primeiro, embora o CREAS seja regional, e, portanto, atue em toda a região, por ser sediado em Ouricuri, atende mais especificamente este município. Das 196 notificações do Hospital, em 160 a vítima era residente de Ouricuri. Apenas cinco casos do município estavam em acompanhamento no CREAS Regional, sendo apenas um encaminhado pelo Hospital, demonstrando a grave falha na rede de atendimento da mulher em situação de violência na região. Importante frisar que não há informações se outros casos foram encaminhados para os CREAS dos municípios de residência da vítima, já que não foi realizado este levantamento.

Os Serviços de Justiça e de Segurança Pública são o principal retrato da rede de atendimento à mulher em situação de violência no Sertão do Araripe: fraca, ineficiente e por vezes, ineficaz. Segundo dados da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2015), no ano de 2012, cinco mulheres foram assassinadas no Sertão do Araripe; em 2013, foram dez. Os números parecem pequenos diante da dimensão da violência. No entanto, é importante lembrar que os dados referem-se ao extremo da violência (morte), não mostrando as violências mais frequentes: agressões físicas, psicológicas e/ou sexuais.

Não há delegacia especializada, juizados e nem tampouco defensorias. Sabemos o quanto a falta de serviços especializados dificulta a denúncia da mulher que sofre agressão, principalmente doméstica. No ano de 2014, a Delegacia de Ouricuri (que é a de Plantão da Região) registrou 148 Boletins de Ocorrência referentes à violência contra a mulher. Não obtivemos dados sobre os municípios de origem das mulheres. Continua a nos chamar atenção o fato de não haver encaminhamento dessas mulheres para atendimento psicossocial realizado no CREAS, por exemplo.

Na região ainda é imprescindível a permanente divulgação da Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Dentre os dados positivos alcançados após quase dez anos de promulgação da referida Lei, estão o aumento do número de denúncias, bem como a melhora dos atendimentos nos serviços de saúde e a importância da implantação de Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) em vários municípios da região.

Como a eficácia das ações de prevenção e redução da violência contra a mulher depende da reunião de recursos de diversas áreas, surge a necessidade de criação de uma rede bem ampla. Acredita-se que as ações não devam ser isoladas, e que passem a constituir o que se chama de políticas públicas de prevenção, assistência e combate à violência – são esses três pilares tidos como fundamentais para a efetivação do trabalho contra as injustiças, crimes e exclusão social das mulheres.

.....

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., D. M. **Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino** (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Casa Civil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Informativo: Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2011b.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, vol. IV (3), p. 513-531, fev. 1998.

PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco. **Estatísticas da Criminalidade Violenta em Pernambuco 2014**. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM, 2015. Disponível em: <www.sds.pe.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2016.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. **O que devem saber os profissionais de saúde para promover os direitos e a saúde das mulheres em situação de violência doméstica**. 2. ed. São Paulo: USP, Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde/Fundação Ford/CREMESP, 2003.

SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. M. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002, p. 295-320.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2015.

# REFLEXÕES SOBRE COTAS PARTIDÁRIAS E EMPODERAMENTO FEMININO

MERE LILIAN DE ARAÚJO<sup>67</sup>

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade a mulher foi vista como ser inferior e submisso em relação ao homem, portanto cidadãs de segunda categoria. Este entendimento no decurso dos séculos se materializou no imaginário de homens e das próprias mulheres, que até recentemente entendiam que mulher tinha que cuidar da casa, dos filhos e do marido, e o macho, o provedor, que por tal feito deveria ser o rei (senhor) da casa.

Este entendimento arraigado ainda impera em muitas sociedades mundo afora, mas a dinâmica geopolítica e socioeconômica do século passado forçou uma inserção da mulher, até então em sua grande maioria do lar, no mercado de trabalho. Contudo, isso por si só não foi capaz de desconstruir a imagem de que quem cuida do lar são as mulheres, e ainda gerou a elas uma dupla jornada.

A ida da mulher em massa para o mercado de trabalho oportunizou uma verdadeira revolução social e organização feminina na busca da igualdade entre homens e mulheres, sob a égide de que todos nascem iguais, e a desigualdade sofrida pelas mulheres advém de uma cultura histórica machista. No entanto, apesar de décadas de luta, as mulheres continuam sendo subestimadas pela sociedade, que ainda as renumera em valores menores do que aos homens para as mesmas funções. Isso ocorre mesmo com aquelas que apresentam uma escolaridade maior. Com relação à representatividade política das mulheres, apesar de terem alguns exemplos positivos como líderes de países, elas ainda assim são minoria.

A igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e constitui uma condição para o êxito da justiça social, além de ser um requisito prévio necessário e fundamental para a igualdade, o desenvolvimento e a paz (ONU, 1995 p.154).

O tema busca refletir *sobre a necessidade* de compreender a relação da mulher com a política, como se apropriam do sistema de cotas como política pública, e se o sistema eleitoral possibilita ou não o empoderamento feminino no campo do poder e das decisões.

O estudo debruça-se no tópico “*A mulher em relação à distribuição do poder e tomada de decisão*”, da plataforma de ação da 4ª Conferência Mundial sobre Mulheres, promovida pela Organização das Nações Unidas - ONU em 1995, sob a ótica da implantação do sistema de cotas partidárias por sexo no Brasil e seu respectivo empoderamento no meio político.

O presente trabalho busca produzir conhecimento para a oportuna e real atuação das mulheres no universo político, assim como a proteção e legitimação de seus direitos. Destarte, não é objetivo do presente estudo esgotar o assunto, mas sim contribuir para a discussão do fenômeno política e o empoderamento das mulheres, por meio das cotas partidárias.

<sup>67</sup> Mestranda do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (2016/17) pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI Bacharel em Direito, Especialista em Direito Público, Especialista em Desenvolvimento Sustentável, Bacharel em Medicina Veterinária.

## 1 GÊNERO E POLÍTICA

A teoria política feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida a desigualdade de gênero (BIROLI; MIGUEL, 2014).

O uso da palavra gênero, segundo Scott (1989 p.03) surgiu aparentemente entre as feministas americanas que buscavam um caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo e uma rejeição ao determinismo biológico contido no uso dos termos “sexo” ou “diferença sexual”.

Percebe-se um movimento das feministas em desligar o sexo do seu fundamento biológico, por tratar-se de uma construção cultural, criando o gênero como uma categoria social. Contudo, não há um consenso no conceito de gênero entre as diferentes correntes feministas. Observa-se que a falta de bom senso acaba promovendo entre as diferentes alas feministas, disputas conceituais que nem sempre colaboram para o alcance da igualdade almejada.

Scott (1989) alerta que insistir nos dados históricos e nos resultados mais heterogêneos sobre o sexo e o raciocínio moral, para sublinhar a diferença sexual, leva as feministas a reforçarem o tipo de pensamento que elas querem combater.

Segundo Farah (2004) há uma polarização binária entre os gêneros, em que a diferença é concebida como categoria central de análise. Isso é fundamental na definição de estratégias de ação, e o conceito de gênero enfatiza as relações sociais entre os sexos, permitindo a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres. Já Biroli e Miguel (2014) apontam a questão do patriarcado como uma forma de organização das relações sociais que impede o fim das desigualdades, pois perpetua uma marginalização das mulheres na política em uma relação de causa e efeito, na qual elas são percebidas como menos cidadãs.

A política constitui apenas um domínio, onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica, que permite investigar como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política, posto que o termo gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana (SCOTT, 1989).

No Brasil, o estudo de gênero se fortalece no final dos anos de 1970, conjuntamente com os movimentos feministas que se intensificam neste período no país. Toda esta efervescência permitiu às mulheres mostrarem-se como sujeitos políticos ao participarem efetivamente na mobilização pela democratização do regime, bem como, nas questões relativas aos trabalhadores urbanos pobres, que sofriam com baixos salários, elevado custo de vida e questões relativas à inexistência de infraestrutura urbana e ao acesso precário aos serviços coletivos, fruto de um modelo de desenvolvimento capitalista, caracterizado pela articulação entre ‘crescimento e pobreza’ (FARAH, 2004, p.51).

O impacto destes movimentos culminou no surgimento das primeiras políticas públicas voltadas a gênero. Um fato que muito colaborou para isso que o Brasil Ratificou, em 1984, a Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, da Organização das Nações Unidas. Contudo, Bruno Bolognesi (2012, p.116) aponta que somente estudos mais recentes, datados da década de 1990 em diante é que colocam a mulher em posição de relevância na cena política em si. Principalmente após a Conferência Pequim+20 de 1995, quando o Brasil assumiu um compromisso internacional com a igualdade de homens e mulheres.

A proposta e aprovação da Lei nº 9100/95 estabeleceu pela primeira vez no Brasil a reserva de cota mínima de 20% para as mulheres nas candidaturas pelos partidos políticos, com obrigatoriedade da lei já nas eleições municipais do ano seguinte. Posteriormente este número foi ampliado pela Lei nº 9.504/97 para o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

A minirreforma eleitoral de 2009, com a Lei nº 12.034/09, obrigou os partidos a preencherem os 30% e não apenas somente reservarem a cota. Além disso, garantiu 5% do fundo partidário às mulheres para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação feminina; e, por fim, a reserva de 10% do tempo de propaganda eleitoral às candidatas mulheres (PINTO; MORITZ ; SCHULZ, 2013). Porém, a fiscalização destas obrigatoriedades por parte dos órgãos competentes, foi acanhada num primeiro momento, e até mesmo inexistente em muitos lugares.

A Lei nº 13.165/2015, vulgo Reforma Eleitoral 2015, estabelece que nas próximas três eleições subsequentes, os partidos deverão reservar em conta bancária específica no mínimo 5 e no máximo 15% do montante do Fundo Partidário. Essa quantia será destinada a campanhas eleitorais de suas candidatas, incluídos aí os valores previstos no inciso V do art. 44 da Lei nº 9096/95, referentes a programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Nota-se que, mesmo com uma fiscalização mais efetiva atualmente e com toda uma legislação de incentivo a inserção da mulher na política, essa ainda é relativamente baixa.

É preciso pensar sobre o que obsta o empoderamento e a tomada pelas mulheres da sua representatividade política, que poderia gerar um avanço significativo da igualdade de gênero e consequentemente socioeconômico. Diversas correntes teóricas buscam compreender este fenômeno participativo reduzido da mulher na política. O evento vai além da questão pura de gênero, mas passa por diversas questões de cunho cultural, desenvolvimento social, economia ou história (BOLOGNESI, 2012).

A questão é complexa e decorrente de uma evolução histórica. Como salienta Miguel (2014, p.75), a mulher é o sujeito do feminismo, mas a categoria “mulher” foi construída em meio a relações marcadas pelo patriarcado e pela dominação masculina em um ideal convencional de *feminilidade* que permanece ainda hoje atuante entre autoras e autores, conferindo a elas papéis tradicionais.

A distinção entre sexo e gênero assume um papel relevante no empoderamento feminino, sendo para isso necessário separar o biológico do social. Mas para Biroli e Miguel (2014) mais importante é entender que não há que se falar em incorporação das mulheres à ordem existente e sim, há a necessidade de uma transformação profunda nessa ordem.

## 2 EMPODERAMENTO FEMININO

Empoderamento é um termo dúctil que compreende o poder por meio de categorias amplas, muitas vezes cercado de certa subjetividade. Para a Sociologia há três formas básicas de poder: social, político e econômico. Já os antropólogos veem o poder como uma mudança constante nos processos sociais em justaposição com o poder político, econômico e social (OAKLEY; CLAYTON, 2003 p.8).

A 4ª Conferência Mundial sobre Mulheres promovida pela ONU em 1995 em Pequim traçou ações que visam o empoderamento feminino, objetivando a produção de medidas que promovessem o alcance da igualdade de gênero e eliminasse a discriminação contra mulheres e meninas em todo o mundo. Foram listados doze pontos prioritários<sup>68</sup>, como por exemplo, a questão das mulheres no poder e na tomada de decisões.

Embora a busca de igualdade de gênero venha gradativamente evoluindo, esta ascensão ainda é tímida em alguns setores. Isso não se trata de questões pontuais a alguns países, mas sim da esfera global, e no Brasil não poderia ser diferente. Há atualmente no Brasil mais de 105 milhões de mulheres, e só no ano 2016 a massa de renda delas atingiu 1,584 trilhão de reais, o equivalente ao PIB da Suécia ou da Bélgica, (ONU-MULHER, 2016). Contudo, isso por si só não significa igualdade econômica e social.

<sup>68</sup> Objetivos estratégicos e ações prioritárias: a) mulher e pobreza; b) educação e treinamento da mulher; c) mulher e saúde; d) violência contra a mulher; e) mulheres e conflitos armados; f) mulher e economia; g) a mulher no poder e na tomada de decisão; h) mecanismos institucionais para o avanço da mulher; i) os direitos humanos da mulher; j) mulher e os meios de comunicação; k) a mulher e o meio ambiente e l) a menina (ONU, 1995).



Como indica a pesquisa anual do Fórum Econômico Mundial (WEF sigla em inglês), o Brasil levaria 95 anos para que mulheres e homens atingissem situação de plena igualdade. As brasileiras têm um desempenho melhor que os brasileiros nos indicadores de saúde e educação, mas ainda enfrentam acentuada discrepância em representatividade política e paridade econômica, destaca o relatório (WENTZEL, 2016). As perspectivas para o futuro próximo não são das melhores se levarmos em conta que os dados da WEF são de 2015 e a crise econômica e política que assola o país vem promovendo uma retração significativa nas conquistas sociais até então auferidas.

No campo político, a Lei nº 13.272, de 15 de abril de 2016 instituiu no Brasil o ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte, e o que se verificou poucos meses depois foi o impeachment da primeira mulher eleita para presidência do Brasil. A principal acusação se referia às pedaladas fiscais, que dois dias após o desfecho do impeachment foram legalizadas pela Lei nº 13.332/2016, que flexibiliza as regras para abertura de créditos suplementares sem a necessidade de autorização do Congresso. Tais fatos corroboram com Tabak e Toscano (1982), que apresentam que a disparidade da mulher no campo da política brasileira advém do elitismo e do autoritarismo existente em nossa sociedade, somado a isso o caráter patriarcal da nossa cultura, ou seja, o homem tem as rédeas do poder.

Diante deste cenário, verifica-se que a mulher ainda tem um caminho árduo na conquista de seu espaço na política, uma vez que este ambiente é desde seus primórdios um reduto masculino.

### 3 INFLUÊNCIA DAS COTAS PARTIDÁRIAS NA PROMOÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA NA POLÍTICA

O Brasil, diferentemente de alguns países vizinhos, elege os seus parlamentares a partir de listas partidárias abertas, usando representação proporcional, no qual os eleitores votam e escolhem os seus candidatos, não necessariamente o partido, ou seja, votam pelo carisma do indivíduo e não na ideologia partidária.

A natureza do sistema eleitoral afeta significativamente o sucesso da política das cotas (HTUN, 2001). Logo, o que determina quem será eleito é a quantidade de votos que o candidato(a) teve individualmente. Em outras palavras, há uma dupla competição entre os candidatos, sendo a interna com seus pares e a disputa dos votos com os candidatos das demais legendas. Dentro deste contexto, observa-se que a legislação brasileira de cotas é, para dizer o mínimo, acanhada. Como bem observa Miguel (2000 p.91) não há reserva de cadeiras no parlamento, mas apenas de vagas de candidatura e ficam de fora todos os cargos preenchidos por eleição majoritária, bem como aqueles “de confiança”, isto é, os escalões preenchidos por critérios políticos no Executivo.

Além dos fatores acima comentados, a questão do aumento do percentual de candidatos por partido e/ou coligação, que na Lei nº 9100/95 foi ampliado para 120%, expandiu-se na Lei nº 9.504/97. Ao estabelecer os 30% de cotas por sexo, a lei também ampliou para 150% do número de candidatos por partido e ou coligação, e por fim a Lei nº 13.165/2015 manteve a regra dos 150% e determinou que nos municípios de até cem mil eleitores, cada coligação poderá registrar candidatos no total de até 200% do número de lugares a preencher. Tais manobras representam uma evidente tentativa de manutenção do *status quo*.

Estes artifícios vêm produzindo a cada eleição um fenômeno conhecido como *candidatos zero votos*. Como o aumento do número de candidatos deve respeitar a cota de no mínimo um terço por gênero, isso leva os partidos a “forjarem” candidaturas femininas. Com isso garantem um maior número de candidatos masculinos no pleito em cada eleição, especialmente nas municipais, onde se observa um percentual elevado, principalmente de mulheres, com nenhum voto.

Bolognesi (2012) constata que o desempenho eleitoral das mulheres é mais influenciado pelo aspecto partidário do que pelos eleitores. Estes, quando enxergam a mulher em pé de igualdade competitiva e de *background* político em relação aos concorrentes do sexo oposto elegem a candidata da mesma forma. Já partidariamente a competição intralista pode ser determinante no sucesso ou fracasso eleitoral, bem como na distribuição de recursos nos partidos políticos.

Outro agravante é a questão da elite política e da cultura patriarcal, que é algo intrínseco à esfera política brasileira. No caso brasileiro uma elite composta majoritariamente por homens dificilmente irá ceder espaço por tanto tempo garantido para um grupo em ascensão, pois novos grupos afetam a lógica de preservação dos dominantes (BOLOGNESI, 2012). No entanto, pondera Miguel (2000) que a simples presença *obrigatória* de candidatas é um estímulo à formação de lideranças políticas femininas dentro dos partidos.

Estudos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE mostram que mulheres em posições de liderança política influenciam positivamente a distribuição de recursos públicos, já que elas são mais solidárias, alocando orçamento para partes da sociedade anteriormente negligenciadas, o que resulta em redução de desigualdade de renda (WENTZEL, 2016). Logo, as cotas colaboram para o fortalecimento das instituições e da democracia. Este processo é lento, mas necessário, pois as mulheres tendem a fazer escolhas no campo político que abrangem parcelas amplas da coletividade, com isso alcançando as classes menos favorecidas da sociedade.

## CONCLUSÃO

A mulher brasileira ainda hoje tem uma posição marginal na política. Apesar de vivermos na era do empoderamento, este se demonstra complexo e até surreal em sua plenitude, haja vista que o poder pode assumir muitos sentidos diante da heterogeneidade dos grupos, e as cotas são um meio encontrado atualmente para tentar proporcionar de forma palpável a inserção feminina na política.

Contudo é importante observar que o sistema de cotas ainda possui pontos falhos, mas mesmo assim é um importante meio de inclusão da mulher na política. Talvez o que falte é uma interpretação adequada da norma, um maior comprometimento, assim como uma melhor fiscalização e efetiva punição aos partidos que desrespeitam as regras. Mas acima de tudo, ainda falta às mulheres votantes e votadas, conscientizarem-se de sua importância, de seu poder de fazer e ser capaz de um papel ativo nas iniciativas de desenvolvimento e decisão no campo político.

## REFERÊNCIAS

- BOLOGNESI, B. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Revista Paraná Eleitoral**, [s.n.], v. 1, n. 2, p. 113-129, jun, 2012.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política**: uma introdução. 1ª ed.-São Paulo: Boitempo. 2014.
- BRASIL. **Lei nº 9100/95** Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em < [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9100.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm) >acessado em 09 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.504/97** Estabelece normas para as eleições 20ª ed. São Paulo: Ed.Rideel, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 12034/2009** Altera as Leis Nos 9.096, de 19 de Setembro de 1995 - Leis dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de Setembro de 1997, que Estabelece Normas para as Eleições, E 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. 20ª Ed. São Paulo: Ed.Rideel, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 13.165/2015**, Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm)>acessa-do em 09 set.2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.272/2016**, Institui o ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na política e no Esporte. Disponível em < [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13272.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13272.htm) > acessado em 09 mar.2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.332/2016** Altera a Lei no 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13332.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13332.htm)> acessado em 09 dez. 2016.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (1): 47-71, janeiro-abril, 2004.

HTUN, M. A política de cotas na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 001, p. 225-230, 2001.

MIGUEL, L. F. A Identidade e a diferença. In: **Feminismo e política: uma introdução**. 1ª ed.-São Paulo: Boitempo. 2014.p.75.

\_\_\_\_\_. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.15, nº44, p. 91-102, outubro/2000.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento (“empowerment”)**. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

ONU MULHER. **O papel cada vez mais ativo das mulheres no Brasil**. Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/com-o-apoio-da-onu-mulheres-jornal-el-pais-e-locomotiva-debatem-papel-cada-vez-mais-ativo-das-mulheres-no-brasil/>> acessado em 02 dez. 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**, Pequim 1995. Disponível em < <http://www.onumulheres.org.br/pequim20/> > acessado em 08 dez. 2016.

PINTO, C. R. J; MORITZ, M. L.; SCHULZ, R. M. O Desempenho das Mulheres nas Eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 195-223.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. USP. São Paulo. 1989 p.1-35.

TABAK, F.; TOSCANO, M. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WENTZEL, M. **Brasil levará 95 anos para alcançar igualdade de gênero**: fórum econômico mundial. Basiléia (Suíça) para a BBC Brasil. Disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37758080>> acessado em 26, out. 2016.

# ANÁLISE DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES INDÍGENAS FRENTE À POLÍTICA PÚBLICA - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

JOICE SCHNEIDER MARMENTINI<sup>69</sup> | THAÍS JANAINA WENCZENOVICZ<sup>70</sup>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as políticas públicas voltadas para o gênero feminino vêm ganhando espaço na sociedade, na mídia, em movimentos sociais, ONG's e demais entidades ligadas a este tema, promovendo encontros, debates e reflexões na busca de aprimoramento destas políticas.

Sabe-se que quando se fala em gênero a ideia que nos vem à mente se vincula às dificuldades que as mulheres sempre tiveram diante da sociedade patriarcal existente na sociedade ocidental. Porém, nas últimas décadas as mulheres estão ganhando espaço não só nas questões profissionais, mas também em proporções pessoais, políticas, educativas, sociais, religiosas e econômicas.

O Plano Brasil sem miséria (PBSM) vem ao encontro do aprimoramento e atuação de uma política pública destinada a públicos que historicamente foram excluídos da sociedade, como por exemplo, os povos indígenas. Neste sentido, o PBSM surge em 2011 como uma política pública para amenizar as dificuldades encontradas nas populações que se encontram em situação de extrema pobreza, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Baseado em três pilares: garantia de renda, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva, o plano vai muito além de proporcionar melhores condições na geração de renda. Além destes pilares, a inclusão social, a garantia de direitos e o acesso a demais políticas públicas fazem com que este plano fortaleça a dignidade e a cidadania das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social.

## 1 AS RELAÇÕES E AS MULHERES

As relações socioeconômicas entre mulheres e homens podem variar em diferentes sociedades e em diferentes épocas. As questões de gênero referem-se ao papel que mulheres desempenham em um dado momento e em um determinado contexto socioeconômico, político e cultural. Na mesma linha de considerações, os papéis de gênero não são determinados por fatores biológicos, mas pelos grupos sociais em que vivem as mulheres e os homens. Os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos, por exemplo, têm sido tradicionalmente considerados “papéis” femininos.

As mulheres constituem mais de 50% da população do planeta. O mesmo dado se repete no Brasil. Lembrando que progressivamente elas vêm assumindo o sustento das famílias, em alguns lugares chegam a ser a maioria. É quase um lugar-comum dizer que as mulheres contribuem de forma determinante para o desenvolvimento econômico e social.

<sup>69</sup> Possui graduação em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2010). Atualmente é extensionista rural nível superior-social da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assist. Téc. e Extensão Rural. Possui experiência em psicologia social, organizacional e clínica. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

<sup>70</sup> Docente adjunta/pesquisador sênior da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/UERGS. Professora Titular no Programa de Pós-Graduação em Educação/UERGS. Professora Colaboradora no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Estadual do Paraná - UNIOESTE. Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Fundamentais/UNOESC. Avaliadora do INEP - BNI ENADE/MEC. Membro do Comitê Internacional Global Alliance on Media and Gender - UNESCO.

Apesar de conter elementos novos, o rural, no Brasil, ainda apresenta a persistência de antigos e graves problemas – a concentração de terras, o trabalho quase servil, e em especial, o êxodo rural. Neste contexto é possível destacar diversas reflexões, pois à medida que ocorre o empobrecimento do campo, os homens tendem a buscar grandes cidades ou pólos agrícolas para neles vender sua força de trabalho, ficando a cargo das mulheres a perseverança na agricultura familiar, o que vem apontando a feminilização de tal agricultura, principalmente nos municípios situados no que se chama de polígono da seca.

Vale ressaltar, nesse sentido, que o crescimento da pobreza rural e da feminilização da pobreza não são questões exclusivas do Brasil. Uma pesquisa recente da Organização das Nações Unidas (2003) indica que 75% dos pobres no mundo (que vivem com menos de \$1,00 por dia) residem em zonas rurais, e que mais da metade desse número é formado por mulheres. Alerta que o combate à pobreza precisa, necessariamente, de políticas voltadas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, como forma de assegurar-lhes uma distribuição mais ampla dos benefícios gerados pelo desenvolvimento.

A partir destes questionamentos, o conceito de gênero passa a ser compreendido de forma diferente, englobando as relações entre poder, conhecimento e práticas sociais. Surgem, então, novas e alternativas formas de se compreender este conceito. Nos trabalhos das feministas pós-modernistas, a linguagem e as relações sociais tornam-se centrais e vão influenciar uma série de outros trabalhos.

O construcionismo social, por exemplo, vai assumir o gênero como uma construção social, um sistema de significados que se constrói e se organiza nas interações e que governa o acesso ao poder e aos recursos (CRAWFORD; DENZIN, 1995 *apud* NOGUEIRA, 2001). Não é, assim, um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às transações: ele não existe nas pessoas, mas sim, nas relações sociais.

Segundo Meyer (2003), Michel Foucault e Jaques Derrida discutem gênero baseados em abordagens que enfocam a centralidade da “linguagem (entendida aqui em sentido amplo) como *lócus* de produção das relações que a cultura estabelece entre corpo, sujeito, conhecimento e poder”.

Ainda segundo Meyer, o conceito de gênero engloba todas as formas de construção social, cultural e lingüística implicadas “[...] com os processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade.” (2003, p. 16). Desta forma, conceituar gênero exige o entendimento das diferenças biológicas, psicológicas e sociais, que vão além do papel masculino e feminino, buscando formas de análise e contextualização mais amplas e complexas. Família, escola e meios de comunicação promovem uma articulação intrínseca entre gênero e educação, envolvendo estratégias “[...] sutis e refinadas de naturalização que precisam ser reconhecidas e problematizadas” (MEYER, 2003, p. 17).

Assim também, tempo e espaço determinam formas de vivenciar e entender o feminino e o masculino. A cultura constrói e distingue o feminino e o masculino, articulando gênero com outras “marcas” sociais, tais como classe, etnia, sexualidade, geração, religião e nacionalidade.

A feminilidade e a masculinidade são vivenciadas por grupos diversos, dentro do mesmo grupo ou pelo mesmo indivíduo, em diferentes momentos de sua vida. Nesse contexto, as análises e as intervenções educacionais, sociais, legais e políticas devem considerar os múltiplos fatores sociais e culturais acima mencionados, além de tomar como referência as relações de poder entre mulheres e homens geradas por tais fatores.

Assim também, temos percebido que é importante em nossos estudos considerar aspectos relevantes como tempo, espaço e as diversas lógicas possíveis. Para realizar uma pesquisa em comunidades indígenas torna-se essencial entender tais lógicas, sua história, a evolução dos costumes, o espaço ocupado, entre outras questões.



## 2 INCLUSÃO SOCIAL E AS MULHERES

Maslow (1954), na teoria da hierarquia de necessidades, cria hipótese que terá como *cerne* da questão a afirmação que em cada pessoa existe uma hierarquia de cinco necessidades humanas, sendo elas: fisiológicas - estão na base da pirâmide e incluem a satisfação no que tange à fome, à sede, o sono, repouso e conforto físico; segurança - são situações localizadas no segundo degrau, formadas por: liberdade, proteção contra a violência e todas as ações que buscam assegurar a estabilidade das pessoas; sociais - questões voltadas à integração e relacionamento humano, como afeição, filiação, aceitação social e amizade; estima - é composta por fatores internos e externos. No primeiro pode-se identificar: autorrespeito, autonomia, senso de competência. No outro se observa o reconhecimento, o prestígio, *status*, consideração; autorrealização - encontra-se no topo da pirâmide e é a necessidade mais elevada do ser humano. É a motivação de ser, o que deseja e é capaz, incluindo o crescimento pessoal e o alcance da plena potencialidade da pessoa.

Essa teoria enfatiza que as necessidades pertencem a uma “hierarquia”, pois se o indivíduo não as tem gradativamente, supridas, não terá condições de passar para o ponto subsequente. Isso significa que, se fisiologicamente não forem saciadas suas necessidades, o indivíduo não terá agentes impulsionadores para lutar por educação, saúde ou até mesmo para discutir sobre sua participação democrática no meio social em que habita, pois seus objetivos estão centrados na base da pirâmide, e suas motivações serão focadas na busca da satisfação do que lhe falta neste nível.

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (FAO 2001), mostra a existência no mundo de 800 milhões de pessoas famintas e 2,4 bilhões de malnutridas, apontando ainda a marginalização de 1,3 bilhões de agricultores e suas famílias como a principal causa da fome e da má distribuição dos alimentos. Ainda indica crescente percentual da população, inclusive brasileira, presente na faixa de pobreza ou miséria, constatando a situação de vulnerabilidade social, econômica e nutricional que vive parte considerável do povo, pois a fome, para estes, não é algo que vem por virtude duma catástrofe, e sim é resultado de um arranjo social que exclui muitas pessoas dos direitos fundamentais.

Assim, se estas pessoas, que coincidentemente formam a maior parcela da população, estão no mais expressivo nível piramidal, não tendo água para beber e alimento para saciar a fome, como poderão ser cidadãos impulsionados/motivados a garantir que as políticas cheguem até a si e a outros que constituem o público-meta destas?

Em muitos casos se incentiva a ausência de motivação, o que faz surgir o conformismo, neste caso visto por alguns como sendo uma virtude, pois para estas pessoas desmotivadas, a satisfação do primeiro degrau de necessidades, não necessariamente terá o desdobramento da não satisfação do segundo. Isso se deve ao fato da primeira ter cunho passageiro e não se caracterizar como uma conquista. Dessa forma recebem a comida, mas não tem terra, educação e crédito para cultivar seus alimentos; faltam-lhes empregos para ter renda, não construindo as condições para comprar o que precisa ser posto nas suas mesas, o que reforça o sentimento de não satisfação das necessidades básicas ou fisiológicas.

As privações para serem sentidas, necessitam ser conhecidas e/ou experimentadas. Ou seja, é de conhecimento comum a importância da necessidade de comer, vindo após isso os objetivos de ter saúde, educação e moradia.

Para existir a real inclusão social é fundamental a construção do paralelo de ações que visem suprir todos os níveis de necessidades, possibilitando a todos a confecção de instrumentos motivacionais para “andar” de um degrau a outro, buscando suprir suas privações. Essas ações também

devem focar-se em fazer com mais pessoas sejam beneficiadas com as mesmas políticas que usufruem neste momento, assumindo postura de não somente beneficiárias, mas de demandantes e fiscalizadoras das políticas.

Uma alternativa motivacional e impulsionadora de inclusão social exercida pelas mulheres é a contribuição destas no sentido de remover os obstáculos à participação igualitária do gênero por meio de conscientização, sensibilização, educação e *lobby* (por exemplo, critérios de adesão de membros segundo constrangimentos legais, tradicionais, financeiros, comportamentais). Outra forma é ampliar a capacidade e a habilidade das mulheres por meio de programas de treinamento e de educação, voltados para suas necessidades e dos quais resultem maior autoconfiança e disposição para participar plenamente das decisões e assumir posições de liderança.

### 3 O PBSM E AS MULHERES INDÍGENAS

A pobreza é um problema complexo e como tal não admite solução fácil. O desafio de erradicar a extrema pobreza no meio rural demanda medidas de acesso ao conhecimento (dos direitos, dos meios de produção e tecnológico), e uma articulação entre o conjunto de operadores e das políticas públicas.

Segundo o Censo 2010, a distribuição da extrema pobreza entre os meios rural e urbano apresentava valores próximos: 47% no rural e 53% no urbano. Entretanto, ao observarmos a incidência da pobreza, a situação do campo chamava a atenção porque uma em cada quatro famílias do meio rural estava em situação de extrema pobreza. Isso significava que, enquanto 5% da população urbana podia ser caracterizada como extremamente pobre, 25% da população do campo estava nessa situação.

Para o público do meio rural, além dos eixos de garantia de renda e de acesso a serviços públicos, o Plano destacou-se com a criação de uma rota específica de inclusão produtiva rural. Essa rota tem como objetivo oferecer um conjunto de políticas públicas que criem oportunidades e permitam às famílias caminharem em direção à superação da pobreza e à melhoria da qualidade de vida de maneira sustentável.

As ações do Plano Brasil Sem Miséria direcionadas aos povos indígenas no Rio Grande do Sul no período de 2013 a 2015 beneficiaram mais de 1.000 famílias que estavam cadastradas no CADÚnico em situação de extrema pobreza, (renda *per capita* até R\$77,00 mensais), contemplando quatro Terras Indígenas: Terra Indígena Ligeiro, em Charrua - RS; Terra Indígena Cacique Doble, em Cacique Doble - RS; acampamento Forquilha, em Cacique Doble - RS; e Terra Indígena do Guarita, abrangendo as cidades de Tenente Portela, Redentora e Erval Seco.

Como a titularidade da maioria dos participantes do cadastro único era de mulheres, desta forma seriam elas e suas respectivas famílias as beneficiárias do Plano que previa o repasse de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) a cada titular. Com isso, poderiam realizar atividades de produção de alimentos para o autoconsumo, bem como atividades de inclusão social e produtiva com intuito de gerar renda.

As atividades do PBSM são: mobilização e seleção das famílias; diagnóstico da unidade de produção familiar; orientação para acesso a políticas públicas; elaboração do projeto de fomento à atividade produtiva familiar; acompanhamento e orientação; elaboração de laudo técnico; capacitação com foco no projeto de atividade produtiva, avaliações e atualização do diagnóstico.

O repasse do recurso financeiro foi dividido em duas parcelas (a primeira de R\$1.400,00 e a segunda de R\$1.000,00). A fim de serem beneficiadas, as famílias deveriam participar das atividades propostas e executar o planejamento construído elas do destino que dariam para o recurso.

Desta forma, aproximadamente 70% das famílias priorizaram a utilização do recurso para fins de produção para consumo próprio. Seja de hortaliças, frutas ou animais de pequeno porte como frango e suíno, as famílias utilizaram o recurso para construir as instalações para os animais, comprar equipamentos, máquinas para o trato com estes, bem como materiais para a organização do espaço para a horta e pomar domésticos, como sementes, mudas, tela para cerca, palanques dentre outros.

Outras mulheres, com o recurso financeiro em mãos, puderam adquirir materiais para seus artesanatos ou então máquinas e equipamentos para a produção de panificados. Assim puderam reorganizar as atividades nas quais tinham mais aptidão e interesse, e param da produção para o consumo próprio para posteriormente desenvolver atividades que geravam renda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com foco nas mulheres indígenas beneficiárias do PBSM, buscou-se, durante o período de execução das ações, o resgate da identidade da mulher indígena e do papel que ela exerce em sua comunidade. Foi possível incentivá-las a participar das decisões produtivas de sustentabilidade de sua família, bem como o estimular as habilidades manuais de confecção de artesanatos para melhorar e inovar suas fontes de renda. Além disso, foram reorganizadas as relações de poder, que historicamente as excluía de dentro das comunidades indígenas e que, após as ações do PBSM, puderam ser construídas de forma coletiva no sentido da busca pela melhoria da qualidade de vida de todos.

Como resultado desta política pública, percebeu-se que as questões de gênero dentro de comunidades indígenas puderam ser entendidas com mais propriedade no que tange à organização familiar e comunitária, o acesso a outras políticas públicas, bem como na nova percepção que as mulheres tiveram de si mesmas. Além de serem cuidadoras do lar e dos filhos, puderam interagir no processo decisório das ações realizadas dentro da comunidade.

## REFERÊNCIAS

- BERNADES, A. G.; HOENISCH, J. C. D. **Subjetividades e identidades**: possibilidades de interlocução da Psicologia com os estudos culturais. In:
- BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social**. 2017. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/bsm\\_no\\_campo/](http://www.mda.gov.br/bsm_no_campo/)> Acesso em 26/03/2017.
- BRASIL, **Constituição Federal** (1988) acessada em 25/03/2017. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- GUARESCHI, N. M. F. BRUSCHI, M. E (Orgs.). **Psicologia Social nos estudos culturais**: perspectivas e desafios para uma nova Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 95-26.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 13. ed., Rio de Janeiro: Edições Grall, 1998.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acessado em 25 mar. 2017.
- NOGUEIRA, R. P. Higiomania: obsessão com a saúde na sociedade contemporânea. In: VASCONCELOS, E. (Org.). **A saúde nas palavras e nos gestos**. São Paulo: Hucitec, 2001 p 63-72.
- MEYER, D. E. E. **Educação e gênero**: teoria e política. In: LOURO, Guacira L.

NECKEL, J. F. ; GOELLNER, S. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

MASLOW, A. H. A. **Motivation and personality**. New York, Harper, 1954.

PACTO Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (FAO 2001). Disponível em <<http://www.fao.org/docrep/018/i3348p/i3348p.pdf>> Acessado em 26 mar. 2017.

## EMPODERAMENTO E GÊNERO: MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

AMANDA SARAIVA DA SILVA<sup>71</sup> | ISABELA ECKER DRESCH<sup>71</sup> | MATHEUS CONCEIÇÃO<sup>71</sup>  
MICHELINE RAMOS DE OLIVEIRA<sup>72</sup> | RAFAEL SERRANO CONDE<sup>71</sup> | YASMIM STEFFANI VEIGA<sup>71</sup>

### INTRODUÇÃO

A Economia Solidária surge como alternativa ao sistema capitalista vigente, procurando estabelecer novos meios de relações trabalhistas e uma nova ótica sobre o mercado e seus desdobramentos socioeconômicos, seguindo certos princípios solidários. Segundo Paula (2011), a Economia Solidária consiste em novas maneiras de atuação que possibilitam a construção de redes de solidariedade e igualdade, dentro de uma realidade que se singularize do modo de produção e/ou comercialização capitalista. Introduzem-se nessa concepção diversos atores, dentre os quais destacam-se: os empreendimentos econômicos solidários (cooperativas populares, associações de trabalhadores, grupos informais de produção); agentes públicos (gestores envolvidos com políticas públicas de inclusão social, legisladores); e órgãos de apoio (incubadoras de cooperativas populares, ONGs, universidades).

A partir da utilização de um pressuposto de funcionamento econômico solidário ao invés de competitivo, a economia solidária objetiva priorizar o coletivo ao individual. Esta forma de economia é entendida como um modo de fazer econômico baseado em princípios tais quais: solidariedade, autogestão, democracia, autonomia, valorização do ser humano, respeito à natureza, distribuição de renda e maneira de organização do trabalho. Por meio da utilização destes princípios visa incluir e impulsionar a criação e fortalecimento de políticas públicas que sejam contrárias ao modo de economia do sistema capitalista, auxiliando também na minimização das consequências oriundas deste sistema (BARATIERI; BEATRIZ, 2013).

Segundo Gaiger (2009), esse modo de ser e fazer economia vem crescendo como campo de práticas econômicas, sendo conduzido pelo entendimento de noções de equidade, justiça, responsabilidade social e ambiental. Dentre essas, a promoção da equidade de gênero está cada vez mais presente na economia solidária. Neste aspecto, como pontua Brasil (2016):

“O controle das mulheres sobre o processo de trabalho e gestão é o que diferencia os empreendimentos de economia solidária (EES) de formas precárias de trabalho e iniciativas que reforçam o lugar tradicional das mulheres na economia. As mulheres avaliam sua participação não apenas do ponto de vista da remuneração econômica: elas valorizam o aprendizado, a convivência, a possibilidade de tratar temas como a violência doméstica ou a saúde reprodutiva. Em geral, as mulheres participantes de EES se sentem mais fortes, valorizadas, com maior autoestima por seu conhecimento e sua capacidade de inovar a partir de pouco” (BRASIL, 2016, p.24).

Conforme pontua Rosaldo (1979), mesmo diante de todas as conquistas de cunho socioeconômico e cultural, a visão da mulher permanece arraigada à exclusão, favorecendo o processo de marginalização da figura feminina em atividades econômicas e políticas decisivas no cenário social. Neste sentido, o domínio masculino é ainda muito presente, fator este que favorece a desigualdade na vida social

<sup>71</sup> Graduação em andamento em Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Brasil.

<sup>72</sup> Doutora e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, município de Florianópolis-SC, Brasil. Graduada em Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí. Professora titular no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas - Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, município de Itajaí-SC, Brasil.



e subjugam as contribuições da mulher em vários campos de atuação, como por exemplo, no mercado de trabalho. Partindo disto, a Economia Solidária ressurgiu como uma possibilidade de geração de trabalho e renda para um contingente expressivo de desempregados e pessoas socialmente desfavorecidas, dentre as quais, incluem-se as mulheres (AMORIM, 2007).

Diante disso, este trabalho visa relatar a experiência obtida em um estágio obrigatório do curso de psicologia em um projeto de extensão universitária, focado em economia solidária e vinculado à Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, em Santa Catarina no ano de 2015. O projeto de extensão denominado Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP foi criado em 2008, com o objetivo de oferecer apoio técnico a empreendimentos de base social orientados pelos princípios da economia solidária. Por meio desta assessoria, pretende criar ambientes favoráveis para o desenvolvimento do empreendedorismo social autogestionário, estímulo para adesão da economia solidária, fortalecimento dos empreendimentos já inseridos na economia solidária, geração de trabalho e renda, inserção de produtos de cunho solidário e sustentável no mercado, oferta de espaços para atividades de ensino, pesquisa e extensão das diferentes áreas do saber e fortalecimento do compromisso social entre universidade e a qualidade de vida da sociedade (INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP UNIVALI, 2017).

O estágio foi realizado em um empreendimento vinculado à ITCP, o Centro de Economia Solidária do Vale do Itajaí - CEPESI, que abrigava 4 empreendimentos totalizando 12 empreendedores. Desta população, mais de 90% dos participantes eram mulheres, dado essencial para justificar os rumos de nossa prática e principais reflexões. No semestre anterior a este estágio, a equipe de psicologia realizou um trabalho de pesquisa-ação com os empreendedores, reconhecendo as principais demandas do grupo e colhendo dados para embasar e nortear com precisão a prática do semestre seguinte. A partir de então ficou claro que o conflito surgia como principal demanda para a atuação da presente equipe.

Foi utilizada como base a perspectiva de Georg Simmel (1983) questionando a importância sociológica do conflito e reconhecendo que tal fenômeno passa a produzir ou modificar grupos de interesse, uniões e organizações. Hirschman (1996 *apud* WUERGES, 2005) traz os mais diferentes tipos de conflito como fatores de melhoria ou manutenção das relações sociais, alegando que os mesmos seriam produtores de laços capazes de consolidar as sociedades democráticas modernas, conferindo-lhes a força e coesão necessárias. Ainda de acordo com Simmel (1983), o conflito surgiria como uma tentativa de resolução de dualismos divergentes a fim de se conseguir uma unidade.

Dessa forma, objetivou-se mediar as interações entre os pontos conflitantes do grupo e evidenciar seu potencial transformador, bem como apresentar aos grupos a natureza positiva do conflito como agente de transformação, produtor de novos sentidos e ressignificações, capaz de promover o atravessamento pessoal e social das experiências entre sujeitos. Visamos assim promover a autorreflexão acerca dos comportamentos de cada membro e suas implicações no todo.

Para alcançar tais objetivos a equipe de psicologia utilizou a mediação através de roda de conversa. Sales (2010, p.1) define a mediação como:

“Um mecanismo consensual de solução de conflitos por meio do qual uma terceira pessoa imparcial [...] age no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma divergência. As pessoas envolvidas nesse conflito são as responsáveis pela decisão que melhor as satisfaça. A mediação representa assim um mecanismo de solução de conflitos pelas próprias partes, as quais, movidas pelo diálogo, encontram uma alternativa ponderada, eficaz e satisfatória, sendo o mediador a pessoa que auxilia na construção desse diálogo.”

Desta forma, a mediação representa uma das formas mais democráticas de tentativa de resolução de conflitos. Já a roda de conversa se configura como um instrumento de trabalho do pesquisador, pois possibilita que as experiências sejam compartilhadas através de um processo de mediação que sustenta a noção de pares. Assim, é possível desenvolver reflexões sobre as práticas dos sujeitos, através de diálogos internos junto com o sujeito (MOURA; LIMA, 2014).

Diante desta demanda, este trabalho visa contribuir para a divulgação da Economia Solidária e seus empreendimentos, e sobretudo chamar atenção para a importância do acompanhamento que os empreendedores que se orientam por essa economia devem possuir. Sendo assim, além da contribuição para o aumento de publicações na área, o presente estudo pretende oferecer dados para estimulação da criação de políticas públicas e efetivação da garantia de direitos à população de empreendedores solidários.

## 1 METODOLOGIA

A equipe que conduziu as atividades deste estágio básico constituiu-se por cinco acadêmicos de psicologia do quinto período, sendo que dois destes participaram deste mesmo estágio no semestre anterior. Os alunos foram orientados pela professora Doutora Micheline Ramos de Oliveira, que presta assessoria à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNIVALI (ITCP).

O preparo para inserção em campo se deu através do compartilhamento de informações percebidas pelos graduandos mais familiarizados com o campo, que já possuíam experiências que poderiam contribuir para a prática do estágio. Também contribuíram as leituras de materiais acerca da economia solidária, produção de diários de campo e sua socialização, bem como discussões entre o grupo e a orientadora. Esta etapa perdurou por um mês e meio. Também objetivando realizar algumas observações dos empreendedores e o funcionamento da assessoria da ITCP, os estagiários participaram de uma Oficina de Liderança Compartilhada, oferecida pela ITCP para os incubados.

O primeiro encontro diretamente com o CEPESI foi caracterizado por uma reunião geral com todos os atores que estariam envolvidos no estágio, como por exemplo, a diretoria do estabelecimento, os empreendedores, uma representante da ITCP, a orientadora do estágio e os estagiários de psicologia. Esta visou compartilhar a proposta de intervenção pensada anteriormente pelos estagiários. Após as apresentações, foi comunicada a proposta de trabalhar diretamente com os pequenos grupos acerca da temática do conflito, por meio de encontros individuais e coletivos, visto que esta foi a demanda levantada no semestre anterior pela equipe que vigorava. Neste sentido, investigou-se a vontade e disposição dos empreendedores para trabalhar com a temática do conflito. Após a devolutiva positiva de todos os representantes, foram acordados os próximos encontros para realização das intervenções.

A partir do aceite da proposta e demonstração de interesse por parte dos empreendedores vinculados ao CEPESI, foram realizados oito encontros com os pequenos grupos com objetivo de entender a problemática de cada grupo, totalizando aproximadamente dois encontros por grupo e um encontro coletivo entre todos os empreendedores para confraternização. Para a realização dos encontros com os pequenos grupos, a ferramenta utilizada foi a roda de conversa, sendo apropriada por permitir uma intervenção horizontalizada. Além de considerar um dos meios mais propícios para intervenções grupais, a roda é também utilizada como instrumento de pesquisa, pois assim todos podem se sentir à vontade para partilhar e escutar, de modo que o falado seja relevante para o grupo e suscite, inclusive, a atenção na escuta. Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e de fala em que se agregam vários interlocutores, e os momentos de escuta são mais numerosos do que os de fala (MOURA; LIMA, 2014).

Para registro de todos os encontros foram utilizados os diários de campo como ferramenta, possibilitando a observação e descrição dos dados não somente de forma fidedigna, mas atravessada por sentimentos e percepções reais do contexto onde se imergiram. Além disso, esta ferramenta foi escolhida por permitir o posicionamento dos estagiários frente às situações expostas e facilitar a articulação teórico-prática.

“[...] os dados contidos no diário e nas cadernetas de campo ganham em inteligibilidade sempre que rememorados pelo pesquisador; o que equivale dizer que a memória constitui provavelmente o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é mais bem alcançável quando o pesquisador a traz de volta do passado, tornando-a presente no ato de escrever [...] em outras palavras, com toda a influência que o "estando aqui" pode trazer para a compreensão (Verstehen) e a interpretação dos dados então obtidos no campo” (DE OLIVEIRA, 1996. p. 31).

Como pontua Neves (2006. p. 8) o diário de campo “é uma forma de registro da observação participativa em que são anotados, da maneira mais minuciosa possível, os acontecimentos ocorridos em campo, assim como as impressões subjetivas decorridas destes acontecimentos”.

Para as intervenções finais com cada grupo, a equipe utilizou o método biográfico, elaborado por Jean Paul Sartre. O filósofo sofreu influência de correntes como a fenomenologia, o marxismo e o existencialismo, sendo levado a constituir uma concepção histórica e dialética que se encontra no cerne de uma psicologia existencialista, em especial no método biográfico por ele implementado (SCHNEIDER, 2008).

Partindo dos relatos individuais, o método biográfico propõe a identificação e reconstrução de um constructo, uma síntese, uma unidade de pesquisa que identifica um grupo e que constitui uma totalidade sintética, ou seja, uma maneira sintetizada de cada indivíduo apreender o social, narrá-lo e reconstruí-lo (MARRÉ, 1991; DE OLIVEIRA, 2013).

Schneider (2008) pondera que nas atuações embasadas na fenomenologia, o diagnóstico da situação do paciente deve ser feito sempre a partir da realização da biografia do sujeito. É fundamental compreender que a realidade humana é uma abertura para o futuro, portanto, não é fechada em si mesma, é sempre uma biografia incompleta e aberta, à espera de realizações futuras. Para Politzer (1965, *apud* SCHNEIDER, 2008) a biografia dos sujeitos deve ser o objeto da psicologia.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da intervenção foi possibilitado aos estagiários adentrar com mais profundidade no universo complexo dos sujeitos e suas relações com a lógica da Economia Solidária, com o CEPESI e com os demais membros deste grupo. Durante as rodas de conversa, as empreendedoras se sentiram confortáveis para exposição de acontecimentos, histórias e sentimentos envolvidos, propiciando discussões, reflexões e diálogos sobre as inconformidades entre estes atores, suas angústias, alegrias, dificuldades e facilidades. Desta maneira, foi configurado um espaço para trabalhar a noção positiva do conflito (este como gerador de transformação dos sujeitos e do ambiente de trabalho) por meio do trabalho em conjunto com os grupos, promovendo reflexão individual e grupal sobre os comportamentos que fomentam o conflito nas relações cotidianas.

As primeiras rodas de conversa foram pautadas na disseminação do conceito positivo de conflito como agente remodelador, visando salientar o caráter transformador presente nas situações conflituosas, para que estes sujeitos pudessem subjetivar que os confrontos são passo inicial para mudanças. Como postula Simmel (1983) a concepção de que uma sociedade apreciável seria resultado

de forças positivas, sem ser obstruída por fatores negativos seria muito superficial, entendendo que uma vez que a sociedade tal qual conhecemos é o resultado da agência de forças negativas e positivas, que resultam em desfecho positivo.

Outro dado levantado durante as rodas de conversa e que representa certa importância, foram as histórias de vida das mulheres e suas vivências. De acordo com o discurso destas, o meio em que foram criadas preconizava o homem como aquele capaz de deter o poder financeiro e cargos de liderança, comandar a casa, sendo o que mais merecia obediência. No entanto, analisando suas histórias fica evidente a ruptura com esta noção a partir do momento de divórcio ou viuvez, situações que acometeram a maior parte destas empreendedoras. Nestes casos elas se viram capazes de ir atrás de seu próprio negócio, sendo responsáveis financeira e emocionalmente pelo seu próprio lar. Mais um aspecto reconhecido pelas participantes como ponto positivo da economia solidária foi a possibilidade de inclusão no mercado trabalho de mulheres na faixa etária de 40 a 60 anos, considerando que esta população geralmente é preterida na economia tradicional.

A partir das intervenções realizadas com os grupos de serviços do CEPESI, seus membros trouxeram *feedback* positivo sobre as mesmas, reconhecendo a importância de necessidade da continuidade dos grupos de reflexão, incorporando as práticas de Economia Solidária na mediação dos conflitos cotidianos, assim como o acompanhamento de seus resultados.

Observando os relacionamentos interpessoais entre os membros dos grupos, pudemos notar a cada encontro a importância e necessidade da manutenção e fortalecimento dos vínculos entre estes sujeitos, caracterizando-se como agente facilitador da boa vivência no ambiente de trabalho e consequentemente, melhor lida com os conflitos. Uma perspectiva que ao longo de nossos estudos pareceu estar atrelada às necessidades dos sujeitos aqui observados foi o existencialismo, mais precisamente o método biográfico de Jean Paul Sartre, utilizado por Oliveira (2013) para articular as vivências das mulheres com as quais trabalhou no estudo da trajetória de empoderamento. O método biográfico foi utilizado pelo grupo neste estágio como forma de identificação e reconstrução de um constructo, que identifica um grupo e que constitui sua totalidade sintética segundo Marré (1991), uma maneira sintetizada de cada indivíduo apreender o social, narrá-lo, reconstruí-lo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as atividades realizadas neste estágio básico pelos estagiários de psicologia em parceria com os empreendedores da economia solidária, pôde-se perceber que a economia solidária se configura como uma opção de renda alternativa, em especial para grupos de pessoas que encontram dificuldades na inserção do mercado de trabalho capitalista e competitivo. Muitas vezes os sujeitos não possuem as mesmas oportunidades ou mesmo não se adaptam ao modo capitalista de trabalho. Um destes exemplos são as mulheres, que representam a maioria esmagadora dentre os empreendedores do CEPESI. De acordo com suas biografias, parte disso se deve à falta de escolarização ou maior familiaridade com afazeres domésticos ou trabalhos manuais, já que estes foram ensinados ainda na infância para boa parte destas empreendedoras.

Assim, a economia solidária proporcionou a estas mulheres um espaço de empoderamento, ressignificação das noções de estereótipo de gênero e geração de renda. Além disso, a economia solidária propicia um espaço onde cada uma exercita a autogestão e é dona do próprio negócio, reforçando as noções de empoderamento que estas mulheres têm. Através desta configuração estas mulheres são capazes de repensar e ressignificar as noções de gênero e empoderamento, compreendendo que puderam ir muito além dos limites impostos por ideologias de gênero historicamente arraigadas.

As reflexões acerca do empoderamento, bem como da identificação das colegas como semelhantes entre si, contribuiu para o fortalecimento de vínculos e reconhecimento do caráter de grupo destas empreendedoras. Neste sentido, a contribuição da psicologia foi facilitadora, pois propôs um contato entre os colegas, mediando seus conflitos e principalmente trabalhando através de métodos horizontais e reconhecimento biográfico. Atentar para a importância da comunicação, da mediação de conflitos e das rodas de conversa é imprescindível no trabalho com estes sujeitos, pois possibilita a reconstruir os significados dos elementos cotidianos através de autorreflexão de cada um.

Notou-se diante dos debates que o exercício de atitudes solidárias é fundamental para a lida com os conflitos, de modo a evitar que dissolvam os laços sociais entre os empreendedores. A partir do fortalecimento de vínculos interpessoais, do reconhecimento do outro, das suas necessidades e de seus significados, este exercício torna-se viável. Ainda neste viés foi possível observar que há certa escassez de pesquisas que busquem correlação entre o predomínio de mulheres mais velhas e geralmente excluídas pelo mercado e sua inserção na economia solidária. Apesar de ficarem claras estas características comuns às empreendedoras com quem trabalhamos, outras teorias não evidenciam este dado, o que talvez possa ser investigado futuramente.

Os resultados do trabalho mostram que há uma evidente necessidade de dar continuidade a este assessoramento técnico e que a mudança está surgindo ainda tímida, mas promissora, dentro dos grupos trabalhados. A lógica solidária em amplo sentido, o fortalecimento dos vínculos e o potencial transformador dos conflitos estão aos poucos sendo apropriados por estes sujeitos a fim de estabelecer uma convivência e um ambiente mais saudável no CEPESI.

O projeto de extensão universitária ITCP realiza este acompanhamento técnico com os empreendimentos solidários de Itajaí e Região, mas é necessária a criação de políticas públicas para a garantia deste acompanhamento e efetivação de direitos aos empreendedores. Pois, deve-se garantir não só apenas a inserção, mas a permanência dos empreendedores no grupo, evitando as tão comuns evasões e fortalecendo esta forma de economia. A diminuição da evasão pode representar a diminuição das desigualdades, visto que os empreendedores demonstraram que encontram na Economia Solidária o seu empoderamento, geração de renda, e um novo campo de possibilidades para realização de projetos de vida.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, L. M. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007. Disponível em <<http://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/viewFile/8/2>>. Acesso em: 01 de jul. de 2017.
- BARATIERI, I. L. R.; BEATRIZ, M. Z. Campo de atuação do(a) psicólogo(a) no movimento da Economia Solidária no Brasil. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [s.l.], v. 16, n. 1, p.71-86, 30 jun. 2013. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v16i1p71-86.
- BRASIL. Ministério da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres. **Caderno de Formação** – Brasília: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH, 2016.
- DE OLIVEIRA, A. L. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2013.
- GAIGER, L.I. 2009. Empreendimento Econômico Solidário. In: P. HESPANHA; A.D. CATTANI; L.I. GAIGER, **Dicionário internacional da Outra Economia**. São Paulo, Almedina Brasil, p. 181-187.
- GONÇALVES, C. F. O.; LEITE, T. A. Da Crise ao judiciário ao empoderamento da pessoa humana para a resolução de conflitos: notas sobre a mediação na pós-modernidade. **Acesso à justiça I**, v. 1, p.113-130.



<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/alysson.pdf> >. Acesso em: 28 de junho de 2017.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP UNIVALI. **A Incubadora**. Disponível em: <<https://itcpunivali.wordpress.com/sobre/>> Acesso em: 8 de jul de 2017.

MARRÉ, J. L. . História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, jan./jul. 1991.

MOURA, A. F; LIMA, M. G. A Reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 95-103, 2014. Disponível em: <<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/view/18338>> Acesso em: 23 de junho de 2017.

NEVES, V. F. A. Pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 1, n. 1, São João del-Rei, jun. 2006

DE OLIVEIRA, R. C. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, 1996. V. 39 nº 1.

PAULA, A. P. P. *et al.* A Economia Solidária e a questão do imaginário: em busca de novas perspectivas. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 18, n. 57, p. 327-328, abr.-jun. 2011

RAMOS, A. T. A. **A Organização Feminina Em Empreendimentos Solidários: Uma Alternativa De Inclusão Ao Mercado De Trabalho**. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/alysson.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2017.

ROSALDO, M. Z. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, M. Z. LAMPHIRE, L. (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SALES, L. M. M. Mediar. **Um guia prático para mediadores**. 3.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2010.

SCHNEIDER, D. R.. O Método biográfico em Sartre: contribuições do Existencialismo para a Psicologia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 289-308, 2008.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. Simmel: **Sociologia**. São Paulo: Ática, p. 122-134, 1983.

WUERGES, E. W. *et al.* **Empoderamento e conflitos em experiências de planejamento e ações de desenvolvimento: um estudo de caso no município de Rancho Queimado-SC**. 2005.

## ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE EMPODERAMENTO FEMININO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUELEN FERREIRA MATOSO COUTO<sup>73</sup> | JUCILAINE NEVES SOUSA WIVALDO<sup>74</sup>

### INTRODUÇÃO

De acordo com Friedmann (1996), como objetivo, em sua essência, o processo de empoderamento busca reequilibrar a estrutura de poder na sociedade, entre outros fatores, dando autonomia à sociedade civil para gerir suas próprias escolhas.

Neste sentido, o desafio está em problematizar questões historicamente construídas relacionadas à identidade feminina e a papéis definidos pela sociedade, como o empoderamento e a autonomia das mulheres, como a desigualdade e assimetria da divisão social e sexual do trabalho ainda marcante em nossa sociedade. Dessa forma, as mulheres continuarão ocupando funções pior remuneradas e menos valorizadas, tornando tardio o fortalecimento dessas atrizes responsáveis, muitas vezes, pelo sustento das suas famílias e de suas comunidades.

Segundo a ONU Mulheres (2011), a taxa de desemprego das mulheres é cerca de duas vezes a dos homens, uma diferença que aumenta quando se comparam homens brancos (5,3%) com mulheres afrodescendentes (12,5%). Apenas um quarto das mulheres empregadas está no setor formal. O salário médio para os homens é 30% maior do que o de mulheres. Sendo que um terço das famílias brasileiras é chefiada por mulheres, e metade delas é monoparental (ONU Mulheres, 2011).

É através da conquista e validação de direitos igualitários que a mulher afirma seu papel histórico como sujeito emancipado e capaz de propor processos de emancipação social nas suas comunidades, tanto localmente, quanto globalmente (CARNEIRO E SCHIMANSKI, 2009). Quando falamos em relações de gênero, estamos falando de poder, na medida em que as relações sociais existentes são relações desiguais, assimétricas e injustas que mantêm a mulher e todas as minorias em situação subjugada ao domínio patriarcal (COSTA, 2000).

Segundo Sen (1990), o fracassado enfrenta as desigualdades sociais ajustando seus desejos às suas possibilidades.

“Os fracassados e os oprimidos acabam por perder a coragem de desejar coisas que outros, mais favoravelmente tratados pela sociedade, desejam confiantemente. A ausência de desejo por

<sup>73</sup> Graduada em Medicina Veterinária na Universidade Estácio de Sá; Pós-Graduação em Gestão Ambiental na UFRJ / PNUMA Brasil. Cursos de extensão em Educação em Saúde e Saneamento Ambiental e Educação Ambiental na PUC/RJ; Curso de extensão em Perícia Ambiental. Possui experiência como Gestora Ambiental, atuando como Consultora Ambiental; como Educadora Ambiental atua promovendo Palestras e Ações Educativas junto a Escolas das Redes Municipal, Estadual e Privada. Atuante em dois núcleos de pesquisa, núcleo de pesquisa em Ecologia Holística - SOPHIA, no Instituto Curupira sede Barbacena e Gestão de Áreas Naturais Protegidas - GAP, no Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais campus Barbacena. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão na Universidade Federal de Lavras - MG no departamento de administração e economia. Atua como pesquisadora na linha de desenvolvimento e extensão. Universidade Federal de Lavras (UFLA)

<sup>74</sup> Mestranda em Desenvolvimento Sustentável e Extensão pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pós-Graduação em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis e também em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Experiência na área da construção civil, fiscalização de obras e desenhista. Trabalhou como Educadora em Saúde na Prefeitura Municipal de Lavras.

coisas além dos meios de que uma pessoa dispõe pode refletir não uma valoração deficiente por parte dela, mas apenas uma ausência de esperança, e o medo da inevitável frustração.” (Sen, 1990, pp. 10-11)

Sendo assim, não podemos falar de empoderamento sem pensar nas relações de poder e em autonomia.

“As relações de poder se mantêm porque os vários atores – tanto os dominadores como os dominados – “aceitam” as versões da realidade social que negam a existência de desigualdades, que afirmam ser estas desigualdades resultantes de desgraça pessoal ou da injustiça social. Esta aceitação é construída através dos mecanismos de socialização, da força da ideologia, das crenças religiosas, etc.” (COSTA, 2000, p.3).

Em um mundo com mais de 7,2 bilhões de pessoas, onde as desigualdades de classe, etnia e gênero mostram-se cada vez mais acentuadas, como podemos esperar que as mulheres alcancem a autonomia necessária para decidir seus destinos?

A pobreza desempodera, retirando dos pobres a condição de usufruir substantivamente os direitos de cidadania (FRIEDMANN, 1996). Neste sentido, atinge limitando as possibilidades de melhoria na qualidade de vida e de visão crítica em relação à realidade social e política.

Ao propor políticas públicas de gênero, deve-se, garantir que uma perspectiva emancipatória das desigualdades de gênero estejam presentes juntamente com o contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupondo práticas de cidadania ativa para que a justiça de gênero se concretize, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raças e etnias, entre mulheres e homens (SILVEIRA, 2003, p.17).

Portanto, o fortalecimento feminino diante das questões socioambientais demanda a participação ativa da sociedade civil e o controle de organizações governamentais e não governamentais. Para concluir este ensaio foi necessária a análise de conceitos como desigualdade de gênero, desenvolvimento sustentável, inclusão e participação social, para assim fomentar discussões a acerca do exercício da cidadania das mulheres e a contribuição destas atrizes junto às questões socioambientais e a construção de uma sociedade mais sustentável.

## **1 DESENVOLVIMENTO DA MULHER UM CAMINHO EM DIREÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

As conexões entre os movimentos de mulheres e os movimentos ecológicos estão em pauta no mundo pelo menos desde a década de 1960, período de questionamentos não só em relação aos grandes modelos políticos e econômicos, mas ao conjunto das instituições sociais, ideologias e valores que regulavam os comportamentos dos indivíduos (SILIPRANDI, 2015). Ainda segundo a autora,

“Assim como se denunciavam as relações opressivas entre os países, politizavam-se as relações pessoais, colocando-se em evidência os mecanismos de poder que estavam por trás do racismo, do sexismo e da postura irresponsável da humanidade para com o meio ambiente, por exemplo. Questionava-se, nesse momento, um modelo civilizatório” (SILIPRANDI, 2015, p. 45).

Nesse contexto, considerando o que apresenta Lima (1997), a participação social dos cidadãos como elemento indispensável à construção de uma sociedade sustentável e assim mais igualitária, como garantir a democracia participativa diante de realidades tão desiguais?

Para Schneider *et al.* (2004), o acesso à informação e à formação constitui um aspecto fundamental para a participação no campo social e político. Efetivamente o conhecimento permite interpretar e transformar as informações, assim como ponderar sobre um amplo leque de implicações relativas à tomada de decisão.

Sachs (1993) lembra-nos que o crescimento econômico obtido através da desigualdade social e baseado em uma economia de mercado sem controles exacerba o círculo vicioso do desperdício, da pobreza e da degradação ambiental. “Trata-se de opor excluídos do progresso contra aqueles que são incluídos graças à exclusão” (BUARQUE, 1993).

Em relação à realidade brasileira, o país possui a quinta maior população e a sétima maior economia do mundo. São mais de 206 milhões de habitantes que vivem em sua maioria nas cidades, segundo o Censo de 2010. A maioria dos brasileiros é composta por negros, com 50,74%. Os brancos correspondem a 47,73% dos habitantes, e a população de indígenas atualmente é composta por 1,53% (IBGE, 2011).

Nas últimas décadas, o modelo de crescimento econômico com inclusão social resultou na transformação do Brasil em um país de classe média, mas ainda marcado por desigualdades estruturais de gênero e raça. O país ocupa a 85ª posição em desenvolvimento humano e desigualdade de gênero segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU Mulheres, 2011).

Em algumas regiões, a mulher é o sujeito mais estável da comunidade onde se insere. Isso acontece pelo fato de muitos homens terem que se deslocar para lugares distantes para trabalhar. Com isso, “cabe às mulheres dar suporte na manutenção dos recursos dentro da família e da própria comunidade, através de práticas referentes à alimentação, a conhecimentos medicinais ou mesmo, à reprodução social do grupo” (CARNEIRO; SCHIMANSKI, 2009).

A busca pela igualdade e o enfrentamento das desigualdades de gênero fazem parte da história social brasileira, história está construída em diferentes espaços e lugares com a participação de diferentes mulheres, com maior e menor visibilidade e presença política.

Nesse aspecto, a criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) foi um marco no processo de consolidação e amadurecimento das políticas públicas para as mulheres. Fruto de diálogo permanente entre governo e sociedade civil, esse instrumento reforça o princípio de que em um Estado plenamente democrático a condição da participação social, sobretudo das mulheres, é constitutiva de todas as fases do ciclo das políticas públicas (BRASIL, 2013).

“A autonomia econômica das mulheres depende ainda, em grande parte, do reconhecimento da sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social, na condição de protagonistas nesse processo, de agentes de mudança, capazes de interferir nas decisões sobre as prioridades que deverão orientar as políticas públicas de caráter local, regional ou nacional” (BRASIL, 2013, p. 45).

## 2 PROBLEMATIZANDO CONCEITOS

O conceito de gênero serve como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. Refere-se ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas, como são trazidas para prática social e tornadas parte do processo histórico (LOURO, 1997).

“Pretende-se, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades

precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (LOURO, 1997, p.22).

Considerando natureza e cultura categorias conceituais e relacionais, Ortner (1974), afirma que a distinção entre ambas está no fato de que a cultura se estrutura com base no poder de transcendência sobre as condições naturais para transformá-las segundo os propósitos humanos. “Assim, a cultura não seria apenas distinta da natureza, mas seria superior a ela em sua capacidade de transformá-la e transcendê-la através da simbologia e da tecnologia, construindo assim os processos de socialização e aculturação.” (SILIPRANDI, 2015).

Em seu livro, Ortner retoma questões já apontadas por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*: o fato de que de maneira geral, em todas as sociedades as mulheres encontram-se subordinadas aos homens, e que essa situação está relacionada à distinção mantida, nessas sociedades, entre os atributos da natureza e os da cultura (SILIPRANDI, 2015).

Inserir a perspectiva de gênero no debate relacionado ao meio ambiente e localizá-la no interior de um debate mais amplo dos direitos humanos e da cidadania ecológica é uma contribuição importante que as mulheres, sobretudo a partir da configuração dos movimentos ecofeministas, estão fazendo para se chegar ao almejado desenvolvimento sustentável (CARNEIRO E SCHIMANSKI, 2009).

Segundo, Puleo (2000, p. 181), “para muitas militantes, as causas da crise civilizatória que se instalava teriam que ser buscadas nos pressupostos antropocêntricos e androcêntricos que organizavam as sociedades patriarcais, e somente com a sua superação poderia ser construída uma sociedade igualitária e não destruidora”.

“Uma das primeiras interfaces entre ecologismo e feminismo foi a discussão sobre o aumento populacional e os direitos reprodutivos das mulheres. Entre os ecologistas havia um consenso sobre a necessidade de diminuir as taxas de crescimento da população mundial para se adequar à “capacidade de carga” do planeta, para as ecofeministas a questão era outra: era necessário modificar as premissas do sistema de produção e consumo, ao mesmo tempo que se garantisse o direito de escolha das mulheres com relação à reprodução” (SILIPRANDI, 2015, p. 47).

Em relação ao conceito de empoderamento, tendo uma visão emancipatória, pode-se considerar que empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades reúnem recursos que lhes permitam ter autodeterminação, vontade própria, visibilidade, influência e propriedade para a tomada de decisões e de ações, a fim de determinar seus caminhos e também de realizar a transformação social (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007).

Diante da complexidade do tema, para Costa (2000), o processo de empoderamento da mulher traz à tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e de responsabilidades compartilhadas. Isso vai ao encontro da ideia de desenvolvimento sustentável, que atualmente é um conceito essencial, crucial para o mundo.

Nesse sentido, diante da crise global da modernidade, a autora Carla Freeman (2001) coloca uma questão pertinente no seu ensaio intitulado *Is Local: Global as Feminine: Masculine? Rethinking the Gender of Globalization*. A crise geral da modernidade tem suas raízes na imposição do gênero. Separação e inequidade começam aqui, no mesmo período em que emerge uma cultura simbólica que se torna definitiva, do mesmo modo que a domesticação e a civilização: patriarcal. A hierarquia de gênero não pode mais ser corrigida, nem o sistema de classes ou a globalização. Portanto, sem uma



profunda e radical libertação das mulheres, estaremos consignados ao logro mortal e à mutilação agora disseminada.

Sobre o conceito de desenvolvimento humano, este foi definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. “A abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios para o desenvolvimento e não como seu fim” (PNUD BRASIL, 2010).

Contudo, em uma sociedade onde as oportunidades não são geridas de maneira igualitária e justa para todos, deve-se reconhecer que a autonomia econômica das mulheres depende ainda, em grande parte, do reconhecimento da sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2013).

A Conferência de Estocolmo das Nações Unidas, realizada em 1972, cujo tema foi o ambiente sustentável, destacou os problemas da pobreza e do crescimento da população, “além de elaborar metas ambientais e sociais, cujos resultados acabaram por constituir a Declaração sobre o Ambiente Humano, ou Declaração de Estocolmo, gerando a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA” (UN ENVIRONMENT, 2004). O projeto de desenvolvimento baseado num Desenvolvimento Sustentável ganhou destaque com o resultado do relatório Brundtland em 1987, intitulado “*Our Common Future*”. Este relatório definia o Desenvolvimento Sustentável como “o encontro das necessidades do presente sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras” (CÂNDIDO, 2010).

Porém, ao que tudo indica só veremos alguma mudança prática no mundo quando houver a compreensão de que todos devem ajudar a aprimorá-lo. É necessário mergulhar nessa complexidade. Devemos deixar de lado qualquer ideia sobre a existência de uma resposta única, de uma pílula mágica. Devemos abraçar a complexidade, pois estamos falando sobre um conjunto de relações complexas, interconectadas, de uma economia mundial que hoje se estende por todas as partes do mundo e que conecta todas as pessoas.

O conceito de desenvolvimento sustentável exige de nós uma visão holística do que seria uma sociedade antes de tudo igualitária, o desenvolvimento do país não pode prescindir da contribuição das mulheres, que representam a maioria da população. Mas é preciso que se construa, coletivamente, um novo paradigma de desenvolvimento que incorpore a sustentabilidade da vida humana.

“A questão central é a qualidade da vida que podemos levar. A necessidade de possuir mercadorias para que se alcance um determinado patamar de condições de vida varia grandemente segundo características fisiológicas, sociais e culturais, além de outras igualmente contingentes [...] O valor do padrão de vida repousa na vida, e não na posse de mercadorias, a qual tem relevância derivada e variável” (Sen, 1990, p. 25).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento e a aceitação frente à diversidade e às novas concepções sobre gênero são pontos fundamentais para que a condição de desrespeito e exclusão não exista mais, e assim o fator desigualdade entre os gêneros possa deixar de ser mais um motivo para segregação entre os povos.

Devem ocorrer urgentes mudanças nas concepções sobre a exploração das mulheres e da natureza, bem como, uma reconstrução cultural que nos levaria ao caminho da equidade social, criando uma cultura que promova a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Observa-se que a desigualdade é o problema “ambiental” mais importante do planeta, é também seu maior problema no rumo ao desenvolvimento.

O trabalho exercido pelas mulheres não pode mais permanecer nas sombras. Portanto, é preciso valorizar e multiplicar o trabalho que muitas mulheres realizam no campo e na floresta, como por exemplo, valorizando a sua participação no processo produtivo e destacando suas especificidades, expressas por seus saberes e diferentes práticas.

Outro ponto fundamental é aumentar a visibilidade da participação social das mulheres, fortalecendo suas possibilidades de ampliar a entrada nos espaços de participação e representação, decisão e controle social, socioambiental e das políticas públicas.

Conclui-se que a igualdade de gênero, de raças, etnias, classes, enfim, a inclusão social como um todo, é um aspecto importante em uma sociedade digna e justa. Para um país, isso significa que o bem-estar econômico deve ser amplamente compartilhado entre diferentes grupos étnicos, religiosos ou raciais, enfim, entre todos.

## REFERÊNCIAS

- BUARQUE, C. O pensamento em um mundo terceiro mundo. In: Burszty, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.
- CÂNDIDO, M. C. A. **Dissertação de mestrado em ciência política e relações internacionais**. Especialização Globalização e Ambiente. Desenvolvimento sustentável e pobreza no contexto de globalização: o caso de Moçambique, 2010 p.131.
- CARNEIRO, K. M. SCHIMANSKI, E. **O papel da mulher na relação gênero e meio ambiente**. In: V ENPPEX - Enc. Pesq. e Ext. em Ciências Sociais Aplicadas, 2009, Cascavel. Contribuições da Universidade Diante da Crise: O Papel da Pesquisa e da Extensão, 2009.
- FREEMAN, C. **Is Local:Global as Feminine:Masculine?** Rethinking the Gender of Globalization. Signs 26. 2001.
- COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. NEIM/UFBA, 2000.
- FRIEDMANN, J. **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo**. Celta: Oeiras, 1996.
- HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento**. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. Disponível em [http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo\\_horochovski\\_meirelles.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf). Acesso em 16 mar. 2017.
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. **Indicadores Sociais**, Rio de Janeiro, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2011.
- LIMA, G. F. C. **O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável**. Revista Política & Trabalho, nº 13:201-222, João Pessoa: PPGS/UFPB, 1997.
- LOURO, G. A emergência do gênero. In: \_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Vozes. 1997, p. 14-36.
- ONU Mulheres Brasil. **Entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres**. 2011. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/>>. Acesso em: 17 de mar. de 2017.
- PNUD BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Empoderando vidas**. Fortalecendo nações. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. 2010. Acesso em: 17 de mar. de 2017.
- PULEO, A. H. **Feminismo e ecologia**. Revista Eco 21. Ed. 1997. Disponível em: <<http://www.ambienteemfoco.com.br/?p=3082>>. Acesso em: 12 de mar. de 2017.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVEIRA, M. L. Políticas públicas de gênero: Impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: **Congresso Internacional de Cidades. Seminário Nacional de Coordenadorias da Mulher no Nível Municipal**: o Governo da Cidade do ponto de vista das mulheres. Anhembi, jul. 2003.

SEN, A. K. *Development as capability expansion*. In GRIFFIN, K.; KNIGHT, J. Human development and the international development strategy for the 1990s, London: Macmillan, pp. 41-58, 1990.

SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. [Org]; **Políticas públicas e participação social no brasil rural**. Porto Alegre, RS, Brasil: Editora UFRGS, 2004.

UN ENVIRONMENT- **PNUMA BRASIL**. Disponível em: <<http://web.unep.org/pnuma-no-brasil>>. 2010. Acesso em: 18 de mar. de 2017.

# POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A ERRADICAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO DO GÊNERO: UM OLHAR INCLUSIVO DO PROCESSO EDUCACIONAL PARA A EMANCIPAÇÃO MULHER NO BRASIL

JULIANA FURLANI MUSCO<sup>75</sup> | VALENTINA ALFREDO VELETA<sup>76</sup>

## INTRODUÇÃO

As primeiras sociedades politicamente organizadas já reconheciam a importância da educação voltada para as classes dominantes, com foco na formação dos indivíduos críticos aptos a conquistar, governar e dirigir.

A popularização da educação remonta à Europa. Em retrospectiva histórica, verifica-se a evolução do status da mulher na sociedade ocidental. A Revolução Francesa contribuiu para a reprodução de papéis de homens e mulheres e suas correspondências com esferas públicas e privadas. Coloca em posição o papel dos homens (políticos) e das mulheres (no espaço do lar), mesmo com ideais democráticos e igualitários; a revolução não representou avanço para a condição feminina, negando o direito de voto e participação na vida política. (BOFF; SOUZA; STAHLOFER, 2015)

Com o processo da industrialização, a partir do século XIX, as mulheres foram trabalhar como operárias. Já no século XX, antes da Primeira Guerra Mundial, as mulheres já eram um terço dos trabalhadores do planeta.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho provocou uma ruptura paradigmática, pois os homens e mulheres passam a trabalhar na mesma fábrica utilizando as mesmas máquinas.

A distinção entre homem público e mulher privada aparece materializada nos espaços ocupados por cada um. As mulheres não têm acesso aos locais de poder, aos processos políticos e nem mesmo às bibliotecas, que em sua maior parte não permitem o acesso das mulheres, uma vez que o acesso aos livros conservava algo de sagrado e de masculino, limitando assim a educação da mulher para o seu desenvolvimento pessoal. A ideia consistia em manter as mulheres pouco cultas para permanecerem no lar sem questionamentos. (BOFF; SOUZA; STAHLOFER, 2015)

Com a inserção gradativa da mulher no espaço público ocupando as mais diversas posições, a identidade feminina baseada na ideia de que a mulher está vocacionada para cuidar de casa e dos filhos é minimizada. Junto a isso ocorre o aumento no nível de escolaridade das mulheres, culminando na mudança dos padrões de culturais, invertendo os valores e fazendo-as ascender socialmente.

O trabalho doméstico não remunerado realizado dentro dos lares merece ser debatido, uma vez que é, historicamente, a principal barreira encontrada pelas mulheres no ingresso e na permanência nos bancos escolares que refletirá posteriormente no mercado de trabalho. (OLIVEIRA, 2016)

É muito comum vermos nos bairros e comunidades de baixa renda o cenário onde a adolescente grávida, sem qualquer assistência do pai da criança, cuida de seus irmãos menores para que sua mãe possa trabalhar, sendo este o único sustento de toda a prole. No campo e nas comunidades mais

<sup>75</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica-PPCJ/UNIVALI, Especialista em Direito do Estado pela UNDERP, Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Técnica Judiciária do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. E-mail: juliana\_furlani@yahoo.com.br.

<sup>76</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica-PPCJ/UNIVALI, Coordenadora de Estudos de Superação Técnico-Profissional do Comando Provincial de Maputo-Moçambique, Licenciada em Ciências Policiais pela Academia de Ciências Policiais-ACIPOL em Moçambique, BOLSISTA da CNPq/MCT. E-mail: valentinaaveleta@gmail.com.

afastadas do interior do país o casamento infantil também surge como o principal fator para que as meninas abandonem o colégio.

Outra realidade que também merece ser abordada é o preconceito enfrentado pelas mulheres no acesso aos cursos técnicos profissionalizantes e cursos de graduação considerados “masculinos”. Até hoje a área das tecnologias, engenharias e robótica é um grande obstáculo a ser vencido.

Desde cedo a educação infantil é voltada para que meninas cuidem de suas bonecas e apetrechos que fazem alusão ao trabalho doméstico, enquanto os meninos se dedicam aos carrinhos, robôs, construção de blocos e cidades. Posteriormente na adolescência cria-se uma falsa visão de que meninos devem ater-se a vídeos games, instrumentos musicais, esportes radicais enquanto as jovens dedicam-se a compras de roupas e maquiagens, cuidados com a beleza e reuniões com amigas. Toda essa cultura patriarcal reflete posteriormente nas escolhas dos cursos de graduação (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982).

Além disso, as poucas mulheres que pretendem ingressar nas faculdades de engenharias, tecnologias da informação e robótica enfrentam arduamente o preconceito de seus colegas de turma e professores, e mais tarde a discriminação no mercado de trabalho.

Nos cursos de pós-graduação como mestrado e doutorado a diferença numérica entre homens e mulheres apesar de decrescente ainda é alarmante, principalmente nas universidades e cursos mais prestigiados do Brasil.

Outro fator que merece destaque é a questão da representatividade, quando o ideal em que se espelham meninas e mulheres ao longo da vida é a força motriz para o emponderamento feminino. Pouco se é aprendido nas escolas sobre o legado deixado pelas mulheres na história, nas ciências e na política.

Esta pesquisa pretende abordar os conceitos e definições de políticas públicas voltadas para as mulheres e a sua implementação no Brasil, e visa elucidar como o acesso à educação é a ferramenta vital para a erradicação das discriminações em razão do gênero.

## 1 POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUESTÃO DO GÊNERO NO BRASIL

Embora a origem das Políticas Públicas tenha por escopo a consagração dos direitos de segunda dimensão, as políticas públicas, como instrumento de efetivação de direitos, estão vinculadas à formação do Estado Social com o fim de concretizar os direitos sociais. Com o abandono da postura abstencionista liberal que protegia os direitos individuais de liberdade, o Estado e a sociedade passaram a objetivar não apenas a positivação dos direitos da segunda dimensão como o econômico, social e cultural, mas também necessitou de novos instrumentos a fim viabilizar a consecução dessas normas (BUCCI, 2006. p .2-3 ).

Para BOFF:

As políticas públicas situam-se em campo de intensa relação entre o Direito e a política e tem por fundamentação a lei, e as diretrizes por ela indicadas, decorrentes do princípio da legalidade, e, ao mesmo tempo, dependem do interesse político tanto de persecução dos objetivos legais quanto da forma que serão formuladas. (BOFF, 2015, p.6)

Encontrar um único conceito que defina políticas é tão complicado quanto definir sua origem histórica. Por se tratar de um campo de estudo dinâmico, que se molda e reestrutura ao longo do tempo, seu conceito também é mutável.



Nas palavras de Souza:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p. 23)

Podemos entender que Políticas Públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

Souza, ainda, enfatiza que:

Entender a origem e a ontologia de uma área do conhecimento é importante para melhor compreender seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas. A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA, 2006, p. 21-22)

Já no Brasil, embora já presentes em constituições anteriores, foi com o advento da Constituição de 1988, com a redemocratização do país que as políticas públicas na área da educação e da promoção de igualdade de gênero ganharam força.

Para Vianna e Unbehaum:

A década de 1980 é representativa, na história do Brasil, como o período de abertura democrática do país. O foco das mudanças que permearam o processo de redemocratização da sociedade brasileira foi a garantia dos direitos sociais e individuais e o marco definitivo desse processo, além das eleições diretas para a presidência da República, foi a elaboração da nova Constituição Federal. Esta é sem dúvida a Constituição que melhor refletiu e acolheu os anseios da população, entre eles antigas demandas do movimento de mulheres que, organizado em todo o território nacional, foi um dos líderes da campanha da constituinte, juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. Contudo, na década de 1990, o cenário pautado por demandas e negociações de direitos sociais sofre uma inflexão e cria-se uma contradição entre os objetivos de melhoria das condições de vida da população brasileira – previstos na Constituição de 1988 – e a adoção de reformas políticas de ajuste econômico. (VIANNA & UNBEHAUM, 2004, p. 77)

A qualidade, antes ligada à gestão democrática ou à formação para a cidadania, ao longo dessas décadas passa a ser enfaticamente associada à reforma e modernização dos sistemas administrativos, à implantação de programas de avaliação, à compra de material didático e à capacitação dos professores sem um forte direcionamento de recursos para a recuperação dos salários.

## 2 ANÁLISE INCLUSIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO PROCESSO EDUCACIONAL NO BRASIL

O acesso à educação no Brasil, apesar de obrigatório, ainda encontra uma série de obstáculos a serem vencidos. O direito à educação está constitucionalmente previsto, no artigo 205 da Carta Magna:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 87)

A igualdade de condições de acesso e permanência nos bancos escolares também está constitucionalmente prevista, como um dos princípios norteadores da educação no Brasil. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º, e em consonância com a doutrina da proteção integral, também outorga ao Estado, bem como à família e à sociedade o dever de garantir o acesso à educação:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, 1990, p. 1).

Entretanto a realidade vivenciada por grande parte de brasileiros está muito distante do texto legal. Muitas vezes a família não encontra vaga nos colégios próximos de suas residências, e a situação de falta de vagas em creches é ainda pior. Outros problemas a serem elencados são precariedade do ensino público, marcado por violência dentro dos muros escolares, bem como a falta de políticas públicas eficazes que visem a permanência dos alunos nas instituições.

Nas palavras da professora Montoan:

Nos debates atuais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão do acesso e permanência dos alunos nas suas instituições educacionais. (MONTAAN, 2006, p. 15)

Fazer valer o direito à educação para todos não se limita a cumprir somente o texto legal, mas é preciso que as escolas, junto com o governo e a sociedade civil, resolvam o dilema da educação no Brasil.

Nas palavras de LASSALE (2002, p. 68), a lei apenas escrita é só uma folha de papel se não estiver de acordo com a realidade, e “de nada serve o que se escreve numa folha de papel se não se ajusta à realidade, aos fatores reais e efetivos do poder”. Assim apenas ter o direito à educação constitucionalmente garantido não é suficiente para modificar a realidade fática brasileira. É necessário que o governo promova políticas públicas que deem efetividade tanto ao acesso quanto à permanência dos alunos nas escolas.

O Ministério da Educação, por meio da Lei de Diretrizes e Bases de dezembro de 1996, oriunda das transformações históricas na definição das políticas educacionais – que, por sua vez, refletem as redefinições do papel do Estado – trouxe um novo arcabouço legislativo sobre o assunto. A atual LDB (Lei nº 9.394/1996), que começou a ser debatida após a Constituição de 1988, oito anos mais tarde revogou todos os textos legais que versavam sobre educação até então em vigor e traz em seu corpo, no art. 3º, em conformidade com a Carta Magna, os princípios da educação no país:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

(BRASIL, 1996, p.1)

Além das que foram criadas pelo Estado, por força de leis e decretos, atualmente podemos encontrar junto às Organizações não governamentais uma série de projetos que visem o empoderamento feminino através da educação. Podemos citar a ONG Rede Mulher<sup>77</sup>, que visa a inclusão da mulher no mundo digital, capacitando mulheres para o uso da informática em projetos comunitários. Outro trabalho importante é o feito pela ONG Geledés ([www.geledes.com.br](http://www.geledes.com.br)), que trata da inserção e do contato da mulher negra com a tecnologia.

O portal do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, disponível em [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br), oferece normas jurídicas, lista mulheres no poder nos cargos executivos, legislativos e judiciário e inclui um grande guia dos direitos da mulher em várias instâncias.

Dentro do campus universitário, e até nos grêmios estudantis de ensino médio, podemos encontrar diversos coletivos feministas que lutam pela garantia do justo acesso e permanência das mulheres em todos os setores da educação. Há projetos que incentivam a estudante grávida e lactante a não abandonar os bancos escolares, que possuem grande importância no sentido de que a gravidez não seja a causa do abandono escolar.

### 3 EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO BRASIL

Ao longo da história, as sociedades têm reservado às mulheres papéis de menor importância, cuja justificativa apresentada apoia-se como pertencente ao "sexo frágil", caracterizado por docilidade, meiguice, em alguns casos "retardamento mental". (MOREIRA, 2015, p.89)

Moreira sustenta ainda que "a análise inclusiva da construção da identidade feminina é decisiva para se entender como é possível a humanidade ter avançado em tantas áreas mantendo a mulher em condições de subserviência e de inferioridade. É lógico que se deve levar em conta as diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas não se pode negar que a questão maior está relacionada a um jogo de poder de dominação masculina.

<sup>77</sup> Fundada por Moema Moema Viezer em 1980, a Rede Mulher na Educação tornou-se referência para grupos interessados em participar de projetos para a inclusão da mulher no mundo digital. O portal [www.redemulher.org.br](http://www.redemulher.org.br) reúne informações, permite participar de fóruns on-line e conta com projetos para capacitação de mulheres para uso da informática em projetos comunitários.

Para as mulheres de classes menos favorecidas e com baixo nível de instrução, as possibilidades de trabalho se limitam à prestação de serviço, quase sempre como empregadas domésticas, ou no campo, onde tem sido intensa a proletarização do trabalhador.

A chamada discriminação múltipla ou interseccionalidade de discriminações ocorre quando tratamos de minorias discriminadas por mais de um fator, como exemplo a mulher negra ou a mulher indígena. Nesse quadro a educação é mais do que um direito, pois torna-se o único meio pelo qual a mulher conseguirá obter algum tipo de ascensão social (ALAMBERT, 1986).

Somente a criação de novas políticas públicas, além da efetivação daquelas já existentes, voltadas ao acesso, formação e a permanência contínua da mulher nos ensinos fundamental e médio, nos cursos profissionalizantes e nas universidades podem garantir a equidade de oportunidades e minimizar o grande abismo social ainda presenciado.

## CONCLUSÃO

Ficou claro que toda formação de ensino precisa ser remodelada a fim de que possa contribuir para a erradicação de quaisquer formas de discriminação enfrentadas pelas mulheres, e é por meio do sistema educacional que poderemos moldar todo o pensamento de uma nova geração e desconstruir ideias e estereótipos arraizados em nossa cultura.

Apesar da Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º, e em consonância com a doutrina da proteção integral, também outorga ao Estado, bem como à família e à sociedade o dever de garantir o acesso à educação. Entretanto a realidade vivenciada por grande parte de brasileiros está muito distante do texto legal. Muitas vezes a família não encontra vaga nos colégios próximos de suas residências, e a situação de falta de vagas é ainda muito pior. Outros problemas associados a esta realidade envolvem a precariedade do ensino público, marcado pela violência dentro dos muros escolares, bem como a falta de políticas públicas eficazes que visem a permanência dos alunos nas instituições.

É importante destacar a necessidade de mudança no atual paradigma patriarcal, heteronormativo e oligárquico. Não se pode mais tolerar que mais da metade da população – que é formada por mulheres - até hoje seja subjugada, discriminada e impedida de exercer plenamente sua cidadania.

Por último, importa reiterar a criação de novas políticas públicas, além da efetivação daquelas já existentes voltadas ao acesso, formação e à permanência contínua da mulher nos ensinos fundamental e médio, nos cursos profissionalizantes e nas universidades, o que pode garantir a equidade de oportunidades e minimizar o grande abismo social ainda presenciado.

## REFERÊNCIAS

- ABC dos Direitos das Mulheres Trabalhadoras e Igualdade de Gênero. Genebra. **Organização Internacional do Trabalho** – OIT, 2007.
- ALAMBERT, Z. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.
- AYMNARD, A.; AUBOYER, J.. **História geral das civilizações: o Oriente e a Grécia**. São Paulo: Difusão Europeia, 1965.
- BARROS, A. M. **A mulher e o direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1995.
- BOFF, O. S.; SOUZA, A. L.; STAHLHOFER, S. I. **Avaliação das Políticas Públicas Brasileiras de Persecução ao Cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 1ª Edição São Paulo 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRUSCHINI, M. C. A.; ROSEMBERG, Fúlvia. **Trabalhadoras do Brasil**. Brasília: Brasiliense, 1982. p. 9.

BUCCI, M. P. D. O conceito de Políticas Públicas em Direito. In: BUCCI, M. P. D. (Orgs). **Políticas Públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

CALEGARI, C.; SA NETO, C. E.; OLIVEIRA, O. M. B. A. (Orgs). **Direitos fundamentais e globalização**. Passo Fundo: Editora Deviant, 2016.

\_\_\_\_\_. **Mulheres e trabalho**: desigualdades e discriminações em razão de gênero - o resgate do princípio da fraternidade como expressão da dignidade humana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

CARVALHO, M. P.; PINTO, R. P. **Mulheres e desigualdades de gênero**. São Paulo: Contexto, 2008.

COMITÊ **para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/instancias-regionais/o-comite-cedaw-2013-comite-para-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-a-mulher>>. Acesso em 10 jul. 2016.

CONVENÇÃO **sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139389por.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

HAHNR, J. E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Disponível em: <[http://www.ibge.com.br/estadosat/temas.php?sigla=rn&tema=sinopse\\_censodemog2010](http://www.ibge.com.br/estadosat/temas.php?sigla=rn&tema=sinopse_censodemog2010)>. Acesso em: 28 jun. 2016.

LASSALE, F. **O que é uma Constituição**; trad. Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Ed. Líder, 2002.

MONTOAN, M. T. **Igualdade e diferenças na escola**: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, Valéria Amorin (Org.). **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

SILVA, F. **Políticas públicas no Brasil**. Disponível em <<https://pt.slideshare.net/feraps/politcas-pblicas-no-brasil>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 10 jul 2017.

VIANNA, C. P. V.; UNBEHAUM, S. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil**: 1988-2002. Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121>>. Acesso em: 10 jul. 2017.



## POLÍTICAS PÚBLICAS: GÊNERO E VIOLÊNCIA COM ENFOQUE NA OBSTETRÍCIA

DAIANE DOS SANTOS<sup>78</sup> | DANIELA A. MACHADO<sup>78</sup> | DANIELA CRISTINA RÁTICO DE QUADROS<sup>79</sup>  
LARISSA XAVIER<sup>78</sup> | ISADORA LOPES<sup>78</sup> | RAYHANY K SOUSA<sup>78</sup>

### INTRODUÇÃO

Compreende-se pelo termo *políticas públicas* um agrupamento de ações, programas e práticas executadas pelo Estado em diversos âmbitos, com objetivo de garantir igualdade jurídica, cidadania e democracia a toda população. Essas políticas devem ser planejadas e executadas de forma emancipada de princípios religiosos, visando assegurar os direitos segundo a Constituição Federal, de forma integral e igualitária para todas as pessoas (ROCHA, 2017). Para tanto, se faz necessário transparência da administração pública e da justiça social com o intuito de que haja o reconhecimento de redistribuição de capital gerado pela sociedade tentando assim, superar a desigualdade social. Dessa forma, se faz necessária a participação social de modo avaliativo garantindo o controle das políticas (ROCHA, 2017).

Políticas públicas se constituem maneiras de regulação ou de intervenção do Estado, através de um conjunto de ações ou omissões, na mediação de interesses e do poder de diferentes sujeitos, o que implica vontade política no sentido de distribuir ou não o poder e de estender os benefícios sociais. Trata-se de um processo social, histórico, inacabado, contraditório e complexo. Tal processo é composto de etapas, interdependentes e articuladas, distinguidas mais para efeito de compreensão e análise: transformação do problema em questão, formulação da agenda, formulação de alternativas de políticas, adoção da política, implementação (execução) e avaliação da política. (SILVA, 2008 *apud* ROCHA, 2017, p. 317)

Quando salientamos que a superação das desigualdades sociais é objetivo das políticas públicas, os movimentos contra a violência obstétrica no Brasil ganham ênfase, uma vez que vem aumentando significativamente as pesquisas sobre a violência no parto e as formas de combatê-la (TESSER; SENNA, 2016).

Cabe ressaltar que atualmente a mulher ainda enfrenta uma luta no seu cotidiano em busca de seus direitos, sendo na amplitude de raça/etnia e classe, podendo estar sujeita a abusos como discriminação, exploração, exclusão, relações de poder e opressão, entre outros tipos de violência que agridem a integridade da mulher.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como “Convenção de Belém do Pará”, ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995, destaca o direito de toda mulher a uma vida livre de violência, que compreende “o direito a ser livre de todas as formas de discriminação e o direito de ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação”. (LISBOA, 2014, p. 43)

Dentre todas as formas de violências contra a mulher, o artigo irá discorrer sobre a violência obstétrica, pois compreendemos que a gestação é um momento único e vulnerável à mulher, sendo um momento de medo, angústia e dor. A gestação muitas vezes não é vista de uma maneira digna

<sup>78</sup> Discente do 4º período do Curso de Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

<sup>79</sup> Docente do Curso de Enfermagem Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

e respeitosa pelos próprios profissionais de saúde, sendo necessária a mudança da conduta dos mesmos, a fim de que a paciente não sofra violência. (MENEZES; DIAS, 2012)

A violência obstétrica existe e se caracteriza pela apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais da saúde, através do tratamento desumanizado, abuso de medicalização e uso de processos artificiais, causando a perda da autonomia e da capacidade de decidir livremente sobre seu corpo e sua sexualidade e, impactando negativamente a qualidade de vida das mulheres. (OMS, 2014 *apud* SILVA, 2017, p. 179)

O Brasil é o país líder mundial em número de cesarianas por ano, possuindo uma alta taxa desde a década de 80. Atualmente essa taxa representa 52%, onde o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) recomenda as cesarianas apenas em casos de risco para a mãe e/ou bebê, enquanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda 15%; o exceder dessa recomendação indica uso abusivo desse processo. Do total de cesarianas, 46% foram realizadas na rede pública e 88% na rede privada (SILVA, 2016; PULHEZ, 2013).

Segundo Pereira, *et al.* (2016, p. 3) alguns estudos indicam que a maior parte das mulheres que usufruem da cesariana relatam não ter autonomia de decisão, sendo que muitas vezes, sua opção seria o parto normal. Já o procedimento de episiotomia é recomendado em uma taxa de 10% pela OMS, porém a pesquisa “Nascer no Brasil” indica que o procedimento é realizado em 53,5% dos partos via vaginal. Na primeira gestação, a taxa chega a 74% (PULHEZ, 2013).

Conforme dados do Ministério da Saúde, foi identificado que no SUS 12,7% de mulheres relatam maus-tratos no setor público tais como: atendimentos inadequados, falta de empatia e até violência verbal e física (PEREIRA, *et al.* 2016).

Segundo os dados divulgados a pesquisa do IPEA, realizada entre 2009 e 2011 o Brasil registrou 16,9 mil casos de mortes de mulheres por conflito de gênero, o que representa uma taxa de 5,8 casos para cada grupo de 100 mil. Um dos aspectos deste cenário de violência que está ganhando visibilidade nos últimos anos é a violência obstétrica. (BARBOZA; MOTA, 2016, p. 120)

Devido à relevância destes dados epidemiológicos, algumas leis ainda estão em projeto e outras já implemandas para que se possam atenuar os índices de violência obstétrica. A Lei nº 11.108 de 7 de abril de 2005, conhecida como a Lei do Acompanhante, garante à parturiente a presença de um acompanhante familiar de sua escolha durante o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, tanto no SUS quanto no serviço privado. Da mesma forma, a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 garante este direito no sistema público. Entretanto, a pesquisa Nascer no Brasil, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca relata que menos de 20% usufruem desse direito, tendo destaque para mulheres com melhor desenvolvimento socioeconômico, de raça branca e que realizaram cesarianas no sistema privado.

Segundo Veloso e Cerra (2016) no Brasil não há nenhuma lei que possa especificar o problema de violência obstétrica. Contudo, há leis que podem assegurar à mulher, como a qualquer cidadão, direitos morais, físicos, psíquicos, igualdade, legalidade, entre outros. Aqui é importante destacar o projeto de Lei nº 7.633/2014, que determina a humanização na assistência à mulher e ao recém-nascido no período pós-parto.

Já no âmbito estadual, especificamente no Estado de Santa Catarina, o projeto de Lei nº 0482.9/2013, sancionado no dia 17 de janeiro de 2017 como Lei nº 17.097, prevê a implantação de medidas informativas e proteção que assegurem a não realização de atos praticados por médicos e outros profissionais de saúde, ou familiares que ofendam verbal ou fisicamente as gestantes,

parturientes ou mulher em recuperação pós-parto. Todavia, a lei tem a finalidade de erradicação da violência obstétrica (VELOSO; CERRA, 2016; SANTA CATARINA, 2017).

A partir desses dados epidemiológicos, é relevante abordar esse tema, devido à sua alta incidência e à falta de conhecimento sobre o assunto, enfatiza a vulnerabilidade das mulheres e seus familiares.

## 1 METODOLOGIA

Trata-se de estudo de revisão bibliográfica sobre o tema Políticas Públicas em Saúde com enfoque na Violência Obstétrica. O objeto de estudo deste trabalho foi a produção científica sobre o tema, existente em artigos pesquisados em algumas bases de dados como: Bireme, Google Acadêmico, Lilacs e Scielo.

Com a finalidade de buscar o material, as bases de dados foram acessadas com os descritores: violência obstétrica, políticas públicas, legislação, enfermagem, humanização e cuidados.

Dos resultados obtidos pelas fontes de pesquisa a partir da leitura de títulos e resumos, foram selecionados 14 artigos do Google Acadêmico, LILACS, BIREME, SCIELO, 1 Revista de Enfermagem Online e 2 publicações legislativas.

O período dos artigos selecionados para estudo foram de 2012 a 2017, todos da língua portuguesa e no Brasil, nas bases de dados citadas acima. Os critérios para escolha dos artigos foram: o ano da publicação, local, objetivo, em geral e os artigos que melhor se apropriaram do assunto Violência Obstétrica.

## 2 OBJETIVO GERAL

Ampliar a compreensão sobre as políticas públicas de saúde voltadas à violência obstétrica.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como compreendemos, a hora do parto é um momento de muita fragilidade para a própria mulher, pois em sua cabeça ela se questiona de diversas maneiras. Preocupa-se se irá ocorrer algo com ela ou com o seu bebê, por exemplo. E é neste momento que os profissionais de saúde devem ter um cuidado, acima de tudo humanizado, de modo que se respeite os direitos da parturiente oferecendo benefícios à mesma e ao bebê. (SILVA, *et al.*, 2015)

O artigo salienta o quanto é importante o papel dos profissionais de enfermagem no cuidado, no trabalho do parto e no parto propriamente dito, através da relação profissional e paciente. Podemos caracterizar também a humanização da assistência a essas parturientes, visando um cuidado integral ao bebê e à mãe. Destaca-se aqui também o respeito que se deve ter no uso das técnicas, não incorrendo em abusos. Infelizmente a prática não é essa, pois a violência obstétrica ainda acontece de modo colossal, uma vez que a mesma é silenciosa. (SILVA, *et al.* 2015)

Segundo Juarez, *et al.* *apud* Andrade e Aggio (2014, p. 1) violência obstétrica é a invasão do corpo e dos procedimentos reprodutivos das mulheres por profissionais de saúde, evidenciando um tratamento desumano, excesso de medicamentos, incorrendo em perda de liberdade para decidir livremente sobre o corpo, abalando a qualidade de vida das mulheres.

A violência obstétrica pode se suceder antes do parto, durante ou após. Pode ter início muitas vezes no pré-natal, onde ocorre o exame de toque na parturiente sem que haja a necessidade do mesmo. Outro ponto de muita importância a se abordar é momento do parto, em que ocorrem diversos maus-tratos como injúria física, cuidado indigno, afronta verbal, condições de intercessão não

consentidas, abandono, negligência ou renegação da assistência. Ao invés de aliviar a dor e acolher esta paciente, os profissionais de saúde causam ainda mais desconforto. (ANDRADE; AGGIO, 2014)

Na violência obstétrica as mulheres muitas vezes sofrem agressões psicológicas, físicas ou verbais. Na esfera hospitalar, essas mulheres são cruelmente desrespeitadas, principalmente quando ocorre também a falta de informação sobre o que está acontecendo com ela e com o bebê; dessa forma se destaca o quanto essas mulheres sofrem com o descaso (BARBOZA; MOTA, 2016).

Existem ainda situações que retiram o bem-estar da parturiente, e algumas destas manobras usadas são: induzir à tricotomia dos pelos pubianos; a realização do exame de toque vaginal por vários profissionais diferentes; efetuar a manobra de Kristeller (pressão exercida na parte superior do útero); proibir a paciente de se colocar em uma posição que ela deseje durante o parto; administração de ocitocina sem necessidade para apressar o trabalho de parto; executar a episiotomia sem a notificação da paciente. Após o nascimento, toda mãe quer ter informações de como está o seu bebê, e muitas vezes nesse momento os profissionais de saúde se omitem a dar notícias, o que incorre em violência pós-parto (PEREIRA, *et al.*, 2016).

A ação da enfermeira obstetra na assistência ao parto é de extrema importância no sentido de reprimir intervenções desnecessárias, proporcionando assim um cuidado integral à mulher e sua família. (SILVA, *et al.*, 2016)

Dentre os cuidados disponibilizados para auxiliar a gestante no momento do parto são: a presença do acompanhante, massagem lombo-sacra, deambulação, banho morno, técnicas de respiração, bola de parto, mudança de decúbito, hidromassagem e cadeira de parto. Vale ressaltar que a musicoterapia pode ser utilizada antes mesmo do parto como forma de relaxar e até mesmo distrair a parturiente de sua dor. Salientamos também que a interação entre a equipe multiprofissional com a parturiente e sua família auxilia no processo da redução da dor, desconforto e ansiedade. Esses procedimentos irão refletir no processo de humanização, pois uma vez que um profissional é qualificado e consciente, o acolhimento a esta paciente e sua família será registrado como uma experiência competente e humana. (FRIGO, *et al.*, 2013)

Todo cuidado e intervenções de enfermagem com cada paciente na sua hora do parto é diferenciado, pois cada parturiente é um indivíduo diferente e terá uma reação emocional diferente, ou até mesmo possuirá outra cultura que deve ser respeitada em sua individualidade, salientando também a importância e a diferença que faz ter um acompanhante para a parturiente na hora do parto. (FRIGO, *et al.*, 2013)

Diante de todo esse cenário, existem Políticas Públicas que vem ao encontro dessa realidade, na tentativa de assegurar a essas gestantes ações e serviços que prestem um atendimento humanizado e também, visem garantir maior autonomia sobre o corpo. Existe a Política Nacional de Humanização (PNH), realizada pelo Ministério da Saúde (MS), que sugere a autonomia e o protagonismo entre gestores, profissionais e usuários através de campanhas e programas, buscando praticar efetivamente os princípios do SUS no cotidiano dos serviços de saúde. (REDE PARTO DO PRÍNCÍPIO, 2012)

Através da pesquisa de MENEZES e DIAS, algumas condutas são recomendadas diante do parto:

Entre as ações propostas pela PNH está o acolhimento com classificação de risco, o colegiado gestor, a visita aberta e direito a acompanhante, a equipe multidisciplinar de referência, projetos congeridos de ambiência e Programa de Formação em Saúde e Trabalho (PFST). (MENEZES; DIAS, 2012, p. 27)

A Campanha pela Abolição da Episiotomia de Rotina ocorre desde 2003 e visa informar as pessoas através da mídia sobre o procedimento, além de focar na mudança da elaboração dos recursos

humanos. Essa campanha abrange também um aglomerado de mudanças que possam contribuir para a integridade genital e que o parto seja lembrado como uma experiência agradável.

Compreender a assistência ao parto como uma questão de direitos humanos é considerar a amplitude de possibilidades e subjetividades diante do que pode ser compreendido como dignidade. É necessário seguir as recomendações da OMS e das Políticas Nacionais de Humanização, assim como é imprescindível também verificar as particularidades, preferências e contexto de cada pessoa atendida. Tal verificação só é possível com diálogo assertivo, investigador, explicativo e focado no bem-estar da paciente. (AMORIM, M. C., 2015, p. 79)

## CONSIDERAÇÃO FINAIS

Realizado o estudo, com a intenção de produzir este artigo para divulgação, exploração e conscientização das mulheres e seus familiares na amplitude do assunto, pode-se destacar a relevância das informações sobre o conteúdo para as parturientes e familiares, pelo fato de este ainda ser um assunto não muito discutido desconhecido. Os direitos de cada mulher são deixados de lado por crenças consideradas normais, e não há embasamento para questionar o porquê aquele procedimento que está sendo realizado. Muitas vezes as mulheres sofrem com a violência obstétrica e reconhecem a mesma, porém omitem a sua própria informação por medo e represália em relação aos profissionais.

Podemos enfatizar a importância do cuidado em todo o período gestacional, do pré-natal ao pós-parto, pois em tempos atuais a cesária é cada vez mais indicada e realizada no setor privado, utilizando a manipulação psicológica e emocional, com intenção capitalista promovendo a industrialização de partos.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. C. **Experiências de parto e violação aos direitos humanos**: um estudo sobre relatos de violência na assistência obstétrica. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4943?mode=full#preview-link0>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- ANDRADE, B. P.; AGGIO, C. M. **Violência obstétrica**: a dor que cala. 2014. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3\\_Briena Padilha Andrade.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Briena Padilha Andrade.pdf)>. Acesso em: 01 mai. 2017.
- BARBOZA, L. P.; MOTA, A. Violência obstétrica: vivências de sofrimento entre gestantes do Brasil. **Revista Psicologia: Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 5, n. 1, p.1-11, 28 mar. 2016. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/847/598>>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº 7.633/2014**. Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências. Brasília, Congresso Nacional, 2014. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1257785&filename=PL+7633/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1257785&filename=PL+7633/2014)>. Acesso em: 24 abr. 2017.
- FRIGO, J. *et al.* **A enfermagem e o cuidado humanístico na parturição**. 2013. Disponível em: <[http://www.mastereditora.com.br/periodico/20130725\\_222014.pdf](http://www.mastereditora.com.br/periodico/20130725_222014.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2016.
- LISBOA, T. K. **Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social**. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6543/5839>>. Acesso em: 06 mai. 2017.
- MENEZES, M. G. B.; DIAS, D. F. S. **A humanização do cuidado no pré-parto e parto**. 2012. Disponível em: <<http://fapam.web797.kinghost.net/periodicos/index.php/synthesis/article/view/49/45>>. Acesso em: 01 mai. 2017.
- NOGUEIRA, B. C.; SEVERI, F. C. **Violência obstétrica e acesso das mulheres à justiça**: análise das decisões proferidas pelos tribunais de justiça da região sudeste. 2016. Disponível em: <[http://www.panoptica.org/seer/index.php/op/article/view/400/pdf\\_29](http://www.panoptica.org/seer/index.php/op/article/view/400/pdf_29)>. Acesso em: 05 mai. 2017.



- PEREIRA, J. S. *et al.* **Violência obstétrica: Ofensa à dignidade humana.** 2016. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/6646/1/ARTIGO\\_ViolênciaObstétricaOfensa.pdf](http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/6646/1/ARTIGO_ViolênciaObstétricaOfensa.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2016.
- REDE PARTO DO PRINCÍPIO (Brasil). Mulheres em Rede Pela Maternidade Ativa. **Violência obstétrica: "parirás com dor".** 2012. Disponível em: <[https://www.senado.gov.br/comissoes/docaumentos/SSCEPI/DOC\\_VCM\\_367.pdf](https://www.senado.gov.br/comissoes/docaumentos/SSCEPI/DOC_VCM_367.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- ROCHA, L. M. L. N. **Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação.** 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/598>> Acesso em: 20 abr. 2017.
- SANTA CATARINA. **Lei nº 17.097**, de janeiro de 2017. Dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Assembleia Legislativa, 2017. Disponível em: <200.192.66.20/ALESC/DOCS/2017/17097\_2017\_Lei.docx>. Acesso em: 24 abr. 2017.
- SENA, L. M.; TESSER, C. D. **Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências.** 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v21n60/1807-5762-icse-1807-576220150896.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- SILVA, T. S. *et al.* **A extensão universitária e a prevenção da violência obstétrica.** 2017. Disponível em: <[http://ojs.unesp.br/index.php/revista\\_proex/article/view/1589/1360](http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1589/1360)>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- SILVA, U. *et al.* **O Cuidado de enfermagem vivenciado por mulheres durante o parto na perspectiva da humanização.** 2016. Disponível em: <[http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/9267/pdf\\_10047](http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/9267/pdf_10047)>. Acesso em: 01 mai. 2016.
- SILVA, A. A. *et al.* **Violência obstétrica: perspectiva da enfermagem.** 2015. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.br/index.php/rcs/article/view/2686/1318>>. Acesso em: 21 abr. 2015.
- VELOSO, R. C.; SERRA, M. S. M. **Reflexos da responsabilidade civil e penal nos casos de violência obstétrica.** 2016. Disponível em: <[indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/download/1048/1043](http://indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/download/1048/1043)>. Acesso em: 25 abr. 2017

# CARACTERÍSTICAS DO AGRESSOR QUE COMETE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER

ÁKYSA RIBEIRO<sup>80</sup> | CAMILA LU<sup>80</sup> | DAMARES DA VEIGA<sup>80</sup> | KÁTIA BATISTA<sup>80</sup>  
PALOMA DUARTE<sup>80</sup> | ROBERTA BORGHETTI ALVES<sup>81</sup>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a violência doméstica se destaca pelo número de ocorrências. Em uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo no ano de 2010 com 2.365 mulheres, se identificou que uma em cada cinco mulheres foram agredidas de alguma forma e o principal agressor, numa variação 50% a 70% foi o próprio cônjuge (MADUREIRA, *et al.* 2014). O Brasil é o sétimo país com maior índice de homicídio no mundo. Os registros de óbitos mostram que foram assassinadas 43,5 mil mulheres na última década. A cada sete feminicídios, quatro são praticados por pessoas que tiveram ou tinham relações íntimas de afeto com a mulher (Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, 2016).

Apesar da possibilidade de denúncia algumas mulheres vítimas de violência optam por continuar com seus parceiros, muitas delas por dependência financeira, outras pela esperança de mudança da condição do agressor.

A Lei nº 11.340, conhecida como *Maria da Penha*, criada em 2006 foi regulamentada a partir das práticas contra a mulher ou casos de violência doméstica. A lei pune qualquer ação, omissão ou conduta que cause danos físicos, sexuais ou psicológicos a ela. Estes atos são entendidos como violência doméstica à medida que são praticados dentro de casa e geralmente por um membro da família, como também entre parceiros em relações conjugais.

No que se refere ao homem, a Lei Maria da Penha estabelece que o poder público deve promover ações de educação e reabilitação, o que hoje ainda é desafiador, principalmente tendo em vista que há poucas pesquisas brasileiras e essas não consideram o homem agressor na sua subjetividade, com necessidades de saúde e cuidado.

Nos últimos anos se discutem os fatores de risco para a ocorrência de violência conjugal do homem contra a mulher, entre os quais se destacam: a violência em relacionamentos anteriores, isolamento, alcoolismo, baixa autoestima e escolaridade, sentimento de posse, ciúme, baixa capacidade de negociação do casal quanto aos aspectos conflitivos da relação, machismo e pré-disposição em relação aos papéis de gênero impostos pela sociedade, condições precárias socioeconômicas e cultura familiar.

Segundo Rose (1998, *apud* MEDRADO; MÉLLO, 2008), a importância de compreender o homem agressor e sua parte nas relações conjugais contribui para o desenvolvimento de propostas para o enfrentamento da Violência Doméstica/Conjugal e construção de possibilidades de intervenção tanto com o agressor quanto com a vítima a fim de romper o ciclo da violência. Nesse sentido, frente à

<sup>80</sup> Graduação em Psicologia em andamento pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

<sup>81</sup> Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membro da Comissão Nacional de Psicologia nas Emergências e Desastres do Conselho Federal de Psicologia. Formou-se em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí. No decorrer da sua trajetória acadêmica participou como bolsista do Projeto de Extensão Univali Mulher. Além disso, foi bolsista do PET Saude ( Programa de Educação para o trabalho em Saúde). Em 2011 participou da Operação Especial pelo Projeto Rondon no Rio Paraguai, atuando com educação ambiental, saúde e desenvolvimento sustentável com comunidades ribeirinhas.

necessidade de voltar-se às produções científicas, também para o agressor buscou-se revisar o estado da arte sobre a temática. Foram utilizados como descritores “Homens”, “Violência contra a mulher”, “Violência doméstica”, “Violência de gênero”, “Violência conjugal”. Durante o mês de março de 2016 foram realizadas pesquisas nas plataformas BVS-PSI, Pepsic e Scielo, artigos científicos de cunho qualitativo. A busca foi por artigos empíricos disponíveis nos últimos oito anos (2003-2014) e como resultado foram encontrados 15 artigos. Diante do foi supracitado, este estudo tem por objetivo descrever as características do agressor que comete violência doméstica contra mulher.

## 1 METODOLOGIA

### 1.1 DELINEAMENTO

Este é um estudo exploratório descritivo, pois visou explorar as características de agressores que cometem violência doméstica contra mulher e descrevê-las. As características foram analisadas de modo indireto por meio de pesquisa documental.

Esse estudo possui uma abordagem quantitativa. Parte-se do pressuposto de que as propriedades das características dos agressores poderão ser representadas por meio de símbolos matemáticos (PASQUALI, 2013).

### 1.2 DOCUMENTOS

Foram levantados dados em fontes de primeira mão através de 30 inquéritos registrados em 2015, voltados para o depoimento do agressor, obtidos em uma Delegacia da Mulher localizada no Vale do Itajaí. Como critérios de inclusão nos documentos, foi definido: que o agressor precisava ser do sexo masculino, com idade entre 18 e 45 anos, e ter cometido violência conjugal (sexual, física e/ou psicológica). Os documentos averiguados abarcaram informações quanto às características da vítima, do agressor e das testemunhas. As informações foram selecionadas manualmente, analisadas e argumentadas com base nos artigos escolhidos como referencial.

Para esse estudo se buscou identificar as seguintes características: a) grau de escolaridade; b) uso de substâncias lícitas e ilícitas; c) situação empregatícia; d) filhos; e) registro anterior na polícia; f) idade.

### 1.3 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS

Para a realização do presente estudo, buscaram-se previamente informações no fórum da cidade e no escritório modelo de advocacia (EMA) de prática jurídica à disposição dos acadêmicos de Direito de uma Universidade pertencente ao Vale do Itajaí. A partir disso, foi entregue uma Carta de Apresentação que continha os dados da pesquisa na Delegacia da Mulher, pretendendo o acesso aos inquéritos disponíveis. Foram verificados apenas os inquéritos que atendem os critérios de inclusão, para melhor ênfase de acordo com o objetivo do trabalho.

## 2 ANÁLISE DOS DADOS

Para análise dos resultados foram aplicados procedimentos de estatística descritiva e não paramétrica (DANCEY; REIDY, 2006).

## 2.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para melhor compreensão, os dados foram analisados por categorias de forma individual. Através dos dados apresentados verificou-se que 50% dos agressores não estavam sob influência de substâncias no momento da agressão. Por outro lado, constatou-se que 36,7% (11 homens) estavam sob efeito do uso exclusivo de álcool e apenas dois deles haviam utilizado drogas e bebidas no dia em que agrediram suas parceiras. Restando somente dois participantes, sendo que um teria feito uso de droga, e outro não constava no inquérito pesquisado. O uso do álcool tem aumentado a incidência de violência doméstica, ficando evidente que o álcool é a droga que mais afeta o meio familiar neste contexto, dando margem para inúmeros episódios de agressão intrafamiliar. Ainda que não esteja nos dados abaixo, alguns agressores fazem uso diário de drogas ilícitas, apresentando eventos de agressividade na vida cotidiana da família.

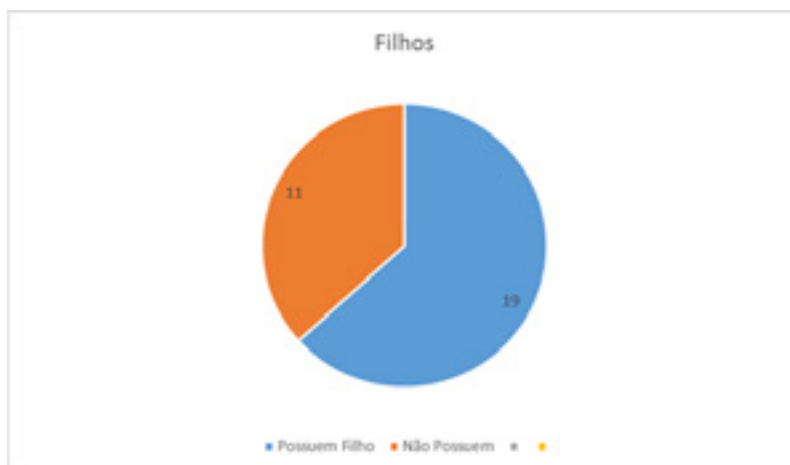
O papel do álcool na violência doméstica, para Caetano e colaboradores (2001), pode ser compreendido a partir de três perspectivas. A primeira é de que o álcool exerce efeito desinibidor e que seu consumo pode em algumas situações contribuir para esse tipo de violência. Outra explicação é que algumas pessoas poderiam ingerir bebidas alcoólicas para apoderar-se da desculpa socialmente aceita para este tipo de comportamento violento. E, por último, o uso excessivo de álcool e a prática de agressão sejam apenas fatores denunciadores de outro quadro, como personalidade impulsiva.



Quanto a faixa etária dos agressores, verificou-se que a média foi de 33 anos, onde a maior representação foi entre 30 a 39 anos. A segunda maior representação foi de 40 a 45 anos, seguida de 21 a 28 anos, e por último, apenas um indivíduo com 19 anos.

Constata-se ainda que, dos 30 inquéritos analisados 63% dos indivíduos possui filhos e 37% não possuía filhos até então.

Para Almarales (2002 apud COSTA; SANTOS 2004), o fenômeno da violência quando produzido no âmbito familiar adquire um significado especial, uma vez que a unidade familiar aparece como um reduto do amor, incompatível com o uso da agressão e da força. Deve-se, portanto, admitir que assim como a família é o agente socializador básico, ao mesmo tempo e em muitos casos, constitui uma escola da violência em que a criança aprende que as condutas agressivas representam um método eficaz para controlar as demais pessoas e para realizar seus próprios desejos.



Nota-se também que 16,67% dos agressores já possuíam registros anteriores na delegacia por motivos de agressão ao cônjuge, e 83,33% não tinham boletins de ocorrência por nenhum desacerto. Independentemente de conter registro anterior ou não, houve agressão física/psicológica contra o cônjuge pela dominância de outras variáveis evidentes entre os dados tabulados e analisados. Alguns dos casos de registros anteriores fazem referência a Lei Maria da Penha.

Quanto ao grau de escolaridade, os registros ficaram bem distribuídos, mas com uma prevalência em Ensino Fundamental Incompleto com 26,7%, e uma variação entre Ensino Fundamental Completo com 20% e Ensino Médio Completo com 23,3%. Em 10% dos casos os agressores apresentam Ensino Médio Incompleto, e o menor índice de agressores encontra-se com Ensino Superior Incompleto, com 6,7%. Os agressores com Ensino Superior Completo totalizam 6,7% dos resultados, havendo um analfabeto que representa 3,33% e o registro que “não consta”, equivalente a 3,33% dos dados.

Pode-se observar que os registros destacam a violência com maior índice em categorias de baixa escolaridade. No entanto, não se encontrou nenhuma evidência que aponte a relação do grau de instrução e do ato violento. Pelo contrário, visto que a violência conjugal pode acontecer em qualquer realidade familiar, leva-nos a crer que a falta de registros e queixas ainda é uma realidade recorrente.



Se observa que em relação à profissão dos agressores há predomínio da classe de Operadores, Motoristas e Outros, com 40% dos resultados. Dos trinta inquéritos analisados foi constatado que pelo menos 20% deles estão desempregados ou não consta essa informação no processo. Nota-se que uma minoria atua no setor administrativo, com 3,3%, 13% a serviço do comércio e 23,3% nos setores industriais e de produção.



A classificação da ocupação dos agressores foi organizada a partir da publicação de Dossi *et al* (2008), que foi baseada no Manual de Classificações do Ministério do Trabalho e Emprego de 2012. Através dos inquéritos foram identificadas as seguintes áreas de atuação: empresário, vendedores do comércio, produção, serviços industriais, mecânico, soldador, cozinheiro, carpinteiro, serviços gerais. Ainda, operadores, motoristas, moto boy, operador de máquinas, motorista, frentista, pintor, bombeiro e outros.

Quando o tema violência está em pauta, sempre há dificuldade na imparcialidade dos fatos, com tendência à vingança. O que se busca de fato é punir quem cometeu o ato violento, não se atentando para as questões subjetivas dos envolvidos, mas precisamente do identificado por agressor. Na Lei nº 11.340 - Maria da Penha -, não aparece a palavra homem, embora mulher ou mulheres, apareça 60 vezes (MEDRADO; MELLO, 2008).

A prática punitiva e de certa forma alienada não terá resultado efetivo. Os agressores necessitam de atenta observação, e foi o que mesmo com uma pequena amostra tornou-se possível nesta pesquisa. Tendo em vista as diferenças entre os sujeitos, não é possível haver generalizações. Punição sem a devida escuta e ressocialização não impede um novo ato de violência, não protege a mulher, e toda a sociedade perde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo descrever as características do agressor que comete violência doméstica contra a mulher, baseado nas variáveis delimitadas. Foram utilizados 30 inquéritos registrados em 2015 para a coleta de dados. Nas bases de dados pesquisadas, nota-se ausência de estudos voltados para os relatos do agressor, pois dentro dos artigos que foram analisados constatou-se o predomínio da perspectiva da mulher enquanto vítima dessa agressão. Foram identificadas algumas falhas nas constatações de dados registrados nos inquéritos, isto porque as vítimas não relataram de forma fidedigna alguns detalhes do ocorrido.

A partir da análise das tabelas, se percebe que como características gerais, os agressores têm em média 33 anos e o Ensino fundamental incompleto. Pouco mais de 50% têm filhos e fazem parte da classe de operadores e motoristas, não tendo registro anterior na delegacia. Além disso, não estavam sob influência de substâncias na hora do ato, porém, os relatos mostram que grande parte dos agressores fazia uso constante de álcool.

Este artigo foi uma pesquisa inicial com a intenção de trazer ao leitor uma possibilidade de obter uma nova concepção sobre o agressor, levando em conta que este também é um indivíduo que necessita de atenção. Diferentes propostas podem ser amparadas dentro desta temática, pois será possível uma maior dimensão do assunto e futuras mudanças tanto quanto à assistência da vítima como no serviço e procedimentos ao agressor.

Sugere-se que sejam feitos mais estudos desta temática, mas com um maior número de registros de ocorrências, para que futuras intervenções psicológicas perpassem as barreiras existentes no âmbito social, cultural, político e judiciário.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça (Org.). **Campanha compromisso e atitude pela Lei Maria da Penha**. 2016. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 18 maio 2016.

CAETANO, R.; SCHAFFER, J.; CUNRADI, C. Alcohol-related intimate partner violence among white, black and hispanic couples in the United States. *Alcohol Research and Health*, Port Royal Road, v. 25, n. 1, p. 58-65, 2

COMPROMISSO E ATITUDE. **Dados nacionais sobre violência contra as mulheres.** Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contr-a-mulher/>

Coordenação de Execução Penal e da Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – CEPEVID. **Dê um basta na violência.** Divisão de Artes Gráficas - DIE. 3ª edição. 2016.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L. **A violência conjugal na perspectiva de homens denunciados por suas parceiras.** Espírito Santo, 2010.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem Matemática para a Psicologia.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

DANTAS, B. M.; MELLO, R. P. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. spe, p.78- 86, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102)>. Acesso em: 17 Maio 2016.

DAY, V. P. *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. psiquiatr.** Rio Grande do Sul. 2003, vol.25, suppl.1, pp.9-21.

DENZIN, N.K; LINCOLN, Y.S. **Handbook of qualitative research.** Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.

FALCKE, D. *et al.* Violência conjugal: um fenômeno interacional. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 81-90, dez. 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983)> Acessos em: 06 abr. 2016.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. 954 p.

LABRONICI, L. M. *et al.* Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria. **Rev. esc. enferm.** USP, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 126-133, Mar. 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342010000100018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000100018&lng=en&nrm=iso)>. Access on 06 Apr. 2016.

MADUREIRA, A. B. *et al.* Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 600-606, Dec. 2014. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452014000400600&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400600&lng=en&nrm=iso)>. Access on 06 Apr. 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PIMENTEL, A. Violência doméstica praticada por homens detidos na Delegacia da Mulher de Belém. **Rev. abordagem gestalt.** 2010, vol.16, n.2, pp. 148-156. ISSN 1809-6867.

PINTO, A. D. C.; MENEGHEL, S. N., MARQUES, A. P. M. K. **Homens discutindo violências e masculinidade.** **Psico** 2007; 38(3):238-245.

ROSA, A. G. *et al.* A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saude soc.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 152-160, Sept. 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902008000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300015&lng=en&nrm=iso)>. Access on 06 Apr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000300015>.

SAMPIERE, R. H.; COLLADO, C. F.; LÚCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**, 3ª.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, L. V.; COSTA, L. F. Avaliação da dinâmica conjugal violenta e suas repercussões sobre os filhos. **Psicologia: teoria e prática**, v. 6, n. 1, 2004, p. 59-72.

SCHRAIBER, L. B. *et al.* Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Rev. Saúde Pública.** 2007, vol.41, n.5, pp.797-807.

WILHELM, F. A.; TONET, J. Percepção sobre a violência doméstica na perspectiva de mulheres vitimadas. **Psicol. argum.** 25(51):401-412, out. 2007.

WINCK, G. E.; STREY, M. N. Percepções sobre o gênero em homens acusados de agressão. **Revista Psico**, v. 38, n. 3, p. 246-253, set.-dez. 2007.

## FORMAÇÃO DO GRUPO DAS MULHERES AGRICULTORAS DE ITAJAÍ-SC

MÁRCIA GILMARA MARIAN VIEIRA<sup>82</sup> | AMANDA CLEMENTE SCHLINDWEIN<sup>83</sup>  
FERNANDO HENRIQUE PRADO<sup>84</sup> | MICHELI SOARES DOS SANTOS<sup>85</sup>

### INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, ocupando este posto desde 2008. Segundo a ABRASCO (2015), estima-se que cada brasileiro ingere uma média de 5,2 litros de agrotóxicos por ano e que muitos destes utilizados no país foram banidos em outros países, devido a comprovação de seus efeitos por meio de órgãos legais, casos de intoxicação aguda e crônica de trabalhadores e pessoas que se alimentam de produtos contaminados por resíduos de agrotóxicos, além dos efeitos nocivos causados na cadeia alimentar.

Rachel Carson, em 1962, publicou o livro “Primavera Silenciosa”, considerado o primeiro alerta mundial contra os efeitos nocivos do uso de pesticidas na agricultura, o que despertou a consciência ambiental. O livro foi mais que um alerta contra agrotóxicos, pois também divulgou e despertou uma mensagem ética, que “a relação do homem com a natureza está no caminho errado e precisa mudar”. Suas sábias palavras, despertaram inúmeros movimentos contracultura, trazendo a questão ambiental, liderados pela frase “save the planet, save ourselves”, que significa “salve o planeta, salve-nos”.

Em contrapartida, Garcia Filho (2005) traz que a agroecologia acentua-se como forma de inclusão de pessoas que se contrapõem à forte pressão ao modelo do agronegócio, visando sustentar o futuro do meio ambiente a partir de uma perspectiva ecológica, através de práticas que buscam reduzir o impacto ao meio ambiente. A agroecologia tem seus princípios na valorização da relação dos indivíduos com a terra, e é pautada em um sistema economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente justo.

Dentre os movimentos para o desenvolvimento do conceito e aplicação da promoção da agroecologia destaca-se o livro “Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável”, onde se relata Agroecossistemas Sustentáveis, como:

“O desafio de criar Agroecossistemas Sustentáveis é o de alcançar características semelhantes às de ecossistemas naturais, mantendo uma produção para ser colhida. O fluxo de energia pode ser desenhado para depender menos de recursos não renováveis, alcançando-se um equilíbrio melhor entre o uso de energia para manter os processos internos do sistema e aquele disponível

<sup>82</sup> Possui graduação como Bacharel em Química pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, mestrado em Química Orgânica pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Química Orgânica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente dos cursos de graduação de Ciências Biológicas, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia ambiental da Universidade do Vale do Itajaí. Docente no curso de Ciências Biológicas, atuando na linha de pesquisa Saúde da Família na Perspectiva Interdisciplinar com foco no Meio Ambiente, Qualidade de Vida, Bem Estar, Agroecologia. Atualmente. Possui projeto de extensão Educação para Transformação: Meio ambiente, saúde e gênero cujo objetivo é promover educação popular em saúde, meio ambiente, e relações de gênero para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da agricultura familiar estimulando a participação cidadã como estratégia de mudança e autonomia.

<sup>83</sup> Graduação em andamento em Ciências Biológicas na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Brasil.

<sup>84</sup> Possui graduação em Agronomia pela Universidade Estadual de Londrina, Capacitado em Perícia Judicial Ambiental promovido pelo Museu de Ciência e Tecnologia de Londrina e pelo Curso de Especialização em Economia Ambiental: Valoração, Licenciamento, Auditoria, Educação e Perícia da Universidade Estadual de Londrina e aluno de Especialização em Análise Ambiental pela Universidade do Vale do Itajaí.

<sup>85</sup> Graduanda de Ciências Biológicas Bacharelado na Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI - Integrante do projeto de extensão e pesquisa Educação para Transformação, Meio Ambiente, Saúde e Gênero.

para a exportação, na forma de produtos que podem ser colhidos. O produtor pode esforçar-se para desenvolver e manter ciclos de nutrientes que não sejam tão "fechados" quanto possível, a fim de reduzir as perdas de nutrientes do sistema e buscar maneiras sustentáveis de fazer retornar, para a unidade produtiva, os nutrientes exportados. Finalmente, um agrossistema que incorpore as qualidades de ecossistema natural de resiliência, estabilidade, produtividade e equilíbrio assegurará melhor a manutenção do equilíbrio dinâmico necessário para estabelecer base ecológica de sustentabilidade" (GLIESSMAN, 2001, p. 79).

Nesse contexto, o projeto de extensão *Educação para Transformação: Meio Ambiente, Saúde e Gênero*, coordenado pela Professora Doutora Márcia Gilmar Marian Vieira, criado no início de 2015, visa promover educação continuada em saúde, meio ambiente, relações de gênero para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da agricultura familiar estimulando a participação cidadã como estratégia de mudança, autonomia, promoção de geração de renda local e estímulo ao consumo de alimentos saudáveis através da agricultura de base agroecológica de mulheres agricultoras do município de Itajaí/SC.

O Projeto é vinculado à Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), a qual é norteada pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. O projeto está pautado nos princípios da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS) por fomentar a valorização da fração orgânica dos resíduos, através da compostagem. O projeto também tem como alicerce a nova agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, abrangendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, igualdade de gênero, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, ação contra a mudança global do clima e vida terrestre.

Além destes, o projeto ainda é fundado pela Lei nº 11.326/2006 (Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais) mediante os princípios instituídos por modelos de descentralização, sustentabilidade ambiental, social e econômica, equidade na aplicação das políticas, respeitando aspectos de gênero, geração e etnia, respeito às diferentes tradições, concepções e experiências constituídas pelos agrupamentos humanos, na pluralidade de canais para o diálogo e na troca de conhecimento entre os grupos sociais, além de valorizar a multifuncionalidade da agricultura familiar e dos territórios rurais e compreender os espaços rurais em suas dimensões socioculturais e simbólicas, e não apenas enquanto provedores de alimentos ou de serviços ambientais.

A metodologia deste trabalho é pautada em ações educativas na perspectiva de Paulo Freire, inspirada no Círculo de Cultura. As estratégias de ação se concentram na realização de atividades, como oficinas relacionadas à agroecologia e às técnicas sustentáveis de manejo.

Neste cenário, a Rede Ecovida de Agroecologia é um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e esforça-se em construir um processo diferente de certificação denominado "participativo em rede", (CPR) em que contrapõe o modelo mais comum que é realizado através de auditoria por inspeção externa e baseadas nas Instruções Normativas conduzidas pela legislação brasileira.

A Rede Ecovida de Agroecologia surge do trabalho de ONGs e de organizações de agricultores no Sul do Brasil, que há mais de 20 anos desenvolvem experiências concretas de organização social, produção e comercialização de alimentos sem agroquímicos sob princípio de respeito ao meio ambiente, de solidariedade, cooperação, resgate da cultura local e de valorização das pessoas e da vida.

Assim, através destas experiências, aliadas à tentativa de ampliar a visão da agroecologia e implantar um agroecossistema sustentável, o projeto tem como principal objetivo, nesta fase, a inserção das mulheres agricultoras do município de Itajaí, Santa Catarina, na Rede Ecovida de Agroecologia,



com o objetivo de fomentar a autonomia das mulheres, reforçar os elos de apoios técnicos e de comercialização dos produtos, fortalecer a participação social, além disseminar a produção responsável, baseada no modelo de Agricultura de base agroecológica.

## 1 DESENVOLVIMENTO

A certificação teve seu princípio no século XX, na França, não por imposição governamental ou exigência do mercado, e sim, pela iniciativa de pequenos produtores de vinho que pretendiam diferenciar seu produto daqueles produzidos em maior escala através de processos industriais. Esses produtores criaram critérios que são até hoje adotados como parte da certificação, conhecidos como Marca de Conformidade. Para a concessão da certificação é necessária a aceitação do produto ou serviço em um conjunto de procedimentos e etapas a fim de garantir o diferencial exigido pelas normas ou padrões pré-estabelecidos. Podemos citar: Denominação de Origem Controlada (DOC), Indicação Geográfica Protegida (IGP), Produto Orgânico, etc (ECOVIDA, 2004).

Atualmente, tem-se dois tipos de certificação; àquela através de auditoria por inspeção externa e baseadas nas Instruções Normativas conduzidas pela legislação brasileira, e a certificação participativa. A certificação participativa vem com um propósito particularizado, objetivando a valorização dos produtos ecológicos através do trabalho em grupo, visando buscar a sustentabilidade ecológica das propriedades e o aprofundamento dos conhecimentos e fundamentos da agroecologia (ECOVIDA, 2004).

De acordo com Willer e Yussef (2004) a certificação de produtos da agricultura orgânica está presente em aproximadamente 160 países, abrangendo uma área de 37 milhões de hectares. Países como Austrália, seguido pela Argentina e Itália, lideram em quantidades de áreas de produção orgânica certificada.

A Rede Ecovida de Agroecologia vem desenvolvendo um processo diferente de certificação participativo em rede (CPR) que contrapõe o modelo mais comum realizado através de auditoria por inspeção externa. Apresentando caráter inovador, seu trabalho vem despertando interesse nacional e mundial, que através da participação de consumidores, agricultores e técnicos, propõe metodologias novas de organização e principalmente de certificação, na qual realiza de forma participativa, gerando mais credibilidade e diminuindo custos. A articulação entre as experiências, a troca de produtos e informações, a construção e o acesso dos agricultores a um processo de certificação mais adequado regionalmente e metodologicamente e com custos mais baixos, tem trazido inúmeros benefícios sociais, econômicos e culturais ao público participante (ECOVIDA, 2012).

A Rede abrange aproximadamente 3.500 famílias, organizadas em Grupos e Associações regionais, envolvendo 175 municípios dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e é ordenada através de 27 Núcleos Regionais, de acordo com semelhanças climáticas e culturais. Seu propósito central é o desenvolvimento e a viabilização da Agroecologia no sul do país, pelo intermédio da realização de ações para integração entre agricultores e organizações, trocas de experiências, assistência técnica, discussões e construção coletiva de conhecimentos e soluções que visem valorizar a biodiversidade, a cultura e o trabalho das famílias de agricultores envolvidos com a Rede, além de incentivar o acesso a mercados locais e aproximação entre produtores e consumidores (ECOVIDA, 2012).

A reprodução social dos agricultores familiares pela produção agroecológica de alimentos, está na base da proposta das instruções normativas da organização da Rede Ecovida de Agroecologia, isto é, não tem como principal objetivo a pretensão da busca incessante pelo capital, lucro ou a competição capitalista geradora do motor desta organização atuante no mercado de produtos orgânicos (ROVER, 2011). Desde a sua origem, a rede tem como pressuposto estabelecer formas de comercialização que priorizem a venda direta e/ou que reduzam ao máximo as intermediações (SANTOS; MAYER, 2007).



A Rede Ecovida acredita que a certificação deve ser o resultado da confiabilidade gerada por um amplo processo que se inicia com a consciência de cada produtor (agricultor, processador) em torno da necessidade de produzir sem destruir, isto é, com a natureza (ECOVIDA, 2012).

Desde o início do projeto de extensão Educação para Transformação: Meio Ambiente, Saúde e Gênero, no ano de 2015, a Rede Ecovida tem participado das *atividades para incentivar o processo de transição agroecológica* das mulheres agricultoras, influenciando o engajamento e a formação do grupo das mulheres agricultoras.

Umas das metas do projeto é o processo de formação das mulheres agricultoras por meio de oficinas, através de técnicas de manejo, cultivo e práticas da agricultura de base agroecológica, buscando alcançar as características semelhantes aos de agrossistemas naturais. Esse tem também como propósito, a diversidade de estratégias de produção, visando minimizar a necessidade de recursos externos e acesso a mercados, a organização social e a luta pela autonomia social, política e cultural das mulheres agricultoras do grupo.

Além de apoiar os projetos de base agroecológicas, a Rede Ecovida apoia movimentos descentralizados e grupos voltados à intensificação e disseminação de práticas de manejos sustentáveis de produtos, da sociobiodiversidade de sistemas, produtos orgânicos e de base agroecológica.

A primeira participação da Rede Ecovida no projeto contou com o envolvimento da coordenadora da rede, Claudete Ponath, que em agosto de 2015, se prontificou a apoiar na formação e organização do grupo de mulheres agricultoras do projeto. Priorizando o fortalecimento do grupo, pelo intermédio do repasse de conhecimentos técnicos, foi elaborada a construção de um conhecimento agroecológico com aplicação de práticas relacionadas à agricultura de base agroecológica.

A formação do grupo de mulheres é fortalecida por meio do aprimoramento das técnicas de manejo e também pela valorização de trocas mútuas de experiências teóricas e empíricas adquiridas pelas agricultoras durante esse trajeto. Nas atividades oferecidas nas oficinas se busca o aperfeiçoamento dos conhecimentos das mulheres, visando uma autonomia do planejamento de suas propriedades e da execução das ações de intervenção sobre alguma intempérie. Deste modo, pretende-se garantir que os temas abordados tenham relação de forma direta com os desafios de fato enfrentados, e que as soluções ofertadas tenham as agricultoras como protagonistas destas ações (ABRASCO, 2015).

A Rede Ecovida de Agroecologia também participou do encontro de novembro do mesmo ano, onde dois integrantes agricultores da Rede, Samir Grah e Amasilda Schmökel Grah, relataram suas experiências como membros desta organização e como produtores de transição agroecológica, incentivando as mulheres a implantarem técnicas de manejo de base agroecológica na produção de alimentos. A professora Vera Maria Carvalho Silva Santos, participante da Rede, contextualizou o histórico da Agricultura no Brasil e a importância da agroecologia, enfatizando os benefícios para o ecossistema, a valorização do indivíduo em seu trabalho rural, valorização dos resíduos orgânicos e ciclagem de nutrientes e a importância da formação de grupos de cunho social e político com o objetivo de fortalecer a agricultura camponesa e familiar.

Em agosto de 2016 ocorreram as oficinas de formação e troca de saberes. Com a percepção da necessidade de um embasamento teórico atual sobre os temas relacionados, foi organizado um evento intitulado "I Seminário de Extensão Educação para Transformação: Meio Ambiente e Saúde", promovido pelo projeto, buscando a troca de saberes com profissionais de diversas áreas, com temáticas de Saúde e Ambiente; Impactos dos Agrotóxicos sobre a Saúde; Autogestão e cooperativas populares; Agroecologia e Segurança alimentar e Experiências dentro da Agroecologia de membros da Rede Ecovida. O Seminário também alertou para os perigos da exposição e do consumo de agrotóxicos para a

saúde humana de forma aguda e crônica, a importância do grupamento e engajamento de organizações sociais de autogestão que lutam por autonomia, a troca de experiências de técnicas de manejo sustentável baseadas na agricultura agroecológica, além das consequências presentes e futuras para o meio ambiente, buscando também alertar sobre os impactos acarretados em toda a cadeia trófica do ecossistema.

Paralelamente ao evento, o grupo da Rede Ecovida de Agroecologia participava da Feira Eco-solidária com a comercialização de seus produtos produzidos por integrantes da Rede. Em conjunto com a Rede, algumas mulheres agricultoras participaram da Feira Eco-solidária com o apoio do projeto, visando difundir seus conhecimentos e técnicas, ampliando o conceito de saúde através de uma alimentação saudável pautada em alimentos de base agroecológicos, além da possibilidade de proximidade dos produtores locais com os consumidores, incentivando o acesso aos mercados locais, como as feiras realizadas.

O atual coordenador da Rede Ecovida de Agroecologia, Marcos Aluísio Stümer, esteve presente na última oficina do ano de 2016 do projeto, explicando o processo de organização dos grupos formados pela Rede Ecovida e seu funcionamento. O coordenador abordou diversos temas relacionados à certificação de produções orgânicas, falou sobre como a Rede Ecovida atua na região de Santa Catarina e tirou dúvidas relacionadas a diversos temas que as mulheres apresentaram. Também manifestou a importância da formalização do grupo das mulheres agricultoras participantes do projeto Educação para Transformação e as convidou para participarem da reunião da Rede Ecovida no início de 2017.

Os integrantes do projeto e algumas representantes das mulheres agricultoras compareceram à reunião no dia 18 de fevereiro deste ano na propriedade dos agricultores Renato Ávila e Shanya Kofke em Joinville-SC, onde o coordenador apresentou as mulheres do projeto "*Educação para Transformação: Meio Ambiente, Saúde e Gênero*" aos integrantes da Rede Ecovida desse Núcleo de Agroecologia. Após a reunião, o coordenador participou ativamente das atividades realizadas pelo projeto, ministrando em abril de 2017 uma oficina de formação para as mulheres agricultoras. Foram abordados temas relacionados ao manejo agroecológico de pragas e doenças, onde além de conhecimento teórico explanado foram feitas experiências práticas para o preparo de bioinseticidas no laboratório de Química Orgânica das UNIVALI.

A temática de manejo agroecológico de pragas e doenças gerou uma repercussão positiva entre as mulheres agricultoras, com intuito de expandir e fixar os conhecimentos passados anteriormente. Nesse segundo momento, uma das agricultoras, Mélcia Sardo Mafra, disponibilizou sua propriedade para a realização da oficina, que ocorreu no dia 27 de junho. O encontro contou novamente com a participação do coordenador da Rede ECOVIDA, que reforçou e repassou as receitas, métodos e preparo dos bioinseticidas utilizados no manejo agroecológico de pragas e doenças.

O projeto vem estimulando as mulheres agricultoras a serem integrantes da Rede Ecovida para que possam comercializar seus produtos por meio da certificação participativa. Com isso, elas obtêm um produto diferenciado e confiável que também proporciona autonomia, cooperação, troca de experiências, construção coletiva, renda própria, e além disso, valoriza a biodiversidade, a cultura, o trabalho e a vida, cuidando e respeitando a saúde e o meio ambiente, com técnicas de sustentabilidade ecológica nas propriedades, enfatizando a produção orgânica na agroecologia.

Atualmente, as mulheres já estão com seu grupo da Rede Ecovida formado e estão em fase de ingresso e consolidação para associarem-se nesta organização, obter a certificação de seus produtos e serem multiplicadoras destas conquistas e aprendizados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um projeto na região rural da cidade de Itajaí, Santa Catarina, em que a principal força econômica é caracterizada pela agricultura familiar permitiu a compreensão das dificuldades enfrentadas cotidianamente. A partir disso, se identificou a necessidade de uma intervenção pela mudança no modo de produção e organização das mulheres agricultoras, visando adequar as técnicas de manejo sustentável de base agroecológica. A partir disso, se coordenou a formação de um grupo organizacional, obtendo uma melhor resposta à luta pela autonomia social, política e cultural das mulheres agricultoras do grupo, além de estimular a participação cidadã como estratégia de mudança.

A comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar inquestionavelmente expressa um grande desafio. Frente a isso, a formação do grupo de agricultoras e a formalização da participação do grupo de mulheres na Rede Ecovida de Agroecologia, articulada pelo objetivo do cooperativismo, busca sanar estes desafios, auxiliando na elaboração de mecanismos para a viabilidade social e econômica da cadeia produtiva dos produtos orgânicos produzidos de base agroecológica.

Através de um ponto de vista politizado, se percebe a necessidade da luta pela ampliação, aplicação, qualificação e consolidação de políticas públicas para a manutenção de resultados econômicos e sociais efetivos na agricultura familiar, mediante os princípios instituídos por modelos descentralizados. É primordial o fortalecimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, no âmbito de valorização da fração orgânica, visando manter a ciclagem de nutrientes no sistema em ciclos "fechados", quanto possível, a fim de alcançar características semelhantes aos ecossistemas naturais. O aprimoramento do formato do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além da ampliação e qualificação da alimentação escolar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação (PNAE/ MEC) confere um avanço no acesso ao mercado institucional, garantindo a viabilidade econômica a partir da produção.

Com esta ação, o projeto visa ampliar as fronteiras entre a universidade e a comunidade, trazendo soluções diárias para a vida da população, fortalecendo elos entre a teoria científica e a aplicação das práticas. Relatos de agricultoras têm fomentado o anseio da ampliação do projeto, alcançando toda a população e trazendo benefícios a toda sociedade. Segundo algumas agricultoras, o projeto tem proporcionado uma mudança na qualidade de vida, inclusão e autonomia das mulheres no mercado, valorização da agricultura familiar, preservação ambiental, saúde e bem-estar, além da busca de conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei. 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 25, 2006. Acesso em jul./2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programade-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em jul. /2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em jul. /2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos, Versão Preliminar**. Setembro 2011. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/253/\\_publicacao/253\\_publicacao02022012041757.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_publicacao/253_publicacao02022012041757.pdf). Acesso em jul./2017.

BRASIL. **Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar-PEAAF**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. Brasília – DF, 2012. Acesso em jul./2017.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição República Federativa do Brasil**: art. 208 inciso VII: alimentação escolar como dever do estado. Brasília: Senado Federal; 1988. Acesso em jul./2017.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins. 1. ed. São Paulo: Gaia, 2010.

DOSSIÊ ABRASCO. **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ECOVIDA. **Apresentação da Rede Ecovida de Agroecologia**. 2012. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br>. Acesso em jul./2017.

ECOVIDA. **Caderno de formação**: certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004, 48 p.

FREIRE, P. et al. **A importância do ato de ler**. Moderna, 2003.

GARCIA FILHO, D. P. **Análise diagnóstico de sistemas agrários**: guia metodológico. Brasília: INCRA/FAO, 2000, 65p.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Ed. da Univ. Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2001.

MUNDO, Transformando. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. v. 15, 2016. Acesso em jul./2017.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v.47, n.1, p.53-63, 2011.

SANTOS, L. C. R.; MAYER, P. H. **A experiência da Rede Ecovida de Agroecologia no sul do Brasil**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 2, n. 2, out. 2007.

WILLER, H.; YUSSEF, M. **The world of organic agriculture statistics and emerging trends 2004**. IFOAN, Bonn, Germany, 2004. Disponível em: [http://www.soel.de/fachthemen/downloads/s\\_74\\_06.pdf](http://www.soel.de/fachthemen/downloads/s_74_06.pdf).

# GÊNERO, VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE O MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG

JUCILAINE NEVES SOUSA WIVALDO<sup>86</sup> | SUELEN FERREIRA MATOSO COUTO<sup>87</sup>

## INTRODUÇÃO

Questiona-se sobre por que refletir sobre gênero. O que gênero tem a ver com violência contra mulher? As desigualdades estão diretamente relacionadas a gênero? Qual a relação entre gênero e desenvolvimento? Por que discutir gênero em um programa de pós-graduação em desenvolvimento sustentável e extensão?

Este trabalho tem como objetivo discutir a violência contra a mulher sob uma perspectiva das relações de gênero no município de Lavras - Minas Gerais a fim de buscar contribuir e dar ênfase para a urgência de desenvolvimento de políticas públicas e mecanismos de combate à violência doméstica e familiar. Este artigo busca também dar visibilidade às muitas vítimas deste tipo de violência na cidade, com o intuito de que essa discussão ganhe os espaços educacionais, familiar e institucionais.

Dessa forma, a escolha pelo município de Lavras como objeto de estudo se deu em função do fato de que não há artigos que discutam sobre esse assunto em relação à cidade. Os dados são relevantes e é preciso que os gestores públicos e a população sejam alertados, para que juntos pensem e criem estratégias e políticas públicas de combate à violência familiar e doméstica.

O estudo discute sobre desigualdade de gênero, visto que a masculinidade e feminilidade são construídas culturalmente cabendo ao homem o público, enquanto que à mulher cabe a maternidade, o doméstico. Essa naturalização da divisão sexual entre mulheres e homens, a afirmação de que um sexo se sobrepõe ao outro contribui com a violência contra a mulher. Enquanto houver desigualdade de gênero irá existir agressão, abuso e falta de respeito.

A Lei Maria da Penha foi um importante avanço e um grande instrumento de visibilidade para a violência doméstica e familiar vivenciada por muitas mulheres em seu âmbito familiar e, conseqüentemente, também para filhos ou outros parentes que estão no seio de um ambiente perturbado por um agressor.

## 1 DESIGUALDADE DE GÊNERO

As primeiras discussões acerca do conceito de gênero deram-se nos anos 1970 pelo movimento feminista e pela produção acadêmica. No Brasil houve mudança significativa na reflexão desse conceito

<sup>86</sup> Mestranda em Desenvolvimento Sustentável e Extensão pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pós-Graduação em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis e também em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Experiência na área da construção civil, fiscalização de obras e desenhista. Trabalhou como Educadora em Saúde na Prefeitura Municipal de Lavras.

<sup>87</sup> Graduada em Medicina Veterinária na Universidade Estácio de Sá; Pós-Graduação em Gestão Ambiental na UFRJ / PNUMA Brasil. Cursos de extensão em Educação em Saúde e Saneamento Ambiental e Educação Ambiental na PUC/RJ; Curso de extensão em Perícia Ambiental. Possui experiência como Gestora Ambiental, atuando como Consultora Ambiental; como Educadora Ambiental atua promovendo Palestras e Ações Educativas junto a Escolas das Redes Municipal, Estadual e Privada. Atuante em dois núcleos de pesquisa, núcleo de pesquisa em Ecologia Holística - SOPHIA, no Instituto Curupira sede Barbacena e Gestão de Áreas Naturais Protegidas - GAP, no Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais campus Barbacena. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão na Universidade Federal de Lavras - MG no departamento de administração e economia. Atua como pesquisadora na linha de desenvolvimento e extensão.



ao final dos anos 1980, pois as acadêmicas feministas foram influenciadas por debates norte-americanos e franceses em relação à construção social do sexo e do gênero, e então substituem o termo “mulher” pela categoria “gênero”.

Nesse contexto, esse novo olhar sobre gênero ressalta a diferença entre o social e o biológico (SCOTT, 1995). A autora, ao discutir “gênero” torna, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995. p. 75). Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres.

Segundo, Izumino e Santos (2005, p. 10), gênero pode ser entendido como “[...] uma relação socialmente construída entre homens e mulheres, servindo como categoria de análise para se investigar a construção social do feminino e do masculino”. E sexo, de acordo com Silva (2010, p. 128), “[...] em sentido técnico designa a condição orgânica distintiva do macho e da fêmea”.

Desse modo, gênero é definido como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, e também como “uma forma primária de dar significação às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Para Pinafi (2007) a distinção entre sexos colabora para a desigualdade entre os gêneros, sendo que a mesma foi construída historicamente, com a valorização de um sexo e a desvalorização de outro. Isso pode ser exemplificado com os mitos gregos que incentivaram as diferenças entre homens e mulheres, ao descrever que, em função da curiosidade própria da mulher, Pandora abriu a caixa de todos os males do mundo, culpando o sexo feminino por todas as desgraças.

A fim de impetrar o direito político de ser mulher, para Beauvoir (1990, p. 9) “[...] não se nasce mulher, torna-se mulher”, uma afirmativa difundida em 1949, descreve o conteúdo da palavra gênero ao destacar a construção cultural impressa no sexo (homem/masculino, mulher/feminino). Já Saffioti (1999, p. 160) determina que “[...] é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, ou, mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade”.

Durante muitos séculos, a mulher foi ridicularizada, desvalorizada como ser detentor de seus próprios direitos, considerada incapaz de ser independente e autônoma. A sociedade e o universo acadêmico têm um grande desafio em romper com essas desigualdades de gênero e que ainda perpetua nos dias de hoje. A criação de estratégias de empoderamento das mulheres permitirá que elas se tornem sujeito de transformação social. Para Costa (2012, p.7), aquele “é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir”.

Em uma sociedade marcada pelo patriarcalismo e machismo, hierarquizada, onde tende a prevalecer o controle do macho sobre a fêmea se faz urgente a institucionalização de leis e de órgãos especiais que ajam de maneira contínua e permanente defendendo o direito das mulheres, visto que, envolvidas pelo medo e pela vergonha, não se expõem facilmente perante os órgãos do Estado.

A violência contra a mulher é um fenômeno antigo que atinge as diversas classes sociais. Nesse contexto, é necessário discutir gênero, pois “a violência contra a mulher traz em seu seio, estreita relação com as categorias de gênero (...) relações mediadas por uma ordem patriarcal (...) que atribui aos homens o direito a dominar e controlar suas mulheres (PINAFI, 2007)”.

Para Heise (1994, p. 14), “dentro de relações estabelecidas, a violência muitas vezes é multifacetada e tende a piorar com o tempo”. Dessa forma, há a necessidade da compreensão de que a violência que acontece pode vir a se repetir e se agravar.

## 2 LEI MARIA DA PENHA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Sancionada em 2006, a Lei nº 11.340/06, que é um marco jurídico para o Brasil no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, tem como objetivo garantir a proteção e assistência da mulher, e procurar a punição e possibilidade de reeducação dos agressores. É resultado de luta por justiça desempenhada por Maria da Penha Maia Fernandes, uma das inúmeras vítimas de violência doméstica no Brasil, justificando o fato de a lei ser chamada popularmente de Lei Maria da Penha. Diante disso, a institucionalização da Lei nº 11.340/06 configurou uma grande conquista, visto que a violência doméstica e familiar contra a mulher começou a ser tratada com maior severidade tanto quanto ao procedimento como também à punição dos agressores. A proteção se estende ao ambiente familiar ao qual a mulher faz parte.

Segundo Cunha e Pinto (2012), a lei foca na proteção da mulher em seu âmbito doméstico e familiar, visto que o agressor é com quem ela se relaciona, convive, tem afetividade. Até mesmo relações passadas podem ser consideradas. Para Gomes (2012, p. 65), “a violência doméstica é um dos crimes mais frequentes nas sociedades e, em todas elas, envolve um aspecto comum: a prática da violência como mecanismo de controle social que visa manter a mulher subordinada ao homem”.

De acordo com o Relatório sobre Desenvolvimento Mundial de Igualdade de Gênero (2015), esta igualdade significa economia inteligente. Afinal, tem capacidade de aumentar a eficiência econômica, visto que vai derrubar os obstáculos que impedem as mulheres de estarem em posição de igualdade com os homens. Melhora a condição relativa e absoluta e reflete diretamente no desenvolvimento dos filhos, ou seja, proporcionar acesso igual a decisões políticas. Em consequência disso, as instituições e escolhas serão mais políticas, representativas e inclusivas, contribuindo para a construção do desenvolvimento sob um olhar humano.

Pensar nessa perspectiva de desenvolvimento é instituir políticas públicas que valorizem a mulher sem diferença de classe, etnia. Proporcionar o empoderamento por meio da participação social é um dos primeiros passos para vencer a desigualdade de gênero. E pode ser amparado em Friedmann (1996, p. 8) que afirma que empoderamento “é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”.

## 2 METODOLOGIA

A cidade de Lavras tem em torno de 106.208 habitantes, de acordo com as estimativas do IBGE do primeiro semestre de 2016 e integra uma das cidades da região do Campo das Vertentes. A pesquisa foi desenvolvida com base em artigos, bem como, foi realizado um levantamento de dados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, que fornece os registros de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) por violência doméstica contra crianças, mulheres e idosos, o que possibilita avaliar novas dimensões.

Os dados aqui estudados estão relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher e são coletados na Unidade de Pronto Atendimento do município de Lavras por meio de uma ficha de notificação, visto que as vítimas procuraram a unidade de saúde por terem sofrido algum tipo de violência. As fichas são encaminhadas para a Vigilância em Saúde. Neste setor se verifica se a ficha foi preenchida da forma correta e se houve encaminhamento para a delegacia. Vale ressaltar que estão presentes aqui apenas os dados notificados, e que há muitas vítimas que não procuram ajuda por muitos motivos.

### 3 DISCUSSÃO

#### 3.1 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM LAVRAS (MG)

A notificação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências foi implantada no SINAN em 2009, devendo ser realizada de forma universal, contínua e compulsória diante da suspeita ou confirmação de violências dirigidas a crianças, adolescentes, mulheres e idosos, atendendo às Leis nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 10.741 (Estatuto do Idoso) e 10.778 (notificação compulsória da violência contra a mulher). Essa notificação é realizada pelo gestor de saúde do SUS, mediante o preenchimento de uma ficha específica. No caso aqui em estudo pautou-se na análise de dados referente à violência doméstica e familiar.

Observa-se que ainda há muitas vítimas que não procuram a delegacia da mulher para tomar as devidas providências contra o agressor, seja em função de dependência financeira, psicológica, medo, falta de informação sobre a Lei Maria da Penha ou por estarem desacreditadas se a justiça será feita. Dessa forma, esses números podem ser bem mais altos.

O estado de vulnerabilidade das vítimas pode interferir diretamente na autoestima e autoimagem, deixando-as “com menos possibilidade de se proteger, menos seguras do seu valor e dos seus limites pessoais, e mais propensas a aceitar a vitimização como sendo parte da sua condição de mulher” (Heise, 1994, p. 36).

De 2010 a 2017, 1.526 mulheres sofreram violência física e procuram a unidade de saúde para tratarem suas lesões. Em relação à violência sexual, nos anos de 2010 a março de 2017, 23 mulheres foram vítimas desse tipo de violência.

Amparada em Heise (1994, p. 15), diante desses dados, “embora as mulheres também sejam violentas, a maioria das violências que resultam em lesões físicas é de homens contra mulheres, isto é, a violência sexual é exercida contra o gênero feminino”. Além disso, a mesma autora traz que “as mulheres estão sob risco de violência, principalmente por parte de homens conhecidos por elas” Heise (1994, p. 15). É no interior dos próprios lares que muitas mulheres sofrem diversos tipos de violência ferindo sua dignidade e seus direitos.

No Sinan, os dados de violência moral e psicológica são considerados conjuntamente. Em Lavras, os números registrados do ano de 2010 a março de 2017 somaram um total de 148 mulheres que sofreram violência moral e psicológica.

Para Heise (1994, p. 15) o “abuso emocional e psicológico pode ser tão danificante quanto o abuso físico, sendo muitas vezes considerado pior, na experiência das mulheres”. Nesse tipo de violência, a mulher está sujeita a outros tipos de doenças emocionais resultante desse processo sofrido no interior de suas casas.

E relação à violência patrimonial, foi apontado apenas um caso em 2016. Diante dos dados, é possível estabelecer uma relação de diálogo com Heise (1994, p. 14) “a violência de gênero ocorre em todos os grupos socioeconômicos”. Através da fala da autora, observa-se que a violência doméstica e familiar está presente em quaisquer lares, seja ele rico ou pobre, e não está atrelada à condição de classe. E em outra fala da autora (1994, p. 15), “em sua maioria, os homens violentos não são doentes mentais”, ou seja, têm consciência de seus atos e ações. A autora ainda completa dizendo que é “um fenômeno extremamente complexo, com raízes profundas nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, na autoidentidade e nas instituições sociais” (Heise, 1994, p. 47-48).

A autora entende que o Sistema de Saúde é um espaço privilegiado para identificar e referir vítimas da violência. Dessa forma, adverte que o mesmo deve realizar pesquisas de incidência e prevalência da violência baseada no gênero, bem como se faz necessário o treinamento dos profissionais da área para certificar que as vítimas não sejam “re-vitimizadas” pelos serviços ofertados.

A cartilha “Viver sem Violência é um Direito da Mulher” (2015. p. 12) justifica porque muitas mulheres não conseguem romper com a situação de violência em que vivem; “ela é ameaçada e tem medo de apanhar mais ou até de ser assassinada se acabar com a relação” “ela depende financeiramente dele e acha que não vai conseguir sustentar a si mesma e/ou às/aos filhas/os”, são apenas algumas das razões entre tantas outras apontadas.

Entre alguns mecanismos de combate à violência contra a mulher em Lavras, pode ser apontado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a Delegacia da Mulher e, criado recentemente pela Secretaria Estadual de Saúde, o Núcleo Intersetorial de Prevenção da Violência e Promoção da Cultura de Paz, que tem como objetivo não a violência contra a mulher, mas o enfrentamento de toda e qualquer forma de violência.

O Núcleo Intersetorial de Prevenção da Violência e Promoção da Cultura de Paz foi instituído pela SES-MG com o objetivo de promover uma articulação intra e intersetorial para discussão e planejamento de ações sobre o tema violência. “O Núcleo busca realizar, de forma integrada, a implementação de Políticas Públicas de enfrentamento da violência e promoção da cultura da paz, com o objetivo de reduzir a morbimortalidade e os seus impactos psicológicos, sociais e culturais”, afirma a referência técnica para a área temática de violência, da Coordenadoria de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis, Kleber Rangel Silva (SES-MG, 2017).

Em Lavras, o núcleo foi fundado em 2015 como exigência da SES-MG, tendo a participação dos três hospitais da cidade, do conselho tutelar e o do PSF. No entanto, até o momento não está plenamente efetivo.

Para Peres (2015), os núcleos estaduais e municipais visam assessorar, articular e qualificar as ações deliberadas pela Rede, estas caracterizadas como sistemas organizacionais compostos por um grande número de elementos, pontos que mantêm alguma ligação entre si. Dessa forma, visa classificar a gestão pública com indicadores epidemiológicos e analisar a situação de saúde relativa à morbimortalidade das causas externas e aos fatores de risco para as violências, focando na prevenção no combate da violência e promoção da saúde.

Assim, no trabalho para o enfrentamento da violência doméstica e familiar se faz necessário a integração da educação, assistência social e saúde sob um processo de mobilização social no sentido de não só combater a violência, mas de resgatar toda a condição humana perdida.

Nesse contexto, é preciso trabalhar para a conquista do empoderamento da mulher a fim de alcançar um poder “que reconhece e valoriza, ao invés de um poder que oprime, domina e anula” (LISBOA, 2002, p. 141). O empoderamento entendido como “um processo que oferece condições e possibilidades às pessoas para autodeterminar suas próprias vidas” (RAPPAPORT, 1985, p. 73). Dessa forma, a condição de estar “empoderado” sob uma visão de desenvolvimento em uma perspectiva de equidade, sustentabilidade, justiça social, atendendo às necessidades básicas

significa que as pessoas estão em posição de exercer sua capacidade de escolher de acordo com seu próprio e livre desejo. Implica uma política democrática em que as pessoas podem influenciar nas decisões sobre suas próprias vidas. (...)

Significa a descentralização do poder de tal forma que a governabilidade seja trazida na porta de cada pessoa. Significa que todos os membros da sociedade civil, particularmente as organizações

.....

não governamentais, participem de fato da tarefa de tomar e implementar decisões (MAHBUB UL HAQ, citado por LAGARDE, 1996, p.111).

Cabe à sociedade lutar pela emancipação da mulher, mas é preciso romper às amarras do machismo, do egoísmo, da brutalidade, da opressão e da dominação sobre o sexo e, neste sentido, para Costa (2012, p. 6), “superar as desigualdades de gênero é um dos primeiros passos para o desenvolvimento da mulher”.

Heise (1994, p 16) estabelece que “existem sociedades onde a violência contra a mulher não existe”. Como alcançar uma sociedade onde não há violência de gênero? A resposta talvez esteja, nesse sentido, em desconstruir conceitos construídos culturalmente e reestabelecer um diálogo com a educação a fim de não reproduzirmos pacotes que menino não brinca de boneca, tem que gostar de azul e não de rosa. A criação como ela tem sido até os tempos atuais não permite o poder de escolha do próprio indivíduo; somos moldados para viver em sociedade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o país ter leis específicas, no entanto, ainda há um número pequeno de denúncias, seja por medo ou vergonha, e talvez por falta de informação. Neste sentido, é indispensável promover ações educativas que estimulem a denúncia e proporcionar a proteção necessária às mulheres que denunciam seus agressores. Assim como, é necessário robustecer as ações previstas na Lei Maria da Penha. É preciso também desenvolver outras estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher para a efetiva proteção das vítimas e a redução das desigualdades de gênero no Brasil. Portanto, é urgente a promoção dos direitos e da autonomia das mulheres brasileiras, bem como a adoção de mecanismos que visem à valorização e promoção de igualdade de gênero e de raça nas políticas públicas.

A violência contra a mulher, mesmo sendo reconhecida como um problema social, ainda assim, tem sido banalizada pelo poder público e pela sociedade em geral, deixada a plano secundário de violência urbana. No entanto, deve ser considerada como desumana e cruel, visto que é na residência que acontecem as primeiras formações humanas e sociais. Por ser a primeira violência que muitos têm contato, consequentemente, a partir desta, outras podem se desencadear e ser reproduzidas.

A educação por meio de campanhas educativas e de orientação contra a violência e o machismo é instrumento essencial para combater a violência contra a mulher. As mulheres precisam se reconhecer como sujeitas políticas e com capacidade para promover seu próprio projeto de vida emancipador.

Neste sentido, a discussão de desigualdade de gênero deve permear quaisquer espaços, visto que, só é possível igualdade quando há debates e problematização da questão. Não é possível uma sociedade sustentável calcada em diferenças de classe, raça e gênero. Para promover o desenvolvimento, é preciso eliminar quaisquer desigualdades, desconstruir conceitos socialmente construídos como, por exemplo, que para ser mulher tem que ser frágil, que homem não chora. Todo e qualquer ser humano tem o poder de decidir e imprimir seus desejos vontades.

### REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL, Lei Nº 11.340, De 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. **Diário Oficial da União**. 2006.

CARTILHA viver sem violência é um direito de toda mulher. **Entenda a Lei Maria da Penha**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2015. 48 p.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e desenvolvimento**. 9 p. 2012. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf> . Acesso em: 9 de mar. de 2017.



CUNHA, R. S.; PINTO, R. B. **Violência doméstica**: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo. 4. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

FRIEDMANN, J. **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. Portugal: CELTA, 1996.

HEISE, L. L., 1994. **Violence against women**: the hidden health burden. Relatório Preparado para o Banco Mundial. Washington, D.C.: World Bank, 1994.

IZUMINO, W. P.; SANTOS, C. M. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista Estudios Interdisciplinários de America Latina y El Caribe**. Israel: Universidade de Tel Aviv, Vol.16 – nº 1, 2005, PAG.147-164.

LAGARDE, M. **Gênero y feminismo**: desarrollo humano y democracia. Madrid, Horas & Horas, 1996.

LISBOA, T. K. Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de "empoderamento". **Revista Katálisis**. 2002.

PERES, L. E. **Seminário estadual de ações estratégicas do peti e o trabalho em rede mesa**: desafios do trabalho em rede Guarapuava. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (Seds). Guarapuava. 2015.

PINAFI, T. **Violência contra a mulher**: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. 21. ed. abr./mai. 2007.

SAFFIOTI, H. **Primórdios do conceito de gênero**. Cadernos Pagu (12). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1999. Número das páginas

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Gênero e Educação, Porto Alegre: v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SES – MG, Secretaria do Estado de Minas Gerais. **Núcleo de prevenção à violência**. Disponível em: <<http://saude.mg.gov.br/sus/story/3919-ses-cria-nucleo-de-prevencao-a-violencia-e-cultura-da-paz>>. Acesso em: 18 de março de 2017.

# HOMOPARENTALIDADE: COMPARAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE BRASIL, SUÉCIA E PORTUGAL

ANA CAROLINA ROST DE BORBA GALIMBERTI RODRIGUES<sup>88</sup>  
MATHEUS VERCESI CHIQUETTO<sup>89</sup> | JOÃO RODRIGO MACIEL PORTES<sup>90</sup>

## INTRODUÇÃO

Ao tratarmos de homoparentalidade, inevitavelmente abordamos também o tema da homossexualidade. Historicamente, este fenômeno sofre repressão por diversos âmbitos da sociedade, e por muito tempo promulgou-se culturalmente a ideia de que seria uma prática impura e pecaminosa. Entretanto, podemos afirmar que a homossexualidade não constitui doença. Instituições como a *American Psychology Association* (APA), o Conselho Federal de Medicina (CFM), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Conselho Federal de Psicologia (CFP) deixaram de considerar a homossexualidade como desvio e transtorno mental e condenaram as práticas que favoreçam a patologização da homossexualidade (MOTT, 2006).

No entanto, apesar dos avanços alcançados por esta população no Brasil e mundialmente, ainda são notáveis os casos de violência e de preconceito contra homossexuais. Quando casais de homossexuais decidem constituir uma família, torna-se o preconceito ainda mais eminente, pois, “como tais indivíduos poderiam constituir uma família?”, “de que forma poderiam ter filhos?” E, “possuiriam aptidão para educá-los?”, estes questionamentos estão baseados em ideias errôneas e preconceituosas, mesmo que existam diversas evidências empíricas e científicas (Passos, 2005; Fonseca, 2008; Garcêz de Souza Santos, Scorsolini-Comin, dos Santos, 2013) de que casais de pessoas do mesmo sexo podem constituir uma família e ter filhos. Contemplando a população de homossexuais enquanto cidadãos, consideramos a relevância de discutir e ampliar os direitos voltados à homoparentalidade, visto que há uma forte repercussão midiática sobre o tema, e a discussão sobre a agenda política, que relaciona os Projetos de Lei e as Leis pertinentes (OLIVEIRA, 2011).

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo discutir as políticas públicas relacionadas à homoparentalidade entre Brasil, Suécia e Portugal, através de uma revisão não sistemática da literatura, uma vez que a revisão sistemática visa obter subsídios para uma prática baseada em evidência, ou seja, tem a finalidade adquirir subsídio para fundamentar propostas de aprimoramento, implementação e avaliação dos resultados, objetivando responder a uma pergunta mais pontual. Sendo assim, esta pesquisa fez uma busca na literatura a fim de auxiliar na resolução do problema, mas configura-se como não sistemática por não possuir todos os critérios rigorosos para realizar a pesquisa (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011).

<sup>88</sup> Graduanda em Psicologia. Já foi presidente da comissão eleitoral para o Centro Acadêmico de Psicologia (2014). Voluntária e bolsista no projeto de extensão Terapeutas da Alegria (2014-2016). Atualmente é bolsista Art. 170 do Governo do Estado de Santa Catarina com a pesquisa Crenças de Adolescentes sobre Homoparentalidade, e também é diretora de assunto acadêmicos do Centro Acadêmico de Psicologia (CAPSY).

<sup>89</sup> Graduação em andamento em Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Brasil.

<sup>90</sup> Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Área de Concentração: Saúde e Desenvolvimento Psicológico). Mestre em Psicologia pela UFSC. Graduado em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Experiência como psicólogo responsável pela Clínica Escola de Psicologia e também atuou no Núcleo de Acessibilidade da UNIVALI. Atualmente trabalha como docente na UNIVALI e possui experiência nas áreas de Psicologia Clínica, Psicologia do Desenvolvimento, Educação Inclusiva, Avaliação Psicológica, Orientação Profissional, Psicologia da Saúde e Psicologia Educacional.

## 1 A HOMOPARENTALIDADE

O termo homoparentalidade de origem francesa, foi criado em 1997 pela APGL (Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas). O termo compreende que esta constituição familiar pode ser estabelecida por filhos de um casamento heterossexual anterior; adoção; uso de tecnologias reprodutivas ou filhos de "barrigas de aluguel" (GOLDBERG, 2010). Tornar-se pai/mãe é um papel desafiante e gerador de *stress*, visto que esta nova função exige a amplificação do repertório comportamental enquanto adultos, incluindo diversas novas atividades antes não desempenhadas quanto apenas casal, ou seja, independe da orientação sexual, iniciar uma família é um novo processo para o ser humano, mas no que diz respeito às famílias homoparentais, há ainda um novo degrau para se enfrentar. Afinal, além das dificuldades em desempenhar os novos papéis como pais/mães, ainda há o preconceito e preocupação daqueles que não aceitam este novo arranjo familiar, questionando se estes pais, devido a sua orientação sexual, seriam capazes de criar seus filhos (ALARCÃO, 2000; CARTER, 1995).

A fim de desmistificar essa crença de que pais homossexuais teriam menor capacidade de criar filhos, a APA (2005) comparou pais/mães homossexuais e heterossexuais, e os filhos resultantes destas duas configurações familiares apurando que pais homossexuais são tão competentes como os de heterossexuais para criar ambientes familiares seguros para seus filhos. Outras pesquisas no âmbito da homoparentalidade, como a de Ceccarelli (2007), e Moz (2006) indicam que não há evidências que comprovem que as orientações sexuais dos pais influenciam diretamente na dos filhos, ou que isto prejudique seu desenvolvimento.

Apesar de haver pesquisas que comprovem que homossexuais sejam capazes de constituir uma família, ainda há muito preconceito das pessoas a respeito do assunto. Esse preconceito e falta de informação acaba afetando o processo para que uma família homoparental realmente possa se constituir, ou seja, a homofobia fere os direitos de igualdade para pessoas homossexuais que desejam construir uma família.

## 2 A HOMOPARENTALIDADE NA SUÉCIA

No que se refere aos direitos de famílias homoparentais na Suécia, podemos identificar através da *Sweden's Constitution of 1974*, os aspectos legais no que tange a esta população. Considerado um dos países mais igualitários do mundo, a Suécia atualmente ocupa o 12º lugar pela ILGA-Europe (*International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*), no ranking dos 49 países europeus com leis e políticas para LGBTI (*Rainbow Europe*). Além das diversas leis e políticas que permitiram o progresso de seu princípio igualitário, com relação aos casais homoafetivos na Suécia, segundo o site do governo sueco ([sweden.se](http://sweden.se)), apesar de promulgada a Lei de Parceria Registrada de 1995 (*The Registered Partnership Act*), somente em 2009 uma lei de casamento neutra em termos de gênero entrou em vigor.

Ainda segundo o site do governo, em 2003 a Suécia aprovou a adoção por casais homoafetivos, e em 2005 a inseminação artificial para lésbicas. Em 2011 a proibição da discriminação por orientação sexual foi adicionada à Constituição. Qualquer atitude considerada discriminatória é reportada a um órgão governamental específico, o Promovedor da Igualdade (*Diskrimineringsombudsmannen, DO*), responsável por todos os tipos de discriminação. Além disso, existem alguns movimentos LGBTs, como a associação para policiais gays e a *Church of Sweden*, que permite cerimônias de casais do mesmo sexo desde 2009, e por isso está representada até mesmo na Parada de Estocolmo.

Embora existam tais políticas de direitos LGBT, alguns dados nos apontam para observar a eficácia das destas leis. Isso porque a Suécia ainda enfrenta dificuldades em eliminar a discriminação devido

.....

à orientação sexual, segundo um inquérito realizado em 2012 pela Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (*The European Union Agency for Fundamental Rights - FRA*), que através de uma pesquisa contando com 93 mil pessoas LGBTs constatou que 35% dos respondentes se sentiram discriminados ou assediados nos últimos 12 meses, devido a sua orientação sexual (FRA, 2013).

### 3 A HOMOPARENTALIDADE EM PORTUGAL

Segundo uma pesquisa do INE (Instituto Nacional de Estatística) realizada em 2010, estimou-se que em Portugal, tenham sido realizados 266 casamentos entre pessoas do mesmo sexo (177 entre gays e 89 entre lésbicas), e em 2011 registraram-se 324 casamentos, sendo mais da metade entre homens (ABOIM, 2016).

Em Portugal, no ano de 2004 a orientação sexual é incluída no artigo 13º do princípio de igualdade na constituição, ou seja, todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, e ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de sua orientação sexual (PORTUGAL<sup>1</sup>, 2005). A atitude de acrescentar orientação sexual na constituição do artigo que fala sobre igualdade abre precedentes para que novas leis e resoluções sejam criadas para pôr em prática os direitos de igualdade.

Para dar continuidade neste processo, em 2009 o governo de Portugal insere o tema da homossexualidade para debate na educação sexual. Apesar de não haver registros sobre as discussões acerca da homoparentalidade, discutir orientação sexual na escola já é de grande valia, pois as instituições escolares são ambientes propícios para discutir questões sobre as diferenças, justamente por ser onde os adolescentes passam a maior parte de seu tempo, ou seja, tendo grande influência na formação destes. Estas discussões contribuem para a mudança de pontos de vista, resultando futuramente em uma sociedade menos preconceituosa (PORTUGAL<sup>2</sup>, 2009; PESSANHA E GOMES, 2014).

Em 2010 a Lei nº 9/2010 é aprovada, permitindo o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, resultando em direitos como constituição familiar. Esta lei implica na admissibilidade legal de adoção em quaisquer das modalidades por pessoas casadas com cônjuge do mesmo sexo, ou seja, o casamento se torna legal para homossexuais e não há diferenças entre casais heterossexuais e homossexuais no que se refere aos direitos de casamento civil. Mais atualmente, no ano de 2016, a lei nº 2/2016 referente à Lei de Adoção, elimina as discriminações ao acesso de adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares (PORTUGAL<sup>3</sup>, 2010; PORTUGAL<sup>4</sup>, 2016). Ou seja, Portugal a cada dia vem implementando leis que regulamentem os direitos dos homossexuais, como também vem implantando medidas educacionais para que este assunto não seja visto como tabu e gerador de preconceito.

### 4 A HOMOPARENTALIDADE NO BRASIL

No Brasil, segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2010, estima-se que há mais de 60 mil casais homossexuais que residem juntos (LAURIANO E DUARTE, 2011). Além disso, segundo a Estatística do Registro Civil, realizada também pelo IBGE, constatou-se que no ano de 2015 foram realizados 5.614 casamentos de pessoas do mesmo sexo, representando um aumento de 15,7% em relação aos anos anteriores (IBGE, 2015).

O direito pode ser condicionado e/ou condicionar a realidade social. Portanto, as mudanças sociais podem repercutir em mudanças jurídicas, com a possibilidade de caminhar em direção à igualdade no que se refere aos direitos dos homossexuais e suas constituições familiares no Brasil. No ano de 2007 foi proposto no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.285/2007, que estabelece o Estatuto das Famílias, prevendo o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, e com

.....

a previsão de outros direitos, como a possibilidade de adoção. Seguindo no caminho contrário, no ano seguinte, o Projeto de Lei de nº 4.508, foi proposto, objetivando deter expressamente a adoção por homossexuais, regredindo na busca deste direito tanto no campo legislativo como no jurisprudencial.

Ainda em busca dos direitos dessas minorias, em 2011, foi lançado então o Projeto de Lei nº 612, que visa permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Em 2013, a Resolução nº 175 dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, os cartórios de todo o território brasileiro não poderão se recusar a celebrar casamento civil de pessoas do mesmo sexo, e caso isto aconteça, o casal interessado pode levar o caso ao conhecimento do juiz corregedor competente para que este determine o cumprimento de medida (BRASIL<sup>1</sup>, 2013).

Ainda em 2013 é criado mais um projeto de lei, denominado Estatuto da Família (Projeto de Lei nº 6.583/13), que se propõe a proteger a entidade familiar conforme descrito na constituição. Porém no artigo 2º deste projeto, a família é definida como núcleo formado entre um homem e uma mulher, seja pelo casamento ou união estável, ou por famílias formadas por um dos pais e seus descendentes, no caso, família monoparental. Neste artigo as famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo ou famílias formadas pela adoção são desconsideradas, visto que se utiliza o termo “descendentes” para se referir aos filhos. Sendo assim, estas constituições não seriam objetos de proteção do estado, resultando em mais um retrocesso, tanto para as famílias homoparentais quanto para as famílias constituídas por filhos adotivos. Este projeto foi arquivado em 2014, porém em 2015 por iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, voltou a tramitar e atualmente o projeto aguarda deliberação para aprovação (BRASIL, 2013; BARANOSKI, 2016).

A Lei Nacional da Adoção - Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009 – que deixou de tratar a adoção por uniões homoafetivas, contudo, não impede os casais de adotarem. Isso porque a adoção se dá por processo judicial e regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/90. Esta lei estabelece, a partir do artigo 42, alguns requisitos para adoção, como possuir mais de 18 anos de idade, independentemente do estado civil e não ser irmão ou ascendente da criança adotada. Para a adoção conjunta é necessário casamento civil ou união estável, sendo comprovada a estabilidade da família, e a diferença mínima de 16 anos de idade da criança adotanda (BRASIL, 1990). Além destes requisitos, serão avaliadas as condições psicológicas e sociais do adotante. Contudo, nenhuma menção sobre a orientação sexual ou gênero da composição do casal é encontrada. Sendo assim, desde que os casais homossexuais apresentem os requisitos do ECA e possuam condições sociais e psicológicas, podem adotar sem nenhum impedimento legal.

Há contradições percebidas no discorrer do texto, em um Estado que se declara laico, mas onde seus representantes ora avançam no reconhecimento dos direitos dos homossexuais, criando programas de apoio e antidiscriminação em relação à orientação sexual, e em outros momentos recuam, não reconhecendo os direitos, muitos deste inclusos na lista de direitos fundamentais (direitos reprodutivos, direito à paternidade/maternidade), gerando dúvidas sobre quem realmente está dirigindo o Estado. Então para que haja coerência entre as leis de um país com sistema federativo, no caso o Brasil, as normas legais devem pautar-se nos princípios e garantias que identificam o modelo consagrado pela Constituição Federal. As orientações para implementação de leis e políticas públicas devem seguir os princípios da dignidade humana, do direito de livre expressão e da isonomia, mas o que se percebe, principalmente com relação aos direitos das minorias excluídas, é o recuo do legislador que deixa de assegurar o direito destes (BARANOSKI, 2016).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionando os três países analisados, é perceptível que no Brasil as políticas voltadas aos direitos de famílias homoparentais caminham a passos lentos. Tanto Suécia quanto Portugal apresentam diversos avanços em relação à ampliação dos direitos de casais homoafetivos, através de políticas públicas de nível nacional e órgãos responsáveis pela efetivação destes direitos. Contudo, cabe destacar algumas das diferenças políticas e religiosas ao se tratar dos países pesquisados, visto que isto possivelmente interfere no processo de tramitação das leis.

Das diferenças relacionadas ao regime político, temos a Suécia como uma monarquia constitucional parlamentarista, Portugal como uma república constitucional semipresidencialista e o Brasil como uma república federativa presidencialista, o que representa um grande afastamento entre os modelos políticos. Além disso, há diferença considerável com relação à predominância religiosa entre a Suécia e os demais países. De acordo com algumas pesquisas, na Suécia o percentual de pessoas que afirmam não acreditar em Deus ou que se denominam ateus varia entre 46% e 85% (ZUCKERMAN, 2006). Em Portugal, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), um censo realizado em 2011 apontou que 81% dos portugueses consideram-se católicos. No Brasil, segundo o IBGE (2010) constatou-se que 65% dos brasileiros consideram-se católicos romanos e 13,4% evangélicos pentecostais/neopentecostais.

Percebe-se que apesar da forte predominância religiosa em Portugal, este aspecto não impediu os avanços voltados aos direitos LGBT, enquanto no Brasil acontece justamente o contrário. Evidentemente a religião e o poder andam muito próximos, e no Brasil nota-se que frequentemente a religião, especialmente a cristã, influencia as decisões do Estado. Isso gera tensões entre o âmbito legal e os dogmas religiosos, como no caso da configuração legal da entidade familiar. No Brasil o Código Civil e quaisquer outras regulamentações estatais, estabelecem que família é constituída pela união de pessoas de sexo diferentes, e observa-se que grupos religiosos (como a bancada dos evangélicos, dos deputados cristãos, Conferência Nacional dos Bispos – CNBB) lutam vigorosamente contra o reconhecimento de direitos ligados a famílias homoparentais a partir do argumento de que tal configuração é contrária à concepção de família ideal, heterossexual e com função procriadora (BARANOSKI, 2016).

Todavia, podemos afirmar que cada avanço conquistado pelo movimento LGBT no Brasil merece reconhecimento, e que através dos dados obtidos cientificamente e através das experiências de outros países o Brasil deve refletir sobre suas atuais políticas, bem como, sobre os meios de educação voltadas à diversidade familiar para que possivelmente alcancemos menores índices de violência e de preconceito contra pessoas LGBT.

## REFERÊNCIAS

- ABOIM, S. **A sexualidade dos portugueses**. Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.
- AMERICAN Psychological Association (APA). **Lesbian and Gay Parenting**. Washington, DC: Author, 2005.
- ALARCÃO, M. (Des)equilíbrios familiares: uma visão sistemática. Coimbra: Quarteto, 2000.
- BARANOSKI, M. C. R. **A adoção em relações homoafetivas**. 2. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2016. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/ym6qv/pdf/baranoski-9788577982172.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017.
- BRASIL. Resolução nº 175, de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. **Resolução Nº 175, de 14 de maio de 2013**. Brasília, Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/resol\\_gp\\_175\\_2013.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_175_2013.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional da Justiça. **Encontros e desencontros da adoção no Brasil: uma análise do Cadastro Nacional da Adoção do Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2017

CARTER, B. *et al.* **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma Estrutura para a Terapia Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

CECCARELLI, P. R. Novas Configurações Familiares: Mitos e Verdades. **Jornal de Psicanálise**. São Paulo, p. 89-102. jun. 2007.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, M. C.; TAKAHASHI, R. F.; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista Escola de Enfermagem**, São Paulo, p.1260-1266, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n5/v45n5a33.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

FONSECA, C. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. **Estudos Feministas**, p. 769-783, 2008.

GARCÊZ, Y. S. S.; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; DOS SANTOS, Manoel Antônio. Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 3, 2013.

GOLDBERG, A. E. **Lesbian and Gay Parents and Their Children: Research on the Family Life Cycle**. Washington: American Psychological Association, 2010

IBGE. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <[http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag\\_203\\_Religi%C3%A3o\\_Evang\\_miss%C3%A3o\\_Evang\\_pentecostal\\_Evang\\_nao%20determinada\\_Diversidade%20cultural.pdf](http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religi%C3%A3o_Evang_miss%C3%A3o_Evang_pentecostal_Evang_nao%20determinada_Diversidade%20cultural.pdf)>. Acesso em: 12 jul 2017.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil**. v.1, Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc\\_2015\\_v42.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2015_v42.pdf). Acesso em: 13 jul 2017.

INE, Instituto Nacional de Estatística. **Recenseamento da população e habitação - Censos 2011**. Disponível em: <[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006396&selTab=tab10](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006396&selTab=tab10)> Acesso em: 12 jul 2017.

LAURIANO, C.; DUARTE, N. **Censo 2010 contabiliza mais de 60 mil casais homossexuais**. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/censo-2010-contabiliza-mais-de-60-mil-casais-homossexuais.html>>. Acesso em: 25 set. 2016.

MOZ, M. Diferenças de Gênero e Famílias Homoparentais. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2016, Lisboa. **Anais**. Lisboa: Iscte, 2006. p. 01 - 08. Disponível em: <<http://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/MozMargarida.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.

OLIVEIRA, D. B. B. O Movimento LGBT e a Luta pelo Reconhecimento da Família Homoparental. **Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1483>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

PASSOS, M. C. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psicologia Clínica**, v. 17, n. 2, 2005.

PESSANHA, J. F.; GOMES, M. S. V. O respeito à diversidade e a formação social do indivíduo: uma análise do bullying sofrido por crianças advindas de famílias homoafetivas. **Opinião Jurídica**, Medellín, v. 13, n. 25, p.51-68, jun. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1692-25302014000100004](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25302014000100004)>. Acesso em: 21 ago. 2016.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Sétima revisão constitucional, 2005. Disponível em: <[http://pdf.leya.com/2012/Aug/constituicao\\_da\\_republica\\_portuguesa\\_2012\\_mrcl.pdf](http://pdf.leya.com/2012/Aug/constituicao_da_republica_portuguesa_2012_mrcl.pdf)> Acesso em: 20 jun. 2017

PORTUGAL. **Lei n.º 60/2009 de 6 de agosto**. Diário da República, 1.ª série – N.º 151 – 6-8-2009. Lisboa: Assembleia da República. pp. 5097-5098. Acesso em: 20 jun. 2017.

PORTUGAL. **Lei N.º 9/2010, de 31 de Maio**. Disponível em: <[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1249&tabela=leis&so;\\_miolo=>](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1249&tabela=leis&so;_miolo=>)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PORTUGAL, 2016. **Lei N.º 2/2016**. Disponível em: <[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=2515&tabela=leis&so;\\_miolo=>](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2515&tabela=leis&so;_miolo=>)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 2.285/2007**. Estatuto das Famílias. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 4.508/2008** – Proíbe a adoção por homossexual. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>> Acesso em: 12 jul. 2017.

SUÉCIA. **Sweden's Constitution of 1974** with Amendments through 2012. Disponível em: <[https://www.constituteproject.org/constitution/Sweden\\_2012.pdf?lang=en](https://www.constituteproject.org/constitution/Sweden_2012.pdf?lang=en)>. Acesso em: 12 jul 2017.

FRA, European Union Agency for Fundamental Rights. **European Union lesbian, gay, bisexual and transgender survey: Results at a glance**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013. Disponível em: <<http://fra.europa.eu/en/publication/2013/eu-lgbt-survey-european-union-lesbian-gay-bisexual-and-transgender-survey-results>>. Acesso em: 12 jul 2017.

ZUCKERMAN, P. Atheism: Contemporary numbers and Practices. In: Michael Martin. **The Cambridge Companion to Atheism**. [S.l.]: Cambridge University Press. pp. 47–68, 2006. Consultado em 3 de março de 2012.

## PROJETO PARA ESTRUTURAÇÃO DE UM NÚCLEO DE APOIO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA (SC)

CINDY LÍRIO BRITTES<sup>91</sup> | TAIJANA FERREIRA<sup>91</sup> | GABRIELA AMARAL<sup>91</sup> | LUANA FAGUNDES<sup>91</sup>  
THAÍS BOLOGNINI<sup>91</sup> | JAQUELINE COELHO RODRIGUES DA SILVA DE PAULA<sup>91</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente projeto estabelece uma proposta metodológica de estruturação de um Núcleo de Apoio à Saúde da Mulher no município de Itapema (SC). A proposta foi levantada durante a discussão do tema “Integralidade e Equidade da Saúde da Mulher”, através da Pré Conferência de Saúde da Mulher no bairro Meia Praia em Itapema/SC. O foco do projeto trata sobre as suas ferramentas de organização e desenvolvimento do processo de trabalho para fortalecer a perspectiva da integralidade e do cuidado da mulher. Se realiza a articulação de ações em conjunto com as redes de serviços e de apoio, superando a lógica da referência e contra referência. O que não necessariamente implica um cuidado compartilhado e resolutivo. O projeto será desenvolvido pela necessidade da criação de um desenho ou modelagem da implantação de um serviço estruturado a partir das demandas de saúde da mulher no município de Itapema no Vale do Itajaí/SC, em abril de 2017.

Se pretende desenvolver uma proposta metodológica para a criação de um Núcleo de Apoio à Saúde da Mulher no município de Itapema/SC. Relacionando as ferramentas de organização com o panorama da saúde da mulher no município de Itapema, a partir de um desenho ou modelagem de estruturação advindo de sugestões críticas para o desenvolvimento do processo de trabalho interdisciplinar, se busca garantir a atenção integral à saúde da mulher, apoiando os serviços de assistência social e jurídica para mulheres.

O atendimento à mulher pelo sistema de saúde tem se limitado, quase que exclusivamente, ao período gravídico-puerperal, e mesmo atendendo nesta perspectiva se torna deficiente. A assistência preventiva e de diagnóstico precoce de doenças ginecológicas malignas, outros aspectos, como a prevenção, detecção e tratamento de doenças de transmissão sexual, repercussões biopsicossociais da gravidez não desejada, aborto e acesso a métodos e técnicas de controle da fertilidade são aspectos que tem ficado em plano secundário. Esse quadro assume importância ainda maior ao se considerar a crescente presença da mulher na força de trabalho, além do seu papel fundamental no núcleo familiar (BRASIL, 2017).

Em relação à atenção integral à mulher, o objeto primordial da proposta apresentada neste projeto parte de uma necessidade levantada pela população usuária dos serviços de saúde. Se origina um espaço dotado de meios adequados e facilitador de esforços na articulação entre os níveis de poderes para oferecer atividades de assistência integral clínico-ginecológica e educativa, voltadas ao aprimoramento do controle pré-natal, do parto e do puerpério (BRASIL, 2013; BRASIL, 2016).

São aspectos de grande importância: a abordagem dos problemas presentes desde a adolescência até a terceira idade; o controle das doenças transmitidas sexualmente, o câncer cérvico-uterino e mamário e a assistência para concepção e contracepção. As proposições contidas neste documento sem qualquer idade, devem refletir o conceito de assistência integral à saúde da mulher, preconizado pelo Ministério da Saúde: ações de saúde dirigidas para o atendimento global das necessidades prioritárias desse grupo populacional e de aplicação ampla no sistema básico de assistência à saúde (BRASIL, 1985; BRASIL, 2013).

<sup>91</sup> Residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/ Saúde da Família - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí/SC

## 1 METODOLOGIA

A segunda Conferência Nacional de Saúde da Mulher surge com a necessidade de efetivação dos direitos das mulheres a partir do controle social. A residência Multiprofissional em Saúde da Família, a partir das Pré Conferências Municipais de Saúde da Mulher no município de Itapema/SC, participou e impulsionou a realização da Conferência Municipal de Saúde da Mulher. As Pré-Conferências Municipais de Saúde da Mulher foram divididas em três grandes áreas, com o objetivo de elencar propostas a partir das necessidades relatadas pela população presente para serem levadas para a Conferência Municipal de Saúde da Mulher. O método de intervenção durante os encontros iniciou com um teatro para problematização da saúde da mulher, abordando casos e estatísticas de violência. Após a discussão sobre a reflexão e a provocação que o teatro proporciona foi realizada a introdução histórica e política sobre a saúde da mulher no Brasil. A discussão das propostas é apresentada os quatro eixos que englobam a conferência: Eixo I - O papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seus reflexos na vida e na saúde das mulheres; Eixo II - O mundo do trabalho e suas consequências na vida e na saúde das mulheres; Eixo III - Vulnerabilidades nos ciclos de vida das mulheres na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres; Eixo IV – Políticas Públicas para Mulheres e Participação Social. Diante das três pré-conferências realizadas surgiram propostas como: Independência da mulher nas decisões sobre seu corpo; Educação sexual Intersetorial em todos os ciclos de vida; Otimização da rede de amparo à mulher em situação de risco; Creches de período integral; Criação do Núcleo de apoio à saúde da mulher com profissionais capacitados; Autonomia referente à decisão de realização à cirurgia de laqueadura, entre outros. A partir das necessidades apontadas percebe-se que a maioria das propostas permeiam questões relacionadas ao acesso das mulheres aos serviços de saúde devido aos horários estabelecidos, a dificuldade de cuidar da própria saúde frente a uma tripla jornada diária de trabalho, a necessidade do olhar sensível para a mulher como ser autônomo nas decisões sobre seu próprio corpo e a falta de capacitação dos profissionais para lidar com as diferentes necessidades de saúde de cada mulher. Frente à demanda levantada percebe-se a importância da participação social no enfrentamento de problemas no âmbito da saúde, assim como da democracia participativa.

O núcleo atende mulheres através de ações preventivas, como cursos profissionalizantes e palestras educativas. Há também a parceria com a Delegacia de Mulheres, CREAS, Conselho Tutelar e Assistência Social para atendimento a mulheres em situação de violência conjugal e intrafamiliar. O objetivo consiste em ser o ponto de referência municipal para o acolhimento das mulheres, oferecendo horário de atendimento acessível para as munícipes inseridas no mercado de trabalho, que não conseguem acesso aos demais serviços oferecidos em horário comercial. Pretende-se que o local seja constituído por uma rede multiprofissional especializada em saúde da mulher, oferecendo atendimentos em saúde, assim como em assistência social e apoio jurídico.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A estratégia de estruturação do Núcleo de Apoio Saúde da Mulher no município de Itapema, enfatiza o sistema de saúde vigente no país, o Plano Nacional de Atenção à Saúde da Mulher (PAISM), através dos seguintes eixos: 1) Atenção qualificada às mulheres com queixas ginecológicas em todas as fases dos ciclos de vida: infância, adolescência e fase adulta, considerando menarca, menacme (período compreendido entre a menarca e a menopausa), climatério e menopausa; 2) Atenção às doenças infecciosas, como as DST, que devem ser temas abordados com família e/ou parceiro(as) sexuais; 3) Atenção à saúde sexual e reprodutiva: planejamento familiar, tanto nos casos de infertilidade do casal, quanto na anticoncepção; pré-natal qualificado, também para os casos de risco não habitual; conscientização sobre o que é parto humanizado e aborto legal, além da assistência ao puerpério.



Todas essas ações devem sempre abordar o casal, independentemente da orientação sexual ou da idade, garantindo os direitos sexuais e reprodutivos, direcionados para a visão de gênero e considerando o caráter sociocultural da população em que a mulher está inserida; 4) Ações de saúde mental; 5) Atenção à violência contra a mulher; 6) Atenção às principais doenças crônicas e degenerativas: a HAS, diabetes, câncer de mama e de colo uterino; 7) Inclusão da visão de gênero, raça e etnias. As ações são realizadas a partir da técnica de trabalho multidisciplinar, que poderá identificar, diagnosticar, tratar e acompanhar corretamente (BRASIL, 2009; BRASIL, 2012; BRASIL, 2017).

A desatenção aos aspectos integrais da saúde da mulher explica também a importância secundária que se dá a profilaxia e terapêutica da morbidade clínica, bem como aos fatores ligados ao aparelho reprodutivo. Nas políticas lançadas pelo Ministério da Saúde, se tem buscado a geração de métodos e processos de trabalho mais criativos e realistas, contemplando uma melhor utilização dos recursos disponíveis para o atendimento das necessidades mais essenciais. Nesse sentido, se busca a interação com outras instituições públicas que compartilham o mesmo tema. Nessa perspectiva, propõe-se realizar novos investimentos, destinados a dotar de capacidade resolutiva na atenção básica dos serviços de saúde (BRASIL, 2011; BRASIL, 2017).

Sabe-se que a assistência preventiva e de diagnóstico precoce de doenças ginecológicas malignas, outros aspectos, como a prevenção, detecção e terapêutica de doenças de transmissão sexual, repercussões biopsicossociais da gravidez não desejada, abortamento e acesso a métodos e técnicas de controle da fertilidade, são questões que têm sido regaladas a plano secundário. Esse quadro assume importância ainda maior ao considerar a presença da mulher no mercado de trabalho, além do papel fundamental no núcleo familiar (BRASIL, 2009; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012).

Segundo o que foi levantado, o primeiro passo para sua concretização seria a criação de uma equipe de servidores municipais para finalização e implementação do projeto, definindo aspectos como a verba a ser utilizada, a contratação de profissionais especializados, determinação do espaço físico, materiais e equipamentos necessários, assim como a determinação do fluxo de ações e redes de apoio. A equipe deverá ter potencial efetivo para o processo educativo e participativo que valoriza usuários e participantes, sendo sensível à identificação e busca de soluções para problemas que emergem da prática da atenção individual às mulheres. Espera-se desenvolver e implementar o atendimento das necessidades das mulheres usuárias infanto-juvenis, adultas e idosas, priorizando os casos de vulnerabilidade ou risco social, com atividades de apoio e orientação personalizada, de mobilização e de defesa de direitos, através da prática clínica e ações socioeducativas que visem a promoção da autonomia, da satisfação, segurança e da qualidade de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às situações de vulnerabilidade enfrentadas pelas mulheres do município é clara a importância social do projeto, assim como sua resolutividade no enfrentamento de condições de saúde. O núcleo de apoio à saúde da mulher depois de estruturado pode servir como modelo para implantação em outros locais, já que sua necessidade é uma realidade presente na maioria dos municípios do estado. Nesse sentido, o presente projeto visa acolher as necessidades das mulheres em todas as fases do ciclo de vida, promovendo dessa forma uma melhor qualidade de vida e autonomia. Salienta-se por fim que a implementação deste projeto visa o aumento da resolutividade no atendimento às mulheres munícipes de Itapema (SC).

## REFERÊNCIAS

BRASIL; Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde **Documento orientador: 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres**. Saúde das Mulheres: Desafios para Integralidade com Equidade. Brasília. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Seminário Nacional de Saúde das Mulheres.

**Histórias e lutas inscritas em nossos corpos e expressas em nossa saúde: nenhum direito a menos**. Brasília, 2016.

BRASIL; Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

**Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília, 2013.

BRASIL; Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Projetos, Programas e Relatórios. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL; Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.

**Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília. 2009.

BRASIL; Ministério da Saúde. Centro de Documentação do Ministério da Saúde. Brasília. **Assistência integral a saúde da mulher: bases de ação programática**. Brasília, 1985.

# POLÍTICAS VOLTADAS A VIOLÊNCIA E GÊNERO: MULHER

ALINE MULLER<sup>92</sup> | DAIANE DE MATOS RIBEIRO<sup>92</sup> | JHONNY WYLLAND LEAL CABRERA<sup>92</sup>  
JEFERSON RODRIGUES<sup>92</sup> | LUCILENE OLIVEIRA FARIAS<sup>92</sup> | YSLAINE RIBEIRO GONZAGA<sup>92</sup>  
TATIANA RAQUEL STUMM DA CRUZ<sup>93</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado pelos acadêmicos do curso de enfermagem, voltada a violência contra a mulher, retratando o que as políticas públicas no traz a respeito desse tema.

Política Pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. O conceito de Políticas Públicas pode possuir dois sentidos diferentes. No sentido político, encara-se a política pública como um processo de decisão, em que há naturalmente conflitos de interesses. Através das políticas públicas, o governo decide o que fazer ou não fazer. (SOUZA, 2006).

É obrigação do Governo Federal garantir que o Brasil evolua e assegure os Direitos Humanos. A Constituição Federal define como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Com o passar dos tempos as mulheres ganharam um papel de suma importância na sociedade atual, onde ela exercem a posição cada vez maior de protagonista, ainda sofre desrespeito sobre as diversas áreas que elas ocupam na sociedade. Para fazer frente às demandas de igualdade de gênero foi criado, em 1983, o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo. Em 1985, criou-se a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, órgão eminentemente voltado para reprimir a violência contra a mulher.

Desde a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram fortalecidas por meio da elaboração de conceitos, diretrizes, normas; e da definição de ações e estratégias de gestão e monitoramento relativas à temática. Até então, as iniciativas de enfrentamento à violência contra as mulheres constituíam, em geral, ações isoladas e referiam-se basicamente a duas estratégias: a capacitação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e a criação de serviços especializados, mais especificamente Casas-Abrigo e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. (BRASILIA, 2011).

## 1 OBJETIVO GERAL

O objetivo dessa pesquisa bibliográfica é trazer os conceitos dos tipos de violência, quando foi criada a DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher), depois dessa Política Pública veio a criação da Lei Maria da Penha, que veio para combater as violências contra a mulher e como o Enfermeiro deve agir perante a mulher violentada.

<sup>92</sup> Graduação em andamento em Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

<sup>93</sup> Docente no curso de graduação em Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

## 2 METODOLOGIA

O método utilizado na revisão bibliográfica, foram artigos pesquisado, na base de dados: Scielo, Lilacs. Foram utilizados os seguintes descritores: Políticas Públicas, violência contra mulher, direitos humanos, Lei Maria da Penha.

## 3 DESENVOLVIMENTO

Violência é um comportamento deliberado e consciente, que pode provocar lesões corporais ou mentais à vítima. O termo vem do latim “*violentia*” e está associado à ação que é executada com força ou brutalidade que se realiza contra a vontade do outro. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Segundo o Ministério da Saúde (2002), violência de gênero é aquela exercida de um sexo sobre o oposto. Em geral, refere-se à violência contra a mulher, sendo que o sujeito passivo é uma pessoa do gênero feminino. De qualquer forma, a violência de gênero também pode incluir as agressões físicas e psíquicas que uma mulher pode exercer sobre um homem. Em contrapartida, a ideia não contempla os comportamentos violentos de pessoas do mesmo sexo.

Segundo a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011), a violência contra as mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos. As mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na maioria das vezes praticado por seus companheiros, ex-companheiros e familiares. É um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, estados civis, escolaridade, raças e até mesmo orientação sexual.

Segundo a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011), em 1985 a 2002, ocorreu a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e de Casas-Abrigo, que foi o principal eixo da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, cuja ênfase estava na segurança pública e na assistência social. Esse foco constituiu também a base do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, sob gerência da Secretaria de Estado de Direitos da Mulher (SEDIM), criada em 2002. Marcando assim mais um avanço nas políticas públicas para as mulheres.

Depois da criação da DEAM, a outra política pública de gênero criada foi a Lei nº. 11.340/06 - Maria da Penha. Esta lei significou a concretização de um instrumento legal de combate a violência contra a mulher, e foi elaborada através de um demorado processo de discussões e audiências públicas, com a presença de inúmeros segmentos sociais. A partir da Lei, os crimes devem ser julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Dentre outras conquistas vale citar, a proibição da aplicação de penas pecuniárias aos agressores, e a determinação de encaminhamentos das mulheres em situação de violência, assim como seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social.

A Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Recebeu esse nome em homenagem a uma brava senhora, chamada Maria da Penha Maia Fernandes, que foi vítima de um caso simbólico e violência doméstica e familiar contra a mulher e lutou para que seu agressor fosse condenando. (OLIVEIRA, 2010).

A lei criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme prevê art. 226, §8º, da Constituição Federal, da Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Violência contra a Mulher, dispondo da criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além de estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. As Delegacias de Defesa da Mulher foram criadas para dar maior

sustentação às reclamações da população feminina contra as agressões sofridas no âmbito doméstico. (OLIVEIRA, 2010).

Inicialmente, a mulher que foi agredida deverá fazer o registro da ocorrência na Delegacia Especializada da Mulher ou Delegacia de Polícia, pessoalmente ou por telefone. Se for o caso pode ser submetido ao exame corpo de delito, requerendo, ainda na Delegacia, as medidas protetivas de urgência, sem necessidade de advogado. Conforme os artigos 2º e 3º da Lei nº. 11.340/2006 que dispõem:

Art. 2 Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3 Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Ainda segundo a Lei Maria da Penha, a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher se dará por meio de articulado conjunto de ações da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e ações não-governamentais integrando Poder Judiciário,

Ministério Público e Defensoria Pública com áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação. É garantida a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária gratuita em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

A violência decorrente da diversidade de gênero encontra-se inserida em um contexto social marcado por um pensamento que enaltece a desigualdade entre os sexos. Assim, tal pensamento, fundado na desigualdade de gêneros e na inferioridade feminina, ensejou a inovação legislativa para proteger essa parte da população vítima desta violência. (OLIVEIRA, 2010).

Em suma, a violência de gênero representa um retrocesso social, visto que, uma sociedade marcada por altos índices dessa modalidade de violência aproxima-se mais dos tempos primitivos e distancia-se do futuro, onde as diferenças entre homens e mulheres estarão restritas às características biológicas e anatômicas, não havendo assim submissão de um gênero ou outro. (OLIVEIRA, 2010).

A dimensão do problema da violência doméstica, tanto em termos de alto número de mulheres atingidas, quanto das sérias consequências (psíquicas, sociais e econômicas), tornou-se um fenômeno que começou a ganhar visibilidade social, e foi estimulando e gerando uma série de eventos e debates em que os direitos humanos das mulheres passaram a ser conceituados até internacionalmente.

O Conselho Nacional de Justiça destaca que diante dos problemas históricos de violência contra a mulher, certas legislações contemplam uma discriminação positiva relativamente à mulher ao protegê-la em relação ao homem. Há inclusive casos de violência da mulher sobre o homem e que não são considerados delitos.



Em 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o dia 25 de novembro com o Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres, forma de homenagear a memória das irmãs Mirabal, três ativistas da República Dominicana, assassinadas brutalmente. Convém destacar, de acordo com as estatísticas, uma a cada quatro mulheres terá sido abusada sexualmente, ao passo que cerca de 120 milhões de mulheres já foram submetidas a mutilações genitais.

O conceito de violência contra as mulheres, adotado pela Política Nacional, fundamenta-se na definição da Convenção de Belém do Pará (1994), segundo qual a violência contra a mulher constitui “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”.

A violência contra mulher pode se manifestar de várias formas e com diferentes graus de severidade. Estas formas de violência não se produzem isoladamente mas fazem parte de uma sequência crescente de episódios, do qual o homicídio é a manifestação mais extrema. Há vários tipos de Violência:

Violência intrafamiliar é ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao desenvolvimento do membro da família. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Violência doméstica, inclui outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem empregados, agregados. Incluem: abuso físico, sexual, psicológico, negligência e abandono. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Violência física, quando pessoa que está em relação de poder em relação a outra, causa ou tenta causar dano não acidental seja por força física, algum tipo de arma, podendo provocar ou não lesões externas, internas ou ambas. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Violência sexual: ato ou tentativa de relação sexual sob coação ou fisicamente forçada, no casamento ou outros relacionamentos. É cometida grande parte das vezes por conhecidos das mulheres, envolvendo vínculo conjugal (esposo/companheiro) no espaço doméstico, o que colabora para sua invisibilidade.

Violência psicológica, ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Violência econômica ou financeira, são atos destrutivos ou omissões do agressor que afetam a saúde emocional e a sobrevivência dos membros da família. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Violência moral, ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra, a reputação da mulher. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Como lidar com as mulheres agredidas, essa discussão que muitas vezes os profissionais de saúde não sabe como conduzir essa cliente, que da entrada a um ambiente hospitalar ou até mesmo nas unidades básicas de saúde. Ressaltando que os profissionais de saúde deve contar com o apoio dos profissionais da prevenção a violência, onde vai ser a porta de entrada, (serviços de emergência na saúde, delegacias, serviços da assistência social), da mulher vítima de violência que devem trabalhar de forma articulada no sentido de prestar uma assistência qualificada, integral à mulher em situação de violência.

O trabalho de rede surge, então, como um caminho para superar essa desarticulação e a fragmentação dos serviços, por meio da ação coordenada de diferentes áreas governamentais, com o apoio e monitoramento de organizações não governamentais e da sociedade civil como um todo.

O conceito de Rede de atendimento refere-se à atuação entre as instituições, serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. A constituição da rede de atendimento busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a cultura, entre outras. (BRASILIA, 2011).

## CONCLUSÃO

Os atos de violência contra gênero: mulheres, tendem a diminuir se houver mecanismos necessários ao tratamento dessa questão, através da promoção de Políticas Públicas que visam o atendimento integral da mulher em situação de violência, além de capacitação dos profissionais que atuam nessa área, a fim de fortalecer a rede de atendimento às mulheres.

Esses profissionais de diferentes áreas estando capacitados para um atendimento integral a essas mulheres, cabe a eles promover ações educativas na comunidade, possibilitando que as mulheres se libertarem do medo, da vergonha e da insegurança de enfrentar a situação em que se encontram e passarem a reagir contra a violência.

O gênero não se refere somente a mulher. Trata-se das relações entre homens e mulheres na sociedade, relações construídas ao longo da história, que mudam continuamente e que se manifestam de formas diferentes dependendo de cada lugar e de cada época.

Com base na pesquisa fica claro que há várias maneiras das mulheres sofrerem violência, através dos conceitos trazidos no decorrer do trabalho eles mostram que violência não é somente a agressão. Muitas mulheres procuram os serviços de saúde para tratar a dor, tentando esconder que foi violentada, cabe a nós futuros Enfermeiros ter um olhar clínico, estar capacitado para acolher e encaminhar essa mulher ao um serviço adequado para a solução do problema.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 11.340, 7 de Agosto de 2006**. Brasília. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil> Acesso em: 20 de abril de 2017 às 18:21 hs.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria Especial de Políticas para mulheres**. Memória 2003-2006: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/Presidência da república. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2006.

FERREIRA, L, MELLO, S. Cuidar mulheres em situação de violência: empoderamento da enfermagem em busca de equidade de gênero. **Rev. Gaúcha de Enferm.** v.36, n. spe, Porto Alegre 2015.

LIMA, L. L. G.; SOUSA, F. C.; SOUZA, S. A. **Os desafios da lei maria da penha como política pública de gênero**. Rio de Janeiro: Diásporas, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência intrafamiliar**: orientações para a prática em serviço. Brasília/DF, 2002.

OLIVEIRA, G. F. **Violência de gênero**. Brasília/DF, 2010. Disponível em <www.oabsp.org.br/violencia-de-genero-lei-maria-da-penha> acesso em: 15 de abril de 2017 às 1:35 hs.

REDE Feminista de Saúde. **Dossiê**: violência contra a mulher. Disponível em: < www.redesaude.gov.br> acesso em 15 de abril de 2017 às 2:00 h.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

*Mãos de Vida nas Políticas*

3

## **MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS**



# DESCALÇO NA SIMPLICIDADE TRANSFORMADORA DE UMA ECOVILA: UMA REFLEXÃO DE SUAS PRÁTICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

CARLA SIMONE SANTOS SCHETTERT<sup>94</sup> | FLÁVIO RAMOS<sup>95</sup>

## INTRODUÇÃO

A pesquisa buscou conhecer uma *ecovila* - assentamento humano que pode ser estruturada tanto no meio rural como no meio urbano, bastando apenas que haja a união de propósitos de um grupo de pessoas desejosas pela preservação ao meio ambiente e relações comunitárias. Suas práticas e motivações levaram esse agrupamento na forma de comunidade, a obter o reconhecimento pela “ONU no ano de 1998, como uma das 100 melhores práticas para o desenvolvimento sustentável, como modelo excelência de vida sustentável” (SANTOS JR, 2006).

O fenômeno não surge em forma de um modelo pré-estabelecido; eis que pode divergir em intenções, e por inúmeras possíveis inclinações de cunho religioso, ideológico, filosófico, ambiental, dentre outras. O interesse por essas comunidades tem crescido por parte de pessoas, entidades, governantes e ainda que discretamente, em trabalhos científicos, sendo que as ecovilas se apresentam nas palavras de Jonathan Dawson (2006) “como laboratórios de experimentações”, alcançando as esferas culturais, sociais, econômicas e ambiental/ecológica, mantendo a interdependência entre elas.

Através de um retrospecto na formação de diversas comunidades-modelos, das quais as ecovilas contemporâneas se espelham e conservam aspectos culturais em suas mais relevantes práticas, extraiu-se dos ensinamentos de Zygmund Bauman (2003) e Martin Buber (1985) reflexões acerca das motivações do viver comunitário, da construção etimológica à reflexão atual de seu conceito, sempre em constante transformação.

As ecovilas foram retratadas ricamente a partir da década de 90, com as contribuições dos historiadores Robert Gilman (1991), Hildur Jackson; Karen Svensson (2002), Jonathan Dawson (2006), Bill Metcalf; Diane Christian (2003), determinantes para a leitura mais aproximada da realidade dessas comunidades.

O objetivo geral foi conhecer o assentamento humano de uma *ecovila*; seus conceitos, seus interesses e intenções enquanto comunidade alternativa e, reconhecer se suas práticas se classificam dentro das cinco dimensões de eco-desenvolvimento sustentável, pela teoria de Ignacy Sachs (2002), guardando entre si, uma relação de interdependência, para ao final, propor reflexões de suas práticas na formulação de políticas públicas. Desse objetivo principal formularam-se os objetivos específicos dos quais foram tripartidos em:

I - Analisar esse novo conceito de comunidade alternativa, dentro dos pilares dimensionais do eco-desenvolvimento, na conformidade da teoria de Ignacy Sachs, e se de fato, as ecovilas são práticas de excelência de sustentabilidade.

<sup>94</sup> Mestre Profissional em Gestão de Políticas Públicas - Universidade do Vale do Itajaí.

<sup>95</sup> Doutor em Sociologia Política e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Possui graduação em Economia pela Universidade Cândido Mendes - UCAM (RJ). Atualmente é professor titular da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI e Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas - PMGPP. Áreas de interesse: sociologia das organizações, administração pública, mudança e cultura organizacional.

II – Avaliar a existência de possíveis influências de suas práticas na construção de uma modernidade mais sustentável.

III - Refletir sobre os conceitos encontrados e a viabilidade ou não, na formulação de políticas públicas sustentáveis.

A pesquisa optou pela aplicação do método fenomenológico, que se mostrou eficiente no desenvolvimento ao longo da investigação e na aquisição da coleta de dados, em uma melhor adaptação à construção dos objetivos perseguidos, e que em consonância ao entendimento dos autores Morin; Ciurana; Motta (2003) “o método é uma estratégia do sujeito que também se apóia em segmentos programados que são revistos em função da dialógica entre as estratégias e o próprio caminhar”.

O levantamento proposto abordou moradores, simpatizantes, visitantes e participantes das vivências proporcionadas pela ecovila pesquisada, além de uma observação que seguiu critérios aceitos pelo método. Foram contempladas além das pesquisas (questionários), relatos (entrevistas, observações, depoimentos e diálogos informais) de atores participantes. Consideramos a pesquisa, portanto, como uma pesquisa empírico-fenomenológica, que investigou aspectos da vivência subjetiva ou perceptiva dos atores participantes citados acima.

Ainda sobre o método, concordamos que vem sendo um recurso privilegiado para o estudo das vivências subjetivas, como no caso em questão, como acentua De Castro e Gomes (2011) “É a clareza da redução que elucidará o inesperado, a surpresa, o novo da interpretação, permitindo a replicação e novas descobertas. Essa condição certamente é uma meta que preocupa e desafia aos praticantes do método”. Há uma particularidade quanto à escolha do método, atentando que o estudo é de origem interdisciplinar, tendo alcançando vários atores, de múltiplas vivências e motivações, e, ainda de diferentes condutas, oferecendo uma diversidade dentro do mesmo fenômeno.

Temos que “A fenomenologia não é mais uma novidade e tampouco pode ser reduzida às preocupações humanistas e existenciais. Constitui-se um modo original de reflexão epistemológica que depois levará à revisão das práticas científicas em geral” (DE CASTRO; GOMES, 2011), de acordo com Martins; Bicudo (1989) a fenomenologia descreveria a experiência do homem, da forma como ela se apresenta e não segundo os parâmetros pré-estabelecidos, como algumas ciências naturais. É uma forma um tanto quanto inovadora de se fazer ciência. A pesquisa qualitativa, que substitui as correlações estatísticas pelas descrições individuais, e as conexões causais por interpretações oriundas das experiências vividas. O método fenomenológico alcançou ponto essencial para a intencionalidade e a direção da consciência aplicando um melhor compreender “o mundo” (MARTINS, 1992).

O recorte empírico ocorreu em uma ecovila no sul do Brasil, com uma população de 20 a 30 moradores (números imprecisos pela grande rotatividade) desenhando o campo de estudo. O fenômeno que se caracterizava em lugar definido, residentes em edificações convencionais e não convencionais e com práticas *modus vivendi* não habituais. Os meios utilizados na investigação da *pesquisa de campo* com a coleta de dados, contou com o detalhamento de uma *observação participante*. Acerta Bourdieu (2002), quando diz que o pesquisador que abraça o meio da coleta de dados pela observação participante, torna-se um “quase-sujeito” e um “quase-objeto”, e sinaliza a necessidade de alguns cuidados, para não “contaminar” o campo.

O *habitus* encontrado merece atenção do pesquisador, em melhor descrição de Pierre Bourdieu (1996) “o *habitus* é um corpo organizado de estruturas de um determinado campo, que acaba pautado na prática e na percepção do mundo dentro desse próprio campo”. E que conduz tanto as condições objetivas, quanto as subjetivas desse dito campo, assim tanto as estruturas, quanto a percepção dos sujeitos entram em sintonia, e tudo parece mais evidente.



A opção por dados de uma pesquisa *qualitativa*, integrados na totalidade de todas as informações obtidas foram as bases das análises. Salientamos, entretanto, a dificuldade ante a interdisciplinaridade encontrada no campo de estudos com múltiplas práticas que por consequência interligam-se as múltiplas dimensões da sustentabilidade, mantendo a interdependência entre elas. Exigiu-se da pesquisadora uma abrangência superior à originalmente proposta. A opção de estruturação foi complexa, pois se buscou delinear as especificações conceituais, que por fim, levaram às soluções encontradas para essa leitura.

O fenômeno estudado e sua abrangência trouxeram a tarefa nada fácil de um recorte empírico, além do que, o objeto é de franca transformação, com dinâmico fluxo de ideias e construções e desconstruções. Viu-se, portanto a necessária análise comparativa, ainda que complexa, com temas sobre as práticas das ecovilas e as dimensões da sustentabilidade e dessas a extração de reflexões no campo das políticas públicas (aplicabilidades de abrangência governamental).

## 1 DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO

Dentre os muitos aspectos importantes a serem destacados nas ecovilas, a dinâmica de suas ações encontra-se dentre as mais importantes. Ainda que aberta ao novo detectou-se uma antiga dificuldade, presente nas comunidades de forma geral, qual seja; a harmonização desejável entre seus moradores, apontado como o maior desafio encontrado nesses assentamentos e, por inúmeras razões, a convivência.

Descreve Roysen (2013), que “a vida em uma ecovila se baseia nos seguintes pilares: pacifismo, autogestão, práticas ecológicas, laços comunitários, experiências poéticas ou transcendentais e busca de autoconhecimento”, buscou-se, portanto, essas comprovações.

Inegável o cuidado com o aspecto humano e o meio ambiente entre as comunidades. Faltando quaisquer dos requisitos em seus fundamentos, abandona-se a possibilidade de enquadramento na conceituação do que seria de fato uma ecovila. Anotamos que a pesquisadora encontrou alguns assentamentos anteriores que não poderiam ser enquadrados dentro dessa premissa. E para melhor entendimento de suas práticas, seguindo as conceituações dimensionais de Ignacy Sachs (2002), dividindo-as em:

I - *Dimensão social* que pleiteia o abrandamento da desigualdade, para alcançar a homogeneidade social, através de empregos plenos e rendas justas, qualidade de vida decente e igualdade nas condições e acessos a recursos serviços sociais. Discute-se a questão do desemprego e exclusão social, apresentando como uma proposta trazida por Sachs, e a necessidade do empoderamento do indivíduo, para que fortalecido, possa ter maiores chances de enfrentamento das crises sociais.

As práticas sustentáveis na comunidade refletem a justa distribuição de renda, com trabalho digno e de qualidade de vida e livre acesso de recursos. Ocorrem trabalhos através de mutirões, designação de tarefas com governança circular e horizontal onde as decisões são por consenso. Os ganhos são divididos igualmente, sem distinção de gênero. Utilizam ferramentas sociais, inclusive para redução de conflitos.

II - *A dimensão cultural* com suas raízes endógenas nos modelos de modernização e sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local. Utilizam ferramentas sociais, como a de John Croft (2014) criador da metodologia social “*Dragon Dreaming*” e as *práticas sociais* imprimidas pelo método de Marshall Rosenberg (2006) com a “comunicação

não-violenta”, adotadas igualmente pelo Fórum Zegg (2016). No campo educacional as avaliações das propostas pedagógicas Waldorf de Rudolf Steiner (2003), e a promoção de programas culturais e artísticos com a inclusão dos moradores do entorno e município em sua sede na comunidade.

III – *Dimensão econômica* propõe o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização de continuados instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional, em entendimento pela teoria do ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs (2002), agregado aos princípios da Economia Solidária de Paul Singer (2002), como alternativas viáveis para o desenvolvimento econômico sustentável. A comunidade adotou uma moeda local, que auxilia no fortalecimento econômico da região, assim como, o estímulo pelos trabalhos coletivos e participações nos lucros. Seguem os fundamentos da simplicidade voluntária de Duane Elgin (2012) que pondera acerca dos hábitos deturpados de consumo, da aquisição exorbitante e acumulativa e seus resultados junto à visão ambiental e sua supressão.

IV - A *dimensão ambiental-ecológica* relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis no caso da dimensão ecológica e na dimensão ambiental a busca pelo respeito e realce à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. Foram explorados os temas sobre os diversos seguimentos da *agroecologia* e suas ramificações na agricultura natural, o conhecimento e uso de PANCs (Plantas alimentícias não convencionais), além do fato de que apresentam alternativas de arquitetura sustentáveis tais como, *bioconstrução*, *telhado verde*. Adotam os princípios da *permacultura* de Bill Mollison e David Holmgren (1978), sistemas *agroflorestais* e *uso de energias limpas*. Destacam a importância da educação ambiental e princípios da Ecologia Profunda pela visão de Fritjof Capra (1996).

V - A *dimensão espacial* aprofunda o entendimento de Ignacy Sachs (2002) que “refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis”, com destaque à intervenção de Milton Santos (2000). Freiam com suas práticas sustentáveis a destruição dos ecossistemas frágeis, citando uma das inúmeras medidas preventivas; a redução de uso de combustíveis fósseis, quando evitam a aquisição de produtos de outros estados ou países, pela não locomoção desses produtos e fortalecem suas bases regionais.

A participação ativa de entrelaçamento com a natureza e a vida comunitária tornou a alma desses assentamentos, em uma perspectiva de maior aprofundamento, a boa colocação como “co-criadores”; traduz a busca dessa sintonia, conforme Ernest Götsch pontua:

o segredo, na verdade, é não fazer. Tudo está sendo feito pela própria natureza, a gente só tem que observar e assumir uma parceria com ela, entrando num sistema de co-criação. Tudo o que precisamos fazer é descobrir nossa função junto àquele ecossistema, para que ele possa desenvolver melhor. E seguir o princípio de Tao, o fluxo da própria natureza (FOLHA DO MEIO AMBIENTE, 2001, p.1).

O “fluxo da própria natureza” como princípio de Tao, citado por Götsch, significa na tradição chinesa que “o Tao, o ‘Caminho’, é o padrão natural que subjaz a toda mudança e à diversidade do universo, é a energia vital, Chi ou Quin que incessantemente é criada e dissolvida para dar origem a todos os fenômenos”. O Taoísmo propõe literalmente o “entregar-se ao fluxo” do Tao, como o caminho virtuoso a ser seguido pelo ser humano, citado assim por Homero Santos (2010).

Anotando nas palavras de Héctor Ricardo Leis (1999), que sintetiza essa busca:

.....

A intervenção da sociedade civil mundial nos problemas ambientais representa muito mais que uma simples ação dirigida a corrigir efeitos deletérios do mercado e dos Estados. Ela deve ser vista em dois planos: como a construção de vínculos globais entre realidades locais (aspectos transnacional), mas também como a construção (ou reconstrução) estratégica de vínculos entre as dimensões biofísica, cultural e política da humanidade (LEIS, 1999, p.112).

O fortalecimento do indivíduo o leva a um despertar, a uma reação em favor de novas adaptações, inclusões e desejáveis mudanças de hábitos, não somente em prol dele mesmo, mas de toda uma coletividade.

Atesta Paulo Freire (1987), que “ninguém conscientiza ninguém, ninguém se conscientiza a si mesmo: as pessoas se conscientizam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Encontramos, portanto, a guarida da boa comunidade como parte influenciadora dessa conscientização. Em complemento, vemos na concepção freireana, que atesta que o *empoderamento* não é um processo de natureza somente individual; fazem-se necessárias ações com força coletiva e a nível mundial.

O *empoderamento* tanto na visão de Freire, como em sua própria origem, desponta uma significação de ato social. Freire, em sua descrença na autoemancipação pessoal, atribui ao termo uma dimensão maior, aumentando sua valoração na aplicação coletiva, destacando que:

mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido *empowerment* ou da liberdade (FREIRE; SHOR, 1986, p.71).

Os desafios ambientais atuais exigem novas abordagens de pesquisa, e o estudo apresentado trás apontamentos que ressaltam a dimensão humana como questão central, em uma tentativa de convivência harmoniosa com o ecossistema. O conjunto de práticas de uma comunidade intencional são possibilidades para esse entrelaçamento, a que muitos atribuem o termo socioecológico.

A integração do homem e natureza foi se perdendo ao longo da história da humanidade, e a retomada desta convivência respeitosa já deixou de ser uma alternativa para tornar-se a opção, conforme os inúmeros estudos científicos ambientais e sociais existentes e que dão conta da degradação atual e de suas consequências iminentes.

A sustentabilidade tornou-se um termo bastante popular, mas para a grande massa humana, porém, pouco compreendido, até pelo seu vasto alcance. Há muito pouco tempo o assunto tem sido tratado com a seriedade que merece. As repercussões das alterações climáticas pelo mundo, sentidas pela população e a perda da biodiversidade e suas irreversíveis consequências são de fato, o que tem causado o efeito “alarme” e, despertado a muitos governantes e cidadãos para o reconhecimento da necessária mudança de rota, para o abandono de maus hábitos, dentre eles o de uma economia incentivadora ao consumo exorbitante. Há quem atribua a “ganância do ser humano” à culpa ao estado atual. Portanto, a enfática abordagem da pesquisa, as diretrizes apontadas após o estudo do fenômeno, justifica sua abordagem científica, e se justificaria ainda que, se extraísse apenas uma única dessas alternativas, tal já se valeria.

Em tempos difíceis, não podemos ignorar a necessidade de **resiliência**, que segundo Job (2003) “é a tomada de decisão quando alguém depara com um contexto entre a tensão do ambiente e a vontade de vencer”, e para Barbosa (2006) são “fatores que propiciam ao ser humano condições para enfrentar e superar problemas e adversidades”. Sem dúvida, um fator preponderante à condição humana frente à problemática ambiental e a situação de destruição dos ecossistemas, sendo estes responsáveis pela continuidade. A resiliência é, portanto, uma condição *sine qua non*, a ser pontuada

.....

nas construções de políticas públicas resolutivas ou mesmo preventivas, geridas por uma rede de governanças.

É indispensável nos atermos a entender essa complexa inter-relação dos problemas ambientais com a governabilidade. Sugerimos, portanto nesse trabalho, a criação e o fortalecimento de políticas públicas, voltadas a estratégias claras e efetivas de empoderamento da população que comunguem com práticas sustentáveis, em uma perspectiva endógena, oferecendo condições inclusive de propagação de muitas ideias nascidas da iniciativa privada, e de forma empírica, e que tem se revelado de sucesso ambiental, ou ainda, incentivos governamentais (que podem ser inúmeros) e certamente, por em prática, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos UN-Habitat (agência da ONU responsável por promover o desenvolvimento social e ambientalmente sustentável dos assentamentos humanos) por meio do Observatório Global Humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que as práticas da ecovila estudada são altamente sustentáveis e de baixa pegada ecológica (cunhada por Willian Rees no ano de 1992 e posteriormente utilizado pela organização ecológica WWF para medição de desgaste ambiental e humano) dentro dos parâmetros das análises resultantes. Destaca-se que as práticas da ecovila mantêm um baixo custo e há pouca complexidade de implementação, com viabilidade de servirem de referencial na formulação de políticas públicas ambientais, educacionais e de incentivo e preventivas, dentre outras. O estudo apontou que as ecovilas oferecem um rico campo empírico, de formação interdisciplinar, multifuncional, com visão holística, confirmando a conceituação de J. Dawson (2006) de que se tratam de verdadeiros laboratórios de experimentação. Mostraram-se excelentes modelos de práticas, inclusive para replicação do meio social.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, G. S. **Resiliência em professores do ensino fundamental de 5ª a 8ª Série**: validação e aplicação do questionário do índice de resiliência. Adultos Reivich-Shatté/Barbosa. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2006.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro/RJ, 2003.
- BOURDIEU, P. F. **Habitus**. Entrevistado por Maria Andréa de Loyola. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- BUBER, M. **Sobre Comunidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985, 136p.
- CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução Newton Roberval Eichenberg: Editora Cultrix, 11ª Edição, São Paulo, SP, 1996.
- DAWSON, J. **Ecovilas**: novas fronteiras para a sustentabilidade. Schumacher Briefing n°. 12. Totnes: Green Books, 2006.
- De CASTRO, T., G; GOMES, W., B. **Aplicações do método fenomenológico à pesquisa em psicologia**: tradições e tendências. Revista de estudos de psicologia: Campinas, SP, 2011.
- ELGIN, D. **Simplicidade voluntária**: em busca de um estilo de vida exteriormente simples, mas interiormente rico. Tradução de Eidi Baltrusis Cardoso Gomes: Cultrix, São Paulo/SP, 5ª Edição, 2012.
- FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 17ª Ed, 1987.
- FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, ano 1980.
- GILMAN, R. **The eco-village challenge**: The challenge of developing a community living in balanced harmony - with itself as well as nature - is tough, but attainable. In: Living Together, 29, 1991.

GÖTSCH, E. **Agenda Götsch**. Blogspot, 2016. Disponível em <<http://agendagotsch.com/about/>>.

JOB, F. P. P. **Os sentidos do trabalho e a importância da resiliência nas organizações**. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

LATOUCHE, S. **La apuesta por el decrecimiento**: Cómo salir Del imaginario dominante? Barcelona, Icaria Editorial, 2006.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável**: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis/RJ: Vozes: Santa Catarina: UFSC, ano 1999.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A.; **Pesquisa qualitativa em psicologia**: fundamentos e recursos básicos. São Paulo: EDUC/Moraes, 1989.

METCALF, B.; CHRISTIAN, D. "Intentional Communities", in K. Christensen and D. Levinson, e Encyclopedia of Community: **From the Village to the Virtual World**,ousand Oaks, Sage, 2003.

MOLLISSON, B.; HOLMGREN, D. **Permaculture One**. Corgi, 1978.

MORIN, E.; CIURANA, E.; MOTTA, R. D. **Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2003.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente?** Memórias levando a teoria Projeto História, São Paulo/SP, fevereiro, 1997.

ROYSEN, R. **Ecovilas e a construção de uma cultura alternativa**. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Instituto de Psicologia: Universidade de São Paulo, 2013.

ROSENBERG, M. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Tradução Mário Vilela, São Paulo: Ágora, 2003.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, Sebrae, 2004.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, ano 2002.

\_\_\_\_\_. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, ano 1986.

SANTOS, H. **Pausa para um balanço da vida**: Entrevista Boas Novas, 2010, disponível em: [http://asboasnovas.com/gente-boa/homero\\_santos\\_pausa\\_para\\_um\\_balanco\\_da\\_vida](http://asboasnovas.com/gente-boa/homero_santos_pausa_para_um_balanco_da_vida).

SANTOS Jr, S. J. Ecovilas e Comunidades Intencionais: Ética e Sustentabilidade no Viver Contemporâneo. In: **III Encontro da ANPPAS**, Brasília – DF, ano 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SVENSSON, K. What is an ecovillage? In: JACKSON, H.; SVENSSON, K. (Ed.). **Ecovillage living**: restoring the earth and her people. Devon: Green Book, and Gaia Trust, 2002.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, ano 2002.

STEINER, R. **A arte da educação**. São Paulo: Vol II, Editora Antroposófica, 2003.



# A COLETA SELETIVA DO LIXO COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA: A VISÃO DOS CATADORES DE GUARAPUAVA, PR.

LEIDIANE ALMEIDA<sup>96</sup> | MARIA GLÓRIA DITTRICH<sup>97</sup>  
JOAQUIM OLINTO BRANCO<sup>98</sup> | MICHELINE RAMOS DE OLIVEIRA<sup>99</sup>

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa e quantitativa com abordagem hermenêutica, realizada no município de Guarapuava, PR, junto a catadores de lixo, objetivando compreender a visão que estes têm sobre o sentido da coleta seletiva em suas vidas, como meio de inclusão socioeconômica.

A coleta seletiva do lixo torna-se uma necessidade de ordem ambiental, social e econômica. Tal necessidade levou que em 2002, o Ministério de Estado do Trabalho e Emprego reconhecesse a atividade profissional dos catadores, por meio da Portaria nº 397, de 9 de outubro de 2002, quando foi aprovada a Classificação Brasileira de Ocupações, CBO/2002. Em 2003 foi criado pela Presidência da República, o Comitê Interministerial da Inclusão de Catadores de Lixo, com finalidade de fortalecer a cidadania no combate à fome, o reconhecimento dos catadores e a erradicação de Lixões. Com isso visou-se oferecer condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo e o apoio à gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos Municípios.

Em função do avanço político do tema foi criado o Programa Pró-Catador com finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal, voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. No desenrolar político de uma nova ocupação profissional as ações governamentais veem, pouco a pouco, através desse Programa melhorando as condições de trabalho dos catadores para a ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica, bem como, à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos e sua reutilização.

<sup>96</sup> Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí. Email: lleidy@hotmail.com

<sup>97</sup> Possui graduação em Filosofia pela Fundação Educacional de Brusque, mestrado em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau e doutorado em Teologia pela Escola Superior de Teologia. É professora titular e pesquisadora da Universidade do Vale do Itajaí no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Ciências Políticas e no Curso de Graduação em Enfermagem. Atua no Grupo de Pesquisas em Rede Internacional “Investigando Escolas Criativas e Inovadoras”, com a Universidade de Tocantins e Universidade Federal de Goiás. É membro integrante da Red de Formación Universitaria Transdisciplinar - REDFUT, da Comunidad Internacional Científica Virtual para el Cambio - CCVC e Rede Internacional de Escolas Criativas - UB Espanha. É fundadora da Associação Catarinense de Arteterapia - ACAT e avaliadora do MEC. Diretora do Centro Da Vinci de Belas Artes e Ecoformação e Coordenadora do curso de Pós-Graduação em Arteterapia: Fundamentos Filosóficos e Prática. É artista plástica, autora e organizadora do I ENCONTRO INTERNACIONAL E CIÊNCIAS ECO-ESPIRITUAIS. Escritora e promotora de eventos culturais e científicos. Seu trabalho nas artes plásticas é marcado por várias exposições e premiações no Brasil e no exterior.

<sup>98</sup> Biólogo, Mestre e Doutor em Zoologia pela Universidade Federal do Paraná; Doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos e Pós-Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é professor titular da Universidade do Vale do Itajaí, onde orienta e ministra as disciplinas na graduação da UNIVALI. Coordena o Grupo de Pesquisa do CNPq: Conservação dos Ecossistemas Costeiros. Também está credenciado na UFSCar, onde orienta e ministra a disciplina Ecologia das Comunidades de Aves Marinhas no PPG-Ecologia e Recursos Naturais. Bolsista de produtividade científica do CNPq de 2006 - 2016. Participou em novembro/dezembro 2007 da XXVI e março de 2009 da XXVII Operação Antártica, atuando no monitoramento e coleta de amostras da avifauna na Ilha Rei George e ilhas próximas, Antártica. Também tem participado de inúmeras expedições e coletas no litoral brasileiro a partir de 1983, além de anilhador Sênior desde 2001 do Centro Nacional de Anilhadores de Aves Silvestres.

<sup>99</sup> Doutora e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, município de Florianópolis-SC, Brasil. Graduada em Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí. Professora titular no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas - Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, município de Itajaí-SC, Brasil.

Um dos grandes desafios políticos para a economia e a saúde do cidadão brasileiro é a questão do lixo nos espaços de convivência social. Logo, a atuação do cidadão, catador, é de muita relevância social, pois ele é um trabalhador que se dedica a recolher, dos espaços sociais que englobam a complexidade do meio ambiente como um todo, materiais reutilizáveis e recicláveis. Essas pessoas físicas de baixa renda erguem seu trabalho para o seu sustento, fazendo as atividades de coleta, de triagem, de beneficiamento, de processamento, de transformação e de comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis. Porém, olhando o contexto dessa população trabalhadora se pergunta: Até que ponto, as políticas públicas para o problema do lixo atingem legitimamente a população de catadores?

Em 2010 foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos, PNRS, por meio da Lei nº 12.305, de 2 de agosto, sendo, talvez, a mais significativa conquista no campo legislativo para os catadores. Tal política estabeleceu em seu art. 7º, a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, visando no seu art. 8º e 15º, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas, ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; como também, a elaboração, pela União, por meio do Ministério do Meio Ambiente e do Plano Nacional de Resíduos Sólidos a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores.

Nessa visão surge a IV Conferência Nacional de Meio Ambiente, em 2013, que se tornou um importante canal de diálogo e negociação entre a sociedade civil organizada, o poder público (em suas três esferas administrativas) e o setor empresarial no que se refere aos resíduos sólidos. (IPEA, 2013).

No Estado do Paraná, depois de várias inserções legais sobre a pertinência socioambiental e econômica do tema, somente em 2007, por meio da Lei nº 15.726, de 13 de dezembro, ficou instituído no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o dia 10 de julho como o Dia do Trabalhador da Área de Reciclagem e Sucatas do Estado do Paraná; no entanto, somente em 2009, se reconhece o trabalho de tais catadores com os resíduos sólidos e a necessidade de promover a inclusão social desse grupo.

Na cidade de Guarapuava, *locus* desta pesquisa, no ano de 2010, por meio da Lei Ordinária 1.902, de 6 de julho, declarou-se de Utilidade Pública a Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava. Com base na legislação citada, parece que os catadores começaram a ser reconhecidos pelo poder público, principalmente na esfera federal, porém, os desafios ainda são vários, principalmente em termos práticos e também de fiscalização do cumprimento da legislação já estabelecida.

Diante de tal cenário, pode-se questionar, porque no âmbito estadual e municipal, as políticas públicas, apesar de existentes, ainda não possuem o mesmo dimensionamento dado na esfera federal. Esse disparate entre as esferas parece assinalar para a problemática da universalização e da normatização de políticas públicas, que não levam em conta a diversidade dos contextos dos estados e municípios brasileiros. Ou seja, não atentam na consecução de seus projetos e no desenvolvimento deles, pois para legitimar tais políticas no âmbito local, deveria ser levado em conta, antes de, mais nada, as singularidades desses grupos e os locais onde acontece o viver e trabalhar do cidadão. Logo, perceber a visão dos catadores do Município de Guarapuava-PR, sobre a coleta seletiva de lixo, como processo de inclusão socioeconômica, objetivo principal desse trabalho, pode vir a desvelar dados relevantes para a consecução, desenvolvimento e avaliação de uma política pública para essa parcela da população.

## 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, metodologicamente encontra subsídios para a compreensão dos dados da pesquisa na *hermenêutica* fenomenológica. Aqui, hermenêutica quer dizer: uma postura, uma maneira de entender e expressar a percepção sobre os dados da investigação de forma qualitativa e quantitativa.

Para Dittrich (2004), as raízes hermenêuticas da compreensão humana nascem do corpo-criante<sup>100</sup>, do pesquisador em busca de respostas para os seus questionamentos, quando não se separa de seu objeto de pesquisa. Na pesquisa, “o fenômeno é um tecido de relações”. Como fato, este tecido ocorre através de múltiplas relações que acontecem dentro de uma complexidade de acréscimos, tensões, confrontos, quebras, rupturas e contradições de um determinado fato, coisa, acontecimento (DESAULNIERS, 2000. p. 71-72).

Numa hermenêutica fenomenológica é o ser humano, na sua consciência intuitiva perceptiva, o nascedouro do processo do conhecimento na relação com o objeto pesquisado – o fenômeno. O ser humano (no caso da ciência, o pesquisador) é o *locus* onde a vida acontece e se expressa em pensamento sistematizado – o conhecimento. Como diz Maturana e Varela (1995, p. 76): “tudo que é dito, é dito por alguém”, pois o conhecer e o fazer estão articulados numa maneira de ser do ser humano.

O ato da compreensão humana está profundamente associado às raízes mais profundas da vida, que biologicamente falando, se dinamizam em toda a estrutura molecular e celular do ser humano, que tem em si o fenômeno da cognição como possibilidade para criar, aprender e conhecer na inter-relação com o meio circundante (DITTRICH, 2004). Diante disso, o processo metodológico desta pesquisa se compõe do movimento articulado do pesquisador na sua intencionalidade (a largada inicial, a escolha diretiva, do olhar da consciência sobre o objeto), na sua percepção (impulso de uma intencionalidade subjetiva, forjada na consciência do pesquisador para captar e significar, o que os dados coletados expressam), na sua compreensão (expressão dos registros da percepção de forma sistemática, ocorridos desde no levantamento de dados coletados e reflexões indutivas e dedutivas para a emissão de significados e problematizações possíveis, ampliando o conhecimento sobre o tema de estudo, para descrevê-lo).

## 2 CONTEXTO DO ESTUDO

Esta pesquisa foi realizada na Associação de Catadores de Papel de Guarapuava, ACPG, entidade civil, sem fins lucrativos, localizada no Município de Guarapuava-PR. A referida Associação foi criada em setembro 2005, com o objetivo de tirar os catadores da rua, transformando a atividade de lixeiros autônomos em uma categoria organizada de trabalhadores que exerce importante função para a sociedade, contribuindo com o poder público municipal, gerando trabalho e renda, principalmente para pessoas que se encontram em vulnerabilidade social.

De acordo com o estatuto da ACPG, a Associação tem por finalidade a promoção da assistência social; a defesa e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; a promoção do voluntariado; o desenvolvimento de atividade de treinamento, capacitação e atualização profissional; o desempenho de atividades para a geração de emprego e renda; a adoção de programas de combate à fome e à miséria; a realização de programas culturais, educacionais e de saúde; a promoção de programas de interação do idoso à vida comunitária e ao mercado de trabalho e o desenvolvimento de programas de inclusão do portador de deficiência ao mercado de trabalho.

A ACPG funciona com recursos próprios, provenientes da triagem e da venda dos materiais recicláveis. Além disso, recebe contribuição da Prefeitura Municipal por meio da disponibilização de um caminhão, de um motorista e de combustível para a coleta do material na casa dos catadores.

<sup>100</sup> Por corpo-criante se quer entender “um todo vivo, dinâmico, inter-relacionado nas suas partes com capacidade de se autocriar, que implica a sua autonomia de se fazer constantemente, causando mudanças contínuas em si e fora de si, para a preservação da própria vida. Explicitando: o homem, um corpo que cria, é um todo vivo. Ele é orgânico, pois tem em si uma auto-organização vital inteligente, sustentada por um princípio fundante – a energia criadora, que detém a vida que se impregna desde as suas micropartículas elementares, atravessando os seus átomos, suas moléculas, suas células, seus ossos seus músculos, até a sua macroconstituição corporal total”. (DITTRICH, 2001. p. 81).

Atualmente a referida Associação possui cerca de 120 catadores associados, porém, que entregam o material todos os meses são aproximadamente 85. Os demais realizam entregas esporádicas. Além desses catadores, que trabalham nas ruas, em média trinta pessoas atuam dentro da Associação. A maioria trabalha na triagem, prensa e coleta de materiais. Dessas trinta pessoas apenas três realizam trabalho administrativo, a presidente, a vice-presidente e o gestor da associação. Essas pessoas são remuneradas pela própria ACPG. Os trabalhadores que executam a triagem são remunerados quinzenalmente, de acordo com o peso do material triado.

### 3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Esse trabalho foi realizado com uma amostra total de 44 catadores filiados à ACPG, que mensalmente destinam o material coletado. Na pesquisa fenomenológica a seleção dos participantes não exige a definição de um número elevado de pessoas, nem a utilização de amostragem probabilística (GIL, 2010). Dessa forma optou-se pela adoção da amostragem não-probabilística por cotas, a qual é composta pelas seguintes fases (SILVA, 2005): I – Classificação da população baseada nas propriedades consideradas relevantes para o fenômeno estudado; II – Escolha da proporção da população que distribuída em cada classe, de acordo com o conhecimento do pesquisador; III – Estabelecimento de cotas para cada observador ou entrevistador, de forma que a amostra total seja proporcional às classes consideradas.

A seleção da amostra ficou assim definida: que cada catador deveria ser cadastrado na Associação de Catadores de Papel de Guarapuava; que 51% dos catadores participassem entregassem materiais mensalmente (foram entrevistados 44 catadores), que 50% deveriam ser do sexo masculino e 50% do sexo feminino, em diferentes faixas etárias. A amostra foi selecionada aleatoriamente por meio do fichário de entrega de material à Associação.

### 4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada, contendo as seguintes questões: 1.Qual a sua visão sobre a coleta seletiva de lixo? 2.Como a coleta seletiva de lixo proporciona sua melhoria de vida? 3. Há quantos anos trabalha como catador (a)? 4. O que consegue comprar e/ou pagar com o dinheiro que recebe da coleta seletiva? 5. Com o trabalho de catador (a) passa necessidade? 6. Antes de trabalhar como catador (a) passava necessidade? 7.Quantos salários ganha por mês de trabalho?

Após o aceite da Associação em participar da pesquisa foram disponibilizados aos pesquisadores os cadastros dos catadores, contendo seus endereços. Por sugestão da Associação, a abordagem aos catadores ocorreu em suas residências. Antes de iniciar a pesquisa foram expostos aos catadores os objetivos do estudo e sua relevância. Além disso, foi lido o termo de consentimento livre esclarecido, mostrando aos participantes os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação, bem como declaração de que os mesmos foram convidados para participar como voluntários da pesquisa, e que caso não aceitassem fazer parte do estudo, lhes seria garantido retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que isto resultasse em qualquer penalidade. Os dados coletados foram anotados no formulário de perguntas.

### 5 APRESENTAÇÃO E COMPREENSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo permite vários dimensionamentos, seja nas questões sociais, ambientais ou políticas. Os resultados a seguir, acenam para elementos, que além de serem capazes de demonstrar

.....

a necessidade de políticas públicas que legitima de forma digna o trabalho e a vida dos catadores, elencam subsídios para a confecção dessas políticas.

Como é de domínio público, as pessoas com baixa escolaridade têm dificuldades em se inserir no mercado de trabalho, o que acarreta em um grande número de desempregados. Percebe-se, deste modo, que a coleta seletiva se torna um meio de trabalho para essas pessoas, como pode ser visto no relato a seguir: *Eu penso que pra nós foi bão né. Melhorou bastante né. Porque pelo menos esse emprego nós temo né. Porque antes não tinha. Ajudou bastante nós. Ajuda bastante nas despesas de casa porque sem estudos você acha que nós ia ganha?! Não tem outra maneira né* (Catador 44 - analfabeto).

Coletar o lixo é, portanto, a opção encontrada por parte desses excluídos para sobrevivência (FERREIRA, 2004). De acordo com Silva e Lima (2007) as pessoas que não possuem estudo são sentenciadas a viverem à margem da sociedade e são levadas à exclusão. Nesse sentido, a coleta seletiva se revela como uma possibilidade de sobrevivência. E isso pode ser confirmado na maioria dos diálogos dos entrevistados.

Quanto **ao tempo em que atuam como catadores** 68,2% trabalham no máximo há 15 anos com a coleta seletiva, 20,4% labutam nessa área entre 16 a 30 anos, 9,1% entre 26 a 35 anos, e apenas 2,3% trabalham com a catação há mais de 50 anos. Esse significativo aumento de porcentagem pode ter relação com o período e o contexto político econômico em que esse trabalho passou a ser reconhecido pela população, pelos órgãos públicos e pelos próprios catadores; como o caso específico da criação e organização da ACPG. De acordo com o site do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, esse movimento foi criado em 1999, ou seja, há 15 anos e a Associação de Catadores de Papel de Guarapuava, ACPG, foi criada há 9 anos.

Quanto a **renda mensal que adquirem como resultado do trabalho de catador**, 56,80% responderam que recebem entre meio a 1 salário mínimo; 22,7% entre 1 a 1½ salário mínimo; 18,2% menos de um salário e 2,3% de 1½ salário mínimo a 2 salários. Uma questão a se considerar nessa percepção dos valores apresentados na com os catadores de Guarapuava-PR é que 79,54% dos catadores afirmaram receber diversos tipos doações das pessoas, principalmente roupas, calçados e móveis, o que não gera tanta necessidade de compra desses itens. Dessa forma, apesar de não receberem um salário muito alto, as doações acabam por compensar o baixo valor recebido.

Apesar da maioria das pessoas que trabalha com a coleta seletiva serem pessoas “excluídas” da sociedade, essas veem com bons olhos o trabalho que realizam. Dos entrevistados, 51% sentem satisfação pessoal no trabalho, 25% apontam a coleta como propulsora da qualidade de vida, 19,7% como uma atividade que colabora com a sociedade e com meio ambiente, enquanto que apenas 4,3% a veem como fator de frustração profissional.

Na categoria **satisfação profissional** foi nítida a percepção de que os entrevistados se sentem satisfeitos com o trabalho na coleta seletiva. Para Martinez e Paraguay (2003) a satisfação no trabalho pode ser conceituada como um estado emocional prazeroso, decorrente da avaliação do trabalho em relação aos valores do indivíduo relacionados ao trabalho. Para Cesconeto (2004), os catadores gostam do trabalho que realizam por saberem das dificuldades para encontrar outro emprego. Já para Miura e Sawaia (2013), levando-se em consideração o ponto de vista psicossocial, esse trabalho é tido pelos catadores como fonte de dignidade, trabalho e renda. Chega-se a compreensão de que a visão do catador de lixo sobre o seu trabalho é de satisfação profissional. Diz um deles: *“Eu acho que esse serviço [se emocionou]. A minha irmã disse que é um serviço muito sofrido, mas para mim não é sofrido nada. Qué ve eu ta contente é eu ta trabaiaando muié do céu! Eu não gosto de fica dentro da casa. Gosto de ta trabalhaando. Se eu fica dentro da casa eu fico bem loca. Eu não posso pará muié ... Eu faço esse trabalho porque gosto e porque me ajuda.”* (Catador nº 1 – 74 anos – analfabeto) (sic).

.....



Na categoria **qualidade de vida** a visão dos catadores sobre o seu trabalho mostrou que 25% deles veem a coleta seletiva como qualidade de vida. Essa visão pode ser observada em diversos discursos que envolvem fatores como ter adquirido casa própria, ser a coleta seletiva um trabalho mais livre, um trabalho que não gera preocupação nem cobrança, possuir uma alimentação mais variada e de melhor qualidade, adquirir bens para casa que proporcionam maior conforto, realizar exercícios enquanto no trabalho, conhecer e conversar com pessoas, se distrair, entre outros.

Constata-se que eles sentem que catar lixo traz melhoria de vida, tanto na questão profissional, quanto na questão pessoal, especialmente. Conforme as narrativas: *“A condição de vida melhorou com a coleta seletiva. Hoje se a gente quiser comprar alguma coisa em loja e pagá com o mesmo serviço a gente consegue pagá e antigamente não podia né. Eu sempre gostei de comprar roupas e calçados pras crianças e antes não podia porque trabalhava de jardinagem e não tinha dinheiro na época né.”* (Catador nº 22 – 46 anos - alfabetizado) (sic).

De acordo com Dias (2013) o catador sente a melhoria da qualidade de vida a partir do aumento do seu poder aquisitivo e da percepção do respeito que a população atribui ao seu trabalho. Em pesquisas realizadas por diversos autores como Nazareth e Fonseca (2005), Alexandrino *et al* (2009) e Dias (2013), o trabalho da coleta seletiva tem mostrado resultados positivos na elevação da qualidade de vida dos que vivem dessa atividade, melhorando suas relações sociais e o próprio fato de se inserirem no mercado de trabalho.

**Na categoria colabora com a sociedade e com o meio ambiente**, 19,7% dos catadores entrevistados têm a visão de que a coleta seletiva contribui para a preservação ambiental e limpeza da cidade e com isso colabora com as minorias e com a sociedade em geral. Castro *et al* (2011) afirmam que a coleta seletiva é um importante trabalho que beneficia catadores, empresários e o poder público.

Para os catadores ela proporciona condições dignas de trabalho e aumento de renda. Já para os empresários, ela propicia maior agilidade e economia nos seus processos produtivos; enquanto que para o poder público, ela impacta na redução do volume de lixo depositado no aterro sanitário, diminuindo despesas com a limpeza urbana a manutenção do aterro sanitário. As ações que, segundo o autor, colaboram com o poder público são primeiramente ações que contribuem com o meio ambiente, uma vez que a redução do volume de lixo depositado, seja em aterros, lixões ou na própria cidade ou meio rural, gera imediatamente a diminuição da poluição, resultando sobremaneira na preservação ambiental, visão essa constatada pelos catadores como pode ser observado na fala a seguir: *“É um trabalho que ajuda bastante na limpeza das cidades. Antigamente as pessoas andavam tropicando em lixo. O tempo que eu era piá saía nessas cidades e andava tropicando nos lixos e hoje pra ver a cidade do jeito que tá né, bem organizada, bem limpa”*. (Catador nº 2 – 54 anos - alfabetizado) (sic).

Depreende-se dessa fala que esses profissionais têm consciência da contribuição que trazem ao meio ambiente e à sociedade e isso lhes causa uma satisfação, pois se sentem cidadãos contribuintes, não apenas para com o meio que os cercam, mas também para o bem da humanidade e do planeta. Além disso, reconhecem esse trabalho como oportunidade de se sustentar e sustentar aos seus, de forma digna, livrando-se dos caminhos que levam à marginalidade.

**Na categoria frustração pessoal** apenas 4,3% dos catadores entrevistados relatam que seu trabalho causa tal dissabor. Percebe-se que esse resultado difere dos resultados apresentados em diversas pesquisas, consultadas para a elaboração deste artigo. Credde (2012), por exemplo, afirma que o catador é tido como mendigo pela sociedade e dentre os 44 catadores pesquisados, apenas 4 afirmaram serem confundidos com mendigo, lixeiro ou ladrão, como pode ser visto no discurso a seguir: *“Uns 80% tratam bem. Mas tens uns engraçadinho que Deus o livre. Principalmente no centro que não tratam bem. Que nem esses motorista da Pérola do Oeste, esses não tem um que seja gente que preste.*

Se tiver meio de apar do ponto de ônibus pode ir tirando o carinho pra fora da rua que eles vem em cima da gente e vem fincando buzina em cima da gente. ... Às vezes comparam com mendigo.” (Catador nº 8 – 57 anos - alfabetizado) (sic).

Silva e Lima (2007) afirmam que o trabalho do catador não é valorizado devido à discriminação que sofre por parte da sociedade, sendo marginalizado. De acordo com Pereira (2012), essa é uma atividade socialmente rejeitada. Pode-se dizer que o trabalho realizado pelos catadores é suscetível à humilhação, ao preconceito e ao desprezo da população, porém, a maioria dos catadores entrevistados nesse estudo não percebe essa discriminação, ou não corrobora com tais discursos, uma vez que se percebem trabalhadores dignos capazes de vivenciar a liberdade de trabalho para a qualidade de vida, satisfação profissional. Eles se sentem colaborando com a sociedade e o meio ambiente.

Dos catadores entrevistados 84,2% responderam que a coleta seletiva lhes possibilitou independência econômica, enquanto 15,8% consideraram que a coleta lhes propiciou satisfação pessoal. De acordo com Gomes e Oliveira (2008), independência financeira pode ser conceituada como uma forma economicamente palpável de autonomia, ou o fato de dispor de recursos financeiros próprios, capazes de possibilitar o consumo de bens (WATARAI; ROMANELLI, 2005). Dessa forma, independência financeira pode ser vista como a possibilidade de se autossustentar, ou de prover o seu sustento e de seus dependentes com recursos próprios, oriundos geralmente do trabalho.

Segundo a Secretaria de Integração e Cidadania (2000), o trabalho com a coleta seletiva é quase sempre a principal fonte de renda do catador. Na maioria das vezes, o dinheiro arrecadado com esse trabalho é importante para a sobrevivência do catador e de sua família, como pode ser observado nos discursos a seguir: *“Eu faço esse trabalho porque gosto e porque me ajuda. Com esse dinheiro que eu ganho com dos papelão eu compro carne, eu compro coca, eu compro guaraná, eu compro de tudo pra mim.”* (Catador nº 1 – 74 anos, alfabetizado).

Percebendo qualitativamente os discursos dos entrevistados, pode-se afirmar que estes encontram no seu trabalho satisfação na vida ao conhecer pessoas, interagir e se socializar com elas, adquirir o que precisam para seu sustento e para sua saúde e por poderem contribuir com os outros. Dando fé a este argumento se registra estas falas: *“Ói fia do céu! Fica amiga das pessoas.”* (Catador nº 35 – 42 anos - alfabetizado) (sic) ; *“Eu acho que pra nós é bom né, porque já é uma ajuda na casa e mesmo quando a gente precisa de um remédio qualquer coisa ele da uma ajudinha. Eu gosto porque é uma terapia pra gente né. A gente caminha, a gente conhece as pessoas boa.”* (Catador nº 36 – 48 anos - alfabetizado) (sic). Vê-se aqui a inversão ocorrida na vida do catador. Até então eles eram tidos como necessitados e aqui eles aparecem e se sentem colaboradores da sociedade. E essa inversão lhes traz alegria e satisfação pela vida. Prazer em viver na vida em sociedade.

Quando questionados sobre o que **conseguem comprar ou pagar**, com o dinheiro que recebem com o trabalho na coleta seletiva, 61% dos catadores relataram que conseguem comprar alimentos e pagar por serviços, como pagamento de luz e água, por exemplo; 21,7% compram bens pessoais; 12,4% conseguiram comprar, construir, reformar ou pagar prestações da casa própria e 4,2% compram eletrodomésticos.

De acordo com Mantovani e Leite (2012), a coleta seletiva passou de atividade degradante a uma forma de trabalho de inclusão social, gerando renda e incluindo os catadores no mercado, uma vez que lhes torna capazes de consumir diversos bens, alimentos e até materiais para construção ou reforma da casa própria. Pereira *et al* (2012), afirmam que quanto maior o acesso a bens e serviços, maiores são as condições de vida de uma pessoa e melhor sua qualidade de vida.

Quanto à pergunta para os catadores **se com o trabalho da coleta seletiva eles passam necessidade**, 97,73% responderam que não e 2,27% que as vezes. E quanto à questão **se antes de**

**trabalharem como catadores passavam necessidade**, 84,1% afirmaram que sim, enquanto 15,9% que não. Percebe-se claramente nessas respostas a melhoria de vida do catador depois de iniciar as atividades com a coleta seletiva.

Outros autores também constatarem em suas pesquisas com catadores essa melhoria de vida. Na percepção da maioria dos entrevistados por Porto (2004), houve a melhoria de vida e isso se deu principalmente pela possibilidade de estar trabalhando, manter a família e adquirir bens para seus lares. Para Bourahli *et al* (2011), os resultados de sua pesquisa revelam uma significativa melhoria nos itens referentes à alimentação, moradia, lazer, saneamento básico e aquisição de bens duráveis dos catadores. Catadores entrevistados por Nascimento *et al* (2011), também relataram ter acesso ao lazer, sendo citado por alguns a possibilidade de viajar e conhecer outros lugares e realidades, atividades essas que antes não eram possíveis devido a falta de condições financeiras.

Afirmando isto, 66% dos catadores disseram que sua qualidade de vida melhorou e enfatizaram a melhora no aumento do poder de compra, de renda, na melhoria da autoestima, do aprendizado e no conhecimento e melhoria nas questões referentes ao respeito ao meio ambiente e ao próximo. Nas palavras de um deles: *“Antes de trabalhar com a reciclagem nós passava dificuldade e faltava alimento. Agora na hora que não tem dinheiro a gente já faz. Hoje a gente não passa mais dificuldade.”* (Catador nº 22 – 46 anos - alfabetizado). Enfim, pode-se dizer que o trabalho da coleta seletiva proporcionou aos catadores uma nova forma de viver nas suas famílias, de criar seus filhos, de se relacionar e de ver o mundo com a visão de possibilidade de melhora de vida. A visão que eles têm sobre a coleta seletiva é de inclusão social desde um trabalho digno, que dá a possibilidade de autossustentação financeira para a melhoria da qualidade de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o mundo começou a se conscientizar dos problemas ambientais e em especial dos causados pela enorme produção de lixo e com isso esse tema passou a ser estudado em várias esferas nacionais e internacionais. Descobriu-se como alternativas para minimização de tais problemas a coleta seletiva e a reciclagem de alguns materiais, aqui tratados de resíduos sólidos. Em meio a tais estudos e discussões, percebeu-se a existência dos até então ignorados catadores de material reciclável, indivíduos que vivem do lixo e que hoje buscam seu reconhecimento na sociedade como os principais agentes do processo da coleta seletiva e da reciclagem.

Renegados ao subemprego, em decorrência principalmente da baixa escolaridade e da pouca ou nenhuma qualificação técnica e em muitos casos da idade avançada para se conseguir emprego formal, tais pessoas, acabaram por encontrar no lixo seu meio de sustento e de inclusão social.

São pessoas que realizam seu trabalho em condições precárias de segurança e são expostas a diversas situações de riscos físicos e psicológicos, tendo sua saúde ameaçada todos os dias. Estão vulneráveis à discriminação e preconceitos, sendo marginalizadas pela sociedade (ALEXANDRINO *et al*, 2009). Essa realidade aos poucos foi se modificando, mas ainda persiste e por esse motivo se tornou objeto de estudo desta pesquisa.

Apesar da positividade com que os catadores veem seu trabalho, muito há que ser feito para melhorar sua condição de trabalho e de vida. Uma possível alternativa para se chegar a esse objetivo talvez seja o fortalecimento da Associação de Catadores de Papel de Guarapuava.

No que se refere a ações políticas, poderiam ser desenvolvidos projetos e estudos sobre as necessidades dos catadores, condições em que realizam seu trabalho, os riscos que estão submetidos, os equipamentos de proteção necessários, condições de saúde, etc., de forma a subsidiar futuras políticas públicas no âmbito municipal.

Também seriam importantes trabalhos voltados ao acesso dos catadores aos direitos trabalhistas e de aposentadoria, uma vez que estão desamparados de qualquer seguro social para o caso de algum acidente, ou doença que lhes impossibilite de trabalhar por um determinado período. Por fim, há a necessidade de criação de um banco de dados, na esfera federal, que contemple todos os catadores distribuídos pelos diversos estados brasileiros e suas heterogeneidades para poderem fornecer dados para pesquisa que possam dar origem a políticas públicas. Pois, como mostrou a pesquisa, a coleta seletiva do lixo torna-se uma profissão de subsistência ao cidadão catador, garantindo sua qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, D. F. L. *et al.* Proposta de inclusão social e melhoria da qualidade de vida e saúde dos catadores e catadoras de materiais recicláveis de Viçosa - MG através da atividade física. **Fitness Performance Journal**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 115-122, mar-abr. 2009. Disponível em <<http://132.248.9.34/hevila/Fitnessperformancejournal/2009/vol8/no2/7.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.
- BOURAHILI, A. *et al.* A Reciclagem como fator de inclusão socioeconômica dos catadores de lixo no Distrito Federal do Brasil. **Revista Capital Científico**, Guarapuava, v.9, n.2, p. 58, jul./dez. 2011.
- CESCONETO, E. A. **A Questão Social no Novo Milênio**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal. Coimbra, 16, 17 e 18 de set. 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/eugeniaCesconeto1.pdf>> Acesso em: 5 mar. 2014.
- CREDDO, E. D. Lixo urbano: um desafio ambiental. **EcoDebate Cidadania & Meio Ambiente**, abr. 2012.
- DITTRICH, M. G. **Natureza e criatividade**. O ensino da arte pictórica. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2001.
- DITTRICH, M. G. O corpo-criante: a chave para uma hermenêutica da obra de arte. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, v. 14, n. 5, 2004.
- DESAULNIERS, J. B. R. **Fenômeno**: uma teia complexa de relações. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- DIAS, F. M. F. Exclusão social e economia solidária: análise da cooperativa dos catadores de materiais recicláveis de Ourinhos - Recicla Ourinhos. **Espaço & Geografia**, [s.i], v.16, n. 1, 2013. ISSN: 1516-9375. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/espacoegografia/index.php/espacoegografia/article/view/201/177>>. Acesso em: 12 mar. 2014
- FERREIRA, S. L. Os “catadores do lixo” na construção de uma nova cultura: a de separar o lixo e da consciência ambiental. **Revista Urutagua - Revista Acadêmica Multidisciplinar**. Centro de Estudos sobre Intolerância Maurício Tragtenberg, Maringá, ago.-nov. 2004. ISSN 1519.6178. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/007/07ferreira.htm>> Acesso em: 10 mar. 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOMES, A. M. T.; OLIVEIRA, D. C. Espaço autônomo e papel próprio: representações de enfermeiros no contexto do binômio saúde coletiva-hospital. **Revista Brasileira de Enfermagem, REBEn**, Brasília, v. 61, n. 2, p. 178-185, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n2/a06v61n2.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2014.
- MARTINEZ, M. C.; PARAGUAY, A. I. B. B. Satisfação e saúde no trabalho - aspectos conceituais e metodológicos. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 6, dez. 2003. ISSN 1516-3717. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-37172003000200005&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-37172003000200005&script=sci_arttext)>. Acesso em 11 mar. 2014.
- MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**. Campinas: Psy II, 1995.
- MANTOVANI, D. M. N.; LEITE, M F. B. Cooperativas populares de reciclagem: o caso da Cooperativa de catadores de material reciclável de Ribeirão Preto. **RMS – Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, [s.i], v. 2, n. 1, 2012. ISSN: 2318-3233. Disponível em: <[http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/177/pdf\\_1](http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/177/pdf_1)>. Acesso em: 13 mar. 2014

MIURA, P. O.; SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia & Sociedade**, [s.i.], v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/10.pdf>>. Acesso em 11 mar. 2014.

MUNICIPIO DE GUARAPUAVA. **Plano municipal de saneamento básico do Município de Guarapuava**. 2011. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/wp-content/uploads/pms-guarapuava-verfinal.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

NASCIMENTO, P. F. *et al.* Efeitos e resultados da prática de economia solidária na qualidade de vida dos associados da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa, MG. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 22, n. 2, 2011. p. 19-39. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article/view/32>> Acesso em : nov. 2012.

PEREIRA, E. R. *et al.* Representações sociais dos catadores de um aterro sanitário: o convívio com o lixo. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, v. 14, n. 3, p. 34-47, 2012. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/4165>>. Acesso em: jan. 2013.

PORTO, M. F. S. *et al.* Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, nov-dez, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n6/07.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa Pró-Catador**, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/procatador/premio>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

SILVA, M. A. F. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2005.

SILVA, D. B.; LIMA, S. C. Catadores de materiais recicláveis em Uberlândia - MG, Brasil: estudo e recenseamento. **Caminhos de Geografia** - revista *on line*. Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Geografia. Uberlândia, v. 8, n. 21, p. 82-98, jun. 2007. ISSN 1678-6343. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15618/8837>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

WATARAI, F.; ROMANELLI, G. Trabalho e identidade de adolescentes do sexo masculino de camadas populares. In: 1º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2., 2005, São Paulo. **Anais [on line]**. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, maio 2005. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc000000082005000200089&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc000000082005000200089&script=sci_arttext)>. Acesso em: 14 mar. 2014.



# O CRESCIMENTO URBANO (IN) SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DO CRESCIMENTO DA CIDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

DOUGLAS DE SOUZA GARBE<sup>101</sup> | LEVI HUGEL<sup>102</sup> | JOEL HAROLDO BAADE<sup>103</sup>

## INTRODUÇÃO

O artigo sugerido tem como proposta apurar o crescimento urbano desenfreado, a insustentabilidade ambiental e os problemas socioambientais enfrentados na cidade de Balneário Camboriú/SC nos últimos anos.

O trabalho busca apontar que o crescimento urbano insustentável na cidade de Balneário Camboriú/SC, ocasionado sobretudo por influência de algumas empresas de construções civis com a omissão do poder público pode gerar danos e consequências severas ao município de Balneário Camboriú/SC.

Dentre as consequências pode-se citar, por exemplo, a perda de áreas verdes, a destruição de ambientes públicos para o lazer, poluição sonora e atmosférica e a redução da qualidade de vida local, entre outros.

Desta forma, mesmo que grandes construtoras visem o lucro, o que é natural, contudo, a busca de riqueza perpetrada por esses atores econômicos não pode de maneira nenhuma ocorrer de forma irresponsável e desregrado em detrimento ao meio ambiente, nem tampouco, da comunidade que ali reside. Assim, o tema sustentabilidade ambiental e sua aplicabilidade não podem ser negligenciados pelo poder público, nem tampouco, serem utilizados como meros discursos retóricos de publicidade por parte de grandes empresas para atrair mais consumidores e assim, obter mais lucro em detrimento do verde e por conseguinte da vida alheia.

Este artigo tem como espinha dorsal a temática da dicotomia entre a expansão econômica fomentada por grandes construtoras civis e por outro lado, as consequências desta expansão econômica no âmbito social e ambiental na cidade de Balneário Camboriú/SC.

## 1 DO DIREITO AMBIENTAL

O Direito Ambiental é um ramo do Direito Público formado por um conjunto de princípios e regras jurídicas que regulamentam a proteção e o uso do meio ambiente, visando à concretização do desenvolvimento sustentável, no sentido de almejar uma sadia qualidade de vida para as atuais e

<sup>101</sup> Mestrando em Sociedade e Desenvolvimento. Pós graduado em Direito Penal. Administrador Público. Bacharel em Direito. Foi bolsista no grupo de pesquisa PAIDEIA/Balneário Camboriú/SC por 3 anos. Foi Assistente de Promotoria e Advogado na comarca de Brusque/SC. Atualmente é Escrivão de Polícia Civil em Santa Catarina.

<sup>102</sup> Doutorando em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI – SC. Mestre em Ciência Jurídica. Graduado Bacharel em Direito e graduado em História. Advogado com a OAB/SC 31.986. Professor na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Editor da Revista Ponto de Vista Jurídico - UNIARP. levi@uniarp.edu.br

<sup>103</sup> Possui Doutorado em Teologia. Tem especialização em Administração Escolar, Supervisão e Orientação. Graduação em Teologia. É graduado em Administração. É professor da UNIARP (Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe em Caçador-SC), lecionando diversas disciplinas em nível de graduação e pós-graduação. É líder do Grupo de Pesquisa em Ética, Cidadania e Sustentabilidade (CNPq). É editor-chefe da Revista Visão de Gestão Organizacional. Membro da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). Docente e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e do Mestrado Profissional em Educação da UNIARP. É coordenador geral do programa de Educação a Distância do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE).

futuras gerações<sup>104</sup>. O Direito Ambiental pode ser definido como um direito que tem por finalidade regular a apropriação econômica dos bens ambientais, de forma que ela se faça levando em consideração a sustentabilidade dos recursos e seu desenvolvimento econômico<sup>105</sup>.

De acordo com o relatório Nosso Futuro Comum, da ONU (Organizações das Nações Unidas) o princípio do desenvolvimento sustentável é aquele que as atuais gerações consumam as porções necessárias da natureza sem privar as futuras gerações de consumir as suas porções.

Já o quarto princípio da declaração ECO/92 diz que Desenvolvimento Sustentável é:

Para se alcançar um desenvolvimento sustentável a proteção ambiental deve integrar o processo de desenvolvimento, não podendo ser considerada separadamente.

Assim, Desenvolvimento Sustentável, em apertada síntese, é o equilíbrio do Meio Ambiente e o crescimento das economias. Neste sentido, a Constituição Federal em seu artigo 225 procurou equilibrar o antropocentrismo com o biocentrismo, havendo preocupação em harmonizar e integrar os seres humanos e a biota (art. 225, § 1º, I, II, III e VII, e §§ 4º e 5º <sup>106</sup>). Diante disso, nas palavras de Frederico Amado<sup>107</sup>:

É preciso compreender que o crescimento econômico não poderá ser ilimitado, pois depende diretamente da disponibilidade dos recursos ambientais naturais, que são limitados, já podendo, inclusive, ter ultrapassado os limites da sustentabilidade.

Com efeito, o fundo mundial para a natureza divulgou o relatório planeta vivo 2002, no qual concluiu que o homem já está consumindo 20% além da capacidade de reposição e suporte do meio ambiente terrestre. Ou seja, nestes termos, a humanidade transformou o planeta terra em uma verdadeira bomba-relógio, estando as presentes gerações consumindo as reservas das futuras.

O homem não tem o poder de ditar as regras da natureza, devendo portanto, respeitá-las, sob pena de o meio ambiente ser compelido a promover a extinção da raça humana como instrumento de legítima defesa natural, pois é inegável que o homem é parte do todo natural. Contudo, o egoísmo humano (visão antropocêntrica) cria propositadamente uma miopia transindividual, em que poucos possuem lentes para superá-la<sup>108</sup>.

O Direito Ambiental se preocupa em organizar a forma pela qual a sociedade se utiliza dos recursos ambientais, estabelecendo métodos, critérios, proibições e permissões, definindo o que pode e o que não pode ser apropriado. Encontra-se no coração de toda atividade econômica, haja vista que qualquer atividade econômica se faz sobre a base de uma infraestrutura que consome recursos naturais<sup>109</sup>.

## 2 A RELEVÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE NO CRESCIMENTO DAS CIDADES

No ano de 2001 surgiu no Brasil o chamado Estatuto da Cidade (Lei nº. 10. 257/01), que dentre outras tarefas buscou normatizar e proteger o chamado meio ambiente artificial. Este se revela no sentido de afirmar que a propriedade urbana não se resume meramente ao seu simples uso. Pelo contrário, a propriedade urbana, para existir, precisa seguir padrões e normas com vistas ao equilíbrio

<sup>104</sup> OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. **Direitos difusos e coletivos, VI: ambiental**. São Paulo : Saraiva, 2012. (Coleção saberes do direito) p. 09

<sup>105</sup> ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 12ª Edição. Editora Lumen Juris/RJ 2010 P. 11

<sup>106</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 17. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2009.

<sup>107</sup> AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquematizado**. 2011. P. 02 Editora Método.

<sup>108</sup> AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquematizado**. 2011. P. 02 Editora Método.

<sup>109</sup> ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 12ª Edição. Editora Lumen Juris/RJ 2010 P. 03

ambiental, buscando, neste caso, oferecer aos seus moradores, além da dignidade humana, uma qualidade de vida sadia e sustentável<sup>110</sup>.

O meio ambiente artificial é entendido como aquele composto pelo espaço urbano construído (conjunto de edificações) e pelos equipamentos públicos (ruas, praças, áreas verdes) – fruto da interação do homem com o meio ambiente natural. Assim, em virtude de necessidade ou de oportunidades econômicas, o ser humano vai moldando e adaptando o ambiente natural, fazendo surgir um conjunto de edificações que caracterizam o nascimento do direito de propriedade ou os espaços e edificações públicos destinados a concretizar o bem comum<sup>111</sup>.

Diante disso, uma cidade, para cumprir sua função social, deve destinar e oferecer aos moradores do local áreas de lazer e recreação, construindo praças e implementando áreas verdes para a comunidade local. Até porque o meio ambiente sadio configura-se na verdade, como extensão do direito à vida, quer sob o enfoque da própria existência (a qualidade de vida), é o que faz com que valha a pena viver<sup>112</sup>.

Marcado pela necessidade de acomodar mais de 200 milhões de seres humanos e convivendo com realidades que apontam a existência de mais de um milhão de pessoas em algumas capitais do país, o Brasil convive com a formação de uma cidade irregular ao lado da regular, obrigando a considerar, nos dias de hoje, uma realidade no campo jurídico que nasce com o regramento constitucional (constituição federal de 1988), para superar as discriminações sociais da cidade pós-liberal e dar a todos os brasileiros e estrangeiros que aqui residem os benefícios de um meio ambiente artificial cientificamente concebido<sup>113</sup>.

Desta forma, é importante levar em consideração que para ocorrer um crescimento sustentável nas cidades, ‘o verde’ não deve ser visto como uma mera mercadoria ou um produto; este deve ser observado como essência da vida e também da economia<sup>114</sup>.

Ademais, a natureza está hierarquicamente acima e em situação inigualável da economia, não podendo ser tratada da mesma forma e com o mesmo valor dos instrumentos ou produtos econômicos<sup>115</sup>. Além disso, a economia não é sequer um Direito Fundamental. Não é possível colocar o meio ambiente em segundo plano e a economia em primeiro. Por isso, se impõe uma alteração na ordem dos fatores, de *economia verde para verde economia*, ou seja, que a economia venha depois do verde<sup>116</sup>. Em outras palavras, pode-se dizer que o capital por si só não é capaz de restaurar o grave dano ou o impacto perpetrado ao meio ambiente, ao passo que tais danos ambientais respingam direta e indiretamente, de forma difusa, a toda comunidade.

O fator econômico deve ser compreendido como desenvolvimento, evolução e melhora, e não como simples crescimento descontrolado ou acúmulo irresponsável. O desenvolvimento se distingue do crescimento na medida em que pressupõe uma harmonia entre os diferentes elementos constitutivos<sup>117</sup>.

<sup>110</sup> FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. Ed saraiva. P. 567.

<sup>111</sup> OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de **Direitos difusos e coletivos, VI: ambiental** / Fabiano Melo Gonçalves de Oliveira. – São Paulo : Saraiva, 2012. – (Coleção saberes do direito) p. 12.

<sup>112</sup> ANTONIO. A cançado trindade. **Direitos humanos e meio ambiente: paralelos do sistemas de proteção internacional**. Porto Alegre: fabris, 1993, p. 76.

<sup>113</sup> FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. ed saraiva. p. 564.

<sup>114</sup> RECH, Adir Ubaldo e Adivandro Ubaldo. **Zoneamento ambiental como plataforma de planejamento da sustentabilidade**. P. 31/33 Editora EDUCS.

<sup>115</sup> RECH, Adir Ubaldo e Adivandro Ubaldo. **Zoneamento ambiental como plataforma de planejamento da sustentabilidade**. P. 31/33 Editora EDUCS.

<sup>116</sup> RECH, Adir Ubaldo e Adivandro Ubaldo. **Zoneamento ambiental como plataforma de planejamento da sustentabilidade**. P. 31/33 Editora EDUCS.

<sup>117</sup> ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 12ª Edição. Editora Lumen Juris/RJ 2010. P. 16.

A livre iniciativa que fundamenta a ordem econômica não é absoluta, tendo limites em vários princípios constitucionais. Em especial, deve observar a defesa do meio ambiente, conforme previsão do Art. 170, VI da lei maior<sup>118</sup>.

Neste sentido o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a ADI-MC 3.540 em 2005 disse que:

A incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se tiver presente que a atividade econômica, considera a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, aquele que privilegia a 'defesa do meio ambiente' (art. 170, VI CF), que traduz, conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de mero ambiente laboral.

Por fim, cumpre ressaltar aqui que o progresso econômico não é proibido, ou seja, não pode ser adotada aqui uma postura ambientalista radical que tudo quer preservar, até porque a sustentabilidade não é expulsar o homem do planeta<sup>119</sup>. Ademais, em determinadas situações é necessária a derrubada de algumas capoeiras, árvores ou a construção de uma represa para abastecimento de água<sup>120</sup>.

### 3 DO CRESCIMENTO URBANO INSUSTENTÁVEL NA CIDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Localizada no litoral norte do estado de Santa Catarina, Balneário Camboriú/SC, desde o seu surgimento, foi povoada por índios que ali encontraram um lugar ideal para moradia em razão da pesca, clima e rio de água doce, além das áreas verdes de mata atlântica que lá existiam<sup>121</sup>.

Na década de 60, quando a atividade turística tomou impulso, a cidade se tornou um centro do turismo brasileiro, e de lá para cá os índices de crescimento urbano só vem aumentando. Percebe-se abaixo que nos últimos 30 anos a cidade de Balneário Camboriú teve um acréscimo de aproximadamente 80 mil habitantes<sup>122</sup>.

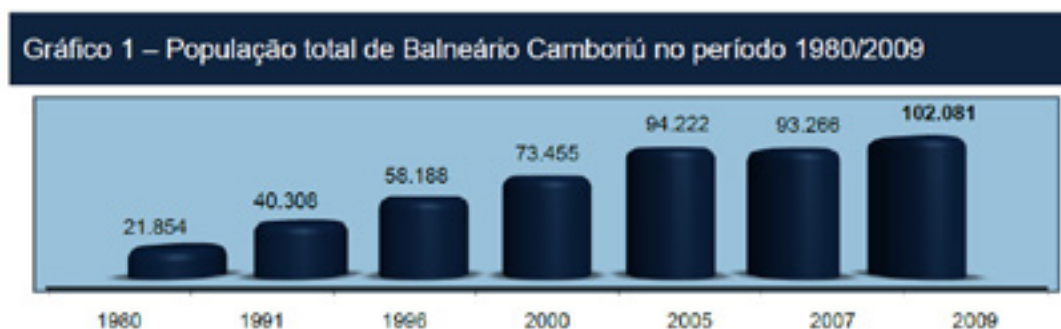


Tabela 01<sup>123</sup>

No ano de 2009 o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), estimou que a cidade de Balneário Camboriú/SC possuía uma densidade demográfica de 2.193,9 hab/km<sup>2</sup>, conforme demonstra o Gráfico 3.

<sup>118</sup> AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquematizado**. 2011. P. 45 Editora Método.

<sup>119</sup> RECH, Adir Ubaldo e Adivandro Ubaldo. **Zoneamento ambiental como plataforma de planejamento da sustentabilidade**. P. 30/ 47 Editora EDUCS.

<sup>120</sup> RECH, Adir Ubaldo e Adivandro Ubaldo. **Zoneamento ambiental como plataforma de planejamento da sustentabilidade**. P. 30/ 47 Editora EDUCS.

<sup>121</sup> IBGE, retirado em: 01/08/2015, disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=420200&search=santa-catarina|balneario-camboriu|infograficos:-historico>

<sup>122</sup> IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia. Notas: Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

<sup>123</sup> Disponível em: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia. Acesso em : 13/07/2015. [https://atendimento.sebrae-sc.com.br/projetos/portal\\_sebrae-sc/uploads/pdfs-municipios/relatorio-municipal-balneario-camboriu.pdf](https://atendimento.sebrae-sc.com.br/projetos/portal_sebrae-sc/uploads/pdfs-municipios/relatorio-municipal-balneario-camboriu.pdf)

Tabela 02<sup>124</sup>

Cinco anos depois (2014), a população continuou crescendo desordenadamente, com uma população estimada de 124.557 pessoas e uma densidade demográfica de 2.337,67 hab/km².

Tabela 03<sup>125</sup>

É oportuno comparar a referida densidade demográfica da cidade de Balneário Camboriú/SC com a de outras cidades e capitais brasileiras para se ter uma referência de quanto exatamente equivale 2.337,67 hab/km<sup>126</sup> :

- Cidade de Florianópolis/SC possui uma densidade demográfica de: 623,68 hab/km²
- Cidade de Caxias do sul/RS possui uma densidade demográfica de: 264,89 hab/km²
- Cidade de Santa Maria /RS possui uma densidade demográfica de: 145,98 hab/km²
- Porto Alegre possui uma densidade demográfica de: 2.837,53 hab/km²

Com base nisso, observa-se *in casu*, que muito embora a cidade de Balneário Camboriú apresente uma população de pouco mais de 100 mil habitantes, é flagrante sua alta densidade demográfica, se aproximando, inclusive, de algumas metrópoles brasileiras como Porto Alegre.

A elevada densidade demográfica, somada à falta de políticas públicas eficientes tem como consequência um crescimento urbano desordenado na cidade de Balneário Camboriú, revelado sobretudo, pelo excesso de obras e construções de edifícios que crescem com pouco planejamento estratégico ambiental, fato este que afeta o bioma e a saúde de seus moradores.

<sup>124</sup> Disponível em: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do IBGE - apoiados na Estimativa Populacional 2009. Acesso em : 13/07/2015

<sup>125</sup> Disponível em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em : 13/07/2015. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420200&search=santa-catarina|balneario-camboriu>

<sup>126</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em : 13/07/2015. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>



O avanço por parte das construtoras e empresas de construção civil somado à omissão do Poder Público, fez com que Balneário Camboriú/SC chegasse ao seu limite construtivo, expandindo-se para municípios limítrofes, destruindo áreas verdes preservadas e incorrendo, conforme demonstra a foto abaixo, em um crescimento urbano desenfreado, fora dos precedentes.



Foto 01<sup>127</sup>

Como comparação, segue abaixo, o retrato de como era esta mesma região central de Balneário Camboriú há 15 anos.



Assim, a atuação tresloucada do poder econômico, gerado pela influência de grandes construtoras, traduz um comportamento pautado na alta especulação imobiliária, sendo que hoje Balneário Camboriú é a cidade com o metro quadrado mais caro da região sul do país<sup>128 129</sup>. Diante disso, algumas empresas da construção civil encabeçam projetos arquitetônicos na cidade com vistas tão somente ao lucro, agindo de maneira desvinculada das leis ambientais e divorciada aos interesses socioambientais, construindo assim, a médio e longo prazo, um modelo de cidade caótica e inabitável.

Na região de Balneário Camboriú se constrói em áreas ambientais preservadas, em flagrante menosprezo com as normas vigentes. Nota-se que tal postura de desídia pelo poder econômico implica no rebaixamento da qualidade de vida de toda coletividade, na medida em que a conduta adotada por tais construtoras afeta diretamente aos moradores da região. Para aqueles que aderem a teoria do *Law and Economics*, a conduta dessas empresas mostra-se correta: eis que o custo do não cumprimento das exigências legais é mais vantajoso que seu cumprimento. Se não fosse assim, a conduta seria outra.

<sup>127</sup> Documento fotográfico retirado pelo autor, na região Central de Balneário Camboriú/SC. Data: 07/08/2015

<sup>128</sup> <http://www.gazetadopovo.com.br/imoveis/as-cidades-com-o-metro-quadrado-de-luxo-mais-caro-da-regiao-sul-59enq2aa8btghcda4yxwocuuz>

<sup>129</sup> <http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/05/balneario-camboriu-tem-o-metro-quadrado-mais-caro-de-santa-catarina-4141529.html>

Neste sentido o jornal folha de São Paulo no dia 27/12/2015 publicou a seguinte reportagem<sup>130</sup>:

Em uma faixa litorânea de cinco quilômetros entre uma movimentada rodovia e áreas de preservação, construtoras erguem uma fileira de arranha-céus.

No térreo, a disputa é por um lugar ao sol: os edifícios criaram zonas de sombra na areia da praia. (...)

Três empreiteiras locais disputam o título de responsável pelo maior arranha céu. As construtoras analisam a viabilidade de projetos com mais de 80 andares e alegam que as megaconstruções são feitas por necessidade de mercado.

O Poder Judiciário de Balneário Camboriú, atento a todo este cenário, vem adotando uma postura mais ativa e enérgica em face das construtoras locais, no sentido de proibir novas construções na cidade, impedindo novos alvarás de construção. Como penalização, as construtoras estão sujeitas a receberem multas, suspensão no direito de construir e até demolição dos prédios. Observa-se isso nas recentes matérias publicadas no Jornal Diário Catarinense:

- Justiça cancela normas que autorizam construções sem limite em Balneário Camboriú<sup>131</sup>

- Audiência definirá futuro das obras do maior edifício residencial do Brasil, em Balneário Camboriú<sup>132</sup>

Por fim, denota-se que a cidade de Balneário Camboriú/SC vem sendo desenhada por uma política de crescimento urbano sem equilíbrio, que se traduz estritamente pela lógica de mercado, tendo as grandes construtoras como protagonistas e o poder público conivente com tal postura, gerando assim, um crescimento insustentável na cidade, necessitando da intervenção do Poder Judiciário como forma de frear tal crescimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o estudo, de forma sistêmica, arguiu a temática do crescimento urbano insustentável, na cidade de Balneário Camboriú - Santa Catarina, fomentado por algumas empresas de construção civil.

O trabalho proposto promoveu uma reflexão com vistas ao aproveitamento racional dos recursos naturais por parte do poder econômico, salvaguardando a estabilidade e a renovação ecológica, assegurando assim, uma qualidade no crescimento das cidades, notadamente, a cidade de Balneário Camboriú.

O artigo expôs que o crescimento de Balneário Camboriú vem atingindo patamares em que o interesse econômico e o crescimento urbano transbordam um limite sustentável razoável, prejudicando não apenas a perenidade dos recursos ambientais e a biodiversidade como um todo, mas também, refletindo na qualidade de vida dos moradores locais, a ponto de demandar interferência judicial sobre o caso. Dito isso, o estudo perscrutou dados socioambientais dos últimos anos da referida cidade, bem como, os reflexos desse crescimento urbano até os dias de hoje.

Por derradeiro, o trabalho fez um alerta da necessidade de um novo perfil de empresas, que se traduza em uma postura menos intransigente e mais flexível, com maior consciência socioambiental e assim possa garantir um crescimento econômico sadio, equilibrado e sustentável ambientalmente para as futuras gerações.

<sup>130</sup> BACHTOLD, Felipe. Prédios mais altos do país cobrem o sol em Balneário Camboriú (SC). Folha de São Paulo, São Paulo, 27 dezembro 2015. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1723364-predios-mais-altos-do-pais-cobrem-o-sol-em-balneario-camboriu-sc.shtml?cmpid=facefolha>

<sup>131</sup> SPAUTZ, Dagmara. Justiça cancela normas que autorizam construções sem limite em Balneário Camboriú. Diário Catarinense, Florianópolis, 25 maio 2016.

<sup>132</sup> SPAUTZ, Dagmara. Audiência definirá futuro das obras do maior edifício residencial do Brasil, em Balneário Camboriú. Diário Catarinense, Florianópolis, 30 março 2017.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, F. A. D. T. **Direito ambiental esquematizado**. Editora Método. 2011.
- ANTUNES, P. B. **Direito ambiental**. 12 ed. Editora Lumen Juris/RJ. 2010.
- FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. Ed saraiva.2009.
- MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- OLIVEIRA, F. M. G. **Direitos difusos e coletivos, VI: ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- RECH, A. U.; RECH, A. U. **Zoneamento ambiental como plataforma de planejamento da sustentabilidade**. Editora EDUCS IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia. 2009.

# EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO AO DANO AMBIENTAL NA SOCIEDADE DE HIPERCONSUMO

CAROLINE FERRI BURGEL<sup>133</sup> | ELISA GOULART TAVARES<sup>134</sup>

## INTRODUÇÃO

A educação ambiental como um mecanismo de prevenção ao dano ambiental é um tema atual e possível de ser trabalhado na sociedade moderna. Além de se apresentar aberto a inovações para fins de aplicação dentro da conjectura social atual, não está limitado somente ao Estado, que tem por dever promover a educação ambiental, mas também à sociedade civil, que carece de subsídio e incentivo para atuar em questões relacionadas ao seu entorno.

O objetivo deste trabalho é buscar, através de um aporte teórico, demonstrar a essencialidade da educação e como esta é elementar à prevenção dos danos ambientais.

A justificativa de investimento em educação ambiental para fins de prevenção ao dano é fundamentada na relação de interação que o humano e meio ambiente possuem. François Ost, na obra *A Natureza à Margem da Lei* traz que a ecologia é à prova do direito, onde um é afetado pelo outro. Utiliza-se da metodologia bibliográfica como aporte teórico para esclarecimentos sobre os conceitos e os temas em foco.

O primeiro tópico deste trabalho aborda o conceito e os aspectos sociais e jurídicos da educação ambiental para que se possa compreender a educação como um instrumento essencial à prevenção do dano. Em sequência busca-se tratar da acepção do dano ambiental na visão do autor Paulo de Bessa Antunes, a fim de alçar a possibilidade de trabalhar a educação como instrumento na redução da degradação ambiental.

É preocupação da própria Constituição e da legislação ambiental infraconstitucional, de um modo geral, estabelecer linhas de cooperação entre Estado e coletividade, a fim de obter efetividade na gestão ambiental, evitando riscos ao ambiente e à saúde humana.

A pesquisa trata de um fator dentre vários, para fins de elucidação do tema. Até-se ao exemplo de uma das causas do dano ambiental, o “hiperconsumismo” estudado pelo autor Agostinho Oli Koppe Pereira. Justifica-se pela importância da apresentação de estrutura social moderna. Foca na utilização descomedida dos recursos naturais para se atender a um padrão de vida de desperdício, e consequentemente, o aceleração da degradação ambiental, sem considerar premissas básicas como o princípio da solidariedade e todo o encargo e signo que este comporta. Logo, fita-se para fins de exemplificação a educação ambiental aplicada à conscientização na questão do consumo imoderado.

A educação é elementar para que haja a conscientização ambiental com vias efetivas de produzir efeitos na minimização da degradação ambiental, atuando de forma preventiva ao dano ambiental através da atuação ativa da sociedade subsidiada pelo Estado, que em tese, tem o dever de promover a

<sup>133</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bacharel (2016) em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Membro dos grupos de pesquisa Ambiente, Estado e Jurisdição – ALFAJUS e Direito Ambiental Crítico: Teoria do Direito, Teoria Social e Ambiente. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: cfburgel@gmail.com.

<sup>134</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Linha de pesquisa em Direito Ambiental, Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico. Membro do Grupo de Pesquisa Metamorfose Jurídica. Advogada. E-mail: elisagtavares@gmail.com

educação e concretização do direito ao meio ambiente, a saber, presente nos comandos constitucionais dos artigos 205 e 225, este último especificamente no inciso VI.

## 1 ASPECTOS SOCIAIS E JURÍDICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação em um contexto de desenvolvimento sustentável ou de valorização da proteção ambiental presente nos discursos atuais é um desafio do século corrente no que concerne à sua aplicabilidade. A concepção comumente adotada para o desenvolvimento sustentável é a que o Relatório de Brundtland determinou: “A humanidade tem a capacidade de atingir o desenvolvimento sustentável, ou seja, de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às próprias necessidades”. No entanto, é preciso trabalhar o modo como se opera esse desenvolvimento e a sustentabilidade, moldar as comunidades aos ecossistemas naturais e àquilo que consistem (CAPRA, 2003).

Nesse ponto reside a dificuldade de aplicar os conceitos de práticas sustentáveis. De forma a prevenir danos ambientais de curto, médio e longo prazo, a educação é uma possibilidade de alternância desse cenário, desde que voltada à proteção, preservação e manutenção do ambiente. A visão do Relatório de Brundtland, nominado também de *Nosso Futuro Comum* é o desenvolvimento econômico, uma era de crescimento, em que se observem práticas que “conservem e expandam a base de recursos naturais”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988). A educação é o veículo que conduz a efetividade das práticas sustentáveis.

Sabidamente, Capra alude à necessidade da alfabetização ecológica, tendo em vista que ele considera que o ser humano é parte integrante da natureza em conjunto com o entendimento de que a biosfera tem a capacidade intrínseca de manter a vida. Portanto, a compreensão da organização dos ecossistemas como mantenedores da “teia da vida” implica em alfabetizar ecologicamente, conquanto que “a sobrevivência da humanidade dependerá da nossa alfabetização ecológica – nossa capacidade de compreender os princípios básicos da ecologia e viver de acordo com eles” (CAPRA, 2003, p. 19-20).

O documento de Brundtland, intitulado de *O Nosso Futuro Comum* trata da educação como elementar ao controle, proteção e melhoramento do meio ambiente. O documento se refere também aos outros setores da sociedade, como a educação. Cabe ao setor industrial - que está posicionado na estrutura social como um poluidor em grande quantidade e que possui maior responsabilidade para com a sociedade - buscar amenizar os efeitos negativos das suas atividades ao meio ambiente. É importante que a indústria como um todo esteja informada e conscientizada das suas práticas para atuar dentro da realidade ambiental atual (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

A educação deve cumprir seu papel “não-formal”, também, pois “é aquela constituída por um conjunto de práticas e ações de natureza educativa, cujos objetivos são a *sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente*” (ANTUNES, 2008, p. 249).

A educação formal e não-servem de suporte e possibilitam que a coletividade seja apta ao cumprimento do comando constitucional e consciente, que ao proteger o meio ambiente está resguardando a si e ao próximo. O consenso global de que a educação ambiental é o caminho para uma condição de vida digna e saudável vai ao encontro do que preconiza a lei e, de fato, é necessário ao bem coletivo, bem como para fins de convivência pacífica entre o homem e a natureza.

De uma forma abrangente, a educação para uma vida sustentável está presente nas cartas internacionais que acordam acerca do meio ambiente. A Carta da Terra, por exemplo, comporta como princípio a inserção da educação ambiental e seus valores em todos os níveis educacionais. O dever jurídico de evitar a degradação do meio ambiente vem sendo debatido em convenções e declarações



internacionais, chamando atenção à necessidade de prevenir os comportamentos nocivos ao meio ambiente, justamente porque dependem de atitudes humanas conscientes que devem e podem ser estimuladas por meio de programas educacionais.

Da Carta da Terra se originou o Guião de Educação para a Sustentabilidade: carta da terra. Este se apresentou com o objetivo de oferecer informação e, de certa forma, subsídio para educadores se utilizarem dos preceitos e concretizarem as práticas sustentáveis. O Guião reconhece a essencialidade da educação para o meio ambiente e da construção de valores e atitudes que comportem conhecimentos básicos para se perquirir o direito humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e solidário. Nesse ínterim busca demonstrar a relevância da educação ambiental. As legislações brasileiras abordam o tema repetidas vezes, inclusive na intenção de promover a consciência coletiva do cuidado com o ambiente e a necessidade do envolvimento da coletividade em conjunto com o Estado (MILARÉ, 2009).

A Lei nº 9.795/99 dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, conceituada da seguinte forma:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A política referida acima constitui um conjunto significativo para a relação educação e ambiente. Trata-se de um direito do cidadão que pode ser compreendido como um direito fundamental (MILARÉ, 2009). E de fato é um direito fundamental, já que a educação consta no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, como um direito social. Da mesma forma, há o direito fundamental ao meio ambiente como um direito coletivo, presente no comando constitucional do artigo 225, *caput* e inciso VI (BRASIL, 1988). “A educação deve ser considerada como uma atividade-fim, visto que ela se destina a despertar e formar a consciência ecológica para o exercício da cidadania” (MILARÉ, 2009, p. 523).

Contudo, Antunes (2008, p. 250) entende a Lei supra referida como uma “norma jurídica extremamente confusa e de difícil compreensão”. Os termos indefinidos e a abrangência que se especifica, como por exemplo no artigo 15, alínea “a”, que determina a “definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional”, ora, essas diretrizes devem estar presentes, principalmente, no âmbito local, visto que cada localidade apresenta sua demanda e contexto próprio. Executar uma legislação ampla e abrangente torna dificultoso o caminho para que se efetive a prevenção do dano ambiental.

É preciso conceber a educação na sociedade atual e em que conjectura ela se aplica. Falar em teoria é diferente da prática. Os aspectos jurídicos atribuídos à educação demonstram a busca de um comprometimento maior para com o meio ambiente e a sua utilização de forma consciente e responsável, contrária à apresentada no contexto consumerista, em que valores são depreciados, pessoas, animais e natureza são coisificados para atender um padrão inútil ao bem-estar coletivo.

Um cenário predominante é o do consumo e as consequências que esse consumo dito desmedido acarreta. Existe uma diferença significativa entre o consumo e o consumismo como o “indispensável e o supérfluo” (MILARÉ, 2009, p. 80).

Para entender a influência da educação nessa cultura, é preciso observar as consequências ambientais geradas pela falta de conscientização e conhecimento, e mesmo que a sociedade ou parte dela tenha a mínima noção das práticas advindas desse cenário, se estabelece um conforto consciente e a manutenção desse modo de vida. Importa dizer que a educação voltada ao consumo consciente, com todo seu valor se torna elementar para que se efetive uma diferença da conjectura social atual

para a próxima, que abrangerá as futuras gerações. Feita essa breve análise sobre a educação e sua essencialidade, passa-se às considerações acerca da educação aplicada à sociedade moderna.

## 2 A COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA MODERNIDADE

A educação ambiental se desenvolve a partir da compreensão da conjectura social. O cenário social se apresenta de várias formas, e dentre estas ganha enfoque a classificada como a sociedade hiperconsumista. A modernidade se apresenta com o conceito de consumo, onde o mercado dita o novo como objeto de desejo e abre portas ao hiperconsumo sem se preocupar com o futuro (PEREIRA; CALGARO; PEREIRA, 2015).

Dessa maneira, as relações de consumo, como uma espécie de relações sociais, se desenvolvem em um plano de dominação e alienação política, econômica, social e mesmo cultural, inferindo que as relações sociais – laços familiares, profissionais, **educacionais**, religiosos, culturais, políticos e mesmo jurídicos – sejam “contaminadas” com a poluição consumista, (...) (PEREIRA; CALGARO; PEREIRA, 2015, p. 140). (grifo nosso)

Em um curto período de tempo pode se observar a transformação dos valores em conjunto com a informatização, globalização e disseminação do conhecimento. Aduz-se tanto às consequências negativas quanto às positivas. Em verdade as ferramentas que surgiram desse processo, se utilizadas necessariamente à manutenção, preservação e uso racional do ambiente evitariam inúmeros problemas ambientais e de subsistência humana.

Essa evolução substancial nos últimos cinquenta anos se apropriou de recursos naturais em maior proporção, ao se considerar as consequências de duas guerras mundiais, a revolução industrial, o processo de urbanização acelerado que gerou uma transformação radical no espaço territorial em conjunto com o aumento populacional e que resultou em ocupações irregulares e afetou direitos fundamentais individuais e sociais, como também danos ao meio ambiente pela forma não estruturada e organizada com que se deram esses eventos. O avanço da tecnologia e a própria globalização abarcou todos esses fatores (PEREIRA; PEREIRA; PEREIRA, 2009).

À medida em que aumenta a produção se aumenta o descarte. Veja bem, “a cultura consumista se desenvolve, também, a partir de uma educação que cria o desejo pelo consumo, pelo descarte, pela valorização do novo” (PEREIRA; CALGARO; PEREIRA, 2015, p. 143). O reverso é o que deveria estar em prática para que não restasse uma retórica vazia de proteção ambiental através do instrumento que for para um desenvolvimento sustentável e, todo o signo que esses aspectos conceituais comportam.

Ao se voltar para a obra de François Ost (1997), a proteção da natureza consiste na limitação da utilização excessiva pelo ser humano. Deve haver busca por um equilíbrio natural e por sua restauração, para que se mantenha a extração da subsistência do ser humano na presente e futuras gerações. A degradação ambiental decorre da perda da consciência dos limites do uso dos recursos naturais, que propiciam a produção e a natureza, que fica prejudicada pelo descarte indevido; não se considera a dependência existente do humano com o ambiente que ele integra.

“Os problemas ambientais advindos de um consumo exacerbado geram riscos, e esses riscos se instauram na sociedade moderna de consumo”. Assim sendo, é possível concluir que é preciso que se tomem medidas que intentem reverter esse quadro, e, com ênfase, a educação de forma efetiva é uma ferramenta eficaz. Na opinião dos autores:

Torna-se importante criar medidas que sejam locais, regionais ou globais, nas quais haja um consenso de proteção universal, que permita que políticas públicas sociais possam melhorar a prestação de serviços e minimizar os riscos de um consumo exagerado(...) (PEREIRA; CALGARO; PEREIRA, 2015, p. 149; 153).

A dimensão dos problemas ambientais ocasionados pela produção e o consumo irrefreável impactam o meio ambiente e o ser humano de forma significativamente excessiva. Um exemplo trazido pelos autores Pereira, Calgaro e Pereira são os venenos utilizados na agricultura, os quais causam danos à saúde ao longo da vida daqueles expostos direta e indiretamente a eles,

como um envenenamento com pequenas doses a cada refeição (...). Por outro lado, no caminho até chegar ao ser humano, esses pesticidas deixam resíduos no meio ambiente, contaminando rio, matando a fauna e a flora, causando verdadeiras catástrofes ambientais (PEREIRA; CALGARO; PEREIRA, 2015, p. 149; 157).

Para a minimização desses efeitos a educação se faz fundamentalmente necessária. A política pública é um instrumento passível de aplicabilidade da educação. Podem-se conceber meios de educar tanto para que o indivíduo tenha práticas sustentáveis e conscientes como também através do hábito e, da mesma forma, para que conheça os seus direitos (PEREIRA; CALGARO, 2015). Ainda que o direito ao meio ambiente possua certa amplitude, o conhecimento das consequências que a degradação ambiental causa a si e aos semelhantes pode motivar um pensar coletivo e solidário. Ao menos é nesse sentido que se espera a atitude do ser humano para com a coletividade.

Cumprir indicar a educação voltada também ao produtor, fabricante, fornecedor, etc., que desempenham um papel importante na sociedade econômica. Se faz necessária a conscientização destes para com a sociedade e o meio ambiente,

Assim, uma política pública voltada para a educação dos agentes que intervêm nas relações de consumo seria de extrema importância. Nesse contexto, os consumidores seriam educados, por um lado, a um consumo consciente e, por outro, para conhecerem seus direitos. No mesmo diapasão, essa política teria o viés de trabalhar também a educação dos produtores/fabricantes – fornecedores em geral – vez que as condutas elaboradas por esses também interferem no contexto do consumerismo. (PEREIRA; CALGARO, 2015, p. 21)

Essa concepção demonstra que o homem não age de forma inteligente ao conceber uma lógica de mercado irracional, onde o objetivo é a compra e venda sem considerar as consequências, onde o lucro é o que rege as relações, onde a diversidade biológica é destruída em decorrência desse contexto de extinção sem realmente se ater ao que isso significa para o presente e futuro da natureza e, conseqüentemente, da humanidade, que caminha para problemas ambientais graves por conta do desequilíbrio do planeta.

Logo, conclui-se que a educação está voltada ao consumo, e com isso o meio ambiente resta prejudicado e de difícil reparação. Ainda é válida a busca de um novo conceito e prática ambiental através da educação, para a possibilidade de reverter os valores consumeristas aos valores ambientalistas, e a prevenção se fará ao menos às futuras gerações. Essa reversão de valores pode acontecer por meio de uma visão crítica da sociedade moderna voltada ao consumo, através da dialética construir uma sociedade estruturada sobre os valores ecológico-sociais.

“Na atualidade, a educação pode ser uma das maneiras de se buscar o consumo sustentável e consciente que pode barrar as atitudes e conceitos praticados e concebidos por parte do “*homo consumidor*” e da própria sociedade moderna.” (PEREIRA; CALGARO, 2015, p. 26). Adir Rech (2009) expressa que faz parte da natureza do homem produzir e consumir bens, e a sociedade capitalista é propícia ao acúmulo. Por isso a educação precisa conduzir a coletividade ao pensar reflexivo dentro do contexto social que ela se insere.

### 3 O DANO AMBIENTAL E A POSSIBILIDADE DE PREVENÇÃO POR MEIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O direito ambiental em essência é preventivo, norteado pelos seguintes princípios basilares: princípio da precaução e prevenção. A reparação do meio ambiente degradado é dificultosa, e nem sempre é possível essa restauração. Milaré (2011) bem coloca que o Direito Ambiental tem por excelência a vocação preventiva, ou seja, ao tratar escolhas, instrumentos, meios e atividades que dizem respeito ao ambiente e que tenha significativo potencial destrutivo é sempre melhor prevenir do que remediar.

O conceito de dano ambiental trabalhado na obra “Dano ambiental: uma abordagem conceitual” de Paulo de Bessa Antunes é apresentado como aquele que ultrapassa os “limites do desprezível” e “causa alterações diversas no ambiente”, na visão jurídica caracterizado como degradação ambiental. Ainda é preciso conceber que o dano ambiental é uma categoria geral em que se encaixam outras. O presente trabalho aborda o dano ambiental que acontece como consequência da sociedade moderna apresentada no tópico anterior, a saber que o “dano ecológico, que é a alteração da biota como resultado da intervenção humana” (ANTUNES, 2015, p. 126). Contudo, as consequências vão além do dano ecológico, atingindo o próprio ser humano.

Uma sociedade se estrutura a partir da utilização dos recursos naturais, seja racional ou não. A preservação ou degradação ambiental deve ser concebida a partir de casos concretos, pois não são conceitos que podem ser trabalhados de forma abstrata. O ser humano inevitavelmente irá alterar o curso da natureza. “A intervenção humana sobre o mundo natural e a elaboração cultural da natureza são condições essenciais para a própria realização da história humana, em resumo, da vida humana”. (ANTUNES, 2015, p. 158).

Os meios a serem utilizados na prevenção do dano ambiental variam conforme o desenvolvimento de uma nação e de suas opções tecnológicas. Afinal, a prevenção não é estática: deve sofrer reavaliações e ser constantemente atualizada, capaz de influenciar a formulação de novas políticas públicas ambientais, não só no âmbito da atividade do poder público dos legisladores e do judiciário, mas principalmente das ações de quem detém grande poder econômico (grandes empreendedores capitalistas). A melhor forma de prevenção é aquela feita preventivamente, com fundamento no princípio da solidariedade. A visão jurídica comporta o dano ambiental com tendência à reparação, é preciso que haja um dano para o judiciário ser motivado a agir. O problema desse mecanismo que intenta por vezes editar medidas preventivas é que transforma o dano ambiental em uma excepcionalidade, e que afeta somente o indivíduo isoladamente (ANTUNES, 2015).

Os dispositivos legais devem servir primordialmente para orientar e estimular à educação ambiental de forma sistemática ao longo do processo formativo de toda população, em quaisquer idades. Um programa sério de educação ambiental deve se pautar em valores sociais, conhecimentos e habilidades, comportamentos e competências voltadas para a conservação da natureza, como bem de uso comum, visando a melhoria de uma qualidade de vida digna e sadia. A melhor forma de reparar os danos ambientais é preveni-los. Existe entre a comunidade jurídica um consenso acerca desse aspecto. E o melhor instrumento que efetive práticas sustentáveis e preventivas é a educação. Políticas públicas educacionais, enquanto estatais, ou seja, aquelas que permanecem ante a troca de governo e preponderam os interesses políticos, é a melhor aposta para a aplicabilidade e concretização do direito fundamental ao meio ambiente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indubitável o avanço na qualidade de vida de uma parte da população e as benesses que resultaram do avanço tecnológico, da informatização e evolução em vários aspectos do contexto social. No entanto, é passível de questionamento a forma com que se dá essa apropriação dos recursos naturais sem considerar o dano que causam, seja pela natureza em si, pela solidariedade intergeracional, intrageracional e até mesmo interespecie.

Os efeitos negativos dessa utilização irresponsável dos recursos naturais afetam os aspectos jurídicos que definem, necessariamente e para fins de afirmação e determinação da elementaridade do meio ambiente, a sadia qualidade de vida e dignidade humana, tal circunstâncias.

Despertar sensibilidade com a causa ambiental em consonância com os dispositivos legais vem corroborar com o comando da constituição vigente, em que a coletividade possui um dever solidário com as futuras gerações de proteger e preservar o meio ambiente, e como dita o Informe de Brundtland, a carta chamada Nosso Futuro Comum, para fins de não esgotar ou comprometer os recursos naturais necessários e possíveis de garantir um mínimo existencial e uma vida digna, pois, de nada adiantará tais preceitos normativos se a coletividade não for devidamente informada e educada para atender e construir um estado socioambiental.

As normas ambientais visam um padrão ambiental que alcança elementos constitutivos de uma vida digna, o que de fato, violados ou diminuídos em decorrência do dano ambiental, restaria caracterizado uma afetação ao direito humano ao meio ambiente. Esse quadro se reverte ao investir em políticas públicas educacionais, portanto, se conclui que são conceitos que podem ser trabalhados somente ao considerar o mundo dos fatos, conquanto são inúteis se apenas trabalhados em teoria. E uma breve análise da sociedade moderna estruturada sob a lógica consumerista faz perceber o quão sedento está o planeta Terra das ações ambientalistas na luta para reversão do caminho que se percorre.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. B. **Dano ambiental**: Uma abordagem conceitual. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2015.

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm). Acesso em: 24 mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 27 abr. 99. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acesso em: 03 jul. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação para a cidadania guião de educação para a sustentabilidade**: Carta da Terra. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <<http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/ECTG-EducCidadania-2006.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

CAPRA, F. "Alfabetização Ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, A. (coord). **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. 367 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

MILARÉ, E. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 7 ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2011.

OST, F. **A natureza à margem da lei**: a ecologia à prova do direito. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1997. 399 p.



PEREIRA, A. O. K.; CALGARO, C.; PEREIRA, H. M. K. “A sociedade moderna hiperconsumista e os riscos socioambientais: as políticas públicas locais como forma de solução democrática”. In: RECH, A. U.; MARIN, J. D.; AUGUSTIN, S. (Org.).

**Direito ambiental e sociedade.** Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2015. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/PEA/>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

PEREIRA, A. O. K.; PEREIRA, H. M. K.; PEREIRA, M. M. K. “Hiperconsumo e a ética ambiental”. In: PEREIRA, A. O. K.; HORN, L. F. D. R. (Org.). **Relações de consumo:** meio ambiente. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2009. 232 p.

RECH, A. U. “A sociedade de consumo e o desenvolvimento sustentável”. In: PEREIRA, A. O. K.; HORN, L. F. D. R. (Org.). **Relações de Consumo:** Meio Ambiente. Caxias do Sul: EducS, 2009.

## **INTRODUÇÃO**

A ocupação das terras no Brasil ocorre de forma paradoxal, pois mesmo havendo grande concentração de pessoas de baixa renda nas áreas urbanizadas e bem localizadas, as cidades por muitas vezes continuam com a produção de frentes imobiliárias voltadas para classes cada vez mais altas. Acarreta-se aos seguimentos de baixa renda ocupar áreas irregulares, de risco e em outras vezes terrenos nas periferias, onde se defrontam com áreas ambientalmente frágeis ou assentamentos precários e cortiços.

Esta exclusão territorial urbana é um dos principais desafios para os gestores municipais. A criação de planos com a participação de todos é indispensável para que um gestor possa gerir igualitariamente a cidade para todos os seus habitantes. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes fixadas em lei, deve ter por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e garantir o bem-estar sustentável de todos os seus habitantes.

O cenário conjuntural se apresenta com características de poluição e de depleção dos recursos naturais, mas também com crescente consciência por parte da população em relação ao caráter finito dos recursos e das evidentes limitações geoespaciais (TAVARES, 2005).

No Brasil, em função das diretrizes emanadas da Agenda 21 do Rio de Janeiro, das pressões populares e institucionais, ou mesmo pelo interesse pessoal e autêntico de alguns dirigentes públicos, a realidade tem evidenciado uma crescente demanda pelas premissas e ações sustentáveis (ETHOS, 2011).

Para tentar acrescentar maiores luzes sobre o tema e a problemática desse cenário objetiva-se nesse artigo levantar reflexões sobre gestão pública sustentável. Caracterizado como um ensaio teórico, embasado em leituras e levantamentos documentais, busca-se descrever as atribuições e os procedimentos com que se defrontam os dirigentes e servidores públicos em suas atividades diárias de gestão com os aspectos conceituais.

Conceitualmente o termo meio ambiente se refere apenas à biota, ao meio natural. Entretanto, a disseminação do conceito trouxe novas interpretações para os processos e os atores envolvidos nesse cenário ao acrescentar que os impactos causados pela nova postura ecológica ultrapassam o campo de exames do tema natureza, acrescentando os temas urbano, rural, econômico, cultural e político. Isso conduz a uma tendência atual na utilização do termo “ambiente”, por ser mais amplo do que o restrito

<sup>135</sup> Geógrafo (PUC-RIO) com Especialização em Engenharia Ambiental e Sanitária (UERJ) e Mestre em Gestão de Políticas Públicas (UNIVALI). Já executou serviços na Fundação Oswaldo Cruz (Responsável pelo setor de Geoprocessamento do Departamento de Gestão Ambiental do IOC), IBGE (Agente de Campo e Mapeamento), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil (Consultor Técnico) e em Empresas de Consultoria e Licenciamento Ambiental. Atualmente é docente colaborador na Uniasselvi e presta serviços como profissional autônomo para empresas de consultoria e licenciamento ambiental. Até o presente momento conta com a elaboração de mais de 110 ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica). Atribuições vinculadas a diagnósticos ambientais, laudos técnicos, pareceres, estudos ambientais, socioeconômicos, análise de desmembramento, geoprocessamento, cartografia, mapas temáticos, áreas de influência, identificação de curso hídrico e outros. Estudos Ambientais realizados como EIA/RIMA, EAS, ECA, EIV, RAP, RAS, PRAD, ET, AAI, Plano de Manejo, defesas de auto de infração e outros diagnósticos e estudos ambientais.

termo meio ambiente. Sendo assim o homem passa a ser visto como parte do ambiente e não apenas à parte dele. Dessa forma, obrigatoriamente, as análises e estudos que forem conduzidos na área da gestão pública devem ser sistêmicos e holísticos, ou seja, necessitam contemplar todos os segmentos, atores e instrumentos que participam do processo.

Complementar às questões conceituais da análise da gestão pública sustentável, deve-se acrescentar que os aspectos atitudinais na busca da qualidade total, da boa imagem política e ecologicamente correta e do cuidado na seleção de tecnologias limpas apropriadas para uso compõem o quadro de estratégias sustentáveis na administração pública. Nesse sentido, este artigo procurará citar alguns exemplos de ações e cidades que já passaram e/ou estão passando por esse processo.

Para alcançar tais objetivos, delimitando as reflexões sobre a gestão de cidade, inicialmente fundamenta-se o trabalho através de uma revisão bibliográfica dos assuntos gestão pública e sustentabilidade. A seguir descreve-se a gestão das cidades no momento atual combinada com os principais marcos e exemplos efetivos de ações de gestão pública sustentável. Nesse contexto, onde a imagem está cada vez mais atrelada à obtenção de resultados efetivos e à oferta de bens e serviços que possibilitem a melhoria da qualidade de vida, as ações dos dirigentes tendem a se orientar para a utilização de tecnologias limpas no suporte às suas operações e a obtenção de um planejamento sistêmico envolvendo todos os atores.

Cumprir ressaltar que este estudo se justifica pela oportunidade ainda pouco explorada de reflexão e sistematização de um assunto tão atual e de grande interesse acadêmico e profissional. Nos tópicos seguintes são expostos os conteúdos que atendem com informações mais detalhadas os objetivos deste artigo.

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Visando possibilitar um entrosamento maior dos assuntos, gestão e sustentabilidade e também delimitar e subsidiar o entendimento de como funciona a adoção de uma gestão politicamente e ecologicamente correta, no âmbito de uma gestão pública municipal, apresenta-se essa revisão de literatura.

### 1.1 GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

A gestão pública municipal é de extrema importância para a população, pois é ela quem define os caminhos a seguir para que se possa buscar desenvolvimento para o município. A criação do modelo de gestão pública foi inspirada na gestão de empresas privadas, consolidando-se na principal diferença de que se é defendido o interesse público em primeiro plano. Com isso primeiramente é dada prioridade às necessidades da população e seus interesses para que sejam tomadas decisões (COUTINHO, 2000).

Segundo Lima (2007), o termo gestão pública pode ser conceituado como atos administrativos sendo classificados por processos como: planejamento, programação orçamentária, execução, controle e avaliação das políticas que vise à concretização de políticas públicas, direta ou indiretamente, por organizações públicas ou privadas. Segundo a autora Neves (2002, p. 21),

[...] durante muito tempo, o conceito de gestão não foi considerado aplicável aos dirigentes da administração pública, considerando que o seu papel era administrar, de acordo com regras pré-estabelecidas, os recursos afetos aos seus serviços, garantindo assim, o cumprimento de atribuições e o exercício de competências igualmente pré-definidas em diploma orgânico.

A gestão pública tem centrado seus funcionamentos e trabalhos numa forma de estabilidade, priorizando o pensamento apenas de que suas competências são que as repartições públicas, aqui

focando as prefeituras, devem estar ou tentar manter estável alguns pilares como os recursos humanos, de materiais e principalmente o financeiro. Porém a realidade é contraditória, pois quem gerencia um serviço é frequentemente atacado por diferentes tipos de solicitações, preferencialmente de natureza política e de cidadãos que esperam a resolução de problemas. Quem gere um serviço público é por vezes pressionado em administrar vários e diferentes tipos de recursos, que na grande parte das vezes pode já conter problemas anteriores de outras gestões.

Para Lima (2007), a gestão pública é responsável pelo desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade. Mas a gestão deve se atentar para aspectos de todos os fatos que podem acontecer numa sociedade. A gestão pública deve ter um posicionamento de uma missão para ser cumprida, que no caso é o desenvolvimento da cidade em benefício do povo que nela habita.

A gestão pública efetiva como um todo perpassa por muitas mais circunstâncias delicadas do que se imagina de modo popular. Conforme Dowbor (2012, p.1080),

o ser humano vem de longa trajetória e tradição cultural de que a natureza é de certa maneira infinita, e o objetivo era dela conseguir extrair o máximo possível. A empresa que conseguisse tirar mais petróleo, derrubar mais matas, pescar mais peixe ou extrair mais água, tirando maior vantagem, mostrava os resultados como prova de sucesso, de competência.

Diante da trajetória urbana, a forma de apropriação e percepção da natureza, tem passado por mudanças culturais ao longo dos anos como pode ser observado por Dowbor (2012), onde antigamente quanto mais se extraía da natureza, melhor era vista tal empresa, sendo sinônimo de sucesso. Entretanto atualmente já se sabe que esta visão é equivocada e busca-se um gerenciamento mais racional, de forma que precise devastar menos, assegurando a conservação e preservação ambiental.

As cidades, como organismos totalmente complexos e com vários níveis de atuação, apresentam inúmeras dificuldades, entre elas, aquelas voltadas para questões socioambientais. Olhando para essa questão, a gestão pública deve desempenhar um papel relevante voltado para todos os segmentos da sociedade e buscar a reflexão e soluções que permeiem a sustentabilidade. Sabe-se que há grandes desafios para se conduzir um município e cada vez mais, a questão socioambiental é cobrada pela sociedade. Todavia existem inúmeras outras questões a serem analisadas também por boa uma gestão pública, como saúde, infraestrutura, economia, entre outras (HOLLANDA, 2006; MOREIRA, 2002).

O meio ambiente, devido aos grandes impactos registrados, tem merecido muitas preocupações por parte de todos e assim exige uma atenção ainda maior por parte dos gestores públicos, principalmente porque os ambientes urbanos têm concentrado cada vez mais populações, especialmente no Brasil (REZENDE; OLIVEIRA, 2004). Sendo assim, as estratégias de desenvolvimento urbano acabam passando pela discussão de um modelo de desenvolvimento que agregue a promoção econômica junto com a preservação e conservação ambiental e a participação social.

Nesta ótica, para estarmos inseridos na sustentabilidade, fica evidente que é uma questão de atitude. Para implementarmos esta nova concepção de crescimento é necessário introduzirmos o desenvolvimento sustentável nos mais diversos seguimentos, propiciando, assim um conjunto de ações interligadas, que entre si buscam oferecer oportunidades de desenvolvimento sustentável nas mais diversas cadeias produtivas.

Castro e Oliveira (2007, p. 4 apud SECCHI, 2009, p. 8) observam que:

A vida do planeta depende da preservação dos ecossistemas. Por meio do uso de práticas que não agredam o meio ambiente é possível assegurar as características fundamentais dos ecossistemas e garantir sua produtividade para as gerações futuras. A consciência ambiental só é possível com a percepção e o entendimento do real valor meio ambiente: somos responsáveis pelo futuro que estamos modelando.

Dentro deste conceito, há uma percepção positiva de que a exemplo o Brasil propõe nos leques e avança graças aos sólidos fundamentos de economia, assim visualizando um crescimento com inclusão social, onde os investimentos em infraestrutura são imponentes e fundamentais, melhorando as condições de vida de sua população, conquistando pontos favoráveis junto ao cenário internacional, onde o país ganha em relevância e oportunizando na diversificação das barreiras comerciais. Seria oportuno evidenciar que, para os mais diversos cenários é fundamental que se notifique a aptidão regional, pois é fundamental diante deste contexto socioambiental e econômico implementar aquilo que vem ao encontro dos anseios de suas regionalidades.

Neste viés, notificamos que é preciso destacar que o turismo sustentável só pode ser alcançado pelo dimensionamento da sustentabilidade econômica e sociocultural, pensados e colocados em equilíbrio com a sustentabilidade local. Diante disso, o conceito de desenvolvimento sustentável tem como vertentes principais o crescimento econômico, a equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente.

Assim qualquer planejamento focado no desenvolvimento deve levar em conta os cenários da sustentabilidade como mencionados por Beni (2007, p. 127). Entre eles destacam-se:

- Sustentabilidade ecológica, aquela que incrementa o aumento da capacidade de recursos naturais, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas e definindo regras para a adequada proteção ambiental.
- Sustentabilidade social, criação de um processo de desenvolvimento civilizatório baseado no ser e que seja sustentado por uma equidade na distribuição do ter.
- Sustentabilidade econômica possibilita melhor alocação e gestões mais eficientes dos recursos por um fluxo regular do investimento público e privado.
- Sustentabilidade espacial é aquela voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada, atentando sempre para a capacidade de carga e sustentação e plano de manejo e monitoramento.
- Sustentabilidade cultural engloba as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, respeitando assim a preservação do patrimônio histórico e a continuidade das tradições culturais.
- Sustentabilidade política privilegia a negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais desde o âmbito local até o global.
- Sustentabilidade institucional é a que assegura o modelo de governança para o desenvolvimento local.

Assim, promover políticas de sustentabilidade mediante os recursos naturais disponíveis requer a governabilidade das políticas setoriais, com a participação da sociedade para as tomadas de decisão na busca da sustentabilidade. Diante deste conceito ressaltamos que para um empreendimento ser sustentável este deve permear alguns requisitos que podem ser considerados básicos: sendo estes empreendimentos ecologicamente corretos; economicamente viáveis; socialmente justos; e culturalmente aceitos.

## 2 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Devido a práticas não sustentáveis tem-se obtido a percepção de que alguns de nossos recursos naturais estão se tornando potencialmente mais escassos e a partir disso algumas ações começaram a ser tomadas. Nossas perspectivas para o futuro são de dar continuidade em nossa existência de modo que consigamos produzir com o mínimo possível e ainda saibamos administrar de modo eficiente



.....

todos os recursos naturais. Soluções mais eficientes são imprescindíveis nos dias de hoje. Medidas de saneamento básico eficientes reduzem desperdícios e tratam efluentes urbanos de modo que possam posteriormente voltar ao sistema natural sem danos ao meio ambiente e à sociedade (HOGAN, 2005).

Tomando como base de que a maior parte da população brasileira vive em cidades com sociedades organizadas, observa-se uma grande degradação das condições de vida, em contrapartida gerando uma crise ambiental. O conceito de sustentabilidade é um conceito polissêmico, mas que aparece como um termo bastante expressivo no debate socioambiental. O conceito em si é um termo definido como a capacidade de um sistema manter sua produção diante de adversidades (MUNCK e SOUZA, 2010).

Nota-se que as reflexões atuais diante da valorização da natureza e sua relação com a sociedade remetem a um pensar e repensar o desenvolvimento socioeconômico e a relação complexa entre sociedade e natureza (MORALES, 2012). Essas reflexões datam desde 1950, havendo discussões sobre as desigualdades entre países ricos e pobres e que se dá abertura à elaboração das estratégias de desenvolvimento (MORALES, 2012). Mas, foi a partir da década de 1970, com a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e Meio Ambiente que ocorreu em Estocolmo, realizado no ano de 1972, que decidem criar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que contribuiu com esse embate.

Em 1973 é trazido por Maurice Strong o termo ecodesenvolvimento, divulgado principalmente pelo economista francês Ignacy Sachs, com a ideia de um desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, e ainda, desejável sob os pontos de vista social, econômico e ecológico e dando ênfase à autonomia local, ligado a uma postura solidária. (MORALES, 2012).

No final da década de 1980 a expressão desenvolvimento sustentável se fortaleceu, principalmente pela formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo tema central era uma agenda global para a mudança, cujo fruto é o relatório Brundtland conhecido como Nosso Futuro comum, no qual traz a proposta do termo sustentável como estratégia de desenvolvimento (MORALES, 2012; BOFF, 2012). É esse relatório que traz a definição tão conhecida do desenvolvimento sustentável como aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras (CMMAD, 1991). Nesse enfoque dado pela Comissão, pode-se verificar sentido um tanto diferente do enfoque inicial do ecodesenvolvimento, pois como Ramos (1994) aponta, o desenvolvimento sustentável condiciona a mudança a um tipo de desenvolvimento menos agressivo, mas ainda pautado exclusivamente nos aspectos econômicos. Já o ecodesenvolvimento traz um repensar sobre a relação sociedade e natureza. Assim, o que se observa foi um esvaziamento do conteúdo e princípios do ecodesenvolvimento pela Comissão Brundtland, mesmo sendo apoiada por essas ideias.

Em 1992, com o evento Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, o desenvolvimento sustentável foi bastante discutido e apoiado pelos governos nacionais e internacionais, sendo produzido o material denominado *Agenda 21* como um plano de ação que busca ter ações globais. Nota-se que a globalização está diretamente ligada às tendências da modernização, que por sua vez, é o estágio contemporâneo da modernidade.

Já a sustentabilidade, ao pensamento de Sachs (2008), é enfatizada, tanto no ecodesenvolvimento, quanto no desenvolvimento sustentável. O foco deve estar na articulação entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais, com atenção a outras variáveis e/ou dimensões que compõem a sustentabilidade, como a política, a cultural, a espacial, entre outras.

Segundo Jacobi (2003), analisando que moramos em sociedade, essa percepção de sustentabilidade deve ser analisada regionalmente, ou definida por cidades (localmente), podendo

.....

assim fazer repensar e desenvolver uma melhor gestão com programas, projetos e ações específicos para cada município assistindo suas particularidades. Cada município se difere um do outro, pois os problemas enfrentados por cada um nunca são iguais.

Com a reflexão das práticas sociais, marcadas pela degradação do meio ambiente em que vivemos e dos ecossistemas, é necessário pensar e ir mais além. Começar a desenvolver algumas práticas com ênfase na sustentabilidade socioambiental e refletir sobre práticas sustentáveis nos leva a compreender o que deve e pode ser feito. Novos atores sociais como os administradores públicos que são os líderes das cidades, devem ser os principais mobilizadores e questionadores para a construção de práticas educativas e hábitos sustentáveis nas pessoas, ou melhor, em sua população em questão. Nesse sentido cabe destacar que a gestão pública tem principal importância para gerir processos que desenvolvam práticas na população. (JACOBI, 2003).

Segundo Oliva (2013, p. 02),

A discussão acerca da sustentabilidade das cidades se apresenta atualmente com uma das questões de maior relevância no Direto Ambiental, fundamental para vislumbrarmos um crescimento social sadio – não prejudicial às futuras gerações – e, em contraposição aos caos que possivelmente instalar-se-ia caso nenhuma medida fosse tomada.

Uma cidade sustentável é aquela que é projetada ou transformada de modo que sejam considerados os impactos socioambientais, respeitando todos os padrões de consumo, dos recursos naturais, das gerações futuras e em consenso com todas as empresas e cidadãos (BRANDÃO *et al.*, 2003).

Ainda segundo Brandão *et al.*, (2003), a principal tarefa dos administradores públicos é de reorganizar o sistema de gestão, colocando esforços para buscar os conceitos em tornar uma cidade sustentável. A dimensão ambiental deve ser incorporada às políticas setoriais urbanas (habitação, abastecimento, saneamento, ordenação do espaço urbano, entre outras). Cada gestor de sua cidade, interligado à sua administração deve priorizar um trabalho voltado para o desenvolvimento ambiental, levando isso por meio de ações, até sua população.

### 3 A GESTÃO DAS CIDADES NO MOMENTO ATUAL

Cerca de metade da humanidade vive hoje nas cidades, percentual que deverá chegar a 60% em 2030, de acordo com as estimativas da ONU (ONU, 2015). Na América Latina o Brasil é o país mais urbanizado, resultado de um intenso processo de estruturação das cidades iniciado na década de 1950, que provocou a concentração de 85% de sua população nas áreas urbanas. As estimativas dão conta de que esse percentual possa chegar a 90% até 2020.

O crescimento da população que vive nas cidades acarreta novos e complexos desafios para os gestores públicos locais, pressionando a infraestrutura e o consumo dos recursos naturais. Como forma de dar instrumentos aos municípios para enfrentarem essa situação, a Constituição Federal de 1988 instituiu a descentralização dos municípios e a participação da sociedade como eixos centrais do novo período de democratização que se abria com a Carta Magna (MINC, 2005; PENNA, 1999; VILLAÇA, 2010).

Peter Hall, em seu texto “Cidades do Amanhã”, nos remete à importância da ideia da participação da sociedade na gestão das cidades, onde planejadores e políticos devem atentar para os inúmeros fatores indispensáveis, como a participação social e a interação/integração do homem com o ambiente para uma gestão sustentável existir.

Conforme Hall (2007 p.396),

[...] planejadores e políticos demoraram a descobrir o estado de privação crescente em que viviam os pobres nas áreas intra-urbanas; percebeu-se então que as zonas onde essa gente morava estavam sofrendo um processo de despovoamento e desindustrialização; daí por que os planejadores foram progressivamente passando do ponto de vista meramente físico para o social e o econômico.

Como efeito, as cidades brasileiras passaram a ser protagonistas nos processos de decisão, ao mesmo tempo em que tiveram de enfrentar problemas relacionados à desigualdade social, à poluição, às dificuldades de mobilidade, ao excesso de resíduos, à falta de saneamento básico, habitações precárias, violência e mudanças climáticas. Tais problemas demandaram a criação de um novo modelo de gestão pública, que incluísse planos estratégicos eficientes e equipes bem preparadas para desenvolvê-lo. Para isso, diretrizes devem estar contempladas no Plano Diretor e no Plano Plurianual (GRAZIA, 2002; MATTOS, 2002; RIBEIRO, 2003).

### 3.1 EXEMPLOS E TENDÊNCIAS

Como exemplo exigido pela Constituição para municípios com mais de 20 mil habitantes, há o Plano Diretor, caracterizado como um instrumento da política de desenvolvimento urbana, tendo como principal objetivo oferecer condições para desenvolvimento local ao possibilitar uma compreensão dos fatores políticos, econômicos e territoriais relativos ao município. Os princípios que norteiam o Plano Diretor estão contidos no Estatuto da Cidade, documento no qual o plano está definido como instrumento básico para orientação da política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município (BRASIL, 2002).

Também na mesma linha, conforme determinado pela Constituição Federal, há o Plano Plurianual (PPA), que especifica quais os gastos anuais da administração municipal que serão destinados a obras e projetos estabelecidos no plano de ação governamental ou no Plano Diretor. O PPA deve ser elaborado no primeiro ano de gestão do prefeito eleito, abrangendo o período de quatro anos da gestão municipal, com vigência a partir do segundo ano da administração, até o primeiro ano da gestão posterior.

Em relação a programas específicos propostos para as cidades, podemos destacar o Programa Cidades Sustentáveis, que nasceu por iniciativa da sociedade civil organizada com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade das cidades brasileiras, buscando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população em geral. Em 2012 o Programa Cidades Sustentáveis lançou uma carta-compromisso, destinada aos partidos políticos, candidatos e prefeitos, com o intuito de ajudar os gestores públicos a melhorar a qualidade de vida de suas populações. Na prática, essa carta representa um compromisso por parte das prefeituras em trabalhar prioridades administrativas que levem em consideração as variáveis econômicas, sociais, ambientais e culturais, de acordo com o contexto local (GRAZIA, 2002; RIBEIRO, 2003; PCS, 2012).

O Programa Cidades Sustentáveis tem como objetivo contribuir com as equipes responsáveis nas prefeituras para desenvolver seu Plano Diretor e estabelecer Metas Estratégicas (PCS, 2012). Para isso, é importante que esse processo seja baseado em princípios e valores organizados em 12 eixos temáticos básicos, a saber: governança, educação para a sustentabilidade e qualidade de vida, gestão local para a sustentabilidade, melhor mobilidade, bens naturais comuns, economia local dinâmica, planejamento urbano, ação local para a saúde, equidade e justiça social, consumo responsável, cultura para a sustentabilidade e do local para o global.

Um dos municípios que vem desenvolvendo práticas sustentáveis é a cidade de Londrina no Estado do Paraná com uma população de mais de 500 mil habitantes. O projeto de reciclagem da cidade é feito de forma a estimular os cidadãos a realizarem de forma eficiente, mas também economizando na

.....

compra de alimentos, pelo projeto “Cesta verde”, lançado em 2011, em parceria da Secretaria Municipal de Agricultura. O programa consiste na troca de lixo reciclável por alimentos orgânicos. Todas as sextas-feiras os bairros pré-estabelecidos recebem a equipe da prefeitura que é responsável por fazer a troca, assim também transmitindo o conceito de práticas sustentáveis, além de ações em forma de palestras nos bairros por meio de lideranças comunitárias no município. A cidade já recebeu prêmios nacionais e internacionais como o “selo catador” que é um prêmio pelo qual o Ministério do Meio Ambiente mostra o reconhecimento de locais com destaque na contribuição para o desenvolvimento sustentável e, ainda, o município de Londrina foi convidado a apresentar seu modelo de gestão na França (PORTAL BRASIL, 2011; PML, 2015).

Outro item em pauta é a “Agenda 21”, que foi um dos mais importantes compromissos de ética sustentável firmado na conferência Rio-92, e na qual podemos destacar o desenvolvimento de cidades sustentáveis, mediante o plano de ação traçado de acordo com os problemas e prioridades de cada local ou região. De acordo o Ministério do Meio Ambiente brasileiro, o projeto denominado de A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública, consiste na adoção de novos referenciais na busca pela sustentabilidade socioambiental, no âmbito da gestão pública. O objetivo deste projeto é estimular gestores públicos a priorizarem os princípios na gestão ambiental em seus mandatos, buscando a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos. O Ministério do Meio Ambiente beneficia com prêmios de destaque e reconhecimento os municípios que conseguem atingir seus índices, fazendo com isso a disseminação da ideia para que outras cidades talvez desenvolvam (BRASIL, 2015).

Outra possibilidade de repensar as práticas cotidianas são instrumentos de avaliação de impacto. Segundo Arruda (2010), os mais variados especialistas da área de meio ambiente afirmam que uma ferramenta de avaliação pode ajudar a transformar a preocupação com sustentabilidade em uma ação pública consistente. A ferramenta denominada Ecological Footprint Method, termo que em português remete a “Pegada Ecológica”, corresponde a um indicador tanto analítico, quanto educacional, vendo que ela analisa não apenas a sustentabilidade das atividades humanas, mas também gera contribuição para consciência pública por meio dos problemas ambientais.

O conceito de pegada ecológica é baseado na ideia de que para cada item de material ou energia consumida, certa quantidade de área correspondente de terra produtiva e ecossistemas aquáticos são necessários para produzir os recursos utilizados e para assimilar os resíduos produzidos por dada população, sob determinado estilo de vida de uma dada população. Mostra a utilização de área de terra ou água como numerário de valor, mais do que apenas o capital financeiro (dinheiro). A pegada ecológica é, portanto, função do consumo de material e energia de uma população (VAN BELLEN *apud* ARRUDA, 2010)

Dentre a pegada ecológica, um dos componentes mensurados é o carbono, mais conhecido como Pegada do Carbono, que conforme Brasil (2013), mede o total das emissões de gases de efeito estufa causados diretamente e indiretamente por um indivíduo, organização, evento ou produto, contribuindo na análise quantitativa nos impactos causados, a partir do espaço físico e do consumo. Diante desses indicadores, também é possível determinar a pegada de uma determinada organização pública ou privada, industrial ou de serviços em funções dos fluxos de matéria e energia relacionados (VAN BELEN *apud* ARRUDA, 2010), o que pode ser uma ação e possibilidade para ser adotada na gestão pública.

No entanto, sabe-se que os desafios são grandes mediante ao interesse maior estar centrado na vertente do crescimento econômico, do que a articulação e interligação entre as dimensões social, ambiental e econômica, sem restringir outras variáveis. Mas, o repensar suas ações mediante os problemas localizados já é um ponto de partida que contribui com a continuidade da gestão pública (BASSUL, 2005; SOUZA, 2002).

.....

As diferentes concepções sobre as cidades do amanhã são cada vez mais importantes em todos os níveis. Atualmente, buscam-se modelos de gestão para a sustentabilidade com vieses mais humanizados, que equilibrem os fatores tecnológicos e ambientais.

Uma visão para o futuro do município deve ser resultado de uma construção da imaginação coletiva, descrita em termos claros, visando a incentivar as ações e mostrar a direção a médio e longo prazos do Plano de Metas. Tal exercício imaginativo pode ser realizado por meio de metodologias apropriadas, em reuniões dos moradores com os representantes do Poder Público. As visões de futuro têm de ser otimistas, a fim de engajar a população e levantar sua moral em favor das políticas locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Santos (2006), Souza (2002) e Tavares (2005), a gestão pública é uma esfera de grande complexidade. Ao se pensar em governo, deve-se analisá-lo com um olhar de como são difíceis e multifários os desafios a serem superados, pois a gestão pública não consegue e nem deve colocar em pauta apenas um enfoque. A priorização de certos conceitos, estes sim devem ser pautados, pois de antemão sem o desenvolvimento que leve em consideração a sustentabilidade, grandes prejuízos poderão ocorrer no futuro, não deixando talvez recursos para serem administrados.

Práticas de sustentabilidade nos municípios devem se tornar rotinas numa gestão pública contemporânea. Os órgãos como a ONU e UNESCO em parceria com ministérios e com o governo tentam por meio de projetos e programas sensibilizar os gestores públicos da importância da sustentabilidade na administração. Alguns projetos em parceria com a ONU no campo de políticas sociais, na área de governança democrática, de segurança pública e justiça e na área de meio ambiente podem ser citados. Dentre os projetos na área ambiental têm-se trabalhado principalmente com a erradicação da pobreza e a melhoria de qualidade de vida; a agregação de valor e disseminação de produtos da biodiversidade e agricultura familiar; o empoderamento das populações e povos tradicionais no manejo sustentável da biodiversidade; a conservação, monitoramento e zoneamento de recursos naturais; o fortalecimento de instituições governamentais e da sociedade civil; a capacitação e disseminação de melhores práticas e a mediação de conflitos por recursos naturais. Em relação a exemplos com a UNESCO, o de maior amplitude e popularidade a ser citado é o Projeto A3P, o qual surgiu em 2001 quando foi criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública. Em 2002, a A3P foi reconhecida pela UNESCO devido à relevância do trabalho desempenhado e dos resultados positivos obtidos ao longo do seu desenvolvimento, ganhando o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente.

Nesse sentido, na elaboração de um planejamento urbano por exemplo, percebe-se a necessidade de uma abordagem sistêmica pautada na sustentabilidade, que seja capaz de captar as interações existentes entre os diferentes campos que interagem no município: o econômico, cultural, social, ecológico, tecnológico, tributário e demográfico, envolvendo os diversos órgãos municipais relacionados a esses temas e realizar uma análise integrada das informações sobre o município.

O planejamento estratégico baseado em uma abordagem sistêmica deve considerar, assim, a execução dos projetos sob uma visão de curto, médio e longo prazos, a fim de assegurar a continuidade dos programas, especialmente das obras de infraestrutura, normalmente mais demoradas, e também deve estabelecer metas que possam ser monitoradas publicamente ao longo do tempo.

Portanto, ao longo deste artigo buscou-se ponderar formas de conduzir a gestão pública sustentável. As reflexões aqui levantadas buscaram elencar outras diretrizes essenciais sob formas de análise para a organização e estrutura das cidades. Na elaboração deste ensaio, qual proporciona uma leitura contextualizada quanto à gestão pública e, principalmente quanto à organização e construção de uma sociedade mais justa, independente e menos excludente, nesta perspectiva entende-se que não se deve mais governar para a sociedade, mas sim com a sociedade.



## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, L. G. C. **Valorização das pegadas ambientais**: A Pegada Ecológica, a Pegada De Carbono e a Pegada D'água Como indicadores de consumo na perda de valor do ecossistema modificado pelo homem. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Sistemas Tecnológicos e Sustentabilidade Aplicados Ao Ambiente Construído da Escola de Arquitetura). UFMG, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://elegevalor.dominiotemporario.com/doc/Valoriza.pdf>>. Acesso em: dez 2015.
- BASSUL, J. R. **Estatuto da Cidade**: quem ganhou? Quem perdeu?. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.
- BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é? E o que não é? Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- BRANDÃO, A. C. et al. **Agenda 21 e a sustentabilidade das cidades**, 2003.
- BRASIL. **Estatuto da cidade**: guia para implantação pelos municípios e cidadãos : Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda ambiental na administração pública – A3P**. MMA, 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/8852-agenda-ambiental-na-administração-pública---a3p>>. Acesso em dez. 2015.>
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COUTINHO, M. J. V. Administração pública voltada para o cidadão: quadro teórico-conceitual. Revista do Serviço Público. Brasília, v. 51, n. 3, p. 40-72, 2000.
- DOWBOR, L. Posfácio. In: PHILIPPI JR, A.; SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V. (eds.). **Gestão de natureza pública e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2012, pp. 1077-1083.
- ETHOS, Instituto. Documento de contribuição brasileira à Conferência Rio+20. Brasília, 2011.
- GRAZIA, G. “Estatuto da Cidade: uma longa história com vitórias e derrotas”. In: OSÓRIO, Letícia Marques (org.). **Estatuto da Cidade e reforma urbana**: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.
- HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 2, p. 323-338, 2005.
- HALL, P. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva. 2007.
- HOLANDA, N. **Avaliação de programas**: conceitos básicos sobre a avaliação “ex post” de programas e projetos. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2006.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, v. 118, n. 1, p. 189-205, 2003.
- LIMA, P. D. B. **Excelência em gestão pública**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.
- MATTOS, L. P. **Estatuto da Cidade comentado**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.
- RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- MINC, C. **Ecologia e cidadania**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- MORALES, A. G. **A formação do profissional educador ambiental**: reflexões, possibilidades e constatações. 2. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2012.

- MOREIRA, J. M. Ética, Democracia e Estado. **Para uma nova cultura da Administração Pública**. Cascais, Prioncipia, 2002.
- MUNCK, L.; SOUZA, R. B. Gestão por competências e sustentabilidade empresarial: em busca de um quadro de análise. **Gestão e Sociedade**, v. 3, n. 6, p. 254- 287, 2010.
- NEVES, A. **Serviço público**: para uma cultura de gestão na administração pública. 2002. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2514/1/Recriar%20o%20Servi%C3%A7o%20P%C3%ABlico%20Junho%202001.pdf>. Acesso em: dez. 2015.
- OLIVA, L. B. A reinvenção das cidades como instrumento para o desenvolvimento sustentável. **Revista do Curso de Direito da UNIFACS**, n. 153, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/2489/1823>. Acesso em: dez. 2015.
- ONU, **Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em dez. 2015.
- PENNA, C. G. **O estado do planeta**: sociedade de consumo e degradação ambiental. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- PCS, **Programas Cidades Sustentáveis**. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/downloads/publicacoes/publicacao-programa-cidades-sustentaveis.pdf> Acesso em Jan 2016.
- PML, **Prefeitura Municipal de Londrina**. Disponível em: [http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13569%3Aprojeto-cesta-verde-atende-no-jardim-pindorama&catid=108%3Adestaques&Itemid=1](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13569%3Aprojeto-cesta-verde-atende-no-jardim-pindorama&catid=108%3Adestaques&Itemid=1) Acesso em Jan 2016.
- PORTAL BRASIL, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2011> Acesso dez. 2015.
- RAMOS, A. G. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- REZENDE, D. A.; OLIVEIRA, T. S. M. **A relevância da teoria NPM para contribuir com a sustentabilidade ambiental das cidades**. Texto de apoio, 2004.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTOS, C. S. **Introdução à Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Rev. Adm. Pública**, vol.43 no. 2, Rio de Janeiro Mar./Apr. 2009.
- SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TAVARES, E. M. F. **Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável**: dilemas teóricos e pragmáticos. *Holos*. ano 21. mai de 2005, p. 126. 10.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169 – 243.

# NOVAS FORMAS DE CIDADANIA: O DESAFIO EDUCACIONAL DO CONSUMO CONSCIENTE NA BUSCA DA SUSTENTABILIDADE

ELISA GOULART TAVARES<sup>136</sup> | CAROLINE FERRI BURGEL<sup>137</sup>

## INTRODUÇÃO

A temática da educação como desafio na busca da sustentabilidade tem por objetivo ampliar o olhar coletivo ao meio ambiente de forma a demonstrar a importância da interação entre homem e natureza e, o ambiente construído, para fins do bom funcionamento da sociedade através de elementos educativos, com relações interdisciplinares dentro do contexto meio ambiente e sociedade.

Num primeiro momento, buscar-se-á complementar o presente estudo com o aspecto jurídico e demonstrar o desafio em se aplicar a Lei de Política Nacional de Educação Ambiental (9.795/1999) sem a pretensão de definir limites para o consumo embora se faça necessário incluir nos debates acadêmicos a urgência em repensar o ciclo de produção e geração de riquezas e consequentemente o consumo e descarte na sociedade moderna. Posteriormente, eixo deste trabalho, será lançada a educação ambiental como premissa para compreensão dos limites e possibilidades das estratégias de consumo sustentável.

Os resultados principais dessa pesquisa se traduzem em um pensar dialético que leva ao questionamento além dos porquês, estimulando o senso crítico através do fenômeno da ação e reação. O método utilizado é o analítico bibliográfico.

## 1 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

A educação enquanto direito humano na busca pela sustentabilidade ambiental se faz mais que necessária uma vez que a sociedade consumo, ainda que assim anuncie, não tem se mostrado eficiente em prover uma vida digna como promete para os quais dela fazem parte.

As críticas ao consumismo não são privilégio ou monopólio da década de 60 do século XX. Muito pelo contrário, o debate entre vida de luxo e vida espartana gera polêmica há mais de dois mil anos, com discursos contra a opulência, o desperdício, o hedonismo e a desmedida, seja por argumentos religiosos, éticos, políticos ou econômicos (PORTILHO, 2005, p. 22)

Nesse cenário, o consumo total da economia humana tem excedido a capacidade de reprodução da natureza e seus ecossistemas, enquanto usufruímos das riquezas produzidas de uma forma socialmente injusta e desigual.

Por certo, é da interação entre o meio e o indivíduo que se molda o desenvolvimento humano, pois “não nascemos prontos e também não ficaremos prontos de fora dentro, como se o ambiente fosse uma força tão poderosa que nos moldasse completamente. O que somos, o que pensamos, como

<sup>136</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Linha de pesquisa em Direito Ambiental, Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico. Membro do Grupo de Pesquisa Metamorfose Jurídica - CNPq. Advogada. E-mail: elisagtavares@gmail.com.

<sup>137</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bacharel (2016) em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Membro dos grupos de pesquisa Ambiente, Estado e Jurisdição – ALFAJUS e Direito Ambiental Crítico: Teoria do Direito, Teoria Social e Ambiente. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: cfburgel@gmail.com.

pensamos o que sentimos, a forma como exercitamos nossa inteligência é construída através das trocas entre nós e meio”. (FELIPE, 2001, p. 8).

Segundo Moreira, o currículo deixou de ser apenas uma área técnica, podendo-se mesmo falar hoje de uma tradição crítica do currículo, orientada por discussões de caráter sociológico, jurídico, político e epistemológico (MOREIRA, 1994). Ou seja, a grande questão orientadora da elaboração curricular passa não apenas em (re)definir uma disciplina propriamente dita, com único objeto, mas uma preocupação maior com o próprio conteúdo escolar.

Se a educação tem a particularidade de antecipar o futuro, somente se formos capazes de projetar e constituir desde agora uma educação justa será possível consolidar uma sociedade justa no futuro. E só se constrói uma escola justa se formos capazes de oferecer a todos uma educação de boa qualidade, em que a adesão à justiça ambiental constitua um valor primordial.

### **1.1 NOVAS FORMAS DE CIDADANIA: O DIREITO A UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Diversos autores defendem a ideia de que a cidadania deve ser libertada de sua exclusiva conexão com o Estado. Dentre eles, DAGNINO lembra que a cidadania moderna ou liberal foi constituída como pertencente ao Estado-nação: “Supor que o reconhecimento formal dos direitos pelo Estado encerra a luta pela cidadania é um equívoco que subestima tanto o espaço da sociedade civil como arena política, como o enraizamento do autoritarismo social” (DAGNINO, 1994, p. 109).

Assim, o que se propõe como nova forma de cidadania, segundo a autora, é uma drástica transformação na teoria e prática, com mudança de ênfase para estas novas formas de identidade que emergem atravessando as fronteiras e criando espaços transnacionais e transversais (PORTILHO, 2005, p. 190).

O conceito da cidadania, enquanto estratégia costuma ser definido como luta política ou por um ideal, que expressa um conjunto de interesses e aspirações de um grupo significativo da sociedade. Sendo assim, é enquanto estratégia que o conteúdo de uma nova cidadania pode incorporar novas dimensões de direitos e saberes, como se pretende através da educação ambiental.

## **2 O DESAFIO EDUCACIONAL DO CONSUMO CONSCIENTE NA BUSCA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

A responsabilidade para com o outro nos faz humanos ao passo que a responsabilidade com a política nos faz cidadãos. O debate acerca de uma nova educação envolve muito mais que teorias sobre o homem em sua dimensão e interpretações pedagógicas, históricas, psicológicas ou filosóficas.

Trata-se, principalmente, de um diálogo questionador acerca do que define a vida humana e o poder do ser humano de criar e se reinventar continuamente. A preocupação em formar cidadãos emancipados passa por um processo de conscientização, capaz de desencadear nos seres em formação a automotivação.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 maximizou o tópico Educação, sendo este um direito de todos os brasileiros e um dever do Estado, com o triplice objetivo de garantir o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Dessa forma, o esforço escolar neste cenário deve se dar nos segmentos do desenvolvimento, cidadania e trabalho, mostrando-se impossível e inaceitável privilegiar uma dimensão em detrimento de outra.

Um processo de pedagogia capaz de introduzir os ensinamentos de educação ambiental é desafio da moderna sociedade de consumo atual. Os aspectos pedagógicos e legais inter-relacionados na educação moderna são responsáveis pela promoção do desenvolvimento do ser humano, no sentido pleno da palavra. Assim, todo projeto pedagógico é também um projeto político por estar intrinsecamente relacionado ao compromisso sociopolítico (VEIGA, 1995).

No Brasil, desde 2011 vêm se falando em propostas de alteração da matriz curricular no ensino médio com a inclusão de disciplinas que enfoquem a ética e a cidadania. Visto que os sistemas educacionais são parte da construção cultural de uma nação é possível pensar que o processo de civilização continuará acontecendo via educação, e que as experiências citadas neste projeto de pesquisa são elementos que contribuem para elucidar um pouco mais esse processo transformador.

Juan Carlos Tedesco, do Instituto Internacional de Planejamento Educacional lembra que “(...) não se trata tanto de especular acerca de como será o futuro, mas de propor como queremos que ele seja. Essa postura se situa na linha das análises atuais sobre a sociedade, que estão abandonando o paradigma próprio das ciências sociais e assumem um enfoque mais próximo da filosofia social. Nesse campo filosófico, é importante manter o rigor e as exigências metodológicas das ciências, mas é igualmente necessário expor de forma explícita os valores, os ideais e os compromissos daqueles que analisam a sociedade” (TEDESCO, 2015, p. 26).

O conceito de cidadania não deve e tampouco pode ser banalizado pelo senso comum; pelo contrário, deve se libertar do vínculo exclusivamente estatal para que haja uma verdadeira transformação no âmbito de uma nova consciência ecológica (PORTILHO, 2005).

No âmbito da educação ambiental, os ensinamentos para um consumo consciente estão calcados também na ideia de que o consumo ostensivo e perdulário juntamente com o crescimento exponencial populacional e sua explosão demográfica culminou na escassez de recursos naturais e continua degradando o meio ambiente. Como consequência, verifica-se o papel da educação, como exemplo de políticas públicas voltadas para a discussão acerca de se atingir um consumo sustentável, com base no princípio da solidariedade inter/intrageracional e inclusive interespecies.

Esclarece Álvaro Melo Filho sobre os propósitos do ensino em busca de uma sociedade livre, justa e solidária: “Nesse contexto, a absorção curricular de novos direitos, jungida à interdisciplinaridade, por certo devolverá a consciência de responsabilidade social e ao estudante a noção do papel que lhe caberá no contexto social, político, econômico e cultural. Além disso, a inclusão das demais matérias e novos direitos fará com que o direito vivo seja ensinado ao invés do ‘direito morto’, evitando que se imobilize e fossilize num arcabouço curricular arcaico e defasado diante do rápido processo de mudança social” (MELO, 1996, p. 38).

Assim, indubitável que uma abordagem séria e comprometida com a causa ambiental servirá para programar uma nova fase na vida estatal nacional, em que o estudo assume a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social. Fato é que esse contexto aqui abordado gera consequências preocupantes ao se conceber o meio ambiente como palco de atuação dos atores do consumo.

Já dizia Karl Marx que ao buscarmos nossa sobrevivência entramos em relações necessárias com a natureza e uns com os outros. No entanto, sobreviver não significa apenas transformar nosso planeta via produção, isso é extremamente egoísta de se pensar. Vivemos em grupos, somos seres coletivos por natureza, o dilema entre produzir e consumir deve ser rigorosamente freado e devidamente estruturado no âmbito de uma sociedade justa e solidária, que se preocupa com as futuras gerações.

A lógica do consumo se dá com conflitos entre classes, originados pela participação desigual na estrutura produtiva, pela desigualdade na distribuição de rendas e a apropriação de bens. A educação



para o consumo consciente está diretamente ligada às noções de cidadania e coletividade. Hoje o ato de consumir não significa apenas comprar para suprir uma necessidade ou até mesmo para o próprio bem-estar, mas principalmente para sustentar status, como também para ser aceito em determinado grupo.

Nesse ínterim, é função da publicidade e propaganda, agressivas e ao mesmo tempo, por vezes, sutis, trabalhar com o inconsciente e os impulsos humanos, visando um consumo dirigido para aquecer as vendas, desconsiderando os prejuízos que podem ocorrer. Essa lógica econômica de mercado, em que a máquina precisa ser abastecida constantemente e em um crescimento ascendente que visa o lucro sem importar as consequências, faz com que o ser humano seja posto em uma situação vulnerável pelo incentivo e construção de uma sociedade hiperconsumista.

Assim é lançada a ideia de que é preciso alcançar a felicidade para uma vida plena, e para isso o mercado oferece uma solução: compre, consuma, adquira este objeto que você se sentirá feliz. As consequências da lógica de consumo exacerbado se manifestam através de condições humanas indignas, e resultam em casos de depressão, por exemplo, com pessoas insatisfeitas pela tensão do desejo frustrado.

Uma sociedade hiperconsumista consome e descarta o tempo todo, sem considerar os problemas ambientais gerados por isso, e neste cenário as políticas públicas que envolvem o tema ainda são poucas e pouco atuantes.

Diante dessa realidade, o papel de educar é desafiador e deve compreender as novas dinâmicas da sociedade contemporânea, trazendo informação consciente e alinhada com o meio ambiente. Há linhas de entendimento que dizem já existir a consciência, mas falta o incentivo ou a política de educação para que haja de forma efetiva uma atuação ativa, e não somente passiva da sociedade civil.

A Política Nacional de Educação Ambiental tem suas diretrizes nesse sentido e compreende as políticas públicas de educação ambiental voltadas à conservação do meio ambiente, bens de uso comum do povo, e essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Aqui, a exigência de desenvolvimento de pensamento reflexivo contido da Lei de Diretrizes Básicas da Educação constitui-se na maior preocupação metodológica. Afinal, o próprio conceito de cidadania é objeto de lutas políticas, a partir da possibilidade de ambientalização e politização das práticas de consumo. Busca-se na educação o estímulo à causa ambiental nas atividades de consumo, pois assim poderemos definir uma construção justa de conhecimento que forme cidadãos conscientes com o próprio contexto ambiental, solidários e atuantes.

A sustentabilidade, na busca do equilíbrio entre os critérios econômico, político, social, cultural, ambiental e ecológico, refuta a ideia de se conceber a natureza de forma mecanicista ou cartesiana, ou como um bem de consumo exacerbado. O comportamento consumerista desenfreado gera a devastação dos recursos naturais, ou seja, o excesso de consumo é algo criado, ou melhor, é ensinado!

A proposta educacional de consumo sustentável, bem como sua pretensão política transformadora, tem o objetivo primeiro de conscientizar e alertar que a economia do desperdício pode gerar uma colisão, ou, no mínimo, diminuir drasticamente a qualidade de vida e os elementos constitutivos desta que embasam uma vida mínima, afetando o mínimo existencial para construção dessa dignidade.

Uma forma justa do cidadão ser atuante, dentro de uma democracia participativa, requer subsídios no que se refere a educação, informação e conscientização, sendo um verdadeiro convite à luta pela justiça e seus ideais, contribuindo para o crescimento pessoal humano e ampliando os olhares sobre as presentes e futuras gerações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dilema do discurso acerca do consumo sustentável e de novas formas de cidadania nos obriga repensar a educação como exemplo de políticas públicas, atendendo à dupla normativa do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em que o Estado, ao implantar tais políticas cumpre o dever de promover a educação ambiental e conscientizar, propiciando subsídio para que a sociedade cumpra o dever constitucional de defender e preservar o meio ambiente.

A temática demanda urgência inescusável em unir esforços no sentido de formar consumidores-sujeitos-cidadãos conscientes de que nosso planeta possui recursos finitos e que não poderá sustentar isto para sempre.

Nesse espeque, a atenção voltada à educação ambiental como elemento norteador de um novo paradigma socioambiental, diante da realidade eivada pelo hiperconsumismo e pela geração de resíduos é tarefa primordial. Não se pode admitir que o consumo permaneça ditando as regras da sociedade, é necessária a reconstrução dos valores sociais voltados ao consumo consciente, com a noção de que a coletividade se compreende com todos os cidadãos, e, portanto, se aquela estiver afetada, individualmente as pessoas estarão da mesma forma.

Uma forma justa do cidadão ser atuante, dentro de uma democracia participativa, requer subsídios no que se refere a educação, informação e conscientização. Fala-se aqui de uma democracia participativa qualitativa, que compreende a participação de todos, em que uma maior participação se traduz em maior democracia. No entanto, para que isso aconteça e se volte ao bem coletivo, é preciso uma participação do cidadão com ferramentas para se manifestar com aporte educativo e consciente para atuar de forma sustentável.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco**. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto – Minas Gerais, 04 a 08 nov 2002.
- AYALA, P. A. O princípio da precaução como impedimento constitucional à produção de impactos ambientais. In: **Inovações em Direito Ambiental**. Florianópolis: Fundação José Arthur Boiteux, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 5 de outubro de 1988.
- BRIGGS, J.; PEAT, D. F. **A sabedoria do caos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.
- CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Editora Cultrix-Pensamento, 1975.
- COSTA NETO, N. D. C. **Proteção jurídica do meio ambiente**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAMÁSIO, A. R. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.
- DESCARTES, R. **O discurso do método**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.
- ECO, H. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1998.
- FELIPE, J. Aspectos gerais do desenvolvimento infantil. In: **CRAIDY, Carmen Maria. O educador de todos os dias: Convivendo com as crianças de 0 a 6 anos**. 3. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- FAZENDA, I. C. **A interdisciplinariedade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. **A interdisciplinaridade: um projeto em parceria.** São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. **Didática e interdisciplinaridade.** Campinas: Papirus, 1998.

MELO FILHO, Á. **Inovações no ensino jurídico e no Exame de Ordem.** 1ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

MILARÉ, É. **Direito do Ambiente:** doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo: Revista dos tribunais, 2000.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo: Cortez, 1994.

PEREIRA, A. O. K.; HORN, L. F. D. R.; SANTOS, D. M. **Relações de consumo:** globalização. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010. 268 p.

PEREIRA, A. O. K.; HORN, L. F. D. R. (Org.). **Relações de consumo:** meio ambiente. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2009. 232 p.

\_\_\_\_\_. **Relações de consumo:** políticas públicas. 6. ed. Caxias do Sul, RS: Plenum, 2015. 333 p.

\_\_\_\_\_. **Relações de consumo:** humanismo. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2011. 308 p.

PILETTI, C.; PILETTI, N. **História da educação:** de Confúcio a Paulo Freire. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.

TEDESCO, J. C.; BONAFÉ, J. M.; IMBERÓN, F. (Org.). **Pensando no futuro da educação:** uma nova escola para o século XXII. Tradução de Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Penso, 2015.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola.** Campinas: Papirus, 1995.

# PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL MOÇAMBICANA NO PROCESSO DE GOVERNANÇA POLÍTICA: UMA REFLEXÃO INCLUSIVA NO QUE TANGE AOS DIREITOS DA MULHER NO ACESSO E USO DA TERRA

VALENTINA ALFREDO VELETA<sup>138</sup> | MARIA CLAUDIA S. ANTUNES DE SOUZA<sup>139</sup>

## INTRODUÇÃO

Em Moçambique as mulheres estão entre os grupos mais vulneráveis e mais afetados pela pobreza. No país prevalece o sistema patrilinear,, que atribui o poder de decisões aos homens em todas as esferas. As relações que a sociedade estabelece entre homem e mulher; a divisão social de trabalho coloca muitas vezes as mulheres em posição de desvantagem e discriminação (CAPRA,1996).

As relações de gênero demarcam as responsabilidades de homens e mulheres a partir do agregado familiar, bem como o acesso ou não à terra e aos recursos naturais. O acesso a educação e as oportunidades de emprego são sempre limitadas devido ao seu baixo estatuto e posição social que desempenham (ACTUAR, 2010).

Partindo deste ponto questionamos o seguinte: até que ponto as políticas do governo têm em atenção a questão da mulher no uso e acesso a terra? E qual é a participação da sociedade civil no processo de governança política no que tange aos direitos da mulher no uso e acesso da terra? Nota-se que persistem ainda, constrangimentos que mantêm a maioria das mulheres numa situação de discriminação e sem noção dos seus direitos, por falta de transparência, e inclusão efetiva, por parte do órgão responsável. E para a materialização do artigo foi utilizado o método dedutivo e as técnicas do referente, com foco no objetivo proposto.

## 1 POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEI DE TERRA EM MOÇAMBIQUE

Contextualizando, a origem das políticas públicas esta vinculada à formação do Estado social com o fim de concretizar os direitos sociais abandonando a postura abstencionista liberal que protegia os direitos individuais de liberdade. O Estado e a sociedade passaram a objetivar não apenas a positivação dos direitos da segunda dimensão como o econômico, social e cultural, como também necessitou de novos instrumentos a fim viabilizar a consecução dessas normas (BUCCI, 2006).

Embora a origem tenha por escopo a consagração dos direitos de segunda dimensão, as políticas públicas como instrumento de efetivação de direitos também tendem à perseguição dos direitos da terceira dimensão, como o direito ao meio ambiente equilibrado, a biodiversidade e o direito ao desenvolvimento. (BUCCI, 2006, p.2-3)

As políticas públicas situam-se em campo de intensa relação entre o Direito e a política e tem por fundamentação a lei, e as diretrizes por ela indicadas, decorrentes do principio da legalidade, e, ao mesmo tempo, dependem do interesse político tanto de perseguição dos objetivos legais quanto da forma que serão formuladas. (BOFF; SOUZA; STAHLHOFER 2015, p.6)

<sup>138</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica-PPCJ/UNIVALI, Coordenadora de Estudos de Superação Técnico-Profissional do Comando Provincial de Maputo-Moçambique, Licenciada em Ciências Policiais pela Academia de Ciências Policiais-ACIPOL em Moçambique, BOLSISTA da CNPq/MCT. Email: valentinaaveleta@gmail.com.

<sup>139</sup> Doutora, Vice-coordenadora do Curso de Mestrado em Ciência Jurídica do Programa de Pós-Graduação Strict Sensu em Ciência Jurídica-PPCJ; Professora responsável pelo Núcleo de Pesquisa Curso de Direito Campus de Itajaí- CEJURPS Universidade do Vale do Itajaí-Univali, email: mclaudia@univali.br

A Constituição da República traça por meio de sua principiologia, valores a serem observados pelas políticas públicas, em especial a legalidade e o respeito à dignidade da pessoa humana, de modo a evitar discricionariedade absoluta dos autores, principalmente dos governantes (BOFF; SOUZA;STAHLHOFER, 2015, p.6-7).

A primeira Constituição moçambicana de 1975 é legítima a apropriação da terra pelo Estado, extinguindo-se, em consequência, os direitos de propriedade sobre a terra que até então podiam existir à margem da propriedade pública e os direitos das comunidades locais sobre as suas terras. Quer a Constituição de 1990 quer a de 2004 mantêm o princípio de que a terra é propriedade do Estado, não obstante, a partir de 1990, a propriedade privada é expressamente reconhecida como um dos pilares da economia. (SUAREZ, 2010, p.47.)

Neste sentido, a Lei de Terras de 1997 pronuncia-se a favor de um direito de uso e aproveitamento da terra, garantido pelo princípio de liberdade e autonomia, de igualdade, de universalidade e de justiça e equidade. Desta forma o acesso à terra por grupos vulneráveis como as mulheres passou a ser expressamente garantido.

Apesar da questão do acesso de forma equitativa ao recurso terra estar consagrado nos diferentes instrumentos legais e reguladores, a divulgação disso ainda é fraca. A cultura e tradição moçambicanas privilegiaram historicamente o homem em detrimento da mulher em todas as atividades, e o registro de terras não é exceção. (ACTUAR, 2010)

Os resultados do diagnóstico de gênero realizado nas zonas rurais em todas as províncias do país pelo Ministério da Agricultura indicam que o conhecimento pela Lei de Terras ainda é insignificante e quase nulo, e quando se caminha para as zonas do interior do país a questão é bastante crítica (ACTUAR, 2010).

Assim, reconhecendo o direito de usar e ocupar a terra, de acordo com os costumes consuetudinários e os direitos das “comunidades locais” que adquirem um co-título coletivo para “usar e se beneficiar” da terra que ocuparam historicamente, a Lei de Terras visa ainda garantir os direitos iguais para as mulheres e homens a recursos naturais (terra e florestas), estabelecendo que “o uso e a exploração da terra é um direito de todos os moçambicanos”. (ACTUAR, 2010, p.13-16)

Não obstante, no que respeita o registo da terra, mesmo que a lei estatutária não estabeleça impedimentos formais, a atitude de empregados públicos e a burocracia extrema podem constituir barreiras importantes que conspiram contra a legalização dos direitos à terra. Neste sentido, a discriminação contra mulheres que sejam chefes do agregado familiar é maior.

## 2 DIREITOS DA MULHER E A ATUAL SITUAÇÃO NO USO E ACESSO À TERRA

As mulheres têm sido objeto da atenção dos movimentos sociais e dos cientistas sociais por serem, junto com as crianças e demais categorias e grupos considerados fracos ou discriminados, alvo de certa violência que, mais que um mero problema urbano é um traço cultural que marca crescentemente as relações interpessoais no país. (ZALUAR,1994, p.161).

A Constituição da República de Moçambique (2004) enuncia como objetivos fundamentais promover o desenvolvimento equilibrado econômico, social e regional do país, além da promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei. O artigo 18 da Constituição atribui às convenções e tratados internacionais o mesmo status da lei nacional que os incorporou ao sistema legal. A Constituição reconhece vários direitos humanos e a necessidade de interpretá-los de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. (SUAREZ, 2010, p.43)



Apesar de existirem várias associações que desenvolvem ações específicas voltadas aos direitos da mulher, como o Fórum Mulher Moçambicana (FMM), a Associação Moçambicana de Mulheres (OMM), a Associação da Mulher de Carreira Jurídica (AMCJ), Mulher Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), dentre outras, somente em 2008 surgiu um movimento focado nas questões específicas da mulher rural moçambicana (CUMBE; LUKAS; MATSNHE, 2009).

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Mulher Rural e de Alimentação, que se comemoram nos dias 15 e 16 respectivamente, a campanha Hunger Free, ActionAid, Rede de Organizações para a Soberania Alimentar (ROSA), Fundação para o Desenvolvimento Comunitário (FDC), e organizações locais das diferentes partes do país organizaram uma marcha no dia 15 de Outubro de 2008 onde estiveram presentes mulheres camponesas com objetivo de exigir a implementação da lei de terras e empoderamento da mulher nas tomadas de decisões (CUMBE; LUKAS; MATSNHE, 2009).

Foi também realizado um encontro Nacional do Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais (FOMMUR), um dia antes da marcha onde foi elaborada uma declaração que apresentava os principais constrangimentos enfrentados pelas mulheres camponesas, dentre os quais destacam-se: o elevado índice de analfabetismo; fraco acesso à informação, fraco acesso aos mercados, aos meios de produção, à assistência técnica, ao processamento sobre o uso de novas tecnologias, fraca presença de mulheres nos órgãos de tomadas de decisões e fraco acesso aos serviços de justiça particularmente nas questões ligadas à terra, herança e violência doméstica (CUMBE; LUKAS; MATSNHE, 2009).

Com base nos programas que o setor agrário tem desenvolvido, são concebidos projetos e estratégias para o alcance dos objetivos que. Estes estabelecem ações a implementar visando o empoderamento econômico, social e cultural da mulher.

Assim, foram desenvolvidos programas e planos de ação para a redução da pobreza absoluta no período 2006-2009, que contempla a necessidade de alcançar a igualdade de gênero e dar poder às mulheres como condição para erradicar a pobreza.

A Estratégia e Plano de Ação de Gênero do setor agrário (2005) tem como base os pilares de desenvolvimento e redução da pobreza absoluta que visa garantir que os planos e programas integrem especificidades da mulher com maior enfoque nas camponesas.

Apesar da questão de acesso da forma equitativa ao recurso de terra estar consagrada nos diferentes instrumentos legais reguladores, a divulgação é bastante fraca. A cultura e a tradição privilegiaram o homem em detrimento da mulher em todas as atividades. (ACTUAR, 2010)

O acesso e controle dos recursos produtivos são fatores essenciais para que a mulher rural atinja uma situação de equidade em relação ao homem, e estão condicionados por fatores locais socioculturais, políticos e econômicos.

O princípio básico para a inclusão de uma abordagem de gênero nas políticas de gestão de recursos naturais consiste em garantir o acesso e o controle da terra por parte das mulheres, independentemente do seu estado civil ou dos seus familiares do sexo masculino.

Incorporar a perspectiva de gênero na análise e na gestão de terra e recursos contribuirá para a visibilidade das desigualdades existentes quanto ao acesso e controle dos recursos, a distribuição de poder e a participação nos processos de tomada de decisão (ACTUAR, 2015).

A integração das questões de gênero neste processo permitirá combater essas desigualdades, contribuindo assim para a erradicação da pobreza e para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Aqui fala-se particularmente da erradicação da pobreza e fome extremas, promovendo a igualdade de gênero e capacitando as mulheres, assegurando a sustentabilidade ambiental, atendendo àquelas que são diretamente dependentes do acesso à terra, água e recursos naturais, bem como da conservação da biodiversidade (BOFF; SOUZA; STAHLHOFER 2015).

Na medida em que o acesso e o controle dos recursos naturais são condicionados pela legislação existente, os costumes tradicionais, as leis consuetudinárias e os mercados, faz-se necessária uma visão holística abarcando o nível macro, através da advocacia junto dos decisores políticos, líderes comunitários e outras esferas decisórias. No nível micro, com a sensibilização da comunidade, favorecendo um diálogo construtivo entre órgãos de soberania, sociedade civil, organizações camponesas e setor privado.

Ainda que os fóruns internacionais prestem atenção crescente à mulher, sublinhando e reconhecendo a sua contribuição, e apesar dos esforços de alguns países para proteger os direitos das mulheres nas suas próprias legislações, persistem obstáculos jurídicos, econômicos e socioculturais que limitam o acesso e o controle sobre a terra e a água por parte das mulheres (CUMBE; LUKAS; MATSNHE, 2009).

### 3 O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA DIVULGAÇÃO DA LEI DE TERRAS EM MOÇAMBIQUE

A tradição internacional das organizações da Sociedade Civil remota nos meados do século XIX, com a criação da Cruz Vermelha e outras federações (LISZT, 2001, p.116).

Para o entendimento da definição de democracia, bem como de esfera pública e privada, é ainda importante um esclarecimento do conceito de "*sociedade civil*". Harbermas conclui que a sociedade civil e a esfera pública constituem pontos de referência fundamentais para o Estado de direito democrático. Conforme o autor:

Em sociedades complexas, as fontes mais escassas não são a produtividade de uma economia organizada pela economia de mercado, nem a capacidade de regulação da administração pública. O que importa preservar é, antes de tudo a solidariedade social, em via de degradação, e as fontes do equilíbrio da natureza em via de esgotamento, as forças da solidariedade social contemporânea só podem ser regeneradas através das práticas de autodeterminação comunicativa. (HARBERMA, 1997, p. 99)

Para Bobbio a sociedade civil é a esfera das relações sociais não reguladas pelo estado, entendido restritivamente e quase sempre politicamente como o conjunto do aparato que num sistema social organizado exercem o poder coativo (BOBBIO, 1987).

Em Moçambique, as Organizações da Sociedade Civil tiveram um papel importante na Promoção da Lei da Terra em 1997, e na difusão da informação no país. Foram organizadas duas campanhas pela ORAM (Organização Rural e de Ajuda Mútua), e UNAC (União Nacional dos Camponeses), com objetivo de promover a implementação de leis e de sensibilizar as mulheres em relação aos direitos da terra. (ACTUAR, 2010)

Moçambique é um Estado em construção e cooperação, com instituições ainda fracas que precisam de tempo para se fortalecerem e agirem no quadro democrático que o país prossegue. Ao mesmo tempo, tem uma sociedade civil também em construção, frágil e com problemas de união e coesão, aliados ao espírito de competitividade e protagonismo que fragilizam a sua progressão e consolidação. (FRANCISCO, 2007)

Estes problemas comprometem o relacionamento entre o Estado e a Sociedade Civil, pelo fato do Estado não ter instituições preparadas para conviver com normalidade a intervenção da Sociedade Civil. Além disso, a Sociedade Civil, por se apresentar fragilizada, não consegue legitimar de forma consistente as suas ações de modo a ser encarada pelo Estado como uma instituição equilibrada (FRANCISCO, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da pesquisa feita ficou evidente que no país as mulheres estão entre os grupos mais vulneráveis e mais afetados pela pobreza. Outro fator que as mulheres enfrentam é o fraco acesso à educação e, em consequência, o menor grau de conhecimentos sobre os direitos da terra. Embora a Constituição e a Lei de Terras reconheça direitos iguais para homens e mulheres e igual acesso à terra, as mulheres muitas vezes não estão cientes desses direitos, permanecendo privadas de seus direitos de acesso à terra.

Apesar da questão de acesso da forma equitativa ao recurso de terra estar consagrado nos diferentes instrumentos internacionais, assim como nacionais, a sua divulgação é bastante fraca. A cultura e a tradição privilegiaram o homem em detrimento da mulher em todas as atividades.

A maioria das mulheres desconhecem a lei da terra e suas implicações, por falta de informação divulgação, sensibilização e benefício da mesma, relacionada com as práticas tradicionais e também pelas práticas administrativas e judiciais que acabam contribuindo para a discriminação da mulher.

Ficou clara a importância das Organizações da Sociedade Civil que tiveram um papel fundamental na promoção da Lei da Terra em 1997 e na difusão da informação dos direitos ao acesso e uso a terra no país. E das duas campanhas organizadas pela ORAM (Organização rural e de Ajuda Mútua), e UNAC (União Nacional dos Camponeses), trouxeram uma visibilidade no que tange às desigualdades, e alguns direitos saíram do papel para a sua implementação.

Por último, conclui-se que a ausência de políticas públicas voltadas para a educação e aliadas aos conflitos culturais são vistas como pano de fundo, considerando a vulnerabilidade, dominação e exploração de recursos naturais, o que leva a sociedade tornar-se desprotegida e sacrificada, em especial, as mulheres.

É notório o sacrifício das mulheres em prol do desenvolvimento da comunidade. No entanto são necessárias novas políticas públicas voltadas para educação, em especial no âmbito ambiental.

## REFERÊNCIAS

- ACEP - **Associativismo para luta contra a pobreza e promoção do bem-estar rural**. Vol1. Lisboa: Coleção Cooperação, 2000.
- ACTUAR – Associação Para Cooperação e o Desenvolvimento. **Integração de uma abordagem de género na gestão de recursos hídricos e fundiários**. (Angola, Cabo Verde, Moçambique, e Timor Leste), Coimbra, Junho de 2010. Disponível em: <<http://www.actuar-acd.org/.../60por-mainstreaming-gender-in-land-resources-mg>> acesso em: 04 de Setembro de 2016.
- ABREU, P. M. **Processo e democracia**: O processo Jurisdicional como um locus da Democracia participativa e da cidadania inclusiva do Estado democrático de direito, Vol.3. Coleção Ensaio do processo Civil. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.
- BOBBIO, N. **Estado governo, sociedade**: para uma teoria da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- BOFF, O. S.; SOUZA, A. L.; STAHLHOFER, S. L. **Avaliação das políticas públicas brasileiras de persecução ao cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do milénio**. 1ª Edição São Paulo 2015.
- BONAVIDES, P. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 6ª edição., revista e ampliada. São Paulo: Malheiros Editores, 1996.
- CAMPELLO, L.G.B. O princípio da solidariedade no direito internacional do meio ambiente. In: CAMPELLO, L. G. B.; SOUZA M. C. S. A.; PADILHA, N. S. (Orgs). **Direito ambiental no Século XXI: efetividade e desafios**. Curitiba: Clássica. 2013.
- CAPRA. F. **A teia da vida**: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Editora Cultrix. 1996.

CUMBE, E.; LUCAS, C.; MATSINHE, C. **Estudo sobre os direitos da mulher a Terra**. 2ª Ficha Técnica, 2009. Disponível em: <[http://fsg.afre.msu.edu/.../Relatório-AAMo-DireitosdaMulher-030809-FINAL%20\(2\).pdf](http://fsg.afre.msu.edu/.../Relatório-AAMo-DireitosdaMulher-030809-FINAL%20(2).pdf)> acesso em: 04/05/2017.

DECRETO 45/2004 de 29 de setembro- **Aprova o Regulamento sobre: o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental**. Maputo 2004.

FRANCISCO, M. A. **Participação da Sociedade civil: uma reflexão em torno do mecanismo africano de revisão de pares**. MARP, 2007. Disponível <<http://pt.scribd.com/.../Participação-Sociedade-Civil-Moçambicana-No-Processo-de-Governança-MARP>> Acesso em 30/06/2017

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro. 1997

PASOLD, C. L. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 12. Edição. Revista. São Paulo: Conceito Editorial, 2001.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Lei nº20/97 de 1 de Outubro de 1997 - **Lei do Ambiente**, Imprensa Nacional Maputo 1997.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Lei nº13/92 de 14 de Outubro aprova o **Acordo Geral da Paz em Moçambique**, Maputo 1992.

RELATÓRIO sobre o Índice do Desenvolvimento Humano feito pelo programa das Nações Unidas para o desenvolvimento PNUD. 2014.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Plano de ação para a redução da pobreza absoluta**. Maputo, 2009.

RESOLUÇÃO nº 10/95 de 17 de Outubro aprova as **Políticas Nacionais de Terras**, Maputo, 1995.

ORAM Relatório da Associação Rural de Ajuda Mútua. **Sobre conflitos de interesses na gestão de exploração da terra em Moçambique**. Maputo. Maio 2010. Disponível em: <<http://www.oram.co.mz/.../conflito%20de%20interesse%20na%20Administracao%20da%20T.pdf>> acesso em: 27 de junho de 2017.

SUAREZ, S. M. *et al.* **Desenvolvimento para Quem?** Impacto do desenvolvimento sobre os direitos sociais da população rural de Moçambique. Tradução de Vilmar Schneider. FIAN Internacional, Heidelberg, Alemanha. 2010.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**, Editora Revam, Rio de Janeiro 1994.

# ANÁLISE DAS INTERFERÊNCIAS LEGAIS QUE ORIENTAM O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA REGIÃO DO BAIRRO BARRA DE LUÍS ALVES NO MUNICÍPIO DE ILHOTA-SC E DO BAIRRO SALSEIROS NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC

LUIZ CARLOS DOS SANTOS CÓRDOVA JÚNIOR<sup>1</sup> | EDUARDO GUERINI<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A análise das interferências das várias legislações federais, estaduais e municipais que na atualidade orientam o uso e ocupação do solo na região que abrange o Bairro Barra de Luís Alves no município de Ilhota-SC e do Bairro Salseiros no município de Itajaí-SC, são essenciais para organização da política municipal de ocupação do solo.

A prioridade definida na reforma urbana tem sido fundamental no contexto contemporâneo em virtude da ocupação espacial desordenada interferir no âmbito regional e microrregional, com reflexos na gestão de políticas públicas municipais territoriais que apresentam descompasso com aparato jurídico-institucional. O ordenamento urbano passa a ter foco na questão do uso e ocupação do solo, considerando um conjunto de regras, normas e leis que são criadas e aplicadas no contexto municipal, que revelam a importância na adoção de instrumentais de controle da ocupação, garantindo uma elevação na arrecadação municipal via atualização dos valores venais para cálculo do imposto predial e territorial e taxas correlatas.

A reunião em uma plataforma Computer Aided Design (CAD) com representação gráfica e visual das diretrizes, dimensões, regras, índices e percentuais contidos nas inúmeras leis que interferem e orientam a urbanização, ocupação do solo e desenvolvimento da região em estudo, são importantes ferramentas da moderna gestão urbana. Com lastro nas leis a partir das esferas municipais de ambas as cidades que se delimitam por meio dos dois bairros indicados. Tais municípios possuem suas peculiaridades com relação aos respectivos macrozoneamentos e planos diretores municipais, passando pelas leis do Estado de Santa Catarina em suas diversas legislações com relação a rodovias, desenvolvimento regional e implicações ambientais, até a esfera federal, onde existem desde 1868, através do Decreto nº 4105 de 22 de fevereiro de 1868, regulamentações com relação aos terrenos ditos de marinha regulamentados em 1831.

Com base nas informações textuais contidas nas diversas leis, montou-se uma base de dados gráficos em programa CAD, através do qual se torna possível, de maneira amigável e bem visual, identificar pontos de conflito e sobreposição de legislações com diversas características, chegando por fim em uma breve análise das políticas públicas exercidas por leis e decretos que de fato regulamentam a ocupação e uso do solo nessa região amostral.

Desta maneira, a verificação da existência de zonas de discontinuidades e a inflação excessiva de legislação no espaço regional e microrregional, apontam para presença de franjas urbanas nas áreas limítrofes entre os municípios estudados.

<sup>1</sup> Mestrando em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí-SC, Brasil; Especialista em Engenharia de Produção por Uniasselvi, 2014; Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho por Uniasselvi, 2015; Graduado em Engenharia Civil UNIVALI, 2009.

<sup>2</sup> Professor Colaborador do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da UNIVALI (SC), Mestre em Sociologia Política (UFSC).



## 1 CONSIDERAÇÕES LEGAIS E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

### 1.1 BREVE HISTÓRICO BRASILEIRO DO ATO DE PLANEJAR DE MANEIRA TÉCNICA O ESPAÇO URBANO E O USO DO SOLO

O início do ensino do ofício de arquitetura em solo brasileiro data do ano de 1696 a 1699, ocasião na qual com a restauração da monarquia portuguesa após o período filipino, passou a existir uma preocupação em estender a todas as colônias do reino de Portugal o ensino da arquitetura militar, incluindo o Brasil<sup>3</sup>.

Assim, em seus primórdios do ensino da arquitetura na região, o Brasil sofreu com a matriz de formação portuguesa, fundamentada no ensino convencional, na oficina e o público, passando pelas academias militares do ensino da arquitetura para esses fins. Com a chegada da influência francesa na figura da Academia de Belas-Artes no ano de 1826, o Brasil, mesmo a contrassenso do pensamento europeu, passou a absorver a escola francesa de arquitetura e, por consequência, dava os primeiros passos no urbanismo<sup>4</sup>.

Analisando o estudo desenvolvido por Leme<sup>5</sup>, o qual traça de maneira clara uma análise da formação do urbanismo em oito das maiores cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Niterói e Vitória) no período compreendido entre 1895 a 1965, totalizando sessenta anos, a pesquisadora divide em três momentos distintos. Seriam estes:

Primeiro Período (1895 a 1930): Época na qual são realizadas melhorias em partes das cidades pesquisadas, tendo sido este período praticamente desenvolvido e projetado por profissionais da engenharia, com formação clássica militar, os quais atuavam na esfera pública administrativa, alguns com formação no exterior. Estes profissionais vieram a formar o primeiro quadro de docentes em cursos de graduação em São Paulo.

Este período foi fortemente influenciado pelas epidemias que assolavam as cidades, no qual ocorreu, além de melhorias de infraestrutura de transportes, a larga implantação de sistemas de saneamento.

Ocorreram ampliações de portos marítimos e fluviais, ampliações de ruas e avenidas na então capital federal Rio de Janeiro, bem como implantações de redes ferroviárias ligando regiões produtoras a centros distribuidores. Aconteceram também valorizações de áreas e consequente abandono das mesmas com posterior formação destas em cortiços, a valorização do termo “circulação” é posta em pauta em diversos projetos.

Segundo Período (1930 a 1950): Passa a existir uma preocupação da articulação entre as partes centrais das cidades com os bairros. Prevendo uma extensão das cidades com implantação de sistemas de vias e transportes, passam a existir órgãos específicos para o planejamento urbano como parte orgânica administrativa das prefeituras municipais.

A partir da década de 30 surgem políticas e legislações que controlam o uso e a ocupação do solo. Esta é considerada a década do surgimento do urbanismo como ciência acadêmica e da prática profissional, passando a existir a contratação de técnicos para elaboração de estudos e planos específicos para o desenvolvimento urbanístico.

<sup>3</sup> SCHLEE, Andrey Rosenthal et al. Trajetória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia: Volume X - Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Inep, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/observatorioengenharia/files/2012/01/vol10.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>4</sup> GALVÃO, 1954; PEIXOTO, 2000 apud SCHLEE et al., 2010.

<sup>5</sup> LEME, Maria Cristina da Silva. A Formação do pensamento urbanístico no Brasil 1895 - 1965. In: Seminário de história da cidade e do urbanismo, 5., 1998, Campinas. Anais. Campinas: Propur-urfrgs, 1998. p. 1-17. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/617/593>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

Passam a serem apresentados estudos técnicos para reurbanização de grandes centros como Rio de Janeiro e Recife, que contemplavam a ampliação urbana e implantação de sistema de vias e zoneamentos. Este período preparou as cidades para a forte industrialização que viria a partir da década de 50.

Terceiro Período (1950 a 1965): Nesta época, passam a ser elaborados planos regionais, contemplando não mais cidades isoladas, mas contando com a interação entre cidades, suas expansões urbanas e absorção de um fluxo imigratório entre campo-cidade comum à época.

Tratou-se de uma época marcada pela multidisciplinaridade, atuações de profissionais do meio acadêmico junto às administrações públicas sob formas de contratos, bem como a interação entre engenheiros e arquitetos.

## 1.2 DAS ATRIBUIÇÕES TÉCNICAS PARA PLANEJAR O ESPAÇO URBANO E ORGANIZAR O USO RACIONAL DO SOLO

Os assuntos “urbanismo” e “uso e ocupação do solo” são de larga discussão nos bancos acadêmicos, com especial ênfase aos cursos de graduação com formação voltada para a arquitetura e urbanismos, sendo que as disciplinas voltadas para o urbanismo já se mostram presentes nas grades curriculares desde os primórdios do ensino<sup>6</sup>.

Maragno<sup>7</sup> em sua apresentação no Seminário CAU/CONFEA no Distrito Federal no ano de 2014, aponta que desde o ano de 1931 a Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro (ENBA/RJ) trazia a disciplina de Urbanismo na matriz curricular do seu 5º ano do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Assim, por excelência acadêmica, a matéria de urbanismo e consequente emprego do solo para fins de crescimento urbano e organização desse espaço é de atribuição do profissional de arquitetura e urbanismo, como cita o texto da Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010<sup>8</sup>, que em seu Art. 2º, Parágrafo único, alínea I indica Arquitetura e Urbanismo atividades da profissão.

No entanto, aos profissionais da engenharia civil, com base no Decreto Federal nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933, com observância a Art. 28º, alínea “i” possuem atribuições para projeto, direção e fiscalização sobre serviços de urbanismo<sup>9</sup>.

Mesmo existindo já em sua concepção de atribuições profissionais certa confusão, é fato notório que no Brasil a atribuição para o exercício do planejamento do espaço urbanos e seu planejamento é dado a profissionais que têm em sua base acadêmica atribuições para tal. Tal prática legalmente já é seguida desde a primeira metade do século XX, conforme é possível verificar com base nas leis e decretos já mencionados.

<sup>6</sup> SCHLEE, Andrey Rosenthal *et al.* Trajetória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia: Volume X - Arquitetura e Urbanismo.

<sup>7</sup> MARAGNO, Gogliardo Vieira (Comp.). A Formação do Arquiteto e Urbanista. 2014. Apresentação no Seminário CAU/CONFEA em Brasília-DF em 24 e 25 de julho de 2014. Disponível em: <[http://www.confea.org.br/media/A formação do Arquiteto e Urbanista.pdf](http://www.confea.org.br/media/A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20Arquiteto%20e%20Urbanista.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>8</sup> BRASIL. Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da arquitetura e urbanismo; cria o conselho de arquitetura e urbanismo do Brasil - CAU/BR e os conselhos de arquitetura e urbanismo dos estados e do Distrito Federal - Caus; e dá Outras Providências. Brasília, DF, 31 dez. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/L12378.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12378.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>9</sup> BRASIL. Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933. Regula O Exercício das Profissões de Engenheiro, de Arquiteto e de Agrimensor. Rio de Janeiro, RJ, 15 dez. 1933. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/23569-33.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

### 1.2.1 ENTRA EM CENA A LEGISLAÇÃO

De maneira hereditária, a legislação que rege o urbanismo e uso do solo no território brasileiro tem sua origem no velho Direito Luso-Brasileiro, sendo já verificadas normas gerais para construções e ocupações de vizinhança nas linhas das Ordenações Filipinas, as quais já se preocupavam com as condições de segurança e conservação de edificações públicas e privadas.

No tocante ao embelezamento urbano, organização do espaço urbanizado e circulações, a Câmara Municipal de Vila Rica (atual Ouro Preto-MG) já se mostrava preocupada com tais questões por volta do ano de 1712, mostrando especial interesse em promover a valorização de espaços livres destinados à aglomeração da população diante a edificações públicas como igrejas, casas de câmaras e conventos, a fim de facilitar o uso desses espaços e promover o melhor aproveitamento dos mesmos com relação às suas finalidades. Essas diretrizes tratavam ruas e vias como simples meios de ligação entre as residências aos espaços públicos, com especial atenção às praças<sup>10</sup>.

Silva<sup>11</sup> ilustra o caso da Carta Régia que orientava os aspectos para criação da Capitania de São José do Rio Negro (atual Estado do Amazonas), que data de 3 de março de 1755. Esta já traçava um plano e regras específicas para ocupação do solo, com diretrizes para implantações de vilas e coordenando uma divisão política geográfica.

Nesse período pré-império, nota-se que o direito e dever de fiscalizar o processo de urbanização e ocupação do solo era dado aos vereadores, entretanto a partir da chegada da família imperial ao Brasil, elevando este ao posto de Capital do Império, não existiram mudanças significativas na constituição e nem mesmo implantação de leis e decretos que alterassem a sistemática já implantada. A exemplo é possível citar a Carta Régia para a criação da Capitânia de São José do Rio Negro e dos códigos urbanísticos da Câmara de Vila Rica. Existiam Câmaras em cada cidade e vila cujas atribuições foram decretadas por uma lei regulamentar de 01 de outubro de 1828, atribuindo ainda aos vereadores competência para exercer fiscalização e policiamento a bem de preservar, salvaguardar e garantir a integridade das ruas e vias públicas, limpeza e conservação de praças, poços, tanques, calçadas, fontes e construções em benefício do bem comum dos habitantes.

Após esse período inicial da legislação pertinente à urbanização e uso do solo se seguiu uma série de leis que se complementavam, absorviam tendências, resolviam e corrigiam problemas que se apresentavam conforme a expansão das grandes cidades e aberturas de novas áreas de desenvolvimento no território nacional. Entre elas:

- Lei de 09/09/1826 – Primeira lei de desapropriação por utilidade pública para a execução de obras de interesse público;
- Lei 57 de 16/03/1836 – Regulava a desapropriação por utilidade municipal ou da província para abertura, ampliação ou melhorias em ruas, estradas, portos, aguadas, pontes, ranchos, servidões e demais facilidades de interesse público;
- Lei de 12/07/1845 – Nova lei de desapropriações, que tinha o mesmo conteúdo e aplicabilidade da 57 de 16/03/1836, porém com enfoque à fundação de povoações e com a primeira citação de preocupação com a salubridade pública;
- Lei nº 816 de 10 de julho de 1855 e seu Regulamento baixado pelo Decreto nº 1.664 de 24 de outubro de 1855 – Destinada a regular desapropriações para construção de estradas de ferro. As normas dessa lei foram sendo aos poucos acrescidas por meio de Decretos, sendo estes:
  - Decreto nº 602 de 24 de julho de 1890 – Acresceu regras para desapropriações para obras da competência da União e do Distrito Federal;

<sup>10</sup> SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

<sup>11</sup> SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro.

- Lei nº 1.021 de 26 de agosto de 1903 – Permitiu o já Governo Federal a regulamentar e consolidar as disposições vigentes sobre desapropriações.
- Decreto nº 4.956 de 09 de setembro de 1903 – Fez ser aplicada a Lei 1.021, regulando-a;
- Decreto nº 496 de 14 de junho de 1938 – Fez aplicar e estender o texto da Lei de 1903 a Estados e Municípios
- Decreto-Lei de 3.365 de 21 de junho de 1941 – Revisou toda a legislação sobre desapropriações em todo o território nacional;
- Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964 – Primeira lei a de fato unir urbanismo com a política da moradia, criando o então Banco Nacional de Habitação (BNH), bem como as sociedades de Crédito Imobiliário e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU).

Silva<sup>12</sup> chama atenção para a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) que teve uma boa parte de seu texto voltado à questão urbanística, incluindo dispositivos que se preocupavam com a preservação ambiental e o meio-ambiente, considerações e regras para planos urbanísticos e a função urbanística da propriedade urbana.

A CRFB/1988 em seu art. 21 declara que compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, incluindo nessas diretrizes especificações para habitação, saneamento básico e transportes. No art. 182, a Constituição indica que a política de desenvolvimento urbano deve ser executada pelo Poder Público Municipal, devendo possuir diretrizes fixadas em lei, objetivando ordenar o crescimento e desenvolvimento das funções sociais da cidade com foco central na qualidade de vida e bem estar do cidadão<sup>13</sup>.

Então, surge a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto das Cidades, que estabelece diretrizes para a política urbana no sentido de ordenar o crescimento social das cidades e da propriedade urbana em bem do coletivo, com diretrizes para o bem estar do cidadão.

A partir desse ponto segue toda uma organização de Leis, Leis Complementares, Decretos e emendas em esferas municipais que passam a direcionar, regradar e até mesmo policiar o desenvolvimento e crescimento da urbanização, bem como a ocupação do solo dentro de cada município.

### 1.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

A área escolhida para estudo e análise das aplicações das diversas legislações aplicáveis está localizada na área limítrofe entre os municípios de Itajaí-SC e Ilhota-SC, caracterizada respectivamente pelos bairros Espinheiros e Barra de Luís Alves, abrangendo uma área de 912.681,00 m<sup>2</sup>, equivalente a 91,26 hectares.

A região é cortada por uma rodovia estadual, a SC-412 Rodovia Jorge Lacerda de jurisdição do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), bem como é limítrofe às margens do Rio Itajaí-Açu em sua projeção mais ao norte.

<sup>12</sup> SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro.

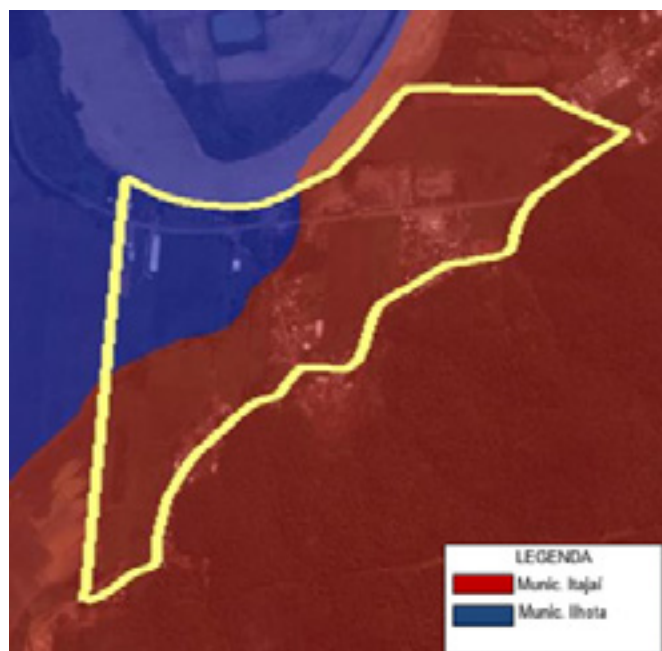
<sup>13</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

Figura 1 - Área objeto da pesquisa do presente artigo<sup>14</sup>.



Fonte: GOOGLE MAPS, 2016, adaptado pelo autor.

Figura 2 - Delimitação de divisa entre os municípios de Itajaí-SC e Ilhota-SC em relação a área de estudo.



Fonte: GOOGLE MAPS, 2016, adaptado pelo autor.

<sup>14</sup> Notar a projeção em sombreado amarelo e linha delimitadora em vermelho. Notar a sua parte limítrofe ao norte com as margens do rio Itajaí-Açu, ao Sul delimitada pela cadeia de morros dos bairros Salseiros no município de Itajaí-SC e Barra de Luís Alves no município de Ilhota-SC.



## 1.4 LEGISLAÇÕES EXISTENTES SOBRE A ÁREA DE PESQUISA

Sobre a área de pesquisa incidem legislações das três esferas da administração pública, possuindo leis federais, estaduais e municipais, sendo que cada município possui legislação específica acerca da ocupação e uso do solo.

Com relação às legislações federais, as leis aplicáveis são relativas à Linha de Preamar de 1831 (LPM), pertinente às terras às margens do Rio Itajaí-Açu. Na esfera estadual se aplicam as leis que regulamentam as faixas de domínio pertencentes à Rodovia SC-412 – Rodovia Jorge Lacerda, bem como nas esferas municipais se aplicam as leis orgânicas municipais, planos diretores e macrozoneamentos.

### 1.4.1 LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS

As legislações municipais são aplicadas com base legal no disposto na CRFB/1988 conforme seu art. 182, este indica que a política de desenvolvimento urbano deve ser executada pelo Poder Público Municipal, devendo possuir diretrizes fixadas em leis específicas para tal.

A Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada de “Estatuto das Cidades”, traz em seu texto as especificações dos documentos aplicáveis para regular o uso e parcelamento do solo, assim, no art.4º, item alínea “a”, é indicado o “Plano Diretor”.

O art. 5º da mesma lei indica que o plano diretor poderá determinar o parcelamento do solo, prever diretrizes para edificações e dar outras providências cabíveis ao uso do solo. Dessa forma, os dois municípios limítrofes que estão inseridos na área de estudo possuem seus respectivos planos diretores, cada uma com suas especificidades indicadas a seguir.

#### 1.4.1.1 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE ITAJAÍ-SC

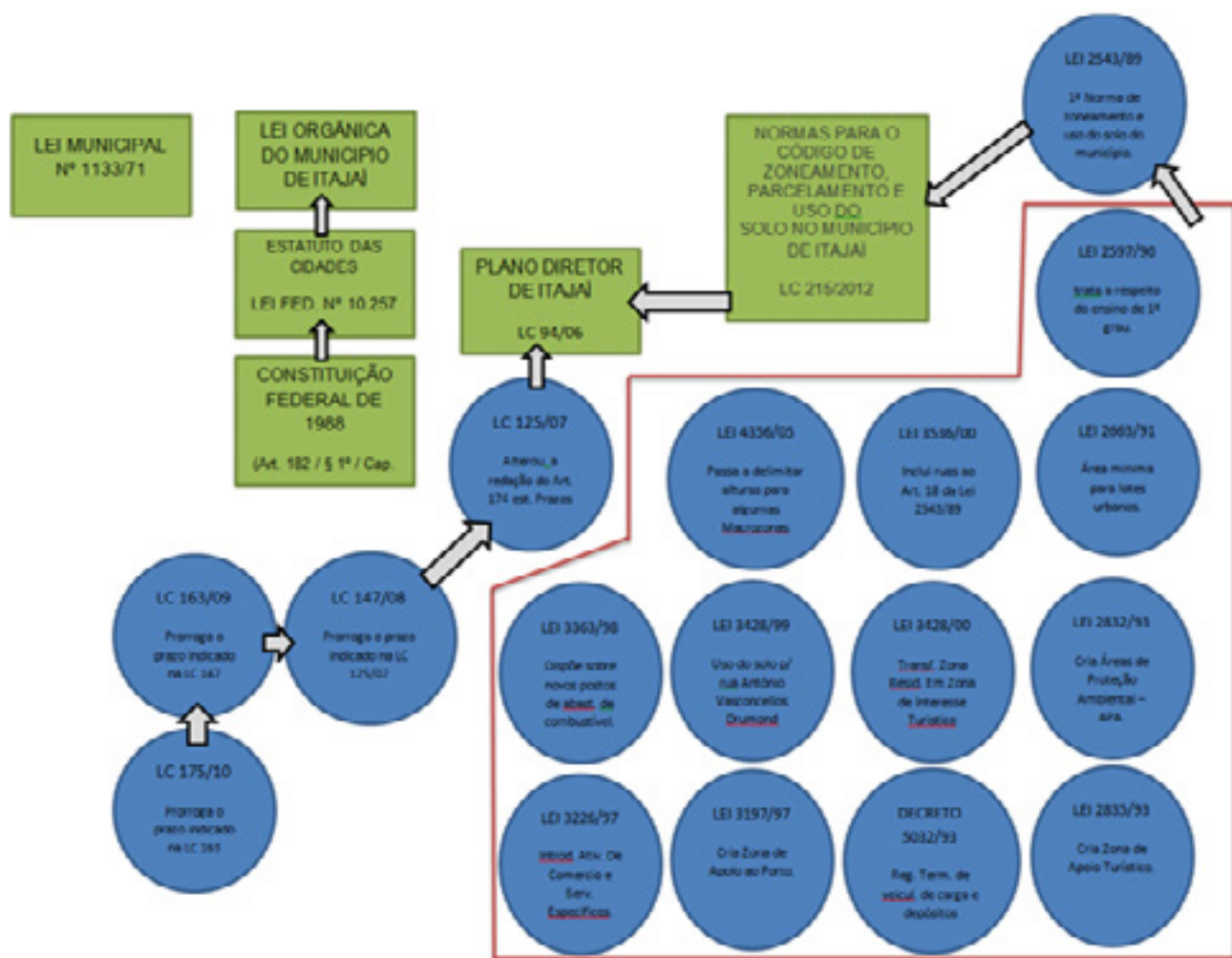
A primeira demonstração de preocupação com a ocupação e uso do solo no município de Itajaí-SC se deu no ano de 1971, através da Lei Municipal nº 1133 de 26 de 1971, a qual aprovava o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Itajaí, que foi elaborado pela Organização de Planejamento Socioeconômico do Paraná (Planepar).

Dessa forma o município mostrava pioneirismo no quesito de organizar a ocupação e uso do seu solo muitos anos antes da obrigatoriedade de fazê-lo. Porém, entre o ano de 1971 a 1988 no qual foi ventilada de maneira federal a obrigatoriedade de prever a expansão urbana por meio do planejamento do espaço e uso do solo, ocorreu um período de inércia. Assim, somente no ano de 1989 o município reviu suas legislações pertinentes ao parcelamento e uso do solo, o que ocorreu por meio da Lei nº 2.543 de 19 de dezembro de 1989 que instituía o zoneamento e uso do solo no município de Itajaí. Após esta lei, somente no ano de 2006, por meio da Lei Complementar nº 94 de 22 dezembro de 2006, o Plano Diretor do município passou por uma revisão e atualização.

O zoneamento de 1989 passaria por uma série de emendas e reformulações realizadas por meio de leis complementares promulgadas entre os anos de 2007 e 2010, as quais revisavam itens e artigos, bem como criavam medidas que ficaram de fora da redação inicial, como zonas de interesse turístico, portuária, criação de áreas de proteção ambiental, entre outras.

No município de Itajaí ocorre um fato interessante do ponto de vista prático, o macrozoneamento municipal está fora do plano diretor, à parte. Este foi aprovado por uma lei específica, a Lei Complementar nº 215 de 31 de dezembro de 2012.

Figura 3 - Fluxograma de leis relativas a ocupação e uso do solo no município de Itajaí-SC



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 1.4.1.2 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE ILHOTA-SC

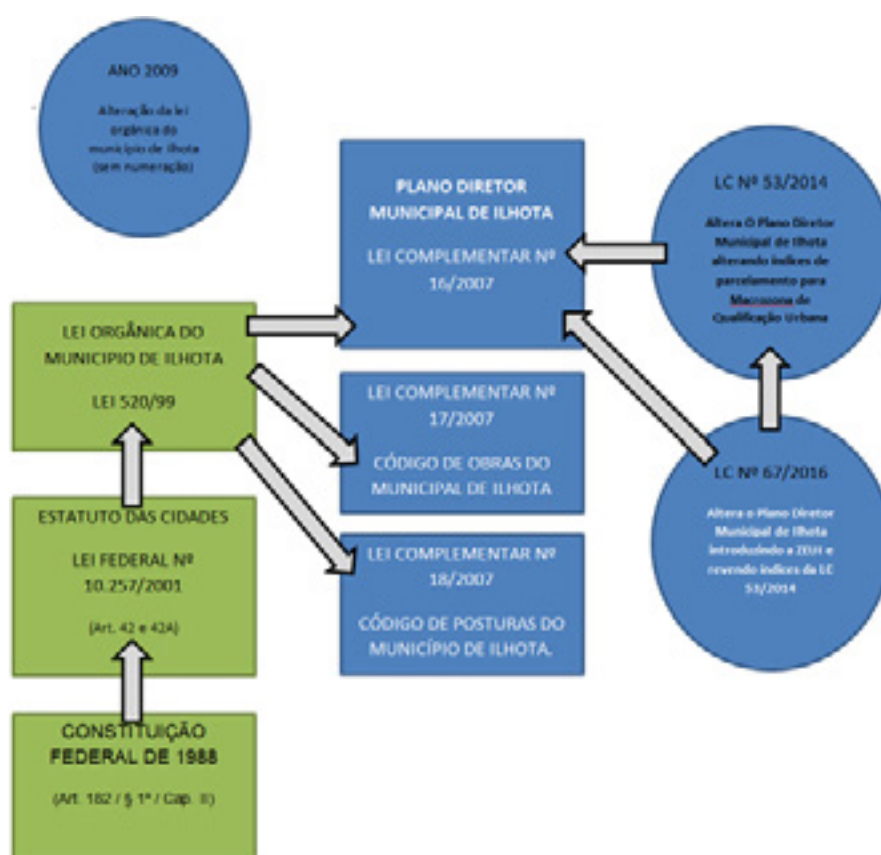
O município de Ilhota, ao contrário de seu vizinho Itajaí, veio a tomar medidas com relação ao planejamento municipal e uso e ocupação do solo somente no ano de 2007, através da Lei Complementar nº 016 de 20 de dezembro. Tal lei promulgou o Código Urbanístico Municipal, também intitulado de Plano Diretor. Juntamente com a Lei Complementar nº 016 foram aprovadas mais duas leis, sendo elas a Lei Complementar nº 017 de 20 de dezembro de 2007, que instituiu o Código de Obras, e a Lei Complementar nº 018 de 20 de dezembro de 2007, que regula o Código de Posturas do Município de Ilhota.

A partir da promulgação dessas três leis, o que se seguiram foram emendas e alterações dos índices, taxas de aproveitamento e tamanhos de lotes para determinadas macrozonas. Assim, foi promulgada a Lei Complementar nº 53 de 18 de Julho de 2014 que entre outras medidas instituía para a Macrozona de Qualificação lotes mínimos de 140,00 metros quadrados, com frente mínima de 7,0 metros e profundidade de 20,0 metros. Esta alterava ainda os coeficientes das áreas dentro do Corredor de Indústria e Serviço referentes a parcelamento para unidades autônomas mínimas. Sendo talvez

a alteração mais subjetiva e significativa que essa lei implanta às políticas de regulamentação, ordenação e uso do solo a possibilidade de loteadores poderem dar a área destinada à Área Verde para loteamento em matrículas externas à área loteada, podendo ser em qualquer local do território municipal.

Mais adiante foi promulgada a Lei Complementar nº 67 de 20 de maio de 2016, possivelmente a complementação mais significativa para o Plano Diretor aprovado em 2007, que passou a incorporar ao Macrozoneamento municipal de Ilhota a Zona de Expansão Urbana e Industrial (ZEUI), passando a possibilitar a implantação de loteamentos e condomínios em qualquer parte do território do município a partir de contrapartidas referentes à implantação de infraestruturas urbanas, tornando loteáveis áreas que antes eram de caráter puramente rural.

Figura 4 - Fluxograma de leis relativas a ocupação e uso do solo no município de Ilhota-SC.



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 1.4.2 APLICABILIDADE DAS LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS SOBRE A ÁREA DE PESQUISA

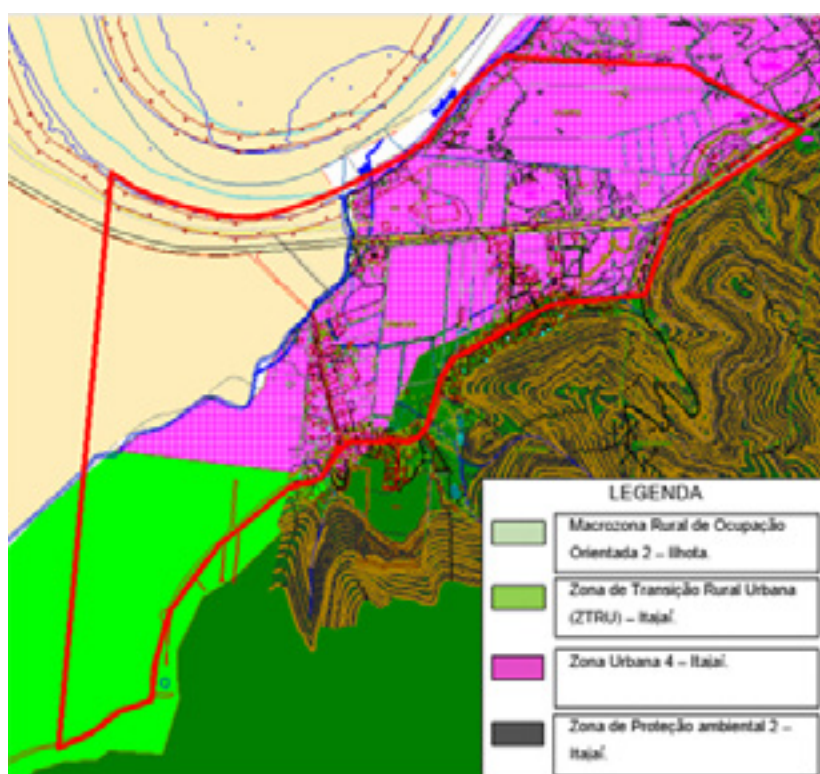
As legislações municipais aplicáveis à área de estudo estão dispostas no Quadro 1 a seguir, bem como demonstradas de maneira gráfica na Figura 5.

Quadro 1: Leis municipais aplicáveis à área de estudo

| Município     | Lei                                              | Detalhe                                                                                                                                           |
|---------------|--------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Ilhota</b> | Lei Complementar nº 16 de 20 de janeiro de 2007  | Código Urbanístico e Plano Diretor – Indica a presença da Macrozona Rural de Ocupação Orientada na área de estudo.                                |
| <b>Ilhota</b> | Lei Complementar nº 67 de 20 de maio de 2016     | Institui a ZEUI para todo o território municipal, com aplicação direta às áreas rurais do município.                                              |
| <b>Ilhota</b> | Lei Complementar nº 53 de 18 de julho de 2014    | Altera o texto original do plano diretor permitindo doações de áreas verdes para parcelamentos em matrículas fora da área objeto do parcelamento. |
| <b>Itajaí</b> | Lei Complementar nº 94 de 22 de dezembro de 2006 | Regula o desenvolvimento territorial do município, denominando e descrevendo as macrozonas constantes no macrozoneamento municipal.               |
| <b>Itajaí</b> | Lei Complementar 215 de 31 de dezembro de 2012   | Define o mapa de macrozonas municipais, estabelecendo índices, taxas e dimensões para parcelamentos, construções e etc.                           |

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 5 - Representação gráfica das leis municipais de Itajaí e Ilhota aplicáveis a área de estudo, conforme macrozoneamentos municipais e planos diretores. O polígono vermelho demarca a área.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em ILHOTA, 2007<sup>15</sup>; ITAJAÍ, 2012<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> ILHOTA. Lei Complementar nº 016 de 20 de dezembro de 2007. Institui o Código Urbanístico, que define princípios, políticas, estratégias e instrumentos para o desenvolvimento municipal e para o cumprimento da Função Social da Cidade e da Propriedade no Município de Ilhota, também denominado Plano Diretor, bem como estabelece as normas de parcelamento, uso e ocupação do solo, o sistema viário e providências complementares. Ilhota, SC, 20 dez. 2007. Disponível em: <[http://www.camarailhota.sc.gov.br/media/arquivos/016-2007-Codigo\\_Urbanistico.pdf](http://www.camarailhota.sc.gov.br/media/arquivos/016-2007-Codigo_Urbanistico.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>16</sup> ITAJAÍ. Lei Complementar nº 215 de 31 de dezembro de 2012. Institui normas para o código de zoneamento, parcelamento e uso do solo no município de Itajaí. Itajaí, SC, 31 dez. 2007. Disponível em: <[http://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/servico\\_link/28](http://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/servico_link/28)>. Acesso em: 15 ago. 2016.



Essas características somente vieram a se modificar com a promulgação da Lei Complementar nº 67 de 20 de maio de 2016, que passou a implantar a Zona de Expansão Urbana e Industrial (ZEUI). A mesma permitiu que sob certas compensações por parte do interessado em realizar o parcelamento do solo as áreas mínimas para lotes passassem a ser de 300,00 m<sup>2</sup> com unidades autônomas de igual área para meios de quadras e de 360,00 m<sup>2</sup> com unidades autônomas de igual área para lotes de esquina, sem a permissividade para parcelamento de condomínios edifícios como os comuns “geminados”, muito comuns na cidade vizinha de Itajaí.

Em contrapartida, a região de estudo pelo lado do município de Itajaí é classificada em três Zonas distintas, sendo elas a Zona Urbana 04 (ZU4), que compreende sua maior extensão, a Zona de Transição Rural Urbana (ZTRU) e a Zona de Proteção Ambiental 2 (ZPA2,) cada uma com seus índices e parâmetros de parcelamento do solo. Para a ZU4, a mesma permite lotes com áreas mínimas de 300,00 m<sup>2</sup>, à medida que para a Zona de Transição Rural Urbana e para a ZPA2 a área mínima dos lotes é de 2.000,00 m<sup>2</sup>.

Dessa forma, salvo a condição aberta pela Lei Complementar nº 67 de 20 de maio de 2016, a qual permite lotes com áreas iguais às permitidas pela legislação da cidade vizinha, a região do município de Ilhota limítrofe ao município de Itajaí foi condicionada a uma ocupação rural com índices e parâmetros de parcelamentos muitos conservadores e desproporcionais entre as duas cidades.

### 1.4.3 LEGISLAÇÕES ESTADUAIS SOBRE A ÁREA DE PESQUISA

A área de pesquisa possui uma rodovia estadual, a SC-412 Rodovia Jorge Lacerda de jurisdição do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA). Na Figura 6, a mesma é indicada pela linha vermelha.

Figura 6 - Indicação da Rodovia SC-412 Rodovia Jorge Lacerda na área de pesquisa.

Notar que a mesma corta a área de pesquisa no sentido transversal, passando na área dentro dos dois municípios abordados.



Fonte: GOOGLE MAPS, 2016, adaptado pelo autor.

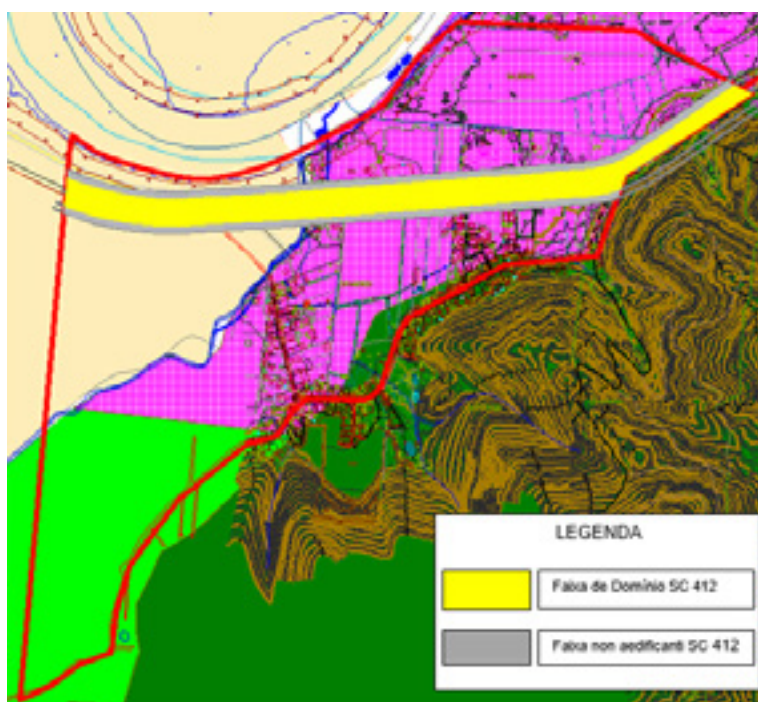
A Lei Estadual nº 6.063 de 24 de maio de 1982 dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências cabíveis a esse sentido, a mesma indica em seu Art.8º inciso III que ao longo das faixas de domínio das rodovias estaduais, bem como em outros tipos de faixas de domínios (ferrovias e



afins), é obrigatória a reserva de uma faixa “non aedificanti”<sup>17</sup> com 15,00 metros de cada lado da mesma, além das larguras da própria faixa de domínio indicada pelo DEINFRA/SC<sup>18</sup> para cada lado da rodovia.

Para a SC 412 a faixa de domínio consolidada e demarcada in-loco por meio de marcos na área de estudo é de 30,0m para cada lado do eixo da rodovia, conforme levantamento topográfico feito pela empresa L2 Engenharia e Topografia Ltda. Além disso, deve-se somar a largura da faixa “non aedificanti” de 15,00 m em cada lado da rodovia, além da largura da faixa de domínio, totalizando dessa forma uma faixa de 45,00 m para cada lado do eixo da Rodovia SC 412, na qual existe implicação da Lei Estadual nº 6.063 de 24 de maio de 1982, como ilustrado na Figura 7 a seguir.

Figura 7 - Indicação da SC-412 Rodovia Jorge Lacerda na área de pesquisa com respectivas faixas de domínios e faixas non aedificanti<sup>19</sup>.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em ILHOTA, 2007<sup>20</sup>; ITAJAÍ, 2012<sup>21</sup>.

Ainda com base na Lei Estadual nº 6.063 de 24 de maio de 1982, o Estado de Santa Catarina tem gerência sobre parcelamentos do solo através do art. 5º em seu inciso I que indica que compete ao Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral (GAPLAN) conceder anuência prévia por meio de

<sup>17</sup> Faixa de terreno ao longo de estrada ou cursos d’água onde por dispositivos legais é vedado edificar, na prática sobre a qual existe exercício de propriedade mas com restrições do direito de edificar, podendo ser utilizada como estacionamento, área de paisagismo e outras desse gênero e fins. JUSBRASIL. Faixa non aedificandi. 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/295167/faixa-non-aedificandi>>. Acesso em: 08 set. 2016.

<sup>18</sup> As larguras das faixas de domínio variam conforme trecho, posição e local em uma mesma rodovia, indicando que uma consulta ao órgão deve ser feita para o fornecimento da informação mais precisa quanto a largura da faixa de domínio na área de interesse. Foram realizadas algumas tentativas de busca dessas informações junto ao órgão as quais se mostraram infrutíferas, no que para efeitos de análise a que este artigo se destina foi realizado um levantamento topográfico na região registrando-se os marcos demarcatórios das faixas de domínio já implantados. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA - DEINFRA. FXD – A Faixa de Domínio. Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA. 2010. Disponível em: <<http://www.deinfra.sc.gov.br/fxd/faixadedominio.jsp>> Acesso em: 11 out. 2016.

<sup>19</sup> Notar que a referida rodovia corta a área de pesquisa no sentido transversal, passando na área dentro dos dois municípios abordados.

<sup>20</sup> ILHOTA. Lei Complementar nº 016 de 20 de dezembro de 2007.

<sup>21</sup> ITAJAÍ. Lei Complementar nº 215 de 31 de dezembro de 2012.

.....

exame para posterior aprovação pelo municípios em projetos de parcelamento do solo em distância de até 1,0 km da linha divisória entre municípios ou que pertençam a mais de um município. Dessa forma, para toda a área de estudo, todo e qualquer parcelamento depende antes das aprovações condicionadas às leis municipais, passando por análise e crivo do governo estadual através de seu Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral.

No texto da Lei Estadual nº 6.063 de 24 de maio de 1982 em seu art. 8º inciso II, é indicado que a área mínima para projetos de parcelamentos do solo tipo loteamentos deveria ser de 360,00 m<sup>2</sup> com frente mínima de 12,00 m. Tal medida foi revogada pela Lei Estadual nº 10.957 de 23 de novembro de 1998, a qual indica como área mínima para lotes em projetos de loteamentos a área de 125,00 m<sup>2</sup> como indicado em seu art. 2º.

#### 1.4.4 LEGISLAÇÕES FEDERAIS QUE INCIDEM SOBRE A ÁREA DE PESQUISA

Sobre a área de estudo existe a incidência da Linha de Preamar junto às áreas ribeirinhas do Rio Itajaí-Açu, cuja a definição está contida no Decreto-Lei nº 9.760 de 5 de setembro de 1946, que em seu art. define terrenos de marinha<sup>22</sup> como uma faixa de largura ou profundidade de 33,00 m. medidos horizontalmente para o lado de terra a partir da preamar média<sup>23</sup> de 1831. Aponta-se ainda nas alíneas “a” e “b” do mesmo artigo os terrenos situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagos, e que contornam ilhas até aonde se faça sentir a influência das marés. Dessa forma, a legislação vigente para terras de marinha é regulada pelas seguintes leis e decretos-leis:

- Decreto-Lei nº 9.760 de 05 de setembro de 1946; Decreto-Lei nº 2.398 de 21 de dezembro de 1.987; Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1.998;
- Lei nº 11.481 de 31 de maio de 2007 e;
- Orientação Normativa ON-GEADE-002 de 12 de março de 2001.

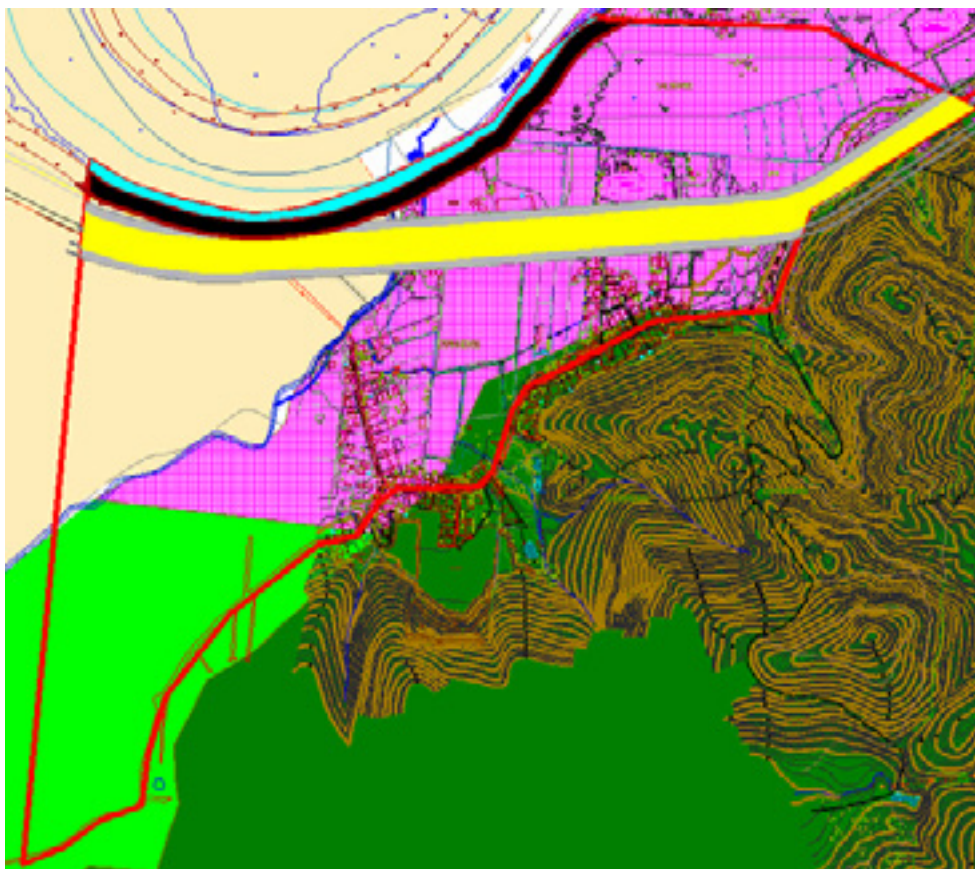
A alocação da linha de preamar na área de estudo se deu por meio das cartas disponibilizadas através da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), por meio de sistema georreferenciado por Coordenadas Transversas de Mercator as mesmas possibilitaram local tal linha para análise da legislação que incide sobre a área de interesse.

.....

<sup>22</sup> O termo “marinha” é relativo as áreas sujeitas a maré, a influência marinha das marés, não confundindo com Marinha do Brasil, instituição, força armada.

<sup>23</sup> Preamar tem seu significado como maré cheia, maré alta, sendo uma variável do termo preia-mar. DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Preamar. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/preamar/>> Acesso em: 25 nov. 2016.

Figura 8 - Localização da faixa de preamar e acrescidos de marinha as margens do Rio Itajaí-Açu<sup>24</sup>.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em ILHOTA, 2007<sup>25</sup>; ITAJAÍ, 2012<sup>26</sup>; SANTA CATARINA 1982<sup>27</sup>; BRASIL, 1946<sup>28</sup>; BRASIL, 1987<sup>29</sup>; BRASIL, 1988<sup>30</sup>; BRASIL, 2007<sup>31</sup>; BRASIL, 2001<sup>32</sup>.

<sup>24</sup> Notar que em certo ponto existe a sobreposição da linha de preamar a faixa de domínio da rodovia SC-412.

<sup>25</sup> ILHOTA. Lei Complementar nº 016 de 20 de dezembro de 2007.

<sup>26</sup> ITAJAÍ. Lei Complementar nº 215 de 31 de dezembro de 2012.

<sup>27</sup> SANTA CATARINA. Lei estadual nº 6.063, de 24 de maio de 1982. Dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Florianópolis, SC, 24 de mai. 1982. Disponível em: <<http://www.deinfra.sc.gov.br/fxd/documentos/606382.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>28</sup> BRASIL. Decreto nº 9.760, de 05 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, 05 set. 1946. Disponível em: <<http://normativos.confex.org.br/downloads/23569-33.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>29</sup> BRASIL. Decreto nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987. Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências. Brasília, DF, 21 dez. 1987. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del2398.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2398.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>30</sup> BRASIL. Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília, DF, 15 mai. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9636.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9636.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>31</sup> BRASIL. Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007. Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências. Brasília, DF, 31 mai. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Lei/L11481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11481.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>32</sup> BRASIL. Orientação Normativa nº ON-GEADE-002, de 12 de março de 2001. Orientação Normativa Que Disciplina A Demarcação de Terrenos de Marinha e Seus Acrescidos. Brasília, DF, Disponível em: <[http://patrimoniode todos.gov.br/pastaarquivo.2009-07-09.3759851862/ON\\_GEADE\\_02\\_terrenos\\_marinha.pdf](http://patrimoniode todos.gov.br/pastaarquivo.2009-07-09.3759851862/ON_GEADE_02_terrenos_marinha.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise realizada na região de estudo, verifica-se que existem sobreposições de informações e de certo modo até mesmo uma negligência das leis municipais para com as leis estaduais e federais.

Ambos os mapas de macrozoneamento dos dois municípios envolvidos na pesquisa não trazem a indicação das faixas de domínios para rodovias federais e estaduais, nem mesmo indicam a posição da faixa de domínio da União exercida e implantada através da Linha de Preamar. Existe dessa forma uma certa invasão das áreas limítrofes, especialmente ao Rio Itajaí-Açu, pelas legislações municipais, as quais não indicam em nenhum momento dos seus textos e gráficos a necessidade de consulta junto à Secretaria de Patrimônio da união para viabilidades e possíveis autorizações para parcelamento do solo nas terras de marinha e seus acrescidos.

Ainda existe a omissão das faixas de domínio da rodovia existente na região, as quais não são indicadas de forma clara, o que exige a pesquisa junto às leis estaduais para verificação dos índices, taxas e permissões para a realização de parcelamentos junto às faixas de domínio da rodovia.

Entre as legislações municipais dos dois municípios envolvidos não existem conflitos propriamente ditos, mas uma descontinuidade que perdurou até o ano de 2016, de forma que o município de Ilhota passou a possuir uma lei complementar ao seu plano diretor que de certa forma iguala os potenciais de uso e parcelamento do solo. Devido ao atraso entre as legislações dos dois municípios, ocorreu um desenvolvimento mais acentuado da infraestrutura urbana na cidade de Itajaí, visto que esta conta com um número maior de escolas, creches, postos e unidades de saúde do que o município vizinho<sup>33</sup>.

A parcela da região de estudo que está localizada na cidade de Itajaí-SC possui um comércio local já consolidado, com a existência de várias empresas do ramo de logística às margens da rodovia SC 412. As quais por consequência atraem mais moradores para a região, passando a viabilizar a instalação de empreendimentos comerciais como padarias, mercados, lojas de materiais de construção e outros negócios de caráter até mesmo informal.

Todo esse comércio e infraestrutura urbana acaba absorvendo uma boa parte da população da cidade vizinha, Ilhota-SC, de maneira que a divisa política entre os dois municípios passa a não ser notável. Esse fato pode ser confirmado por meio de informações coletadas junto às centrais de atendimento da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, que são chamados para ocorrências em um município, mas ao chegarem ao local verificam que se trata da cidade vizinha<sup>34</sup>.

Com base no estudo realizado, verifica-se que não existem conflitos entre as legislações dos dois municípios vizinhos, somente um atraso temporal entre as mesmas que acarretou em um maior desenvolvimento da cidade de Itajaí. No entanto, ocorre a negligência por parte das legislações municipais com relação às legislações estaduais e federais.

<sup>33</sup> Esse dado pode ser verificado em uma rápida visita a região, no que se percebe a existência de unidades de saúde e educação, bem como a maior concentração de negócios e comércios alavancados pelo desenvolvimento da cidade de Itajaí por meio do parcelamento do solo na forma de loteamentos, especialmente os Loteamentos Santa Regina I e II e Loteamento Portal.

<sup>34</sup> Informações obtidas em entrevista concedida em 01 de set. 2016 por Sergio Bacher, 1º Sargento, comandante do Batalhão de Ilhota-SC.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BRASIL. Decreto nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987. **Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências**. Brasília, DF, 21 dez. 1987. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del2398.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2398.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BRASIL. Decreto nº 9.760, de 05 de setembro de 1946. **Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências**. Rio de Janeiro, RJ, 05 set. 1946. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/23569-33.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BRASIL. Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933. **Regula O Exercício das Profissões de Engenheiro, de Arquiteto e de Agrimensor**. Rio de Janeiro, RJ, 15 dez. 1933. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/23569-33.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988. **Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências**. Brasília, DF, 15 mai. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9636.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9636.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BRASIL. Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007. **Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências**. Brasília, DF, 31 mai. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Lei/L11481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11481.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BRASIL. Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. **Regulamenta o exercício da arquitetura e urbanismo; cria o conselho de arquitetura e urbanismo do Brasil - CAU/BR e os conselhos de arquitetura e urbanismo dos estados e do Distrito Federal - Caus; e dá outras providências**. Brasília, DF, 31 dez. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/L12378.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12378.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BRASIL. Orientação Normativa nº ON-GEADE-002, de 12 de março de 2001. **Orientação Normativa Que Disciplina A Demarcação de Terrenos de Marinha e Seus Acrescidos**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://patrimoniode todos.gov.br/pastaarquivo.2009-07-09.3759851862/ON\\_GEADE\\_02\\_terrenos\\_marinha.pdf](http://patrimoniode todos.gov.br/pastaarquivo.2009-07-09.3759851862/ON_GEADE_02_terrenos_marinha.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2016.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA. **FXD: Faixa de domínio**. 2010. Disponível em: <<http://www.deinfra.sc.gov.br/fxd/faixadedominio.jsp>> Acesso em: 08 set. 2016.
- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Preamar**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/preamar/>>. Acesso em: 08 set. 2016.
- GOOGLE MAPS. **Limite entre Itajaí e Ilhota**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- ILHOTA. Lei Complementar nº 016 de 20 de dezembro de 2007. **Institui o Código Urbanístico, que define princípios, políticas, estratégias e instrumentos para o desenvolvimento municipal e para o cumprimento da Função Social da Cidade e da Propriedade no Município de Ilhota, também denominado Plano Diretor, bem como estabelece as normas de parcelamento, uso e ocupação do solo, o sistema viário e providências complementares**. Ilhota, SC, 20 dez. 2007. Disponível em: <[http://www.camara ilhota.sc.gov.br/media/arquivos/016-2007-Codigo\\_Urbanistico.pdf](http://www.camara ilhota.sc.gov.br/media/arquivos/016-2007-Codigo_Urbanistico.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.



INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil) (Org.). **Calculadora Geográfica**. Tutorial produzido pela Unesp – Campus de Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/calcula/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

ITAJAÍ. Lei Complementar nº 215 de 31 de dezembro de 2012. **Institui normas para o código de zoneamento, parcelamento e uso do solo no município de Itajaí**. Itajaí, SC, 31 dez. 2007. Disponível em: <[http://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/servico\\_link/28](http://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/servico_link/28)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

JUSBRASIL. **Faixa non aedificandi**. 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/295167/faixa-non-aedificandi>>. Acesso em: 08 set. 2016.

LEME, Maria Cristina da Silva. A Formação do pensamento urbanístico no Brasil 1895 - 1965. In: Seminário de história da cidade e do urbanismo, 5., 1998, Campinas. **Anais**. Campinas: Propur-urfrgs, 1998. p.1 - 17. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/617/593>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

MARAGNO, Gogliardo Vieira (Comp.). **A Formação do Arquiteto e Urbanista**. 2014. Apresentação no Seminário CAU/ CONFEA em Brasília-DF em 24 e 25 de julho de 2014. Disponível em: <[http://www.confea.org.br/media/A formação do Arquiteto e Urbanista.pdf](http://www.confea.org.br/media/A%20formação%20do%20Arquiteto%20e%20Urbanista.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SANTA CATARINA. Lei estadual nº 6.063, de 24 de maio de 1982. **Dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências**. Florianópolis, SC, 24 de mai. 1982. Disponível em: <<http://www.deinfra.sc.gov.br/fxd/documentos/606382.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SCHLEE, Andrey Rosenthal *et al.* **Trajetória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia: Volume X - Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: Inep, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/observatorioengenharia/files/2012/01/vol10.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

*Mãos de Vida nas Políticas*

4

## **VI ENCONTRO MÃOS DE VIDA**



# INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O CURSO DE ENFERMAGEM DA UNIVALI

HELOISA BEATRIZ MACHADO<sup>140</sup> | MARIA GLÓRIA DITTRICH<sup>141</sup>

## INTRODUÇÃO

*Tecnologia é resultado de conhecimento humano produzido. Não existe tecnologia maior que o conhecimento humano. (Alan Kay)*

O contexto atual, marcado por mudanças sociais e econômicas aceleradas, faz com que as organizações tenham que se adequar constantemente a essas mudanças incitadas pela globalização produtiva e a chamada “economia do conhecimento”, bem como ao consumo acelerado de bens e serviços. Diante deste contexto, as atividades em saúde com foco em inovação passam a ser fundamentais para a manutenção do desenvolvimento social, econômico, oportunizando a transformação de padrões de vida e a criação de novas tecnologias capazes de melhorar a qualidade de vida para um viver saudável.

A vida e também a saúde implicam em relações saudáveis entre corpo, mente e espírito, que se dão no nível microcelular e sistêmico, nos quais os sistemas internos e externos se abrem e se inter-relacionam entre si, no seu contexto cultural e com sua natureza, no sentido de organizar os processos de viver e ser saudável. Qualquer ameaça a esta relação saudável demanda um olhar da ciência para desencadear processos de inovação e produção tecnológica visando melhores condições de educação e saúde para as pessoas.

Compreende-se que no campo da enfermagem o foco principal da promoção, prevenção e atenção à saúde está no cuidado ao ser humano. Esta ideia leva ao entendimento de que inovação em saúde não é possível sem se ligar à educação (educar para cuidar e cuidar para educar). Afinal, saber cuidar de si e do outro implica educar-se permanentemente.

<sup>140</sup> Possui Graduação em Curso de Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina e Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor titular da Universidade do Vale do Itajaí, Coordenadora do Curso de Graduação em Enfermagem. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Administração Em Enfermagem Em Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: epidemiologia, enfrentamento, estressores, diagnóstico de saúde e ensino; extensão; família.

<sup>141</sup> Possui graduação em Filosofia pela Fundação Educacional de Brusque, mestrado em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau e doutorado em Teologia pela Escola Superior de Teologia. É professora titular e pesquisadora da Universidade do Vale do Itajaí no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Ciências Políticas e no Curso de Graduação em Enfermagem, atuando nos seguintes grupos de Pesquisa: Dinâmicas Institucionais das Políticas Públicas e no Grupo de Pesquisas em Rede Internacional “Investigando Escolas Criativas e Inovadoras”, com a Universidade de Tocantins e Universidade Federal de Goiás. É membro integrante da Red de Formación Universitaria Transdisciplinar - REDFUT, da Comunidad Internacional Científica Virtual para el Cambio - CCVC e Rede Internacional de Escolas Criativas - UB Espanha. Tem experiência na área da Filosofia, da Educação, da Saúde e da Arte, dentro de uma visão transdisciplinar e ecoformativa. Atua principalmente nos seguintes temas: corpo-criante, arte, arteterapia, criatividade, espiritualidade, educação, saúde, cultura e ser humano. É fundadora da Associação Catarinense de Arteterapia - ACAT e avaliadora do MEC. Diretora do Centro Da Vinci de Belas Artes e Ecoformação e Coordenadora do curso de Pós-Graduação em Arteterapia: Fundamentos Filosóficos e Prática. É artista plástica, autora e organizadora do I ENCONTRO INTERNACIONAL E CIÊNCIAS ECO-ESPIRITUAIS - Transdisciplinaridade, Ecoformação e Saúde. Escritora e promotora de eventos culturais e científicos. Seu trabalho nas artes plásticas é marcado por várias exposições e premiações no Brasil e no exterior.

.....

Ao pensar sobre inovação, recorreu-se inicialmente ao Manual de Oslo (OCDE, 2005, p. 57, que apresenta a inovação como:

Introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne a suas características ou usos previstos", o que inclui "melhoramentos significativos em especificações técnicas, componentes e materiais, softwares incorporados, facilidade de uso ou outras características funcionais.

Os conceitos clássicos na área de inovação originam-se da obra de Schumpeter, primeiro teórico clássico da inovação, que em 1934 afirmou que esta representa um ato radical que envolve a introdução de um novo elemento ou a combinação de elementos antigos. Esse e outros conceitos clássicos ancoram-se numa visão positivista pragmática sobre a forma de pensar, de criar e de agir do ser humano. No entanto, a compreensão que se tem de inovação avança no sentido de ampliar o olhar para a vida como algo misterioso e complexo, e que demanda ter uma atitude humanística e interdisciplinar.

A inovação tecnológica "envolve então um processo sociotécnico político e cultural". Esse processo é dinâmico, pois não se pode especialmente, em saúde, prescindir da complexidade das inter-relações entre ser humano, sociedade, natureza e o sagrado. Desta forma, é um processo aberto e flexível, o qual possibilita um olhar criativo, crítico e cuidadoso, por parte da pessoa ou profissional que vive a inovação. Com efeito, todo pensamento inovador conclama e aponta mudanças sociais e educativas para a preservação da vida.

Esse conceito tem sua referencialidade no paradigma da complexidade de Edgar Morin (1997) e na teoria da autopoiese de Humberto Maturana (2002). Para Morin toda realidade é orgânica e complexa. O complexo é todo aquele que tem em si uma tessitura de elementos conjuntos. Já para Maturana, a complexidade de todo ser vivo nas inter-relações de comunicações de linguagens ocorrem o processo vital e cognitivo da autopoiese do ser cultural.

De acordo com a ideia acima, inovação implica diversidade conceitual em diferentes formas paradigmáticas de compreensão. No entanto, aqui não se vai adentrar nesta discussão.

É importante notar que a ideia de inovação está ligada às mudanças, às novas combinações de fatores que rompem com o equilíbrio existente, visando à auto-organização da complexidade da vida. Preliminarmente, a inovação pode ser entendida sob os seguintes pontos de vista: da estratégia, de padrões, do processo (gestão da inovação) ou do produto. (SCHUMPETER, 1988).

A inovação aqui é entendida como um processo socioeducativo que envolve desde as pesquisas básica e/ou aplicada até a disponibilização de bens e serviços, como também mudanças institucionais na gestão e no empreendedorismo.

Por outro lado, diz Hage (1999) que a inovação como elemento-chave para a criação e sustentação de vantagens competitivas, torna-se elemento fundamental para a compreensão de muitos dos problemas básicos da sociedade. Esse conceito aponta um olhar significativo na questão da inovação somente com foco mercadológico. A pergunta que se faz é: será suficiente, para o campo da saúde, pensar a inovação somente na estreiteza e objetividade da competitividade mercadológica?

Ortega y Gasset (1963) apud Lorenzetti *et al.*, (2012) defendem que o império da tecnologia traz consigo aspectos de vazio existencial e novos questionamentos sobre o sentido da vida humana. Há um sentimento de 'terceirização' da vida e relativa perda do que pode ser chamado de o humano do homem. A radicalização da racionalidade instrumental (tecnologia) favorece o enfraquecimento ou desaparecimento dos fins do cuidado em saúde e, por outro lado, remete a uma necessidade de reencantamento do mundo, de retorno ao sentido do sagrado, de explorar o potencial da subjetividade criativa. A reflexão que esta ideia aponta traz à lucidez a compreensão de que toda a atitude inovadora necessita não perder de vista o valor da humanização do produto e também do processo.

.....

Na contemporaneidade, a forte ligação entre ciência, inovação e tecnologia demanda processos criativos, problematizadores e com aderência às demandas sociais, culturais e ecológicas, tanto em nível micro como macroscopicamente. Com efeito, um arcabouço teórico de sustentação vai evoluindo ao longo dos anos e como exemplos podemos citar a Teoria Clássica da Administração, Teoria das Relações Humanas, Teoria Geral dos Sistemas, Teoria da Contingência Estrutural, Teorias de Cognição e Aprendizagem, e na teoria da Ecoformação aplicada no Curso de Enfermagem.

Estas teorias focam a inovação e o desenvolvimento tecnológico, levando em consideração que a sociedade e suas organizações são regidas por leis científicas, refutando qualquer ideia de subjetividade. Levando desta forma, a melhorar a eficiência e eficácia nos processos de produção, com foco na otimização do tempo, do espaço e dos recursos naturais. Outras, com influência racionalista e positivista, dão ênfase no poder da razão e do método na lógica causa-efeito. Esta aplicação tem sua finalidade pragmática fortalecendo processos de aprendizagem e aquisição de competências que proporcionam inovações em produtos, serviços e modelos de negócio para a competição mercadológica. Buscando superar este modelo racionalista é que o Curso de Enfermagem vem organizando seu Projeto Pedagógico em torno da teoria inovadora da ecoformação.

Em coerência com a maneira como entendemos inovação, aqui já apresentado, articula-se a concepção de ecoformação como uma prática emancipadora da forma de pensar, de sentir e agir socialmente na articulação indissociável – ser humano – sociedade – natureza, como um todo complexo que se apresenta numa diversidade biopsicosociocultural. Na saúde a ecoformação sustenta princípios inovadores para o desenvolvimento de uma prática pedagógica humanizada, crítica e criativa e que considera a amorosidade no cuidado à vida.

Torre e Moraes (2008) entendem a ecoformação como uma maneira sintética, integradora e sustentável de entender a ação formativa e inovadora, sempre em relação ao sujeito, à sociedade e à natureza. Essa é uma visão educativa que remete entender que, o profissional da saúde necessita construir um olhar transdisciplinar na sua formação universitária, pois a ecoformação está comprometida com a causa social, ambiental, cultural e por isso, demanda vivenciar uma prática educativa emancipadora que projete um olhar integrativo, desde uma postura de amorosidade para com o outro, para com o mundo natural, para com a vida.

Para Moraes (2008, p. 76), a transdisciplinaridade potencializa a ecoformação e pode ser compreendida como “um princípio epistemológico que se apresenta em uma dinâmica processual que tenta superar as fronteiras do conhecimento mediante a integração de conceitos e metodologias”. Este conceito de Moraes aponta para um entendimento de ensino que se dinamiza desde a abertura transrelacional de consciências que se lançam numa autopoiese, vital-cognitiva, emocional-racional, que se gesta e nasce entre, através e além de conteúdos disciplinares e vivências práticas. Estas estruturam uma compreensão sobre o sujeito consigo mesmo, com o outro e com o mundo num corpo-criante no seu contexto de vida (DITTRICH, 2012).

Basarab Nicolescu (1997) mostra ainda uma compreensão sobre transdisciplinaridade como uma forma de ser, de saber e de vivenciar o conhecimento, tendo a coragem de cruzar fronteiras epistemológicas da ciência, para encontrar abertura ao diálogo de saberes diversos, tendo como escopo o avanço do conhecimento enraizado na realidade e a preservação da vida no planeta.

Para Dittrich (2010) o desafio para um ensino inovador, dentro de uma sociedade com estímulos para o desejo de consumir, está em viver a transdisciplinaridade como método e vivência educativa para uma melhor e mais forte compreensão do sentido ético e estético da educação do ser humano. Assim também a ecoformação com seu caráter flexível e integrador das aprendizagens contribui para a busca ativa de conhecimentos, fonte primária de toda a inovação.



Na educação em enfermagem, apresentada no Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem da UNIVALI, que traz como categorias fundantes a ecoformação e a transdisciplinaridade, compreende-se que é preciso, nas relações educacionais, viver o respeito e a amorosidade para com o outro, nas suas diferentes maneiras de perceber e entender os fenômenos do conhecimento. Numa educação que visa o pensar transdisciplinar, a criatividade como expressão legítima de um ser criador, precisa, antes de tudo, ser entendida como processo na liberação de uma energia que é a emoção do amor criante para o desenvolvimento da razão transdisciplinar nas relações eu-outro-natureza-transcendência.

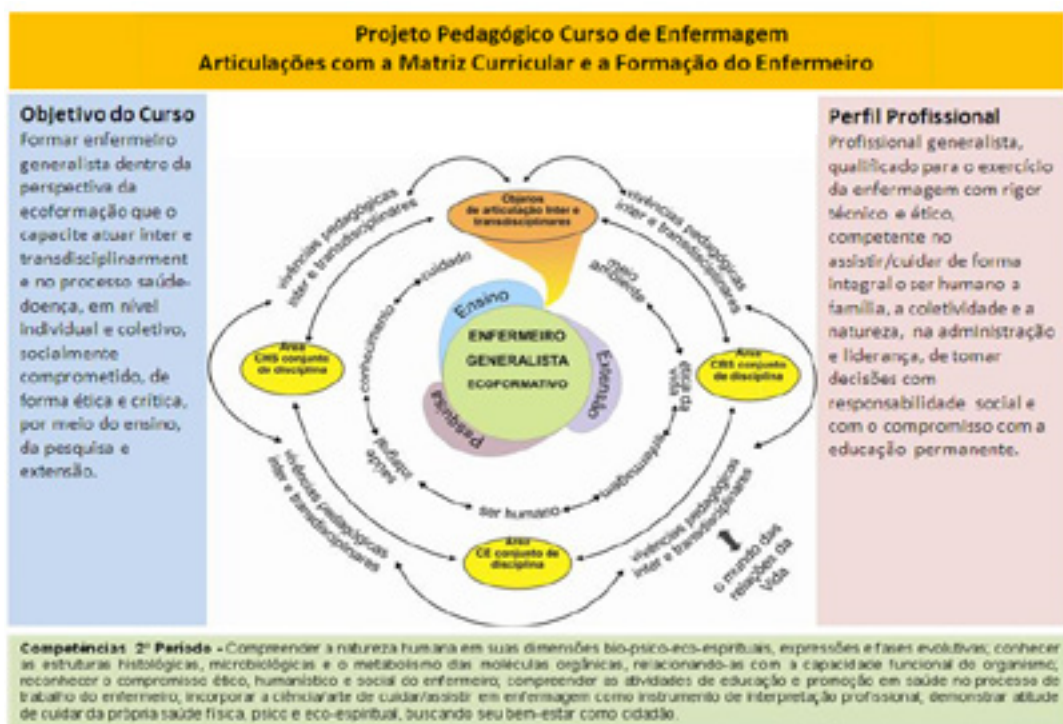
Diante disso, essa concepção formativa apresenta a inovação no ensino em enfermagem. Pois, um ensino inovador é aquele que não fica preso ao engessamento do ativismo pluridisciplinar, quando as suas estratégias pedagógicas ainda estão sustentadas por raízes de uma estrutura cognitiva e de conhecimento fragmentado. Nesta perspectiva as emoções, como expressão de algo fundante para a aprendizagem significativa, liberam um fluxo de relações didático-pedagógicas de amorosidade para com o encantamento do conhecer e aprender diante do outro (DITTRICH, 2011). Dentro dessa visão, a complexidade do ensino, para a compreensão do processo saúde-doença vivido pelo ser humano, chama a atenção significativamente para operar mudanças acadêmicas, políticas, socioadministrativas na assistência em saúde.

Essa percepção implica discutir sobre a reorientação nos modos de ensinar, de cuidar e promover a saúde e a educação em saúde do ser humano no seu *locus vivendi*. Tal ideia tem suas raízes na concepção de ser humano e de conhecimento que enseja uma educação acadêmica ecoformativa.

## 1 UM OLHAR SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO DE ENFERMAGEM

Na proposta pedagógica do Curso de Enfermagem, a transdisciplinaridade permite ao docente e ao discente perceberem que, na especificidade de cada conteúdo disciplinar existem categorias-chaves epistemológicas, tais como: conhecimento, ser humano, cuidado, meio ambiente, saúde integral, enfermagem, entre outras, que estão implícitas e explícitas, e podem oportunizar ligações de raciocínios que atravessam fronteiras do conhecimento e ajudam no diálogo aberto na ação educativa a desconstruir, reconstruir e ampliar a compreensão do saber. Frente a esse entendimento o PP prevê na sua matriz objetos (conceitos-chaves) articuladores, que transversalmente interligam-se para estabelecer uma comunicação entre os domínios de saber nas especificidades das disciplinas e o fazer pedagógico, considerando a compreensão das ciências na formação do enfermeiro generalista, conforme a figura 01, a seguir:

Figura 1. Representação gráfica do Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem



As categorias conceituais supracitadas (objetos articuladores) abrem caminho para o surgimento de saberes emergentes durante as práticas, o que é inovador, pois o inusitado surge nas falas de aprendizagem. Tais categorias atravessam e articulam os conteúdos dos componentes curriculares nas três áreas que aglutinam as disciplinas, a saber: ciências biológicas, ciências humanas e sociais e ciências da enfermagem, conforme apresentado na figura acima (BRASIL, 2001a). Por outro lado, elas constituem eixos que se ligam pelos objetos articuladores transdisciplinares de aprendizagem, elencados na complexidade desta “teia de conhecimentos”, como diz Moraes (2008) ao sustentar que a transdisciplinaridade implica postura aberta ao conhecimento, que se constrói processualmente.

Considerando o conceito de inovação como um processo complexo e alinhado à ecoformação e à transdisciplinaridade, e sua aplicação no Curso de Enfermagem, desde a concepção curricular, que se sustenta numa antropologia complexa e multidimensional, se quer aqui relatar inovações que surgiram tanto no **ensino** (como já citado), na pesquisa e na extensão, e que se articulam para a formação do enfermeiro generalista ecoformativo (figura 01).

Na **pesquisa**, o estudo e a discussão sobre ecoformação e transdisciplinaridade levaram à criação de uma linha de saúde denominada saúde e espiritualidade, cujos estudos estão começando e tendem a se ampliar.

Na **extensão**, podemos apresentar algumas tecnologias sociais geradas na articulação entre ensino, pesquisa e extensão e que são inovadoras no cuidado e educação em saúde. Entre elas, destaca-se:

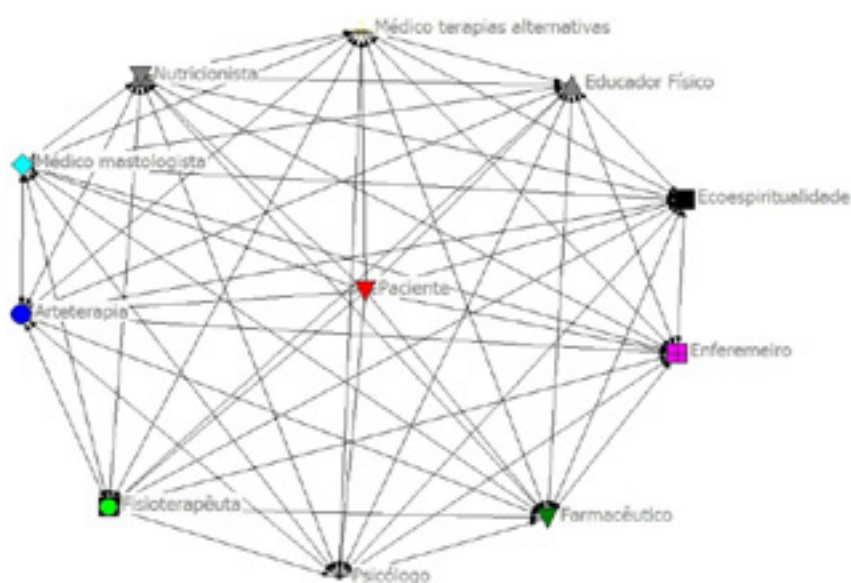
**Círculo Transdisciplinar de Saúde Integral – CiTranSI** - A tecnologia de abordagem transdisciplinar para o cuidado às pessoas com câncer de mama encontra suas raízes nas teorias da complexidade e da *autopoiese*. Quando se fala de complexidade se está falando da dinâmica da vida como processo criativo de retroalimentação, que surge na forma de pensar e de agir nas relações das pessoas envolvidas com o cuidado. A metodologia transdisciplinar prevê que o pensar, o sentir e o agir, nas vivências de cuidado, implicam articular e compreender a complexidade das relações entre os profissionais nas suas especificidades e funções, os funcionários nas suas funções e saberes e os usuários nas suas necessidades, tendo em vista a humanização da saúde e a elevação da qualidade de vida. Esta metodologia envolve: a) Preparo do ambiente energeticamente de forma circular com muito carinho para receber os usuários. Utiliza-se música e uma mensagem visual em arteterapia e filosofia para a recepção das pessoas, ou seja, transforma-se uma sala em um ambiente acolhedor para o cuidado integral em saúde; b) Preparo da equipe transdisciplinar através de círculo de concentração e energização dos processos vitais cognitivos que se dá através de movimentos corporais, visando o desenvolvimento da concentração da consciência individual e interativa dos profissionais e; c) Círculo da saúde integral: é o momento de recepção das pessoas e seus familiares, para iniciar o cuidado transdisciplinar por meio da ação integrada de vários profissionais. Esta etapa incorpora a recepção dos pacientes, a apresentação da equipe, saudação aos participantes, explicação sobre o trabalho os procedimentos com seus objetivos voltados ao cuidado à saúde integral. Segue-se uma reflexão interativa vibracional: através de temas ligados ao ser humano, à vida, à ciência e à espiritualidade, visando a autorreflexão e troca de saberes para a educação em saúde e elevação da autoestima, assim como descoberta de sentido de vida para elevar a autoestima, a confiança, a esperança e a força vital para a cura. Reencontro do ser integral na saúde: acontece na continuação da dinâmica do círculo quando as pessoas são convidadas a ficarem de pé, em círculo, para desenvolverem “movimentos” corporais, visando à harmonização do fluxo energético das dimensões fisicobiológica, psíquica e espiritual, tendo em vista a tomada de consciência sobre seu próprio ser e sua saúde (DITTRICH; BERNARDO; BARRETA, 2012).

**ArTCISaP** – Arteterapia para o Cuidado Integral à Saúde da Pessoa, representa uma tecnologia social com abordagem fenomenológica a partir de um protocolo que se estrutura dinamicamente em cinco momentos, a saber: a) Cuidando do ambiente para energização e acolhimento dos participantes; b) Acolhimento do ser, que é quando ocorre o acolhimento amoroso e individual do ser e trabalho em círculo para liberação da energia positiva e saudável; c) Cuidando do ser nas vivências, que implica na harmonização de todas as pessoas e do ambiente através de práticas corporais e arteterapia; d) Espaço e movimento para a saúde, que representa o momento de reflexão e troca em grupo sobre o significado e impacto da expressão artística de cada participante; e) Acolhimento amoroso de despedida, momento de fechamento da oficina, no qual cada participante deixa uma mensagem positiva para si e para o grupo. Ocorre o reforço do vínculo com a equipe e os participantes (ESPÍNDOLA ; DITTRICH, 2015).

**A Roda da Saúde na Sala de Espera** – Partindo da premissa que as pessoas têm direito à saúde e que esta implica na preservação da vida, surgiu esta tecnologia que considera os espaços para o cuidado da saúde, como espaços humanizados e essencialmente educativos com potencial para dinamizar a cura e elevar o bem-estar das pessoas. Trata-se de metodologia transdisciplinar que acontece na sala de espera e está voltada ao atendimento de pessoas com câncer de mama. O trabalho se dá em três momentos: o preparo do ambiente e da equipe; o encontro da equipe visando à concentração e a energização dos processos vitais cognitivos e o movimento circular da saúde integral que inicia com a recepção dos pacientes com música e recursos da cromoterapia, dinâmicas para a reflexão interativa vibracional buscando a descoberta de sentido para a vida e força vital para a cura; reencontro do ser integral na saúde, que acontece em círculo com movimentos corporais para a harmonização do fluxo energético nas dimensões física, biológica, psíquica e espiritual com vistas à tomada de consciência sobre o ser e a saúde, despertando para a criação e o aprofundamento de laços familiares, sociais, afetivos e de conhecimento. A sala transforma-se em espaço terapêutico de saúde e educação inovadora (DITTRICH, MELLER, GIORGI, 2013).

A figura 02 a seguir representa a rede ou teia do trabalho transdisciplinar que é comum às inovações citadas. É representada a rede de suporte social e de cuidado à saúde que acontece nos espaços onde as tecnologias são desenvolvidas e extrapola estes espaços pelo compartilhamento e troca de saberes entre equipe, funcionários, sujeitos, família e comunidade, retornando ao ensino em diversas disciplinas do curso.

Figura 02. Representação gráfica do trabalho transdisciplinar



A tecnologia pode ser entendida como o resultado de processos criativos e cognitivos concretizados a partir da experiência cotidiana na articulação pesquisa e extensão, como as citadas acima. De acordo com Teixeira (2010), elas visam o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos científicos para a construção de processos e produtos materiais ou não, com a finalidade de provocar intervenções sobre uma determinada situação prática. As tecnologias podem ser de vários tipos, como as Tecnologias Educacionais (dispositivos para a mediação de processos de ensinar e aprender, utilizadas entre educadores e educandos, nos vários processos de educação formal-acadêmica, formal-continuada); as Tecnologias Assistenciais (dispositivos para a mediação de processos de cuidar, aplicadas por profissionais com os clientes-usuários dos sistemas de saúde - atenção primária, secundária e terciária); e as Tecnologias Gerenciais (dispositivos para a mediação de processos de gestão, utilizadas por profissionais nos serviços e unidades dos diferentes sistemas de saúde).

Recentemente surge no debate sobre tecnologia a concepção de “tecnologia social” a qual tem origem na Índia com a atuação de Mahatma Gandhi (1869-1948), na primeira metade do século XX. Esta concepção valoriza as técnicas locais tradicionais, mas implementa um melhoramento das mesmas com a adaptação de tecnologia moderna alinhada ao meio ambiente e às condições da realidade local (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2009 *apud* LORENZETTI *et al.*, 2012). A expressão tecnologia compreende de acordo com Lorenzetti *et al.* (2012) as tecnologias materiais e não materiais. O setor saúde, fortemente influenciado pelo paradigma da ciência positiva, tem sido sensível à incorporação tecnológica do tipo material, para fins terapêuticos, diagnósticos e de manutenção da vida, utilizando os conhecimentos e produtos da informática, novos equipamentos e materiais, mas tem sido menos agressivo na utilização de inovações do tipo não material, em especial das inovações no campo das organizações e nas relações de trabalho que necessitam urgentes transformações.

Ressalta-se a importância destas últimas para maior aderência do desenvolvimento tecnológico em saúde às reais necessidades da população, mas concorda-se com Lorenzetti *et al.*, de que, independentemente do tipo, as ciências e as inovações tecnológicas devem ser conduzidas de modo a priorizar a solução dos graves problemas estruturais e globais da humanidade, num compromisso efetivo de contribuir, de forma significativa para uma sociedade mais digna, justa, solidária e sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acima despertam para novas problematizações sobre o mundo do cuidado em saúde, especialmente para a formação na Enfermagem. Com efeito, encontrar respostas para as mais diversas questões que podem surgir, demanda antes de tudo compreender o cuidado em saúde dentro de um olhar ampliado, ou seja, aquele que considera as diferenças e articulações necessárias entre os saberes e a coragem de inovar na forma de pensar, de ensinar e de viver a prática de cuidado integral em saúde.

Por isso deixa-se aqui uma compreensão estruturada a partir PP do Curso de Enfermagem da UNIVALI: que a inovação como processo dinâmico, aberto e flexível na construção do conhecimento, possibilita, na formação universitária, a construção de olhares criativos, críticos e cuidadosos para com as pessoas, impactando em mudanças sociais e educativas que promovam o respeito, amor e corresponsabilidade na preservação da vida, bem maior inalienável.

Para finalizar esta breve abordagem sobre inovações tecnológicas na educação em enfermagem, e considerando a formação do enfermeiro na perspectiva da ecoformação, que implica no diálogo sensível, aberto e integrado entre o sujeito, a natureza e o transcendente, de forma dinâmica, ética e comprometida com a vida em sua complexidade, precisamos considerar que o cuidado, assim como o ensino em enfermagem é relacional e ocorre nesta relação entre dois seres, que vibracionalmente interagem, compartilham saberes, emoções e energia vital para a promoção da saúde integral.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem**. Resolução Nº 03 de 07 de novembro de 2001. Brasília, 2001.
- DITTRICH, M.G., MELLER, V.A., GIORGI, M.D. A roda da saúde: a sala de espera numa visão transdisciplinar do cuidado. In: GARCIA, B.R.Z. ; BAPTISTA, G.L. (Org.). **Saúde: a contribuição da extensão universitária**. Joinville: UNIVILLE, 2013.
- DITTRICH, M.G.; BERNARDO, N.L. M da C.; BARRETA, C. Tecnologia de abordagem transdisciplinar para o cuidado às pessoas com câncer de mama. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v.3, n.3, p. 44-51, 2012.
- DITTRICH, M. G. A criatividade do corpo-criante humano: um ponto de partida à transdisciplinaridade e à inovação no ensinar. In: TORRE, S.; ZWIREWICZ, M.; FURLANETTO, E. C. **A formação docente e pesquisa transdisciplinar: criar e inovar com outra consciência**. Blumenau: Nova Letra, 2011.
- DITTRICH, M. G. **Arte, criatividade, espiritualidade e cura**. Blumenau: Nova Letra, 2010.
- ESPÍNDOLA, K. S. S.; DITTRICH, M.G. **Arteterapia no cuidado integral à saúde**. Itajaí: UNIVALI, 2015.
- FUCK, M.P.; VILHA, A.M. Inovação tecnológica: da definição à ação. Contemporâneos – **Revista de Artes e Humanidades**, Viçosa, n. 9, p. 1 - 21, abr. 2012.
- HAGE, J.T. Organizational innovation and organizational change. **Annual Review of Sociology**, v.25, p. 597 – 622, 1999.
- LOPES, D.P.T. ; BARBOSA, A. C.Q. Inovações: conceitos, metodologias e aplicabilidade. Articulando um construto à formulação de políticas públicas – uma reflexão sobre a Lei de Inovação de Minas Gerais. In: **SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA**, 13, Diamantina, 2008. Anais... Belo Horizonte: Cedeplar, 2008. p. 1 – 24.
- LORENZETTI, J. *et al.* Tecnologia, inovação tecnológica e saúde: uma reflexão necessária. **Texto & Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 21, n.2, p. 432 – 439, abr./jun. 2012.
- MATURANA, H. R. **Transformación en la convivencia**. Caracas, Montevideu, Santiago: Dolmem Ediciones, 2002.
- MATURANA, H.R. **Desde la biología a la psicología**. Buenos Aires: Lumen, 2003.
- MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza**. 2. ed. Sintra: Publicações Europa América, 1977.
- MORAES, M. C. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na educação. Fundamentos ontológicos e epistemológicos, problemas e práticas. In: TORRE, S. de La; PUJOL, M. A.; MORAES, M. C. **Transdisciplinaridade e ecoformação: um novo olhar sobre a educação**. São Paulo: TRIOM, 2008. Disponível em <<http://www.cetrans.com.br>>. Acesso em: 03 fev. 2010.
- NICOLESCU, B. **A evolução transdisciplinar da Universidade: condição para o desenvolvimento sustentável**. Responsabilidade das Universidades para com a Sociedade - International Association of Universities. In: CONFERÊNCIA TRIMESTRAL 4, 1997. Tailândia: Chulalongkorn University, 1997.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. Manual de Oslo. 3.ed. Brasília: FINEP, 2005.
- PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENFERMAGEM. Período 2014 -2015. Itajaí: UNIVALI, 2016.
- SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- TEIXEIRA, E. Tecnologias em Enfermagem: produções e tendências para a educação em saúde com a comunidade. **Rev. Eletr. Enf.** [Internet]. v. 12, n. 4, p. 598, 2010, Disponível em: <[www.fen.ufg.br/revista/v12/n4/v12n4a01.htm](http://www.fen.ufg.br/revista/v12/n4/v12n4a01.htm)>. Acesso em: 09 set. 2016.
- TORRE, S. de La; MORAES, M. C. Decálogo sobre transdisciplinaridade e ecoformação. In: TORRE, S. de La; PUJOL, M. A.; MORAES, M.C. **Transdisciplinaridade e ecoformação: um novo olhar sobre a educação**. São Paulo: TRIOM, 2008.



## A RODA DOS SENTIDOS E A FITOTERAPIA

ANGÉLICA GARCIA COUTO<sup>142</sup> | DANIELA DA SILVA<sup>143</sup> | MARIA DENISE MESADRI GIORGI<sup>144</sup>  
RENÊ ARTUR FERREIRA<sup>145</sup> | JENNIFER HOSTINS<sup>146</sup>

### INTRODUÇÃO

A oficina intitulada “A Roda dos Sentidos e a Fitoterapia” foi apresentada no VI Encontro Mãos de Vida, na programação do dia 23 de junho, do Congresso Internacional de Políticas Públicas, que ocorreu na V Semana Integrada do Centro de Ciências da Saúde, de 19 a 23 de junho de 2017. A oficina teve por objetivo integrar os sentidos auditivo, visual, tátil, olfativo e gustativo ao reconhecimento das plantas medicinais e suas diversas formas de aplicação na promoção e cuidado à saúde. O despertar dos sentidos foi aplicado como uma estratégia que pudesse envolver o participante com a informação apresentada, de modo a consolidar o conhecimento.

Nascimento *et al.* (s.d.) exploraram os cinco sentidos como alternativas metodológicas no ensino da botânica, enfatizando que os sentidos são fundamentais na interpretação e na relação do indivíduo com o meio em que vive. É partir da sua percepção sensorial que o indivíduo é capaz de construir sua realidade da natureza e do meio. Acrescenta-se ainda que percepção do mundo se torna idiossincrática, associada às construções mentais próprias e que o indivíduo passa a ressignificar o meio pela sua percepção, interpretação e ligações associadas à memória e laços sentimentais.

Como base de atuação, o grupo formador da presente oficina procurou agir criativamente, buscando na ecoformação, na inter e transdisciplinaridade, os fundamentos teóricos para alicerçar o desenvolvimento da oficina, estimulando o indivíduo ao cuidado de si, do outro e do planeta, numa perspectiva de consciência planetária.

A ecoformação representa uma maneira sintética, integradora e sustentável de entender a ação formativa, sempre em relação ao sujeito, a sociedade e à natureza. A mesma comporta vínculos interativos com o entorno natural e social, pessoal e transpessoal, e o desenvolvimento humano a partir e para a vida, em todos os seus âmbitos e manifestações, de maneira sustentável (TORRE; MORAES, 2008).

De acordo com Torre (2008), ao se adotar uma atitude transdisciplinar e ecoformativa, pretende-se valorizar a vida, numa busca pela compreensão e complementaridade do que ocorre na vida e no universo. É uma atitude que busca transformar o ser humano em sua totalidade, ao se relacionar consigo e com os outros, abrindo para o novo, com suas certezas e incertezas.

Ainda segundo o autor,

a linguagem “trans” e “eco” é uma “ideologia” baseada nos valores humanos, na sustentabilidade do desenvolvimento, na solidariedade e na convivência intercultural, na cidadania, na participação social, no respeito pela natureza e no meio ambiente (TORRE, 2008, p.130).

<sup>142</sup> Farmacêutica, Doutora, Docente dos cursos de Farmácia, Enfermagem e Nutrição, Projetos de extensão Mãos de Vida, e Plantas Medicinais e Alimentícias no Cuidado a Saúde – UNIVALI.

<sup>143</sup> Farmacêutica, Mestre, Docente dos cursos de Farmácia e Estética, Projeto de extensão Reduzir e Reciclar – UNIVALI.

<sup>144</sup> Enfermeira, Mestre, Docente do curso de Enfermagem, Projeto Mãos de Vida - UNIVALI.

<sup>145</sup> Eng. Agrônomo, Mestre, Colaborador do curso de Farmácia – UNIVALI.

<sup>146</sup> Acadêmica do Curso de Enfermagem, Bolsista do Projeto de extensão Mãos de Vida – UNIVALI.

Segundo Melazo (2005), p. 47, “a percepção individual ocorre através dos órgãos dos sentidos associados a atividades cerebrais. As diferentes percepções do mundo estão relacionadas às diferentes personalidades, à idade, às experiências, aos aspectos socioambientais, à educação e à herança biológica”.

Ao definir o tema como: A roda dos Sentidos e a Fitoterapia, buscou-se colocar os participantes em um ambiente natural, preparado para ser percebido de acordo com os valores e as experiências individuais dos participantes, para que fossem atribuídos valores e significados, resgatando memórias de cada um num determinado grau de importância em suas vidas.

A temática para esta oficina foi escolhida diante da importância do uso eficaz e seguro das plantas medicinais para a saúde das pessoas, bem como da sua tradição popular. Na fitoterapia, as plantas medicinais são utilizadas desde os primórdios da civilização, e sua tradição está arraigada no acúmulo de informações transmitidas no decorrer das gerações. Ao longo dos séculos, os produtos de origem vegetal constituíram as bases para tratamento de diferentes doenças da humanidade. Num conceito mais ampliado, o uso de plantas medicinais representa um recurso para promover a saúde, trazendo o bem-estar integral do indivíduo, como também o alívio e tratamento das enfermidades, sobretudo as de baixa gravidade, que evoluem para a cura.

Os fitoterápicos distinguem-se de outros medicamentos por conter extratos vegetais como princípios ativos, oriundos das plantas medicinais, sem a adição de substâncias ativas isoladas de qualquer natureza, mesmo que sejam de origem vegetal. Ao serem empregadas como matéria-prima, as plantas medicinais podem ser utilizadas in natura ou secas, inteiras, ou suas partes, moídas ou rasuradas, podendo ainda ser extraídas por pressão, como o seu próprio suco, ou por solventes, mais comumente a água, para uso oral, na forma de chás, ou ainda suas misturas com etanol para uso externo.

Para orientar os profissionais e continuar as iniciativas que já estavam despontando no cenário nacional, surge a proposta de Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, lançada em 2001. Esta proposta apresenta diversas orientações e normativas para o uso, no âmbito federal, da fitoterapia (BRASIL, 2001).

Entretanto, o momento que marca o início do processo de inserção da Fitoterapia nos serviços de saúde ocorreu em 1988, quando a Comissão Interministerial de Planejamento e Coordenação (CIPLAN), por meio da Resolução nº 08 disciplinou a introdução da Fitoterapia nos serviços de saúde (BRASIL, 2006a).

Embora sendo uma prática muito conhecida e usada pela população, só foi reconhecida oficialmente pela Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006, do Ministério da Saúde, que aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2006).

Dessa forma, a fitoterapia passa a ser uma prática oferecida pelo Sistema Único de Saúde, o que exige, por parte dos profissionais, um maior conhecimento sobre esta terapia, bem como seus diversos usos, indicações, formas de apresentação, efeitos adversos, dentre outros.

Este vasto conhecimento é justificado também diante da diversidade de plantas, tipos, origens e práticas que temos no país.

O Brasil é o país que detém a maior parcela da biodiversidade, em torno de 15% a 20% do total mundial, com destaque para as plantas superiores, nas quais detém aproximadamente 24% da biodiversidade. Entre os elementos que compõem a biodiversidade, as plantas são a matéria-prima para a fabricação de fitoterápicos e outros medicamentos (BRASIL, 2016, p. 17).

O Ministério da Saúde segue dizendo que além de seu uso como substrato para a fabricação de medicamentos, as plantas são também utilizadas em práticas populares e tradicionais, como remédios caseiros e comunitários, processo conhecido como medicina tradicional (BRASIL, 2016).

Além desse acervo genético, o Brasil é detentor de rica diversidade cultural e étnica que resultou em um acúmulo considerável de conhecimentos e tecnologias tradicionais, passados de geração a geração, entre os quais se destacam o vasto acervo de conhecimentos sobre manejo e o uso de plantas medicinais (BRASIL, 2016, p. 18).

Apesar da importância das plantas medicinais, no decorrer dos tempos, Figueredo, Gurgel e Gurgel Junior (2014, p. 389), alertam que, por vezes,

o conhecimento popular sobre o processo saúde-doença e suas diversas formas de manifestação não é valorizado; muitas vezes, sequer é escutado. Se isto é mais facilmente imposto quando a fala do paciente é sobre aspectos clínicos do seu adoecimento, em relação ao uso de plantas medicinais isto é mais difícil, tendo em vista que, durante séculos, o conhecimento sobre elas foi majoritariamente construído com base no uso popular.

Em 2015, a Portaria 145 sobre o uso das PICs reforça as práticas anteriores e inclui novas, ampliando significativamente a promoção à saúde (BRASIL, 2015).

## 1 DESENVOLVIMENTO

Na etapa de preparação foram elaborados ambientes exclusivos, com elementos que pudessem despertar as sensações percebidas pelo seu visual, textura, aroma e gosto, facilitando a interação do participante e todo o seu saber com as possibilidades de identificação, uso das plantas medicinais e produtos, demonstradas pelos formadores.

A oficina aconteceu em três momentos distintos: 1: Acolhimento e palestra sobre a Política Nacional de fitoterapia; 2: Passeio ambiental no campus, explorando o Jardim de Plantas Medicinais; 3: A roda dos sentidos.

### 1.1 ACOLHIMENTO E RODA DE CONVERSA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE FITOTERAPIA

Inicialmente, foi feito um acolhimento com apresentação do público e sua relação pessoal com a Fitoterapia. A oficina iniciou na sala de aula 107 do bloco F2, preparada com música ambiente, com a docente Maria Denise saudando a todos e falando um pouco sobre si e sua experiência com plantas medicinais. Logo em seguida, os participantes também se apresentaram e contaram um pouco de si, trazendo assim um resgate histórico e familiar de cada um.

Esse resgate de memória afetiva procurou estimular a valorização e preservação do conhecimento tradicional das comunidades e das tradições. Também foi realizada a apresentação da proposta de trabalho para a oficina, aceita por todos.

Foi realizada uma fala inicial, contextualizando a Fitoterapia e as Políticas Públicas no Brasil. A apresentação foi realizada em PowerPoint, realizada de forma dialógica, e também com a técnica da roda de conversa.

Os participantes relataram como se deu a sua aproximação pessoal com a fitoterapia, e as suas expectativas quanto ao uso na sua prática enquanto profissional. Nesse resgate, surgiram histórias de uso na infância, com o conhecimento sendo transmitido pelos avós, o que remete ao uso do conhecimento popular dos recursos naturais mais próximos, e portanto, acessíveis para o cuidado à saúde.

Foi lembrado que o uso de plantas medicinais muitas vezes continua sendo o primeiro recurso para o cuidado e tratamento, principalmente no caso de sintomas de baixa gravidade, como dor de ouvido, tosse, gripe e resfriados, problemas digestivos e queimaduras. Todos descreveram experiências familiares e pessoais, discorrendo sobre as boas lembranças e a afetividade que perpassa o uso fitoterapia.

Percebeu-se de modo geral, que o público chegou até a oficina por apreciar o tema, seja pela sua utilização própria, histórias vividas com as plantas cultivadas no seu quintal, muito relacionadas à sua infância, residência com espaço para o plantio, relatando as formas de integração do homem com a natureza, que se revela de diferentes cores, odores e sabores. Este relato inicial veio ao encontro da proposta desta oficina.

Ao término das apresentações do grupo e da apresentação do contexto histórico e político da fitoterapia no Brasil, os participantes foram convidados a caminhar até a Farmácia Escola para a sua participação no espaço criado para a dinâmica intitulada “Roda dos Sentidos”.

## 1.2 PASSEIO AMBIENTAL NO CAMPUS, EXPLORANDO O JARDIM DE PLANTAS MEDICINAIS

Para a segunda etapa da oficina, todos prosseguiram caminhando, sob a perspectiva de maior exploração das plantas existentes na universidade, por meio da observação e troca de informações com a formadora.

Os participantes foram convidados a explorar todas as coisas, movimentos e pessoas a sua volta, por meio da sua percepção sensorial como instrumento desta oficina, já a partir deste trajeto da sala de aula até o espaço reservado na Farmácia Escola da Univali, especialmente estruturado para atender a este público.

Já na redondeza da Farmácia Escola, os participantes tiveram um breve contato com plantas medicinais, cultivadas no jardim a sua volta. Neste espaço reconheceram algumas espécies, mas o objetivo era despertar os órgãos dos sentidos, no contexto da Universidade. Eles perceberam que não observam adequadamente a natureza que os cerca e esquecem de sentir, perceber e se permitir explorar essa diversidade de sons, cheiros, tipos de plantas e suas características.

## 1.3 OFICINA RODA DOS SENTIDOS

A oficina foi inspirada na publicação de Nascimento *et al.* (s.d.), recriada para o público específico desta oficina, com objetivos próprios da temática apresentada anteriormente. Este foi o momento em que se promoveu o reconhecimento das plantas medicinais (fresca, seca e trituradas), seus produtos (óleos, mucilagens e extratos glicólico, pó e granulado), e preparações (chás, comprimidos e drágeas), por meio das sensações visuais, táteis, odor e sabor.

O espaço reservado para este momento foi concebido com riqueza de detalhes, planejados e dispostos harmonicamente pelos formadores Daniela, Angélica e Rene, com o intuito de contribuir no despertar dos sentidos, como se pode observar na Figura 1.

Ao chegar na Farmácia Escola os participantes ingressaram na chamada Roda dos Sentidos. Antes, eles deixaram seus pertences, como bolsas, mochilas, celulares em um guarda-volumes, a fim de favorecer a prática com imersão na oficina.

Os espaços na Farmácia Escola foram equipados com vasos de plantas medicinais, microscópio, fotos de estruturas glandulares da lavanda e um pôster relacionado a identificação botânica. Os participantes entraram no ambiente trilhando um caminho demarcado com tapete de juta e folhas

secas pelo chão, simbolizando a trilha para os sentidos, diretamente para uma sala com som ambiente de queda d'água, proporcionando uma mudança radical de ambientes, para que o participante pudesse se sentir inteiramente focado e imerso.

A oficina prosseguiu em 3 estações da Roda dos Sentidos, iniciando-se pelo sentido da visão, tato e odor.

A primeira estação da Roda dos Sentidos foi composta por um conjunto de vasos de plantas, iluminadas com lâmpadas de cor verde para avivar a cor e os contornos das plantas. Esta primeira estação teve o objetivo de despertar a curiosidade pelo reconhecimento das plantas.

Os elementos foram cuidadosamente selecionados, tendo-se como critérios as plantas popularmente conhecidas com o mesmo nome, e que apresentam mais de uma espécie, como os boldos, as cidreiras e as espinheiras-santas, assim como outras plantas que são perigosas se ingeridas, como o confrei e babosa, sujeitas a problemas de identificação e modo de uso.

A dinâmica consistiu em entregar placas de identificação com o nome popular e científico das plantas para que os participantes colocassem nos respectivos vasos conforme o seu conhecimento. Após, abriu-se uma roda de conversa dirigida pelo formador Renê, havendo naquele momento muita troca de saberes e experiências sobre suas indicações, morfologia, óleos essenciais, e onde ocorrem, possibilitando que todos pudessem tocá-las e cheirá-las. No microscópio foi possível visualizar cortes histológicos e estruturas anatômicas das plantas mostradas anteriormente. Os participantes ficaram maravilhados com a sutileza das células e glândulas secretoras de óleos essenciais. A primeira estação finalizou com uma discussão e relatos de histórias familiares com utilização das ervas.

Na segunda estação, conduzida pela formadora Angélica, o sentido do olfato foi explorado com uma conversa sobre óleos essenciais, presentes na bancada com os diversos equipamentos que possibilitam o uso destes, como difusores elétricos, aromatizadores, entre outras formas de utilização como as compressas quente e fria.

Para esta estação, o elo para a interação foi baseado no equilíbrio e cuidado das emoções e sentimentos, por meio dos óleos essenciais. Foram mencionadas a ansiedade, a depressão, o medo, o cansaço, a falta de apetite, a necessidade de concentração e da purificação de ambientes.

Foram demonstradas algumas receitas com a preparação in loco de escalda pés/mãos com alecrim, eucalipto, camomila, capim limão, água quente e sal grosso, vaporização e inalação de eucalipto com água quente e eucalipto. Foram abertos os frascos de óleos, possibilitando a experiência do aroma aos participantes.

Ainda nesta estação, foi mostrada a mucilagem extraída de duas espécies de babosa, diferenciando-se os rendimentos e a presença de compostos tóxicos que são liberados no momento do corte da folha. Foi proporcionado sentir o efeito da aplicação da mucilagem previamente extraída e triturada, sobre as mãos, sentindo-se o efeito da rápida absorção e sensação de hidratação. Por fim, foi realizada orientação a respeito de alguns usos especiais de óleos, como o de melaleuca para candidíase e de gerânio para pele acneica.

A terceira estação foi dedicada à degustação de chás com o auxílio de todos os formadores interagindo de forma livre com os participantes. Nesta etapa foi explicado quanto a forma de prepará-los, podendo ser por infusão, decocção ou a frio, bem como os diversos utensílios para preparação, como xícaras, garrafas e filtros, como meio de associar esta prática com o cotidiano daquelas pessoas.

Para degustação foram ofertadas duas possibilidades de bebida, sendo uma preparação a frio e outra a quente. À frio foi servida água aromatizada com hibisco e laranja. À quente, foi servida uma tisana aromática desenvolvida pela própria Farmácia Escola, acompanhada de biscoitos.



Enquanto as pessoas degustavam, observavam também amostras de ervas secas expostas em vidro-relógio para observação visual, do cheiro e textura. Ao observar, tocar e cheirar, os participantes eram instigados a reconhecer a referida planta ou parte dela. A identificação era intercalada com a intervenção dos formadores quanto à indicação, uso seguro e propriedades, modo de preparo e cuidados na utilização.

Neste espaço reservado para o chá, os participantes puderam também observar e sentir, dialogando sobre a origem e significado de outros objetos ali presentes, na mesma perspectiva da ecoformação desta oficina. Por exemplo, as velas aromáticas, as folhas secas e sabões obtidos do óleo de cozinha, desenvolvidos pelos projetos de extensão universitária “Reduzir e Reciclar”, as plantas medicinais e alimentícias, abordadas no projeto “Plante Saúde”, e a sua associação com a educação para a saúde integral no projeto “Mãos de Vida”.

Para o fim do ciclo de estações, foram apresentados e entregues informativos teóricos das plantas, desenvolvidos pelo Curso de Farmácia e complementados pela bolsista Jennifer, do Projeto de extensão “Mãos de Vida”, com o objetivo de adequar o conteúdo para o público e propósito desta oficina, estendendo as informações sobre chás e ervas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início e durante todas as estações os participantes encontravam-se atentos, participativos e curiosos. Houve bastante troca de informações, histórias e resgate de lembranças, acompanhadas de sentimentos e experiências vividas.

Diante das discussões que surgiram durante a oficina, percebe-se que a fitoterapia é vista como uma ampliação das opções terapêuticas ofertadas à população, beneficiada pelo Sistema Único de Saúde. Numa visão de saúde integral, é uma importante estratégia para a melhoria da atenção à saúde da população e à inclusão social. Assim é preciso que a população tenha a garantia de acesso às plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados à fitoterapia, realizados de forma segura, com eficácia e qualidade.

Segundo o Ministério da Saúde,

É necessária a interação entre as potencialidades do setor acadêmico e as demandas do setor produtivo, propiciando-lhes suporte técnico-científico e financeiro. Assim como é importante a identificação de projetos promissores para concessão de apoio, buscando a complementaridade entre eles quanto às etapas do processo produtivo, desde a fase de pesquisa de bancada à produção e comercialização do produto gerado (BRASIL, 2016, p.76).

Ponderou-se também que ao promover o aprendizado e a reflexão sobre a fitoterapia, os indivíduos tornam-se sujeitos da sua própria saúde, responsáveis pelas suas escolhas e hábitos de vida, utilizando outras formas de cura, prevenção e tratamentos, na busca do equilíbrio para o ser saudável.

Diante das considerações de todos os participantes, ao fazer a aproximação com as plantas “in natura” e transformada pela ação do homem, pode-se dizer que houve a sensibilização para a visão ecoformativa, pela valorização da vida. Este pensar certifica que a oficina atingiu seus objetivos, pois, segundo Torre (2008), p.133, “educar não é transformar os sujeitos com base no conhecimento. Deve ser uma transformação sustentável interativa, comprometida, consciente, social e planetária. Educar para humanizar, essa é a linguagem da ecoformação”.

Ao promover a oficina de educação de saúde em fitoterapia foi possível proporcionar o conhecimento, oportunizando uma reflexão sobre os hábitos de vida, as escolhas comportamentais e os cuidados básicos de saúde.

O despertar na Roda dos Sentidos mostrou-se um recurso importante no processo do autoconhecimento, no processo de reconhecimento de saberes e principalmente na sensibilização do profissional de saúde para um cuidado integral.

Despertou-se em todos um olhar no cuidado integral do outro, mas principalmente do cuidado de si, buscando na natureza das plantas um sentido para uma consciência planetária, para a conexão com o planeta, lembrando que para cuidar dos outros é necessário estar em equilíbrio e conectado com a vida através dos cinco sentidos.

Figura 1. Caracterização dos ambientes para a dinâmica da oficina, denominada Roda dos Sentidos



Fonte: imagens dos próprios autores.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Saúde Secretaria de Políticas de Saúde / Departamento de Atenção Básica Gerência Técnica de Assistência Farmacêutica. **Proposta de Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 190 p.
- FIGUEREDO, C. A.; GURGEL, I. G. D.; GURGEL JUNIOR, G.D. A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 381-400, 2014.
- MELAZO, G. C. Percepção Ambiental e Educação Ambiental: Uma Reflexão Sobre as Relações Interpessoais e Ambientais no Espaço Urbano. **Olhares & Trilhas**. Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

NASCIMENTO, A. M. S. *et al.* Os cinco sentidos como alternativas metodológicas no ensino da botânica. **REDI**. Ano 1, n. 1, p.43-53, s.d.

TORRE, S. O poder da palavra: significado e alcance da linguagem transdisciplinar e ecoformadora. In: TORRE, S. de LA, PUJOL, M.A., MORAES, M.C. **Transdisciplinaridade e ecoformação**: um novo olhar sobre a educação. TRIOM, 2008 p.113-140.

# INSERÇÃO NA COMUNIDADE: LEVANTAMENTO DE DEMANDAS DOS HAITIANOS

FERNANDA VEIGA<sup>147</sup> | MARIA VITÓRIA SCHIZZI TIEPO<sup>147</sup> | MICHELLY DO RÓCIO DELECAVE<sup>148</sup>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido na disciplina curricular “Ambientação Profissional IV”, do curso de Psicologia da Univali, e teve como intuito aprimorar o conhecimento e discorrer sobre uma intervenção desenvolvida com imigrantes haitianos que vivem em Balneário Camboriú - SC. A princípio, esse projeto estava previsto para ocorrer em uma instituição, todavia, com a aproximação e a visita à comunidade, percebeu-se que não havia uma estrutura física que abrigava esses imigrantes, mas, sim, um território de confluência entre relações, trabalho, religião e carências. Território pode ser entendido como um processo polissêmico, constituído por signos, fluídos, substâncias e pessoas que se afetam e que são afetadas (ROLNIK, 2006), portanto, esse espaço cartografado e sensível é um cenário de muita cultura, história e encontros corpóreos latentes.

Em detrimento da grande demanda de imigrantes em solo brasileiro, observa-se no discorrer do trabalho que processos grupais vão sendo constituídos. Tal fato acontece em função das necessidades que vão ganhando caráter de subjetividade coletiva, contudo, segundo Guatarri (2012), não significa que elas se tornem exclusivamente social, pois cada qual possui singularidades específicas. De acordo com Heller (1994 *apud* ROSSLER, 2004), a principal necessidade sociopolítica é a inserção no mercado de trabalho, todavia, existem questões que devem ser supridas anteriormente, como a incomunicabilidade. Sem o domínio da língua portuguesa não há comunicação, e como consequência estes haitianos ficam desempregados e à margem da sociedade. Consequente a essa, existe outra necessidade sociopolítica que é preservação cultural desse povo, constituído por materiais simbólicos e afetivos. Uma problemática que envolve o âmbito político é o preconceito étnico que muitos sofrem quando imigram para o Brasil.

Outras necessidades básicas se fazem presentes no processo de imigração. Segundo Heller (1994 *apud* ROSSLER, 2004), a alimentação, vestimenta e moradia são necessidades que condicionam a sobrevivência do sujeito. Portanto, percebe-se que existem muitas carências a serem trabalhadas a partir do desenvolvimento de políticas públicas efetivas para essa população. Este trabalho teve por objetivo aproximar-se da realidade em que imigrantes haitianos vivem no Brasil, para propor um projeto de intervenção.

## 1 MÉTODO

Foi realizado um levantamento de demandas com a comunidade haitiana, que discorreu sobre as dificuldades e fragilidades que permeiam o seu cotidiano. Esse levantamento ocorreu no bairro das Nações, no município de Balneário Camboriú - SC, local conhecido como grande pólo de imigrantes haitianos principalmente por ser de fácil acesso econômico e geográfico.

<sup>147</sup> Acadêmicas do 7º período do curso de Psicologia da Univali. fernanda-veiga@hotmail.com, maritatiepopsico@gmail.com

<sup>148</sup> Professora Orientadora. Curso de Psicologia da Univali. michelly@univali.br

Para a realização da coleta de dados foi realizada uma inserção nessa comunidade, além de entrevistas semiestruturadas e observação. O tipo de pesquisa utilizada foi a entrevista semiestruturada<sup>149</sup> que, segundo Manzini (2004), é baseada em um assunto no qual se elabora um roteiro de perguntas principais, as quais podem ser complementadas com outras questões durante o decorrer da conversa. Deste modo, novas informações podem aparecer de maneira livre e contextuais, sem respostas padronizadas. Foram desenvolvidas cinco perguntas abrangendo aspectos culturais, pessoais e profissionais referentes à adaptação em um novo contexto social.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram três homens e três mulheres. Foi necessário, além de conhecer a história dos sujeitos, conhecer esse contexto, reconhecendo-o como um elemento importante na geração de significados. A partir desse movimento de sentir o contexto é que surgiram possibilidades de construir atividades de intervenção. Durante essa inserção na comunidade, procurou-se manter uma postura neutra, sem interferência de concepções e crenças.

A fim de analisar e intervir de forma prática nessa comunidade, algumas demandas foram levantadas de acordo com as necessidades apresentadas. Durante o projeto, é possível observar as dificuldades que mais persistem nas falas dos entrevistados, sejam elas de cunho social e/ou afetivo. Faz-se visível também a escassez de informações que não são viabilizadas e a má articulação entre políticas públicas e estado, comprometendo o bem-estar desses sujeitos e a desestruturação econômica/social do país. Este fator é levado em consideração pois, com a contemporaneidade, o mercado de trabalho vem exigindo atributos cada vez mais restritos, figurando uma dissonância bem marcante entre as classes sociais que existem no Brasil.

## 2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo Moraes *et al* (2013), cerca de 7 mil imigrantes haitianos foram vítimas do abalo sísmico que assolou o país em 2010. Cerca de 50% daqueles que chegam no Norte do Brasil migraram para o Sul por falta de necessidades básicas como alimentação, emprego, moradia, saúde entre outras. Por esses motivos, esses indivíduos unem-se numa tentativa de perpetuação cultural, sobrevivência e adaptação, mesmo que de forma minoritária.

O território em que foi realizado o trabalho é caracterizado por ruas estreitas, aglomerações de casas no mesmo terreno e poucos estabelecimentos públicos. O elo de ligação entre os imigrantes é a igreja, conduzida por um pastor haitiano que reside no mesmo espaço geográfico. Grande parte das famílias moram em conjunto com outros imigrantes e também brasileiros, havendo uma troca cultural muito intensa.

Com a vinda desses sujeitos, a maioria das famílias ficou fragmentada, recriando a concepção de unidade familiar. Parentes que se deslocaram do Haiti para o Brasil, muitos desses fragilizados e vulneráveis, juntaram-se e convivem sob um mesmo teto, sejam estes de primeiro, segundo ou terceiro grau. Por outro lado, em função da carência financeira, vários pais deixaram seus filhos no país de origem, com intuito de cruzar fronteiras para buscar melhores condições de vida.

Para que os laços afetivos sejam mantidos e fortalecidos, mesmo em situações de sofrimento, percebeu-se que as tradições permaneceram na vida cotidiana desses imigrantes. Como exemplo disso, pode-se citar o idioma, sendo ele Francês e/ou Crioulo, que continua assumindo o caráter de dialeto principal. Junto a isso, as danças e as músicas culturais são preservadas através de cultos semanais, realizados no único ponto de encontro físico dessa comunidade - a igreja.

<sup>149</sup> Questões utilizadas para as entrevistas: Qual a maior dificuldade relacionada a vinda para um outro país? Há dificuldade em relação à inserção no mercado de trabalho? Que dificuldades são estas? Nessa mudança de contexto, você procura dar continuidade as suas tradições culturais? Qual o principal motivo de sua emigração?



De acordo com Moraes *et al* (2013), para um estudo do processo migratório não se pode levar em conta somente os fatores repulsivos que fizeram com que os imigrantes saíssem de suas terras. Deve-se avaliar as condições sociais, subjetivas e culturais que estão presentes no país de origem, e também buscar sinalizar esses fatores no país de destino, analisando todo o movimento migratório.

Ressalta-se que grande parte dos haitianos que procuram o Brasil para reconstruírem suas vidas, em sua maioria, possuem algum grau de qualificação profissional, portanto não são refugiados iletrados e sem preparo. Muitos deles têm curso técnico, curso superior e se comunicam em três idiomas. Todavia, o mercado brasileiro os explora, pagando pouquíssimo por muitas horas de trabalho exaustivo e desgastante. A modernização da política de imigração brasileira exige, entre outras medidas, a permissão do estrangeiro de requerer visto permanente a qualquer momento, possibilitando, assim, uma via de formalização mais ágil que aquela obtida por meio de clemência. Salienta-se que se faz muito necessário que a sociedade brasileira integre o imigrante, oferecendo-lhe cursos de português e capacitação para o mercado de trabalho (MORAES, *et al*, 2013).

É bem importante salientar que os imigrantes que estão no Brasil não são refugiados, pois refúgio se refere às vítimas que sofreram violação de seus direitos humanos e, portanto, precisam sair de suas terras de origem. Os haitianos migraram para outros lugares em função do terremoto que destruiu grande parte do seu país, causando muitas mortes e os fragilizando (ROCHA, 2016).

Ao falar de majorias e minorias, um grupo é considerado como maioria desde que seus membros ultrapassem 50% da população em que está inserido. Em psicologia, encontramos os termos minoria e maioria psicológicas. Todo grupo que tem seu destino coletivo dependente da boa vontade de outro grupo é denominado uma minoria psicológica, mesmo que não possua o menor número de membros. Aquele que detém de privilégios em consideração ao outro grupo é a maioria psicológica (MAILHIOT, 1985). Kurt Lewin, autor sobrevivente do holocausto, afirma que a maioria tem sempre interesse em privar a minoria de todo direito e de todo privilégio (MAILHIOT, 1985). Diante disso, perguntou-se aos entrevistados sobre as dificuldades para se estabelecerem em um novo país, com culturas e tradições bastante distintas das mantidas no Haiti. O entrevistado R1 aponta *“É muito difícil estar em um país tão diferente e tão longe de casa. As pessoas nos olham e a gente vê que eles nos estranham, mas estou legal aqui no Brasil. Para arrumar trabalho não é tão fácil, sempre querem que a gente faça o mais pesado e ganhamos menos do que deveria. A vontade é voltar para o Haiti, mas o preço das passagens é muito caro. Não falar português é muito difícil, procurar serviços, conseguir trabalhar nesses tempos, estou vivendo mais ou menos”*<sup>150</sup>. Já R2: *“O maior problema é o trabalho. Têm haitianos que ficam oito, nove meses sem trabalhar, e muitos chefes dizem: não quero mais haitianos trabalhando aqui, só brasileiros, sai daqui”*.

A tragédia expôs as vidas de seus habitantes em risco, e não se pode negar que esse trauma pode gerar consequências negativas à psique do indivíduo, portanto, o medo de vivenciar algo semelhante novamente é constante (COSENTINO; MASSIMI, 2012). A perda é um processo de luto bastante dolorido e frágil, portanto, esses sujeitos que se reergueram por debaixo de escombros, se deram chances de recomeço ao virem para outro país. Em consonância a isso, dialogou-se com os imigrantes a respeito dos motivos que ocasionaram a vinda para o Brasil. R3: *“Depois do terremoto a vida fica muito difícil. Todas as empresas quebraram, ficaram destruídas. Não tinha como sobreviver lá, sem emprego e com filhos. Eu vim sozinho, meu filho está no Haiti”*. R4 expõe: *“Eu estudava linguística, mas com o terremoto não teve como continuar lá. Muita insegurança, muita tristeza”*.

Mesmo que na maioria dos casos não há registro de violência verbal ou física, há um afastamento dos imigrantes à sociedade. Segundo Lewin (1948 *apud* COSENTINO; MASSIMI, 2012), um dos objetivos vitais da pessoa é atingir ou manter determinada posição ou status dentro do grupo ao qual está inserido. Não são encontradas muitas possibilidades para a inserção dos haitianos em um status social.

<sup>150</sup> Frases em itálico referem-se às respostas dos entrevistados.

Pode-se observar que estes sujeitos têm sua própria comunidade, empregos com o mesmo nível de renda financeira, e o único lugar que oferece suporte é a igreja. Essa exclusão gerada em decorrência dos olhares discriminativos gera uma perda de identidade e de significação, dificultando todo o processo adaptativo desse indivíduo. “O fato de se formar em territórios existenciais singulares lhes confere, com efeito, uma potência de heterogênese, quer dizer, de abertura para processos irreversíveis de diferenciação necessários e singularizantes” (GUATARRI, 2012, p.66). Posterior a isso, ressalta-se que estes corpos, com cissuras de história e vida, confrontaram muitas expectativas e buscaram a reconstrução de uma união coletiva, mas que não abandona o caráter singular.

É na vida cotidiana que esse sujeito se faz biopotente “por relações e processos de composição e decomposição de acordo com uma maior ou menos conveniência” (DELEUZE *apud* JUNIOR, 2009, p.374). E, a partir disso, constrói seus laços afetivos e seu psiquismo que, segundo Heller (*apud* ROSSLER, 2004), é um produto da experiência sócio-histórica humana. Portanto, em decorrência disso, um dos questionamentos levantados foi a respeito dessa identidade cultural, quais as ferramentas usadas para manter os cultos, a tradição e as recordações do país natal. R2: *“Não saímos muito aqui. No final de semana vamos na igreja e só. Tem o pastor que faz os cultos em Francês/Crioulo para nos sentirmos mais em casa. Cantamos juntas nossas músicas e só. Sentimos muita saudade do nosso país. É difícil alguém sair daqui da comunidade, não vamos no shopping, não vamos na praia. Vamos trabalhar e na igreja. Isso que fazemos no final de semana”*.

A partir desse encontro com haitianos, podemos entender suas relações interpessoais; os conflitos resultantes dessas relações; as alteridades que, segundo Bakhtin (1999 *apud* MEDEIROS, 2006) são as experiências individuais que estão em constante mudança junto aos enunciados individuais dos outros. Desta forma, compreendemos toda uma dinâmica de comportamentos que norteiam esse imigrante, integrando o material simbólico e significativo como convenções que fazem parte de uma identidade e “que no convívio com outros sujeitos, se constrói a consciência da realidade física e social como também a consciência de si como sujeito, individualizando-se na medida em que se diferencia dos outros sujeitos” (MAHEIRIE, 2002, p.18).

## 2.1 POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES

O Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815/80, Art. 1º prevê que “em tempo de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais” (BRASIL, 2017). Todavia, para que esses sujeitos, que de certa forma estão “asilados” no país, consigam viver de maneira digna e ativa, algumas necessidades precisam ser supridas. Observou-se a falta de uma instituição com finalidade de suporte aos imigrantes; problemáticas envolvendo diretamente políticas públicas, como redes de assistência e integração social; defasagem ao acesso de informações a respeito de capacitação profissional, graduação e cursos profissionalizantes; estreita inserção ao mercado de trabalho, tendo como agravante a remuneração baixa e a falta de reconhecimento dentro da cadeia econômica do país. Dessa forma, elencamos alguns pontos importantes para serem trabalhados com essa população:

### 2.1.1 INSTITUIÇÃO PARA SERVIR COMO SUPORTE E INTEGRAÇÃO AOS IMIGRANTES

Um dos apontamentos feito durante o desenvolvimento desse trabalho foi a falta de um espaço próprio para diálogos, onde o imigrante sinta-se confortável para sanar dúvidas, trocar experiências e recorrer sobre questões burocráticas de imigração. Esse poderá ser um espaço de articulação com as políticas públicas do município (com a assistência social, saúde, educação, habitação), de oferta de cursos da língua portuguesa e orientações para o mercado de trabalho.

### 2.1.2 RODAS DE CONVERSAS

Para fortalecer ainda mais os vínculos dos haitianos, promover a discussão e a reflexão sobre o convívio familiar e comunitário, propõe-se rodas de conversa. Esse espaço possibilita a ampliação do universo informacional, artístico e cultural, bem como estimula o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propicia sua formação cidadã.

A proposta é que esses encontros aconteçam cinco vezes por semana com objetivos diferentes, ou seja, promovendo integração entre imigrantes e brasileiros, como também estimule as potencialidades e autonomia dentro de um novo contexto.

Os temas seriam levantados pelo próprio grupo, porém, sugerimos as seguintes temáticas: questões envolvendo cursos profissionalizantes promovidos pelo governo; direitos trabalhistas e civis; políticas públicas de saúde, inclusão social e educação; contextualização da cultura brasileira e haitiana com aspectos históricos e sociais.

### 2.1.3 INTERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE

Acredita-se que a universidade pode auxiliar a inserção dos haitianos nesse novo contexto social, através de projetos que proporcionem informações, capacitações, e, sobretudo, aprendizagem pessoal.

Através da parceria entre os diversos cursos, poderiam ser ofertadas aulas de português, grupos de troca de experiências, capacitações profissionais, entre outras ações de educação e promoção à saúde, trabalhando o exercício da cidadania, o desenvolvimento da autoestima e da autonomia desses sujeitos.

Faz-se relevante a criação de projetos em prol dessa população, uma vez que a universidade tem o intuito de oferecer serviços para a comunidade, a fim de proporcionar um espaço para troca de saberes e gerar melhorias na qualidade de vida do meio social. Sendo assim, é preciso pensar em projetos que acolham esses novos imigrantes vindos do Haiti para o Brasil, bem como cursos de idioma com o objetivo de facilitar a comunicação, espaço para trocas culturais com a intenção de familiarizar esse sujeito no meio brasileiro e também disponibilização de informações de cunho jurídico para proteger e gerar autonomia para esse imigrante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem é constituído a partir das relações interpessoais e sociais. Sendo assim, faz-se necessária a troca de saberes e experiências no meio social, por meio das relações estabelecidas com outros sujeitos. No entanto, o imigrante haitiano, ao vir para o Brasil, acaba por limitar suas trocas e vivências, pois há uma falha presente na comunicação. Com o fato do imigrante não possuir o português fluente, e o crioulo ou francês, línguas maternas desse povo não serem idiomas comuns no Brasil, há muita dificuldade na comunicação entre os povos. Essa questão também implica nas possibilidades profissionais possivelmente encontradas por eles, uma vez que o preconceito acontece no meio social e acaba por excluir esses indivíduos que buscam reconstituir suas expectativas de vida.

Muitos cidadãos com posturas cristalizadas debatem que, com a decorrência da vinda desses imigrantes para o Brasil possa faltar mão de obra para os brasileiros e ocorra um crescimento maior de demanda para a saúde, educação e economia do país. Receber estrangeiros é uma tradição política externa brasileira, e deve-se apenas reforçar os serviços públicos para que não ocorram situações realmente comprometedoras. A migração do Norte para o Sul já é reflexo dos contextos precários que constituem esse país, e esse sim é um fator que deveria ser revisto com bastante ênfase pelo governo brasileiro, tanto quanto o preconceito e a desmoralização desses haitianos. Segundo Oliveira

(2015), já existe uma campanha contra o uso da palavra “ilegal”, quando se referencia ao imigrante, não permitindo que haja uma visão subjugada desse cidadão. É imprescindível que estas pessoas não sejam vistas às margens da vida cotidiana, mas, sim, instruídas da melhor forma para se integrarem à sociedade.

Dessa forma, observa-se que há a necessidade de políticas públicas com o intuito de integrar esses imigrantes à sociedade brasileira. É necessário o investimento em programas que possibilitem que o imigrante, não só o haitiano, tenha acesso a cursos de língua portuguesa, bem como a atividades que promovam trocas culturais para que este sujeito se familiarize com os hábitos encontrados no Brasil, bem como, tentar aproximar os brasileiros da cultura haitiana.

Esse tema tem grande relevância na atualidade, pois o fenômeno imigração está muito latente no cenário brasileiro. Sendo assim, é preciso repensar as políticas públicas estabelecidas no Brasil para cada vez mais aperfeiçoar e propiciar novas perspectivas de vida para esse imigrante que busca novas possibilidades profissionais e relacionais. Logo, percebe-se a importância de discutir essa temática nas academias, a fim de ampliar os saberes e entender o fenômeno nas suas particularidades.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm)>. Acesso em: 11 de julho de 2017.
- COSENTINO, M. C.; MASSIMI, M. A experiência de autores judeus da psicologia sobreviventes do holocausto. **Rev. Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v.12, n.3, 2012.
- GUATARRI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 2. ed. São Paulo: 34, 2012. 185 p.
- MAHEIRIE, K. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, v. 7, n. 13, p.31-44, jun. 2002.
- MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros, Bauru, p.1-10, fev. 2004. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini\\_2004\\_entrevista\\_semi-estruturada.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf)> Acesso em: 02 de abril de 2017.
- MAILHIOT, G. B. **Dinâmica e gênese dos grupos**. 6. Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1985. 188 p.
- MEDEIROS, C. M. de. O sujeito Bakhtiniano: Um ser de respostas. **Fas Seridó**, v. 1, n. 0, p.369-386, jun. 2006.
- MORAES, I.A.de; ANDRADE, C.A.A.de; MATTOS, B.R.B. A imigração Haitiana par ao Brasil: Causas e Desafios. **Conjuntura Austral**, Si, v. 4, n. 20, p.95-115, set. 2013.
- OLIVEIRA, A. T. R. Os invasores: as ameaças que representam as migrações subsaariana na Espanha e haitiana no Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v.23, n. 44, 2015.
- JUNIOR, C.A.P. Permanecendo no próprio ser: a potência de corpos e afetos em Espinosa. **Fractal**, Si, v. 21, n. 2, p.369-386, ago. 2009.
- ROCHA, M. C. A. **A imigração haitiana no brasil e efetivação dos direitos humanos**. 2016, p-1-15. Disponível em: <<http://fames.edu.br/jornada-de-direito/anais/9a-jornada-de-pesquisa-e-8a-jornada-em-extensao-do-curso-de-direito/artigos/o-direito-civil-no-seculo-xxi/e2-06.pdf>> Acesso em: 06 de junho de 2017.
- ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo**. 2. ed. Porto Alegre: Ufrgs e Sulina, 2006. 248 p.
- ROSSLER, J.H. O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Alexis N. Leontiev e teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. **Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p.100-116, abr. 2004.



# ACESSOS AMPLIADOS AOS AMBIENTES DE LAZER NA AVENIDA BEIRA RIO EM ITAJAÍ - SC PROMOVIDOS POR POLÍTICAS PÚBLICAS

LAURINEI NIÉPSUI<sup>151</sup> | VANDERLÉA ANA MELLER<sup>152</sup> | GEORGE SABILA MANSKE<sup>153</sup>

## INTRODUÇÃO

O lazer está envolvido na liberdade de ação e nos diversos interesses pessoais, que se tornam compartilhados na coletividade. A partir das escolhas são desenvolvidas práticas corporais livres de obrigações restritas e que exploram acessos ampliados aos ambientes, possibilitando usufruir da melhor maneira e satisfazer as idealizações. São vivências envolvidas em aspectos favoráveis ao bem-estar, valorizando os momentos compreendidos como tempo de lazer.

As diversas manifestações de lazer realizadas pelos indivíduos, nos mais variados espaços urbanos, estão estabelecidas nas perspectivas do tempo livre, com manifestações de prazer presentes em diversas práticas corporais. Boa parte destas práticas ocorrem no final da tarde, após a hora de trabalho, momentos em que os indivíduos optam por distintas atividades sem vínculo com o labor, sendo também perceptível esta disponibilidade nos finais de semana. Dar atenção aos propósitos e desejos das pessoas que usufruem do tempo de lazer é sensibilizar-se com seus interesses e reunir subsídios para contribuir, qualitativamente, com diversos aspectos das demandas humanas, sociais, culturais, físicas, entre outras. Atender aos propósitos do lazer torna-se fundamental, portanto podemos entender que:

Lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2001, p.34).

A fim de amparar as possibilidades de lazer, os ambientes públicos são grandes espaços norteadores no processo de inclusão social de toda a população que deseja ter um espaço para usufruir. Para a sociedade ter acesso, com qualidade nas práticas, algumas ações envolvidas nos valores construtivos são essenciais, como também as estruturas físicas são fundamentais. Portanto, é preciso ouvir as pessoas envolvidas nas suas necessidades e desejos, pois elas precisam integrar as reflexões sobre as demandas, consolidando processos democráticos favoráveis das Políticas Públicas envolvidas.

Políticas Públicas são necessárias na definição e implementação das propostas à sociedade. Para Souza (2006, p. 26) trata-se do “[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. Os valores identificados e definidos nos conjuntos de ações necessitam favorecer a cidadania, o bem-estar da população, o acesso aos bens públicos com segurança e autonomia. Portanto, “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26). A atenção às Políticas Públicas e o destino dos investimentos, que beneficiam as pessoas em relação

<sup>151</sup> Acadêmico do Curso de Educação Física Bacharelado – UNIVALI. laurineipino@hotmail.com

<sup>152</sup> Doutoranda em Educação; Mestre em educação nas ciências; Professora no Curso de Educação Física da UNIVALI. Orientadora do Projeto Artigo 170. vanderlea@univali.br

<sup>153</sup> Doutor em Educação (PPGEDU/UFRGS). Professor do curso de Educação Física e do Mestrado em Saúde (UNIVALI). george\_manske@univali.br



.....

aos ambientes de lazer, são propósitos que evidenciamos ao investigar as percepções das pessoas que frequentam a Avenida Beira Rio de Itajaí - SC.

Ouvir as pessoas foi fundamental para compreender o que poderia favorecê-las, considerando os diversos perfis, também perante o desejo de ter estruturas com várias possibilidades de práticas corporais. Os momentos que estão presentes neste ambiente são essenciais para o bem-estar e segurança, pois muitas vezes estes são fatores que prendem e isolam as pessoas nas suas residências, com o medo de sair na rua. Perante esta situação, muitas práticas de lazer podem ser prejudicadas, como uma caminhada ou diálogo com amigos. Como afirma Faria (2003, p. 35) “as políticas públicas de cultura devem, urgentemente, estimular o debate, as experiências e as vivências sobre valores e paradigmas, os comportamentos e sociabilidades urbanas [...]” Portanto, são necessárias reflexões sobre os hábitos e os costumes das pessoas, a fim de consolidar “[...] caminhos da construção do desenvolvimento humano e de uma cultura que tenha no seu horizonte o direito à vida em todas as suas manifestações”. O favorecimento da vida é o bem maior que precisa estar previsto e implantado a partir das Políticas Públicas que consolidam leis, resoluções e projetos provenientes.

Com a necessidade de espaços públicos, gratuitos e organizados, para que as pessoas tenham seus momentos de lazer garantidos, como por exemplo, neste estudo, na Avenida Beira Rio, com sua estrutura legitimadora ao acesso, identificamos a necessidade do aprofundamento conceitual e prático, perante as falas dos sujeitos que participaram da pesquisa. Este estudo apresenta reflexões evidenciadas a partir de alguns resultados de uma pesquisa vinculada ao Programa de Bolsa de Pesquisa, Artigo 170, da UNIVALI, realizada no ano de 2016. O objetivo definido tratou de compreender as percepções das pessoas que frequentam a Avenida Beira Rio, na cidade de Itajaí - SC, relacionadas às estruturas locais enquanto ambiente de lazer, considerando as Políticas Públicas que mobilizaram e proporcionaram o acesso à comunidade.

O local propriamente estudado foi a Avenida Ministro Victor Konder, conhecida popularmente como Avenida Beira Rio, situada na cidade de Itajaí - SC. Localiza-se no litoral centro-norte catarinense e faz parte do Vale Europeu, na foz do Rio Itajaí-Açu, com 208.958 habitantes (IBGE, 2016).

Esta trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de campo, realizada com pessoas que frequentaram a Avenida Beira Rio de Itajaí a partir das 17h, entre agosto a outubro de 2016, totalizando 50 entrevistados. Os sujeitos responderam o instrumento de coleta de dados que foi um questionário semiestruturado, elaborado com perguntas fechadas, sobre o perfil dos mesmos e a quantidade de dias e horas semanais que frequentavam o espaço referido, e também quatro perguntas abertas sobre o tema relacionado às práticas corporais de lazer.

A Avenida Beira Rio é um local bem conservado que passou por diversos investimentos de reestruturação e revitalização no ano de 2014. Seu entorno também foi restaurado em 2012, consolidando ambiente favorável a um vasto público que circula e pratica atividades em momentos de lazer com diversas práticas corporais.

## **1 DIALOGANDO COM SUJEITOS QUE FREQUENTAM A AVENIDA BEIRA RIO**

As práticas de lazer podem ser compreendidas como alternativas socioculturais para qualificar o tempo de descanso das pessoas em diferentes idades. O cotidiano, preenchido com atividades laborais e demais obrigações pessoais, também limitado pelos espaços restritos, tem exigido que as pessoas organizem de forma mais específica o tempo e ambiente de lazer.

Efetivações constantes de Políticas Públicas de lazer são fundamentais para ampliar o acesso e favorecer a estruturação de ambientes na cidade de Itajaí. Alguns projetos de reestruturação e revitalização da Avenida Beira Rio foram realizados e contribuíram com o acesso das pessoas às práticas.

.....

Investimentos, especialmente no ano de 2014, ocorreram de acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG, 2017), sendo que os recursos orçamentários necessários à execução das obras passaram por processo licitatório e se fixou o valor de R\$ 2.118.083,12, provenientes de recursos próprios do município de Itajaí, correspondendo a 100% da obra.

Também na região costeira, que está localizada a Avenida Beira Rio, em torno do ano de 2012 foram efetivados projetos ligados ao Porto de Itajaí e ao denominado Saco da Lagoa, no rio Itajaí-Açu. Obtiveram investimentos do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - "Orla" do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o qual potencializou ainda mais os projetos de estruturação dos ambientes, pois consolidou a proposta de "[...] implementar uma política nacional que harmonize e articule as práticas patrimoniais e ambientais com o planejamento de uso e ocupação desse espaço que constitui a sustentação natural e econômica da Zona Costeira" (MMA, 2006, p. 3). De acordo com a Gerência Meio Ambiente de Itajaí (GMA, 2012, p. 11) o Porto de Itajaí também integra o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, o qual é uma iniciativa inovadora do Ministério do Meio Ambiente - MMA, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, e busca contribuir, em escala nacional, para aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação da Orla Marítima. Entre os objetivos estratégicos considerados do projeto Orla, em Itajaí, esteve presente o objetivo de implementar atrativos dos espaços públicos de lazer, a fim de "definir estratégias para o resgate da atratividade da área costeira como local democrático de lazer" (GMA, 2012, p. 12).

Destaca-se a importância dos projetos que muitas vezes não são diretamente específicos para o lazer. Contudo, acabam envolvendo e consolidando equipamentos de lazer, pois contribuem com o acesso e fazem com que a sociedade tenha a disponibilidade. Destacamos as mobilizações após a realização da Volvo Ocean Race, em 2012, e a confirmação da volta da competição para a cidade em 2015. Também a chegada da regata francesa Jacques Vabre, em novembro de 2012, apresentou um novo potencial turístico a ser explorado nas mediações e na própria Avenida Beira Rio. Após as obras, com bela estrutura, a região atraiu muito a comunidade para o local, consolidando uma atração espontânea das pessoas para frequentá-la (CLIC RBS, 2013). A consolidação das obras promoveu a ressignificação do ambiente, com ótima iluminação, arborização e mobilidade urbana, ampliando os interesses de lazer e estruturas. Entre elas um palco multiuso, com obstáculos para *skate* e *roller* na modalidade *street*, instalação de mobiliário urbano como bancos e mesas de jogos, paisagismo, *playground*, bicicletários, relocação da academia ao ar livre e instalação de novos equipamentos de ginástica (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 2014).

Ao verificar e referenciar as condições e potenciais da Avenida Beira Rio, com a revitalização e também as opções diversificadas para usufruí-la gratuitamente, compreendemos que o espaço se tornou uma estrutura legitimadora do lazer. Isto justifica-se em virtude da frequência constante das pessoas a fim de desenvolver alguma prática corporal associada ao tempo de lazer, possibilitando a mobilização coletiva de indivíduos que dividem o espaço de maneira que o acesso e as práticas corporais ocorram pautadas nos princípios da gratuidade. Representam uma possibilidade fundamental para a educação, o lazer e também para a saúde, possibilitando a humanização constituída a partir de experiências geradas e compreendidas.

Neste contexto, identificamos a necessidade e contribuição da efetivação de ações por parte do poder público, pois

[...] temos no conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, o potencial do processo de qualificação das iniciativas de Governo, na configuração, por parte dele, das políticas públicas. O fomento à produção e à difusão do conhecimento científico e tecnológico voltado para a gestão de políticas de esporte e lazer ganha significado na exata medida em que vislumbra

em seu horizonte a formação continuada dos gestores e dos agentes sociais de esporte e lazer que, em última instância, são os responsáveis pela chegada à população dos serviços públicos na área (SILVA; DAMIANI, 2005, p. 13).

A presença das pessoas na Avenida Beira Rio, usufruindo das estruturas e práticas corporais de lazer, exigiu a descrição do perfil, a fim de identificarmos quem são os frequentadores. Em relação à idade das pessoas que frequentam o espaço público, verificamos que são as mais variadas, sem categorizar uma média de idade. Entre os 50 sujeitos entrevistados, o sexo predominante foi feminino totalizando 68%. Uma pesquisa realizada em Porto Alegre, sobre projetos de Políticas de Promoção da Saúde na Gestão do Lazer, elaborado por Fraga *et al* (2009, p. 21-35) também constatou que o sexo feminino foi o mais frequente, sendo que de 100 participantes caminhantes 68 eram mulheres com idades que variam dos 18 aos 80 anos.

A totalidade de dias que os sujeitos frequentam a Avenida Beira Rio ficou distribuída entre 1 e 7 dias na semana, com ênfase maior entre 1 e 2 dias na semana; o tempo que permanecem no local, realizando alguma prática corporal de lazer, seja qual for, é de em média 1h à 1h30min.

Destacamos que observar é um ato contemplativo e que necessita de atenção, com olhar sensível, focado, e ao mesmo tempo amplo para a extensão observada. Neste exercício, atento para a realidade visualizada, foi possível identificar várias práticas corporais envolvendo o lazer sendo desenvolvidas, como caminhadas, corridas, ginástica, brincadeiras, diálogos, ciclismo, entre outros. Apropriando-se dos resultados da pesquisa, destacamos as falas dos sujeitos e as percepções expressas, que ajudaram a compreender a importância dos ambientes adequados de lazer e a valorização das Políticas Públicas vinculadas no fortalecimento dos vínculos entre a comunidade e as estruturas com locais apropriados. São demandas que evidenciaram os motivos que levaram as pessoas a deixarem suas casas e identificarem que onde estão é extensão do território próprio, pois é público.

Os sujeitos destacam também a beleza natural, segurança e instalações apropriadas que foram construídas. O sujeito (E22) destacou como um “Lugar lindo, vou correndo e vou vendo a maravilha da natureza”. Além disso a segurança do local foi um fator determinante para os frequentadores, conforme evidencia o sujeito (E9), “Ambiente com maior segurança, comparado a outros lugares”. Foi verificada a importância do local para o fortalecimento dos vínculos familiares, na fala do sujeito (E46), “Caminhada com a família e um bom chimarrão”. A socialização foi destacada como qualidade de vida para os sujeitos, além da promoção de práticas significantes e criadoras de situações prazerosas para o tempo disponível.

Nos propósitos do lazer identificamos as percepções dos sujeitos como um “processo educativo de incentivo à imaginação criadora, ao espírito crítico [...], que procure não criar necessidades, mas satisfazer necessidades” (MARCELINO, 1990, p.62). Portanto, é a liberdade que se apresenta, sem pretensão produtiva dos sujeitos, que configura e expressa o processo de desutilidade do lazer, “[...] a necessidade de repouso, reivindicada por cada membro da família, resulta na procura de condições ótimas de aeração, insolação, áreas verdes e isolamento. Nos dias de hoje elas tendem a fazer parte do mínimo vital que cada indivíduo tem direito de exigir para seu descanso” (DUMAZEDIER, 2001, p. 124).

Ao identificar as manifestações humanas e as práticas corporais realizadas pelos indivíduos na Avenida Beira Rio, no horário da pesquisa, ou seja, após as 17 horas, foi possível concluir que são práticas diversificadas. Entre os diferentes interesses foi possível observar que várias práticas corporais foram realizadas, com foco no corpo e movimento, sem objetivos restritos, pois as pessoas, ao estarem desfrutando dos encontros estavam também abertas aos convites para diferentes práticas corporais, pois encontravam-se em ambiente livre e suscetível à imprevisibilidade. As práticas corporais tornam-se amplas em possibilidades, principalmente em virtude dos ambientes abertos e estruturados,

como praticar diferentes esportes, ler, apreciar a arte da natureza, dialogar e interagir. Ampliaram a compreensão do movimento para além do plano físico, com realização de seus exercícios, para o movimentar-se relacionado à cultura e à dinâmica social.

Foi identificada a valorização das práticas na academia de ginástica pública, que está instalada na Avenida Beira Rio, porém os sujeitos solicitaram o acompanhamento de um profissional. Os parquinhos para o público infantil apresentaram-se como ambiente privilegiado para que os pais e filhos tivessem momentos legitimadores de convívio familiar, com apropriação do tempo livre de obrigações. Foi perceptível na fala do sujeito (E6) “Interação entre as crianças e os pais”. Assim as características constituintes do lazer operam nas dinâmicas da interação e afetividade.

Na dimensão pessoal dos benefícios das práticas realizadas, destacamos as falas que fizeram referência ao corpo no potencial psicológico e físico, como “Relaxamento e descontração” (E13), ou ainda, (E20) “Fico mais relaxada após um dia de trabalho”, e (E28) “Liberdade”, também (E20) “Os motivos foram pelo bem-estar”. Este contexto se direciona às áreas humanas e da saúde, do sujeito que se integra por completo ao meio, num ambiente positivo construído por meio da revitalização. Nas falas das pessoas se confirma a importância do espaço propício às atividades, ampliando os significados atribuídos pelos sujeitos. Nesse ínterim Dumazedier (2001) cita os interesses sociais permeados pelo diálogo. Os interesses sociais também foram identificados nas pessoas sentadas, conversando e tomando chimarrão ou outras bebidas; nestes momentos o olhar contemplativo, observando a natureza presente também foi muito evidente, numa relação prazerosa.

Foi possível perceber que a maioria das atividades ocorrem num envolvimento de grupos que se auto-organizam para compartilhar dos momentos na avenida, tornando-se um ponto de encontro. Dumazedier (2001, p. 45) destaca o *homo socius*, em que “O lazer despertou, também, novas formas de sociabilidade e de agrupamento, desconhecidas no século passado [...] muitos lugares surgem de forma organizada para tais agrupamentos e o desenvolvimento do lazer”. A região da Avenida Beira do Rio é um lugar que naturalmente atrai as pessoas para os encontros, muito em virtude dos recursos naturais como a água, o sol, o ambiente amplo e público. “No entanto, são as organizações recreativas e educativas a forma mais original de sociabilidade desenvolvida pelo lazer” (Ibidem, p. 49).

Na literatura, as práticas corporais relacionadas ao lazer estão em desdobramento com os locais que cada sociedade tem a possibilidade de disponibilizar nas horas livres de obrigações restritas ao laboral. As características constituintes, nas manifestações corporais realizadas, operam as variadas experimentações nas práticas individualizadas. Além disso, caracterizam diferentes manifestações corporais que podem contribuir para as condições humanas, pensando no movimento como um todo, mas também no lazer como momentos e oportunidades únicas, de tempo de aprendizado pelo contato com o meio ambiente e a sociedade presente, oportunizando “novas interpretações e ressignificações do mundo, mudanças de valores e comportamentos, criando e reforçando identidades culturais. Assim, o tempo e o espaço de lazer são também tempo e espaço de aprendizado e produção de cultura” (SARAIVA *et al* 2007, p.146).

Perante as expressões dos sujeitos foi possível identificar a importância das Políticas Públicas para revitalização dos espaços ao ar livre, para que a sociedade possa usufruir, e também melhorar a estética da cidade, mas sobretudo oferecer condições benéficas para que as pessoas deixem suas casas e saiam para a rua para o lazer com segurança e satisfação. O espaço de lazer tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e de convívio. Por meio do convívio pode acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados, conservados e principalmente animados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem num direito dos brasileiros (MÜLLER, 2002, p.5).

A satisfação em torno dos investimentos efetivados pelo poder público foi muito destacada pelos sujeitos, pois sentiram os benefícios de uma estrutura adequada.

Com as reflexões entrelaçadas entre os ambientes públicos, como equipamento fundamental para o lazer, evidenciamos a importância da disponibilidade à sociedade de práticas subsidiadas pela Fundação Municipal de Esporte e Lazer (FMEL), para que de maneira espontânea, sem obrigatoriedade, as pessoas possam desfrutar de projetos que sejam monitorados por profissionais competentes na área, fortalecendo o vínculo dos indivíduos no local, com opções que propiciem o interesse da sociedade, humanizando as práticas, indivíduos, os profissionais e o local.

Dessa maneira, verificando as Políticas de lazer da cidade de Itajaí, identificamos o Programa Itajaí Ativo, que desenvolve práticas na Avenida Beira Rio e vem sendo desenvolvido desde 2006. O programa trabalha com a promoção e qualidade de vida dos moradores de Itajaí. Utiliza práticas corporais orientadas por profissionais de Educação Física e ações de Educação em saúde. Verificando a agenda deste projeto, identificamos que somente na segunda-feira e quarta-feira, no período matutino, num total de duas horas de atividades, são oferecidas ações à população (FMEL, 2017). Compreendemos que o projeto é mobilizador de benefícios às pessoas, mas a carência de horários disponíveis de acompanhamento profissional reduz o tempo para usufruir de um espaço amplo, com possibilidade de várias atividades compensatórias.

Cabe referir novamente que o lazer é um processo humanizador, definido mais amplamente como manifestação humana por Marcelino (1995, p.31), e assim “[...] a opção pela atividade possui estreita relação com as demais áreas de atuação do ser humano, caracterizado pelos aspectos tempo e atitude, vivenciados no ‘tempo disponível’ das obrigações”. Também, de acordo com Marcelino (2002), os interesses pelo lazer podem ser classificados em decorrência de suas características, porém as pessoas devem envolver de forma ampla tais interesses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Avenida Beira Rio de Itajaí é considerada pelos sujeitos um ambiente de lazer, pois apresenta liberdade nas práticas que estão expressas em diferentes interesses. A revitalização desta avenida foi muito importante para as pessoas, visto que esta condição privilegiou os residentes no município e visitantes.

O local apresentou várias possibilidades para práticas corporais, sejam individuais ou coletivas, com a natureza e infraestrutura benéfica e estimulante para os frequentadores. Verificou-se um público com perfil diversificado que frequenta o local nos finais de tarde, se apropriando do espaço de forma natural e espontânea, com intencionalidade livre para praticar as atividades corporais em diversas maneiras de expressão e em diversos lugares na extensão da avenida.

Buscar identificar as práticas de lazer realizadas pelas pessoas e suas percepções tornou-se muito importante para compreender os diversos interesses que os sujeitos apresentaram, configurando o local como ambiente de lazer. Os interesses foram interligados nas ações manifestadas por meio de diversas práticas, onde as mais evidenciadas foram a corrida, caminhada, ciclismo, leitura, entre outras.

Compreendemos a importância de espaços públicos na disponibilidade para que todos possam usufruir, a partir de estrutura adequada e segurança, um local para as práticas variadas de lazer. As riquezas naturais colaboram com a sensibilização e sensação de liberdade. No acesso ao lazer, as várias atividades corporais identificadas configuravam momentos de lazer, livre de obrigações laborais e outras.

Fica um olhar ampliado para o lazer e o quanto é necessário ampliarmos as estruturas e possibilitarmos práticas nos diferentes interesses e com a participação efetiva dos sujeitos nos



propósitos pessoais de lazer, e não meramente reproduzir manifestações culturais instituídas num universo opressor da liberdade de conviver, ser e aprender. Políticas públicas de lazer precisam ser implementadas e regulamentadas a fim de favorecer um propósito tão fundamental para a sociedade atual: a busca da qualidade de vida, o enriquecimento cultural e práticas positivas sociais de empoderamento e autonomia.

A importância de ter estruturas físicas e a necessidade de Políticas Públicas que promovam o acesso e estimulem os sujeitos da cidade a frequentarem estes ambientes de lazer torna-se fundamental. Muitos projetos podem ainda ser desenvolvidos e outros necessitam da ampliação. Estudos poderão ocorrer por profissionais específicos de determinadas áreas relacionadas, sejam na biomedicina ou nas ciências sociais.

O propósito utilitário pode estar intrínseco às práticas realizadas, porém é necessário dialogar com os sujeitos para identificá-las. Sugerimos a continuidade dos estudos ampliando os objetivos e instrumentos de coleta de dados.

## REFERÊNCIAS

- CLIC RBS. **Avenida Beira-rio, em Itajaí, é referência de espaço planejado para o turismo em Santa Catarina.** Disponível em <http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/04/avenida-beira-rio-em-itajai-e-referencia-de-espaco-planejado-para-o-turismo-em-santa-catarina-4106089.html>. Acessado em 10/07/2017.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 2001.
- IBGE. 2016. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4208203>. Acesso 23 fevereiro 2017, 17:50 horas
- FARIA, H. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In: BRANT, Leonardo (Org.). **Políticas culturais.** São Paulo: Manole, 2003, p 35.
- FRAGA, A. MAZO, J. STIGGER, M. GOELLNER, S. **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos.** Porto Alegre: Gênese, 2009. p. 21-35.
- FUNDAÇÃO Municipal de Esporte e Lazer. **Esporte e lazer.** Disponível em: <http://www.itajai.sc.gov.br/e/fundacao-esporte-e-lazer>. Acesso 10 de julho 2017.
- GMA. **Agenda ambiental local porto de Itajaí.** Porto de Itajaí, Autoridade Portuária. Gerência Meio Ambiente: 2012. Disponível em file:///C:/Users/Vanderl%C3%A9a%20Ana%20Meller/Downloads/Agenda%20Ambiental%20Local%20(1).pdf Acessado em 06/05/2017.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução.** Campinas, 3ª ed. Autores Associados, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Lazer e educação.** 3 ed. Campinas: Papirus, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Lazer e Educação.** Campinas, SP: Papirus, 1990.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto orla: manual de gestão / Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.** – Brasília: MMA, 2006. Disponível em [http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/\\_arquivos/11\\_04122008110636.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/11_04122008110636.pdf). Acessado em 05/06/2017.
- MÜLLER, A. **Espaços e equipamentos de lazer e recreação e as políticas públicas.** In: MÜLLER, Ademir, BURGOS, Maria Suzana. (Org.). **Coletânea de Textos do Encontro Nacional de Recreação e Lazer.** Santa Cruz do Sul, Vol. 1, EDUNISC, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ. **Começou a revitalização da Avenida Beira Rio.** Disponível em <http://www.itajai.sc.gov.br/noticia/9370/60#.WWKutIjyvIV>. Acessado em 10/05/2017.

SARAIVA, M. C. *et. al.* Alguns significados e contextos na análise da dança numa pesquisa-ação. In: SARAIVA, M. C.; FALCÃO, J. L. (Orgs.) **Esporte e Lazer na Cidade**: a prática teorizada e a teoria praticada. Vol. 2. Florianópolis: Lagoa Editora, 2007.

SEPOG. **Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão**. Disponível em: <http://www.itajai.sc.gov.br/e/secretaria-planejamento-orcamento-gestao>. Acesso em 13 de julho 2017.

SILVA, A. M; DAMIANI, I. R. As práticas corporais e seu processo de re-significação: apresentando os Subprojetos de Pesquisa. In SILVA, A. M; DAMIANI, I. R **Práticas corporais**. Org. – Florianópolis: Nauembru Ciência & Arte, 2005.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986. In: SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

## PROMOVENDO AÇÕES DE SAÚDE DA MULHER: PROJETO DE EXTENSÃO COISAS DE MULHER

CRISTINA MORSCH<sup>154</sup> | JÚLIA CRISTINA DOS SANTOS<sup>155</sup> | LÉIA VIVIANE FONTOURA<sup>156</sup>  
MARIA VITÓRIA SCHIZI TIEPO<sup>157</sup> | RAFAELA CRISTINA LUBE<sup>158</sup>

### INTRODUÇÃO

Para articular o conteúdo teórico da academia com a prática profissional e beneficiar a comunidade com os saberes da ciência, a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) proporciona ao estudante maneiras de inserção na comunidade regional. Os projetos de extensão são formas de propiciar ao aluno oportunidades de integração com os cursos e troca de saberes, resultando em pesquisas e intervenções na própria comunidade. “Coisas de Mulher” é um projeto de extensão multiprofissional com postura de trabalho interdisciplinar, em que participam cinco bolsistas, sendo dois do curso de Enfermagem, dois do curso de Nutrição e um do curso de Psicologia, junto com a orientação de docentes das três áreas. O projeto conta também com voluntários, sendo no momento duas voluntárias do Curso de Psicologia e uma do Curso de Enfermagem.

A população assistida é organizada em dois grupos: “Mulheres Especiais”, que é composto por mulheres climatéricas e menopausadas, cuja faixa etária é acima de 50 anos, e “Menina-Mulher”, o qual tem como público-alvo meninas de 10 a 20 anos. As oficinas são realizadas em parceria com uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro Imaruí, cujos encontros são realizados quinzenalmente, ou seja, uma vez por mês com cada grupo. Antecedendo as oficinas, acontecem reuniões de equipe semanalmente, para fins de planejar o encontro, organizando a maneira com que o tema escolhido será trabalhado. As oficinas objetivam ações que estão embasadas nos princípios da Atenção Primária à Saúde, conforme a Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2012). As oficinas são organizadas por uma dinâmica de quebra gelo, a atividade em si e avaliação do conteúdo, seguido de avaliação do encontro.

De acordo com Mitre *et al.* (2007, p.2139), “a metodologia ativa tem permitido a articulação entre a universidade, o serviço e a comunidade, por possibilitar uma leitura e intervenção consistente sobre a realidade, valorizar todos os atores no processo de construção coletiva e seus diferentes conhecimentos (...)”. Dessa maneira, as mulheres e as adolescentes são valorizadas e estimuladas para novos desafios, propiciando autonomia e desenvolvendo espaços em que este público possa falar sem se sentir receoso ou inibido diante dos professores/orientadores.

O projeto “Coisas de Mulher” visa desenvolver ações de educação, promoção à saúde e prevenção de agravos de doenças, por meio de oficinas com mulheres, considerando seu ciclo vital (adolescentes e adultas/idasas) buscando o autocuidado, desenvolvimento da autoestima e autonomia por meio de encontro que propiciem o exercício da cidadania. A prática é realizada em forma de roda de conversa, possibilitando o empoderamento e incentivando as participantes ao debate sobre os temas abordados, pois se baseia na horizontalização das relações de poder. Cada sujeito relata suas experiências sobre

<sup>154</sup> Acadêmica do 10º período do curso de Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI cricamorsch@gmail.com

<sup>155</sup> Acadêmica do 5º período do curso de Nutrição da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI juliacs97@yahoo.com.br

<sup>156</sup> Mestre em Educação PUC/PR. Psicóloga. Professora do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI leiavf@univali.br

<sup>157</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI mariatiepopsico@gmail.com

<sup>158</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI rafaela.uni@hotmail.com

a temática em questão, e a partir disso é possível que cada participante do grupo possa criar e ressignificar seus sentidos e saberes (SAMPALIO *et al.*, 2014).

As ações estão em consonância com as recomendações do ProPet-Saúde nos Eixos: Orientação Teórica, por meio dos vetores determinantes de saúde e doença e pesquisa ajustada à realidade local; Cenários de Prática por meio do vetor Integração Ensino - Serviço; e Orientação Pedagógica por meio do vetor Aprendizagem Ativa (BRASIL, 2007a). A extensão forma um dos alicerces da universidade e se torna relevante para a consolidação dos projetos pedagógicos dos referidos cursos.

A proximidade com a comunidade e a vivência das participantes do projeto com os profissionais da Unidade Básica de Saúde e as equipes da Estratégia de Saúde da Família foram fundamentais para conhecer os problemas e fragilidades do bairro Imaruí, sinalizando a importância da continuidade das ações desenvolvidas. Muitas famílias vivem em situação de vulnerabilidade social e o problema das drogas e da violência é bastante evidente. O grupo estabeleceu sólidos vínculos com a comunidade do bairro, que conhece o trabalho e confia nos serviços desenvolvidos pela Univali. A continuidade das atividades do projeto permitirá manter os grupos que já estão formados, sendo esta uma questão primordial no intuito de trabalhar a prevenção de agravos e a promoção da saúde, fortalecendo a prática cidadã.

Os temas trabalhados no ano de 2016 pelo grupo “Mulheres Especiais” foram: Reaproveitamento Integral dos Alimentos; Artesanato; Dengue, Chikunguya e Zika Vírus; Primeiros Socorros; Processo de Envelhecer e Doenças Associadas; Saúde da Mulher e Bingo como encerramento. Já no grupo “Menina Mulher”, as temáticas discutidas foram Dengue, Chikunguya e Zika Vírus; Estética na Adolescência; Moda; Orientação Profissional; Saúde Bucal; Saúde na Adolescência: puberdade, sexualidade, namoro, gravidez e HPV e Dança do Ventrre para encerrar.

## 1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir dos temas trabalhados nas oficinas, percebe-se o engajamento dos públicos envolvidos em cada encontro. Para este trabalho serão apresentadas algumas das oficinas realizadas com os dois grupos da população assistida pelo projeto, pois foram os temas que as participantes mais gostaram e se envolveram durante o ano. Quando a temática “Saúde na Adolescência: puberdade, sexualidade, namoro, gravidez e HPV”, foi trabalhada com o grupo “Menina Mulher”, teve-se um total de 16 meninas participando, o que resultou em diversas indagações e diálogos sobre esse assunto. No primeiro momento, as extensionistas realizaram um jogo de questões, organizando as meninas em dois grupos, cada qual com uma representante. Uma das perguntas feitas foi sobre a própria adolescência, cujas respostas foram “*é quando a gente deixa de gostar das coisas de criança para fazer outras coisas*”; “*é quando a gente começa a se arrumar mais para os meninos, maquiarse*” (SIC). Segundo Bock (2007), a adolescência condiz a um período de imersão social, cujos aspectos estão envoltos de questões sociais e biológicas, tais como as marcas do corpo, as novas relações com adultos e a criação de significados individuais sobre a vida. Por esse fato, é imprescindível trabalhar sobre esse fenômeno com adolescentes, pois desmistifica muitas situações e os tornam mais autônomos sobre seus corpos.

Algumas questões se mostram relevantes quando se fala da vulnerabilidade dos adolescentes no plano individual e social. A gravidez na adolescência é uma delas, constatada pelo crescente número de adolescentes nos serviços de pré-natal e maternidade, com maior incidência nas populações de baixa renda e a associação entre alta fecundidade e baixa escolaridade. Também há um significativo aumento da infecção pelo HIV/AIDS, sendo que das 30 milhões de pessoas infectadas pelo HIV no mundo, um terço tem entre 10 e 24 anos. Pesquisas apontam que, apesar do bom conhecimento sobre a AIDS, as adolescentes possuem dúvidas sobre questões básicas para prevenção da doença (BRASIL, 2012).

Trabalhar essas questões na atenção à saúde das adolescentes difere da assistência clínica individual e da simples informação ou repressão. O modelo a ser desenvolvido deve permitir a discussão sobre as razões da adoção de um comportamento preventivo e o desenvolvimento de habilidades que permitam a resistência às pressões externas, a expressão de sentimentos, opiniões, dúvidas, inseguranças, medos e preconceitos, de forma a dar condições para o enfrentamento e a resolução de problemas e dificuldades do dia a dia (BRASIL, 2007). A adolescência vem sendo definida como um período de transição entre a infância e a vida adulta, ou seja, é uma fase marcada por mudanças no desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social. O rápido crescimento físico acontece por meio do estirão da puberdade e do processo de modificações psicossociais. Estas modificações quantitativas e qualitativas tão salientes conferem à adolescência um grande passo na vida de um sujeito (SONOHARA; GALO, 2012).

Além das temáticas relacionadas à saúde física, também são trabalhados temas para descontração, promovendo junto a isso a saúde mental. Um destes foi o tema sobre Moda, escolhido pelo grupo de adolescentes, no qual foi discutido sobre customização e reaproveitamento de tecidos e de roupas não mais utilizadas. A oficina contou com a participação de um estilista que ofertou peças e objetos para serem personalizados.

Percebe-se que este tema promoveu a integração das participantes, as quais relataram que aprenderam a customizar as roupas, bem como, a interação e o trabalho em equipe, o que é importante para o aprendizado e crescimento na fase da adolescência. Interligado a isto, a temática estética escolhida pelo grupo de adolescentes abordou maneiras de cuidar do corpo, unhas e cabelos além de dicas de maquiagem. Esta temática enfatizou o cuidado de si, estimulando um viver saudável na fase da adolescência.

Muitos desses jovens passam por um processo de sofrimento, pois não conseguem lidar com as situações que a sociedade demarca para a adolescência (MELO-SILVA; LASSANCE; SOARES, 2004). Entende-se que uma adequada assistência às adolescentes redundará em adultas saudáveis do ponto de vista da saúde, viabilizando o envelhecimento com qualidade.

Outro momento muito importante na vida de uma pessoa é o processo de envelhecimento, o qual deve ser compreendido de uma forma integral, sendo tanto um fenômeno biológico, quanto psicológico. Assim como todas as situações que permeiam o humano, o amadurecimento tem uma dimensão existencial que modifica a relação da pessoa com o tempo, propiciando mudanças na sua comunicação com o mundo e com a sua própria história. Dessa forma, entende-se que esse processo de envelhecimento é também um fenômeno cultural que acontece naturalmente (FREITAS *et al*, 2010).

A partir disso, em um dos encontros com o grupo “Mulheres Especiais”, foi trabalhado o processo de envelhecer. Uma das atividades realizadas foi a respeito da singularidade desse momento, salientando a individualidade com que cada pessoa encara o envelhecimento. A extensionista questiona o grupo com a pergunta “Todo envelhecimento tem doença?” Decorrente a isso, as mulheres responderam que não. Assim, se buscou esclarecer alguns aspectos importantes para poder ter uma vida saudável, estimulando o cérebro com exercícios, bem como a realização de exames para saber o funcionamento do organismo, prevenindo doenças e promovendo o autocuidado.

Como salienta Freitas *et al*. (2010), refletir sobre o significado do envelhecimento e as mudanças que podem ser acarretadas diante deste é um dos caminhos para se entender o significado real da velhice. Assim, melhores possibilidades são geradas para planejamento de estratégias pelos profissionais de saúde, numa tentativa de proporcionar a manutenção da autonomia e independência do idoso, tendo como parâmetro a compreensão das alterações decorrentes do envelhecimento, refletidas na velhice, possibilitando a melhoria da qualidade de vida, consoante às condições de saúde em que o idoso se encontra.



.....

Outro encontro realizado com o grupo “Mulheres Especiais” foi sobre o aproveitamento integral dos alimentos. A atividade foi desenvolvida através de uma roda de conversa em que as extensionistas explicaram sobre a importância do aproveitamento do alimento como um todo, levando em consideração a sustentabilidade e a economia por meio da redução do desperdício. Ao serem questionadas se realizavam alguma forma de reaproveitamento uma das mulheres coloca: *“se sobrou algo do tomate que pode ser aproveitado, eu guardo na geladeira, quando tem uma quantidade boa, eu bato no liquidificador, faço a massa e congelo e uso mais tarde, aí não preciso comprar molho pronto no mercado”* (SIC). Conjuntamente a esta temática também foi trabalhada a higienização das mãos e alimentos. Em uma das atividades realizadas algumas mulheres foram vendadas e uma extensionista colocou uma quantidade de tinta em suas mãos dizendo que era detergente para elas demonstrarem como elas lavavam as mãos em casa. Ao retirarem as vendas, as extensionistas explicaram que a finalidade da atividade foi demonstrar que as áreas que não haviam sido pintadas não foram higienizadas e com isso havia o risco de acabarem contaminando o alimento. Assim as extensionistas e docentes explicaram como deve ser realizada a correta higienização das mãos antes do preparo dos alimentos. Também foi pontuada a correta higienização dos alimentos, e muitas mulheres apresentaram dúvidas sobre a questão. As extensionistas, então, explicaram as medidas que devem ser seguidas para impedir uma possível contaminação antes, durante e após a manipulação dos alimentos. Ao realizar a avaliação de satisfação da temática pelas mulheres observou-se 100% de aprovação nos quesitos escolha de temática, dinâmica e aprendizado referido, demonstrando o aproveitamento integral do tema.

Menezes *et al.* (2017) relatam a importância de trabalhar ações voltadas à alimentação de modo a proporcionar melhor qualidade de vida e saúde para esta população. Para Magalhães *et al.* (2011), a construção do aprendizado com os grupos de idosos favorece a sua valorização e implicam em tornar o indivíduo um multiplicador do saber.

A temática de Saúde da Mulher também trabalhada com o grupo “Mulher Especial” teve como assuntos trabalhados a periodicidade e a importância do autoexame de mamas e do preventivo, a importância da alimentação saudável e do exercício físico, a menopausa e suas alterações hormonais e também a violência contra a mulher.

A Lei Maria da Penha (2006) classifica os tipos de violência contra a mulher em violência patrimonial, violência física, violência moral, violência sexual e violência psicológica, notando-se assim a importância de trabalhar estas temáticas com as mulheres de modo a esclarecer seus direitos.

Quando a temática da violência foi trabalhada com as mulheres, elas expuseram casos que vivenciaram, não só relacionados à agressão física, mas também a verbal e psicológica. No debate que surgiu com a temática, demonstraram conseguir compreender e identificar os tipos de violência e algumas delas ainda citaram o que poderiam fazer em situações como essas, como por exemplo, ligar para a Delegacia da Mulher.

Ao discutirem sobre o climatério e a menopausa as mulheres demonstraram percepção sobre os sintomas e identificaram-se com alguns por já terem passado por eles. Conjuntamente com esta temática, as extensionistas apresentaram algumas sugestões para prevenir e/ou aliviar esses sintomas, como a alimentação adequada e os exercícios físicos.

Sobre a temática de autoexame de mamas e preventivo as mulheres envolveram-se com o tema expondo suas dúvidas e vivências, expressando quando questionadas a importância da realização periódica destes exames e também suas consequências caso não sejam realizados.

Em relação ao autoexame de mamas e preventivo, um estudo de Santos e Chubaci (2011) teve por resultado a necessidade de ações educativas para as mulheres idosas com o intuito de esclarecer

.....

a importância do autoexame de mamas, levando em consideração que a ação educativa é um grande passo para que a mulher compreenda a importância do exame preventivo e motive-se a realizá-lo. Com isso, observa-se a importância de atividades educativas relacionadas à saúde da mulher de modo a evitar possíveis doenças e elevar o empoderamento através do conhecimento.

O envelhecimento com qualidade é considerado um processo evolutivo gradual, com mudanças multidimensionais e multidirecionais, podendo iniciar-se em diferentes épocas e ritmos, acarretando resultados distintos para as diversas partes e funções do organismo na dependência de fatores: genéticos, biológicos e socioculturais (SANDRI, 2004). Para a autora, velhice corresponde a uma etapa de vida que pode ser vivida com suas peculiaridades como outra qualquer, sendo influenciada pelo estilo de vida adotado durante todo o curso da existência. A pessoa pode envelhecer com boas condições de saúde e inserção social, contrariando a ideia comum de que velhice é sinônimo de doença, improdutividade, dependência, isolamento e desvalorização social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apontados na escala hedônica no decorrer das oficinas do ano de 2016, constatou-se que no grupo “Mulheres Especiais”, o conceito ótimo foi assinalado por 99% delas para as temáticas abordadas; 98% para a metodologia utilizada e 90% para o aprendizado referido. Observou-se muito interesse nas oficinas de aproveitamento integral dos alimentos, saúde da mulher, processo de envelhecer e as doenças associadas. Ressalta-se que, além das dinâmicas serem efetivas no momento da realização em grupo, as mulheres mencionam que praticam o que aprenderam nas suas vidas cotidianas.

O grupo “Menina Mulher”, composto pelas adolescentes, também teve resultados bastante satisfatórios, os quais apontaram que, 93,8% das meninas avaliaram as temáticas discutidas com o conceito ótimo. Em relação à metodologia utilizada, 90,8% avaliaram como ótimo. O aprendizado referido foi avaliado por 93,87% como sendo ótimo. Constatou-se que os temas mais atrativos pelo grupo foram moda, maquiagem e saúde na adolescência.

Percebe-se que houve uma grande sensibilização das adolescentes e mulheres com relação aos temas abordados, além da criação de vínculo entre as participantes e o grupo extensionista. Com o passar do tempo as participantes se expressando com mais frequência durante as oficinas, buscando esclarecimento de suas dúvidas, demonstrando interesse e conhecimento dos temas abordados.

As atividades em grupo permitem um enfoque metodológico em que se favorece a integração dessas mulheres, a aceitação de sua situação, o apoio do grupo e a adoção de estilos de vida saudáveis. A participação da mulher em atividades de grupo adquire um valor fundamental por propiciar relações sociais (MONTES, 2003). Nesta perspectiva os conteúdos trabalhados deverão estar relacionados diretamente às necessidades e características do grupo.

Ressalta-se que trabalhar com promoção de saúde “é antes de tudo, educar um modo de vida diferente, no qual as atividades desenvolvidas pelo sujeito estejam comprometidas com o seu desenvolvimento e bem-estar” (GONZÁLEZ REY, 1997, p.15).

Pode-se considerar que no Projeto os princípios do Pró-Saúde para a consolidação do Sistema Único de Saúde estão sendo efetivados por meio da sustentação dos seus eixos. A equipe vem construindo o conhecimento com pesquisas, leituras e debates sobre os temas abordados, propiciando a promoção e recuperação da saúde para que o ser humano seja cuidado em todas as suas dimensões e em seu contexto sociocultural.

Salienta-se que o projeto de extensão possibilita um contato mais amplo com a prática profissional, propiciando as bolsistas um diálogo mais simétrico e dinâmico com o público assistido. Além da aproximação com outra realidade, a qual é, muitas vezes, distante da academia, percebe-se a importância da articulação entre teoria e prática, desenvolvendo no estudante um olhar mais sensível sobre as demandas atendidas.

## REFERÊNCIAS

- BOCK, A.M.B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores: Adolescência como uma construção social. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.63-76, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde**: objetivos, implementação e desenvolvimento potencial. Brasília: Editora MS, 2007. 86 p. Disponível em: <[http://www.prosaude.org/rel/pro\\_saude1.pdf](http://www.prosaude.org/rel/pro_saude1.pdf)>. Acesso em: 10 de junho de 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de atenção básica**. Brasília: Editora MS, 2012. 108 p.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF.
- FREITAS, M.C.; QUEIROZ, T.A.; SOUSA, J. A. V. O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [s.l.], v. 44, n. 2, p.407-412, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0080-62342010000200024>>. Acesso em: 04 de junho de 2017.
- MAGALHÃES, F. C. et. al. **Alimentação saudável**: Uma estratégia para a qualidade de vida de idosos. Universidade do Vale do Paraíba, 2011.
- MENEZES, A. F. et. al. **Relato de experiência voltado a alimentação saudável e o envelhecimento**. Universidade Federal do Pampa, 2017.
- MONTES, G. Protocolo de atención a la mujer climatérica. **INSALUD**. Gerencia de Atención Primaria. Badajoz, 2003. Disponível em: <[http://www.juntadeandalucia.es/servicio\\_anadaluz\\_de\\_salud/distritos/djaen/AP\\_clinica/climaterio.doc](http://www.juntadeandalucia.es/servicio_anadaluz_de_salud/distritos/djaen/AP_clinica/climaterio.doc)>. Acesso em: 03 de junho de 2017.
- MITRE, S. M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 13, n. 2, p.2133-2144, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232008000900018>>. Acesso em: 03 de junho de 2017.
- SAMPAIO, J. et. al. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface**, Botucatu, v. 2, n. 1, p.1299-1312, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1299.pdf>>. Acesso em: 02 de junho de 2017.
- SANDRI, J. V. A. **Uma política de saúde para a população idosa no município de Itajaí (SC)**. 2004. 215 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87754/209081.pdf?sequence=1>> Acesso em: 02 de junho de 2017.
- SANTOS, G. D.; CHUBACI, R. Y. S. O conhecimento sobre o câncer de mama e a mamografia das mulheres idosas frequentadoras de centros de convivência em São Paulo (SP, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 5, n. 16, p.2533-2540, 2011. Acesso em: 29 de maio de 2017.

SONOHARA, M. T. K; GALLO, A. E. A percepção do adolescente sobre a adolescência. **Iniciação Científica**, Si, Cesumar, v. 14, n. 1, p.17-30, jun. 2012.

REY, F. G. Psicologia e saúde: desafios atuais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, p.275-288, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79721997000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 09 de maio 2017.

## POLÍTICAS SOBRE O PARTO HUMANIZADO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

FRANCINE FISCHER SGROTT<sup>159</sup> | FRANCIELLE SILVANO CARDOZO<sup>160</sup> | THALITA CUPERTINO POTRICH<sup>161</sup>

### INTRODUÇÃO

Pensar o parto como possibilidade de empoderamento feminino e masculino, quando o homem participa desse processo, é um desafio para os atuais estudos feministas e de gênero que consideram a necessidade de ressignificar o ato de parir mediante críticas às construções culturais sobre o corpo feminino e, conseqüentemente, sobre as políticas de controle desse corpo (SCAVONE, 2001; TORNQUIST, 2002).

Como parte constitutiva dessas políticas está o modelo biomédico, tecnocrático e masculino do parto hospitalar, que não empodera e não ressignifica a mulher durante o parto. Optar pelo parto cirúrgico é aceito e facilitado por profissionais da classe médica e pela sociedade em geral, enquanto optar pelo parto vaginal traz uma série de entraves a se transpor. É o que aponta a Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (REHUNA) fundada em 1993, organização da sociedade civil que denuncia as múltiplas formas de violência obstétrica ao relatar que no parto vaginal a violência da imposição de rotinas, da posição de parto e das interferências obstétricas desnecessárias perturbam e inibem o desencadeamento natural dos mecanismos fisiológicos do parto, que passa a ser sinônimo de patologia e de intervenção médica, transformando-se em uma experiência de terror, impotência, alienação e dor. Dessa forma, não surpreende que as mulheres introjetem a cesárea como melhor forma de dar à luz, sem medo, sem risco e sem dor (REHUNA, 1993).

Procedimentos violentos que mais se assemelham a rituais de tortura e mutilação sem que as próprias vítimas tomem consciência de tal agressão são aceitos como destino predefinido à mulher, quando não se sentem merecedoras de tal castigo pelo pecado original retratado na crença religiosa cristã, predominante no Brasil. O modelo tecnocrático da assistência médica, tutelada pela Igreja Católica, descrevia o sofrimento no parto como desígnio divino, pena pelo pecado original, sendo dificultado e mesmo ilegalizado qualquer apoio que aliviasse os riscos e dores do parto (DINIZ, 1997).

<sup>159</sup> Possui graduação em Fisioterapia pela Universidade do Vale do Itajaí, Mestrado em Tecnologia em Saúde com linha de pesquisa em Bioengenharia e dissertação em Incontinência Urinária Feminina pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e em Doutorado pelo A.C. Camargo Cancer Center. É Fisioterapeuta, com consultório próprio e professora titular da do curso de Fisioterapia na Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI. É docente do curso de Estética e Cosmética no SENAC-Brusque, nas disciplinas de Introdução a Estética e Drenagem linfática. É especialista em Traumatologia do Adulto (PUCPR), Acupuntura (IBRATE) e em Fisioterapia Pélvica (CBES). No consultório particular atua na Fisioterapia em Urologia, Ginecologia, Obstetrícia e Mastologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Fisioterapia em Urologia, Fisioterapia em Ginecologia, Fisioterapia em Obstetrícia, Fisioterapia em Mastologia e Acupuntura. Tem formação em Drenagem Linfática manual pelo método Leduc (Bélgica), método de Tratamento Físico Combinado do Linfedema de membro inferior, superior e face pelo Centro de Flebologia, Linfologia, Reabilitação e Estética Prof. Dr Jose Luis Ciucci (Argentina) e em Lympho-Energy (Bélgica). É diplomada como Master Expert em Ginástica Abdominal Hipopressiva, método Marcel Caufriz (Espanha). Atua como Doula.

<sup>160</sup> Possui graduação em Fisioterapia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Especialista em Fisiologia do Exercício. Mestranda em Gestão de Políticas Públicas. Atualmente é fisioterapeuta na Rede de Atenção Básica Municipal de Criciúma/SC e doula na Equipe Transdisciplinar de Apoio ao Parto e Maternidade - Inanna Apoio Materno. Tem formação e experiência na área de Fisioterapia Uroginecológica, Obstétrica e Sexual e Psicoterapia Corporal Reichiana, atuando principalmente na prevenção e reabilitação perineal, humanização do parto e na educação perinatal.

<sup>161</sup> Graduada em Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí. Atua como Doula.



Os termos “Parto Natural” ou “Parto Humanizado” eram aos poucos ouvidos, mas como se estivessem se referindo a procedimentos de lugares distantes, países de primeiro mundo. Diante disso, cabe aqui trazer esses conceitos. Ao Parto Vaginal, chama-se de Parto Normal, Parto Natural e também Parto Humanizado e as sutis diferenças desses conceitos, acompanham a história da humanidade e o conhecimento científico relacionado ao parto vaginal, conforme conceituado a seguir.

Parto Normal é o parto inserido do modelo tecnocrático, também descrito como iatrocêntrico, centrado na distócia e/ou na complicação; etiocentricêntrico, ele mesmo, o evento do parto, causador das complicações e hospitalocêntrico, aquele atendido exclusivamente em hospitais; mencionados por Jones (2012). *“Aqui o parto é concebido como uma forma de violência intrínseca, essencial, um fenômeno “fisiologicamente patogênico”; e se implicaria sempre danos, riscos e sofrimentos, seria, portanto, patológico”* (DINIZ, 2005).

O termo Parto Natural foi cunhado pelo movimento *hippie* e da contracultura nos anos 1960 e 1970 e refere-se a um nascimento humano sem nenhuma intervenção (DINIZ, 2005). Segundo Jones (2012), o Parto Natural refere-se ao parto tal como estabelecido pela natureza das fêmeas animais, isolado de cultura, história pessoal ou percepções emocionais e espirituais inerentes ao ser humano. Portanto, não é um modelo possível às “fêmeas falantes”, como se refere à mulher, dotada de um neo-córtex que a impossibilita de vivenciar o nascimento de seus filhos alheia às suas crenças, valores e história, guiada somente pelo instinto biológico.

Badinter (1985) reforça a ideia de que seres humanos são complexos e que fatores antropológicos, culturais e sociais influenciam os aspectos instintivos e biológicos do ser humano, impossibilitando que esses últimos sejam vividos sem interferências, como se presume acontecer com animais irracionais.

O Parto Humanizado centraliza as condutas e atitudes profissionais nas necessidades da mulher e do neonato, buscando respeitar a fisiologia natural do parto e além dos aspectos biológicos, leva em consideração os aspectos histórico-culturais, emocionais e espirituais da mulher, contemplando então, a complexidade e as inter-relações do humano. Este é também um movimento social que busca restituir, no sentido de lutar junto para recuperar, o protagonismo feminino negado pelo pela dominação masculina. Nesse tipo de parto, a aplicabilidade das intervenções ou procedimentos se faz necessária quando há uma real indicação e não pode ser uma prescrição de rotina. A ambiência também é fundamental, a fim de que possa proporcionar à parturiente o conforto e a sensação de segurança, liberdade dos seus movimentos e expressões, privacidade e intimidade (JONES, 2012).

Os cuidados prestados devem atender às demandas da mulher em todos os seus aspectos - biológico, emocional, social e espiritual - e os procedimentos de intervenção devem basear-se nas melhores evidências científicas disponíveis. Uma aproximação entre a racionalidade científica e o movimento humanista faz-se necessária para uma boa assistência ao parto. Apesar de quarenta anos do início do movimento de humanização, ainda hoje, a maioria dos partos acontece dentro do modelo tecnocrático, sendo a maioria cesarianas ou então, partos violentos (JONES, 2012).

Logo, é possível vivenciar um parto com prazer e felicidade irreproduzíveis em outras situações da vida humana, no qual, as mulheres têm seus direitos respeitados e principalmente, podem vivenciar a plenitude verdadeiramente bela e sublime de um nascimento. Corroborando com esta afirmativa, Davis-Floyd introduz o conceito da “visão holística do parto”, como aquele modelo em que o homem é uma unidade corpo-mente-espírito; que tem o homem como um sistema energético ligado a outros sistemas e a assistência à pessoa é completa, em todo contexto de vida, sendo este denominado cliente, e não mais paciente; com seu diagnóstico e tratamento individualizado e com a tecnologia a serviço do indivíduo, num dueto de baixa tecnologia e alto contato.

Nesse contexto, homens e mulheres têm um papel essencial de transformação do mundo, visto que está na função biológica de gestar, parir e amamentar, transmitir a grande cascata de hormônios do amor descrita por Odent (2004) e nela o poder de nutrir de amor, afeto, autoestima e poder às próximas gerações na sua mais tenra idade (CARDOZO, 2017).

Acumulam-se estudos da área da psicologia, psiquiatria e pediatria, expondo a importância dos três primeiros anos de vida na constituição do ser como indivíduo, com companhas de órgão nacionais e internacionais, ressaltando a responsabilidade que temos com as crianças pequenas (VOLPI; VOLPI, 2006; LUZES, 2007; GUTMAN, 2010; OLIVEIRA, 2012). Neste sentido, esforços individuais, coletivos e públicos se fazem necessários para que homens e mulheres, pais e mães, tenham condições de criar seus filhos com dedicação e responsabilidade, por um compromisso ético com a humanidade.

A humanização do parto busca restituir o protagonismo da mulher na cena do parto e ampará-la em sua integralidade durante a gestação, no parto e no puerpério, com procedimento e técnicas ancoradas na Medicina Baseada em Evidências (MBE), na interdisciplinaridade e nas Práticas Integrativas Complementares (PIC) no cuidado em saúde.

Na atualidade, tem havido um interesse crescente dos homens em participar ativamente do nascimento de seus filhos, amparando a mulher durante o processo de trabalho de parto, parto e puerpério e na criação dos filhos. Esse movimento surge principalmente nas redes sociais de comunicação com o nome de Paternidade Ativa (CARDOZO, 2017). Isso traz a reflexão sobre um poder negado ao masculino, de estar presente, ativo na história de seus filhos. Restituir a eles esse poder é compartilhar sabores e dissabores de ser mãe e pai na cultura de família nuclear, onde são os principais responsáveis pela criação e educação das crianças.

Voltar o olhar para as dimensões ecológicas e espirituais do parto é fundamental para que mulheres e homens possam vivenciá-lo plenamente e para que esse evento aconteça de forma a trazer a eles a autoconfiança para maternar, paternar e cuidar do seu filho recém-nascido num espectro de amor e plenitude. Frankl (1991) ainda elenca que “[...] o espiritual não é apenas uma dimensão própria do homem, ela é a dimensão específica dele. Embora a dimensão espiritual represente a dimensão específica do homem, não se trata, [...] da única dimensão dele, o homem é uma unidade e um todo corporal, psíquico e espiritual (FRANKL, 1991, p. 78).”

Parir é uma vivência ecoespiritual e de resiliência, entendida como a capacidade do ser humano de enfrentar as situações, sobrepor-se e sair fortalecido pelas experiências adversas que surgem na dor e no amor. A resiliência pode ser definida como uma adaptação positiva em resposta a determinada adversidade; superando-a, inclusive. Significa não apenas suportar uma situação adversa, mas comprometer-se em uma nova dinâmica de vida (MOREIRA; HOLANDA, 2010). “A resiliência faz a pessoa encontrar motivos que favoreçam a descoberta de valores além, por trás da dor e do psicológico” (SULZBACH, 2008, p. 14 *apud* MOREIRA e HOLANDA, 2010, p. 350).

Para a humanização do parto buscam-se alternativas para restituir à mulher a capacidade de decidir parir e de confiar na própria capacidade de conseguir, o domínio e a confiança sobre seu corpo e as memórias ancestrais para parir que podem ser reencontradas em seu íntimo. Nesse intuito, lança-se mão de técnicas de medicina integral, alternativa, complementar, práticas integrativas e psicológicas, a fim de conectar essa mulher às suas raízes históricas, e cria-se um arcabouço de técnicas e procedimentos que vão desde a ambiência para o cuidado no parto, os atores envolvidos e suas posturas diante da mulher (CARDOZO, 2017).

Os movimentos organizados argumentam que a visão reducionista do papel da mulher na sociedade e sua desvalorização frente ao masculino fomentam a miséria e o adoecimento das mesmas, dos quais exige discussões de gênero e atenção à saúde da mulher em todos os seus ciclos de vida.

Com esse objetivo, ao longo das últimas décadas, foi desenvolvida uma série de políticas de saúde, tendo como marco o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), lançado em 1984, como resultado das lutas dos movimentos sociais da época, que incorpora a noção de integralidade, inspirado no ideal de direitos, justiça social e acesso à saúde.

O PAISM foi criado no contexto de redemocratização do país, influenciado pelas características de descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços e incluía no âmbito de sua atuação ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação na busca de uma assistência integral à Saúde da Mulher, amparando-a em todos os ciclos de vida, desde seu nascimento até sua velhice.

O direito à saúde e os direitos reprodutivos são pontos centrais na agenda de promoção da cidadania das mulheres e condição necessária à sua participação plena no desenvolvimento social e econômico dos países. Com a Constituição Federal de 1988 e as Conferências Internacionais de Cairo (1994) e de Pequim (1995) promovidas pela ONU, esses direitos foram assegurados na legislação brasileira e internacional.

Pensando na construção das políticas públicas, no modelo Ciclo de Políticas Públicas, a definição da agenda recebe dessa que, a força ou a falta dela nos grupos de interesse, são determinantes para sua definição. Grupos engajados dão visibilidade ao problema e aumentam as chances de incluí-los na agenda política. No caso das políticas públicas para saúde da mulher, juntou-se a um contexto mundial de reestruturação da saúde pública o interesse de grupos e movimentos sociais feministas, dando visibilidade ao problema, fazendo com que ele fosse incluído na agenda com intenso trabalho dos participantes visíveis e invisíveis, tanto políticos, organizações não governamentais, como acadêmicos e profissionais técnicos (SOUZA, 2006).

Efetivamente, para a teoria das necessidades humanas, uma coisa é a conceituação de necessidades humanas básicas e outra é a definição das formas de satisfazê-las, isto é, a definição de políticas sociais pertinentes.

Em relação a essas políticas Doyal & Gough (1991) têm enfatizado a importância de se levar em Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero conta condições sociais específicas, pois, na sua definição, o gênero, a idade, a etnia, a cultura, o nível de desenvolvimento nacional, impõem particularidades, tanto no que concerne às necessidades básicas quanto às necessidades que estão acima do básico. Tendo em vista essa distinção entre conceito e política, os mencionados autores chamam a atenção para uma peculiaridade das mulheres a qual, no contexto das necessidades humanas básicas, exige resposta diferenciada. Trata-se da específica capacidade feminina para ter filhos, o que, do ponto de vista da saúde física e da autonomia, implica riscos, que devem ser considerados pelas políticas sociais (PEREIRA, 2006, p. 76).

Fundamenta-se aqui a luta pelo direito às diferenças, pois diferenças biológicas existem e busca-se a equidade de direito sem desconsiderá-las. Dessa forma as mulheres iniciaram a conscientização sobre a autonomia de cada uma sobre seus corpos, nos movimentos *hippie* e feministas nas décadas de 60 e 70 do século XX.

O feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas “ondas”. O feminismo de “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade e herança. O feminismo chamado de “segunda onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”, a terceira onda, o “pós-feminismo” destaca a

busca pela equidade, o respeito entre as diferenças entre homens e mulheres e das mulheres entre si, “a diferença dentro da diferença”, considerando etnia, classes sociais, localidade, religião (PEDRO, 2005).

A ampliação do olhar sobre a mulher, além dos aspectos biológicos, considerando-a responsável por suas decisões quanto a ser ou não mãe e quanto à forma de conduzir sua gestação, seu parto e seus direitos no puerpério foi um grande avanço da PNAISM e fundamenta a busca dessa pesquisa em permitir que mulheres tenham acesso a vivências profundas e positivas de parto, se assim o desejarem, e que façam essa escolha baseadas em informações reais sobre a cientificidade dos procedimentos a que serão submetidas e suas possibilidades para além do físico, em seu conjunto de crenças, seus aspectos emocionais, espirituais e ecológicos. Além de reiterar os princípios da equidade, universalidade e da integralidade a PNAISM, afirma que:

A humanização e a qualidade da atenção em saúde são condições essenciais para que as ações de saúde se traduzam na resolução dos problemas identificados, na satisfação das usuárias, no fortalecimento da capacidade das mulheres diante da identificação de suas demandas, no reconhecimento e reivindicação de seus direitos e na promoção do autocuidado (BRASIL, 2004, p.10).

De acordo com o Relatório de Gestão 2003-2006 da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2007), política elaborada em 2003, quando a equipe técnica de saúde da mulher realizou um diagnóstico epidemiológico da situação da saúde da mulher no Brasil e definiu a importância de contar com diretrizes que orientem as políticas de Saúde da Mulher. A Área Técnica da Saúde da Mulher buscou a parceria dos diferentes departamentos, coordenações e comissões do MS. Incorporou também as contribuições do movimento de mulheres, do movimento de mulheres negras e de trabalhadoras rurais, das sociedades científicas, pesquisadores e estudiosos da área, organizações não-governamentais, gestores do SUS e agências de cooperação internacional. Por fim, submeteu a referida Política à apreciação do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e à Comissão de Saúde da Mulher (CISMU) desse Conselho. Trata-se, portanto, de um documento legitimado por diversos setores da sociedade e pelas instâncias de controle social do SUS (BRASIL, 2007).

A Política Nacional proposta considera a diversidade dos 5.564 municípios, dos 26 estados e do Distrito Federal, que apresentam diferentes níveis de desenvolvimento e de organização dos seus sistemas locais de saúde e tipo de gestão.

De acordo com o mesmo relatório, as ações implementadas sofrem constantes avaliações e reformulações. Em 2004, foi instalada a Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional, composta por 31 representações da sociedade civil e de governo. A Comissão tem entre seus objetivos avaliar a implementação do Pacto, propor estratégias de ação, diretrizes, instrumentos legais e princípios éticos, acompanhar as ações dos gestores das três esferas de governo e divulgar as ações desenvolvidas para a sua efetivação. Nas quatro reuniões realizadas desde a sua instalação, a Comissão definiu um plano de ação e as responsabilidades de cada instituição, bem como aprovou seu regimento interno.

Com o objetivo de fortalecer especificamente as estratégias de melhoria da qualidade da atenção obstétrica, a Área Técnica de Saúde da Mulher criou em 2005 um grupo de trabalho composto por dez consultores, com a função de apoiar os estados e municípios na implantação e implementação da atenção humanizada ao parto e ao nascimento. Essas pessoas participam como instrutores dos Seminários de Atenção Obstétrica e Neonatal Baseada em Evidências Científicas e prestam assessoria direta a estados e municípios (BRASIL, 2007).

Diversas ações foram realizadas com vistas a implementar a Política Nacional de Saúde Integral à Mulher, e dentre elas destaca-se o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN).

Em 01 de junho de 2000, através das Portarias/GM nº 569, 570, 571 e 572 (BRASIL, 2000) foi instituído pelo MS o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento baseado nas análises das necessidades de atenção específica à gestante, ao recém-nascido e à mulher no período pós-parto.

Entre outras ações essa Portaria emana diretrizes para a qualificação do parto domiciliar realizado por parteiras tradicionais, tais como a realização de um diagnóstico situacional do parto domiciliar e cadastramento das parteiras tradicionais. Visa também garantir capacitação e educação permanente das parteiras tradicionais, fornecendo materiais básicos para a realização do parto domiciliar e organizando um sistema de informação do parto domiciliar realizado por parteiras tradicionais. Isso se constitui em um avanço, uma vez que pela primeira vez essa questão é contemplada em um instrumento legal (BRASIL, 2007).

Os esforços para que se alcancem os objetivos das políticas e programas de saúde da mulher são visíveis, no entanto, como em outros setores de políticas públicas no Brasil, os entraves são muitos, desde o desfavorecimento cultural da população até interesses corporativistas e patrimonialistas enraizados na política brasileira. Como exemplo pode ser citado o alto índice de mortalidade materna em cesarianas desnecessárias. Políticas públicas de incentivo ao parto normal são menosprezadas pelos profissionais, que incentivam e facilitam o acesso a cirurgias a despeito dos desfechos negativos e a favor dos interesses de facilidade de agendamento e maior lucratividade. Os órgãos de classe, em proteção corporativa, criam resistências às práticas de humanização incentivadas nas políticas públicas em defesa aos mesmos interesses (CARDOZO, 2017). ‘

Notam-se, no entanto, avanços significativos na área, geralmente impulsionado por movimentos sociais e pela sociedade civil organizada. Em 2011 o Ministério da Saúde lança o caderno “Além da Sobrevivência: Práticas integradas de atenção ao parto, benéficas para a nutrição e a saúde de mães e crianças”, que traz as práticas atualizadas para o Parto Humanizado, com evidências científicas para procedimentos como o contato pele a pele mãe/bebê imediato, amamentação imediata e clampeamento tardio do cordão umbilical, como fundamentais para a saúde física e emocional da díade mãe/bebê (BRASIL, 2011).

Considerando a trajetória histórica e cultural do papel da mulher na sociedade, sua subjugação ao masculino no patriarcado e suas recentes conquistas políticas, sociais e econômicas, é inaceitável que mulheres se submetam a maus-tratos e a procedimentos que a submetam a riscos de morte e morbidade, bem como, aos seus bebês, sem que as mesmas sejam informadas sobre eles.

O mesmo modelo tecnocrático de assistência, baseado essencialmente nos resultados de pesquisas quantitativas e positivistas, não é seguido na assistência ao parto atualmente. A prática de procedimentos invasivos, constrangedores e sem respaldo da ciência colocam as mulheres em situação de submissão, desconforto e risco, tirando dela o poder de decisão e a possibilidade de uma vivência saudável e positiva. Diante de um evento intenso, desafiador e marcante na vida de uma mulher, como o parto, possibilitar o máximo amparo, satisfação, autonomia, privacidade e intimidade deveriam estar entre o arcabouço de técnicas dos profissionais que o assistem.

Profissionais necessitam buscar na assistência integral, ter compreensão do processo saúde-doença, ter empatia, solidariedade e respeito com o próximo, não tornando o tratamento apenas um número; é preciso dar atenção necessária, fazendo a humanização em saúde (PAGANINI, FLORES e SILVA, 2014). Dessa forma pode-se alcançar o benefício máximo da assistência à saúde e possibilitar uma vivência enriquecedora no processo de cura, e nesse caso, no processo de parir e nascer.

Reconhece-se que o processo de inclusão das políticas de saúde da mulher na agenda, seu diagnóstico e formulação, teve intensa participação popular, de grupos de interesses, de movimentos sociais e da sociedade civil organizada; no entanto, tem pecado nas fases de implementação e avaliação



da política, esbarrando no despreparo profissional para atuação e no despreparo da própria população, que em sua maioria, não tem acesso à educação básica de qualidade para estar apta a receber esses serviços, tornando-se facilmente manipulada por corporações e interesses financeiro e político-eleitorais não pautados na ética.

Benefícios à saúde da população são manipulados a favor de interesses financeiros. Como exemplo, é possível mencionar o menor índice de morbimortalidade materna e neonatal no parto vaginal, que é ignorado diante das facilidades de agendamento e rentabilidade de cirurgias cesarianas. Informações importantes são negadas às mulheres e outras, muitas vezes irreais, como falsas indicações cirúrgicas que são utilizadas para atender interesses profissionais. Ainda estamos distantes de alcançarmos a discussão sobre as multidimensões humanas envolvidas no processo de gestar, parir e maternar, as quais toda mulher que deseje tem direito de conhecer e vivenciar.

No entanto, o acesso à informação e à educação pode ser a mola propulsora dessa grande mudança, que tira a política do papel e a coloca ao alcance do povo. Na teoria das necessidades humanas básicas, tanto saúde quanto autonomia aparecem lado a lado.

No tocante à autonomia, a contingência da gravidez pode oferecer riscos à capacidade das mulheres de exercerem o controle sobre o seu próprio corpo e sobre o planejamento de sua família. Para exercer com autonomia essa capacidade elas devem contar com programas educativos, provisão direta de contraceptivos, tratamento da esterilidade e da sub-fecundidade; enfim, devem ter autonomia para controlar a sua vida reprodutiva. E tudo isso irá repercutir favoravelmente nos filhos, na unidade familiar e na sociedade (DOYAL e GOUGH, 1991, p. 217).

Lançado em 2015, o Protocolo de Atenção Básica Saúde *das Mulheres*, pelo MS, traz avanços consideráveis na assistência ao parto, apontando indicações verdadeiras e falsas de cesarianas, procedimentos que podem ser considerados violência obstétrica, procedimentos proibidos na rotina do atendimento ao parto e benefícios do parto normal em relação à cirurgia cesariana.

A Rede Cegonha, programa do Governo Federal, lançado em 2011 como estratégia para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como, assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis, também faz parte dos esforços do *policy makers*, ou “fazedores de políticas públicas, gestores e políticos”, em colocar o Brasil no patamar indicado pela OMS, que é de índice de cirurgia cesariana de no máximo 20% para garantir uma assistência de qualidade. Destaca-se aqui, bem como, a participação da doula na atenção à gestação e ao parto, a qual é incentivada pela OMS e pelo MS devido a ser considerada uma tecnologia leve, de baixo custo, comprovadamente eficiente para bons desfechos em trabalhos de parto (OMS, 1997; BRASIL, 2011).

O movimento de Humanização do Parto é um processo lento e repleto de contradições, uma vez que coloca em questão uma série de valores e de crenças cristalizadas, que foram construídas ao longo de muitos anos, perpassando não só a temática dos nascimentos, mas, sobretudo, os aspectos mais sutis como as diferenças de gênero, o poder e as ideologias de dominação.

Nesse caminho, a 15ª Conferência Nacional de Saúde, a ser realizada em Brasília/DF de 1º a 04 de dezembro de 2015, traz como destaque a paridade de gênero na etapa nacional, onde as mulheres devem representar metade da delegação escolhida na fase estadual.

As políticas de humanização recebem incentivo, cartilhas, recursos, capacitações. Ao perceber a falha do modelo tecnocrático em melhorar a assistência ao parto, a humanização volta o olhar à complexidade humana e as multidimensões experienciadas nos processos de vida (CARDOZO, 2017).

Ainda, conforme relata o autor acima, a Lei da Doula é aprovada em alguns estados e várias cidades brasileiras e impulsiona os hospitais e maternidades a se adequarem ao movimento de

humanização do parto. No entanto, como já foi dito, muito além de leis e imposições será necessária uma mudança cultural na forma de olhar os eventos biológicos inerentes à mulher. Sua depreciação e desvalorização refletem a submissão para dominação de muitos outros aspectos do feminino.

Para tanto, a doula, na sua origem de “estar a serviço de outras mulheres” vem complementar o quadro profissional para a assistência ao parto. Porém, há de se ter o cuidado de manter sua origem de estar em função da mulher que a solicita, e não subordinada a uma instituição prestadora de serviço de saúde ou a outros profissionais.

Politicamente as doulas no Brasil têm sido a mola propulsora do movimento de humanização e são em sua maioria mulheres com vivência de parto, ora positivas, ora negativas e que se dispuseram a amparar outras mulheres na mesma busca, a busca por um parto humanizado. O papel da doula mereceu um capítulo adiante para fundamentar esta questão (CARDOZO, 2017).

Ao pensar na extensão da vivência de um parto, pode-se ampliar o olhar para além das políticas de saúde da mulher, visto que a escolha pela maternidade é tão verdadeira quanto a escolha pela paternidade. Vivenciar o nascimento de um filho pode ser intenso e transformador também para o homem que assim o deseja. Permitir que mais e mais humanos compartilhem os sentimentos de conexão proporcionados por um parto onde a mulher tem suas escolhas respeitadas e um nascimento respeitoso e amoroso é um caminho para a corresponsabilidade e o sentimento de pertencimento a quem vivencia junto esse evento íntimo e afetivo.

A partir do movimento Humanista do século XVIII, a negação de determinismo newtoniano, com sua concepção de causa e efeito linear e da fragmentação da matéria e do conhecimento, oriundos do pensamento de René Descartes, filósofo do século XV, na defesa do poder absoluto da razão para a decomposição do objeto em suas partes constituintes, dá lugar a uma forma de pensar centrada no ser humano e em suas dimensões, seus aspectos emocionais e socioculturais.

O termo Humanização do Parto, parte desse conceito de humanismo, num contraponto ao modelo tecnocrático de assistência ao parto, que apresenta o homem como máquina, distinta e separada de sua mente e regida por leis determinadas e fragmentado em suas partes, sistemas, “peças”, componentes de sua mecânica.

Da mesma forma, o modelo tecnocrático vê a mulher em trabalho de parto como uma máquina que deve expulsar mecanicamente o bebê alojado em seu ventre. Utilizando-se da visão enraizada no sistema patriarcal, da dominação e superioridade masculina, logo, essa máquina é essencialmente falha e necessita de uma série de intervenções e processos que a “auxiliem” nessa tarefa. Na visão do modelo biomédico, a avaliação da pelve da mulher, da dilatação do seu colo uterino e a progressão da descida do bebê justificam o uso de medicações e instrumentos para acelerar o processo e resolver a função que a mulher, supostamente, não consegue fazer sozinha. No entanto, todos os outros aspectos componentes constituintes do humano são negligenciados, reforçando na mulher o sentimento de inferioridade, constrangimento, dor e vergonha, que parecem inerentes ao ser mulher (CARDOZO, 2017).

O movimento de humanização do parto é um movimento mundial que busca valorizar os aspectos multidimensionais do parto e do nascimento e está apoiado sobre um tripé: o respeito à autonomia e ao protagonismo feminino, a visão do parto como evento integrativo e transdisciplinar e o respaldo da MBE<sup>162</sup> (AMORIN, 2012). Ele nasce em resposta ao modelo tecnocrático de assistência ao parto, que coloca a mulher como paciente, sem poder de escolha ou decisão e o parto como doença, que exige intervenções médicas de rotina e submete mulheres saudáveis a um procedimento cirúrgico de médio porte, a cirurgia cesariana, para extração fetal, sem justificativa viável para expô-las a um aumento significativo no risco de morbimortalidade materno-infantil.

<sup>162</sup> A medicina baseada em evidências, segundo seus defensores, seria a utilização racional e judiciosa da melhor evidência científica disponível para se tomar decisões sobre cuidados aos pacientes. Ou, o processo de sempre descobrir, avaliar e encontrar resultados de investigação com base às decisões clínicas (ROSENBERG, 1995, p. 310).

Nesse modelo usam-se procedimentos de rotina para a assistência ao parto, tais como jejum, tricotomia, enema, repouso no leito, parto em posição de litotomia, episiotomia e fórceps de alívio em primíparas sem sofrimento fetal. Até momento não consta em nenhuma evidência científica sólida ou algo que demonstre a sua efetividade e, ao contrário, já existem evidências demonstrando seus efeitos deletérios para o binômio mãe-bebê (JONES, 2012). Esses procedimentos, se usados sem justificativa, são considerados violência obstétrica pelo movimento de humanização.

Esse modelo é falho devido a induzir a uma alta taxa de cirurgias cesarianas, cirurgias que aumentam o risco de morbimortalidade materno-infantil, aumentam a insatisfação da mulher durante o parto, além de aumentar o índice de violência obstétricas e desconsiderar os aspectos multidimensionais dos seres humanos envolvidos no parto.

A visão humanizada do parto não desconsidera os avanços científicos alcançados por pesquisas no modelo biomédico. Ao contrário, preconiza que procedimentos técnicos sejam experimentados e tenham resultados estatisticamente evidentes para serem utilizados na condução de um parto. Todavia, não desconsidera os aspectos emocionais, as crenças pessoais da mulher, sua história e cultura (CARDOZO, 2017).

O paradoxo está no modelo tecnocrático, que ao contrário do que é determinado pelo próprio modelo, oferece procedimentos e técnicas à assistência ao parto que nunca foram objetos de estudo e que são repugnadas pelas mulheres pela dor e constrangimento que causam, a exemplo da episiotomia. Técnicas ainda continuam a ser utilizadas mesmo após estudos que apontam sua ineficácia ou prejuízo, a exemplo do uso rotineiro do hormônio sintético ocitocina, utilizado em série para acelerar o trabalho de parto e diminuir o tempo de internação das mulheres. No entanto, estudos apontam que se usado sem real indicação aumenta o índice de lacerações de períneo, hipertonia uterina e sofrimento fetal (JONES, 2002). Entre essas técnicas está a própria cirurgia cesariana, indicada indiscriminadamente a despeito dos estudos que comprovam o aumento da morbimortalidade materna quando realizadas sem indicação real (AMORIN, 2012).

O movimento de humanização preconiza utilizar-se das pesquisas científicas aliadas ao amparo físico e emocional da mulher em trabalho de parto, além de considerar a sua cultura e sua história. Ele está estruturado e apoiado por diversos atores no Brasil, tanto gestores públicos, profissionais de diversas áreas da saúde, quanto pela população que tem acesso ao conhecimento científico atual sobre as técnicas de parto. Isto traz possibilidades de uma vivência intensa e bela, porém, sofre resistência tanto por profissionais da classe médica quanto por gestores da administração hospitalar, que sobrepõem o controle no agendamento de pacientes, a facilidade da previsão e organização de procedimentos e o aumento da renda à saúde e bem-estar da díade mãe-bebê (DE PAULA; CHAUVET, 2013).

O controle e a dominação através do poder conferido pelo conhecimento acadêmico e títulos de graduação e a verdade a eles conferida coloca as mulheres e seus familiares em situação de submissão em relação aos profissionais de saúde. Quando políticas públicas utilizam-se desse poder, a população submete-se a ele sem questionar.

Infelizmente, nem sempre o amor à ciência e à ética caminham juntos. A trajetória da obstetrícia brasileira segue interesses econômicos e utiliza-se do biopoder na manipulação da ciência à despeito dos prejuízos causados à população, e sem considerar os interesses dos pacientes, sendo aguçados pela busca em manter o poder.

Inserindo o parto hospitalar nas políticas públicas tem-se a assistência ao parto como ferramenta de poder, controle e governamentalidade. Mulheres e famílias são sujeitas a uma assistência precária e violenta, sob o governo do biopoder.

Os regimes de poderes que são exercidos por meio da **anátomo-política** (adestramento do corpo do indivíduo) e pela **biopolítica** (tecnologia de poder que regula a vida da população a partir de dados biológicos) juntos formam o biopoder. Esse é caracterizado pelo conjunto de estratégias, técnicas e relações de poderes sobre o homem biológico, que visam ao controle e à regulamentação dos corpos individuais e coletivos para torná-los dóceis e produtivos. Assim, o poder não é algo unitário, mas formas díspares, heterogêneas, em constante transformação.

O acesso ao conhecimento de si pode passar o poder sobre o próprio corpo à mulher que vivencia o parto, tornando-o uma vivência consciente. Sob o domínio do biopoder, de culpada pelo pecado original a mulher passa à vítima da própria natureza defectível, sendo humanitariamente salva pelos médicos, poupada inicialmente por anestésicos que a deixava inconsciente durante todo o processo do parto e que foram abolidos devido ao alto índice de mortalidade materna da época e substituídos por uma infinidade de ferramentas como fórceps e curetas, hoje também não mais utilizadas (DINIZ, 2005). Enquanto cada cidadão estiver à mercê de conhecimentos detidos por uma minoria, sem o domínio de si, mulheres e homens estarão sujeitos à dominação por interesses escusos, guiados pela economia à despeito da cidadania e do amor.

O advento da técnica cirúrgica que inicialmente colheu os louros por salvar muitas vidas ganhou espaço de poder. Ofereceu controle e reconhecimento aos obstetras, agora cirurgiões, que passaram a dominar cada vez melhor a técnica cirúrgica da cesariana (JONES, 2012). Ao adquirirem domínio do manejo cirúrgico, podiam realizar um número grande de cirurgias num mesmo tempo do acontecimento de um único parto, com a vantagem de poder agendar seus horários. Poderiam deter total controle sobre o procedimento e sobre a preferência dada às cirurgias, o que é facilmente compreensível do ponto de vista do profissional.

Porém as consequências dessa preferência podem ser danosas, pois as cesáreas acarretam quatro vezes mais risco de infecção puerperal, três vezes mais risco de mortalidade e morbidade materna, aumento dos riscos de prematuridade e mortalidade neonatal, recuperação mais difícil da mãe, maior período de separação entre mãe/bebê com retardo do início da amamentação e elevação de gastos para o sistema de saúde (CFM, 1997).

Assim, a cesariana passou a revelar status e poder também para a mulher, pois ter a possibilidade de pagar por uma cirurgia que a libertava da famigerada dor do parto, da truculência de parir e da exposição da sua sexualidade em um ambiente que não era de sua intimidade, deixou o parto vaginal para a mulher pobre e sem opção inicialmente, e hoje é maioria no total de partos hospitalares. As facilidades da cirurgia alcançaram também o SUS, onde os índices de cirurgia ultrapassam em muito o recomendado pela OMS.

O que é ainda mais complexo e também fomenta o movimento de humanização são as pesquisas que apontam que 80% das mulheres do Brasil desejam um parto vaginal no início das suas gestações, sendo dissuadidas no decorrer do pré-natal e o parto que desejavam protagonizar passa às mãos dos profissionais de saúde (Cardozo, 2017).

O parto hoje foi praticamente substituído por um procedimento cirúrgico e desperta os movimentos de mulheres para restituir seu protagonismo e o domínio de seus corpos, colocando-as como sujeito de seus partos. Até mesmo do discurso feminista do poder de decisão feminina a obstetrícia se apropria para justificar o índice alarmante de cesarianas. No entanto, estas decisões, quando ocorrem, são em maioria baseadas em informações sem fundamento científico ou falsas informações como falsas indicações clínicas de cesariana, medo da dor da qual consideram escapar na cirurgia ou na percepção de que o parto normal é algo inseguro.

O hospital, por sua vez, torna-se a fábrica, o corpo da mãe a máquina e o bebê representa o produto de um processo de fabricação industrial. A obstetrícia passa a desenvolver ferramentas e tecnologias para a manipulação e melhoria do processo inerentemente defeituoso do nascimento, caracterizado pelo sistema de linha de montagem industrial (DAVIS-FLOYD, 2001, p. 75).

Nos países em desenvolvimento, como no Brasil, os partos acontecem nos hospitais, porém, o índice de morbimortalidade materno-infantil é alto. Quanto às causas dos óbitos maternos estudos apontaram que cerca de metade das mortes na América Latina e Caribe é por distúrbios hipertensivos e hemorragias, com um percentual importante de não-definidas. Já nos países desenvolvidos, causas diretas relacionadas à anestesia e à cesariana são as mais frequentes (KHAN *et al*, 2006).

O excesso de partos cirúrgicos acontece devido à formação médica, historicamente voltada às intervenções em partos complicados, à praticidade de organização de agenda e controle de procedimento e à vantagem econômica. Além do mais, há uma cultura que valoriza procedimentos rápidos e controlados e rejeita aspectos naturais ou instintivos do humano e teme a famigerada dor do parto, relatada por mulheres atendidas no modelo tecnocrático de assistência (RATTNER; TRENCH, 2005).

Sim, as gestantes atualmente estão com medo de ter parto normal. Isso porque as mulheres foram ficando cada vez menos donas de seus corpos. Hoje, o nascimento está bastante medicalizado, a mulher vem perdendo o contato com seus instintos naturais de parir (FADYNHA, 2011, p. 27).

No Brasil, infelizmente mesmo com as contínuas reformas do final do século XX, as políticas públicas permanecem conservadoras e carentes de recursos. Com a estratégia de promoção de saúde esperava-se que o próprio sistema tivesse um olhar humano, social, técnico e humanizado sobre todo o processo de saúde-doença relacionado à qualidade de vida (MASCARENHAS, 2005).

A assistência médico-hospitalar ao parto e nascimento confere novos significados ao parir e nascer. De evento fisiológico, familiar e social, transforma-se em ato médico, onde o risco de patologias e complicações se torna a regra, e não a exceção, característica do modelo tecnocrático de assistência ao parto (MAIA, 2008).

O parto passou a ser um procedimento técnico, agendado, controlado e lucrativo. Esses aspectos favorecem tanto a profissionais quanto a familiares, engendrados, no mundo pós-moderno, no conceito de Bauman (2001), em um estilo de vida pautado na velocidade das comunicações, na satisfação imediata de desejos, na vantagem econômica e no consumismo.

Tanto o profissional, quanto a mulher e seus familiares sentem que um parto que utiliza medicamentos, instrumentais, intervenções, ou mesmo cirurgia seja mais seguro, mais prático, mais indolor, principalmente pelas condições de controle oferecidos pelas técnicas a despeito do risco de infecções, de mortalidade materna aumentada e dos altos índices de prematuridade e internação de recém-nascidos em UTIs neonatais por desconforto respiratórios. Nesse contexto, propicia o desempoderamento da mulher durante o parto, dos sentimentos de impessoalidade, desprovido de emoção e vínculo durante o nascimento (JONES, 2012).

Mais da metade das mortes maternas e neonatais ocorrem durante a internação para o parto/nascimento. A PNDS (Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde) mostra uma cobertura institucional de parto de 91.5%. Todavia 36% desses partos são cesarianas, um procedimento que, ao ser realizado sem indicação precisa, segundo o Centro Latino-americano de Perinatologia - CLAP, pode resultar em uma mortalidade materna até 12 vezes maior do que a observada no parto vaginal. A cesariana implica no dobro da permanência no hospital, e pode gerar transtornos respiratórios neonatais e prematuridade iatrogênica (BRASÍL, 2004, p. 9).



Esta referência mostra a correlação entre excessivas taxas de cesariana e alto índice de morbimortalidade materno-infantil. Adentrando em um campo ocupado por mulheres e investindo em corpos femininos, de cujas dinâmicas tinha pouco conhecimento, a medicina incorreu em inúmeros equívocos, em muitos casos contribuindo para a elevação das taxas de mortalidade de mulheres e de bebês (TORNQUIST, 2004).

No Brasil, as taxas de cesárea variam bastante entre as regiões, principalmente quando se compara a assistência realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) com a assistência privada. A taxa de cesarianas no setor de saúde suplementar chega próximo de 80%, enquanto no SUS fica próxima de 40%, muito acima do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (AMORIN, SOUZA e PORTO, 2010, p.415).

Segundo Jones (2012) as primeiras meta-análises conduzidas sobre estudos em obstetrícia apontaram para o fato de que não existe incremento de qualidade no nascimento humano se aumentarem os índices de cesariana para mais do que 10 a 15%. Esse estudo foi publicado e distribuído ostensivamente pela OMS para todos os países. No Brasil, o MS, no ano 2001, encampou os pressupostos da OMS e lançou o livro “Aborto, Parto e Puerpério – Assistência Humanizada à Mulher” (BRASIL, 2001).

A cirurgia cesariana amplia em 120 a probabilidade de problemas respiratórios para o recém-nascido e triplica o risco de morte da mãe, além de ser responsável por cerca de 25% dos óbitos neonatais e 16% dos óbitos infantis no Brasil, que estão relacionados à prematuridade (que é mais incidente em partos por via cirúrgica), além das mães também ficarem sujeitas a complicações como: perda de maior volume de sangue, infecções puerperais e acidentes anestésicos (MARTINS-COSTA, 2002).

As propostas de políticas públicas da Agência Nacional de Saúde (ANS) em 2015 apontam para uma redução da tendência que foi considerada uma “epidemia de cesariana e prematuridade” no Brasil e no estado de Santa Catarina, resultante de uma desarticulação do sistema de saúde brasileiro desde a década de 80 do século XX. Com a respectiva redução do número de leitos hospitalares disponíveis nos centros obstétricos, e consequentemente a redução das equipes para a assistência ao parto, sem repasse de recurso para cesarianas eletivas sem indicação real, os profissionais ficam obrigados a oferecer informações de qualidade às gestantes. Inclusive é preciso informar o índice de parto normal e cesariana do médico, remunerando-o pelas horas de acompanhamento do trabalho de parto.

Em menos de um ano de funcionamento os resultados já apontam uma queda de 9 pontos percentuais no índice de cesariana dos hospitais incluídos (BARBA, 2016). Esta proposta vem trazer acesso à informação e poder de decisão à mulher quanto à via de parto mais saudável a ela e a seu filho, com a possibilidade real de escolha.

O governo brasileiro desde a formulação do PAISM, em 1984, tem reunido esforços para prestar um atendimento de qualidade e humanizado à gestação e parto. O agravamento da saúde pública, em especial a chamada violência obstétrica é um indicativo para o movimento de humanização do parto que ocorre pela articulação de movimentos da sociedade civil organizada e não organizada, assim como no interior do aparato estatal de saúde.

As práticas assistenciais que podem ser consideradas mais emblemáticas na Humanização do Parto, de acordo com o preconizado pela Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal (BRASIL, 2005) são: inserção da doula no acompanhamento do pré-parto e parto; permissão de acompanhante de livre escolha da mulher no pré-parto, parto e pós-parto; uso de métodos alternativos de alívio da dor como o banho, bola de parto, escada *de Ling*, massagem e deambulação; e realização de parto sem complicações por enfermeiras obstétricas.

A presença de tais práticas não atesta, definitivamente, que a assistência seja humanizada na sua concepção ideal, mas é um importante indício de um processo de mudança da lógica de assistência ao parto. As orientações do *Caderno Além da Sobrevivência: práticas integradas de atenção ao parto benéficas para a nutrição e a saúde de mães e crianças*, também trazem os benefícios dos procedimentos como clampeamento tardio do cordão umbilical, contato imediato pele a pele e amamentação imediata, que fazem parte do atendimento humanizado. Estas são descritas como três práticas simples que, além de proporcionar benefício instantâneo ao recém-nascido, podem ter impacto no longo prazo na nutrição e na saúde da mãe e do bebê e, possivelmente, afetem o desenvolvimento da criança muito além do período neonatal e do puerpério (BRASIL, 2011).

Tem-se observado que a introdução de novos atores na assistência ao parto, tais como as enfermeiras obstetras, as obstetrizes e as parteiras tradicionais tem movimentado o cenário do parto e nascimento. Aqui se evidenciam estatísticas significativas quanto ao desfecho e satisfação no parto assistido por esses em relação ao profissional médico. Bem como, a presença da doula, profissional treinada para prestar apoio contínuo durante o parto, tem diminuído distócias intraparto (complicações) e tem fomentado o empoderamento das mulheres com informações de qualidade sobre seus direitos no momento do parto, sendo a base do movimento de humanização do parto no Brasil (CARDOZO, 2017).

A metanálise dos estudos de Hodnett *et al* (2013), reuniu 22 ensaios clínicos randomizados, somando 15.288 mulheres, e apontou evidências científicas para o acompanhamento contínuo intraparto. Mostrou redução na duração do trabalho de parto e necessidade de analgesia, redução da necessidade de parto instrumental e cesárea, maior grau de satisfação materna, menor risco de Apgar < 7 no 5º minuto, e maiores benefícios das que tiveram apoio contínuo por mulher que não faz parte do staff hospitalar nem da rede social da parturiente como as doulas (HODNETT, *et al*, 2011).

Destaca-se que em países desenvolvidos, como a exemplo do Canadá, Holanda e Austrália, o parto está retomando seus aspectos naturais de intimidade, expressão da sexualidade e simbolismos, voltando a acontecer nos domicílios, na busca de devolver o protagonismo do parto à mulher. Dessa vez com a presença de profissionais capacitadas para a assistência, acompanhantes familiares de escolha da parturiente e da doula, profissional treinada, com vínculo com a parturiente desde a gestação. Como características fundamentais do movimento de humanização, o parto passa a ser visto como evento integrativo e transdisciplinar (SANFELICE e SHIMO, 2015). Esse método que preconiza a experimentação científica sólida respaldando as condutas em saúde, chamou-se inicialmente de MBE, termo cunhado pela primeira vez em 1992, também conhecido com Saúde Baseada em Evidência, e é um dos pilares da humanização do parto. Os profissionais que o seguem ainda ficam estarecidos diante da conduta obsoleta dos colegas, após terem descontruído anos de formação sem embasamento que beneficiasse seus pacientes (AMORIN, 2010).

Davis-Floyd (2010) refere-se a esse desencontro no ensino da medicina com uma visão antropológica mais ampla compreendendo esses procedimentos realizados de forma ritualística, traduzindo-os como “resposta ao medo exagerado a esse processo natural do qual depende a continuidade de nossa existência”. A autora coloca que o médico tem necessidade de controle do processo, o que não é possível ter durante um parto, evento que conjuga sexualidade, emoção, expressões intensas, dor, prazer, transe, vida e morte. Lidar com emoções tão fortes requer um olhar que transcenda a técnica e o posicionamento de distanciamento profissional e isso requer envolvimento afetivo com a mulher que vai parir. A fim de proteger-se desse envolvimento, considerado nocivo no modelo biomédico, criam-se rituais de controle e distanciamento: submeter a mulher a medicação de rotina, sem clínica necessária, deixá-la sem alimentação e impossibilitada de mover-se, tirando sua energia, colocando-a deitada em posição que não permita o controle próprio, mas que garanta o controle do profissional e cortando sua vagina, como que ao dizer, simbolicamente, que sua abertura

natural não é suficiente para a passagem de seu filho e que cabe ao médico “corrigir a falha da natureza”.

A aprovação de leis que garantem o direito à mulher de ter uma doula em seu trabalho de parto, parto e pós-parto nos hospitais e maternidades tem sido aprovada em diversas cidades do Brasil. Foi aprovada no estado do Amazonas e, recentemente, desarquivada após pressão popular em um congresso realizado na capital do estado de Santa Catarina em 2015, que contou com a presença de mais de 700 pessoas. A Lei nº 16.869 de 15 de Janeiro de 2016 – A Lei da Doula, foi aprovada por unanimidade e sancionada pelo Governador.

Acumulam-se relatos e vídeos nas redes sociais de partos humanizados feitos pelas mulheres que os vivenciam, demonstrando alto nível de satisfação e divulgando resultados que começam a modificar o imaginário coletivo sobre o evento do parto, acendendo uma fagulha que cala fundo em quem ouve, e/ou participa desses eventos, uma fagulha que diz que é possível parir com prazer. Esses relatos desmistificam a premissa bíblica do “parirás com dor” e trazem a satisfação e empoderamento da mulher ao vivenciar um evento fisiológico inerente à sua biologia de acordo com sua história, sua cultura, suas emoções e suas crenças, tomando para si o poder sobre seu corpo, transmutando um evento que outrora fora considerado motivo para depreciar o feminino num ato de poder e autoafirmação (CARDOZO, 2017).

Esse fato também se deve ao acesso às bibliotecas digitais com grande número de pesquisas demonstram resultados positivos das práticas de humanização do parto e do crescimento de grupos que informam, orientam e preparam as mulheres que desejam parir dessa forma e ainda, do surgimento das equipes de partos domiciliares planejados por todo o país.

Avançando no paradigma da MBE chegamos à Medicina Translacional, que fornece uma visão calcada na integração das ciências básicas, sociais e políticas com o objetivo de otimizar os cuidados aos pacientes e desenvolver medidas preventivas que não devem ser esgotadas somente pela provisão de recursos proporcionados pelos Serviços de Saúde.

Oferecer uma assistência ao parto dentro do paradigma da medicina translacional requer que se amplie o olhar para seus aspectos ecológicos, socioculturais, emocionais e espirituais. Valorizar os vínculos afetivos e íntimos para uma boa assistência ao parto, focar nos anseios, crenças e desejos da mulher que vai parir, são rupturas profundas com o sistema biomédico. Porém, o trabalho em equipe, a transdisciplinaridade e a inserção da doula, com a simplicidade de sua formação e na ressignificação do papel do membro familiar que tem a experiência e vivencia o parto através dela, apontam ser um caminho possível para uma política humanizada.

A implementação efetiva das políticas já instituídas permitiria às mulheres escolherem com consciência e informações de qualidade sobre a via de parto desejada, sem estarem à mercê de procedimentos violentos e obsoletos ou interesses econômicos sobrepostos aos direitos à saúde e à dignidade. No entanto a conjuntura política brasileira, contaminada pela corrupção, pelo patrimonialismo e pelo corporativismo nunca superados impedem que serviços de qualidade saiam do papel e que a população usufrua de um direito genuíno.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J.M., D’OLIVEIRA, A.F.P.L. **Violência institucional em maternidades públicas**: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero. Tese de doutorado. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- PORTO, A. M. F.; AMORIM, M. M. R.; SOUZA, A. S. R. Assistência ao primeiro período do trabalho de parto baseada em evidências. **FEMINA**. Outubro 2010. vol 38. nº 10.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzein. Jorge Zahar ed. Rio de Janeiro: 2001.

BRASIL, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Pacto pela Redução da mortalidade materna e neonatal**, Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção obstétrica e neonatal**, Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Relatório de gestão 2003 à 2006: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

\_\_\_\_\_. Organização Pan-Americana da Saúde. OMS. Além da Sobrevivência: Práticas integradas de atenção ao parto, benéficas para a nutrição e a saúde de mães e crianças. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Brasília/DF, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher**– Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BARBA, M. D. Contra epidemia de cesárias no Brasil, projeto consegue aumentar número de partos normais. **BBC** – São Paulo/Brasil. Disponível em [www.bbc.com/portuguese/Brasil-36565542](http://www.bbc.com/portuguese/Brasil-36565542) de 28 de junho de 2016 – acesso em 10/01/2017).

CARDOZO, F. **Cuidado ecoespiritual como tecnologia social para políticas de humanização do parto**. 220 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí 23/03/2017.

CFM. Conselho Federal de Medicina. **Cesariana: uma epidemia invisível**. Medicina, Conselho Federal, 1997; 84:18-19

DINIZ, CSG. **Assistência ao parto e relações de gênero: elementos para uma releitura médico-social**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Medicina/USP, São Paulo, 1997.

DINIZ, C. S. G. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(3); p. 627-637, 2005.

DE PAULA, E.; CHAUVET, E. Documentário **“O Renascimento do Parto”**. Chauvet Films e MasterBrasil. 2013. 1 DVD 1h30min.

DITTRICH, M. G. **Arte, criatividade: espiritualidade e cura: A teoria do Copo-criante**. Blumenau: Nova Letra, 2010.

DOYAL, L.; GOUGH, I. **A theory of human need**. London: MacMillan, 1991.

FADYNHA. **A doula no parto: o papel da acompanhante de parto especialmente treinada para oferecer apoio contínuo físico e emocional à parturiente**. São Paulo: Editora Ground, 2011.

FLOYD, D. R. The technocratic, humanistic, and holistic paradigms of childbirth”. In **International journal of gynecology & obstetrics**. International Conference on Humanization of Childbirth. Fortaleza, Brazil, 2-4 November 2000, pp. 5-23.

FLOYD, D. R. The technocratic, humanistic, and holistic paradigms of childbirth. **Int J Gynecol Obstet**. v. 75, n.1, p:5-23, 2001

FRANKL, V. E. **A questão do sentido em psicoterapia**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

FRANKL, V. E. **A presença ignorada de Deus**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2001.

GUTMAN, L. **O poder do discurso materno**. Ágora: Summus, 2011.

HODNETT, E. D. *et al.* Continuous support for women during childbirth. **Cochrane Review**, 2011. Disponível em: [http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_redecegonha](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha).

JONES, R.H. **Entre as orelhas**. Porto Alegre: Ideias a Granel, 2012.

KHAN, K. *et al.* WHO analysis of causes of maternal death: a systematic review. **The Lancet**. 2006. v. 367, n.9516, p.1066-74.

- LUZES, E. M. **A necessidade do ensino da ciência do início da vida**. Tese Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Psicologia 2007.
- MASCARENHAS, C. V. **Promoção da saúde**: representações sociais de acadêmicos dos cursos de graduação na área da saúde. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. 126f.
- MAIA, M. Bara. **Humanização do parto**: política pública, comportamento organizacional e ethos profissional na rede hospitalar pública e privada de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- MARTINS-COSTA S.H. *et al.* **Projeto Diretrizes**. Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (2002).
- MOREIRA, N; HOLANDA, A. **Logoterapia e sofrimento**. Psi co-USF, v. 15, n. 3, p. 345-356, set ./dez. 2010
- ODENT, Michel. **A cientificação do amor**. Florianópolis: Saint Germain, 2002a. 142 p.
- OLIVEIRA, A. C. D. C. Olhares de gênero sobre políticas públicas de saúde. In: DITTRICH, M. G.; FAEHART, E. M. P. **Educação e saúde**: políticas públicas e vivências dialógicas. Itajaí: Ed. Univali, 2016, pp.18-36
- OLIVEIRA, T. B. **O livro da maternagem**: para mães, pais, cuidadores e doulas. São Paulo: Schoba, 2012.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. **Care in normal birth**: a practical guide. Genebra: World Health Organization, 1997.
- PAGANINI, T; SILVA, Y.F. O uso da aromaterapia no combate ao estresse. **Arq. Ciênc. Saúde Unipar**, Umuarama, v. 18 n. 1, p. 43-49, jan./abr. 2014
- PEDRO, J. M. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. **História Unisinos**, v. 9, n. 3, p. 170-176, 2005.
- PEREIRA, P. A. P. Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero. **Sociedade em Debate**. Pelotas, 12(1): 67-86, jun./2006
- RATTNER, D.; TRENCH, B. **Humanizando nascimentos e partos**. In: Humanizando nascimentos e partos. São Paulo: Senac, 2005.
- Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (Rehuna). Carta de Campinas. (Mimeo). 1993,
- SANFELICE, CFO; ABBUD, FSF; PREGNOLATTO, OS; SILVA, MG; SHIMO, AKK. Do parto institucionalizado ao parto domiciliar. **Rev Rene**. 2014 mar-abr; 15(2):362-70.
- SCAVONE, L. As múltiplas faces da maternidade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 54, ago. 1984. p.199-234, 2001.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias** [online]. 2006, n.16, pp. 20-45. ISSN 1517-4522.
- TORNQUIST, C. S. Armadilhas da nova era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. In: **Estudos Feministas**. Ano 10 (2), p. 483-492, 2002.
- TORNQUIST, C. S. **Parto e poder**: o movimento pela humanização do parto no Brasil. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,2004.
- VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. **Crescer é uma aventura!** Desenvolvimento emocional segundo a psicologia corporal. Curitiba: Centro Reichiano, 2002.



## HISTÓRIAS DE VIDA NO BRINCAR: SENSIBILIZANDO NA CONVIVÊNCIA

VANDERLÉA ANA MELLER<sup>163</sup> | JOSÉ JHEAN DE SÁ<sup>164</sup> | FERNANDA PEREIRA<sup>164</sup>  
CLAIZA BARRETA<sup>165</sup> | MARIA GLÓRIA DITTRICH<sup>166</sup>

### INTRODUÇÃO

O homem é um ser cultural envolvido em determinado contexto social onde compartilha valores, tradições, criações materiais e imateriais, e nesse universo aprende e constrói sua história. Nas demandas da sociedade atual, globalizada e uniforme, os valores que a regem estão baseados, demasiadamente, na competição e na produtividade. Essa racionalidade instrumental, que é perpetuada no modo de viver da cultura atual, distancia os sujeitos da sua constituição amorosa, cidadã e até biológica, como seres que se constroem no compartilhar das emoções.

Quando falamos de cultura, consideramos que ela se constitui como “uma rede fechada de conversações” (MATURANA, 2004, p. 7), ou seja, coordenações consensuais de condutas conservadas (ou coordenações de ações e emoções) de modo transgeracional no devir humano, não por conta de ser vantajoso ou não, mas de modo espontâneo. Portanto, um diálogo envolvido nas especificidades de um grupo, de um contexto social, porém aberto à diversidade e ao emocionar-se com a vida, com as dinâmicas que integram as histórias de vida.

Ao refletir criticamente a cultura que está baseada na “desconfiança e do desprezo do tempo do outro” (TORRE, 2008, p. 35), é necessário que as práticas educativas busquem um reencontro com o impulso sensível, que “nos leva a desejar o que não somos, a buscar o novo, ao desejo de criar” (SCHILLER, 2002, p. 74). O professor necessita envolver sua proposta na educação do sensível e também conforme propõe La Torre *et al.* (2008, p. 34), em um educar transdisciplinar, onde se faz necessário:

[...] resgatar e permanentemente afiançar, transmitir e educar em todo lugar e época, com base em valores como a vida, a justiça, a igualdade, a ética pessoal, como uma forma de expressão da antropológica, da tolerância, do meio ambiente, da paz, [...] em suma, dos valores que nos devolvem a nossa humanidade.

<sup>163</sup> Doutoranda em Educação pela UNIVALI, Mestre em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ. Orientadora da disciplina de Estágio Supervisionado: Pesquisa da Prática Pedagógica do curso de Educação Física da UNIVALI. Integrante do projeto de extensão “Mãos de Vida. vanderlea@univali.br.

<sup>164</sup> Acadêmicos do curso de Educação Física da UNIVALI. jose\_jhean@edu.univali.br, fepereira67@hotmail.com.

<sup>165</sup> Mestre em Ciências Farmacêuticas pela UNIVALI, especialista em Nutrição Clínica Funcional pela UNICSUL-SP, supervisora de Estágio do Curso de Nutrição e integrante do Projeto de Extensão Mãos de Vida - claiza@univali.br.

<sup>166</sup> Graduação em Filosofia pela Fundação Educacional de Brusque, mestrado em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau e doutorado em Teologia pela Escola Superior de Teologia. Professora titular e pesquisadora da Universidade do Vale do Itajaí no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Ciências Políticas e no Curso de Graduação em Enfermagem, atuando nos seguintes grupos de Pesquisa: Dinâmicas Institucionais das Políticas Públicas e no Grupo de Pesquisas em Rede Internacional “Investigando Escolas Criativas e Inovadoras”, com a Universidade de Tocantins e Universidade Federal de Goiás. É membro integrante da Red de Formación Universitaria Transdisciplinar - REDFUT, da Comunidad Internacional Científica Virtual para el Cambio - CCVC e Rede Internacional de Escolas Criativas - UB - Espanha. Atua principalmente nos seguintes temas: corpo-criante, arte, arteterapia, criatividade, espiritualidade, educação, saúde, cultura e ser humano. Fundadora da Associação Catarinense de Arteterapia - ACAT e avaliadora do MEC. Diretora do Centro Da Vinci de Belas Artes e Ecoformação e Coordenadora do curso de Pós-Graduação em Arteterapia: Fundamentos Filosóficos e Prática. É artista plástica, autora e organizadora do I ENCONTRO INTERNACIONAL E CIÊNCIAS ECO-ESPIRITUAIS-Transdisciplinaridade, Ecoformação e Saúde. Escritora e promotora de eventos culturais e científicos. Seu trabalho nas artes plásticas é marcado por várias exposições e premiações no Brasil e no exterior. gloria.dittrich@univali.br

É um movimento em prol da convivência humanizada, pautada na moral que preconiza a vida. A educação é ambiente de convivência pautada nos princípios da paz. Torna-se necessário rever valores que não estão para a vida, reavaliando os aspectos culturais. Para Maturana, (2004, p. 7), a mudança/ampliação cultural ocorre,

[...] por meio de uma dinâmica sistêmica, na qual a rede de conversações em que a comunidade em processo de mudança cultural vive, modifica-se, guiada e demarcada precisamente pela nova configuração do emocional, que começa a se conservar na aprendizagem das crianças.

Não são raras as situações onde se julga negativamente uma ação quando ela é baseada no emocional, ou conforme Maturana (2002, p. 15) como “seres racionais vivemos uma cultura que desvaloriza as emoções, e não vemos o entrelaçamento cotidiano entre razão e emoção, que constitui nosso viver humano, e não nos damos conta de que todo sistema racional tem um fundamento emocional”.

Em suma, o ser humano está culturalmente condicionado a abandonar sua sensibilidade, numa inversão de valores que não possibilita o convívio social, que para Maturana (2001), só acontece quando há uma aceitação mútua na convivência, a qual não acontece quando existe competição pautada na negação do outro. Para entender o conceito de sensibilidade, Santin (1997) ressalta que quanto mais se almeja uma definição, mais se restringe aos domínios da cientificidade e da racionalidade. Desse modo, pode-se dizer que,

A sensibilidade precisaria ser alcançada no seu acontecer. Ela não é um objeto a ser inteligido, mas um gesto, um sentimento, uma atitude que assume uma realidade segundo as exigências de cada momento, como resposta a um determinado apelo ou como atendimento a uma necessidade. A sensibilidade não se deixa representar por que ela é presença. É um estar-junto (SANTIN, 1997, p. 7).

Na busca de práticas pedagógicas coerentes e que valorizem o ser humano em sua trajetória histórica, a qual o constituiu, este trabalho expressa experiências pedagógicas realizadas a partir da proposta temática integrada entre os estágios dos cursos de Educação Física e Nutrição e do projeto de extensão “Mãos de Vida” que envolveu a dinâmica transdisciplinar da “Roda da saúde”. Trata-se de um círculo transdisciplinar em que profissionais da saúde e educação dialogam sobre temas necessários ao empoderamento da cidadania e saúde. De acordo com Dittrich, Bernardo e Barreta (2012); Dittrich, Meller e Giorgi (2013) ocorrem práticas expressivas e criativas numa dinâmica de troca de saberes, envolvidos por laços sociais, afetivos e de confiança.

Este estudo teve como objetivo compreender as brincadeiras como possibilidade de expressão do ser sensível na saúde por meio das histórias de vida dos educandos de uma instituição socioeducativa de Itajaí – SC. A abordagem de pesquisa foi qualitativa, com base no método fenomenológico. As intervenções ocorreram no Parque Dom Bosco de Itajaí, com educandos entre 12 e 15 anos de idade, no ano de 2016. A coleta de dados ocorreu por meio do plano de ensino, planos de ação, relatórios, fotografias e rodas de conversa, integrada à “Roda da saúde”. Para a metodologia de trabalho pedagógico, no campo de intervenção e investigação, utilizamos a abordagem de História de Vida, a qual procura a expressão e retratar a trajetória de vida e o cotidiano dos sujeitos, sendo que, o que interessa é “o ponto de vista do sujeito. O objetivo desse tipo de estudo é justamente aprender e compreender a vida conforme ela é relatada e interpretada pelo próprio ator” (BRIOSCHI; TRIGO, 1987).

Esta instituição contribui socialmente com o acesso à educação de crianças e jovens, intervindo construtivamente nas histórias de vida dos sujeitos sociais. A Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), propôs um plano de ação a fim de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem,

proposta que consolida Políticas Públicas de apoio aos propósitos educativos, e que ampara a garantia do respeito à diversidade, à complexidade e às necessidades básicas de aprendizagem das crianças e jovens. Este é um ambiente socioeducativo que está em consonância com os propósitos deste plano e também com a LDBN 9394/96, que amplia os espaços educativos na organização da sociedade civil.

Consideramos que (re)conhecer as histórias de vida dos educandos é um ato fundamental para valorizá-los como sujeitos no seu processo de *vir a ser* e suas percepções sobre a saúde nesse processo vital. As expressões criativas e lúdicas expressas no brincar mobilizaram os sujeitos para estabelecerem relações de convivência em aceitação mútua, na dinâmica da vida.

## 1 EXPRESSANDO AS HISTÓRIAS DE VIDA NO BRINCAR

Compartilhar histórias de vida é um ato fundamental para reconhecermos os sujeitos e seu percurso de *vir a ser*. Para Nogueira (2004 apud SILVA *et al.*, 2007, p. 31), “a história de vida propõe uma escuta comprometida, engajada e participativa, [...] encontra-se uma possibilidade daquele que narra sua história experimentar uma ressignificação de seu percurso [...]” (*ibidem*). Portanto, a fim de promover a expressividade, nas intervenções iniciais, foram organizadas as rodas de conversa. Observamos que os educandos consideravam uma amizade mútua no grupo, e poucos conheciam profundamente os caminhos que resultaram no presente de cada um, tanto na vida cotidiana quanto a história no brincar.

No processo de “conhecer o outro”, para que assim possa aceitá-lo como um legítimo outro na convivência (MATURANA, 2004; VERDEN-ZÖLLER, 2004), alguns educandos relataram, após uma brincadeira de olhos vendados em que cada um teria que identificar seu colega por meio dos sentidos: “*eu a reconheci pela voz, e o que ela mais gosta de fazer é encher o saco de quem ela gosta*” (E1)<sup>167</sup>; também: “*reconheci meu amigo pelo jeito de falar, é engraçado*”; “*meu amigo não para de falar, o reconheci por isso*” (E2). O (re)conhecimento do outro ocorreu na expressão, por diferentes linguagens, verbal e não verbal, que são as diversas possibilidades do corpo sensível e expressivo.

Os educandos também tiveram a oportunidade de relatar as brincadeiras que o amigo tem preferência: “*ele disse que gosta de desenhar, gosta de esportes, handebol, queimada*” (E3); “*jogar futebol, brincar de pega-pega com os amigos*” (E4). Reconhecer o outro é também saber dos seus desejos, aspirações, sonhos: “*minha amiga, quando crescer quer ser veterinária*” (E6); “*ela quer ser professora*” (E7). Notamos que as preocupações, ou desejos, foram direcionados mais amplamente à responsabilidade profissional, pois não ouvimos alguém dizer que sonhava viajar e conhecer mais o mundo, conhecer algum lugar novo, ou casar e ter filhos. A nossa preocupação foi que não ocorreu uma linguagem mais sensível do ser existencial, pois também não expressaram uma relação sensível com o meio ambiente e com o outro. Identificamos que estes eram fatores que precisariam ser problematizados, pois muitas concepções expressas revelavam a condição de vida, que exige a sobrevivência perante as dificuldades financeiras, sociais e culturais do grupo, as quais, muitas vezes, neutralizam um sentido mais abrangente de vida.

Inicialmente, a timidez se revelou como um “dificultador”, e para amenizá-la, sugerimos a linguagem escrita por meio da elaboração de um “livro” com registro das histórias de vida no brincar, revelando as atividades e brincadeiras que faziam parte do cotidiano, e que revelariam estilos de vida dos educandos. De modo intencional foram organizados os pequenos grupos e o diálogo tornou-se aberto. As experiências do brincar, inicialmente contidas no registro, saíram do papel e foram compartilhadas com os amigos que se reuniram pela afetividade/intimidade/afinidade. Em muitos momentos percebemos uma maior comunicação e colaboração perante as dúvidas, pois perguntavam e respondiam entre si. Nesse momento não interferimos, pois percebemos a importância do linguajar,

<sup>167</sup> Utilizamos as numerações E1, E2, E3, sucessivamente, como forma de organização autoral dos relatos expressos nos diálogos entre os educandos, como também de preservar suas identidades.

sugerido por Maturana (2004) ao estabelecer laços afetivos na convivência, no relacionar harmonioso que fundem e fortalecem o social (*idem*), na colaboração, onde cada um é responsável por si, mas não esquecendo do coletivo. Para Torre (2007, p.117) a palavra tem poder é instrumento de transmissão dos pensamentos, ideias e emoções, e “[...] nos permite entrar no âmbito mais profundo da alma humana”. O poder pode ser destrutivo como veneno ou construtivo como medicamento, e este último possui força criativa.

Nas expressões das histórias buscamos as palavras construtivas, com o poder apaixonante e formativo. Destacamos algumas histórias a fim de compreender seu poder, nos sentidos e significados presentes e manifestos no momento da “contação de histórias”. Nas expressões ficaram evidentes a importância/impacto do brincar e das brincadeiras na vida dos educandos: *“Uma das brincadeiras que mais marcou a minha vida é a queimada, que eu brinco até hoje. [...] me faz sentir alegre, eu também tenho a brincadeira pega-pega-sardinha, [...] que fazia eu rever os meus amigos que eu não via há muitos anos atrás. A minha família toda brincava de pula tábua e também nós brincávamos da brincadeira de bolacha”* (E4). Nessa história, fica evidente a família (primeiro e principal espaço de relações no emocionar/linguajar) como parte central da constante e dinâmica conservação/mudança cultural no brincar (MATURANA, 2004).

Outra história revela a dinâmica vital do brincar: *“Quando era pequena, eu era bem “enérgica”, gostava de brincar de tudo, tudo mesmo. [...] obriguei meus pais a me colocarem no handebol, [...] agora gosto de desenhar, quero ser estilista. [...] comecei no esporte e terminei na arte, mas mesmo assim não deixei meus esportes favoritos de lado”* (E1); ainda vemos as relações pautadas no fazer produtivo (profissão), porém fundadas no “gostar de fazer”, revelando os sonhos, desejos e aspirações que são subjetivas, não condicionadas.

Nos momentos de conversa com um dos professores, quando surgiu o “brincar de boneca”, as meninas foram questionadas se ainda brincavam, e maioria delas relatou que não brincava mais, porque é coisa de criança e que não está mais na idade de brincar. Ao mesmo tempo foram novamente questionadas pelos professores: *“Existe idade para parar de brincar?”* Todos ficaram pensativos e sem resposta. Então um dos professores esclareceu que devemos brincar sempre que sentirmos vontade, pois a idade não é limitadora, e brincar é manifestação do ser lúdico.

Alguns caminhos explicativos sobre essa determinação do “quando brincar/não brincar” encontra-se em Santin (2001) ao afirmar que vivemos num mundo antilúdico, seja na linguagem, na priorização do produtivo, no que gera resultado, e no privilégio das capacidades racionais em detrimento das sensíveis. Para Maturana (2004, p. 121), deixamos de brincar pois na cultura (de massa) ocidental vivemos na “[...] instrumentalização das nossas relações interpessoais, na orientação para a produção e apropriação, vivemos uma vida que desvaloriza a aceitação mútua.”

Muitas outras brincadeiras vividas foram manifestas, bem além dos diálogos anteriores (a linguagem escrita e de imagens auxiliou o processo), como: brincar de boneca (dar banho, trocar de roupas), brincar de taco, pular da ponte, brincar de esconde-esconde, pega-pega, queimada, etc., onde cada um buscou expressar suas emoções no seu desenho, escrevendo sobre suas brincadeiras favoritas, o que ocorreu com muito respeito entre os educandos. Alguns ousaram da criatividade, com desenhos em quadrinhos do que mais gostavam de brincar, ou utilizando da linguagem escrita. Até mesmo o ato de escrever/desenhar/interagir se tornou brincadeira, no sentido de ser uma experiência intencional, intersubjetiva, sem preocupações ou objetivos externos.

Expressaram suas histórias e emoções no “Livro da vida no brincar” com desenhos e escrita das brincadeiras favoritas, e ousaram criativamente com desenhos em quadrinhos, também ampliando o diálogo com a família. Ler e ouvir as histórias de vida, além de ser um ponto de partida para o

planejamento das brincadeiras, permitiu na ação docente sermos ao mesmo tempo ouvintes e participantes no processo de conhecer realmente os educandos, suas motivações, desejos, expressões e (in)satisfações que se manifestaram na liberdade de “falar”. A expressão está, em grande parte, suprimida nos ambientes educativos oprimindo as dimensões sensíveis. Conhecer vai além de saber as preferências, pois necessita estabelecer relações, sentimentos que aproximam uns dos outros. “Se perceber” como ser sensível é indispensável no processo de “se conhecer”. Conhecer também é sentir, e talvez estejamos tão distraídos pela superficialidade e velocidade das coisas que nos enclausuramos na racionalidade.

A fala tem real importância e impacto apenas quando houver alguém para ouvir. Nas relações precisamos ampliar a habilidade e comprometimento da escuta, pois é uma ligação com o outro, existencial, que aproxima os sujeitos, tornando possível o sorriso, o abraço, o respeito, a ética, a empatia... um movimento de ensino e aprendizagem na aceitação do outro legitimamente, no conviver, no estar junto estabelecendo trocas e dinâmicas vitais.

O brincar não acontece apenas quando se dispõe de brinquedos, pois é uma manifestação da vida cotidiana. Pode-se dizer que o brincar acontece quando uma atividade é realizada de modo pleno em si, sem propósito exterior, mas com intencionalidades voltadas na pureza do emocionar, onde emergem sensações, expressas na fantasia, na conjunção entre real e imaginário (VERDEN-ZOLLER, 2004; SANTIN, 2001; KUNZ, 2015). No entanto, o que distingue o brincar de outras ações é o “acontecer” lúdico. Para Santin (2001, p. 54), “[...] a ludicidade é fantasia, imaginação e sonhos que se constroem como um labirinto de teias urdidas com materiais simbólicos. [...] é uma tessitura simbólica gerada e fecundada pela criatividade e simbolizadora da imaginação de cada um”.

A partir das histórias de vida contadas e criadas/relembradas pelos educandos, constatamos a ampliação de aprendizagens, o ser na integralidade nas manifestações sensíveis. Os educandos mostraram-se mais afetivos, com maior ligação no grupo, participativos e criativos. Os diálogos ocorreram no compartilhamento de emoções, de valores, na ludicidade e aceitação do “outro” na convivência, como legítimas expressões de sensibilidade. Para Santin (1993, p. 18), “a sensibilidade imagina, inventa e vive situações, formas e personagens”. Neste contexto Maturana (2004, p. 120) ressalta que, quando nos permitimos ouvir, dar “[...] atenção aos desejos e necessidades do outro”, isso “[...] se destrói a autoridade (domínio) e se cria a amizade (companhia). Quando isso ocorre, a obediência é substituída pela cooperação e a luta se transforma em aceitação e respeito mútuos na coexistência” (*ibidem*).

As interações harmônicas no linguajar e no emocionar (comunicação e experiência) que aconteceram nas brincadeiras potencializam o ser criativo. As histórias do brincar dos educandos foram revividas. Em alguns momentos observamos a manifestação da criatividade no brincar. Os educandos criaram formas diferentes de brincar com “vai-e-vem”, formando grandes grupos, com dois ou mais brinquedos ao mesmo tempo em um espaço livre, com movimentos espontâneos, promovendo um momento de muita alegria e fruição. Para Kunz (2015, p.19) “sempre há uma intencionalidade criativa no ato de se movimentar”, que se expressa na relação com o brinquedo, com os outros e entre os sujeitos. Os educandos davam novos sentidos e significados, evidenciando o que afirma Santin, (1993, p. 27): “[...] o brinquedo caracteriza-se ainda pela presença do outro. [...] O brinquedo aproxima as pessoas, as torna amigas, porque brincar significa sentir-se feliz. [...] O brinquedo não é confronto e nem conflito”.

O professor necessita ampliar vivências e experiências humanizadoras, pois frequentemente observamos o educar distante do mundo da vida, estéril. Humanizar a prática pedagógica é permitir contar sua história, estabelecer conexões com o outro, aproximar as relações e conhecimentos, promover experiências que possibilitem o compartilhamento, a humildade, que valorizem a criatividade



e a intersubjetividade do ser na sua plenitude. As experiências de vida nutrem o amor e reforçam o poder coletivo de sonhar e conquistar uma relação e uma sociedade mais igualitária.

Promover a aproximação dos educandos com a natureza pode facilitar a percepção dos mesmos como constituintes e constituidores dela. Como possibilidades de ampliação da sensibilidade, realizamos com os educandos rodas de conversa e brincadeiras relacionadas ao meio ambiente. Na roda de conversa, por meio de exposição de fotografias que mostram desde crianças brincando na natureza quanto sobrevivendo em ambientes poluídos, solicitamos que os mesmos relatassem o que sentiam em relação ao que viam nas fotos e se lembravam alguma situação semelhante que já vivenciaram. Os relatos seguintes demonstram suas percepções, recordações e sentimentos: *“Parece que tem crianças brincando com barro, parecia eu brincando quando era criança com barro, eu adoro brincar com barro”* (E2); *“Eu escolhi essa imagem porque ela lembra muito a minha infância, é uma das imagens mais coloridas que tem aqui, eu achei ela bem alegre é um monte de crianças brincando”* (E1); *“Essa foto me chamou atenção porque tem crianças brincando, aí elas reutilizaram as coisas que poderiam estar no lixo, e fizeram um carrinho de corrimão.”* (E6)

Nas fotografias de crianças em meios poluídos, observamos o fluir emocional, a alteridade: *“Escolhi essa imagem, representa a seca da água, sede das crianças, poluição da água, uma imagem triste”* (E4); *“essa imagem me chamou atenção porque se trata de um menino pobre catando latinha no meio do lixo, [...] senti tristeza”* (E7); *“escolhi essa imagem porque tem uma menina com fome, parece que ela é da África, e lá tem muita fome”* (E8). Um ponto marcante nos diálogos foi sobre a fome, que não se limita à fome de “comida”. Conversamos sobre as “múltiplas fomes” que as pessoas sentem atualmente: fome de um abraço, fome de carinho, de amizade, de empatia, pois o individualismo está exacerbado e desacostumamos a enxergar o outro, suas reais necessidades, desejos, medos e inseguranças.

A roda da saúde se constituiu nos diálogos, que convergiram com a proposta do projeto “Mãos de Vida”, a partir das temáticas de saúde, vida e autocuidado. Foi destacada também a alimentação saudável, afim de proporcionar ao nosso corpo mais energia para brincar com qualidade. Ocorreu um envolvimento totalmente sensível e colaborativo, a aprendizagem tornou-se importante para os educandos, destacando a atividade do piquenique. Na experimentação das frutas, quando um educando oferecia ao outro que estava com os olhos vendados uma determinada fruta, houve a descoberta de novos sabores, cores e texturas, despertando os sentidos, reafirmando os laços de convivência e amorosidade.

Nas provocações sensíveis, pessoais e coletivas, o piquenique foi um momento amplamente sensorial. No gramado do pátio da instituição estendemos uma toalha e as frutas e sucos foram organizados sobre ela, com muita variedade, possibilitando um colorido muito atrativo. Logo ficamos com água na boca, e os educandos desejaram rapidamente comer e beber. Esta experiência foi envolvida com brincadeiras de sensibilidade degustativa e olfativa. O desafio foi escolher um pedaço de fruta e oferecer para um amigo que estaria com olhos vendados e ainda teria que adivinhar que fruta era. Foi muito interessante o exercício sensorial para descobrir a fruta, com muitos movimentos na língua para sentir melhor o gosto. Alguns cheiravam na tentativa de identificar a fruta e acertar seu nome. O desafio maior foi sugerido por um educando, o de colocar dois pedaços de frutas ao mesmo tempo na boca do amigo, aí o exercício foi ainda mais instigante. Ficaram tão envolvidos que não queriam concluir a atividade. Esta brincadeira possibilitou a ampliação dos diálogos sobre alimentação saudável, as necessidades do corpo e a valorização da vida, sendo uma síntese sobre tudo que dialogamos no decorrer do semestre.

Salientamos a importância da sensibilização para a reconexão do ser humano na natureza e no espaço em que vivemos, para serem potencializadas as capacidades de transformar, evoluir, recuperar,

reutilizar e cuidar de si e do meio ambiente, favorecendo uma vida mais sustentável. Uma educação voltada aos valores ecorformativos, ou seja, “[...] formar cidadãos que valorizam, respeitam a natureza e promovem a melhoria social, cidadãos conscientes, comprometidos e criativos, livres com projeto de vida” (TORRE, 2008, p. 34), e nos percebermos como integrantes de um ecossistema, onde cada ação individual (positiva ou não) resulta em consequências coletivas. Somente quando assumimos atitudes éticas, fundadas no amor (BOFF, 2014), ou seja, em uma disposição corporal que especifica domínios de ações baseadas na confiança e aceitação mútua (MATURANA, 2002; 2004; 2014), reconhecendo a (co)existência, num sistema dinâmico (ecossistema), a partir de uma postura responsável, tanto na convivência social como na existência na “casa de todos” (planeta Terra) que a ecoformação se efetiva e torna-se maior que uma simples educação ambiental. Ampliando a expressividade amorosa, situação na qual as pessoas, “junto com outras pessoas, em sua relação com os objetos, se conduzem aceitando o outro como tal, junto de si” (MATURANA, 2014, p. 47).

É preciso considerar que brincar “[...] não é uma preparação para nada, é fazer o que se faz em total aceitação, sem considerações que neguem a sua legitimidade” (VERDEN-ZOLLER, 2004, p. 234), é um ato de libertação, de conhecimento, de descobrimento e de convivência no conversar e emocionar (MATURANA, 2002), pois o brincador é livre para fazer as próprias regras e decidir quando e como terminar.

As aulas de Educação Física nos espaços socioeducativos, não formais de ensino possibilitam a potencialização de atitudes permeadas por valores positivos, de aprendizagens ampliadas na (con) vivência, envolvidas nas diversas manifestações culturais existentes. Este é um exercício de validade e legitimidade das Políticas Públicas da educação, tornando os espaços adequados aos propósitos e impactantes na vida dos sujeitos. Identificamos na educação não-formal a liberdade para escolha dos conteúdos, seu valor social, e ampla interação entre os sujeitos, para Gohn, (2006, p. 28), “a educação não-formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as experiências de compartilhamento das histórias de vida contribuíram, amplamente, para educação estética, estimulando o ser sensível e humanização. Nesse sentido, as brincadeiras vivenciadas e contadas nas atividades de sensibilização, no “exercício” de conviver e conversar conseguiram ampliar e aprofundar as relações dos educandos que, inicialmente, eram incipientes. Observamos durante as intervenções, nas interações em outros horários e ambientes que o grupo se tornou unido, alegre, extrovertido e comunicativo, interagindo na afetividade entre si e conosco, na expressão do amor.

Os resultados obtidos demonstram que o brincar colaborou sobremaneira na sensibilização dos educandos. Com as experiências vivenciadas se mostraram mais a afetivos, com maior sentimento de grupo, participativos, alegres e criativos, compartilhando emoções, valores de aceitação do outro como legítimo na convivência. Nas experiências do brincar ocorreu a ampliação dos horizontes do ser sensível, expressos nas percepções, na afetividade e aproximações para dialogar e compartilhar o brincar, entendendo que é manifestação do ser saudável em virtude da ativação de inúmeras capacidades humanas que promovem o bem-estar e as energias vitais.

As expressões ocorreram em diversas linguagens presentes no brincar, no ser em movimento que contou suas histórias ampliando o imaginário, a amorosidade, coletividade, compartilhamento de emoções e valores de aceitação do outro, percebendo que estes são cuidados à saúde; o piquenique com frutas foi uma manifestação sensorial e lúdica de um sistema de prazer, de autorrespeito e cuidado, um momento do brincar com muitos sabores, cores e cheiros percebidos pelo ser estético.

## REFERÊNCIAS

- BRIOSCHI, L. R.; TRIGO, M. H. B. **Relatos de vida em ciências sociais**: considerações metodológicas. *Ciênc. Cult.*, v. 39, n. 7, 1987, p. 631-7.
- BOFF, L. **Ética e moral**: a busca dos fundamentos. 9. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- DITTRICH, M. G.; BERNARDO, L.; BARRETA, C. **Tecnologia de abordagem transdisciplinar para o cuidado às pessoas com câncer de mama**. *Saúde & Transformação Social*. Florianópolis, v.3, n.3, p.44-51, 2012.
- DITTRICH, M. G.; MELLER, V. A.; GIORGI, M. D. M. A roda da saúde: a sala de espera numa visão transdisciplinar do cuidado. In: **Saúde e contribuição universitária**. Organizadoras: GARCIA, B. R. Z.; BAPTISTA, G. L. Joinville, SC: Editora da UNIVILLE, 2013.
- GOHN, M. da G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. Pol. Pub. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, jan. /mar., 2006.
- KUNZ, E. **Brincar e se-movimentar**: tempos e espaços de vida da criança. Ijuí: Editora Unijuí, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 8. ed., Ijuí: Editora Unijuí, 2014.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. 2. ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- \_\_\_\_\_. Conversações matrísticas e patriarcais. In: **Amar é brincar**: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia. 1. ed., São Paulo: Palas Athena, 2004.
- SANTIN, S. **Educação e sensibilidade**. 1ª. ed., Santa Maria: s.e., 1997.
- \_\_\_\_\_. **Educação Física**: uma abordagem filosófica da corporeidade. 2. ed. rev., Ijuí: Editora Unijuí, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Educação Física**: da alegria do lúdico à opressão do rendimento. 3. ed. ampl., Porto Alegre: Edições EST/ESEF, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Educação Física e outros caminhos**. 2. ed., Porto Alegre: Edições EST/ESEF, 1993.
- SCHILLER, F. **A educação estética do homem numa série de cartas**. 4ª ed., São Paulo: Iluminuras, 2002
- SILVA, A. P. et. al., **“Conte-me sua história”**: reflexões sobre o método histórias de vida. *Mosaico: estudos em psicologia*, Belo Horizonte - MG, 2007, v. 1, n. 1, 2007.
- TORRE, S. D. L. **Transdisciplinaridade e ecoformação**: um novo olhar sobre a educação. 1. ed., São Paulo: TRIOM, 2008.
- VERDEN-ZÖLLER. O brincar na relação materno-infantil. In: **Amar é brincar**: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia. São Paulo: Palas Athena, 2004.

## INDICADORES DE SAÚDE COMO INDUTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

JELIANE CRISTINA ALMEIDA<sup>168</sup> | FRANCIELLE AMORIM<sup>169</sup> | FRANCIELLE ROSA DE SOUZA CAMILO<sup>170</sup>  
MARIANA COSTA MASERA<sup>171</sup> | MICHÉLI BRASIL DOS SANTOS DA SILVA<sup>172</sup> | HELOISA BEATRIZ MACHADO<sup>173</sup>

### INTRODUÇÃO

Política é a resolução pacífica de conflitos, entretanto, este conceito é demasiado amplo. É possível delimitar um pouco mais e estabelecer que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos (RUA, 2007).

As políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas. Podem ser sociais (saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial, industrial) ou outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola, agrária). Usualmente o ciclo das políticas é concebido como o processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação (GELINSKI; SEIBEL, 2008).

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Há quem defina políticas públicas como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas ou como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam na vida dos cidadãos (SOUZA, 2006).

As políticas públicas condizem a direitos garantidos constitucionalmente ou que se afirmam em virtude do reconhecimento por parte da sociedade e/ou dos poderes públicos. Essas políticas são financiadas através dos impostos arrecadados, que resultam na distribuição de bens para a coletividade, bem como saneamento básico, educação, transporte, saúde, entre outros (COEP, 2013).

Ressalta-se a importância de políticas públicas em países democráticos, pois para garantir a ampliação da democracia devem estar sempre lutando pela universalização dos benefícios sociais, como escola de qualidade para todos, hospitais com equipamentos e funcionários adequados para suprir a demanda dos problemas da população, saneamento básico que atinja cada quilômetro quadrado habitado do país, entre outros (SOUZA, 2003).

Os indicadores de saúde são informações que podem ser mensuradas sobre determinados atributos e dimensões do estado de saúde, assim como do desempenho do sistema de saúde, portanto, contribuir para a definição de políticas públicas na área da saúde, como também em outras áreas. As informações levantadas devem refletir a situação sanitária de uma população, proporcionando a vigilância das condições de saúde, pois facilitam a quantificação e a avaliação das informações produzidas nos serviços de saúde (RIPSA, 2008).

Em relação a políticas públicas, os indicadores são instrumentos que permitem identificar e medir aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma

<sup>168</sup> Acadêmica do Curso de Graduação de Enfermagem do 10º período da Univali – E-mail: elalcris@hotmail.com

<sup>169</sup> Acadêmica do Curso de Graduação de Enfermagem do 10º período da Univali – E-mail: frann\_cagliari@hotmail.com

<sup>170</sup> Relatora do Trabalho. Acadêmica do Curso de Graduação de Enfermagem do 10º período da Univali – E-mail: francielle\_rosa@hotmail.com

<sup>171</sup> Acadêmica do Curso de Graduação de Enfermagem do 10º período da Univali – E-mail: marianamasera@hotmail.com

<sup>172</sup> Acadêmica do Curso de Graduação de Enfermagem do 10º período da Univali – E-mail: chelibrasil18@gmail.com

<sup>173</sup> Professora Mestre do Curso de Graduação de Enfermagem da Univali – E-mail: heloisa@univali.br

.....

intervenção na realidade. O objetivo primordial de um indicador é elucidar, de maneira mensurável, certa concepção de uma realidade dada, por meio da situação social, ou construída devido a ação do governo, de maneira a tornar operante sua observação e avaliação, trazendo dados reais e fidedignos que permitam mensurar a relevância da situação. (BRASIL, 2010).

Historicamente, a atenção à saúde no Brasil tem investido na formulação, implementação e concretização de políticas de promoção, proteção e recuperação da saúde. Há, pois, um grande esforço na construção de um modelo de atenção à saúde que priorize ações de melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e dos coletivos, o que tem se evidenciado em muitas micropolíticas na área da saúde (BRASIL, 2006).

Entre estas políticas cita-se a descentralização e a participação social, que constituem eixos centrais do processo de democratização da gestão pública brasileira, os conselhos gestores (representantes da sociedade civil e do poder público) que são instâncias de mediação entre governo e sociedade civil nos processos decisórios das políticas públicas, nas três esferas administrativas. Assim, os conselhos gestores, atuam como um padrão de interação entre governo e sociedade, exigindo-se dos cidadãos uma atuação efetiva, por meio de processos interativos, no âmbito da gestão pública. A participação dos cidadãos na vida pública torna-os aptos para intervir nos processos de discussão e deliberação de seus interesses, sendo, então, uma condição necessária à democratização da gestão pública e acompanhamento da definição de políticas para o setor. (ANDRADE, 2002).

Desafiador e estimulante, o objetivo desse estudo é refletir acerca dos indicadores de saúde como indutores de políticas públicas.

Para tanto, buscou-se abordar alguns pontos importantes acerca das Políticas Públicas em relação a identificar como os indicadores de saúde são instrumentos importantes para a formulação de políticas públicas, principalmente na área da saúde, com o intuito de imergir na temática deste estudo para o alcance das reflexões.

O objetivo é analisar a potencialidade dos indicadores de saúde como indutores de políticas públicas. Trata-se de estudo de revisão bibliográfica do tipo narrativa, com método de análise qualitativa. Adotou-se a revisão da literatura de método narrativo, uma vez que ela busca a análise crítica da literatura, não necessitando de critérios explícitos e sistemáticos. Além de não esgotar as fontes de informação, nem utiliza de estratégias de busca exaustivas e sofisticadas, embora, mantenha critérios de busca de periódicos atuais e em bases de dados indexadas, cujas as informações são confiáveis para a pesquisa (FCA, 2015). Visa a exploração de temas ainda não analisados e a sua compreensão a partir de outros estudos independentes, dando suporte para a articulação entre os temas e a construção de um novo conhecimento. É relevante para a enfermagem, pois existe a dificuldade para realizar a análise crítica dos estudos e por muitas vezes os profissionais não têm tempo para realizar a leitura de todo o conhecimento científico disponível devido ao alto volume (POLIT; BECK, 2010).

Ressalta-se, ainda, que nas revisões narrativas, a seleção e a interpretação dos estudos podem ocorrer de forma subjetiva voltadas ao interesse dos pesquisadores, da pesquisa e da análise crítica do tema proposto (FCA, 2015).

## 1 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DOS DADOS/LEVANTAMENTO DO TEMA

Realizou-se um levantamento dos periódicos disponíveis na internet por meio dos bancos de dados da SCIELO, BDENF, LILACS e MEDLINE, os quais são indexados à BIREME. Foram utilizados os seguintes descritores: indicadores básicos de saúde, políticas públicas e epidemiologia. Ressalta-se que todos estão disponíveis no DECS.

.....



A pesquisa nas bases de dados pela busca por artigos relacionados ao tema, mostrou que a associação entre indicadores de saúde e formulação de políticas públicas é inexistente e os artigos não são tão atuais, por isso, utilizou-se publicações do período de 2000 a 2017.

Desta forma, apurou-se, segundo a leitura dos resumos, que não haviam estudos suficientes para a revisão de literatura sistemática. Então, decidiu-se pela elaboração de um artigo original para propiciar um estudo relacionado ao tema na forma de revisão narrativa.

A operacionalização desta pesquisa se deu em três momentos distintos, procurando seguir as quatro etapas de organização e análise dos materiais bibliográficos propostos por Gil (2008), a saber: leitura exploratória, leitura seletiva, leitura analítica e leitura interpretativa.

Para o autor, no primeiro momento ocorre o levantamento das informações; no segundo momento a organização dessas informações e no terceiro momento a análise final e a construção de um novo texto.

No momento de levantamento das informações realizou-se a verificação das publicações, a partir de uma leitura exploratória a respeito do tema e confrontando os critérios de exclusão e inclusão para a classificação inicial dos artigos. A leitura inicial ocorreu a partir dos resumos disponíveis.

Para a leitura seletiva, adotou-se a leitura dos artigos publicados em português, disponibilizados *online* e na íntegra, que poderiam ter relação direta ou indireta com a temática, avaliada a partir da leitura do resumo e da leitura flutuante de cada artigo.

Diante disso, inicialmente foi realizada a leitura integral da publicação obtendo o conhecimento do todo. Durante a análise final, realizou-se a leitura interpretativa a partir dos objetivos que norteiam esta pesquisa, para então construir e processar ideias encontradas sobre o tema, visando à compreensão do significado e importância de cada um dos aspectos abordados.

## 2 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

As publicações selecionadas foram analisadas em consonância com os objetivos propostos pela pesquisa no que se referem ao levantamento das produções científicas, analisando a potencialidade dos indicadores de saúde como indutores de políticas públicas.

### 2.1 ASPECTOS ÉTICOS

Embora se trate de uma pesquisa documental, os pesquisadores se comprometem a respeitar as ideias dos autores pesquisados, cumprido assim, as normas estabelecidas pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

## 3 INDICADORES DE SAÚDE COMO INDUTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

No passado, a saúde não ocupou lugar de destaque dentro da política brasileira, sendo sempre abandonada à periferia do sistema, como uma moldura de um quadro, tanto no que se refere a resolução dos grandes impasses de saúde que acometem a população, quanto na destinação de recursos conduzidos ao setor saúde. Apenas quando determinadas endemias e epidemias apresentaram-se importantes, no que diz respeito à repercussão econômica ou social para os moldes capitalistas, é que a saúde se tornou alvo de atenção do governo, incorporando-se ao discurso institucional, até ficar novamente em segundo plano e deixar de ter importância (POLIGNANO, 2001).

Desde essa época de constantes alternâncias nos discursos institucionais e governamentais acerca da saúde pública no Brasil, colocando-a ora em destaque, ora ignorando os problemas e iniquidades sociais com repercussões na saúde, os indicadores estiveram presentes para aumentar o significado de determinado dado ou situação, como também para minimizá-la e acalmar a população.

Embora seja possível citar algumas contribuições relevantes para a elaboração de um marco conceitual sobre os indicadores sociais nos anos 20 e 30, o desenvolvimento deste campo é recente, tendo se fortalecido cientificamente em meados dos anos 60 nas tentativas de organização de sistemas que pudessem melhor acompanhar as transformações sociais e aferir o impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas (JANNUZZI, 2012).

Neste período, percebeu-se o descompasso entre crescimento econômico e o avanço das condições sociais da população em países subdesenvolvidos. Em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mantinham-se altos os níveis de pobreza e intensificavam-se as desigualdades sociais em vários países, ou seja, o crescimento econômico não era requisito suficiente para assegurar o desenvolvimento social (JANNUZZI, 2012).

As ações de saúde recomendadas pelo governo sempre procuram agregar as deficiências de saúde que incidem em grupos sociais e regiões socioeconômicas importantes dentro da estrutura social presente, e preferivelmente inclinadas para grupos ordenados e aglomerados urbanos em detrimento de coletividades dispersas e sem uma efetiva organização (POLIGNANO, 2001).

As políticas públicas revelam em seu processo de construção, implantação e, principalmente, em seus resultados, os aspectos do funcionamento do poder político, que implicam a distribuição e redistribuição de poder; a função da divergência social nos processos de decisão; a partilha de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que compreende sujeitos com propósitos e atrativos diferenciados e até contraditórios, há necessidade de intermediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas serem legitimadas e obter eficácia (TEIXEIRA, 2002).

Formular uma política pública significa definir as funções de cada sujeito ou órgão, ou seja, delinear quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. Estas determinações estão relacionadas com o regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política do momento, cabendo distinguir “políticas públicas” de “políticas governamentais”, pois nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam do Estado. Para serem “públicas”, porém, é necessário considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu método de construção é submetido ao debate público, ou ainda, se os resultados atendem a demandas sociais prioritárias (TEIXEIRA, 2002).

A epidemiologia, nesse sentido, contribui na fase de identificação das dificuldades socialmente relevantes através do estudo da distribuição dos problemas de saúde e de seus determinantes nas várias coletividades sociais, fornecendo informações técnicas para a fundamentação das decisões políticas, tanto na esfera dos movimentos sociais quanto no domínio governamental, acrescentando-se a outros tipos de dados a serem considerados no processo de tomada de decisão (BARATA, 2013).

Além disso, os conhecimentos epidemiológicos a serem considerados sobre os métodos de formulação dos problemas de saúde e sobre a eficiência ou eficácia dos mecanismos de intervenção na etapa de construção das políticas, também, podem ser acrescidos dos conhecimentos vindos de outras ciências da área da saúde coletiva e de outros campos, que possam auxiliar os formuladores no entendimento da complexidade do problema e de todo o seu contexto, para definição de objetivos e seleção das intervenções (BARATA, 2013).

A epidemiologia pode contribuir no acompanhamento da situação de saúde da população e proposição de políticas sociais por meio de tecnologias como a vigilância epidemiológica e o monitoramento, na fase de evolução. Estas tecnologias permitem verificar as modificações que vão ocorrendo nos indicadores, que motivaram a proposta da política (BARATA, 2013).

No processo de avaliação da implementação da política, os conhecimentos epidemiológicos podem ser úteis principalmente na análise dos impactos previstos e alcançados. Nesta etapa, a epidemiologia, além dos seus indicadores de análise de impacto, pode contribuir para o aprimoramento e a aplicação de novas metodologias, bem como a elaboração de cenários que auxiliam o processo de tomada de decisão, projetando possíveis consequências da adoção de diferentes planos de ação (BARATA, 2013).

Em termos gerais, os indicadores são medidas que contêm informação relevante sobre determinados atributos e dimensões do estado de saúde, bem como do desempenho do sistema de saúde. Vistos em conjunto, devem refletir a situação sanitária de uma população e servir para a vigilância das condições de saúde e para a formulação de ações, programas, projetos ou políticas para a superação dos problemas sanitários prioritários (RIPSA, 2008).

Os indicadores de saúde foram criados para facilitar a quantificação e a avaliação das informações, contribuindo para a análise de uma situação assim como para a tomada de decisões baseadas em evidências, para intervenções e para a programação de ações de saúde (ROUQUAYROL, ALMEIDA FILHO, 2003).

Nesta perspectiva, dados de incapacidade, acesso a serviços, morbidade, natalidade, qualidade da atenção, condições de vida, fatores ambientais, entre outros, passaram a ser métricas utilizadas na construção de indicadores de saúde, que se traduzem em informações relevantes para quantificar e avaliar as informações em saúde, potencializando um diagnóstico capaz de gerar políticas públicas e sociais com ética e responsabilidade sanitária (PEREIRA, 2007).

Indicador de saúde indica e revela a situação de saúde (ou um aspecto dela) da população ou de um indivíduo; é montado a partir de dados referenciados no tempo e espaço e pela sua forma de organização e apresentação, facilitam a análise e o olhar real sobre a realidade existente em determinado local (JANNUZZI, 2004).

Os indicadores de saúde devem refletir uma situação determinada de uma população. Servem para descrever as condições de saúde e de vida desses indivíduos, avaliar as intervenções realizadas, programar as investigações epidemiológicas necessárias e as ações políticas e governamentais para o seu enfrentamento (RIPSA, 2008).

As informações e indicadores de saúde têm sido descritos como os olhos dos responsáveis pela formulação das políticas de saúde. Não há dúvida de que, geralmente, os gestores são incapazes de ver através das variáveis ou dados gerados pelo sistema de saúde, que às vezes se tornam confusos, mal classificadas ou ausentes (SOUZA, 2008).

Uma política pública para enfrentar os vários problemas de saúde, seja de morbidade ou de mortalidade, necessita de uma base de informações confiável, que sustente e direcione a tomada de decisão. A identificação dos determinantes do processo saúde-doença, das desigualdades em saúde e do impacto de ações e programas para reduzir a carga de doença na população só é possível a partir de boas informações (SOUZA, 2008).

A informação mais utilizada, básica para análise da situação de saúde, é a de mortalidade: quem morre e do que morre. Poucos países com grande necessidade desses dados possuem sistemas de registro vital para produzi-los. Apenas um terço das 56 milhões de mortes estimadas anualmente no mundo encontram-se registradas nos sistemas de registro oficial (SOUZA, 2008).

Nos últimos anos, alguns dos desafios técnicos impostos ao Sistema Único de Saúde - SUS foi o desenvolvimento de mecanismos para o seu aperfeiçoamento gerencial, a ampliação do escopo de atuação da vigilância à saúde, e a melhor distribuição das ações com vistas à promoção e atenção

integral à saúde de modo efetivo para toda a população, em especial os mais necessitados. Para isso, têm se intensificado a descentralização administrativa e financeira na direção dos estados e municípios, bem como a redefinição das atribuições da vigilância à saúde e a incorporação da epidemiologia, incluindo a avaliação dos indicadores de saúde às práticas rotineiras dos serviços (ABRASCO, 2005).

Nesse processo, cada vez mais informações epidemiológicas são solicitadas em nível regional ou local, tanto dos problemas de saúde existentes, quanto dos seus determinantes, de modo a se delinear o perfil de necessidades de saúde, e também, para a formulação de políticas sociais que promovam a equidade em saúde (ABRASCO, 2005).

Em resposta ao aumento da demanda por informações epidemiológicas, pode-se observar avanços importantes, como a melhoria da cobertura e qualidade dos sistemas de informação existentes no SUS, e a maior disponibilidade destes sistemas por meio do acesso *online* livre. O aprimoramento e consolidação das parcerias entre várias instituições produtoras de informação vem sendo propiciado pela Rede Interagencial de Informações em Saúde (RIPSA), e se constituindo em um espaço de troca de experiências e medidas mais seguras de produção, padronização e compatibilização das informações e divulgação de indicadores no âmbito do setor saúde com dados confiáveis, que podem ser utilizados pelos gestores e formuladores de política pública (ABRASCO, 2005).

É necessário identificar o aprimoramento da capacidade dos profissionais em problematizar a sua prática e elaborar perguntas de investigação pertinentes para as políticas de saúde regionais ou locais, e também melhorar a capacidade do uso de métodos de análise epidemiológica, buscando sempre melhores informações. Isto é notável nos sistemas locais de saúde e poderá permitir a identificação dos reais problemas de saúde e a definição de sua prioridade política, oferecendo as bases científicas para o planejamento de ações programáticas e a alocação de recursos. É necessário considerar a necessidade de melhoria da qualidade dos registros, especialmente para algumas informações, como as relacionadas a mortes maternas, mortes por acidentes de trabalho e doenças profissionais. Ainda, constata-se a expressiva e má qualidade do registro de óbitos em municípios pequenos ou mais pobres, o que dificulta, sobretudo, a definição de prioridades para a definição de políticas de saúde.

Muitas bases de dados ainda apresentam falta de número identificador comum que permita a sua junção. Registra-se, ainda, a ausência de diagnóstico de saúde, em alguns setores como os dados ambulatoriais, que indicam apenas o procedimento, limitando o uso desses dados para a produção de indicadores de morbidade e mortalidade, que poderiam ser utilizados para o conhecimento epidemiológico e a definição de políticas adequadas (ABRASCO, 2005).

As políticas públicas têm o objetivo de responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas pelas pessoas que ocupam o poder e que são influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil, através da pressão e mobilização social. Isso acontece visando ampliar e efetivar direitos de cidadania (TEIXEIRA, 2002).

Recentemente, as informações sociais e demográficas para fins de formulação de políticas públicas municipais, no país, vêm apresentando uma demanda, no contexto da descentralização administrativa e tributária, em favor dos municípios e da institucionalização do processo de planejamento público em âmbito local, conforme recomendado pela Constituição de 1988 (JANNUZZI, 2012).

Diversos municípios de médio e grande porte passaram a demandar com maior frequência uma série de indicadores sociodemográficos às agências de estatísticas, empresas de consultoria e outras instituições ligadas ao planejamento público, com o objetivo de auxiliar na elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano, para permitir a avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos, como também para justificar o repasse de verbas federais para

implementação de programas sociais e disponibilização de equipamentos ou serviços sociais para públicos específicos. (JANNUZZI, 2002).

Desta forma, confirma-se a importância das informações e dos indicadores de saúde como determinantes para a formulação de políticas públicas, principalmente na área da saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração os aspectos abordados, existem questões importantes que podem ser inferidas a partir deste breve resgate teórico sobre indicadores de saúde como indutores de políticas públicas. Uma delas é quanto à escassez de publicações juntando essas duas variáveis, o que denota a necessidade de socialização de estudos dessa natureza.

Ressalta-se ainda que a formulação de políticas públicas tem como foco principal a melhora da qualidade de vida da população com otimização de recursos governamentais, visando atender o maior contingente populacional com controle dos gastos públicos gerados potencializando a oferta de ações e serviços estruturantes da política pública.

A formulação da política pública e/ou política social tem como disparador um “diagnóstico preciso” de problemas sociais e de saúde relevantes e que precisam ser enfrentados de forma rápida e equânime. Para se conhecer a real relevância de um problema e o impacto social e financeiro dele recorrente, bem como problemas decorrentes da má administração de recursos públicos, aponta-se os indicadores sociais e/ou de saúde como os melhores instrumentos para conhecer a situação real de determinada situação. Desta forma, permitindo a tomada de decisões apoiada em dados reais e com potencialidade maior para dar conta de minimizar ou resolver, em médio e longo prazo, o problema que gerou a necessidade da política pública.

Podemos perceber a importância dos indicadores em relação às políticas públicas pois contribuem sobremaneira para a definição da situação a ser enfrentada, para a formulação de políticas ajustadas à realidade local e social, para a implantação desta política e para a avaliação dos resultados, no sentido de atender à demanda proposta, o que se considera fundamental para o alcance da equidade em saúde.

É preciso lembrar que a implementação das políticas está sujeita ao papel crucial desempenhado pelos agentes encarregados de colocá-la em ação, que podem potencializar ou criar barreiras adicionais à sua efetivação. Como tem mostrado a experiência histórica, a resistência às mudanças (legítima ou não) pelos agentes implementadores e os embates políticos entre as diferentes esferas de poder público são elementos que não podem ser desprezados no processo de formulação e implementação das políticas públicas. Afinal as decisões públicas são sempre difíceis, já que os recursos são em geral insuficientes para atender à totalidade dos problemas e que o viés político prepondera diante da magnitude de problemas na esfera social e da saúde.

Por fim, a busca de respostas sobre a potencialidade dos indicadores inspirou a realização desta pesquisa acerca do assunto proposto, e o aprendizado sobre este tema foi estimulante e desafiador, visto que a escassez do material bibliográfico nos fez refletir sobre sua importância para a área da saúde e mostrou a contribuição para nossa formação acadêmica, uma vez que diariamente nos envolvemos com situações sociais que interferem na situação de saúde da população.

## REFERÊNCIAS

ABRASCO. Associação Brasileira de saúde coletiva. Epidemiologia nas políticas, programas e serviços de saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 8, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2005000500004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2005000500004)>. Acesso em: 20 abr. 2017.



- ANDRADE, I. A. L. de. **O desenho das políticas públicas e a dinâmica de seus Conselhos Gestores**: um estudo comparativo das áreas de saúde, assistência social e trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, n.24, 2002, Caxambu. Políticas públicas. Caxambu: ANPOCS, 2002.
- BARATA, R. B. Epidemiologia e políticas públicas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 16, n. 1, mar. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2013000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2013000100003)>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/dab/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Indicadores de programas**: guia metodológico. Brasília: MP, 2010. 128 p. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324\\_indicadores\\_programas-guia\\_metodologico.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf)>. Acesso em 15 abr. 2017.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica**. Brasília: 2002. Disponível em: <[http://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/funasa/guia\\_vig\\_epi\\_vol\\_1.pdf](http://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/funasa/guia_vig_epi_vol_1.pdf)>. Acesso em: 9 mar. 2017.
- COEP – Rede Nacional de Mobilização Social. **Políticas públicas e cidadania**: Oficina do Participação, Direitos e Cidadania. Fundação Banco do Brasil, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/cartilha-politicas-publicas-e-cidadania.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- FCA – Faculdade de Ciências Agrônomicas. **Tipos de revisão de literatura**. Botucatu: UNESP, 2015. Disponível em: <<http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2017.
- GELINSKI, C. R. O. G.; SEIBEL, E. J. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, abr./out. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2008v42n1-2p227>>. Acesso em: 19 abr. 2017.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 10 maio 2017.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas**. 2012. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagen/2012.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?publication=indicadores-sociais-na-formulacao-e-avaliacao-de-politicas-publicas>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos. 3. ed. Campinas: Alínea; 2004.
- PEREIRA, S. D. **Conceitos e definições da saúde e epidemiologia**, usados na vigilância sanitária. São Paulo, março, 2007. Disponível em: <[http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/epid\\_visu.pdf](http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/epid_visu.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- POLIGNANO, M. V. **História das políticas de saúde no Brasil**: uma pequena revisão. Belo Horizonte: Cadernos do Internato Rural-Faculdade de Medicina de Minas Gerais/UFGM, v. 35, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/higienesocial/images/stories/arquivos/aulas/Textodeapoio3HSHistoriaSaudeNoBrasil.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- RIPSA – Rede Interagencial de Informação para a Saúde. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil**: conceitos e aplicações. 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2017.
- ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia & saúde**. 6.ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.
- RUA, M. G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Manuscrito, elaborado para o Programa de Apoio a Gerencia Social no Brasil. INDES, 2007. Disponível em:<<http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20%20analisedepoliticaspublicas.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2017

SOUZA, C. et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 16 abr. 2017.

SOUZA, C. M. de. **Políticas públicas**: questões temáticas e de pesquisa. 2003.

SOUZA, M. F. M. Dos dados a política: a importância da informação em saúde. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 17, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <[http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742008000100001](http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742008000100001)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador, AATR/BA - Associação de advogados de trabalhadores rurais do estado da Bahia, 2002. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

## INTRODUÇÃO

No princípio era uma forma de comunicação, aos poucos se tornou celebração em rituais e cultos religiosos ou nas comemorações dos povos; foi utilizada na cura de doenças, ou até mesmo como simples diversão. Assim, encontramos a presença da dança no decorrer da nossa história, acompanhando mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, pois esta não se restringe a uma execução de movimentos, se configura como um fenômeno artístico e expressivo que se funde com outros aspectos da vida.

A dança surge como uma manifestação rítmica, e seus primeiros registros são observados nas inscrições rupestres, numa forma de expressão corporal,

o movimento dançado foi o primeiro transbordamento emotivo, manifestação desordenada dos temores, afetos, iras e recusas, sem outra organização que a imposta pela própria estrutura do corpo e sem outra particularidade, possivelmente, que uma apaixonada atração pelo ritmo (OSSONA, 1988, p. 42).

Os gregos representavam histórias relacionadas aos deuses por meio da dança, e os romanos combinavam os movimentos com acrobacias, porém sempre mantendo o caráter espiritual, surgindo assim as primeiras manifestações de sistematização e treinamento dos movimentos. Sem abandonar totalmente a natureza mística e espiritual, a dança foi adquirindo um caráter de divertimento, sendo encontrada nas festas populares, nos espetáculos e nos salões da nobreza. O primeiro livro sobre dança foi encontrado em Natia Castra de Bharata e Abhinaya Darpana de Nandkêvara, livro de origem hindu datado de 2000 anos a.C e na China 1100 anos a.C, quando realizavam danças para representar as fases da guerra (ELLMERICH, 1987).

Embora hoje marque forte presença em vídeo clipes, espetáculos artísticos, programas televisivos e shows, a dança também está nas escolas, nas academias, nos bailes, festas populares e em instituições. Assim, evidenciamos que existem diversas formas de apresentação da dança, sendo que ela pode ser espetáculo, divertimento, educação, terapia, manifestação popular e etc. Estas formas se definem de acordo com o objetivo atribuído a ela, e isto quer dizer que um gênero de dança, como balé, por exemplo, pode ser utilizado tanto numa atuação artística quanto terapêutica. Na verdade não é muito interessante segmentar a dança desta forma, porque mesmo que se tenha um propósito específico, outros elementos surgem na ação. Como exemplo, se um bailarino se prepara para um espetáculo estará também realizando ações que contribuem para a melhoria da sua saúde.

No quesito saúde podemos considerar que a dança é uma prática excelente tanto no que se refere ao condicionamento físico e melhorias das capacidades funcionais, quanto com relação à saúde mental e emocional. Na contramão encontramos muitos estudos no campo da dança que apresentam as lesões provocadas pela sua prática, porém devemos considerar que tais lesões são advindas de preparação técnica para fins profissionais e de grande *performance*, que visam aumentar o nível

<sup>174</sup> Graduada em Educação Física (UDESC-1988), Mestrado em Educação Física UFSC-2010) Especialização em Dança Cênica pela UDESC e em Gerontologia pela UFSC. Professora titular do curso de EF/UNIVALI e coordenadora do projeto dança e programa de extensão EFSEL/UNIVALI. Contato: luciana.alves@univali.br

de habilidade, semelhante ao que acontece com atletas que se preparam para competições. Pedone (2011, p. 64) aponta que os bailarinos “[...] mergulham numa rotina de disciplina e dedicação ao treinamento intensivo que, no nível profissional, pode gerar uma série de lesões que prejudicam a qualidade de vida dessas pessoas”. O treinamento de alto nível exige bastante do praticante, o que pode vir a comprometer a sua saúde; daí a necessidade de um treino específico que minimize este quadro.

Por conseguinte, cada forma de se praticar a dança terá uma determinada consequência ao praticante. Abordarei aqui a dança não profissional, com características de prazer, divertimento e exercício físico para quem pratica e consequente melhora no bem-estar<sup>175</sup> das pessoas.

## 1 O CORPO DANÇANTE

Nossas experiências com dança acontecem muito cedo. Ao escutar um som, a criança logo se move para acompanhar aquele ritmo, assim como, batemos nossos pés ou mãos ao escutar uma música. Jaques Dalcroze acreditava que a consciência rítmica é a consequência de uma experiência corporal, e que o movimento e o corpo são inseparavelmente integrados ao fazer musical, e que a relação entre música e movimento acontece através da interação espaço-tempo-energia (MARIANI, 2011). A música toma nosso corpo e este corresponde com o movimento que acontece naturalmente. Balançamos, giramos, sacudimos, pulamos e etc., e essa experiência corporal nos torna mais felizes, mais sensíveis e capazes de expressar sentimentos e emoções.

Segundo Santin (2003, p.83) o movimento, antes de ser fenômeno físico “é um comportamento, uma postura, uma presença e uma intencionalidade. Assim o movimento não só é uma linguagem, mas torna-se uma fonte inesgotável de simbologia que lhe confere uma grandeza ilimitada”. O corpo deve ser percebido como um todo, sem a dualidade corpo e mente, de forma que ao dançar a pessoa pode “pensar-se e viver-se corporalmente, e não julgar-se uma consciência ou um eu proprietário de um corpo. Não se trata, portanto, de usar o corpo como um objeto ou um instrumento, mas de viver corporalmente” (SANTIN, 2003).

Ao viver corporalmente, o corpo dançante permite vivenciar sensações que não são condicionadas exclusivamente por estímulos exteriores, “são estabelecidas de maneira espontânea, a partir do corpo, das suas ações, reações e da sua percussão no ambiente circundante” (LOUREIRO, 2013, p. 23).

As experiências prévias, as experimentações e sensações vão tecendo um repertório gestual que se revela na intenção e na vontade de se expressar. Cada corpo dançante apresenta uma forma de percepção que aumenta nas vivências, e “quanto mais a pessoa se permite à experiência, quanto maior for a multiplicidade de vivências em dança, maior será o seu repertório de movimentos e gestos e, à medida que esse se amplia, pode lhe ser atribuído e integrado novos significados” (ALVES, 2010, p. 66).

Posso até dizer que a ampliação do repertório também aumenta o desejo de dançar, de conhecer passos novos, de inventar outros, de brincar com o corpo na música e na relação com o outro, algo que temos dificuldade de explicar racionalmente. O contrário também ocorre, vamos nos afastando da dança à medida que não vivenciamos a sua prática. A falta de vivência geralmente é ocasionada pelo fato de a dança ser uma manifestação reprimida na vida das pessoas. “Desde a infância, somos direcionados, preferencialmente, para a intelectualidade, havendo pouco espaço para as expressões corporais, o que faz gerar um dualismo entre corpo e mente” (ALVES, 2010, p.65). Dependendo do contexto sociocultural, este afastamento é ainda maior no caso dos meninos que geralmente são direcionados para os esportes.

O pouco contato com a dança na escola, nas famílias e nas festas acaba por gerar dificuldade de dançar, que vai para além da falta de conhecimento técnico, de coordenação motora, ritmo, mas também medo, vergonha e preconceito. São questões discutidas com profundidade por diversos

<sup>175</sup> O Bem-Estar a que me refiro é um estado de satisfação, alegria e tranquilidade que as pessoas sentem segundo seus critérios.

autores (Saraiva-Kunz, 2003, Alves, 2010, Strazzacapa, 2009, Kleinubing, 2009, Francichi *et al*, 2012) que apresento aqui apenas para atentar que embora acredite que dançar é inerente ao ser humano nos afastamos desta prática por motivos diferentes, e aquele movimento que acontece naturalmente, que nos diverte, traz alegria, prazer, nos permite expressar emoções, em suma que nos torna mais sensíveis e felizes, deixa de existir. Para Santin (2003, p.50)

O prazer entende o movimento feito e assumido como fruição de valores estéticos, éticos e afetivos. O movimento é vivido como satisfação, como prazer. Nos movimentos de expressão corporal, de dança ou arte, podemos perceber a ideia do que é o movimento como prazer.

O movimento prazeroso está lá escondidinho, pronto para surgir assim que houver uma oportunidade. Nunca é tarde, e talvez por isso a dança seja tão apreciada por idosos, tal como acontece com as crianças, que já não se preocupam tanto com a vergonha, o preconceito, etc. Assim, todo corpo é dançante!

## 2 DANÇA E SAÚDE: QUE DANÇA SE DANÇA?

Como abordado anteriormente, não existe uma dança específica para a saúde. As que mais se aproximam seriam a dança terapia idealizada por Maria Fux e a dança sênior adaptada para pessoas idosas por Ilse Tutt. Existem danças cênicas voltadas para apresentações e espetáculos, danças étnicas e populares que refletem a tradição e cultura de um povo, danças de salão que surgem e são adaptadas para os salões e danças fitness que se utilizam de várias linguagens da dança para formar um repertório que atenda as necessidades do público, como melhorar o condicionamento físico, por exemplo.

Segundo Strazzacapa (2001, p.43) existem diversas formas do emprego da dança, como nas escolas que propiciam a “[...] expressão da criança por meio do movimento, de descoberta do corpo expressivo”. A dança de escolas específicas de dança “com técnicas de dança específicas para a formação do artista profissional que irá atuar em companhias profissionais de dança, em teatro, cinema, televisão, shows etc, ou seja, que irá atuar no mundo do espetáculo”. A prática da dança pode atuar como “[...] atividade terapêutica e de reinserção social em programas de apoio a pessoas desfavorecidas, sejam menores de rua, adolescentes infratores, ex-farmacodependentes, crianças vítimas de violência de todos os tipos”.

De acordo com Rocha e Centurião (2007, p.17) o novo perfil epidemiológico que se alinha por enfermidades relativas ao fazer e viver das pessoas necessita de “uma intervenção complexa e integral mais voltada para uma saúde promotora do autocuidado, demandando ações que incorporem no cotidiano da assistência princípios sociais, formativos e educativos”. Os autores atenam que o processo saúde-doença deve ser considerado para além das causas urgentes, e, desta forma, “compreender, principalmente a saúde como socialmente determinada, exige a ampliação do olhar e a mobilização de outros saberes que não apenas os classicamente pautados na concepção biomédica” (Idem). Nesse repertório de saberes incluem-se as diversas práticas corporais, sendo a dança uma delas.

Segundo González (2015, p. 131) “Desde a antiguidade, o envolvimento regular em exercícios físicos é incluído no conjunto de recomendações orientadas ao cuidado da saúde”. Mesmo que as práticas corporais já estejam a muito tempo vinculadas à saúde, a incorporação destas às políticas e ações do sistema público de saúde do Brasil ainda é recente. O autor aponta que a dança também faz parte do conjunto de práticas corporais, “caracterizadas por movimentos rítmicos, organizados em passos e evoluções específicas, muitas vezes também integradas a coreografias”(IDEM).

Mesmo sendo uma prática corporal vinculada à saúde, as pesquisas em saúde realizadas nesta área são mais focadas nas pessoas idosas, voltadas para os diversos benefícios que a prática da dança proporciona.



A prática de exercícios físicos é indicada como manutenção e prevenção da capacidade funcional das pessoas idosas e geram maior independência e autonomia, pois atenua aos declínios físicos, psicológicos e sociais ocasionados pelo envelhecimento (BENEDETTI *et al.* 2007, MATSUDO *et al.* 2002). A capacidade funcional é a capacidade de realizar as tarefas do dia a dia com eficiência, e é composta por seis componentes, que são: força, agilidade, equilíbrio, flexibilidade, coordenação e resistência aeróbia. Desta forma os níveis desses componentes determinarão o desempenho na realização das atividades de vida diária.

Ueno *et al.* (2012) apresentam um estudo comparativo da capacidade funcional entre três modalidades de exercício físico: atividade física geral, dança e musculação. A dança teve o melhor resultado no que se refere à agilidade e força dos membros inferiores e indicam que:

a dança exige movimentos com rápida mudança de direção e/ou de altura do centro de gravidade, estimulando assim a agilidade e o equilíbrio dinâmico. A dança também apresenta característica de maior sustentação de parte do peso corporal e maior repetição de movimentos comparada às outras modalidades (UENO *et al.*, 2012, p.278)

Albuquerque *et al.* (2013, p. 327), ao comparar a força muscular respiratória (FMR) e a capacidade funcional submáxima de idosas praticantes de hidroginástica e dança concluíram que as pessoas idosas “praticantes de dança evidenciaram maior força muscular inspiratória e capacidade funcional submáxima, possivelmente devido ao maior nível de atividade física e também pelo fato de a dança ser uma modalidade essencialmente aeróbia”. Os estudos de Guidarini *et al.* (2013) apresentam que a prática da dança de salão pode contribuir para um melhor controle da pressão arterial de hipertensos medicados, e que esta pode ser considerada como uma prática para auxiliar na reabilitação cardiovascular. Além dos diversos benefícios físicos podemos apontar a melhoria na questão cognitiva devido à memorização, atenção, concentração, ritmo e assimilação de novas informações exigida pela prática. Ainda podemos elencar o aumento da capacidade de expressão e comunicação, socialização e a diminuição do estresse do dia a dia além da melhora da autoestima e autoimagem (MAZO *et al.*, 2009).

Mejía (2011) aponta que o estresse pode diminuir com a prática regular de dança terapêutica e que a maioria dos sedentários apresenta uma inclinação acentuada no sentido de aumentar os níveis de stress. Alves e Santos (2015), ao investigarem idosas que dançam dança de salão apresentam nos relatos delas que sentem prazer ao dançar, sentindo-se valorizadas e felizes. Destacam que a dança atua positivamente em sua autoestima, interação social, confiança e igualdade o que contribui para o bem-estar. Ao realizar apresentações sentem satisfação e alegria, quando se percebem valorizadas pelos aplausos do público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender que todo corpo pode ser um corpo dançante nos abre caminhos para a vivência em dança, sobretudo para nos permitirmos simplesmente dançar. Este ato simples e inerente ao ser humano nos torna um ser mais sensível, capaz de experimentar sensações e expressar sentimentos. Desta forma nos afastamos da dualidade corpo e mente e passamos a viver corporalmente de forma mais prazerosa. A sensação de prazer e alegria pode contribuir na melhora ou manutenção da saúde, o que pode gerar bem-estar.

A dança é uma prática muito diversificada que se apresenta de diversas formas, estilos e propósitos, e em função disso deve ser empregada em diferentes áreas. Mesmo na área da saúde pode se fazer presente em muitos campos de atuação como na psicologia, educação física, medicina, fonoaudiologia etc. Assim, considero interessante estabelecer e ampliar os diálogos sobre esta prática e sua relação com outras áreas de conhecimento, a fim de gerar novas possibilidades.

A prática da dança proporciona muitos benefícios para a saúde das pessoas. Estes acontecem em diversos aspectos e por isso deve haver uma maior expansão dessa prática nas instituições, entidades, programas e projetos. O fato da dança ser plural permite uma gama de possibilidades de praticá-la. A pessoa pode eleger a dança com a qual se identifica, pois não existe qualquer impedimento. O que importa não é o corpo que dança, mas sim o corpo que quer dançar.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, I. M. Capacidade funcional submáxima e força muscular respiratória entre idosas praticantes de hidroginástica e dança: um estudo comparativo. **Rev. Bras. Geriatria Gerontologia**, Rio de Janeiro, 2013; 16(2):327-336.
- ALVES, L. G. **A dança e a formação dos/as professores/as no Ensino Fundamental do Município de Itajaí/SC**, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos, Programa de pós-graduação em Educação Física, Florianópolis, 2010.
- ALVES, V. C.; SANTOS, A. J. **A importância dos eventos competitivos na fidelização das idosas do Grupo Fios de Prata de Itajaí, SC**. Trabalho de conclusão do Curso de Educação Física da Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2015.
- BENEDETTI, T. R. *et al.* Valores normativos de aptidão funcional em mulheres de 70 a 79 anos. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Florianópolis, v.9, n.1, p.28-36, 2007.
- ELLMERICH, L. **História da dança**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- FRANCISCHI, V. *et al.*; Dança e gênero: possibilidades da educação inclusiva. In: SARAIVA, M. C.; KLEINUBING, N. D. (org). **Dança: Diversidade, caminhos e encontros**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. p.71-83.
- GONZÁLEZ, F. J. Práticas corporais e o sistema único de saúde: desafios para a intervenção profissional. In: GOMES, I. M. *et al.* (org). **Práticas Corporais no Campo da Saúde: uma política em formação**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015.
- GUIDARINI, F. C. S. *et al.* Dança de salão: respostas crônicas na pressão arterial de hipertensos medicados. **Revista Brasileira Cineantropometria e Desempenho Humano**, Florianópolis, 2013, 15(2):155-163.
- KLEINUBING, N. D. **A dança como espaço-tempo de intersubjetividades**: possibilidade da educação física no ensino médio. Dissertação de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina. Fpolis, 2009.
- MARIANI, S. Émile Jaques-Dalcroze. In: MATEIRO, T.; ILARI, B. (org). **Pedagogias em educação musical**. Curitiba: IBPEX, 2011
- MATSUDO, S.M. *et al.* Nível de atividade física da população do Estado de São Paulo: análise de acordo com o gênero, idade, nível socioeconômico, distribuição geográfica e de conhecimento. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v.10, n.4, p.41-50, 2002.
- MAZO, G. Z. *et al.* **Atividade física e o idoso**: concepção gerontológica. Ed. Sulina, Porto Alegre, 2001.
- MEJÍA, F. M. **Efectos de la danza terapéutica en el control del estrés laboral en adultos entre 25 y 50 años**. Hacia la Promoción de la Salud, Volumen 16, No.1, enero - junio 2011, págs. 156 - 174
- PEDONE, A. C. Lesões provenientes da dança: uma revisão literária científica. In: WOSNIAK, C.; MARINHO, N.(org). **Seminários de dança: o avesso do avesso do corpo: educação somática como práxis**. Joinville: Nova Letra, 2011. p.61-73
- ROCHA, V. M.; CENTURIÃO, C. H. Profissionais da saúde: formação, competência e responsabilidade social. In FRAGA, A. B.; WACHS, F.(org). **Educação Física e Saúde Coletiva**: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: Editora URGs, 2007.
- SANTIN, S. **Educação Física**: uma abordagem filosófica da corporeidade. 2ª edição. Ijuí: Editora Uniju, 2003.

SARAIVA-KUNZ, M. C. **Dança e gênero na escola:** formas de ser e viver medidas pela educação estética. Tese de Doutorado. Lisboa: FMH, Universidade Técnica de Lisboa, 2003.

STRAZZACAPPA, M. **Dança na educação:** discutindo questões polêmicas. In: STRAZZACAPPA, M.; MORANDI, C. **Entre a arte e a docência:** a formação do artista da dança. Campinas: Papirus, 2009.

\_\_\_\_\_. Dançando na chuva...E no chão de cimento. In: FERREIRA, S. (org) **O ensino das artes:** construindo caminhos. Campinas/SP: Papirus, 2001.

UENO, D. T. *et al.* Efeitos de três modalidades de atividade física na capacidade funcional de idosos. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.26, n.2, p.273-81, abr./jun. 2012.

# A ANGÚSTIA EXISTENCIAL DIANTE DA FINITUDE: A ESPIRITUALIDADE NOS CUIDADOS PALIATIVOS

LUIZ GUSTAVO TEIXEIRA PINTO<sup>176</sup>

## INTRODUÇÃO

Independente de crenças materialistas ou espiritualistas que possuamos de fato, necessitamos compreender melhor como a dimensão espiritual influencia nosso processo do adoecer. Angústia existencial é um fenômeno que se manifesta diante da finitude proporcionada pela doença avançada e leva a pessoa e seu grupo social a importantes questionamentos sobre suas vidas. Por meio da angústia o homem deixa de compreender a si mesmo apenas a partir do mundo das ocupações e das interpretações públicas naturalizadas, para permitir, então, uma experiência própria do existir enquanto abertura de sentido (KIERKEGAARD, 1968). A angústia aponta, justamente, para a dimensão trágica da existência; para nossa fragilidade, indigência, vulnerabilidade e finitude perante à vida. O fenômeno da angústia acaba por revelar o nosso poder-ser mais próprio, rompendo com a familiaridade cotidiana e expondo à luz nossa impessoalidade (HEIDEGGER, 2006). Pessoas que estão próximas da morte sentem com mais frequência, um aumento ou uma renovação das suas necessidades de afirmação e aceitação, perdão e reconciliação, descoberta de significado e direção. E demonstrando ou não, pessoas doentes em finitude necessitam de auxílio espiritual, procurando respostas para o significado do sofrimento, da dor e da vida.

Em relação aos cuidados paliativos, a palavra paliativo deriva do latim, *pallium*, que significa manto, objeto que serve para aquecer, proteger aqueles que passam por necessidades, uma vez que a abordagem curativa não surtirá mais efeito. A essência dos cuidados paliativos é o alívio dos sintomas em todas as dimensões que compõem a pessoa que se encontra com uma doença em fase avançada, por meio de uma abordagem integral na busca de uma melhor qualidade de vida (RODRIGUES, 2004).

Há aproximadamente 50 anos, Cicely Saunders, com formação em enfermagem, assistência social e medicina, fundou no Reino Unido o Saint Christopher's Hospice. Saunders enfatizou o cuidado quando a cura não era possível. Criou o conceito de dor total, o trabalho interdisciplinar, o controle de sintomas, o manejo da dor crônica, o acompanhamento da família no luto, a atenção psicológica e espiritual e o cuidado no domicílio (BOULAY, 1996; RODRIGUES, 2004).

Elizabeth Kübler-Ross, médica psiquiatra identificou cinco fases emocionais pelas quais as pessoas doentes chamadas de terminais passavam na fase final da vida. Destaca a fase inicial da negação, seguida da raiva, da barganha, da depressão e por último da aceitação. Seu livro sobre a morte e o morrer, em 1969, se tornou um marco sobre a temática, vindo a fundar o movimento Morrer com Dignidade (BOULAY, 1996; RODRIGUES, 2004).

Em 1997 foi fundada a Associação Brasileira de Cuidados Paliativos (ABCP) na cidade de São Paulo. A associação agrega profissionais da saúde, religiosos e outros, com o objetivo de proporcionar a vinculação científica e profissional à equipe de saúde que estuda e pratica as disciplinas ligadas aos cuidados nas enfermidades crônico-evolutivas, em fase avançada e na finitude (CAPONERO, 2002).

<sup>176</sup> Graduado em Medicina pela Universidade Gama Filho - RJ (1999). Residência em Clínica Médica pelo Hospital Municipal de Ipanema - RJ (2000-2002). Título de Especialista em Clínica Médica pela Sociedade Brasileira de Clínica Médica (2006). Título de Especialista em Medicina de Urgência pela Sociedade Brasileira de Clínica Médica (2007). Pós graduado em Terapia Intensiva pela Fundação Unimed / Universidade Gama Filho - RJ (2010). Professor da disciplina de Clínica Médica do curso de graduação em Medicina da Universidade do Vale do Itajaí - SC.(desde 2002) Mestrado profissional em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí (2012-2014). Doutorado em Oncologia pelo A.C.Camargo Cancer Center / Universidade do Vale do Itajaí (2017).

## 1 UM BREVE HISTÓRICO

Desde os tempos mais remotos da humanidade, o ser humano vem vivenciando a espiritualidade e a religiosidade para compreender o significado de sua presença no mundo e para enfrentar as mais diversas adversidades de sua existência (KOENIG; MCCULLOUGH; LARSON, 2001). Estudos em paleoantropologia apontam que povos pré-históricos já apresentavam características como culto e sepultamento ou algum ritual de passagem. No período paleolítico já se faziam enterros intencionais, especialmente com bens particulares, sendo uma das primeiras formas detectáveis de prática religiosa/espiritual. (NORENZAYAN; SHARIFF, 2008). O paleoantropólogo Philip Lieberman sugere que isto possa significar uma preocupação pelos mortos que transcende a vida diária. Por volta de 100 mil anos atrás, povos da África do Sul, na caverna de Blombos, faziam uso do ocre para criar desenhos geométricos, criando os primeiros sinais amplamente reconhecidos de comportamento simbólico (NORENZAYAN; SHARIFF, 2008).

Na Grécia antiga, com o advento da medicina hipocrática, o ser humano tentou racionalizar essas crenças e práticas, retirando-as do mundo mítico e criando um sistema que pudesse entender de forma racional o impacto que atitudes, crenças, hábitos, ambientes e/ou ervas causavam no organismo humano. Platão combinava ciência com elementos espirituais, enfatizando a necessidade de tratar a “alma” bem como o corpo físico (REALE, 2012).

Os terapeutas de Alexandria que viviam na região do atual Egito durante o século I d.C, já demonstravam a preocupação com a saúde do corpo, entendendo-a como efeito da saúde da alma e identificando a origem dos males físicos nos hábitos de comportamento e valores morais. “Viam” as doenças orgânicas como consequências dos desequilíbrios da alma. A ira, o ódio, a inveja, a cobiça, as fobias, a tristeza, a desorientação do desejo, o apego ao prazer e a ignorância, entre outras coisas, eram tidos como a origem das doenças em geral, procurando-se orientar o comportamento, tendo em vista a manutenção da saúde integral, de corpo e de alma (LELOUP, 2007). A associação entre espiritualidade e cuidados em saúde perpassou toda Idade Média, Moderna e mesmo a Idade Contemporânea, nas quais a religião, de certa forma, controlou o exercício da medicina. Com a evolução da nossa espécie e com a contribuição das inúmeras áreas do conhecimento, e em especial a Filosofia, inicia-se um processo de distanciamento gradativo da relação entre espiritualidade e os cuidados em saúde. Tal dicotomia atinge seu ápice a partir do século XVIII, com a afirmação de um estilo de pensamento racionalista para entender os fenômenos que circundam a existência humana, em especial, a saúde da pessoa.

Para compreender o significado de espiritualidade e sua relação no processo saúde-doença torna-se necessário entender historicamente de que forma se estruturou o estilo de pensamento do profissional da área de saúde sobre os conceitos de cuidado e de saúde. O atual modelo de cuidado em saúde, orientado para a assistência à doença e não à pessoa, valorizando predominantemente apenas aspectos biológicos exclui a complexidade da pessoa multidimensional e do que a envolve. Se centraliza e se ampara pela tecnologia e pelo complexo industrial-farmacêutico, sendo reconhecido como modelo Flexneriano. Abraham Flexner, em 1910, estruturou sob influência capital do complexo médico-industrial norte-americano, a reforma das faculdades de medicina nos Estados Unidos da América por meio de um modelo reducionista e pouco reflexivo (PAGLIOSA, 2008). Demais determinantes, tais como os aspectos psicosociais, a comunidade na sua história e organização, o ecoambiente e a espiritualidade, não eram considerados para o cuidado à saúde, assim como não eram valorizados nem percebidos no processo de saúde-doença. Tais posturas eram do ponto de vista teórico-metodológico notoriamente positivistas, apontando como único conhecimento seguro o científico, mediante a observação, a experimentação, verificação e a reprodução. Esta concepção flexneriana que influenciou todo o Ocidente também



estruturou o modelo de ensino e de assistência médica previdenciária brasileira na década de 1940, e expandiu-se na década de 1950 orientando ainda a organização dos hospitais universitários de nosso país (SILVA JUNIOR, 2007).

Com o aparecimento da psicanálise de Freud, especialmente as ciências biológicas, as quais embasam grande parte da medicina, ratificou-se um processo de cisão entre duas áreas do conhecimento que sempre caminharam juntas: a medicina e a espiritualidade (REALE, 2012). Por outro lado, psiquiatras e psicanalistas como Carl Gustav Jung e Viktor Frankl apresentavam contrapontos interessantes valorizando a dimensão espiritual em suas experiências profissionais como terapeutas de pacientes com transtornos mentais. Apesar das enormes conquistas impulsionadas pela reforma sanitária brasileira e pela VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986, culminando com a criação do Sistema Único de Saúde do Brasil e desenhando um novo modelo de atenção à saúde mais equânime e integral, a formação curricular do profissional de saúde brasileiro continuou limitada nesses aspectos ampliados do cuidado, permanecendo ainda muito influenciada pela disseminação do modelo (científico) flexneriano, sendo portanto, um entrave para a evolução da assistência integral à saúde da pessoa. O método de ensino baseado em evidências científicas, relacionando estatísticas e doenças (e não centrado na pessoa), ainda é o modelo atual e hegemônico de ensino médico e das demais áreas da saúde no Brasil. Nosso método de aprendizado reducionista impossibilita e desvaloriza a percepção de sentidos frente a complexidade da pessoa, reduzindo-a apenas às bases fisiopatológicas e estatísticas reprodutíveis e verificáveis. As posturas são do ponto de vista teórico-metodológico notoriamente positivistas, apontando como único conhecimento seguro o científico, mediante a observação, a experimentação, a verificação e a reprodução. A arte é substituída pela ciência, sepultando de vez aspectos intrínsecos complementares fundamentais na formação da boa prática médica integral, tais como a percepção e a valorização da subjetividade do ser humano. Deste modo, nosso método de aprendizado reducionista e até a atualidade reverberado nas escolas médicas, impossibilita e desvaloriza a percepção de sentidos frente ao sofrimento humano.

Se por um lado, nossa ciência médica se desenvolveu através dessa “tecnologia dura” e, sem dúvidas, trouxe inúmeros benefícios para a humanidade, tais como novas drogas para tratamento de enfermidades que até então eram fatais, ou conhecimento tecnológico para procedimentos cirúrgicos minimamente invasivos, imagens radiográficas cada vez mais precisas, contribuindo inclusive para a longevidade da nossa espécie humana, por outro lado, desvalorizou o ser humano na sua complexidade de ser multidimensional, reduzindo-o ao patológico.

Uma Resolução publicada na emenda da Constituição de 07 de abril de 1999, da Organização Mundial de Saúde, propôs incluir o âmbito espiritual no conceito multidisciplinar de saúde, que agrega ainda aspectos físicos, psíquicos e sociais. (MOREIRA-ALMEIDA; KOENIG, 2006).

## 2 CUIDADO INTEGRAL E ESPIRITUALIDADE NOS CUIDADOS PALIATIVOS

Cuidado é uma relação intersubjetiva que se desenvolve em um tempo contínuo, e que, além do saber profissional e das tecnologias necessárias, abre espaço para negociação e para a inclusão do saber e das necessidades do outro (PINHEIRO; MATTOS, 2005). Cuidado integral em saúde não é apenas um nível de atenção do sistema de saúde ou um procedimento técnico, mas uma ação integral que possui significados e sentidos voltados para a compreensão de saúde, como o “direito de ser”, e, pensar este direito de ser na saúde é ter cuidado com as diferenças dos que são portadores não somente de doenças, mas de necessidades específicas. É, além disso, garantir o acesso a outras práticas terapêuticas, permitindo a participação ativa da pessoa na decisão acerca da melhor tecnologia médica a ser por ela utilizada (ANDRADE, 2002). O modelo biomédico atual que orienta o conjunto das profissões em saúde, ao se apoiar nos meios diagnósticos para evidenciar lesões e doenças, afastou-se do ser humano

sofredor como totalidade viva e permitiu que o diagnóstico substituísse a atenção e o cuidado integral à saúde. Entretanto, mais do que o diagnóstico, as pessoas desejam sentir-se cuidadas e acolhidas em suas demandas e necessidades (ANDRADE, 2002). A integralidade pode ser entendida como uma das diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde do Brasil, por meio de uma forma de política organizacional de práticas e serviços de saúde e também percebida como uma atitude profissional (MATTOS, 2001). É neste último aspecto que se ressalta a importância da integralidade no cuidado da pessoa.

Espiritualidade pode ser entendida como aquilo que traz propósito à vida das pessoas. Uma propensão humana que busca significado à existência por meios que transcendem o tangível, a qual pode ou não incluir uma participação religiosa (KOENIG; MCCULLOUGH; LARSON, 2001). É um fenômeno que se explica no real e evoca a ciência para poder compreendê-lo. A percepção espiritual da realidade dá à pessoa uma dimensão mais ampla de significados para os eventos da vida diária e pode reorganizar subjetivamente suas experiências. Para Viktor Frankl, esta percepção de sentido transcendente no cotidiano é a força motriz da existência humana, podendo ser atingida por meio da religião, ou mesmo da meditação, arte, contato com a natureza, sofrimento e relacionamentos afetivos (FRANKL, 2000). Tillich, importante teólogo do século XX afirma que “Deus é imanente ao mundo como seu fundamento criativo permanente e transcendente ao mundo pela liberdade. Tanto a divindade infinita quanto a liberdade humana finita tornam o mundo transcendente para Deus e Deus transcendente para o mundo” (TILLICH, 2005). Já Religiosidade é o aspecto institucional da espiritualidade, relacionada com crenças, rituais, escritas e símbolos (MOREIRA-ALMEIDA; KOENIG, 2006). Uma forma dogmática, podendo inclusive ser distorcida por forças socioeconômicas, culturais e políticas (STEINHAUSER *et al.*, 2006). Muito embora alguns autores vejam a distinção entre religiosidade e espiritualidade como desnecessária, a espiritualidade é considerada mais primordial, pura e diretamente relacionada com a alma. Assim, pode-se notar que alguns indivíduos demonstram um alto grau de espiritualidade sem pertencer a uma religião instituída, enquanto outros têm sua espiritualidade fundamentada na religião, e existem ainda aqueles que se vinculam às relações sociais da religião, expressando, frequentemente, laços étnicos e familiares.

O termo espiritualidade começou a receber maior atenção da medicina na última década e não há mais dúvida da importância dos aspectos religiosos ou espirituais no cuidado dos pacientes, embora ainda haja questionamentos a respeito de como acessar a dimensão espiritual do ser humano e em que consiste o bom “cuidado espiritual” (WILLIAMS, 2006).

Relacionando espiritualidade com cuidado em saúde na prática médica, percebe-se que os pacientes querem ser tratados como pessoas, e não como doenças, e serem observados como um todo, incluindo aspectos físico, emocional, social e espiritual (OKON, 2005).

A necessidade de uma percepção ampliada de ser humano urge na atualidade, pois estamos vivendo numa era de distorção intensa de valores morais e éticos, pouca solidariedade, forte individualismo, desamor, consumo irreflexivo e competitividade inconsequente. As relações sociais provocadas pelo consumo, chegam a tal ponto que todas as relações passam a ser reduzidas às relações de consumo. Inclusive as mais profundas relações afetivas – amizades, namoros, casamentos. O outro diante do eu, passa agora, a ser tomado também como objeto de consumo, útil enquanto oferece satisfação, e dispensável ao fim da utilidade. As relações humanas dos indivíduos que se constroem pelo consumo, acabam sendo, como eles próprios, imagem do consumo, e acabam por gerar uma fluidez, uma fragilidade cada vez mais acentuada nos relacionamentos humanos (BAUMAN, 2006).

Na área da saúde e especificamente durante a assistência médica temos a grande oportunidade de não somente diagnosticar e tratar patologias, mas também prevenir e promover saúde. É um momento de interação especial entre pessoas que precisam se interrelacionar de maneira profunda – um encontro de quem precisa de auxílio e de quem, a priori, tem conhecimentos específicos para

.....

acolher, auxiliar e aconselhar. Para que essa relação aconteça, precisamos ter um olhar profundo sobre o cuidar da pessoa, perceber não apenas a expressão física de suas queixas, mas também valorizar o psíquico (sentimentos, emoções, intuições, razões), suas crenças, valores, significados e propósitos de vida. Enfim, sua espiritualidade como uma maneira de ser diante dos desafios da vida no processo saúde-doença.

Para isso, além de tempo adequado para um acolhimento solidário, temos que ter as premissas de uma boa relação médico-paciente: atenção, intenção e amor ao próximo. Quando não estamos aptos a perceber a complexidade do ser humano multidimensional em seus aspectos de significados e propósitos, sua maneira de reconhecer seu processo de saúde-doença e sua capacidade de recuperação, perdemos oportunidades de realmente auxiliar na essência do processo patológico. Contudo, a contemporaneidade tem renovado seu interesse no assunto e, cada vez mais, pesquisas na área da saúde são conduzidas para validar a importância dessa interface medicina, saúde e espiritualidade.

No final da década de 1980, epidemiologistas norte-americanos relacionaram práticas espirituais/religiosas com indicadores de saúde, percebendo de forma inédita que entre os praticantes religiosos, através de orações e/ou cultos religiosos havia melhora na qualidade de vida, longevidade, menos doença física e mental (KOENIG, 2012). É verdade que muitas dessas associações podem ser explicadas por outras variáveis já reconhecidamente impactantes no *modus operandi* da saúde, como menor consumo de álcool e drogas, maior apoio social, maior prática de exercícios físicos, entre outros. Entretanto tem-se verificado que mesmo esses fatores ou estilos de vida têm sido influenciados por diretrizes religioso-espirituais (MOREIRA-ALMEIDA; KOENIG, 2006).

O termo espiritualidade começou a receber maior atenção da medicina na última década e não há mais dúvida da importância dos aspectos religiosos ou espirituais no cuidado das pessoas, embora ainda haja questionamentos a respeito de como acessar a dimensão espiritual do ser humano (LUCCHETTI, 2010). Na área da pesquisa médica, as principais publicações de relevância em periódicos indexados com elevados níveis de evidência estão entre outras, nas áreas de cuidados paliativos em oncologia, na síndrome da imunodeficiência adquirida e na saúde mental. E a forma interessante que vem à tona esta (re)descoberta ou mesmo (re)aproximação da importância da dimensão espiritual no cuidado integral da pessoa é que essa “demanda” vem exatamente da pessoa enferma, nosso principal centro de cuidado e que tem clamado por uma percepção de olhar ampliado, como um ser físico, psíquico e espiritual (STEINHAUSER, 2006). Além disso, pesquisas na área de neurociências vem desvelando o eixo psiconeuro-endócrinoimunológico e sua relação com o altruísmo, a compaixão, a solidariedade, a amorosidade, enfrentamento (*coping*) religioso/espiritual e bem-estar, ou mesmo resposta imunológica reacional ao estresse. Tais publicações já não são mais novidades entre produções científicas de relevância internacional. Será que estamos entrando na era da “Medicina baseada em espiritualidade”?

Relacionando espiritualidade e cuidado em saúde na prática médica, percebe-se que os pacientes querem ser tratados como pessoas, e não como doenças, sendo observados como um todo, incluindo aspectos físico, psíquico, social e espiritual (WILLIAMS, 2006). A partir desta visão ampliada de que o processo saúde-doença perpassa dimensões biofísicas, psíquicas, espirituais e socioculturais, precisamos criar, de forma inovadora, métodos de acessar e principalmente valorizar a espiritualidade, fazendo com que nosso cuidado à pessoa seja realmente integral. Alguns destacados pesquisadores na área médica, entre eles Harold Koenig e Christina Puchalski, recentemente validaram escalas de como e quando acessar informações relevantes sobre a espiritualidade/religiosidade relacionando-as com a saúde, não somente entre pessoas enfermas, mas também entre profissionais assistenciais da área da saúde (LUCCHETTI, 2010). As dificuldades não são poucas, pois existem conflitos de entendimento, crenças distintas e muita resistência entre os próprios profissionais de saúde, professores, alunos,

.....

médicos e mesmo de algumas pessoas enfermas sobre quando acessar, como acessar, por que acessar, e se essa abordagem do cuidado em saúde ampliado realmente trará benefícios ao paciente (FORTIN, 2004; KING, 2004).

Em relação ao ensino médico, uma disciplina na formação médica que fomente a discussão sobre espiritualidade e sua relação com o processo saúde-doença é inexistente nos currículos obrigatórios dos médicos no Brasil, como já se abordou anteriormente (LUCCHETTI, 2010). Isso nos causa perplexidade quando pensamos sobre a humanização do cuidado integral à pessoa. Tão essencial quanto perceber a influência da espiritualidade no cuidado de condições patológicas, é compreender a maneira como esse assunto poderá ser abordado durante a formação do graduando em medicina e demais áreas da saúde. Os Estados Unidos da América perfazem a maior fonte de literatura científica a respeito de educação médica em espiritualidade, o que é um reflexo do grande número de escolas que já veem na espiritualidade um tema a ser discutido durante a graduação. Segundo a Associação Médica Americana, em 1992 apenas 2% dos cursos de medicina norte-americanos disponibilizava uma disciplina que oferecia aos médicos graduandos temas relacionados com a espiritualidade. Em 2004 esse número cresceu para 67%. Os métodos de ensino utilizados nesses programas incluem palestras sobre o tema, discussões em pequenos grupos, leituras e aplicações de questionários (KING, 2004; HULL, 2001). No Reino Unido, 59% das escolas médicas já oferecem algum tipo de curso relacionado à espiritualidade (NEELY, 2008). Já no Brasil, apesar de ser um dos maiores países religiosos do mundo, pouquíssimas escolas médicas oferecem cursos sobre a interface medicina/espiritualidade. Menos de 10% das aproximadamente 180 Faculdades de Medicina no Brasil abordam o tema nos currículos médicos (LUCCHETTI, 2010). Esta dicotomia de pensamentos e necessidades entre os profissionais da área da saúde de formação biologicista estrita, e de pessoas que valorizam sua religiosidade/espiritualidade, merece ser pesquisada na tentativa de entender o que impede a ampliação do olhar do cuidador frente ao ser humano em sua multidimensionalidade.

No Brasil, a Universidade Santa Cecília, localizada em Santos, São Paulo, foi a pioneira em 2002, incluindo em seu currículo médico optativo disciplinas que trata da saúde e espiritualidade, seguida da Universidade Federal do Ceará, somente em 2006. Em anos posteriores, Universidade de São Paulo, do Rio Grande do Norte e Triângulo Mineiro completaram o cenário atual de instituições que oferecem a discussão do assunto em nível acadêmico de graduação médica, sendo todas as disciplinas abordadas no currículo optativo (DANTAS, 2007).

Pesquisas realizadas entre a população geral e médicos norte-americanos estudando crenças e o comportamento religioso/espiritual relacionando-os com a assistência médica foram desenvolvidas nesta última década, revelando que 95% das pessoas acreditam em Deus, 77% acreditam que os médicos devem considerar as suas crenças espirituais, 73% acreditam que devam compartilhar as suas crenças religiosas com o profissional médico e 66% demonstram o interesse de que o médico pergunte sobre a sua espiritualidade. No entanto apenas 10% a 20% relataram que os médicos discutiram a espiritualidade com elas (OKON, 2005; LARSON, 2000). Muitos médicos dizem que se sentem desconfortáveis ao falar sobre assuntos religiosos/espirituais, ou que não tem tempo para lidar com isso. Outros não consideram os assuntos espirituais como parte de seus trabalhos, não entendem por que deveriam ser, não sabem como e nem quando introduzi-los, e sequer imaginam quais seriam os resultados caso os incluíssem (ANAYA, 2002; COWAN, 2003; MARR, 2007).

Na literatura médica em cuidados paliativos o tema religiosidade e espiritualidade ganha bastante importância e destaque. O papel da espiritualidade em pacientes com câncer é revisto, ressaltando os domínios do significado, da esperança, do amor e dos relacionamentos. Avaliações e intervenções espirituais destacadas para a promoção do conforto e a diminuição da dor foram: a vontade de escutar, atenção e aceitação (MARR, 2007; NEWSHAN, 1998). Há atualmente uma tendência

na formação de modelo multidisciplinar envolvendo aspectos espirituais no tratamento da dor no câncer, discutindo o papel de vários profissionais das áreas da saúde tais como, psicólogos, enfermeiros, oncologistas, psiquiatras, capelães e religiosos, em que cada um desempenha um papel específico, relacionando-se com a pessoa enferma (MARR, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta nova etapa do conhecimento científico reconhece a espiritualidade na abordagem integral no cuidado do ser humano, através de uma visão auto-organizativa, relacionando-a ao sentido do viver no mundo e ao processo saúde-doença, desvelando-se a partir de um movimento da expressão legítima da criatividade natural do ser humano, em toda a sua complexidade multidimensional. A atitude de um médico que, diante de uma pessoa, busca prudentemente reconhecer para além das demandas explícitas relacionadas às necessidades de ações de saúde, como as relacionadas ao diagnóstico precoce e à redução de fatores de risco; mas, também, à uma valorização da experiência de significado e de sentido dessa pessoa frente ao sofrimento, ilustra um sentido de integralidade no cuidado da pessoa profundamente ligado aos ideais da medicina integral. A complexidade do objeto da saúde exige recriar a atuação dos profissionais de vários campos do conhecimento que atuam na área saúde, especialmente os médicos, já que a complexidade do ser humano não é redutível à organização da atenção em determinado nível, mas sim à uma necessidade de percepção ampliada da pessoa em todas as suas dimensões físicas, psíquicas, espirituais e socioculturais, por meio de ações interdisciplinares no cuidado integral.

## REFERÊNCIAS

- ANAYA, C. J. **Religion and health**. Mayo Clinical Proceedings 2002; 77 600-601. and Spirituality in the Curriculum. Academic Medicine. 76 520. 2001.
- ANDRADE, M. M. **A vida comum: espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica**. Rio de Janeiro: Eduff, 2002.
- BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BOULAY, S. **Changing the face of death: the story of Cicely Saunders**. 4 ed. Norfolk: RMEP, 1996.
- CAPONERO, R. **Muito além da cura de uma doença: profissionais lutam para humanizar o sofrimento humano**. Prática Hospitalar, São Paulo. n.21, p. 29-34, Maijun, 2002.
- Cowan, J. D. *et al.* A palliative medicine program in a community setting: 12 points from the first 12 months. **American Journal of Hospice and Palliative Care**. 20 (6) 415-433. 2003.
- DANTAS FILHO, V. P.; SÁ, F. C. Ensino médico e espiritualidade. **O Mundo da Saúde**. 31 (2) 273-280. 2007.
- FORTIN, A. H.; BARNETT, K. G. Medical School Curricula in Spirituality and Medicine. **JAMA**. 23 2883. 2004.
- FRANKL, V. E. **Man's search for meaning**. Boston: Houghton Mifflin, 2000.
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- HULL, S. K.; DILALLA, L. F.; DORSEY, J. K. **Student attitudes toward Wellness**, Empathy 2001.
- KIERKEGAARD, S. A. **O conceito angústia**. São Paulo, Hemus. 1968 [1844].
- KING, D.E. *et al.* **Implementation and Assessment of a Spiritual History Taking Curriculum in the First Year of Medical School**. Teaching and Learning in Medicine. 16 64-68. 2004.
- KOENIG, H. G. **Medicina, religião e saúde: O encontro da ciência e da espiritualidade**. Porto Alegre: L&PM, 2012.



- KOENIG, H. G. *et al.* Attendance at religious services, interleukin-6 and other biological parameters of immune function in older adults. **International Journal of Psychiatry Medicine**, v. 27, n. 3, p. 233-250, 1997.
- KOENIG, H. G.; MCCULLOUGH, M.; LARSON, D. B. **Handbook of religion and health: A Century of Research Reviewed**. New York: Oxford University Press, 2001.
- LARSON, D. B.; KOENIG, H. G. Is God good for your health? The role of spiritual in medicine care. **Cleveland Clinical Journal of Medicine**. 67 (2) 80, 83-84. 2000.
- LELOUP, J. Y. **Cuidar do ser**. Fílon e os Terapeutas de Alexandria. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LUCCHETTI, G.; GRANERO, A. **Integration of spirituality courses in Brazilian medical schools**. Medical Education. 44 527-530. 2010.
- MARR, L.; BILLING, J. A.; WEISSMAN, D. E. Spiritual training for palliative care fellows. **Journal of Palliative Medicine**. 10 (1) 169-177. 2007.
- MATTOS, R. A. Os Sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca dos valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, R; MATTOS, R. A. (Orgs.). **Os sentidos da integralidade**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/ABRASCO. p. 39-64. 2001.
- MOREIRA-ALMEIDA, A.; KOENIG, H. G. Retaining the meaning of the words religiousness and spirituality. **Social Science Medicine**. 63 (4) 843-5. 2006.
- NEELY, D.; MINFORD, E. J. **Current status of teaching on spirituality in UK medical schools**. Medical Education. 42 176-182. 2008.
- NEWSHAN, G. Transcending the physical: spiritual aspects of pain in patients with HIV and/or cancer. **Journal of Advanced Nursing**. 28 1236-1241. 1998.
- NORENZAYAN, A.; SHARIFF, A. F. **The origin and evolution of religious prosociality**. Science, 322, 58-62. 2008.
- OKON, T. R. Spiritual, religious, and existential aspects of palliative care. **Journal of Palliative Medicine**, v. 8, n. 2, p. 392-414, 2005.
- PAGLIOSA L. F.; DA RÓS M. A. O Relatório Flexner: para o bem ou para o mal. **Rev Bras Educ Méd**. 32 (4) 492-499. 2008.
- Palliative Support Care**, v. 4, n. 4, p. 407-417, 2006.
- PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. **Cuidado: as fronteiras da integralidade**. Rio de Janeiro: Hucitec/IMS/UERJ-Abrasco, 2005.
- REALE, G. **Corpo, alma e saúde: O conceito de homem de Homero a Platão**. São Paulo: Paulus, 2002.
- RODRIGUES, I. G. **Cuidados Paliativos**. Análise de Conceito [dissertação]. Ribeirão Preto: USP, 2004
- SILVA JUNIOR, A. *et al.* Modelos Assistenciais em Saúde: Desafios e perspectivas. In: MOROSINI, M. V. G. C. *et al* (Orgs.). **Modelos de atenção e a saúde da família**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; 2007. Disponível em: [http://www.retsus.fiocruz.br/upload/publicacoes/pdtpsp\\_4.pdf](http://www.retsus.fiocruz.br/upload/publicacoes/pdtpsp_4.pdf) Acesso em: 20 mar. 2013.
- STEINHAUSER K. E. *et al.* **Are you at peace?** One item to probe spiritual concerns at the end of life. Archives of Internal Medicine. 166 (1)101-105. 2006
- STEINHAUSER, K. E. *et al.* **Teologia Sistemática**. 6. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2005.
- TULSKY, J. A. **Are you at peace?** One item to probe spiritual concerns at the end of life. Archives of Internal Medicine, v. 166, n. 1, p. 101-105, 2006.
- WILLIAMS A. L. **Perspectives on spirituality at the end of life: a meta-summary**. Palliative Support Care. 4 (4) 407-417. 2006.

## A VIVÊNCIA DE UMA SALA DE ESPERA HUMANIZADA

JOSIANE APARECIDA FERRARI DE ALMEIDA PRADO<sup>177</sup>

MARA CRISTINA BINZ<sup>178</sup>

### INTRODUÇÃO

O Projeto de Extensão “MÃOS DE VIDA: empoderamento para a cidadania” teve início em abril de 2011, na Univali de Itajaí, sob o nome de “*Projeto de Extensão Mãos de Vida: humanização na saúde às pessoas com diagnóstico de câncer de mama*”. Desde o início do projeto fazem parte professores, alunos bolsistas e alunos voluntários dos cursos de Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Psicologia, que atuam em consonância com os Projetos Pedagógicos dos respectivos cursos.

Está no escopo da missão da universidade formar profissionais, ou seja, técnicos em uma determinada profissão. A extensão vai além, primando pela formação humanística, cultural, filosófica, holística, ambiental, empreendedora, etc. Cabe a universidade se incorporar nas transformações da sociedade. Contudo, as transformações que a extensão busca está baseada nas demandas da sociedade e nas políticas públicas voltadas para o atendimento da maioria da população (LYRA *et al*, sd).

Sendo assim, o Projeto “MÃOS DE VIDA: empoderamento para a cidadania” busca desenvolver ações processuais e contínuas, de caráter educativo, social e científico, e apresenta como funções o cuidado em saúde, o assessoramento para o atendimento à saúde e a formação em educação e saúde dentro de uma prática transdisciplinar e ecoformativa.

Este projeto possui diversas atividades representadas por Pólos. O Pólo Terapêutico realiza a “sala de espera humanizada”, com pessoas que têm consultas agendadas no ambulatório de mastologia da Unidade de Saúde Familiar e Comunitária (USFC) na Univali; o Pólo Clínico realiza o atendimento integral e humanizado nas consultas de enfermagem realizadas com pessoas em tratamentos de câncer de mama na USFC e na Univali, sendo que ambos os pólos iniciaram as atividades em 2011. Em 2013, é estabelecida a parceria com o Parque Dom Bosco, com atividades direcionadas ao público infanto-juvenil. Em 2015, começou-se a atuar na Rede Feminina de Combate ao Câncer. Em 2016, iniciaram-se as atividades no Centro Obstétrico do Hospital Ruth Cardoso, em Balneário Camboriú, com a proposta do parto humanizado, e no mesmo ano começaram as atividades no LEAL (Laboratório de Estudos de Assistência em Linfedema), na Univali. Para 2018 existe a proposta de iniciarem-se os trabalhos no Hospital Pequeno Anjo, em Itajaí. E desde 2011, incentivam-se encontros, mensalmente, em formação continuada, para todos os profissionais e alunos deste Projeto de Extensão.

### 1 DESENVOLVIMENTO

O câncer de mama é o tipo de câncer mais comum entre mulheres no Brasil e no mundo. Ele representa, anualmente 28% dos novos casos, acometendo mulheres e homens (1% do total dos casos), e a estimativa para o biênio 2016/2017 aponta para 600 mil novos casos. Existem vários tipos de

<sup>177</sup> Psicóloga, Mestrado em Psicologia, Docente do Curso de Graduação em Psicologia, Universidade do Vale do Itajaí – Univali, Itajaí (SC), jprado@univali.br

<sup>178</sup> Médica, Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho, Docente do Curso de Graduação em Medicina, Universidade do Vale do Itajaí – Univali, Itajaí (SC), macrisbin@gmail.com.

câncer de mama que podem evoluir de forma rápida ou não, sendo que a maioria dos casos tem bom prognóstico (INCA, 2016).

O diagnóstico de câncer traz para mulheres e homens incertezas sobre o futuro, onde relações pessoais, sociais, profissionais e afetivas podem ser prejudicadas por essas incertezas. A experiência do câncer de mama tem diferentes significados e implicações na vida de cada pessoa.

O *Objetivo Geral do Pólo Terapêutico*, do qual a Sala de Espera Humanizada faz parte, é proporcionar às pessoas que buscam diagnóstico de doenças da mama, familiares e cuidadores, uma prática humanizada, pautada no respeito a si próprio e aos outros, oportunizando a defesa da cidadania, da justiça social e da vida. E, quanto aos *Objetivos Específicos* deste Pólo, salienta-se: auxiliar as pessoas no fortalecimento de sua saúde; oportunizar um espaço de acolhimento e de compartilhamento de experiências; prestar assistência às famílias, no sentido de apoio, orientação, cuidado e integração entre seus membros; socializar os conhecimentos produzidos; oportunizar o empoderamento das pessoas no exercício da cidadania e fomentar uma prática de saúde inovadora, numa visão de ser humano complexo, nas suas dimensões biofísico-psíquico-espiritual.

Conforme Ferreira (2000), humanizar seria o ato ou efeito de humanizar-se, tornar humano e tornar-se humano; tornar benévolo, afável e tratável; fazer adquirir hábitos sociais, polidos, civilizar. Ao contextualizar este conceito geral na dinâmica da saúde, Knobel (2006) conceitua humanizar como cuidar da pessoa como um todo, ao englobar o contexto familiar e social, incorporar e respeitar valores, esperanças, aspectos culturais e preocupações de cada indivíduo. Em outros termos, seria garantir a qualidade da comunicação entre a pessoa, a família e a equipe de saúde, ao proporcionar uma escuta ativa e qualificada para com o outro, para compreendê-lo e reconhecê-lo, na sua singularidade.

A política do HUMANIZA-SUS (BRASIL, 2004), em seu marco político-teórico, destaca o trabalho integrado em equipe de saúde e o preparo dos profissionais de saúde para lidar com situações individuais, familiares e sociais do ser humano. O investimento na qualificação dos trabalhadores em saúde envolve uma avaliação constante e continuada das práticas de saúde, e uma nova chance de interação e discussão, entre os profissionais e os usuários do sistema.

Como princípio norteador do HUMANIZA-SUS, aparece em destaque: “humanizar é ofertar atendimento de qualidade, articulando os avanços tecnológicos com o acolhimento, com melhoria dos ambientes de cuidado e das condições de trabalho dos profissionais de saúde” (BRASIL, 2004, p.06).

Dentro destes objetivos, entende-se que a prática transdisciplinar e os temas abordados pela mesma oportunizam um constante aprender dentro de uma postura de abertura à descoberta de novos saberes e formas de viver o cuidado, que vai se construindo nas relações de conhecimento e de acolhimento amoroso.

Na *Metodologia* utilizada pelo Pólo Terapêutico destaca-se, inicialmente a preparação da Sala de Espera e também dos profissionais e acadêmicos do Centro de Ciências da Saúde para o encontro com as pessoas. Após este momento, as pessoas e acompanhantes que estão na sala de espera convencional, aguardando as consultas do Ambulatório de Mastologia e Saúde da Mama são convidadas para participarem da **“Sala de espera Humanizada”**.

Para Veríssimo e Valle (2006, *apud* RODRIGUES *et al*, 2016) a sala de espera pode ser uma forma produtiva em que processos educativos e troca de experiências comuns entre os usuários podem acontecer, ocupando o tempo ocioso da espera pela consulta, possibilitando a “interação do conhecimento popular com os saberes dos profissionais de saúde” (RODRIGUES *et al*, 2016, p. 103).

Neste espaço os profissionais de saúde realizam vivências grupais, de acordo com a necessidade que emergir durante os encontros, onde ocorre o desenvolvimento de um diálogo interrelacional - do aprender e do ensinar uns com outros - visando mobilizar sentimentos, pensamentos e ações

sobre o **Cuidado e a Saúde**. Esta atividade tem a duração de uma hora. Após este tempo, as pessoas são encaminhadas novamente à Sala de Espera convencional, para aguardarem o momento das consultas. Quando necessário, após os atendimentos grupais as pessoas são atendidas individualmente.

Após as vivências, os profissionais, alunos bolsistas e alunos voluntários realizam uma roda de conversa com a finalidade de reflexão e avaliação dos encontros ocorridos.

Tradicionalmente, a **“Sala de Espera”** é a de um espaço para aguardar consultas, gerador de ansiedade tanto para as pessoas com as consultas agendadas como para os acompanhantes. É um local onde diálogos são gerados entre pessoas desconhecidas, muitas vezes pautados na doença. Neste ambulatório há pessoas em vários momentos e situações de sua saúde, que vem para a primeira consulta, retorno com exames, agendamento para cirurgias, pós-cirúrgico e em seguimento de tratamento do câncer de mama.

Para Zambenedetti (2012) o conjunto de pessoas que esperam pela consulta, apesar de partilharem um espaço e possuírem objetivos comuns, neste caso a consulta na mastologia, não se constituem como grupo, mas sim um agrupamento de pessoas. Todo agrupamento tem uma potencialidade de tornar-se um grupo e de trocar experiências. Através da troca de experiências “é possível acessar as dimensões singulares presentes nos processos de saúde e adoecimento, relacionando as doenças com a vida” (ZAMBENEDETTI, 2012, p 1078).

Na **“sala de espera humanizada”** o protagonista é a pessoa, seu conhecimento e sua experiência vivida, que ao ser compartilhada e ancorada em uma escuta ativa e respeitosa, promove a capacidade de refletir e intervir sobre sua realidade, fortalecendo vínculos com as outras pessoas. Assim é que, nestes encontros de saúde surge a **Roda de Saúde**, espaço educativo e humanizado, pautado numa prática transdisciplinar, com prática de ações de acolhimento, fortalecidas pela atenção à saúde e à educação.

Portanto, entende-se a Sala de Espera Humanizada com um **Espaço terapêutico** onde se compartilham aprendizagens, com abertura à descoberta de novos saberes e novas formas de viver o cuidado, numa construção pautada nas relações de acolhimento amoroso. Neste **Espaço de acolhimento** são realizadas atividades com imagens, mensagens e músicas para sensibilizar as pessoas em seus aspectos biofísico, psíquico e espiritual, promovendo a reflexão do processo saúde-vida, salientando-se como um **Espaço de relações autênticas de respeito e de amor** entre as pessoas, proporcionando o diálogo focado no cuidado e na atenção integral à saúde, gerando enfrentamentos e aprendizagens através da troca de experiências.

Com relação ao **Cuidado** Ribeiro (2010, p. 100) nos ensina que cuidar é olhar a pessoa como uma totalidade, respeitando-a em sua integridade, é investir na diferença, de tal modo que a pessoa se sinta no direito de ser ela mesma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste Projeto de Extensão “MÃOS DE VIDA: empoderamento para a cidadania”, especificamente, no Pólo Terapêutico, através de uma sala de espera humanizada, reflete-se que é possível perceber a humanização como uma atitude essencial de um ser humano que ajuda a cuidar de outro ser humano, no resgate de um caminho em que o olhar sobre a saúde pode acontecer de uma forma completa, sensível e responsabilizada.

A criação de espaços adequados para o diálogo contribui para o fortalecimento do laço entre as pessoas e os profissionais, estreitando relações, alicerçando vínculos, amalgamando saberes, trazendo para essas relações a presença do humano. Como um projeto de extensão, representa tornar possível aplicar o conhecimento adquirido e aprender frente às diversas demandas.

Repensar e readequar as estruturas físicas de uma Unidade de Saúde docente-assistencial e transformar ambientes neutros em espaços acolhedores, saudáveis e possibilitadores de vivências em saúde, supõe pensar caminhos nos quais recursos humanísticos podem ser empregados, como facilitadores a atitudes reflexivas. Neste universo estão contemplados bioética, história narrativa, antropologia, sociologia, psicologia, espiritualidade, literatura, artes e poesia, enquanto fundamentações onde o cuidado com os espaços físicos e com a organização nos ambulatorios, fortalece a arte do encontro com a saúde do outro.

Portanto, se refletindo sobre a **Visão Humanizadora do Cuidado**, segundo Pessini (2009), quem cuida e se deixa tocar pelo sofrimento humano do outro torna-se um radar de alta sensibilidade, se humaniza no processo e, para além do conhecimento científico, tem a preciosa chance e o privilégio de crescer em sabedoria.

Cuidar pressupõe o (re)conhecimento das necessidades do outro valorizando a subjetividade das pessoas. Cuidar é promover diálogos. Cuidar é saber escutar. Cuidar é acolher. Cuidar é saber trabalhar em equipe.

É neste processo de acolhimento ao cuidado que se vivenciam e se fortalecem os processos de **Encontro**, e nessa dimensão de mistério no encontro humano, que transcende os envolvidos, que despontam novas e distintas possibilidades de ser e de estar no mundo. E nesses encontros aparecem as palavras, que proferidas no diálogo são gestos que se inscrevem no mundo, pois ao falar uma mudança é produzida, e no contato intersubjetivo surgem novos modos de subjetivação.

Portanto, a **Roda da Saúde** transforma uma Sala de Espera Humanizada em um encontro de humanização, acolhimento, respeito, cuidado/autocuidado, integralidade e empoderamento. E, nesse espaço que proporciona encontros em saúde, aparecem depoimentos de algumas pessoas como: “lugar de respeito, fortalecimento pessoal, humanização, expressão de emoções, bem-estar, paz no coração, alívio na alma, experiências de vida, força divina, acolhimento amoroso, *benção de Deus*”.

Por isso, nesta **Roda de Saúde Humanizada**, assim como nos fala a poetisa Cora Coralina na poesia Saber Viver, muitas vezes basta ser colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS**: política nacional de humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <[http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/impressos/folheto/04\\_0923\\_FL.pdf](http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/impressos/folheto/04_0923_FL.pdf)>. Acesso em: 16 julho 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de humanização**: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Textos básicos de saúde. Brasília, Editora MS, 2004.
- FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário eletrônico Aurélio século XXI**. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Lexicon informática / Nova Fronteira, 2000.
- INSTITUTO NACIONAL DO CANCER (INCA) **Câncer de mama**. Estimativas 2016-2017, Disponível: <http://www.inca.org.br> (capturado em 17/07/2017).
- KNOBEL, E. **Psicologia e humanização**: assistência aos pacientes graves. São Paulo: Atheneu, 2008.
- LUCZINSKI, G. F.; ANCONA-LOPEZ, M. A psicologia fenomenológica e a filosofia de Buber: o encontro na clínica. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 75-82, Mar. 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2010000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000100009&lng=en&nrm=iso)>. Access on 22 June 2017.



PESSINI, L. A **Presença do Sagrado no hospital**. São Paulo: TV Med Instituto de Vídeo Medicina, 2009.

RIBEIRO, J. P. **Vade Mécum de Gestalt-terapia**. São Paulo, Summus, 2010.

RODRIGUES, A. D. *et al.* sala de espera: um ambiente para efetivar a educação em saúde. **Vivências**. Vol.5, N.7: p.101-106, Maio/2009. Revista Eletrônica de Extensão da URI ISSN 1809-1636

LYRA, E. S. S *et al.* Universidade Federal de Alagoas. **Guia para a curricularização da extensão na UFAL**. Alagoas. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/guia-curricularizacao-da-extensao-na-ufal/view>>. Acesso em 05/07/17

ZAMBENEDETTI, G. Sala de espera como estratégia de educação em saúde no campo da atenção às doenças sexualmente transmissíveis. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 1075-1086, dec. 2012. ISSN 1984-0470. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/50716/54828>>. Acesso em: 13 July 2017.

# A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

LEONARDO COSTA PEIXOTO<sup>179</sup> | JÔNATHA POLLEZA ARCELINO<sup>179</sup>  
LAURA PASSOLD DOS SANTOS<sup>179</sup> | THAÍS FÁVERO ALVES<sup>180</sup>

## INTRODUÇÃO

A discussão acerca da formulação e implementação de Políticas Públicas tem se destacado em diversos estudos em campo teórico-prático, a fim de possibilitar um entendimento acerca das ações realizadas pelo Estado, Governos e sociedade civil ao longo do tempo, bem como os motivos que condicionam tais ações e seus impactos em âmbito individual e coletivo.

Políticas Públicas são como um instrumento ou conjunto de ação dos Governos (SOUZA, 2006), uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público (SECCHI, 2012) ou um “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (RUA, 1998, p. 731).

Dessa forma, faz-se necessário compreender que a participação popular, no que se refere à busca do empoderamento coletivo, deve ser uma estratégia de melhoramento do papel do Estado na execução das políticas de interesse público. No entanto, no contexto político brasileiro, compreender formas de se exercer este papel de cada indivíduo na sociedade, bem como o papel profissional de saúde como mediador deste processo, é um esforço desafiador.

De acordo com Freire (1987), a educação popular é uma estratégia de construção da participação popular, no redirecionamento da vida social, visando práticas que valorizem a ancestralidade, os saberes populares de cada região e verdadeiras formas de cuidado para a prevenção, promoção e recuperação da saúde pública.

Considerando a visível necessidade de valorização da educação popular, a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS), apresentada e aprovada em 2012 e instituída em 19 de novembro de 2013 por meio da Portaria nº 2.761 (BRASIL, 2013), foi criada para compreender e reconhecer a importância e necessidade dos saberes populares e dando a ideia de que os projetos de saúde devem ser feitos junto com a comunidade, e não apenas para elas.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é ampliar a discussão sobre a importância da educação popular em saúde para a criação de políticas públicas.

## 1 DESENVOLVIMENTO

Existem hoje, em suma, dois meios de construção de políticas públicas: o primeiro meio é o mais utilizado se pensarmos em ações realizadas pelos governos ao longo do tempo, ou seja, faz-se de forma verticalizada, impondo à população o cumprimento de políticas previamente estabelecidas sem abertura de diálogo com a sociedade para discussão de suas necessidades; este método, por sua vez, ‘emudece’ o povo, deixando-o sem voz ativa nas decisões políticas do Estado e diretrizes dos governos. O segundo meio, no entanto, é determinado através da própria sociedade (CARNEIRO, 2004).

<sup>179</sup> Graduação em andamento no Curso de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí.

<sup>180</sup> Graduação em Enfermagem na Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Especialização em Enfermagem do Trabalho (2010) e MBA em Gestão e Liderança Organizacional (2011) pela Universidade Regional de Blumenau. Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí (2016). Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí. Tutora do PET-Saúde/Graduasus. Docente e Tutora da Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Universidade do Vale do Itajaí.

Costuma-se dizer que o segundo meio vem ‘de baixo para cima’, onde são pensadas, através de coletivos organizados, situações problemas com finalidade de melhorar o crescimento e o desenvolvimento de determinada região. Esse método é o mais eficaz por ter como base o conhecimento direto das necessidades locais, valorizando os saberes e experiências da população. Porém, um desafio que se coloca a este meio de construção de políticas públicas é a mobilização popular e articulação dos coletivos (CARNEIRO, 2004).

Vislumbrando o cenário nacional, no entanto, pode-se notar que, em relação ao empoderamento civil e às políticas públicas, muitas das ações do Estado que refletiram em reformulações destas políticas e se deram em decorrência da luta de diversos movimentos que reivindicavam seus direitos civis, políticos e sociais (BRASIL, 2008). Dessa forma, essas políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que surgem do interior das sociedades, sendo denominada como um compromisso público em uma determinada área a curto ou longo prazo.

O empoderamento, por sua vez, enquanto objeto de políticas públicas, é visto partindo do pressuposto de que o indivíduo deve ter voz em sua comunidade e país, sendo possível por meio disso romper ciclos de dependência política e exploração, passando finalmente ao planejamento de um programa integrado de ações e projetos em busca de melhorias em seu meio social (CUNHA; CUNHA, 2002).

Nota-se que, de forma mais genérica, o conceito de Promoção de Saúde largamente difundido também se configura como justificativa da busca individual e coletiva por melhorias sociais, considerando a necessidade de construção de espaços ‘saúdáveis’ para a garantia de mínimos direitos sociais, como acesso a lazer, saneamento básico, educação, dentre outros.

Assim, uma nova perspectiva seria considerar a sociedade como criadora de políticas e fonte de informações para formulação de outros projetos. É de extrema importância que algo seja feito tanto pelos governos quanto pela sociedade no sentido de implementar ou elaborar ações que visem melhorar a vida dos grupos sociais excluídos, tanto na esfera social quanto na econômica e política. Filgueiras (2004, p. 26) define a exclusão como a “impossibilidade ou dificuldade de ter acesso aos mecanismos de desenvolvimento pessoal e inserção sociocomunitária e aos sistemas pré-estabelecidos de proteção”.

Lório (2002) defende a ideia de que o empoderamento deve ocorrer tanto individualmente quanto coletivamente, promovendo assim maior autonomia dos indivíduos. Por um lado rompendo isolamentos e por outro, colocando-os em contato com outras pessoas que se encontram na mesma situação, as quais articuladas e unidas podem mudar as relações de força e poder em seu favor.

No entanto, cabe ressaltar que, em Freire (1987), o empoderamento é sempre coletivo, pois se trata de uma ação política, que passa pela reflexão e transformação da realidade na qual os sujeitos estão inseridos.

Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade (FREIRE, 1986 p. 135).

Portanto, o empoderamento individual é importante na medida em que é ponto de partida para a conscientização do sujeito sobre a realidade, porém, não pode ser considerado como meio de transformação da mesma, uma vez que esta transformação só ocorre quando o empoderamento e autonomia superam o individual e avançam à construção coletiva.

.....

Desta forma, entende-se que os movimentos sociais são de grande importância quando o objetivo de determinado coletivo é modificar a sua realidade. Através das relações sociais e das novas construções de saberes e significados que exercerão uma resistência e essa dará vida ao empoderamento dos participantes que serão considerados protagonistas da sociedade civil quais estão incluídos, capazes de resistir, lutar e transformarem a realidade em que estão inseridos (CHAUÍ, 1988).

Sabe-se que o Estado por si não atende a todas as pessoas, e que algumas dessas acabam por desenvolver movimentos próprios no sentido de buscar modificar a realidade, provocando transformações em seu contexto, tornando-se “atores sociais por meio de sua participação” (GOHN, 2005, p.30).

Assim, pode-se citar Paulo Freire quando o ser humano deixa sua objetivação transparecer,

[...] na objetivação transparece, pois, a responsabilidade histórica do sujeito: ao reproduzi-la criticamente, o homem se reconhece como sujeito que elabora o mundo; nele, no mundo, efetua-se a necessária mediação do auto reconhecimento que o personaliza e conscientiza como autor responsável de sua própria história [...] (FREIRE, 1987, P.17).

O empoderamento pode ser considerado como uma forma de busca para a emancipação das ações governamentais que, em grande escala, não atingem toda a sociedade, acarretando na mobilização de todos em busca de organização e projetos para melhorar as condições nas quais os indivíduos estão inseridos. Deste modo, espera-se que as decisões sejam tomadas de uma maneira inversa àquela tradicionalmente feita, partindo da sociedade ao Governo e não mais do Governo à sociedade, que luta constantemente pelos seus direitos e resiste à opressão e às desigualdades ocasionadas por sequenciais gestões desinteressadas.

Neste sentido, considerando a necessidade do empoderamento coletivo para transformação da realidade e sua importância na construção de políticas públicas voltadas às reais necessidades da população, uma estratégia que pode ser utilizada como facilitadora deste processo de mobilização coletiva é a educação popular. Assim, os profissionais de saúde configuram-se como importantes atores neste processo, podendo atuar como facilitadores e articuladores junto à população em espaços de trocas de saberes e valorização da cultura local, indo ao encontro do preconizado pela PNEPS.

Conforme pontuado por Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987), a educação popular é vista como fonte de produção do conhecimento altamente carregada de intencionalidade. Pela primeira vez se estabelece um vínculo entre educação e política, e educação e luta de classes. A educação deixa de ser vinculada somente à transmissão de saberes e passa a ser ato político.

Atualmente, nota-se que a participação popular na construção das políticas públicas está muito aquém do necessário, o que pode impactar negativamente na vida de muitas comunidades, pois estas políticas não se dirigem às suas reais necessidades.

Desta forma, destaca-se a importância da educação popular em saúde, valorizando, pois, o conhecimento e consciência da população. Assim, a educação popular em saúde tem o teor de formalizar as práticas que valorizem a ancestralidade, os saberes populares e as genuínas formas de cuidado para a prevenção, promoção e recuperação da saúde pública (BRASIL, 2013).

A voz ativa das pessoas na sociedade, a emancipação e o poder de escolha do que é ou não melhor para si, para sua família e comunidade é de extrema importância, sendo a organização coletiva um meio a possibilitar a construção de algo relevante para todos, tornando-se um ponto crucial na discussão das políticas públicas.

Atrelando a educação popular à saída da população da histórica situação de passividade civil na qual se encontra, vislumbramos um futuro no qual a participação e organização social poderá se fazer

.....

.....

cada vez mais presente e ativa na construção e fiscalização da vida política do país. Do ponto de vista do profissional de saúde, põe-se o grande desafio de como se colocar como facilitador deste processo de empoderamento coletivo, do qual se faz parte.

Acredita-se que, utilizando dos pressupostos do método de Freire, é possível construir profissionais com um olhar amplo voltado às necessidades, dando ênfase nas possibilidades, método este reconhecido e correlacionado através de reflexões e planejamento das intervenções que são tidas através de profissionais e/ou pessoas ativas, que dedicam seus esforços para ver a real transformação da realidade e/ou pessoas ativas, que dedicam seus esforços para ver a real transformação.

O método é desenvolvido através de três passos: investigação; tematização; problematização, onde temos o conhecimento da população. Construindo uma linha de discussão podendo identificar seus costumes, as necessidades, rotina e maneira na qual a pessoa habita determinada área, também levando em conta situações ambientais e político-econômicas. Posterior a esse passo, temos o 'convite', onde o desafio é construir junto ao povo a consciência de que ele pode ser ativo, sair de seu estado de inércia ao qual é submetido por gerações, de um método bancário e mecanicista onde as regras são impostas unidirecionalmente, que lhes torna literalmente passivos diante da vida política. Esta etapa é marcada pela simplicidade, onde devem ser utilizadas palavras e situações que lhes façam sentido através de sua história de vida, permitindo o diálogo e a construção de conhecimento. Finalizando com a problematização, onde o facilitador usa palavras-chave para desenvolver uma teia de raciocínios, não deixando se perder a linha de conhecimento, estado este onde se manifesta o olhar crítico e reflexivo (GADOTTI, 1996).

A educação popular em saúde se constrói através da participação popular e construção coletiva; assim que se diferencia a educação em saúde sanitária da educação popular em saúde, o método e o desenvolvimento ficam mais claros.

De acordo com Freire (1987, p. 68) “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” sendo assim, educação não pode ser regida através de métodos mecânicos. É necessário que a construção de conhecimento seja popular e coletiva, levando em conta as histórias de vida de cada um, bem como a reflexão acerca da realidade que nos cerca, esta a ser transformada. Desta forma, educação torna-se um ato político como postulado por Freire e, sendo um ato político, deve a população estar envolvida na vida na e construção das ações políticas do Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi ampliar a discussão sobre a importância da educação popular em saúde para a criação de políticas públicas.

Levando em conta o crescimento na busca pelo conhecimento da participação dos sujeitos na sociedade, Dean (1999) ressalta a importância das vítimas de discriminação e desigualdades sociais, subordinação política e privações econômicas se empoderarem, deixando essa posição de passividade e assumindo junto à comunidade participação ativa na transformação de sua realidade.

Considerando os principais aspectos determinantes no processo de realização de políticas públicas, foi possível notar que cresce cada vez mais a famosa política “de baixo para cima”, representada pela necessidade e desgaste de algumas comunidades que buscam as melhorias que o Estado não proporciona devidamente. Com o apoio dos profissionais de saúde, toda essa busca pelo preferível torna-se um dos principais hábitos que levam os indivíduos a irem em busca dos seus direitos.

Ressalta-se ainda que a discussão que circunda a criação de políticas públicas com embasamento na educação popular - apesar de ter foco neste trabalho especificamente na área da saúde - deve ser

.....



considerada em todos os aspectos que agem sobre a vida dos cidadãos, sendo a valorização dos saberes populares pautada na dialogicidade e construção coletiva, a forma mais indicada de se construir políticas voltadas à população.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, 2008. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Estabelece estratégias e ações que orientam o **Plano Operativo para implementação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEP-SUS)**. Brasília, 2013.
- BRASIL. Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. **Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS)**. Diário Oficial da União, 20 nov. 2013.
- CARNEIRO, R. **Planejamento na esfera pública**: fundamentos teóricos, possibilidades e limites operacionais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, p. 47-68, 2004.
- CHAUI, M. Prefácio. In: SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas Públicas Sociais. In: Carvalho, A. *et al.* (org.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Proex, 2002.
- DEAN, M. **Governmentality**: power and rule in modern society. London: Sage, 1999.
- FILGUEIRAS, C. A. C. **Exclusão, risco e vulnerabilidade**: desafios para a política social. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.
- FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, M. **Paulo Freire**: uma bibliografia. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.
- IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, J.; ANTUNES, M. (Orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 21-44.
- RUA, M. G. Desafios da administração pública: governança, autonomia, neutralidade. **Revista do Serviço Público**, p. 133-152, 1997.
- SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.
- SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, 2006, p. 20-45.

# INTERESSE PÚBLICO NA SAÚDE SOCIAL BRASILEIRA: DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DE JUSTIÇA SOCIAL À HEGEMONIA MERCANTILISTA

THAÍS FÁVERO ALVES<sup>181</sup> | RITA DE CÁSSIA GABRIELLI SOUZA LIMA<sup>182</sup>

## INTRODUÇÃO

Este artigo consiste em uma síntese dos resultados apresentados em dissertação de mestrado de mesmo título. Como objetivo geral, assumiu-se o desafio de analisar os sentidos atribuídos ao termo jurídico ‘interesse público’ na saúde, no contexto da saúde suplementar, utilizado pela ANS como base epistemológica de suas práticas.

Desde sua criação, o SUS vem sofrendo ataques que ameaçam a sua existência, desde os vetos à Lei Orgânica da Saúde (LOS) em 1990, até os constantes incentivos políticos e midiáticos concedidos ao setor suplementar na contemporaneidade, que apresentam os planos de saúde como a opção mais segura e atrativa aos brasileiros.

Historicamente, no Brasil, a relação entre o Sistema Único de Saúde e a livre atuação da iniciativa privada neste setor tem sido pauta para inúmeros artigos, debates, dissertações e teses ao longo dos anos. Contudo, o foco nos efeitos mercadológicos das práticas regulatórias da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a exaustão do tema ressarcimento ao SUS como trazendo em si única esperança de justiça monetária do privado para com o público, demonstram o vazio conceitual que esta discussão ainda sustenta.

Para auxílio no preenchimento deste e de tantos outros vazios ainda existentes na área da saúde, os estudos epistemológicos devem servir como alternativa a ser explorada, uma vez que nos permitem refletir sobre as origens, modos de pensar e de fazer ações em saúde – sejam elas assistenciais propriamente ditas ou concepções gestoras e administrativas que embasam estas ações práticas.

Originalmente, na Lei Orgânica da Saúde (8.080/90) a iniciativa privada está descrita no Capítulo II como ‘Da Participação Complementar’, mais especificamente no Art. 24: “Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada” (BRASIL, 1990).

O Art. 24 da Lei nº 8.080/90 vai ao encontro da Constituição Federal de 1988 que, em sua Seção II, art. 199 afirma que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, complementando, ainda, a sentença no § 1º: “As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, (...) tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos” (BRASIL, 1988).

No entanto, o setor foi regulamentado somente em 1998, através da Lei nº 9.656 que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde e lança a proposta de regulação a partir da

<sup>181</sup> Graduação em Enfermagem na Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Especialização em Enfermagem do Trabalho (2010) e MBA em Gestão e Liderança Organizacional (2011) pela Universidade Regional de Blumenau. Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí (2016). Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí. Tutora do PET-Saúde/Graduasus. Docente e Tutora da Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Universidade do Vale do Itajaí.

<sup>182</sup> Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina, com Estágio de Doutorado (Sandúiche - CAPES) na Università Degli Studi di Roma La Sapienza, Itália. Docente e pesquisadora da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI/SC. Membro do Grupo de Pesquisa ARGOS - Educação em Saúde e Gestão do Trabalho, UNIVALI/SC. Membro da Società Italiana di Sociologia della Salute/SISS/Itália. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: Atenção Primária à Saúde, Formação Histórico-Política em Saúde, Gestão do Trabalho, Ética e Bioética, e Integração Ensino-Serviço-Comunidade.

ANS, oficializada legalmente no ano 2000 (BRASIL, 1998). Em 2000, quando a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar, inicia-se um novo período para o Sistema de Saúde do país, pois as ações de regulação do setor privado impostas pela Agência alteram muito mais do que somente a cobertura mínima de procedimentos, criando um redesenho das estruturas e ações de saúde.

De 1988 a 2000 a iniciativa privada passa de função complementar (conforme descrito na Constituição Federal) à suplementar com a criação da ANS, e isso se dá sem qualquer tipo de emenda constitucional sobre a definição do setor. Apesar de similares, os conceitos de complementar e suplementar não são igualmente definidos. Logo, um dos grandes pilares da manutenção do Sistema Único de Saúde, a regulação de serviços externos no domínio público, inicia suas atividades com esta imprecisão conceitual.

É possível que esta mudança conceitual ignorada pelo Ministério da Saúde (MS) seja um dos muitos efeitos da histórica falta de comunicação entre os dois domínios (público e privado), considerando que, antes da existência do SUS e da regulação do setor privado a responsabilidade pela condução das ações de saúde dividia-se entre o Ministério da Previdência Social e o Ministério da Saúde. O primeiro tratava da assistência médica individual, de natureza securitária e corporativista, enquanto o segundo cuidava da saúde coletiva com ênfase no preventivismo (COSTA *et al.* 2013).

Naquela época, a condução da saúde era dividida entre dois ministérios e os domínios público e privado não se relacionavam, tampouco, legalmente. Na contemporaneidade a relação entre ambos os domínios se faz presente, mas apesar de todas as legislações vigentes hoje e da condução do público e da iniciativa privada se darem através do Ministério da Saúde, desavisados e leigos ainda podem pensar que se trata de subsistemas concorrentes, nem complementares e nem suplementares.

A fim de compreender melhor a finalidade da iniciativa privada e sua relação com o domínio público, recorreu-se à gênese da Agência, ou seja, à leitura da Lei nº 9.961/00. Retomando esta Lei, de 28 de janeiro de 2000 que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar, vê-se no Capítulo I ‘da criação e da competência’, descrito no art. 3º o porquê de sua criação: “A ANS terá por finalidade institucional **promover a defesa do interesse público** na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, (...) contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no país” (BRASIL, 2000).

Estudando esta finalidade institucional, houve grande dificuldade na compreensão do conceito de interesse público. Primeiramente, pois as fontes jurídicas e administrativas trazem tradicionalmente uma linguagem diferente da que é usualmente utilizada na área da saúde. Segundo, pois devido a imprecisão das fontes teóricas consultadas, não foi possível compreender que sentido de interesse público é impresso para ANS nesta legislação.

Segundo Oliveira (2012, p.43) a dificuldade em definir o conceito de interesse público está no fato de que o mesmo é “um conceito indeterminado que precisa ser contextualizado”. Conforme Rezende e Pereira (2013, p.14) “pode-se afirmar que as relações entre Estado, sociedade e mercado é uma das intercessões que proporcionam a construção do “público” e do “interesse público” e, completam:

A administração pública brasileira, a partir da Constituição Federal, tem seus princípios definidos, quais sejam: os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Ao pensar no “interesse público” dentro desse contexto, vem à tona uma dificuldade de situá-lo (REZENDE e PEREIRA, 2013, p. 14-15).

Em suma, a ANS existe para promover a defesa do interesse público na Saúde Suplementar e, consequentemente, todas suas ações regulatórias devem servir racionalmente a este fim. Considerando a dificuldade jurídica e administrativa na conceituação de ‘interesse público’, é necessário contextualizá-lo na Saúde Suplementar.

## 1 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epistemológico, de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa documental. O trabalho foi aprovado em Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer de número 1.358.527.

A fim de conceber maior embasamento à análise dos sentidos atribuídos ao termo jurídico ‘interesse público’, utilizado pela ANS como base epistemológica de suas práticas, optou-se pela realização de pesquisa documental em duas frentes: pesquisa documental em artigos publicados no periódico Saúde em Debate (vinculado ao Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES) e de documentos legais e infralegais relacionados ao surgimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar, em recorte histórico de 1985 a 2000.

O CEBES foi entendido neste trabalho como um intelectual orgânico do Movimento de Reforma Sanitária (MRS) e, por isso, utilizou-se como contraponto analítico os sentidos atribuídos por este Centro ao mesmo termo ‘interesse público’.

O recorte histórico definido para esta pesquisa, incluindo tanto a revisão no periódico Saúde em Debate quanto a dos documentos relacionados à ANS, foi o de 1985 a 2000, pois este abrange um período político imprescindível para o entendimento da saúde como um direito no Brasil, bem como para a compreensão dos papéis dos domínios público e privado neste Sistema.

Na pesquisa no periódico Saúde em Debate, verificou-se inicialmente que existiam 41 edições disponíveis da revista publicadas neste período. À medida em que se avançou nesta fase exploratória, alimentou-se uma planilha de Excel® com os artigos selecionados por amostragem, conforme título, palavras-chave e primeiras leituras.

Das 41 edições sinalizadas no início desta primeira fase da pesquisa, foram destacados 90 artigos de 31 diferentes números da revista. Destes 90 artigos foram realizadas leituras mais detalhadas de cada um a fim de identificar aqueles que poderiam apresentar elementos que guardassem sentidos de interesse público na saúde. Esta seleção deu-se buscando textos que expressassem a necessidade de políticas voltadas ao bem comum, considerando a preconcepção das autoras sobre interesse público. Nos resultados apresentados a seguir, constam citações diretas de trechos retirados de sete artigos datados de 1985 a 1991, conforme listados no quadro abaixo:

Quadro 01 – Relação dos textos utilizados na pesquisa do periódico Saúde em Debate.

| TÍTULO DO ARTIGO                                                                                     | ANO DE PUBLICAÇÃO | AUTORES                                                        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|----------------------------------------------------------------|
| Subsídios para definição de uma política de atenção à saúde para um governo de transição democrática | 1985              | Eleutério Rodriguez Neto                                       |
| Diretrizes básicas para o setor saúde no governo democrático                                         | 1985              | Grupo Saúde<br>Diretório Central – PMDB                        |
| A questão da saúde no Brasil e diretrizes de um programa para um governo democrático                 | 1985              | CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde             |
| Constituinte: o que os consumidores querem                                                           | 1987              | Relatório final da Conferência Nacional de Saúde do Consumidor |
| Consumo: resposta à necessidade ou ao interesse da produção?                                         | 1987              | José Augusto C. Barros                                         |
| Saúde na Constituinte: a defesa da emenda popular                                                    | 1988              | Sérgio Arouca                                                  |
| A Lei Orgânica da Saúde é Orgânica a quem?                                                           | 1991              | Emerson E. Merhy                                               |

Fonte: As autoras.

Para a pesquisa em documentos legais e infralegais relacionados à gênese da ANS, utilizou-se de toda a leitura previamente acumulada durante o processo do mestrado.

Desta forma, instituiu-se uma espécie de ‘snowball’<sup>183</sup> documental<sup>184</sup>, no qual cada artigo e cada lei visitada indicava o próximo, formando uma rede de informação documental que permitiu a remontagem histórica descrita no terceiro artigo. Exemplo: da mesma forma que a Lei Orgânica da Saúde nos remete à Constituição Federal, quando visitei a página da Agência Nacional de Saúde Suplementar em busca de maiores informações sobre sua Lei de criação, os textos ali contidos remetiam à importância do Código de Defesa do Consumidor que, por sua vez, remetia novamente a leituras de capítulos específicos da Constituição Federal e assim sucessivamente, com todos os documentos explorados.

Diante da vastidão de documentos e legislações relacionados à saúde suplementar, foram utilizados para compreensão dos sentidos de interesse público na saúde, por este setor, aqueles que estiveram dentro do recorte histórico eleito para esta pesquisa, conforme descritos no quadro abaixo:

Quadro 02 – Listagem dos documentos legais e infralegais relacionados a ANS utilizados na pesquisa.

| DOCUMENTO                                      | ANO DE PUBLICAÇÃO | RELEVÂNCIA HISTÓRICA                                                                                   |
|------------------------------------------------|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Constituição Federal                           | 1988              | Garante liberdade de ação à iniciativa privada.                                                        |
| Lei nº 8.080                                   | 1990              | Organiza as ações de saúde no País, públicas e privadas.                                               |
| Lei nº 8.078                                   | 1990              | Origem do Código de Defesa do Consumidor, uma das bases jurídicas para a criação da ANS.               |
| Plano Diretor de reforma do Aparelho do Estado | 1995              | Importa o conceito de Agência Reguladora ao Brasil, no processo de abertura do País ao neoliberalismo. |
| Lei nº 9.656                                   | 1998              | Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.                                      |
| Lei nº 9.961                                   | 2000              | Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar.                                                          |

Fonte: As autoras.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa documental realizada em duas frentes – CEBES como intelectual orgânico da Reforma Sanitária e documentos relacionados a origem da Agência Nacional de Saúde suplementar – mostrou-se, de fato, uma contraposição de sentidos.

Os sentidos para interesse público encontrados nos textos do periódico Saúde em Debate foram relacionados em categoria única analítica, intitulada de **‘Justiça Social e Redemocratização’**.

A análise dos textos gerou a compreensão de que os artigos explorados na primeira etapa refletiram especialmente o tema determinação social, modelo teórico explicativo de saúde e doença capitaneado pelo Movimento de Medicina Social, do século XIX (DA ROS, 2000). Observou-se que esta produção teve um cunho político e propositivo para uma nova postura econômica e social em um governo de transição democrática. Dando sequência a esta reflexão, de forma orgânica ao debate

<sup>183</sup> Técnica de pesquisa em que se utiliza uma espécie de rede de informações, na qual o sujeito entrevistado indica o próximo (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

<sup>184</sup> Aqui trata-se de uma analogia por mim referida, na ausência de metodologia específica para retratar o percurso metodológico descrito, mesmo estando ciente de que não existe aplicação da técnica intitulada *snowball* em estudos que não se refiram à pesquisa com seres humanos.



da determinação social, surgiram nos artigos as discussões vinculadas ao texto da Constituição, especificamente ao capítulo da saúde. Por fim, são extraídos dos artigos da década de 90 as discussões sobre a Lei Orgânica da Saúde, os ganhos e perdas a partir do governo Collor, comparando-as às propostas e expectativas do Movimento da Reforma Sanitária.

Notou-se que para os autores estudados que publicavam no Periódico Saúde em Debate vinculado ao CEBES, os sentidos atribuídos a interesse público na saúde estariam diretamente relacionados aos ideais de políticas com vistas à justiça social e à importância da conquista de redemocratização do país, para que se garantissem meios de realização destas políticas, inexistentes no Estado de exceção.

Por outro lado, a revisão realizada nos documentos relacionados à ANS foi listada também em categoria única, porém intitulada **‘Mercadoria’**. Esta discussão é resultado direto da reflexão entre os documentos oficiais, ao longo do tempo, associados ao posicionamento das autoras, acerca da atual conjuntura delineada no campo da saúde, a partir destas legislações. Da relação entre as distintas culturas políticas (entre a cultura expressa nos documentos e a das autoras) (DE MARTINO, 2009), emergiu a compreensão de que as inserções do Estado, através de leis sobre a iniciativa privada na saúde voltaram-se a um único fim ao longo do período estudado – mercadoria.

Considerando esta construção histórica do setor saúde no Brasil, em especial as condutas governamentais referentes ao domínio privado, emergiu neste estudo Mercadoria como categoria analítica, pois os documentos legais utilizados para remonte da história da saúde complementar demonstraram a convergência das ações políticas de privilégio ao setor privado. Conforme verificado, preteriu-se a instituição de políticas de Estado realmente condizentes com as necessidades da população em favor do incentivo à ‘compra’ de serviços médicos, especializados e farmacológicos como resolução para os problemas de saúde da população (ALVES; LIMA, 2016).

Hoje, mesmo com o advento do SUS, resultado direto na militância do Movimento da Reforma Sanitária na retomada do pensamento da medicina social, ainda se tem enquanto concepção hegemonizada no aparato midiático brasileiro, a lógica do processo saúde-doença como resultado de ações biológicas e não sociais. Ou seja, nesta lógica imposta ao povo, a bactéria ainda se configura como principal inimiga da saúde, e não as políticas econômicas de desigualdade, que impossibilitam aos cidadãos o mínimo de dignidade de vida. Nas legislações verificadas, clarificou-se a tratativa da saúde como uma mercadoria ao longo da história do nosso país.

Desta forma, mesmo com o direito à saúde conquistado na Constituição Cidadã, a liberdade de ação da iniciativa privada no setor e sua futura regulação, sob a justificativa da liberdade de escolha, aparentam ser o plano principal dos interesses privados garantidos mediante políticas de governo, e não a complementariedade constitucional ao Sistema Universal como política de Estado.

A possibilidade de tratar a saúde como uma mercadoria, e não como um direito pode ser reflexo do sistema político vigente no Brasil, no qual as democracias de partido e de público se fundem em um misto perigoso representativamente, no qual a força da mídia e o financiamento privado de campanhas, garantem que aquela hegemonia privatista nunca se desfaça, sendo a cada dia mais rotineira a ‘compra de saúde’ em balcões de farmácias.

Para reversão desta situação controversa e injusta socialmente, é necessário que a população brasileira se una e busque seu fortalecimento enquanto sociedade civil organizada, a fim de superar a condição de subalternidade historicamente imposta ao povo, subjugado por políticas de interesse privado respaldadas pelo apelo da mídia direcionada e oficializadas por um sistema eleitoral, cuja moeda de troca é a dignidade do cidadão (ALVES; LIMA, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Constituição Federal de 1988, que garantiu a saúde como um direito social conquistado no Brasil, a iniciativa privada compõe o cenário de saúde brasileiro por ter livre iniciativa ao mesmo, delineando um cenário misto entre os domínios público e privado neste setor. Mesmo com a conquista social do Sistema Único de Saúde, efetivado legalmente em 1990, a iniciativa privada – que hoje é reconhecida como saúde suplementar – foi somente regulamentada no país nos anos 2000, através da criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Em seus documentos legais, a agência apresenta como finalidade institucional a promoção da defesa do interesse público na saúde suplementar. Diante da imprecisão conceitual que circunda a expressão ‘interesse público’, associado ao atual contexto de saúde brasileiro, em tempos de crise ética, política, econômica e social, torna-se essencial compreender o real papel da iniciativa privada para com o setor público de saúde, a fim de garantir a sustentabilidade do Sistema.

Neste contexto, justificam-se os esforços apresentados neste trabalho a fim de analisar os sentidos atribuídos ao termo jurídico ‘interesse público’, no contexto da saúde suplementar.

Por meio da análise documental em diferentes fontes – periódico Saúde em Debate e documentos legais relacionados à ANS – pode-se concluir que os sentidos atribuídos a interesse público na saúde pela Reforma Sanitária são divergentes daqueles atribuídos pelo setor suplementar. Enquanto para um o interesse público na saúde implicaria em ideais de justiça social e redemocratização, para outro resume-se à tratativa da saúde como uma mercadoria.

Assim, emerge a necessidade de superação por parte da sociedade civil brasileira de sua histórica condição de passividade e subalternidade, condições estas que vêm permitindo que governos transitórios coloquem seus interesses privados acima dos interesses e necessidades de toda população, conduzindo as ações do Estado brasileiro para um caminho diferente daquele sonhado e batalhado pela Reforma Sanitária na conquista social do direito à saúde.

## REFERÊNCIAS

ALVES, T. F.; LIMA, R. C. G. S. Interesse público na saúde: saúde suplementar e hegemonia mercantilista. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, Itajaí, v. 3, n. 2, p.37-55, 2016.

BALDIN, N. MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Pontífica Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398\\_2342.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf)> Acesso em 30 mai 216

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 05 out. 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. **Lei Nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990**. Brasília, 19 set. 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9656, de 03 de junho de 1998. **Lei Nº 9.656, de 03 de junho de 1998**. Brasília, 03 jun. 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9961, de 28 de janeiro de 2000. **Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000**. Brasília, 28 jan. 2000.

\_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (F.H. Cardoso), 1995. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

CEBES. **Porque defender o sistema único de saúde?:** diferenças entre direito universal e cobertura universal de saúde. Manguinhos, RJ: Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, 2015.

COSTA, L. A.; NEVES, J. Burocracia e inserção pessoal: um estudo sobre o Ministério da Saúde na gestão do Sistema Único de Saude (SUS). **Saúde SC**, São Paulo, v. 22, n. 4, p.117-131, abr. 2013.

DA ROS, M. A. **Fleck e os estilos de pensamento em saúde pública**. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação/UFSC, Florianópolis, 2000.

DE MARTINO, E. Etnologia e cultura. **Nazionale. Società**, ano IX, n. 3, p. 313-342, 1953.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologias e práticas. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2012

OLIVEIRA, V. A. R. PEREIRA, J. R. **Interesse Público, gestão pública e gestão social**: significados e conexões. Lavras: UFLA, 2012. Cadernos Gestão Social, v.4, n.1, p.13-23, jan./jun 2013

*Mãos de Vida nas Políticas*

5

## **SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS**



# OS IMPACTOS DO ESTRESSE OCUPACIONAL À SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

ANTONIO ANDERSON MOTA DA SILVA<sup>185</sup> | ADRIANA GOES URANO NOGUEIRA<sup>186</sup> | FLÁVIO RAMOS<sup>187</sup>

## INTRODUÇÃO

Durante a realização de estágio na área de gestão de pessoas, nos anos 2012 e 2013, em uma indústria calçadista do município de Sobral/CE, foi possível conhecer um pouco do contexto de trabalho dos profissionais que atuam nessa área. Assim, acompanhando essa realidade de trabalho, bem como as relações mantidas, os conflitos existentes no cotidiano e as condições vigentes para a execução das atividades foi possível observar fatores estressores nesse contexto, como consequência de uma sobrecarga de situações conflituosas no ambiente de trabalho.

O estresse advém tanto do meio interno - pensamentos, sentimentos e emoções, quanto do meio externo, do ambiente social, econômico, cultural e ocupacional.

Estar estressado é um estado do organismo após esforço de adaptação que pode produzir deformações na capacidade de resposta do organismo, atingindo a saúde mental, afetiva, o estado físico, e o relacionamento com as pessoas. O estresse tem aspectos positivos e negativos, quando negativo provoca o desgaste emocional do indivíduo, e quando positivo mobiliza o indivíduo para o enfrentamento das situações vividas no cotidiano (TAMAYO, 2008, p. 24).

Essa pesquisa teve como foco o estresse relacionado ao trabalho ou estresse ocupacional, o qual é denominado dessa forma quando tem relação direta com a atividade laboral, e geralmente quando o ambiente ocupacional é percebido pelo indivíduo como uma ameaça (JACQUES, 2008). Também pode ser compreendido como uma relação entre trabalho-saúde-doença, ou seja, o estresse ocupacional pode ser entendido como um conjunto de fatores do ambiente de trabalho que podem afetar a vida do trabalhador.

Na perspectiva de Tamayo (2008, p. 30), “o Stress Ocupacional é o quadro caracterizado pela deflagração de problemas fisiológicos e comportamentais em relação ao ambiente de trabalho”.

Partindo desse entendimento, para a realização da pesquisa se definiu a seguinte questão norteadora: Quais os impactos do estresse ocupacional à saúde do trabalhador?

Através da vivência relatada anteriormente e de leituras sobre a temática, despertou-se o interesse em pesquisar sobre o estresse relacionado ao trabalho, possibilitando uma reflexão sobre os fenômenos ocupacionais que podem ser adoecedores, e consequentemente contribuir com os desafios dos profissionais da área de gestão de pessoas, que trabalham em áreas direcionadas à saúde laboral.

Do ponto de vista acadêmico, destaca-se a importância científica da pesquisa, a qual é uma possibilidade de construir novos conhecimentos relacionados às implicações de fatores estressores, presentes no ambiente ocupacional, à saúde do trabalhador.

Sendo assim, este artigo teve como objetivo analisar na literatura os impactos do estresse ocupacional à saúde do trabalhador.

<sup>185</sup> Aluno, Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. andersonmotams@gmail.com

<sup>186</sup> Docente, Mestranda em Administração (UNIVALI); Especialista em Psicopegadogia (UVA); MBA em Gestão de Pessoas (FGV); Psicóloga (UNIFOR). adrianagoesun@hotmail.com

<sup>187</sup> Docente, Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). flauni@univali.br



Para alcançar o objetivo da pesquisa, utilizou-se como metodologia a revisão integrativa na literatura. Foi realizada uma revisão integrativa com artigos pesquisados na base de dados da *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), relacionados ao tema e ao objetivo da pesquisa.

## 1 REVISÃO DE LITERATURA

### 1.1 O ESTRESSE

Podem-se compreender como doenças ocupacionais aquelas que mantêm relação com a atividade desenvolvida pelo trabalhador. As mais comuns são as relacionadas aos riscos físicos do ambiente laboral: Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Também há aquelas oriundas de fatores de risco químicos, biológicos, ergonômicos e psicossociais. A esse respeito, Durão (2011, p. 26) diz que: “múltiplos fatores de risco podem desencadear doenças ocupacionais, sejam físicos (excesso de ruídos, baixa iluminação), químicos (gases poluentes, gases tóxicos), biológicos (vírus), ergonômicos (postura inadequada) e psicossociais (estresse, assédio moral)”.

Os fatores de risco psicossociais podem desencadear estresse, entendido como uma reação complexa com componentes físicos e psicológicos resultantes da exposição a situações que excedem os recursos de enfrentamento da pessoa. É uma reação adaptativa do organismo humano ao mundo em constante mudança. Todavia, quando suas causas se prolongam e os meios de enfrentamento são escassos, estes podem avançar para fases de maior gravidade, tornando o corpo vulnerável a doenças diversas (TAMAYO, 2008).

O estresse foi considerado uma epidemia global pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que afirma que 90% da população mundial apresenta sintomas desse quadro. O estresse pode interferir na qualidade de vida dos sujeitos, resultando em agravos à vida familiar e social, o que inclui a falta de motivação para atividades do cotidiano, as doenças físicas ou psicológicas, além de problemas no trabalho (JACQUES, 2008).

A referência ao estresse tem ocorrido frequentemente de forma parcial e distorcida, sendo visto sempre como algo negativo. Porém, a literatura aponta que o estresse não é algo bom ou ruim.

Ao contrário, ele [o estresse] pode ser um recurso importante e útil para uma pessoa fazer frente às diferentes situações de vida que ela enfrenta em seu cotidiano. A resposta ao stress surge, ou melhor, é ativada pelo organismo, com o objetivo de mobilizar recursos que possibilitem às pessoas enfrentarem situações – as mais variadas – que são percebidas como difíceis e que exigem delas esforço. Sem dúvida, essa capacidade tem sido de fundamental importância para a espécie humana, ajudando-a a sobreviver e a desenvolver alternativas sobre como enfrentar as múltiplas situações de ameaça – concreta ou simbólica – que podem encontrar em sua existência. (FRANÇA; RODRIGUES, 2005, p. 30-31).

Assim, as situações de estresse e as respostas dos indivíduos a esses fatores podem ter aspectos negativos. Porém, não devemos encará-lo apenas por esse viés, uma vez que não somos indefesos diante desse fenômeno. Ao serem identificados os estímulos estressores do ambiente e suas consequências ao organismo, obtêm-se informações importantes que podem ajudar a minimizar os efeitos negativos das situações de estresse.

Diante de situações estressoras, o ambiente social é capaz de desencadear diversas reações nos sistemas que compõem o organismo: sistema nervoso, sistema endócrino (responsável pela produção e liberação de substâncias direcionadas à proteção do organismo, como: adrenalina), sistema imunológico

.....

(estimulação do hipotálamo) e sistema límbico. Estas estruturas estão diretamente relacionadas com o funcionamento dos órgãos e regulação das emoções (BAUER, 2012).

Compreende-se que os sintomas associados ao estresse são vivenciados de forma única por cada indivíduo, mantendo relação direta com a história de vida da pessoa, ou seja, as condições biológicas e a cultura têm relação com o estresse. Assim, de acordo com Lipp (2004, p. 23) “as respostas físicas e psicológicas ao estresse dependerão da herança genética, estilo de vida e estratégias de enfrentamento utilizadas pelo indivíduo, bem como da intensidade e duração do agente estressor.”

A literatura destaca que uma das variáveis que podem contribuir para o adoecimento em virtude do estresse excessivo é a pré-existência de uma vulnerabilidade orgânica.

Adotando um modelo relacional, somos conduzidos a estudar não só o estímulo estressor e a resposta biológica a ele, mas também a maneira pela qual a pessoa avalia e enfrenta esse estímulo, levando em consideração suas características individuais e o tipo de ambiente em que está inserida. Levando em conta esse princípio de relação, o stress e suas consequências dependem de inúmeros fatores: da pessoa, do ambiente e da circunstância, assim como da combinação entre eles. (FRANÇA; RODRIGUES, 2005, p. 35).

O termo estresse teve origem na física com o intuito de definir o desgaste de materiais submetidos ao excesso de peso, calor excessivo ou radiação. Em 1936 Hans Selye, fisiologista austríaco, empregou esse termo para designar uma “Síndrome Geral de Adaptação”, constituída por três fases (fase de alarme, fase de adaptação e fase de exaustão), com implicações diretas no organismo do indivíduo (JACQUES, 2008).

As fases da Síndrome Geral de Adaptação foram descritas por França e Rodrigues (2005), da seguinte forma: a fase de “Alarme” é semelhante à Reação de Emergência de Cannon (reação direcionada à manutenção da homeostase do organismo), renomado fisiologista americano, responsável pelo desenvolvimento das noções de homeostase. Percebeu as reações de animais quando estes eram submetidos a estímulos ameaçadores ao seu equilíbrio orgânico, incluindo medo, raiva, dor e fome. Diante desses fatores os animais se preparavam para luta ou fuga. O que caracterizava a Reação de Emergência era o aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial; liberação do açúcar armazenado pelo fígado na corrente sanguínea para ser utilizado como alimento; aumento da frequência respiratória; dilatação da pupila, aumentando a eficiência visual, aumento do número de linfócitos (células do sangue responsáveis pela defesa do organismo) na corrente sanguínea, para preparar o organismo para possíveis danos aos tecidos.

Após essa fase, na permanência do fator estressor, segue-se a fase de “Resistência”, a qual apresenta as seguintes características: aumento do córtex da supra-renal, atrofia do timo e do baço, hemodiluição, aumento do número de glóbulos sanguíneos e da concentração de cloro na corrente sanguínea, diminuição do número de eosinófilos (células sanguíneas relacionadas à defesa do organismo) e ulcerações no sistema digestivo. Como sintomas psicológicos apresentam-se: irritabilidade, mudanças de humor, insônia e diminuição do desejo sexual.

Em último plano surge a fase de “Exaustão”. Esta pode representar a falha nos mecanismos de adaptação. Isso se deve ao fato de, muitas vezes, não conseguirmos nos ajustar às mais diferentes exigências do ambiente. Em parte, há um retorno à fase de Alarme e, se o estímulo estressor permanecer atuante, por consequência do esgotamento por sobrecarga fisiológica, o organismo pode morrer.

A partir da descrição das três fases da Síndrome Geral de Adaptação de Selye (1936), pode-se compreender que o estresse é caracterizado pelo conjunto de respostas fisiológicas e psicológicas que o organismo apresenta diante de qualquer situação que exija do indivíduo algum tipo de esforço, inclusive psicossociais, para a adaptação.

.....

Um segundo modelo desenvolvido para tratar do fenômeno do estresse é o modelo de Lipp (2004). A autora apresentou uma definição de estresse como certos tipos de reações do organismo, que ocorrem sempre que surge a necessidade de uma grande adaptação a um evento ou situação importante. Estas formas de relação do organismo com estes eventos envolvem componentes psicológicos, físicos, mentais e hormonais.

O modelo de Lipp é semelhante à proposta de Selye (1936) não o invalidando. Porém, a autora considera uma quarta fase, denominada de “quase-exaustão”. Assim, surge o “Modelo Quadrifásico do Stress” (LIPP, 2004), o qual é organizado nas seguintes fases: Alerta, Resistência, Quase-exaustão e Exaustão.

A fase de “Alerta” caracteriza-se como a resposta inicial do organismo ao fator estressor, considerada a fase positiva do estresse, está relacionada com a preservação da vida, mobilizando uma rápida resposta orgânica para o enfrentamento. Podem ser observadas nesta fase várias reações fisiológicas, como: sudorese excessiva, taquicardia, respiração ofegante. Ocorre também a face positiva do estresse, com o aumento do nível de atenção e velocidade na articulação de pensamentos, além do aumento da motivação.

Na fase seguinte, “Resistência”, o indivíduo tenta lidar com os seus estressores, ocorrendo à elevação da capacidade de resistência do organismo, independente da permanência ou não do estressor, através do uso de toda a energia e recursos disponíveis, podendo gerar sensação de desgaste e danos à memória. Nesse instante há adaptação do organismo com a respiração, os batimentos cardíacos, a circulação e a pressão arterial voltando aos níveis anteriores.

Na fase de “Quase-exaustão” acrescentada por Lipp (2004) é iniciado o processo de adoecimento, quando os sintomas iniciais desaparecem dando lugar a uma sensação de desgaste e cansaço. Se não ocorrer o alívio do estresse por meio da remoção do fator estressor ou pelo uso de estratégias de enfrentamento, segue-se a fase de exaustão.

A fase de “Exaustão” caracteriza-se pela impossibilidade de resistência ao estressor, ocorrendo o surgimento de doenças graves nos órgãos mais vulneráveis, podendo ocasionar: enfarte, úlceras, depressão etc. Em alguns casos pode levar à morte.

Após contextualizarmos o fenômeno do estresse, através da apresentação de suas características e dos seus modelos teóricos, abordaremos a seguir o estresse relacionado ao trabalho ou ocupacional, o qual tem sido objeto de estudos no campo da Psicologia e da Medicina. Isso se deve ao aumento do número de doenças com relação direta com o estresse ocupacional.

Destacamos o estresse ocupacional, levando em consideração a centralidade do trabalho na vida das pessoas, a qual pode ser afetada por situações permanentes de estresse e o consequente adoecimento do trabalhador.

## 1.2 O ESTRESSE OCUPACIONAL

O trabalho ao longo da história foi marcado por diferentes concepções, estando presente na vida do homem desde a Pré-História. O trabalho como uma atividade eminentemente humana é uma das principais fontes de significação para a existência das pessoas, estando associado à construção de identidades, sejam sociais, afetivas ou psicológicas.

O trabalho seria expressão do homem e a expressão do homem expressão da personalidade do indivíduo. [...] O trabalho tem um significado intrínseco. As razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer de suas consequências. A satisfação do trabalho não decorre da renda [...], sequer do *status* ou do poder sobre outras pessoas, mas do processo técnico inerente. (ALBORNOS, 2012, p. 58-59).

Compreende-se que o trabalho é uma das fontes para a concretização das necessidades humanas, como a autorrealização, a manutenção de relações interpessoais, indispensáveis para a sobrevivência do indivíduo. Contudo, também pode ser fonte de adoecimento físico e/ou psíquico, quando contém fatores de risco para a saúde e o trabalhador não dispõe de recursos suficientes para se proteger destes riscos.

A preocupação com o estresse ocupacional se deve ao fato da grande importância do trabalho na vida do homem. O trabalho como uma atividade eminentemente humana é uma das principais fontes de significação do homem, estando associado à construção de identidades e ao reconhecimento social (ALBORNOZ, 2012).

Destacamos os efeitos do estresse ocupacional, também conhecido como estresse laboral ou estresse no ambiente de trabalho, o qual segundo Bianchini *et al.* (2011, p. 38) “tem sido uma das grandes preocupações da modernidade, devido a sua repercussão como sendo um dos principais motivos de afastamento do trabalho”.

O *stress* ocupacional constitui-se em experiência individual, extremamente desagradável, associada a sentimento de hostilidade, tensão, ansiedade, frustração e depressão. Os fatores contribuintes para a manifestação do stress ocupacional vão desde as características individuais de cada trabalhador, estilo de relacionamento social no ambiente de trabalho e pelo clima organizacional, até as condições gerais que o trabalho é executado. (SOBRINHO, 2011, p. 82).

O estresse ocupacional pode ter implicações negativas na vida do trabalhador, podendo ser um fator gerador de adoecimento. Sobre essas consequências, Lipp (2008, p. 83) destaca as seguintes: “Excesso de atraso, excesso de faltas, aumento de licenças médicas, alta rotatividade, acidente de trabalho”. Assim, percebe-se a necessidade da preocupação contínua com a qualidade de vida do trabalhador, o qual deve perceber o seu trabalho como um fator potencializador, que lhe traga significação pessoal.

Ainda de acordo com Carvalho (2012, p. 84), algumas variáveis podem ser consequências do estresse ocupacional, como: “depressão, falta de ânimo, falta de envolvimento com o trabalho e a organização, faltas e atrasos frequentes, excesso de idas ao ambulatório médico, alcoolismo, tabagismo e uso de outras drogas”. Assim, o profissional que atua no campo da proteção e promoção da saúde no trabalho deve saber diferenciar o estresse ocupacional de aspectos da vida familiar e pessoal do trabalhador, que por sua vez também podem ser adoecedores.

Pelas ideias trazidas por Carvalho (2012), pode-se compreender que o estresse ocupacional não difere muito do estresse geral, mas para o seu diagnóstico devem-se observar as condições de trabalho, as quais os profissionais estejam submetidos para se chegar a uma conclusão. Essa avaliação permanente pode evitar que a exposição excessiva ao fator estressor acarrete danos irreparáveis à saúde física e psíquica do indivíduo, e na queda da qualidade de execução das funções laborais.

Estressores ocupacionais estão frequentemente ligados à organização do trabalho, como: pressão para a produtividade, retaliação, condições desfavoráveis à segurança no trabalho, indisponibilidade de treinamento e orientação, relação abusiva entre supervisores e subordinados, falta de controle sobre a tarefa e ciclos de trabalho-descanso incoerentes com os limites biológicos (LIPP, 2008).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) as perspectivas são negativas para as próximas décadas, pois estas serão as décadas do mal-estar na globalização. Compreende-se a partir de tal afirmação as depressões, angústias e outros danos psíquicos relacionados com as novas políticas de gestão nas organizações de trabalho (SOBRINHO, 2011).

No contexto atual das relações trabalhistas, observa-se uma falta de questionamento sobre a situação da classe trabalhadora e a incorporação desse contingente da força de trabalho à lógica dos interesses capitalistas. Por trás de todos os números de lucros, de incentivos, de parcerias, pode estar o trabalhador precarizado, inserido num contexto de trabalho intensivo, repetitivo, cheio de pressões e inseguro perante a instabilidade do mercado, realidade que traz consequências negativas para a vida, saúde física e emocional do trabalhador.

### 1.3 O PAPEL DA GESTÃO DE PESSOAS NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Na visão dos autores Marras e Veloso (2012, p. 56), “o gestor de pessoas deve estar ciente de que ele também é um potencial candidato a sofrer as consequências do estresse em sua vida”. Assim, o gestor precisa antes de tudo compreender e encontrar a melhor forma de lidar com o estresse em cada situação, ou seja, ele pode ser exemplo nas atitudes e comportamento, bem como nas habilidades e conhecimento para lidar com o problema, levando a reflexão e discussão contínua no ambiente organizacional. Entende-se que o estresse trata-se de um fenômeno multifatorial, mas que as situações conflituosas são únicas e possuem soluções específicas. Para Pereira (2010), o estresse afeta não apenas aspectos gerais referentes à qualidade de vida do indivíduo, mas também ao seu rendimento e à sua produtividade, uma vez que no ambiente de trabalho o colaborador está sujeito a uma série de situações potencialmente estressantes e adoecedoras, nos aspectos ergonômicos e relacionais.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este artigo consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, mediante as características da questão-problema delimitada, na qual se buscou realizar uma análise dos impactos do estresse ocupacional à saúde do trabalhador, através de revisão integrativa na literatura.

Assume uma abordagem qualitativa, pois permite ao pesquisador ampliar conhecimentos sobre o assunto estudado pelo fato de privilegiar a ação dos sujeitos, pois segundo Zanella (2009), esse tipo de estudo tem “por base conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade”.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, a qual tem como foco a descrição das características de determinado fenômeno, podendo identificar possíveis relações entre variáveis, desenvolver, esclarecer, modificar conceitos e ideias ao descrever os fenômenos em estudo, proporcionando uma visão mais ampla e clara do problema (GIL, 2010).

### 2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos da pesquisa, utilizou-se a revisão integrativa da literatura. Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008, p.759), “este método tem a finalidade de reunir e sistematizar resultados de pesquisas sobre um limitado tema ou questão de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado.”

Para Souza, Silva e Carvalho (2010), a revisão integrativa é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática.

O período da pesquisa para coleta de dados ocorreu nos meses de agosto a outubro de 2016, compreendendo o percurso da coleta de dados para revisão integrativa, sistematização e análise da revisão.



Foi realizada uma revisão integrativa com artigos pesquisados na base de dados da *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), relacionados ao tema e ao objetivo.

Definiu-se como critérios de inclusão as publicações direcionadas ao objetivo da pesquisa e que tivessem conteúdo disponibilizado na íntegra e em língua portuguesa. Como critérios de exclusão foram considerados os que estavam repetidos, resenhas e artigos que não tratavam diretamente do tema.

Na coleta de dados na SCIELO utilizou-se como descritores: estresse; estresse ocupacional e saúde do trabalhador. Inicialmente foram localizados 14 (quatorze) arquivos na SCIELO. Ao delimitar os artigos com texto completo em português resultaram 08 (oito) arquivos. No entanto, após a leitura minuciosa dos resumos desses sete resultados, verificou-se que relacionados ao que busca esta pesquisa havia somente 05 (cinco) arquivos. Os demais foram excluídos, pois não se direcionavam ao objetivo do artigo.

Apesar da busca ser em uma ampla base de dados, considerou-se pouco o material coletado. Diante dessa consideração, ampliou-se a busca na BVS, utilizando os mesmos critérios de inclusão e exclusão, onde foram localizadas 03 (três) publicações.

Mediante essas duas buscas, a pesquisa passou a ter 08 (oito) publicações que foram analisadas para um melhor entendimento dos impactos do estresse ocupacional à saúde do trabalhador.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo consistiu na caracterização e na categorização de oito (08) publicações sobre os impactos do estresse ocupacional à saúde do trabalhador. Para apresentação da revisão integrativa, foi realizada classificação dos artigos quanto ao ano de publicação e quanto ao tipo de metodologia utilizada na pesquisa, conforme apresentado nas tabelas 1 e 2.

Quanto ao ano de publicação, foram encontradas duas (02) publicações do ano de 2011, duas (02) publicações do ano de 2014 e quatro (04) publicações do ano de 2015, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1. Distribuição dos artigos quanto ao ano de publicação

| ANO          | QUANTIDADE | %          |
|--------------|------------|------------|
| 2011         | 02         | 25         |
| 2014         | 02         | 25         |
| 2015         | 04         | 50         |
| <b>TOTAL</b> | <b>08</b>  | <b>100</b> |

Fonte: Próprio autor, 2016.

Quanto ao tipo de metodologia utilizada, temos: três (03) artigos do tipo pesquisa exploratória, três (03) artigos do tipo pesquisa bibliográfica, um (01) artigo do tipo pesquisa documental e um (01) artigo do tipo pesquisa descritiva.

Tabela 2. Distribuição dos artigos quanto ao tipo de metodologia

| METODOLOGIA   | QUANTIDADE | %          |
|---------------|------------|------------|
| Exploratória  | 03         | 37,5       |
| Bibliográfica | 03         | 37,5       |
| Descritiva    | 01         | 12,5       |
| Documental    | 01         | 12,5       |
| <b>TOTAL</b>  | <b>08</b>  | <b>100</b> |

Fonte: Próprio autor, 2016.

Após a seleção e leitura dos artigos, construiu-se um quadro relacionando os artigos de acordo com a categoria que emergiu após a análise das publicações, sendo: a relação entre estresse, adoecimento ocupacional e qualidade de vida no trabalho. O quadro sinóptico apresenta: título, autor(es), ano de publicação, base de dados e objetivo, seguido de análise teórica.

Quadro 1. Distribuição dos artigos, conforme título, autor(es), ano de publicação, base de dados e objetivo.

| A RELAÇÃO ENTRE ESTRESSE, ADOECIMENTO OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO                |                                          |                   |               |                                                                                                                                                                                                                                                 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|-------------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| TÍTULO                                                                                           | AUTOR(ES)                                | ANO DE PUBLICAÇÃO | BASE DE DADOS | OBJETIVO                                                                                                                                                                                                                                        |
| O estresse no trabalho: uma análise teórica de seus conceitos e suas inter-relações              | PEREIRA                                  | 2011              | SCIELO        | Aprofundar o entendimento sobre o estresse e suas implicações, abordando o tema em relação aos seus elementos conceituais, tipologias, mecanismos, fisiologia e principais sintomas, correntes teóricas que orientam as pesquisas na área.      |
| Stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais                             | SADIR;<br>BIGNOTTO;<br>LIPP              | 2011              | SCIELO        | Verificar as variáveis pessoais que interferem nos níveis de stress e qualidade de vida de uma amostra de 106 adultos de ambos os sexos.                                                                                                        |
| Satisfação, sobrecarga de trabalho e estresse nos profissionais de serviço de saúde mental       | FERREIRA                                 | 2015              | BVS           | Avaliar o impacto da carga de trabalho e de estresse sobre a satisfação profissional em profissionais do serviço de saúde mental.                                                                                                               |
| Estresse no trabalho: um desafio para os gestores das organizações brasileiras                   | PEREIRA;<br>BRAGA;<br>MARQUES            | 2014              | SCIELO        | Identificar os níveis de estresse, as principais fontes de tensão excessiva no trabalho e os indicadores de impacto das consequências desses fatores na produtividade de gestores que atuam em organizações privadas no Estado de Minas Gerais. |
| O estresse e seus impactos na qualidade de vida do profissional contemporâneo                    | ALBUQUERQUE;<br>BARBOSA;<br>BAGRICHEVSKY | 2015              | SCIELO        | Pesquisar, a partir dos fatores organizacionais, o que vêm gerando o estresse e seu impacto na qualidade de vida nas empresas.                                                                                                                  |
| Estresse e qualidade de vida no ambiente de trabalho                                             | SANTOS                                   | 2014              | BVS           | Investiga a importância da qualidade de vida no trabalho e a interferência da situação de estresse, a percepção das organizações mediante estes cenários.                                                                                       |
| Saúde mental do trabalhador, relações entre a síndrome de <i>burnout</i> e o estresse            | SIEVERS;<br>MÜLLER                       | 2015              | BVS           | Caracterizar o que a bibliografia científica relata acerca das relações entre estresse e a síndrome de <i>burnout</i> .                                                                                                                         |
| O estresse e a qualidade de vida no ambiente de trabalho em organizações do segmento call center | SOUZA <i>et al.</i>                      | 2015              | SCIELO        | Analisar a relação de estresse e a falta de qualidade de vida no trabalho nas organizações do segmento call center.                                                                                                                             |

Fonte: Próprio autor, 2016.

A pesquisa 1 destaca os principais aspectos do estresse, suas implicações, seus elementos conceituais, tipologias, mecanismos, fisiologia e principais sintomas. Os resultados indicaram uma relação muito significativa entre estresse e gênero, e foi possível constatar que as mulheres se encontravam com maiores níveis de estresse.

A pesquisa também apontou diferentes níveis de estresse entre as ocupações estudadas, o que confirma os estudos de Lipp (2004, 2005), a qual aponta que diferentes ocupações geram diferentes níveis de estresse. Nos resultados de suas pesquisas, o índice de estresse entre trabalhadores de fábrica é significativamente menor que o de outros níveis de trabalhadores, demonstrando que há diferenças entre as ocupações. Com isso, observam-se os impactos do estresse na produtividade do ser humano, devendo gerar um grande interesse pelas causas e pelos métodos de redução desse fenômeno.

Na pesquisa 2 se verificou a necessidade de buscar soluções de avaliação e intervenção sobre o estresse, tanto no âmbito individual como no coletivo. Com isso, observa-se a importância de estudar os fatores que estão na origem dos riscos, bem como a criação de ferramentas de intervenção e transformação das condições de trabalho.

A pesquisa 3 destaca as fontes de tensão no trabalho que mais explicam o estresse, dentre elas: ter o dia muito tomado com uma série de compromissos de trabalho assumidos, com pouco ou nenhum tempo livre e não conseguir se desligar dos contextos relacionados ao trabalho. Em relação aos indicadores de impacto na produtividade desses profissionais, os mais relevantes foram: dificuldade de lembrar fatos recentes relacionados ao trabalho, o que anteriormente era facilmente feito, dificuldade na tomada de decisões e fuga das responsabilidades de trabalho, que anteriormente eram assumidas de forma natural.

A pesquisa 4 destaca que a qualidade de vida começa no ambiente familiar e pessoal, assim se desenvolvendo para o ambiente organizacional, lazer e todas as atividades e locais em que o indivíduo possa estar. O estresse afeta não apenas aspectos referentes à qualidade de vida do indivíduo, mas também seu rendimento e sua produtividade no ambiente de trabalho.

Diante disso, compreende-se que a qualidade de vida no trabalho é obtida com a humanização do trabalho e de mudanças no contexto ocupacional, destacando-se a cultura organizacional e o investimento real em saúde do trabalhador, ajustando as melhorias à capacidade do profissional, garantindo saúde laboral e a sustentabilidade da organização.

A pesquisa 5 aponta a relevância de uma política justa de salários e promoção, respeitando os direitos trabalhistas, o investimento em desenvolvimento do trabalhador, gerando oportunidades para o desenvolvimento de suas capacidades e talentos. Com isso, pode-se apontar a valorização do potencial humano, agregada ao elevado grau de envolvimento e comprometimento dos gestores na valorização adequada do trabalho e na elevação do nível de satisfação dos trabalhadores, assim como a participação decisiva na competitividade das organizações.

A pesquisa 6 aponta a centralidade do trabalho na vida do ser humano, demonstrando que em geral, as pessoas investem uma parcela substancial de suas vidas na preparação e dedicação ao trabalho.

O trabalho, além de possibilitar crescimento, transformações, reconhecimento, independência pessoal e profissional, também poderá causar problemas, os quais podem afetar diretamente a saúde mental do trabalhador. Como aponta Albornoz (2012), o trabalho como uma atividade eminentemente humana é uma das principais fontes de significação do homem para a sua existência, estando associado à construção de identidades, sejam sociais, afetivas ou psicológicas.

Na pesquisa 7 foi possível perceber que o estresse é imprescindível para o ser humano e que as diferenças entre os aspectos positivos e negativos é algo singular e subjetivo de cada indivíduo.

A pesquisa 8 aponta as vivências que ocorrem dentro das organizações, compreendendo o excessivo controle sobre os colaboradores, levando-os à perda de autonomia, evocando um sentimento de impotência nos funcionários, que pode ser um dos grandes vilões para a geração de estresse em alguns colaboradores. “Eles precisam fazer solicitações para qualquer tipo de atividade que está relacionada ao seu trabalho e até para ir ao banheiro e beber água” (SOUZA *et al.*, 2015, p. 417).

A partir da análise realizada foi possível lançar um novo olhar sobre o contexto do trabalho, pois é nesse espaço que o indivíduo passa a maior parte do seu tempo. Uma visão deturpada sobre o trabalho ainda o concebe como algo penoso, gerador de desgaste e adoecimento. Porém, esse fator é central na vida do homem, pois à medida que atende as suas necessidades de ordem objetiva, o trabalho humano possui um caráter subjetivo, um papel decisivo como unidade produtora e estruturadora da identidade social. A vida laboral, ao lado de outros pontos de referência como a família, pode ser considerada como elemento central na vida do homem.

A revisão integrativa apontou alguns impactos do estresse ocupacional à saúde do trabalhador, através da análise de alguns fatores, sendo: o estresse possui aspectos positivos e negativos, devendo ser considerada a exposição do sujeito ao fator estressor; o trabalho não é o único espaço desencadeador de situações de estresse, as quais podem ser originadas em outros contextos; a relevância da criação de ferramentas de intervenção sobre fatores adoecedores no contexto ocupacional; a centralidade do trabalho na vida do homem e por último, o estresse ocupacional têm relação direta com uma cultura organizacional fechada a execução de processos e ao lucro, não considerando o fator humano na sua constituição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa foi possível compreender os impactos do estresse à saúde do trabalhador, tendo em vista as transformações ocorridas no contexto organizacional e do trabalho, que exigem de gestores um preparo no desenvolvimento de uma cultura voltada para as pessoas, por se tratar de um fator que deve ser observado, trabalhado e estar sempre em foco.

Durante a pesquisa, foi realizada análise de arcabouço teórico sobre o estresse ocupacional. Assim, puderam-se perceber os desafios que os estudos sobre a saúde ocupacional apresentam e a necessidade de um contínuo aperfeiçoamento dos profissionais de gestão de pessoas sobre o tema.

Com a revisão integrativa, foi possível uma análise mais ampla sobre o estresse relacionado ao trabalho, a qual pode ser desencadeada nos diversos contextos na vida do homem: social, familiar, cultural e laboral. O foco no contexto ocupacional aponta para a centralidade do trabalho na vida do homem, fator que pode ser fonte de realização e adoecimento e no qual o indivíduo passa a maior parte do seu tempo.

É de suma importância que outras pesquisas sejam realizadas sobre o fenômeno do estresse, a fim de identificar outros aspectos, dentro de outras realidades, apontando outras formas de intervenção do gestor de pessoas.

O desenvolvimento de pesquisas como esta, além de promover o aumento da produção de conhecimento sobre o tema, mostram aspectos sobre a relevância da análise do estresse ocupacional e, consequentemente, contribui para o estabelecimento de programas de qualidade de vida no trabalho, que observem continuamente as consequências negativas do estresse à vida do trabalhador.

## REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- ALBUQUERQUE, K. P. C.; BARBOSA, L. C.; BAGRICHEVSKY, C. O estresse e seus impactos na qualidade de vida do profissional contemporâneo. **Cairu em Revista**, ano 4, n. 6, p. 82-94, jun./jul. 2015.
- BAUER, M. E. Estresse: como ele abala a defesa do organismo. **Ci Hoje**, v. 3, n. 179, p. 20-25, 2012.
- BIANCHINI, C. J.; SANTOS, E. F.; SANTOS, M. P.; PINTO, C. J. M. Estresse ocupacional entre profissionais de enfermagem de um hospital psiquiátrico. In: **Revista Multidisciplinar da Saúde**, ano III, n. 5, 2011. Disponível em: <[http://www.anchieta.br/unianchieta/revistas/saudeemfoco/pdf/RevistaMultidisciplinardaSaude\\_05.pdf](http://www.anchieta.br/unianchieta/revistas/saudeemfoco/pdf/RevistaMultidisciplinardaSaude_05.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2016.
- CARVALHO, C. R. O que é stress. In: \_\_\_\_\_. **Como lidar com o estresse em gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2012.
- DURÃO, A. La educacion de los trabajadores y su participacion en los programas de salud ocupacional. **Educ. Med. Salud.**, n. 21, p.117-133, 2011. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/inf/pr/2000/37.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2016.
- FERREIRA, A. P. Satisfação, sobrecarga de trabalho e estresse nos profissionais de serviço de saúde mental. **Rev. Bras. Med. Trab.**, v. 13, n. 2, p. 91-99, 2015.
- FRANÇA, A. C. L.; RODRIGUES, A. L. **Stress e trabalho: uma abordagem psicossomática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- JACQUES, M. G. C. Abordagens. In: L. B. M. Guimarães. **Ergonomia: tópicos especiais, qualidade de vida no trabalho, psicologia e trabalho**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- \_\_\_\_\_. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. **Rev. Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2008.
- LIPP, M. E. N. **Pesquisas sobre estresse no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco**. Campinas: Papirus, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Inventário de sintomas de estresse para adultos de Lipp (ISSL)**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- MARRAS, J. P.; VELOSO, H. M. **Estresse ocupacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008.
- PEREIRA, L. Z.; BRAGA, C. D.; MARQUES, A. L. Estresse no trabalho: um desafio para os gestores das organizações brasileiras. **REGE**, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 3, p. 401-413, jul./set. 2014.
- PEREIRA, L. Z. O estresse no trabalho: uma análise teórica de seus conceitos e suas inter-relações. **GES – Revista Gestão e Sociedade**, CEPEAD/UFMG, v. 4, n. 7, jan./abr. 2011.
- PEREIRA, A. M. T. B. **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- SADIR, M. A.; BIGNOTTO, M. M.; LIPP, M. E. N. Stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais. **Paideia**, v. 20, n. 45, p. 73-81, jan./abr. 2011.
- SANTOS, A. M. Estresse e qualidade de vida no ambiente de trabalho. **RACI**, Getúlio Vargas, v. 8, n.18, jul./dez. 2014.
- SELYE, H. **Stress e tensão**. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 1965.
- SIEVERS, L. S.; MÜLLER, F. G. **Saúde mental do trabalhador: relações entre a síndrome de burnout e o estresse**. UNIEDU, 2015.
- SOBRINHO, F. P. N. O stress do professor do ensino fundamental: o enfoque da ergonomia. In: LIPP, Marilda Novaes. **O stress do professor**. São Paulo: Papirus, 2011.



SOUZA, D. J.; *et al.* **O estresse e a qualidade de vida no ambiente de trabalho em organizações do segmento call center.** Universidade Paulista, 2015.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

TAMAYO, A. **Estresse e cultura organizacional.** 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC. Brasília: capes: UAB, 2009. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgGMAAB/metodologia-estudo-pesquisa-administracao>>. Acesso em: 20 de out. 2016.

# VIVÊNCIAS DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO ATENDIMENTO DE IMIGRANTES HAITIANOS

GABRIEL BAJADARES SILVA<sup>188</sup> | MARIA ISABEL FONTANA<sup>189</sup>

## INTRODUÇÃO

No Haiti os problemas sociopolíticos foram agravados por catástrofes naturais, o que interferiu diretamente na vida do povo. O terremoto que atingiu o Haiti em janeiro de 2010 não destruiu somente a estrutura urbana do país mais também aspectos diretamente relacionados com as condições sociais da população, repercutindo num movimento migratório. Sendo assim, milhares de haitianos saíram em busca de melhores oportunidades e qualidade de vida e, o Brasil surgiu como um destino a esses imigrantes. Com a presença de haitianos no Brasil, os serviços de saúde tiveram que acolher a saúde dessa população, uma vez que o sistema de saúde brasileiro tem como política de inclusão a universalidade. Ocorre que isso implicou para as equipes multiprofissionais vivências diferentes do cotidiano, já que esta é uma população com aspectos socioculturais diferentes da brasileira.

## 1 METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo descritivo exploratório, com abordagem qualitativa, que teve o propósito de analisar as vivências da equipe multiprofissional no atendimento a imigrantes haitianos, a partir do método de análise temática proposto por Minayo (2014). O estudo foi desenvolvido num Hospital Infantil, no Estado de Santa Catarina que atende crianças de zero a quatorze anos incompletos, sendo que os participantes do estudo foram integrantes da equipe multiprofissional do referido hospital.

## 2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Geograficamente, o Haiti é um país da América Central. O país é dividido em dez departamentos e dentre esses departamentos há dezenas de cidades. Em virtude desse fato, optou-se em escolher nome de cidades Haitianas (Aquin, Bahun, Baptiste, Caracol, Dondon, Ennery, Hinche, Jacmel, Maniche, Pilate), como pseudônimos aos participantes da pesquisa (GEFFER, 2012).

Com relação aos profissionais percebe-se a predominância no sexo feminino, fato que justifica-se porque mais da metade do quadro de profissionais da instituição são mulheres. Estão numa faixa etária entre 20 e 50 anos, o que se justifica por ser a faixa etária produtiva, em que as pessoas estão inseridas no mercado de trabalho. As participantes já possuem certa vivência no campo da saúde, pois grande parte das entrevistadas possui mais de 2 anos de experiência no serviço. Vale salientar que na busca por participantes da pesquisa, priorizamos justamente profissionais que já estivessem na instituição por um determinado período, a fim de garantir que os mesmos tivessem a necessária vivência. Quanto à formação por região, a maioria formou-se na região sul, onde a instituição está localizada. Inferimos que esse fato pode influenciar nas vivências, pois a região exerce forte influência cultural nos sujeitos.

<sup>188</sup> Graduação em andamento de enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI. Atualmente é estagiário da CCIH do Hospital Municipal Ruth Cardoso.

<sup>189</sup> Possui Graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade do Contestado Especialização em Terapia Intensiva e Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí. Atualmente é professor titular da Universidade do Vale do Itajaí nas disciplinas de Saúde do Adulto e Idoso, Semiologia e Semiotécnica e Estágio Curricular Supervisionado. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem Médico-Cirúrgica, atuando principalmente nos seguintes temas: terapia intensiva, família e ciclo vital, gestão, sistematização da assistência de enfermagem e sentimentos.

### 3 CATEGORIAS TEMÁTICAS

#### 3.1 BARREIRAS NA COMUNICAÇÃO

Esta categoria surge com muita intensidade nas falas dos participantes da pesquisa, pois como pode ser visto, a comunicação pode ser prejudicada quando existe a barreira do idioma. Segundo a fala dos participantes:

*“ [...] A maior barreira que a gente tem realmente é o idioma, então a gente acaba encontrando dificuldade na comunicação, as vezes tem um interlocutor, e isso pode gerar um fator desagradável quando o interlocutor brasileiro é de alguma religião e quer funcionar meio como um tutor deles, mas que não tem um respaldo legal pra isso [...] ”. - Dondon*

*“ [...] Já tive alguns casos que atendi. Geralmente são atendimentos tranquilos mas o que é mais difícil é a barreira linguística porque a gente fala e eles não entendem, a gente quer passar alguma orientação, e isso acaba sendo bem difícil, acabamos tentando se comunicar por gestos mas na maioria dos casos no final da tudo certo [...] ”. - Aquin*

*“ [...] E tentar também estar aberto para essa comunicação, porque se a gente se fechar não vai conseguir, então eu acredito que a questão da língua é a nossa maior dificuldade [...] ”. –Manich*

Essa barreira que a língua traz gera grande impacto na qualidade e nos custos da assistência em saúde. Estas barreiras podem levar a uma comunicação ruim e a comprometer os resultados terapêuticos, tanto na sua taxa de resolutividade do problema quanto na qualidade da atenção oferecida. Na maioria das vezes a dificuldade na compreensão do paciente é resultado da dificuldade na comunicação e limita o próprio acesso à saúde e contribui na disparidade no cuidado em saúde. Evidências apontam que quando existem barreiras linguísticas, a comunicação tende a ser menos bem-sucedida, acarretando na insatisfação do usuário (OLIVEIRA; MENDONÇA; MENDONÇA, 2011). A fala dos entrevistados ainda expressam:

*“ [...] Outra dificuldade é que nós ainda não temos uma referência o hospital não tem uma referência que possa estar nos colocando em contato com essa pessoa, um tradutor que possa estar trabalhando diretamente com essas mães com essas famílias haitianos [...] ”. - Bahun*

*“ [...] Então esbarra na questão da comunicação principalmente quando tem uma questão técnica né que relacionada a diagnostico, como explicar um diagnostico, há grupo de brasileiros que oferecerem esse apoio aqui na região para essas pessoas [...] ”. – Maniche*

Sendo assim além de usar mecanismos e estratégias para vencer as barreiras da comunicação, os profissionais devem reconhecer esses processos para mudar a forma de assistências vigente, hoje baseada no modelo biomédico de saúde, onde saúde é vista como a ausência de doença e neste caso não se considera onde o sujeito está inserido, quais seus determinantes sociais, bem como a globalidade do ser humano na sua relação com o meio ambiente (PIRES, 2013).

#### 3.2 DIVERSIDADE CULTURAL

Esta categoria surge baseada nos relatos dos profissionais quando vivenciam aspectos distintos na forma de viver dos imigrantes haitianos e reconhecem que são as suas diferenças culturais que se interpõem no cuidado, e surge assim a subcategoria:

### 3.2.1 DIFERENÇAS CULTURAIS

O atual movimento de imigração mundial e especificamente, nacional vem resultando num impacto que se propaga em várias esferas da sociedade de diferentes países, afetando de forma positiva ou negativa os sujeitos que interagem diretamente nesta mudança. A vivência do imigrante em outro país é um exercício constante entre as diferenças culturais, no contexto da terra escolhida, e nas diferenças ideológicas, tendo que viver uma vida por inteiro imersa no aprendizado dos conhecimentos da cultural local.

A imigração revela também ao imigrante um panorama totalmente novo, quebrando qualquer preparo prévio que este teve, instigando a conviver em meio às dificuldades e aos sentimentos de isolamento e incerteza, tendo choques frequentes com a cultura existente no país de destino (SILVA, 2016). Os participantes percebem aspectos diferentes:

*“[...] Eles vem com hábitos alimentares muito diferentes dos nossos, e aqui no hospital de uma certa forma, a gente impõe um hábito a elas que não é da cultura, porque aqui a gente tem horário tem regras, tem alimentos que nos servimos e que as vezes as crianças não estão habituadas, então realmente é uma dificuldade muito grande [...]” - Pilate*

*“[...] Tem as questões culturais, que as vezes na forma como pegam um bebê, as vezes o jeito como interagem com o bebê, tem algumas questões que diferenciam da nossa, então cabe e a gente respeitar essa questão cultural deles. [...]” – Maniche*

*“[...] E pelo que a gente percebe, eles não fazem pré-natal, não tem um acompanhamento, muitas vezes os bebês, eles não tem o costume de pegar no colo acalantar, eles deixam chorando mais tempo, amamentar também é difícil, alguns que dão certo eles acabam amamentando os que não dão eles acabam desistindo [...]”.- Jacmel*

A convivência com essas diferenças é mutua, tanto por parte de imigrante como de quem os recebe. A chegada do imigrante ao novo país marca o início das interações com a nova cultura e com a população. Esta é, sem dúvida, a etapa mais longa da migração e, para algumas pessoas, nunca acabará, ou seja, o sentimento de estar sempre em contato com o estrangeiro, com o estranho, com o que não é familiar pode durar toda uma vida no país de destino. De qualquer modo, a imigração exige a adaptação constante do imigrante, a negociação frequente entre a cultura de origem e aquela na qual se evolui (DAURE; REVEYRAND-COULON, 2009).

### 3.2.2 FIGURA DO PROFISSIONAL MÉDICO

A outra subcategoria dentro da categoria diversidade cultural, denominada figura do profissional médico, aparece nas falas dos participantes quando identificam na população de imigrantes haitianos a representação da figura do médico como ser superior e este conceito está intrínseco na cultura da população. Quando questionados, os participantes colocam como facilidade no cuidado o fato de que eles acatam as orientações médicas por considerarem a figura do profissional médico incontestável. Como é entendido na fala da entrevistada:

*“[...] As facilidades é que acabam respeitando bastante a gente, a figura do médico, acabam não questionando tanto, pressupondo que a gente esteja fazendo algo errado, eles confiam completamente [...]”.- Jacmel*

Esta figura é importante na prática clínica e na saúde pública. Ela tem origem desde a hora em que o paciente entra em contato com o médico, passando pela parte em que se vê o paciente como um

.....

todo, como alguém que tem direitos e vontades, inserido numa sociedade, alguém que pode apresentar conhecimentos sobre sua enfermidade, que ele se encontra em uma posição desfavorável e que tanto o médico como a paciente devem agir em conjunto para encontrar um diagnóstico conclusivo. E devem também decidir em conjunto qual o melhor tratamento (CAPRARA; FRANCO, 1999).

### 3.3 DESVELANDO OS RELACIONAMENTOS

A categoria ora citada surge das vivências dos profissionais relatadas em suas falas e que para melhor entendimento subdividimos nas seguintes subcategorias:

#### 3.3.1 CAPACIDADE DE RELACIONAR-SE

Para os participantes existe uma grande capacidade dos imigrantes em se relacionarem. Atribuem talvez isto ao fato de que atualmente a sociedade se depara com uma pluralidade cultural cada vez mais forte, sendo que o fenômeno migratório e as suas consequências são descritos tanto pela sociologia quanto pela antropologia, tornando-se tema na problemática da população de origem multicultural. Esa interação entre sujeito e cultura contribui para a construção da personalidade; neste sentido, a personalidade é influenciada pelo meio sociocultural no qual o sujeito evolui, e assim configura-se no resultado das trocas entre o mundo coletivo e o universo particular (DAURE; REVEYRAND-COULON, 2009).

E esse movimento migratório existe desde que os homens se organizaram em grupos e, mais tarde, em sociedade. Desse modo, a alternativa da imigração faz parte da construção de um grupo social e é totalmente dependente da capacidade de construir relações de um grupo, pois necessita que o imigrante se mostre flexível em termos da sua identidade cultural com vistas a apreender os novos códigos da sociedade de adoção (DAURE; REVEYRAND-COULON, 2009). Quanto à capacidade de relacionar-se, nas falas trazem:

*“ [...] E quanto as facilidades vamos dizer que foi fácil, porque eram sempre pessoas muito abertas, eu acho que é pelo fato deles estarem em outro país, estarem doentes, fragilizados, eles deixam ser cuidados por nós. [...] ” -Baptiste*

*“ [...] Eles são bem receptivos, eles são bem tranquilos para internar, são pessoas que aceitam bem o tratamento, são bem afetuosos até onde eu vi com os filhos assim, eu acho que é uma experiência, agora que a gente acostudou, eu acho que é uma experiência boa. [...] ” -Dondon*

Embora ocorram dificuldades decorrentes dos contatos interculturais, as investigações evidenciam que há vantagens para todos, sejam nativos, imigrantes ou minorias étnico-culturais na capacidade de relacionar-se, nas vivências entre culturas, nomeadamente no biculturalismo. Indivíduos biculturais possuem uma maior competência e flexibilidade para expressarem diferentes aptidões em situações e contextos variados (RAMOS, 2013).

#### 3.3.2 PRECONCEITO

O preconceito normalmente ocorre pela generalização superficial ou pela falta de entendimento sobre a cultura do outro, que pode ser chamada de estereótipo, e desta forma se desvela a subcategoria assim nominada. O racismo é uma vertente do pensamento, ou da maneira de pensar em que se atribui grande importância à concepção da existência de raças humanas diferentes e superiores umas às outras. Nessa concepção existe a certeza de que algumas pessoas e sua relação entre características físicas hereditárias, traços de personalidade, intelectuais ou mesmo manifestações culturais são superiores a outros. (PAGANINI1; LEONI, 2009). Os entrevistados relatam nas falas:

.....



“ [...] A população da cidade ou daqui da região, que vem pra ver atendidos, eles até repudiam um pouco com relação a eles, quando dizem: podem entrar com acompanhante e a gente não [...] ”. - Hince

“ [...] Assim acho que no começo tu teve aquele estranhamento, a gente estranhava eles aqui, a presença deles, tinha até um certo, estou falando da minha parte, realmente tinha um certo preconceito no começo, mas agora eu acho que eles já se tornaram parte da nossa população assim que eu entendo [...] ”. -Dondon

“ [...] Eu percebi o que por eles serem diferentes, tem duas questões aí eles são estrangeiros que é uma coisa que já causa um afastamento, tem a dificuldade da língua, e além de eles serem estrangeiros eles são negros e isso acaba causando um afastamento [...] ”. -Caracol

Esses imigrantes muitas vezes são confrontados com fronteiras de identidade e de vulnerabilidade, com fronteiras de preconceito, violência e de racismo que os conduzem a situações de sofrimento, desilusão e mal-estar, as quais podem afetar a sua identidade, integração, saúde e capacidade para reclamar e defender os seus direitos (RAMOS, 2013).

Considera-se ainda que o preconceito em relação aos haitianos não se limita a um ambiente específico. Aliás, ser negro, estrangeiro e pobre são atributos que podem dificultar ainda mais as trajetórias desses imigrantes na cidade e no país (SILVA; SIDNEY, 2016).

### 3.3.3 OBJETIFICAÇÃO DA MULHER

Esta subcategoria surge nas falas dos profissionais quando expressam que as mulheres imigrantes haitianas apresentam ainda maior dificuldade de apropriação e representação social. Pouco se fala das questões de gênero no processo migratório, assim como especificamente das mulheres, a não ser para enquadrá-las em algumas dimensões negativas ligadas à prostituição, à facilidade de exploração, e à desconfiança em relação a problemas familiares em sua opção pela migração, e portanto, de fuga do espaço de origem. (TEDESCO, 2011).

A reprodução da desigualdade de gênero incide com muita ênfase no Haiti. É o masculino que cultiva inúmeros hábitos e valores que os tornam mais aptos à migração e às escolhas das rotas migratórias, enquanto as mulheres exercem um protagonismo sem igual no país, vertendo-se no principal sustentáculo da economia informal. Em sua grande maioria monolíngue (falantes de kreyòl) e sem nenhum acesso a qualquer processo de escolarização, as haitianas são as que têm menos chances de imigrar e as que mais vivenciam o ciclo vicioso de vulnerabilidade e da exclusão (ROSA, 2007). Em relação a essa categoria, os entrevistados relatam:

“ [...] Tem uma amiga minha que está dando aula de português na pastoral, e ela percebe que lá tem muito mais homens do que mulheres, e que alguns homens impedem as mulheres de irem estudar português por uma questão de machismo, então tem algumas questões culturais envolvidas nisso [...] ”. -Caracol

“ [...] Na maioria das vezes a mulher não entende, não consegue falar, então tem que entrar mais um acompanhante na maioria das vezes um homem ou primo ou marido, que eles entendem [...] ”. -Hince

“ [...] É mais difícil você tentar explicar de modo que eles consigam entender, é o pai geralmente é o que sabe falar melhor, a mãe no geral não sabe falar muito bem [...] ”. -Jacmel

“ [...] Na hora de um parto se o pai não tiver junto ela não se ajuda não quer, na hora de amamentar a mesma coisa [...] ”. -Ennery

Há uma tripla objetificação da mulher haitiana, já que ela possui fatores excludentes. Ela é mulher, negra e imigrante, é o sujeito que mais sofre dentro do contexto, justamente por sofrer um preconceito “triplo” de gênero e etnia. A imigrante haitiana é apenas a coadjuvante da sua própria história, e não recebe a representatividade devida no contexto social e familiar. Essas relações influenciam de maneira desarmônica sua figura no meio social, fazendo com que encontre barreiras ainda maiores que a de um homem imigrante, interferindo ainda mais no processo saúde-doença, pois essa mulher não consegue interagir de maneira que se faça entender, interferindo assim em seus determinantes sociais (ANSELMO; ALVES, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa pode-se inferir que os dados levantados afetam o dia a dia desses imigrantes, dificultando na sua inserção e impedindo interações sociais, prejudicando seus determinantes sociais. É preciso uma adaptação não apenas por parte dos profissionais, mas também na criação de políticas públicas que auxiliem na inserção social e no caminho terapêutico desses usuários.

A problemática dos imigrantes não é um tema atual, já que por anos os haitianos vêm enfrentando problemas sociais no país. Em 2010 esses problemas foram maximizados por catástrofes naturais e isso abalou ainda mais o contexto social da nação haitiana. Como havia muitas ONGs no país e como o Brasil prestava missão humanitária a essa população, muitos dos imigrantes se viram confiantes a migrar ao Brasil em busca da prosperidade. De certa forma isso ocorre devido aos imigrantes terem seus direitos violados naquele país, seja por derivação de discriminações, intolerâncias e conflitos ou por questões humanitárias, e por esse e outros motivos tiveram que abandonar o seu país de origem em busca de esperança de reconstrução de sua vida em outro território.

Esse acontecimento é um fenômeno capaz de aproximar o mundo através da solidariedade. Pela dignidade humana e por questões humanitárias esses indivíduos são acolhidos pela sociedade mundial com o apoio do Estado. Quando os imigrantes adquirem um benefício, seja asilo, refúgio, ou por situação humanitária, o Estado deve garantir meios de efetivação de políticas públicas, pois é difícil o ponto vivenciado por esses imigrantes.

Reforça-se ainda a ideia de garantir a dignidade do imigrante mesmo longe de sua terra natal, assegurando o acesso a: habitação, saúde, educação, alimentação, trabalho, e outros. Ao chegar num território estranho e não ter apoio suficiente, esse imigrante continua no ciclo da vulnerabilidade social, tendo seus direitos violados pelo país que diz tê-lo acolhido. Os haitianos no Brasil, primeiramente, procuram trabalho não importando-se com a função a ser exercida, pois é através da atividade trabalhista que se manterá no âmbito nacional e ajudará sua família.

O aspecto educacional é um desejo quase que esquecido em razão da extrema vulnerabilidade que vivem, e as mulheres são as mais prejudicadas não apenas pelo acesso mas também por sua realidade cultural.

A proteção e o abrigo que os imigrantes necessitam vai além da moradia. É preciso garantir assistência integral e equânime; inserção na sociedade brasileira; oportunidade de emprego e de escolaridade, acesso à educação, saúde e cultura, pois assim eles terão a oportunidade de assegurar de melhor maneira seus determinantes sociais.

Ainda se destaca a escassez de literatura referente ao tema. A maior parte das literaturas encontradas eram das áreas de ciências sociais, visto que pouco se estuda o tema nas áreas de ciências da saúde e mais precisamente na enfermagem. Acredita-se que o fato percebido traz certa indignação aos pesquisadores, já que o sistema de saúde do Brasil é um sistema universal, onde qualquer cidadão tem direito à saúde em território brasileiro, e esse atendimento deve ser integral e equânime. Porém não há subsídios aos profissionais que irão prestar esse tipo de acolhimento ao imigrante.

O processo de estudo que a pesquisa trouxe nasceu da inquietação em desvelar como esses imigrantes são recebidos no Brasil e mais precisamente como eles “caminham pela rede”. O imigrante haitiano é apenas um recorte da realidade local, onde esse estudo poderia ser aplicado em qualquer região do Brasil e em qualquer local, conforme o processo migratório que exista. Sendo assim realizou-se uma pesquisa sintética sobre o tema, e sugere-se que as pesquisas nos temas de processo migratório e inserção no SUS cresçam com o propósito de subsidiar as redes de atenção e ainda de proporcionar um atendimento conforme o SUS preconiza ao imigrante.

## REFERÊNCIAS

- ANSELMO, S. C. A; ALVES, E. F. A dupla objetificação da mulher no contexto póscolonial: uma leitura de desiree's baby, de Kate Chopin. In: Dialogos literarios, 98., 2012, Campo Mourão. **Anais**. Campo Mourão: Fefilcam, 2012. p. 66 - 77.
- CAPRARA, A; FRANCO, A. L. S. A Relação paciente-médico: para uma humanização da prática médica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. , p.647-659, 1999
- DAURE, I; REVEYRAND-COULON, O. Transmissão cultural entre pais e filhos: uma das chaves do processo de imigração. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro vol.21 no.2 , 2009
- GEFFER, L. **Haiti: uma análise geopolítica**. 2012. 98 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geopolítica, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012. Cap. 2012
- MELO, R. A; CAMPINAS, L. L. S. L. Multiculturalidade e morbidade referida por imigrantes bolivianos na Estratégia Saúde da Família. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 25, n. 1, p.25-35, 2010
- PAGANINI, N. C.; LEONI, R. A. P. **Direito internacional e imigração**: a problemática da xenofobia nos países europeus. Rio de Janeiro: UFRJ 2009.
- PIRES, A. C.S. **Interculturalidade no serviço de urgência**. 2013. 517 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, 2013.
- RAMOS, N. Cuidados de saúde e comunicação na sociedade multicultural: discutindo interculturalidade (s), práticas e políticas em saúde. **Revista inter-legere**, Lisboa, v. 1, n. 11, p.30-50, 29 set. 2010.
- ROSA, R. M. Xenofobização da mulher negra migrante no processo de construção do feminino em emigração: a migração feminina haitiana em santo domingo. **Xenofobização da mulher negra migrante**. Brasília, 2007.
- SILVA, S. A. Entre o Caribe e a Amazônia: haitianos em Manaus e os desafios da inserção sociocultural. **Estud. av.** São Paulo, vol.30 no.88, 2016.
- SOLIZ, M. A; SERRATO, F. R. As expectativas dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo: reflexões sobre a comunicação intercultural. **Organicom**, Sao Paulo, v. 1, n. 21, p.66-77, 1 jun. 2014.
- TEDESCO, J. C. O Gênero na Imigração: Redefinições de Papéis e Dinâmicas Étnicas. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p.44-55, 2011.

## ATENÇÃO MULTIPROFISSIONAL NO GRUPO DE CUIDADORAS DE SUJEITOS COM AFASIA EM UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ITAJAÍ-SC

ISABELA ECKER DRESCH<sup>190</sup> | KETHILLIN LINE REIS<sup>191</sup>

GABRIELA LACAVA<sup>192</sup> | TAINÁ DA COSTA MARQUES<sup>193</sup>

### INTRODUÇÃO

A afasia se caracteriza por alterações dos processos linguísticos de significação de origem articulatória e discursiva, produzidas por lesão focal adquirida no sistema nervoso central, em zonas responsáveis pela linguagem. Ou seja, é um distúrbio de linguagem resultante de uma lesão neurológica (acidente vascular encefálico, tumor cerebral, aneurisma cerebral, trauma crânio encefálico, entre outros) que afeta as possibilidades de comunicação. A afasia pode acompanhar alterações de outros processos cognitivos e sinais neurológicos, tais como dificuldade de movimentar um lado do corpo, dificuldade de reconhecer objetos, pessoas, sons, formas, dificuldades de realizar movimento coordenados. A pessoa com afasia pode apresentar dificuldade para ler, escrever, falar ou compreender o que é dito e tais questões podem interferir negativamente na qualidade de vida do sujeito, afetando sua vida pessoal e consequentemente influenciando na vida dos cuidadores familiares (COUNTRY, 2001).

Diante das dificuldades após o episódio que resultou na afasia, na maioria das vezes se faz necessário um cuidador para prestar assistência ao sujeito. Segundo Anjos, Boery e Pereira (2014) é considerado cuidador principal o indivíduo que fica responsável pelo auxílio trabalho cotidiano, requerendo deste atenção, precaução, dedicação, carinho, encargo e responsabilidade. Analisando o contexto brasileiro sobre cuidadores, a maioria constitui-se como cuidador informal, geralmente familiar. Moleta *et al* (2011) relaciona este fato à situação financeira familiar não permitir a contratação de um cuidador formal. Outro dado interessante sobre a população de cuidadores é que sua maioria é composta por mulheres, o que pode estar associado ao papel histórico e cultural atribuído à mulher e sua função de “cuidadora do lar e da família” (PANHOCA; PUPO, 2009).

Além da prestação de apoio na execução destas atividades cotidianas, o cuidador de sujeitos com afasia pode representar a figura de mediador na reintegração do sujeito afásico na sociedade. Segundo Panhoca e Rodrigues (2009) nos casos dos sujeitos com afasia, o cuidador também pode se dispor na assistência dos aspectos linguísticos e cognitivos do sujeito com afasia, se configurando como um intérprete nas socializações diárias, realizando tentativas de traduzir as falas do sujeito com afasia. Esta atividade de mediação e a dificuldade de comunicação entre cuidador e sujeito com afasia foi apontada por cuidadores de sujeitos com afasia como um dos principais fatores de sobrecarga no exercício do cuidado. Em um estudo sobre a qualidade de vida de cuidadores familiares de sujeitos com afasia, as autoras Panhoca e Pupo (2009) destacam que o cuidador do sujeito afásico está exposto a eventos estressores que podem provocar sobrecarga física e emocional, indicando a necessidade de atenção, acolhimento e cuidado para esta população.

Neste sentido, é importante que o cuidador se sinta seguro para se perceber por meio do autocuidado, reconhecendo momentos de sobrecarga para que assim possa constituir estratégias de enfrentamento e melhoria da qualidade de vida. Para que este autocuidado aconteça, o cuidador precisa estar amparado nos âmbitos familiar e profissional, se tornando fundamental a criação de políticas públicas que visem promover a qualidade de vida dos cuidadores e, consequentemente, dos

<sup>190</sup> Graduação em andamento em Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI.

<sup>191</sup> Possui Graduação em Enfermagem pela Universidade do Vale do Itajaí (2017/1).

<sup>192</sup> Graduação em andamento em Fisioterapia na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI.

<sup>193</sup> Graduação em andamento em Fonoaudiologia na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI.

.....

sujeitos afásicos. Pois, as situações que permeiam a convivência com pessoas que demandam cuidados, mesmo quando conduzida com acolhimento, é marcada por cansaço, estresse e esgotamento, o que coloca a família cuidadora na posição de necessitar, ela própria, de cuidado e de atenção (MARQUES; RODRIGUES; KUSUMOTA, 2006).

Objetivando ofertar atenção à saúde para os cuidadores familiares e sujeito após o episódio que originou a afasia, ligado à Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) em Santa Catarina existe o Projeto de Extensão Universitária: Assessoria na Construção de Rede de Apoio para Sujeitos Afásicos de Itajaí e Região. O projeto visa oferecer equipe multiprofissional para a manutenção e expansão da “Associação de Afásicos de Itajaí e Região”, visando acolher, orientar, esclarecer e instrumentalizar o sujeito afásico e seus familiares sobre a afasia e suporte técnico multiprofissional para a realização de Oficinas de Conversação e atividades com Grupo de Cuidadores de afásicos, semanalmente. Também busca sensibilizar sobre a afasia e fomentar a necessidade de construção políticas públicas voltadas especificamente para afásicos, além de capacitar estudantes e profissionais da saúde acerca do tema da afasia.

O projeto possui um núcleo específico para o acolhimento de cuidadoras de sujeitos com afasia, no qual uma equipe multiprofissional organiza atividades de promoção à saúde, estímulo do autocuidado com o objetivo final de auxiliar na criação de ambientes favoráveis para o aumento da qualidade de vida do cuidador. O processo de cuidar, mesmo quando conduzido com acolhimento, afeto e ternura, é marcado por cansaço, estresse e esgotamento, e faz com que os cuidadores necessitem de cuidado (MARQUES; RODRIGUES; KUSUMOTA, 2006).

Com o intuito de contribuir para o conhecimento científico na área da afasia e promoção de qualidade de vida para cuidadoras de sujeitos com a afasia, este trabalho irá relatar três atividades realizadas no Grupo de Apoio ao Cuidador. Tais atividades foram selecionadas devido a uma boa receptividade, demonstrada através da realização de devolutiva dialogada em roda de conversa no final das atividades. Além da contribuição para o crescimento científico da área, também pretende-se fomentar a criação de políticas públicas para a efetivação da garantia de direitos dignos e fundamentais, além da promoção da qualidade de vida da população de cuidadores familiares.

## 1 METODOLOGIA

O Grupo de Apoio ao Cuidador é um espaço de encontro, aprendizagem e troca de experiências proposto especialmente para cuidadoras dos sujeitos afásicos. É amparado por uma equipe multiprofissional de acadêmicas, mediado por acadêmicas de psicologia, de fonoaudiologia e de fisioterapia, sendo coordenado por uma professora da fisioterapia.

Uma das características do trabalho em saúde é a presença de uma equipe multiprofissional para o cuidado de forma ampliada. Porém, a equipe multiprofissional necessita desconstruir a ideia de divisão de saberes sem integração e discussão, pois somente com uma troca de saberes e envolvimento entre diversas áreas será possibilitada a efetivação do cuidado em saúde de maneira integral. Sendo assim, a equipe multiprofissional é utilizada no grupo de apoio ao cuidador para justamente possibilitar a formação de espaços que propiciem a troca de saberes de diversas áreas com o objetivo em comum da promoção da qualidade de vida ao cuidador (SALVADOR *et al*, 2011).

O grupo tem caráter semanal, dura aproximadamente uma hora e é realizado ao mesmo tempo em que acontecem, no mesmo dia e horário, os encontros do Grupo de Oficinas de Conversação (direcionado para sujeitos com afasia), para que a cuidadora não se preocupe com o cuidado do afásico durante a participação no grupo de cuidadoras. Para que um cuidador seja incluído no grupo precisa passar por um processo de acolhimento e triagens, realizadas pelas acadêmicas do projeto, visando coletar informações de cunho social, econômicos e psicológicos relacionados à família.

.....



Visando mapear as demandas de maior importância para as participantes, todo primeiro encontro do semestre é dedicado a uma reflexão das atividades realizadas no semestre anterior e um planejamento em conjunto do semestre atual. Neste momento as mediadoras comentam suas sugestões de atividades para o semestre, e as participantes possuem voz ativa, contribuindo para aprovação, reprovação e apresentação de novas sugestões, de acordo com suas necessidades.

Uma característica que vem sendo notada por seguir um padrão é que as participantes do grupo de apoio ao cuidador são em sua totalidade cuidadoras informais, em sua maioria familiares mulheres. Este fato pode ser relacionado aos dados trazidos pela literatura. Atualmente existem seis participantes no Grupo de Apoio ao Cuidador.

As atividades realizadas na oficina das cuidadoras tiveram como objetivo a busca por novos conhecimentos, resgate do autocuidado e a reflexão sobre assuntos do dia a dia visando a promoção da saúde, o que possibilitou a interação entre outros cursos como a enfermagem, nutrição, farmácia, setor de arte e a música. Dentre as atividades realizadas no período, as que se destacaram entre as participantes e serão relatadas a seguir foram: visita técnica à farmácia; atividade sobre comunicação e empatia; primeiros socorros.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 2.1 ATIVIDADE SOBRE COMUNICAÇÃO E EMPATIA

Este encontro teve o objetivo de trabalhar relações sociais entre o grupo, o desenvolvimento de empatia, compreensão e outras habilidades sociais que facilitam a interação grupal, com o intuito de elaborar estratégias para melhor comunicação entre as participantes do grupo, sujeitos com afasia e suas relações sociais. O processo grupal foi coordenado pela acadêmica de psicologia fundamentada na abordagem psicodramática, que utiliza o conceito de espontaneidade e relação télica. A relação télica simboliza uma relação saudável, onde existe uma conexão para além da empatia entre os envolvidos, ou seja, existe uma consideração mútua entre os atores da relação. (GONÇALVES; WOLFF; ALMEIDA, 1988).

Para realizar a atividade, inicialmente foi aplicado um aquecimento e em seguida a técnica psicodramática da inversão de papéis, com a finalidade de introduzir o tema da comunicação, utilizando-se a brincadeira do telefone sem fio. Após passamos para ação, com a aplicação de uma técnica objetivando a troca de papéis. No processo de compartilhamento das técnicas, refletimos sobre os sentimentos gerados nas participantes nos dois momentos e se estes lembravam situações que reproduzimos na nossa vida. Este processo suscitou muitas reflexões nas participantes, sobre comunicação, atitudes, posicionamentos frente a angústias e como estes aspectos poderiam ser melhorados. As cuidadoras relataram que esta atividade trouxe a percepção sobre como melhorar a comunicação no dia a dia, o que pode ter ligação direta ao fortalecimento de vínculos e da identidade grupal.

### 2.2 VISITA TÉCNICA À FARMÁCIA

Esta atividade objetivou promover novos olhares para as práticas integrativas e complementares, como a prática da fitoterapia e uso de plantas medicinais. Objetivou também oferecer ao grupo oportunidades de interação direta com o meio acadêmico científico através do contato com profissionais da área da farmácia.

Segundo Oliveira *et al.* (2006) as plantas são importantes fontes de matéria-prima e seu uso terapêutico é muito antigo, podendo estar diretamente relacionado com a própria evolução do ser humano. Durante a antiguidade, para atingirem eficácia no uso das plantas como medicamentos,

os seres humanos se baseavam em suas próprias experiências e na observação do uso das plantas pelos animais. Partes da planta como raiz, caule e folha podem fornecer substâncias ativas que eram empregadas na obtenção de um medicamento (ROSA *et al.* 2012).

A fitoterapia e uso de plantas medicinais foram regulamentadas como práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde – SUS, com o intuito de estimular a utilização de mecanismos naturais de prevenção de agravos, por meio de uma escuta acolhedora e da efetivação de um vínculo terapêutico, possibilitando assim a integração entre ser humano, meio ambiente e sociedade por meio de uma visão ampliada do processo saúde-doença e autocuidado. (BRASIL, 2006).

Com o objetivo de expor a fitoterapia como forma de autocuidado, foi proposta uma parceria entre o curso de farmácia da UNIVALI e o grupo de cuidadoras, onde foi sugerida uma visita à farmácia pela professora que assumiu esta parceria. Foi realizada uma visita à Farmácia Escola da UNIVALI, onde inicialmente as cuidadoras esclareceram dúvidas sobre medicamentos, efeitos colaterais, comportamentos estranhos e sintomas, questionando os farmacêuticos e estagiários da Farmácia Escola. Também realizaram uma esfoliação e hidratação das mãos com os cremes produzidos ali.

Após, o professor do curso de farmácia responsável pelo cultivo de fitoterápicos acompanhou o grupo com o intuito de mostrar as principais espécies de ervas aromáticas que são cultivadas nas imediações da farmácia e explicar um pouco mais sobre cada planta e suas propriedades, benefícios e cuidados para uso cotidiano. Depois de recolher algumas espécies de plantas como o alecrim e a erva doce, o grupo foi encaminhado ao laboratório de fitoterápicos, e a professora responsável pelo laboratório conduziu uma experiência sensorial para reconhecimento de aromas enquanto o professor que conduziu a visita preparava algumas lâminas de uma planta para que as cuidadoras pudessem observar sua constituição no microscópio. Depois deste momento, foram disponibilizados jalecos, luvas e máscaras para que as participantes do grupo e mediadoras pudessem manipular cremes de acordo com a essência de suas preferências.

As cuidadoras relataram que gostaram muito da visita, pois puderam ter experiências novas como olhar através do microscópio, o que fez o grupo refletir sobre as novas oportunidades de ampliação de projetos de vida que o grupo de cuidadoras proporciona. Além disso, foi possível observar o resgate histórico e afetivo que as cuidadoras realizaram, pois ao relembrar conhecimentos sobre as plantas, relembravam que haviam adquirido tais conhecimentos por meio de relações afetivas, com familiares e amigos que utilizavam há algumas décadas atrás.

### 2.3 ATIVIDADE SOBRE PRIMEIROS SOCORROS

Esta atividade teve como objetivo esclarecer as dúvidas e fornecer orientações de condutas que devem ser tomadas diante de uma situação de emergência. Foram abordadas situações e utilizados materiais de apoio para discutir sobre o conceito, fatores de risco, sinais e sintomas e quais as medidas que devem ser tomadas e as sequelas que acometem o paciente em decorrência do Acidente Vascular Encefálico – AVE, Infarto Agudo do Miocárdio - IAM, engasgamento e traumas com sangramento.

Pensando que os sujeitos afásicos se configuram como população de risco para a ocorrência de um segundo episódio traumático (como o AVE), é importante investigar o conhecimento das cuidadoras sobre episódios de risco e primeiros socorros. As experiências de cuidadores familiares devem receber atenção, com criação de novas políticas e de um sistema de prestação da formação e do apoio de que necessitam. A orientação e a educação para a saúde podem gerar benefícios à recuperação do familiar sob cuidados e ainda proporcionar maior tranquilidade e apoio aos familiares (LAVINSKY; VIEIRA, 2004).

As cuidadoras participaram a todo momento da atividade e realizaram troca de saberes entre o grande grupo, além de destacarem que atividades como esta são benéficas e esclarecedoras, já

que muitas dúvidas surgem no decorrer do convívio diário com os sujeitos afásicos. O corpo de apoio nesta dinâmica foi constituído por acadêmicas dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia e Fonoaudiologia, cada uma contribuindo com fatores relacionados às suas áreas.

Notou-se que as cuidadoras tiveram grande participação durante a atividade e relacionaram diversas situações nas quais encontram dificuldades para realizar certas tarefas diárias. Revelaram sentimento de impotência, medo, receio e despreparo em caso de ocorrência de uma nova situação que possa colocar em risco a vida dos sujeitos afásicos. No decorrer do diálogo foi perceptível a necessidade de absorver toda a informação repassada, pois a todo momento novos questionamentos surgiam, o que podemos relacionar a um certo nível de desconhecimento sobre o tema, porém um grande nível de interesse em aprendê-lo. Durante esta atividade foi possível demonstrar às cuidadoras que intervenções simples podem auxiliar no momento da emergência (como o conforto da sujeito e sinais que devem ser observados) e também a importância da realização de ações imediatas, como entrar em contato com o serviço de emergência para efetivação do socorro.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do relato trazido pelas cuidadoras durante as atividades e nas reuniões de avaliação, foi notado que os objetivos planejados pelas atividades propostas foram alcançados e que as atividades possuem significado tanto para as participantes quanto para as bolsistas do projeto. As cuidadoras relatam satisfação em participar do grupo, comentando que o grupo de cuidadoras representa um lugar além de desabaços, mas também de amizades, novos conhecimentos e novas maneiras de olhar. Pode-se perceber também que o âmbito universitário proporciona um novo olhar para as participantes, o que denota a importância da universidade comunitária e da integração entre ensino, pesquisa e projetos de extensão que atinjam a comunidade.

No que tange aos benefícios vistos pelas acadêmicas participantes, a troca de conhecimentos e o estabelecimento de vínculos entre as acadêmicas e cuidadoras foi de grande valia, o que proporcionou ao grupo uma atmosfera favorável para o desenvolvimento das atividades propostas. O convívio e participação do grupo oportunizaram a criação de instrumentos para o cuidado com a demanda de cuidadores de forma multidisciplinar, em termos de saúde coletiva. Além disso, a participação de projetos de extensão comunitária e o contato com populações que demandam cuidado propiciam aos graduandos uma oportunidade de maior qualificação profissional.

Considerando a população de cuidadores familiares como constituintes de um grupo de risco para o adoecimento, é importante o acolhimento e cuidado integral, por meio de atividades diversas que possam propiciar momentos de descontração, autocuidado, promoção à saúde e melhoria da qualidade de vida. Para isso, é imprescindível a criação de políticas públicas que assegurem o acesso da população de cuidadores a serviços de promoção de qualidade de vida, visando cuidar do cuidador e consequentemente do sujeito com afasia.

### REFERÊNCIAS

ANJOS, K. F.; BOERY, R. N. S. O.; PEREIRA, R. Qualidade de vida de cuidadores familiares de idosos dependentes no domicílio. **Revista Texto & Contexto Enfermagem**, Bahia: 2014. Disponível em: <[www.scielo.br/br/tce/v23n3/pt\\_0104-0707-tce-23-03-00600.pdf](http://www.scielo.br/br/tce/v23n3/pt_0104-0707-tce-23-03-00600.pdf)>. Acesso em: 04 jul 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: PNPICSUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p.

COUNTRY, M. I. H. **Diário de Narciso**: discurso e afasia análise discursiva de interlocuções com afásicos. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes; 2001.

GONÇALVES, C. S.; WOLFF, J. R.; ALMEIDA, W. C. **Lições de psicodrama: introdução ao pensamento de J. L. Moreno.** São Paulo: Agora, 1988.

LAVINSKY, A. E.; VIEIRA, T. T. Processo de cuidar de idosos com acidente vascular encefálico: sentimentos dos familiares envolvidos. **Revista Acta Scientiarum Health Sciences.** 2004;26(1):41-5.

MARQUES, S.; RODRIGUES, R. A. P.; LUSUMOTA, L. Cerebrovascular accident in the aged: changes in family relations. **Revista Latino-americana de Enfermagem.** v. 14, n. 3, 2006.

MOLETA, F.; *et al.* O cuidador familiar no contexto das afasias. **Revista Distúrbios da Comunicação.** São Paulo: 2011. Disponível em: <[revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/viewFile/9112/6747](http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/viewFile/9112/6747)>. Acesso em 05 jul. 2017.

OLIVEIRA, M. J. R.; SIMÕES, M. J. S.; SASSI, C. R. R. Fitoterapia no sistema de saúde pública (SUS) no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais,** Botucatu, v. 8, n. 2, p. 39-41, 2006.

PANHOCA, I.; PUPO, A. C. S. Cuidando de quem cuida: avaliando a qualidade de vida de cuidadores de afásicos. **Revista CEFAC,** São Paulo: 2009. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rcefac/2010nahead/128-08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rcefac/2010nahead/128-08.pdf)>. Acesso em: 08 jul 2017.

PANHOCA, I.; RODRIGUES, A. Avaliação da qualidade de vida de cuidadores de afásicos. **Revista Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia** 2009, 14(3): 394-401. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v14n3/v14n3a17.pdf>> Acesso em: 05 julho 2017.

ROSA, R. L.; BARCELOS, A. L. V.; BAMPI, G. Investigação do uso de plantas medicinais no tratamento de indivíduos com diabetes melito na cidade de Herval D' Oeste - SC. **Revista brasileira de plantas medicinais.** 2012, vol.14, n.2, pp. 306-310.

SALVADOR, A. S. *et al.* Construindo a multiprofissionalidade: um olhar sobre a residência multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde,** v. 15, n. 3, p. 329-38, 2011.

# DEMOCRACIA PARTICIPATIVA - UMA ANÁLISE SOBRE OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE NO BRASIL

MARCOS AURÉLIO MAEYAMA<sup>194</sup> | JÚLIO MASSUO MAKIMORI<sup>195</sup> | CLARICE APARECIDA MUNARO<sup>196</sup>  
TAMIRES FARINA MENEGAT | CAROLINA MACHADO<sup>197</sup>

## INTRODUÇÃO

Após o fim da ditadura, o Brasil inicia seu período de democracia por meio do modelo representativo (MOREIRA; HEIDRICH, 2012), e com a elaboração da Constituição Federal de 1988, os mecanismos democráticos também passaram a contar com a participação direta (BAQUERO, 2012).

A democracia representativa é a forma tradicional de eleição político-partidária na qual a população elege seus representantes. Porém, ainda que democrática, a participação do cidadão se dá apenas no momento do voto, reduzindo sua soberania nas decisões sobre as políticas públicas (SIPIONI; SILVA, 2013).

Já na democracia participativa, os próprios cidadãos da sociedade civil deliberam sobre assuntos de interesse coletivo, especialmente relacionado às políticas públicas, controlando as ações do Estado (MOREIRA; HEIDRICH, 2012).

Na área da saúde, por determinação constitucional, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, traz consigo a prerrogativa de participação social (BRASIL, 1988), sendo posteriormente regulamentada, com a publicação da Lei nº 8142/90, estabelecendo as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde como formas de participação aberta da sociedade civil nas três esferas de governo (BRASIL, 1990).

A participação social é entendida como resposta aos mecanismos tradicionais de democracia representativa, que até então não conseguiam garantir a efetividade desse processo (MENDES, 2007), com grande distanciamento entre as decisões dos representantes e a vontade dos representados (MILANI, 2008).

Neste sentido, os conselhos gestores têm sido considerados como o modelo que mais se aproxima do ideal da democracia participativa. Ainda que prescinda e se materialize pela forma de representação, as decisões são discutidas pela sociedade civil (MAGNAGNAGNO; DOMBROWKI, 2011).

Porém, inúmeras evidências também têm demonstrado que apenas a existência formal dos espaços de deliberação social não assegura a participação da sociedade.

Neste contexto, o estudo teve como objetivo realizar uma análise da participação social na saúde no Brasil, destacando o papel dos Conselhos Municipais de Saúde (CMS) nesse processo, a partir de suas potencialidades e fragilidades.

<sup>194</sup> Possui Doutorado em Saúde Coletiva pela UFSC. Trabalha como professor na UNIVALI, no curso de Medicina e trabalha como consultor no Núcleo de Telessaúde de Santa Catarina.

<sup>195</sup> Graduado em medicina pela Universidade do Vale do Itajaí. Atualmente é médico ESF no município de Indaial.

<sup>196</sup> Possui Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí. Possui pós-graduação em Serviço Social pela Universidade do Contestado. Possui graduação em Enfermagem pela Universidade do Oeste de Santa Catarina e graduação em Serviço Social pela Fundação Universidade do Contestado - Campus Caçador. Atualmente é professora da Universidade do Vale do Itajaí. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem

<sup>197</sup> Médica Graduada na Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Especialista em Medicina de Família e Comunidade, pela AMB. Atua desde 2008 como médica da Estratégia Saúde da Família do município de Itajaí. É professora e preceptora do curso de Medicina da UNIVALI, desde 2010, na disciplina de Medicina Familiar e Comunitária. Mestranda do Mestrado Profissional em Gestão de Tecnologia e Inovação em Saúde - IEP Hospital Sírío Libanês.



## 1 DESENVOLVIMENTO

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa, uma modalidade de produção científica que inclui pesquisas relevantes de determinado tema, possibilitando a síntese do estado do conhecimento (POLIT; BECK, 2006).

A busca pelas publicações foi realizada na biblioteca Virtual Scientific Electronic Library Online, Biblioteca Virtual em Saúde, base de dados da Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde, mediante associação simples de Descritores em Ciências da Saúde: Participação Social; Participação Comunitária; Conselhos de Saúde; Sistema Único de Saúde.

Ao total, foram eleitas 147 obras entre 1979 e 2015, sendo utilizados nesta revisão um total de 40 artigos. Para eleição das obras, foram analisados os resumos dos trabalhos e incluídos os que discutiam a participação social como expressão do controle pela sociedade na condução de políticas públicas. Os artigos incluídos sofreram leitura exaustiva e análise crítica, e foram separadas unidades de registro que discutiam a participação como expressão do controle da sociedade civil sobre as políticas de saúde, e posteriormente organizadas em categorias temáticas em forma de síntese (MINAYO, 2007).

A revisão de literatura sobre a participação social em conselhos gestores de saúde demonstrou quatro grandes categorias relacionadas ao tema: conceitos e contexto da participação social; empoderamento; representação na democracia participativa; e representatividade.

### 1.1 CONCEITOS E CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A expressão participação social designa um espectro variado de ações e sentidos resultantes da influência da sociedade civil em questões relacionadas com a organização social (ACIOLI, 2005), sendo os termos mais comumente utilizados o controle social, a participação popular e a participação comunitária.

O conceito de controle social é ambíguo, uma vez que pode ser concebido em diferentes sentidos, dependendo da organização do Estado e da sua relação com a sociedade. Tanto é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade, quanto para designar o controle da sociedade (ou de setores organizados) sobre as ações do Estado (CORREIA, 2005). Este último sentido aproxima-se da definição de participação popular, que enfatiza a expressão política de grupos representativos da sociedade civil na definição de políticas públicas (ACIOLI, 2005).

A participação popular não exclui a responsabilidade do Estado, mas inverte a lógica do controle, por organizar as ações a partir das necessidades e reivindicações da população, sobrepondo as demandas governamentais (LACERDA *et al.*, 2006).

Já o termo participação comunitária remete à busca de melhoria das condições de vida de uma determinada população, que com recursos próprios utiliza sua força para dotar a comunidade de um bem que o Estado não conseguiu garantir (ACIOLI, 2005).

No âmbito do SUS, a participação social foi concebida na perspectiva de que os setores organizados da sociedade participem da definição, formulação e acompanhamento da execução das políticas públicas, reconhecendo o direito de participação da população nas decisões que afetam sua vida cotidiana (VÁZQUEZ *et al.*, 2002), desta forma, relacionadas conceitualmente à participação popular.

No SUS, os conselhos de saúde representam a forma institucionalizada e permanente da participação social, legitimada e deliberativa (BRASIL, 1990).

.....

A condicionalidade de formalização dos conselhos de saúde para repasse de recursos fundo a fundo garantiu que estes espaços fossem criados (PRESOTO; WESTPHAL, 2005). Porém, na maioria, sua criação foi mera formalidade, sem mobilização da sociedade civil e sem construção de gestão participativa.

Observa-se ainda que em geral a presidência do CMS majoritariamente é exercida pelo secretário municipal. Assim, a pauta das reuniões dos CMS é predeterminada pela representação governamental, sendo dificilmente proposta pelos profissionais de saúde e, menos ainda, pelos usuários. Sem a participação da população na definição de pauta, não existe participação popular, pois não existe discussão de suas necessidades (WENDHAUSEN; CARDOSO, 2007). Aliado a isso, a falta de informação e conhecimento dos usuários sobre as políticas de saúde e funcionamento dos conselhos, e ainda a utilização de linguagem técnica faz com que ocorra grande subordinação às decisões da gestão municipal (SILVA, 2007).

A criação de conselhos participativos ainda carrega o legado de uma cultura política autoritária e hierárquica, com grande dificuldade por parte dos governos de compartilhar o poder, realizando composição com aliados políticos da sociedade civil, restringindo assim o potencial democrático desses espaços (COELHO, 2007).

O receio do compartilhamento de poder faz com que o gestor municipal restrinja o acesso às informações para a sociedade civil, gerando nos espaços instituídos de participação um cenário de disputas político-partidárias e corporativas, ficando as políticas de saúde em segundo plano (CONASEMS, 2009). Porém, o gestor municipal deve compreender que a participação efetiva da sociedade civil nas decisões compartilha responsabilidades e legitima as ações de saúde, além de fortalecer a política pública de saúde frente a outros setores (CONASEMS, 2009).

Este cenário que pouco atende às necessidades da população, que não realiza o empoderamento dos usuários e que mecaniza seu funcionamento, faz com que a participação social se esvazie nos conselhos (SHIMIZU et al., 2013). Do contrário, o que pode influenciar a participação da população nestes espaços é a demonstração de que sua voz de fato tem influência na condução das políticas, com repercussão na sua vida cotidiana (ABERS, 2001).

## 1.2 EMPODERAMENTO

Positivamente, o empoderamento é caracterizado como um processo no qual pessoas, organizações e comunidades adquirem controle sobre questões de seu interesse e tem sido dividido em três dimensões: no nível organizacional, no nível individual e no nível comunitário (BAQUERO, 2012), sendo os dois últimos abordados na discussão deste artigo.

O empoderamento individual refere-se à capacidade de as pessoas assumirem o controle para melhoria de sua condição de vida, porém, ainda que esteja ligado às habilidades pessoais, depende de sua interação com o meio social (BAQUERO, 2012). Já o empoderamento comunitário está relacionado com o processo de capacitação de grupos ou comunidades para agirem de forma participativa e coletiva, na conquista de seus direitos de cidadania frente ao Estado (BAQUERO, 2012).

Para Freire e Shor (1986), não existe dimensão individual do empoderamento, uma vez que o processo acontece na interação entre indivíduos, na busca da transformação social. Neste sentido, o empoderamento situa-se numa perspectiva de autonomia de indivíduos e comunidades, com possibilidade de voz, influência e capacidade para decisão e ação (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007).

Ainda que o empoderamento se trate de processo autônomo, agentes externos podem favorecer a criação de espaços e de situações que o desenvolvam (KLEBA; WENDHAUSEN, 2009), e em nosso contexto de exclusão social, dificilmente de forma espontânea, indivíduos em situação de desvantagem conseguirão os recursos necessários para mudança da realidade (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007).

.....

A equipe de saúde pode desempenhar papel de mediação entre a sociedade civil com as instâncias governamentais e de gestão, exercendo papel de/em defesa dos primeiros, no sentido do empoderamento individual e comunitário (BAQUERO, 2012).

Desta forma, a educação como prática dialógica e contextualizada, que considera a práxis dos indivíduos, num movimento contínuo de ação-reflexão-ação, é o instrumento de construção de autonomia (FREIRE, 2004).

Além disso, estratégias de socialização de informações, educação para a cidadania, experiência em processos participativos de tomada de decisão e projetos sociais também podem fomentar o empoderamento (MARTINS *et al.*, 2009).

Os CMS, considerados espaços potenciais de construção de empoderamento popular (NAVARRETE *et al.*, 2003), têm trabalho na contramão deste processo, pela sua forma equivocada de organização e funcionamento, com concentração de poder nas mãos de prefeitos e das elites, esvaziando assim a participação da sociedade civil, portanto, com baixa capacidade de produção de empoderamento (GOHN, 2002).

Em contraposição, a publicização das decisões tomadas nos conselhos, além de indicar responsabilidade, asseguram a confiabilidade dos mecanismos participativos e cumprem o papel educativo junto à população, demonstrando a possibilidade real da efetivação do controle social na gestão de políticas públicas (GOHN, 2002).

Neste sentido, Wendhausen e Cardoso (2007) e Correia (2005) ressaltam que a legitimidade do controle pela sociedade só é possível ser alcançada por meio da participação na prática dos cidadãos nos processos decisórios, criando efeito integrativo, na qual os indivíduos aprendem a aceitar as decisões coletivas, desenvolvendo virtudes democráticas e participativas.

Assim, segundo Carvalho e Santos (1992), a força social capaz de mudar a política de Estado só acontece com a consciência social, politização e ampla mobilização, incluindo os trabalhadores, bem como a sociedade civil de modo geral.

### 1.3 REPRESENTAÇÃO NA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Representação diz respeito a uma relação na qual um indivíduo ou grupo atua em nome de um corpo maior de pessoas. Ainda que a participação da sociedade civil seja a forma mais ampla e desejada de democracia, ela prescinde de formas de representação para sua materialização (MENDES, 2007), seja pela impossibilidade de participação ou por uma questão de escala (SERAFIM; SANTOS, 2008).

Na democracia participativa, a escolha do representante é feita entre os próprios atores da sociedade civil, o que já garante relativa identificação com o grupo (AVRITZER, 2007), podendo ser escolhido por eleição, indicação ou consenso entre os pares (SERAFIM; SANTOS, 2008). Neste tipo de representação devem ser criadas afinidades intermediárias, pois mesmo em um grupo associativo ou comunitário, existem interesses distintos, cuja solidariedade e interesses parciais devem prevalecer (AVRITZER, 2007). Tais afinidades são chamadas por Young (2006) de perspectivas sociais, que superam a ideia de opiniões e interesses, e por meio do processo democrático comunicativo visam ao estabelecimento da justiça.

A participação social na saúde se dá por meio de representação de segmentos da sociedade civil em espaços institucionalizados, como os conselhos e as conferências (SERAFIN; SANTOS, 2008).

A legislação garante a paridade da representação da sociedade civil nos conselhos, nas três esferas de governo, destinando 50% para o segmento, e o restante distribuído entre trabalhadores da saúde (25%), e gestores e prestadores de serviços (25%), que desta forma, também possuem representação (BRASIL, 1990).

De acordo com a Resolução nº 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde, a representação dos usuários poderá ser composta por: associações de pessoas com patologias ou deficiência; entidades indígenas; movimentos sociais organizados; entidades de aposentados e pensionistas; entidades de trabalhadores; entidades de defesa do consumidor; organização de moradores; entidades ambientalistas; organizações religiosas; entre outras. Não havendo segmentos organizados para compor o conselho, outras formas de organização que representem a sociedade civil podem ser consideradas (BRASIL, 2012).

Observa-se, em muitos casos, que a escolha dos segmentos que representam os usuários acaba por não representar uma parcela significativa da população (WENDHAUSEN; CAPONI, 2002), sendo questionável a definição reducionista de segmentos da sociedade civil, considerando o conjunto de cidadãos (AVRITZER, 2007), excluindo especialmente os segmentos mais vulneráveis (LABRA, 2010).

Shimizu *et al.* (2013) chamam atenção que setores excluídos da sociedade sem poder de organização associativa ou política, em alguns casos, podem abrir espaço para organizações sociais da classe média (Rotary, Lions, Maçonaria), comprometendo a representação da sociedade civil, especialmente dos que dependem e utilizam o sistema público de saúde.

Uma das formas de ampliar os canais de participação social com representação que considere toda a população é a criação de conselhos locais de saúde, que funcionariam como braços do CMS (SOUZA; KRÜGER, 2010).

#### 1.4 REPRESENTATIVIDADE

Representatividade é o ato de representar, que se alcança por meio de um movimento de informação e prestação de contas, ficando claro não apenas a responsabilidade do representante frente ao grupo de seus representados, mas também o movimento contrário, sendo corresponsabilidade dos representados subsidiar seus representantes com informações, opiniões e discussões, além de cobrá-lo quanto à sua atuação (SERAFIM; SANTOS, 2008).

Para garantia da representatividade, tanto o processo de escolha do representante quanto sua afinidade com o tema (saúde e necessidades) são pressupostos essenciais para sua legitimidade e efetiva participação (MAGNAGNAGNO; DOMBROWSKI, 2011). A baixa importância dada ao processo de escolha dos representantes é fator limitante da representatividade e consequente legitimidade do ato de representar um grupo (WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006).

Os atores políticos, ao decidirem pela representação de segmentos, podem ter objetivos de ganho pessoal ou, ainda, de sentimento coletivo e realização de cidadania (MILANI, 2008). O que ocorre na representação participativa é a reprodução do modelo de representação eleitoral, com desconexão entre representantes e representados, sem garantia da expressão coletiva (MENDES, 2007).

Ainda que exista discussão entre representante e representados, existem diferenças no interior de cada segmento, as quais necessitam ser conciliadas. Além disso, mesmo o representante tendo opinião própria, ele deve expressar a opinião do coletivo, considerando o que foi discutido e pactuado e, posteriormente, devolver ao coletivo o que foi discutido na instância colegiada (SERAFIM; SANTOS, 2008).

O representante também deve ser sensível às necessidades trazidas por outros segmentos da sociedade civil e de outras representações, pois a democracia reside no direito de todos e não numa disputa de segmentos (SERAFIM; SANTOS, 2008).

Estudo realizado por Gohn (2002) aponta que, na maioria dos municípios, os conselheiros da sociedade civil utilizam seu cargo em benefício político próprio, sem atender às reivindicações da população. Para diminuir a influência político-partidária e interesses alheios ao coletivo, a sugestão é que a indicação e escolha de conselheiros da sociedade civil sejam feitas em assembleias abertas, desenvolvendo assim o potencial democrático participativo (SHIMIZU *et al.*, 2013).

Um estudo realizado por Sipioni e Silva (2015) demonstra que os conselheiros usuários justificam a ausência de diálogo dentro do segmento, pela autonomia conferida pelos seus pares, experiência na representação ou por subestimação da opinião dos outros. O estudo revela ainda que a mesa diretora do conselho envia a pauta pouco antes da reunião, dificultando a discussão dentro do segmento.

Existe a necessidade de institucionalizar uma cultura de representatividade que considere mecanismos formais de discussão e prestação de contas para garantia da legitimidade do processo de participação social (SIPIONI; SILVA, 2015).

De acordo com Presoto e Westphal (2005), democratizar as informações e permitir sua avaliação por parte dos usuários seria colocá-los numa relação de corresponsabilidade.

Como artifício para disseminar essas informações, Assis e Villa (2003) sugerem a implantação de instrumentos, como cartilhas, boletins informativos, jornais, e outros, garantindo maior visibilidade dos conselhos e disseminação das informações.

A representatividade pode ser potencializada e legitimada mediante alguns mecanismos: realização de reuniões periódicas dentro do segmento para discussão, tomada de decisão e prestação de contas; disseminação de informações como suporte para discussão e tomada de decisões; oficialização de posição do segmento frente aos órgãos públicos por meio de documento protocolar; respeito por parte do representante das decisões discutidas no seu segmento (SERAFIM; SANTOS, 2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de democracia participativa representa importante instrumento de controle da sociedade civil na formulação, no acompanhamento e na prestação de contas das ações do Estado no setor saúde.

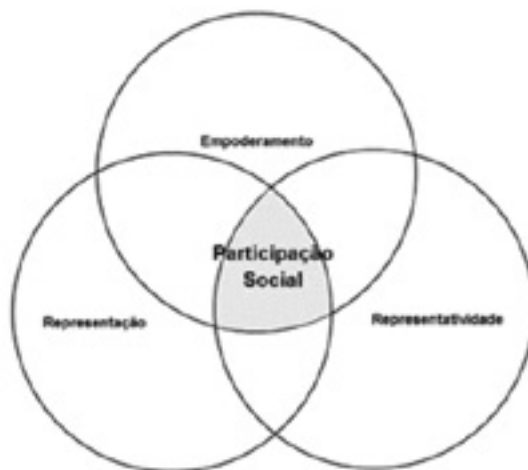
Porém a revisão dos trabalhos publicados demonstrou fragilidades relacionadas ao entendimento sobre participação, fruto da falta de empoderamento sobre o processo democrático e ainda sobre o próprio setor saúde. Estes aspectos já de início prejudicam a construção de participação popular e consequente autonomia por parte da sociedade civil.

Além disso, a forma de organização de escolha de segmentos para representação da sociedade civil nos CMS não abrange o conjunto de cidadãos, especialmente os que mais necessitam ser ouvidos.

Outra limitação encontrada internamente nos segmentos da sociedade civil está relacionada à representatividade, em que o processo de escolha do representante e ainda os mecanismos de discussão e devolução são bastante incipientes, o que deslegitima a democracia participativa.

A materialização da democracia participativa nos conselhos gestores depende de vários aspectos que devem ser sincrônicos, como se demonstra na Figura 1, pois a falta ou a limitação de um deles prejudica todo o processo.

Figura 1: Aspectos relacionados à participação social na saúde



Fonte: Elaborada pelos autores.



Desta forma, torna-se condição fundamental: a clareza sobre o ato de participar numa perspectiva coletiva; o empoderamento comunitário, especialmente no que se refere à cidadania e à saúde; a reorganização na escolha dos segmentos representativos da sociedade civil que contemple toda a população; e mecanismos que garantam a legitimidade na representatividade dos segmentos.

Neste sentido, é necessário ampliar os canais de publicização das informações sobre saúde e sobre as decisões do setor saúde, como forma de empoderamento coletivo.

Além disso, uma forma de garantir a legítima representação da sociedade civil nos CMS é fortalecer a formação de conselhos locais como representação da sociedade civil nos CMS. A representação dos vários segmentos da sociedade civil organizadas ou não, estariam representadas nos conselhos locais de saúde, de acordo com a organização de cada território. Desta forma, o CMS deixaria de ser palco de disputas de segmentos e projetos fragmentados na direção de um bem social comum, pois os conselhos locais representariam um agregado de necessidades de um território, e o CMS, o conjunto de necessidades do município.

Em relação à representatividade, é necessária a construção de mecanismos que garantam sua legitimidade. Os mecanismos de escolha do representante devem considerar a vontade coletiva das comunidades, com grande publicidade para o processo. Além disso, devem ser desenvolvidas formas institucionalizadas que garantam discussão prévia e devolução do representante para os representados, registradas por meio de atas das reuniões dos conselhos locais.

O desenvolvimento das formas de representação e das formas de representatividade também auxiliam no processo de empoderamento comunitário e esse conjunto de situações pode também garantir a legitimidade e o próprio desenvolvimento da participação social como expressão da vontade da sociedade civil na construção e na condução das políticas públicas de saúde.

## REFERÊNCIAS

- ABERS, R. N. **Inventing Local Democracy: Grassroots Politics in Brazil**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001.
- ACIOLI, S. Participação social na saúde: revisitando sentidos, reafirmando propostas. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Org.). **Construção social da demanda: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos**. Rio de Janeiro: IMS/ UERJ, Abrasco, 2005.
- ASSIS, M. M. A.; VILLA, T. C. S. O Controle social e a democratização da informação: um processo em construção. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 11, n.3, p. 376-382, 2003.
- AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimação da ação. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n.3, p. 443-464, 2007.
- BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**. Porto Alegre, v.6, n.1, p. 173-187, 2012.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 453**, de 10 de maio de 2012. Brasília: Diário Oficial da União, 10 maio de 2012, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8.142**, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, n. 249, de 31 dezembro de 1990, 1990.
- RODGERS B. L.; KNAFL, K. A. **Concept development in nursing: foundations, techniques and applications**. Philadelphia (USA): W.B Saunders Company, 2000.
- CARVALHO, G. I.; SANTOS, L. **Das formas de controle social sobre ações e os serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1992.

- COELHO, V. S. P. A democratização dos conselhos de saúde: o paradoxo de atrair não aliados. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 78, p. 77-92, 2007.
- CONASEMS, Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde. **Participação social no SUS: olhar da gestão municipal**. Brasília: Conasems, 2009.
- CORREIA, M. V. C. **Desafios para o controle social: subsídios para a capacitação de conselheiros de saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.
- FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- GOHN, M. G. Papel dos conselhos gestores na gestão pública. **Informativo Cepam**, São Paulo, v. 1, n.3, p. 7-15, 2002.
- HOROCHOVSKI, R.R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais**, Participação e Democracia. Florianópolis, 2007.
- KLEBA, M. E.; WENDHAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.18, n.4, p. 733-743, 2009.
- LABRA, M. E. Política Nacional de Participação na Saúde: entre a utopia democrática do controle social e a práxis predatória do clientelismo empresarial. In: FLEURY, S.; LOBATO, L. V. C. (Org.). **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.
- LACERDA, A. *et al.* As redes participativas da sociedade civil no enfrentamento dos problemas de saúde-doença. In: PINHEIRO, R; MATTOS, R.A. (Org.). **Gestão em Redes: práticas de avaliação, formação e participação na saúde**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.
- MAGNAGNAGNO, J. K.; DOMBROWSKI, O. A legitimidade da representação na democracia participativa. **Anais do Seminário nacional da pós-graduação em ciências sociais**. Vitória, v.1, n.1, 2011.
- MARTINS, P. C. *et al.* Democracia e empoderamento no contexto da promoção da saúde: possibilidades e desafios apresentados ao programa de saúde da família. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n. 3, p. 679-694, 2009.
- MENDES, D. C. V. R. Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n.2, p. 143-153, 2007.
- MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-79, 2008.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- MOREIRA, I. A.; HEIDRICH, A. V. Participação social na saúde: limites e possibilidades de controle social em tempo de reforma do Estado. **Sociedade em debate**, Pelotas, v. 18, n. 2, p. 107-119, 2012.
- NAVARRETE, M. V. *et al.* Visión de los diferentes agentes sociales sobre la participación social en el sistema de salud en el nordeste de Brasil: una aproximación cualitativa. **Revista Española de la Salud Pública**, Madrid, v. 76, n.5, p. 585-594, 2003.
- POLIT D. F.; BECK C. T. Using research in evidence-based nursing practice. In: POLIT, D. F.; BECK, C.T. **Essentials of nursing research: methods, appraisal and utilization**. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2006.
- PRESOTO, L. H.; WESTPHAL, M. F. A participação social na atuação dos conselhos municipais de Bertiooga – SP. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n.1, p. 68-77, 2005.
- SERAFIM, L.; SANTOS, A. **Representação e representatividade nos espaços de participação cidadã**. São Paulo: CEBRAP - IDS, 2008.
- SHIMIZU, H. E. *et al.* Representações sociais dos conselheiros municipais acerca do controle social em saúde no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n.8, p. 2275-2284, 2013.

- SILVA, V. R. Controle Social de políticas públicas: uma reflexão sobre os resultados da pesquisa. In: PEDRINI, D. M. et al. **Controle Social de Políticas Públicas: caminhos, descobertas e desafios**. São Paulo: Paulus, 2007.
- SIPIONI, M. E.; SILVA, M. Z. Reflexões e interpretações sobre a participação e a representação em conselhos gestores de políticas públicas. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v. 21, n.46, p. 147-158, 2013.
- SIPIONI, M. E.; SILVA, M. Z. Democracia e saúde: a prestação de contas como legitimadora da representação no conselho municipal de saúde de Vitória (ES). **Revista Saúde e Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n.104, p. 197-209, 2015.
- SOUZA, A. V.; KRÜGER, T. R. Participação Social no SUS: proposições das conferências sobre o Conselho Local de Saúde. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 3, n. 1, 2010.
- VÁZQUEZ, M. L. *et al.* Los procesos de reforma y la participación social en salud en América Latina. **Gaceta Sanitaria**, n. 16, p. 30-38, 2002.
- WENDHAUSEN, A. L. P.; BARBOSA, T. M.; BORBA, M. C. Empoderamento e recursos para a participação em conselhos gestores. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n.3, p. 131-144, 2006.
- WENDHAUSEN A.; CARDOSO, S. M. Processo decisório e Conselhos Gestores de Saúde: aproximações teóricas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 60, n.5, p. 579-84, 2007.
- YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

## DIALOGANDO SOBRE O SUS NA ESCOLA: RESSIGNIFICANDO OLHARES

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR<sup>198</sup> | ALICE MARLI MORATELLI<sup>199</sup> | FERNANDA CORNELIUS LANGE<sup>200</sup>  
LUCIANO BERNARDES JÚNIOR | LUANA BERTAMONI WACHHOLZ<sup>201</sup>

### INTRODUÇÃO

A concepção de saúde é mutável, mas culturalmente passa a ser relacionada apenas como a ausência de doença. Almeida Filho (2002) em sua crítica funcionalista à teoria de Christopher Boorse, relembra o tom naturalista com a qual Boorse buscava defender a doença como a ausência da saúde. Conceito com a qual conquistou admiração e críticas ao decorrer de sua carreira.

Avançando em relação a este modelo retrógrado, a Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1948 define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeções e enfermidades”. Mesmo mais abrangente, este conceito não contempla outros fatores que contextualizam a promoção em saúde como importante ato para a sociedade (SCLiar, 2007).

Dentre os movimentos para o desenvolvimento do conceito e aplicação da promoção a saúde, destaca-se a primeira Conferência Internacional de Promoção à Saúde, que aconteceu em Otawa no ano de 1986. Nesta conferência, surge a carta de Otawa, definindo a promoção de saúde como:

processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global. (Carta de Otawa, 1986)

Segundo Teixeira (2006), a concepção de promoção em saúde está associada a um conjunto de valores: vida, saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento sustentável, participação e parceria. Desta forma, deve-se desenvolver estratégias que envolvam a ação do estado, da comunidade e da intersetorialidade.

Com intuito de reformular a forma de se pensar saúde no Brasil, foi formado no início da década de 1970 o movimento de reforma sanitária composta por estudantes, pesquisadores, universidades, profissionais, sindicatos, entidades comunitárias e sociedades científicas, como a Associação Brasileira de Pós-graduação Saúde Coletiva (ABRASCO), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES). Esse movimento social defendia a democratização da

<sup>198</sup> Graduado em Educação Física - Bacharelado - UEL. cursando Residência Multiprofissional em Atenção Básica/ Saúde da Família – UNIVALI.

<sup>199</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí. Residente em Psicologia na Residência Integrada e Multiprofissional na Atenção Básica/Saúde da Família na Universidade do Vale do Itajaí. Tem grande interesse pela Saúde Coletiva e psicologia.

<sup>200</sup> Graduação em Fonoaudiologia pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI.

<sup>201</sup> Possui graduação em Nutrição pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Pós-graduada em Nutrição Aplicada em Estética (Faculdade Inspirar) e Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI). Atualmente realiza atendimento clínico nutricional e atua como docente em pós-graduação pelo Instituto Ana Paula Pujol e no Curso de Nutrição da Universidade do Vale do Itajaí.

saúde e a reestruturação do sistema de serviços. Por meio dela, a partir da constituição de 1988, a saúde passa a ser direito de todos e dever do Estado, sendo conquistado o Sistema Único de Saúde (SUS), com isso a Reforma Sanitária e o SUS podem ser considerados uma conquista social (RONCALLI, 2003).

O SUS tem na Atenção Básica (AB) sua principal porta de entrada, onde orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. A AB considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral (BRASIL, 2012).

Um dos principais desafios da AB é a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade e da resolutividade em suas ações. O Ministério da Saúde evidencia como elemento redirecionador de suas políticas públicas a promoção da saúde. Esta estratégia tem a proposta de fortalecimento do SUS, mostrando a necessidade do desenvolvimento de ações intersetoriais (PARREIRA, 2001).

Sabe-se que o desenvolvimento de um modelo de trabalho que consiga ir para além do trabalho centrado na AB necessita de processos dialógicos que corresponsabilizem e compartilhem o cuidado para que ele possa ser longitudinal, eficiente e consiga atender as necessidades de cada ser humano. No entanto, na prática, trabalhar de forma intersetorial é complexo dado à dificuldade de se “conciliar os tempos institucionais dos vários setores, pela necessidade de comprometimento e envolvimento setorial, pela falta de sustentabilidade das ações e pela inexistência de protocolos que norteiem o desenvolvimento de ações intersetoriais” (MORETTI *et al.*, 2010). Contudo é preciso que ocorram mudanças e rupturas nos modelos instituídos que não levem em consideração o trabalho em equipe multiprofissional; este que tem o objetivo de desintegrar práticas cristalizadas que possuam fronteiras impermeáveis.

O trabalho intersetorial é sempre muito teorizado, ou seja, teoricamente ele é um sucesso, mas na prática o que observamos é que quando se trata de realizar alguma ação que vise iniciativas de desenvolvimento social, os profissionais quase sempre aderem facilmente, porém, o que torna esta prática intersetorial com baixa adesão é a falta de comunicação e a pactuação de agendas e a dificuldade de conciliar os tempos institucionais e burocráticos de cada setor (MAGALHÃES; BODSTEIN, 2009).

Mesmo diante dessas dificuldades, a intersetorialidade é essencial para atuar sobre questões estruturais da sociedade e que interferem no processo saúde-doença-cuidado, sendo que o setor da educação se torna um aliado importante para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, pois além de função pedagógica, contribui socialmente e politicamente para a transformação da sociedade (PARREIRA, 2001; CARVALHO, 2015).

Nesse viés, a realização de ações que visam a promoção de saúde no setor escolar esbarram com o modelo ou a forma como a escola tradicional ainda presente na atualidade é compreendida, teorizada e praticada pedagogicamente, a qual prioriza um modelo de ensino descontextualizado das vivências práticas e cotidianas de cada aluno. Do ponto de vista da Pedagogia, as escolas podem seguir dois modelos que se complementam ou se tornam opostos: pedagogia tradicional e as concepções contra hegemônicas (CARVALHO, 2015).

Diante desse contexto, aliado à tentativa de ampliar a visão sobre o SUS, discutir os conceitos de saúde e iniciar um trabalho que se aproximasse mais do fazer saúde atrelada pensando na promoção de saúde, o presente estudo possui como objetivo relatar a experiência da ação intitulada: “Dialogando sobre o SUS na escola”, realizada por residentes do Programa de Atenção Básica/ Saúde da Família da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, os quais estão inseridos no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Itajaí – SC.



## 1 DESENVOLVIMENTO

Entendendo que o diálogo entre saúde e educação é vital para o processo de melhoria da qualidade de vida das pessoas do território, ressalta-se que a proposta desta intervenção foi refletir sobre a possibilidade de um novo cenário ético-político na educação em saúde que aproxime os atores sociais e os una (pais, professores, alunos e profissionais da saúde) para a ação-reflexão-ação na conquista da cidadania com a articulação e promoção de saberes fortalecidos ao aproximar e criar relação de cooperação ao tratar saúde e educação de forma integral (BRASIL, 2006).

A ação aconteceu por solicitação de apoio da Estratégia de Saúde da Família (ESF), responsável pelo território da escola, onde os profissionais solicitaram apoio da equipe do NASF para desenvolver uma ação, com propósito inicial de apresentação dos serviços da UBS, incluindo o NASF. Esta ação foi vista como uma oportunidade de aproximação destes setores (saúde e educação), por meio de uma intervenção voltada para a promoção da saúde e transformação ético-político contra hegemônico, além de trabalhar outras questões fundamentais para o desenvolvimento de uma comunidade. Sendo assim, foi pensado na intervenção “Dialogando sobre o SUS na escola”.

A intervenção foi realizada em uma escola do bairro pertencente à área de abrangência da UBS onde os residentes atuam, no período de abril a maio de 2016, sendo realizada duas vezes a mesma intervenção. A primeira envolveu os professores e a segunda, os pais e alunos.

A atividade foi baseada em uma roda de conversa, onde se iniciou com a apresentação de um vídeo da Série SUS intitulado “Você já ouviu falar bem do SUS?”. Em seguida, deu-se início ao diálogo com os participantes por meio de uma pergunta norteadora “O que é o SUS para vocês?”.

O intuito foi refletir sobre paradigmas construídos e estabelecidos pelos meios de comunicação sobre o SUS, abrir caminhos para possíveis ações de promoção de saúde, realizar educação em saúde de forma horizontalizada considerando a história de vida de cada pessoa e suas singularidades. Também se pensou em dialogar sobre o SUS com a intenção de sensibilizar pais, professores e alunos para a importância da luta em defesa do SUS através da participação social.

Para a realização da atividade foi adotado o modelo contra hegemônico com o objetivo de dialogar com as pessoas envolvidas de forma contextualizada e real sobre o SUS, suas fragilidades e potencialidades (CARVALHO, 2015).

Foi construído um espaço para discussão sobre a concepção do SUS, vislumbrando a reflexão sobre outra maneira de reconhecê-lo e perceber seu papel neste sistema e na sociedade, fomentando a participação social, vinculação com a AB e o fortalecimento destes setores.

Durante as discussões foi possível observar nas falas dos participantes diferentes concepções de SUS e saúde. Estes relatos trouxeram fatores como a influência dos meios de comunicação no conceito de SUS e saúde, as experiências vivenciadas em serviços do SUS, bem como o não entendimento do seu funcionamento. Estes fatores demonstraram-se importantes para a formação de diferentes concepções.

Os meios de comunicação exercem grande influência sobre o conceito de saúde das pessoas, onde muitos relataram notícias de filas, demora para atendimento e falta de medicação. Em relação à mídia, Braga e Menezes (2014), afirmam que é evidente que ela exerce grande influência sobre os comportamentos da sociedade, afirmação esta que vai ao encontro do que vivenciamos em nossa ação.

Quanto ao SUS, os mesmos pesquisadores reforçam que os meios de comunicação não têm oferecido uma contribuição eficaz em relação à saúde pública e não discutem enfaticamente questões norteadoras para a melhoria da situação sanitária brasileira. Afirmam ainda que fica evidente, em grande parte das coberturas midiáticas, o pouco conhecimento do SUS e de seu funcionamento,

.....

especificamente no que diz respeito aos atendimentos. Isso se reflete em diversas matérias que se concentram em casos isolados de usuários e não informam os fluxos de atendimento (BRAGA; MENEZES, 2014).

Já De Lavor *et al.* (2011), ao realizarem uma reportagem para a revista Radis, entrevistaram na época o coordenador de redação da assessoria de imprensa do Ministério da Saúde, Renato Strauss. O entrevistado expôs sua opinião sobre a mídia, relatando que ele considera “desafiador” mostrar à imprensa os pontos positivos do SUS, “um dos poucos sistemas de acesso universal à saúde no mundo, ainda em construção”. Ele também reconhece que os pontos positivos do sistema não recebem a mesma atenção dos que os negativos. As doenças com potencial para gerar epidemias (dengue, gripe e leptospirose, por exemplo), bem como problemas relacionados à assistência (espera por atendimento, acesso a medicamentos, pressão pela inclusão de novos procedimentos), são os assuntos que mais despertam o interesse da imprensa, aponta, devido à “força das imagens e dos relatos das pessoas diretamente afetadas e pela oportunidade de confrontar e cobrar ações do poder público”.

Também houve relatos onde a falta de informação sobre o modo de atendimento da UBS de seu território, bem como dos serviços oferecidos pelo SUS, influenciavam nas suas concepções. Alguns participantes mencionaram formas de funcionamento da UBS que já haviam sido alterados há muito tempo, ou de serviços que eram oferecidos pela UBS mas que eram desconhecidos pela maioria presente na intervenção. Os profissionais que mediarão a ação apresentaram alguns serviços que normalmente as pessoas não sabem que fazem parte do SUS, como a vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, ou procedimentos que são realizados somente pelo SUS.

Com relação a esses serviços mencionados que grande parte da população não sabe que pertence ao SUS, De Lavor *et al.* (2011), explanam em sua reportagem: “O SUS que não se vê” na revista RADIS, alguns destes serviços, sendo eles: as ações de vigilância em saúde (campanhas de imunização e a ANVISA), procedimentos de alta complexidade (transplante de órgãos), programas de prevenção e tratamento reconhecidos internacionalmente (combate ao HIV/AIDS), além da produção de tecnologia e conhecimento (a Fiocruz e outras instituições públicas de pesquisa e/ou ensino em saúde).

Corroborando a fala dos mediadores nas ações desenvolvidas com os alunos, pais e professores, os autores supracitados afirmam que esse desconhecimento tem, em grande medida, questões relacionadas à comunicação/mídia. Eles perceberam ainda que está nas mãos dos gestores públicos, que trazem para si o crédito de realizações que, na verdade, são viabilizadas pelo Sistema Único de Saúde. Ocorrendo isso, não se permite que o sistema se apresente do tamanho que ele realmente é (DE LAVOR *et al.*, 2011).

Em relação às experiências dos participantes em serviços ofertados pelo SUS, estes trouxeram relatos positivos e negativos, os quais influenciam diretamente na maneira de entender o SUS. Houve experiências onde a ESF participou de maneira efetiva nos cuidados para a reabilitação da saúde de um membro da família do participante, e este relatou um forte vínculo com seus profissionais de referência, demonstrando um conceito positivo relacionado ao SUS. Da mesma forma, relatos negativos relacionando um distanciamento da ESF quando a família necessitou de cuidados mais específicos, bem como conflitos com os profissionais de referência, acabaram formando uma concepção negativa do SUS.

Oliveira *et al.* (2009), compartilham em sua pesquisa algumas experiências das pessoas que entrevistaram, sendo essas usuárias do SUS. Porém, eles fazem algumas conclusões/afirmações referentes ao trabalho que desenvolveram. Os usuários, no seu dia a dia, graças a um monitoramento reflexivo de suas experiências, estabelecem juízos de valor sobre os diversos serviços que se apresentam a eles no sistema de saúde. Ou seja, o usuário faz cotidianamente uma avaliação dos serviços de saúde. Essa avaliação se dá não apenas com base em suas próprias experiências, mas também em

.....

experiências referidas por outros usuários. Naturalmente, não se pensa aqui em uma avaliação formal ou técnica, mas em uma avaliação não percebida por ele no nível discursivo, embora o seja no nível de sua consciência prática. É a partir dessa avaliação informal, feita cotidianamente e relacionada a um aprendizado cotidiano e reflexivo que as imagens sobre os diversos serviços da rede se configuram.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão gerada neste espaço foi possível ressignificar alguns (pré)conceitos em relação ao conceito de saúde e SUS. Foi observada a influência que os meios de comunicação exercem na vida das pessoas. Em relação ao conceito de saúde e SUS, foi reproduzida a concepção que é vista na mídia, porém dialogando sobre o SUS que não se vê. Desta forma, se possibilitou o acesso à informação que não é discutida no cotidiano e que é direito de todos.

Durante a intervenção, foi possível dialogar sobre o SUS como uma conquista social, e que este ainda não é o SUS que foi sonhado. Porém, para seu fortalecimento é necessária a mobilização de diversos atores, considerando a importância da participação social. Espaços como estes são importantes para a fomentação do controle social, promoção de saúde, educação popular e fortalecimento da comunidade.

Com esta ação foi possível fortalecer o vínculo entre a comunidade, a escola e UBS, e dessa forma, posteriormente, mais intervenções foram realizadas em parceria.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N.; JUCÁ, V. Saúde como ausência de doença: crítica à teoria funcionalista de Christopher Boorse. **Ciência e Saúde Coletiva**, 7(4): 879-889, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232002000400019&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232002000400019&script=sci_abstract&tlng=pt)> acesso em: 03 de julho de 2017.
- BRAGA, C.F; MENEZES, K. As imagens do SUS na mídia impressa: um estudo dos jornais o popular, diário da manhã e hoje. **Revista Anhanguera** Goiânia v.15, n. 1, jan/dez. p. 32-40, 2014.
- BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL.Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL. **Cadernos de Atenção Básica**, n 39. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BUSS, P. M; CZERESNIA, D; FREITAS, C. M. "Uma introdução ao conceito de promoção da saúde." *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências* 2 (2003): 19-42.
- CARVALHO, F. F. B. **A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas**. Escola Nacional de Saúde Pública Fiocruz: Ministério da Saúde. Brasília-DF, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v25n4/0103-7331-physis-25-04-01207.pdf>> Acesso em 02 de julho de 2017.
- DE LAVOR, A; DOMINGUEZ, B; MACHADO, K. **O SUS que não se vê**. Radis, Rio de Janeiro, n°104, p.09-17, abril.2011.
- MAGALHÃES, R.; BODSTEIN, R. Avaliação de iniciativas e programas intersetoriais em saúde: desafios e aprendizados. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p.861-868, 2009.
- MORETTI, A. C *et al.* Intersectorialidade nas ações de promoção de saúde realizadas pelas equipes de saúde bucal de Curitiba (PR). **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15,supl. 1, p. 1827-1834, jun. 2010.
- OLIVEIRA, L. H; MATTOS, R. A; SOUZA, A. I. S. Cidadãos peregrinos: os “usuários” do SUS e os significados de sua demanda a prontos-socorros e hospitais no contexto de um processo de reorientação do modelo assistência. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.14, Rio de Janeiro, Nov/Dec. 2009.

PARREIRA, C. M. S. F. A construção de uma política pública de promoção da saúde no contexto escolar: um relato da experiência brasileira. In: **Memória Tercera Reunión de la Red Latinoamericana de Escuelas Promotoras de la Salud**. p.127-33. (Portaria Interministerial 766 GM 17 maio de 2001).

RONCALLI, A. G. O desenvolvimento das políticas públicas de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde. In: Antonio Carlos Pereira (Org.). **Odontologia em Saúde Coletiva: planejando ações e promovendo saúde**. Porto Alegre: ARTMED, 2003. Cap. 2. p. 28-49.

TEIXEIRA, C. **Promoção da saúde e SUS**. Saúde da Família, p. 85, 2006. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/f7/pdf/teixeira-9788523209209-05.pdf>>. Acesso: 03 de Julho de 2017.

SCLIAR, M. **História do conceito de saúde**. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007.

## GRUPO DE APOIO À REDE DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE E DA REDE DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

LUCIANA DE OLIVEIRA GONÇALVES<sup>202</sup> | ALEXSANDRA MARINHO DIAS<sup>202</sup>  
CAMILA CAROLAIN DA CRUZ SEMIONI<sup>203</sup> | DAIANE DE CESARO<sup>203</sup> | MARIELI DE ARAUJO | EMELY SBROGLIO DA LUZ<sup>204</sup>

### INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003), deficiência pode ser compreendida como qualquer perda ou anomalia de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, na qual este indivíduo irá apresentar uma incapacidade que é definida como qualquer restrição ou falta (resultante de uma deficiência) de capacidade para realizar uma atividade na forma ou dentro da faixa considerada normal para um ser humano. Consequentemente levará a pessoa a ter uma desvantagem em relação aos demais, que é classificada como resultante de uma deficiência ou incapacidade, que limita ou impede o desempenho de um papel que é normal para aquele indivíduo.

No Brasil, 45.606.048 pessoas são portadoras de algum tipo de deficiência, o que corresponde a uma parcela de 23,9% da população total, sendo 25.800.681 (26,5%) mulheres e 19.805.367 (21,2%) homens. Entre as deficiências se destaca predominante a deficiência visual (18,6%), em segundo lugar a deficiência motora (7%), em seguida a auditiva (5,10%) e ao final a intelectual com (1,40%). Quanto à faixa etária desta população, a que se apresenta mais acometida é o grupo de 65 anos ou mais (67,73%), seguido pelo grupo de 15 a 64 anos (24,94%) e de 0 a 14 anos (7,53%) (CARTILHA DO CENSO, 2010).

Pautada neste cenário em relação à população deficiente no país, o Ministério da Saúde publica em 2002 e em 2012 duas importantes portarias instituindo respectivamente a política norteadora de ações para este mesmo grupo e o estabelecimento da rede de cuidados específica aos deficientes no Brasil.

A Portaria MS/GM nº 1.060, de 5 de junho de 2002 estabelece a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência que define, como propósitos gerais, um amplo leque de possibilidades que vai da prevenção de agravos à proteção da saúde, passando pela reabilitação de pessoas deficientes. De modo geral, esta Política Nacional, inserida no setor Saúde dentro do contexto das políticas governamentais e à luz dos direitos universais do indivíduo, tem como propósitos reabilitar a pessoa portadora de deficiência na sua capacidade funcional e no seu desempenho humano – de modo a contribuir para a sua inclusão plena em todas as esferas da vida social – e proteger a saúde do citado segmento populacional, bem como prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências (BRASIL, 2008).

A instituição da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde, a partir da Portaria Nº 793, de 24 de abril de 2012 possibilitou a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com deficiência temporária ou permanente; progressiva, regressiva, ou estável; intermitente ou contínua, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), apontando diretrizes para a operacionalização da implantação e o funcionamento desta rede e seus componentes nos diferentes níveis de atenção à saúde (BRASIL, 2012).

<sup>202</sup> Docentes do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências da Saúde da UNIVALI e docentes do Projeto de Extensão do Grupo de Apoio aos Profissionais que Compõem a Rede de Atenção a Pessoa com Deficiência.

<sup>203</sup> Acadêmicas do Curso de Fonoaudiologia e bolsistas do Grupo de Apoio aos Profissionais que Compõem a Rede de Atenção a Pessoa com Deficiência.

<sup>204</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia e bolsista do Grupo de Apoio aos Profissionais que Compõem a Rede de Atenção a Pessoa com Deficiência.



Ainda como premissa da rede de atenção integral à pessoa deficiente, a mesma deve, necessariamente, prover os serviços necessários da forma mais próxima possível, tanto do ponto de vista geográfico quanto social e cultural da comunidade, integrando-se efetivamente no contexto da municipalização da saúde. Na ausência de condições para tal, deverão ser realizados os encaminhamentos necessários, bem como o acompanhamento dos resultados alcançados com vistas a ajustes nos serviços pelo município, se necessários (BRASIL, 2008). Ainda em relação à atenção integral, deve-se considerar a importância do estabelecimento de fluxos nos diversos pontos de atenção, que garantam a construção de linhas de cuidado para o acompanhamento da pessoa com deficiência com utilização de diferentes densidades tecnológicas da atenção básica de saúde aos pontos de atenção especializados.

## 1 DESENVOLVIMENTO

Atenta à missão de produzir e socializar o conhecimento pelo ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo parcerias solidárias com a comunidade, em busca de soluções coletivas para problemas locais e globais, visando à formação do cidadão crítico e ético e no reforço de sua identidade comunitária, a UNIVALI desde 2005, tem credenciado junto ao Ministério da Saúde, o Serviço de Ambulatorial de Saúde Auditiva (SASA). Dessa forma, presta atendimento a pessoas com deficiência auditiva para 53 municípios de Santa Catarina, nos níveis de média e alta complexidade e também possui Clínicas de Fonoaudiologia, Fisioterapia e Psicologia disponíveis às pessoas da comunidade de seu entorno e dos municípios vizinhos.

Com base nestes serviços, em 2013 a Secretaria Estadual de Saúde solicitou à UNIVALI a elaboração de um projeto para credenciamento do Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual (CER II/UNIVALI), a fim de ampliar o atendimento já realizado nas áreas auditiva, física e intelectual. Apesar do Serviço estar situado dentro da universidade, o SASA tem todo seu atendimento integrado ao SUS e, com o credenciamento do CER II, o atendimento à pessoa com deficiência física e intelectual passa a funcionar na mesma lógica, articulando-se e estabelecendo fluxos com os demais serviços da rede de cuidados à pessoa com deficiência.

A falta ou dificuldade de existência de uma linha de cuidado para a pessoa com deficiência de forma clara e fortalecida em cada município é agravada pelo fato de que muitos dos deficientes atendidos pelo SASA e CER II residem em municípios distantes, o que dificulta um melhor acompanhamento durante e após o término do atendimento destas pessoas. Por estes motivos torna-se essencial o estabelecimento de uma rede de atenção integral que envolva especialmente a atenção básica, para uma adequada coordenação do cuidado às pessoas com deficiência.

Frente a esta dificuldade encontrada, acreditamos que a academia também cumpre um papel importante na organização da rede, bem como na formação dos futuros profissionais para uma atuação efetiva junto ao SUS e fortalecendo as redes de atenção à saúde.

Neste sentido, as pessoas envolvidas nestes serviços perceberam as dificuldades desta rede no que tange à comunicação, entendimento de fluxos externos (rede) e internos (serviços) e o entendimento e reconhecimento do que são as deficiências e pessoas deficientes. Buscando o enfrentamento destas dificuldades, em 2015 foi estruturado o projeto de extensão intitulado Grupo de Apoio à Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência pela Universidade, que em 2016 contou com a participação de sete professores e dez bolsistas ligados aos cursos de fonoaudiologia, fisioterapia e psicologia da UNIVALI. O projeto visa fortalecer a rede de cuidados da pessoa com deficiência auditiva, física e intelectual, buscando o desenvolvimento regional e municipal através da capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de desenvolvimento do sistema de saúde. O projeto

.....

contribuiu no fortalecimento e na formação de multiplicadores nos municípios de abrangência atendidos pelo Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva (SASA) e pelo Centro Especializado em Reabilitação – CER II/UNIVALI.

Para isso, se tem como objetivo geral qualificar gestores e profissionais da atenção básica para a efetivação da rede de cuidados da pessoa com deficiência. Especificamente se tem como objetivos capacitar gestores e profissionais da saúde, visando melhorar a organização da rede de atenção à saúde auditiva, física e intelectual; instrumentalizar os profissionais da saúde quanto à identificação, registro e acompanhamento dos deficientes auditivos, motores e intelectuais; e desenvolver e difundir a produção científica gerada pelo projeto.

A metodologia de trabalho utilizada pelo projeto para alcançar os objetivos propostos varia de acordo com a necessidade ou oportunidade de trabalho junto aos diferentes grupos, como as capacitações, organização de eventos, realização de oficinas, produção científica, elaboração de material informativo, participação em grupos de gestão e consultorias.

Em 2016 foram realizadas oficinas envolvendo 120 pessoas, sendo 52 destes Agentes comunitários de Saúde, 27 técnicos de enfermagem, 24 enfermeiros, 10 médicos, 5 auxiliares administrativos e indiretamente a população frequentadora das Unidades Básicas de Saúde, nas quais ocorreram as formações. Foi também realizado o VI Encontro de Saúde Auditiva com 162 participantes entre estudantes, usuários, professores e servidores. Os temas ligados a saúde auditiva foram discutidos com vistas ao fortalecimento desta linha de cuidado dentro da rede de atenção. Foram realizadas oficinas no setor da educação – setor este identificado com a caminhada dos serviços como fundamentais na identificação precoce de deficiências entre as crianças em idade escolar. Avançamos também com as consultorias em saúde auditiva pelo Telessaúde com o intuito de centralizar os atendimentos na atenção básica e evitar encaminhamentos desnecessários; para os serviços participantes no projeto, o objetivo é evitar que o paciente fique perdido na rede, tendo em vista que situações que possam ser resolvidas nos municípios deverão ser realizadas nos mesmos.

Outras estratégias utilizadas durante 2016 no projeto de extensão. Destaca-se a realização de oficinas de capacitação para os acadêmicos dos diferentes cursos da área da saúde da UNIVALI, visto que foi levantada a importância de capacitar os acadêmicos para que eles já conhecessem os serviços quando chegassem à rede tanto nos estágios como depois de formados, estabelecendo assim a Relação Ensino/Extensão com a participação de 55 estudantes.

Também foi sistematizada produção científica com apresentação de trabalhos em eventos sob a forma de banners, publicação de resumos em anais e publicação de artigos científicos tratando dos temas inerentes ao projeto e publicação de resultados sob a forma de relatórios.

A elaboração de material informativo com o formato de cartilhas sobre o Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva (SASA) e sobre o Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual – CER II foi outra importante estratégia realizada na busca dos objetivos do projeto. Nestas cartilhas o intuito foi esclarecer o que são estas deficiências, como reconhecê-las, e quais os fluxos de encaminhamento destes deficientes na rede de cuidados e nos respectivos serviços.

Por fim, com vistas ao fortalecimento deste projeto de extensão e atuação política, foi estabelecida a participação dos professores do projeto de extensão em grupos de gestão, constituindo representações no Conselho Municipal de Saúde de Itajaí – COMUSA, no Conselho Municipal de Assistência à pessoa com deficiência – COMADEFI de Itajaí e no Grupo Condutor da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência da AMFRI.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas, sendo usualmente concebidas como processo de formulação, implementação,

.....

acompanhamento e avaliação. As políticas voltadas à saúde e cuidado das pessoas deficientes, embora não sejam novas, são ainda pouco sistematizadas.

Acreditamos que a capacitação se mostra importante no processo de sistematização e consolidação das redes de cuidado em geral e especificamente na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, considerando que as relações em saúde são baseadas essencialmente na relação entre pessoas. Profissionais permanentemente atualizados, capacitados e qualificados, tanto na atenção básica quanto nos serviços de reabilitação, potencializam os cuidados às pessoas com deficiência usuárias do Sistema Único de Saúde. Outro foco de desenvolvimento e capacitação são os gestores de serviços em saúde, para que haja incremento no planejamento de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência no país (BRASIL, 2010).

Ações propositivas para o fortalecimento das redes, como é o caso deste projeto de extensão em relação à Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência, que aposta na capacitação das pessoas envolvidas como importante eixo de sustentação do processo de cuidado são ainda inovadoras.

O projeto contribui especialmente no esclarecimento de questões sobre as deficiências nos municípios da AMFRI (Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí) atendidos pelo SASA e pelo CER II/UNIVALI. Com o aumento das deficiências no Brasil, nota-se a necessidade de funcionamento de políticas públicas voltadas para melhoria da qualidade de vida desta população. As políticas têm o papel fundamental de integrar a pessoa com deficiência ao acesso à educação, inclusão social, inserção ao trabalho, atenção à saúde e acessibilidade para o trabalho, valorizando-os como cidadãos, respeitando suas características, e garantindo a universalização de políticas sociais e o respeito às diferenças. É importante destacar que o objetivo principal do projeto é fortalecer a rede de cuidados, sendo o mesmo das políticas públicas, as quais proporcionam saúde à pessoa com deficiência, direitos e qualidade de vida. O projeto em 2016 beneficiou diretamente 565 pessoas e permitiu ainda o início do estabelecimento da comunicação entre os gestores e profissionais da rede de atenção à saúde e educação. Acredita-se que a educação permanente para os profissionais e gestores é a chave para fortalecer as políticas das pessoas com deficiência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 72 p. – (Série E. Legislação em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2010. 24 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

BRASIL. **Portaria Nº 793, de 24 de abril de 2012**. Diário Oficial da União; Poder Executivo. Brasília, DF, 25 de abril de 2012. Seção 1, p94-95. 2012.

CARTILHA DO CENSO 2010. **Pessoas com deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

GELINSKI, C. R. O. G.; SEIBEL, E. J. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, Abril e Outubro de 2008.

OMS. Organização Mundial da Saúde. CIF: **Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde**. São Paulo: Editora da USP.2003.

## HÁBITOS DE VIDA DAS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO “CONVIVENDO COM A SÍNDROME DE FIBROMIALGIA” E A RETROALIMENTAÇÃO DOS SINTOMAS

ARMANDO MACENA DE LIMA JUNIOR<sup>205</sup> | GIOVANA DELVAN STUHLER<sup>206</sup> | ANA LÍGIA OLIVEIRA<sup>207</sup>  
GABRIELA CHAVES RODRIGUES<sup>208</sup> | MAINARA GIACOMOSI<sup>208</sup> | LETÍCIA MIRELLA DIETRICH<sup>208</sup>

### INTRODUÇÃO

As políticas públicas são consideradas diretrizes e princípios seguidos pelo poder público, transformados em ações mediadas entre os civis e o Estado. Além disso, respondem às demandas de toda uma sociedade, e principalmente de grupos sociais excluídos, pois buscam efetivar seus direitos por meio da cidadania. Assim, com o intuito de distribuir e redistribuir os recursos de forma igualitária, pensa-se nas questões de gênero, que atualmente é um assunto significativo e bastante debatido, sobretudo no meio acadêmico (BRASIL, 2012).

Desta forma, as mulheres, que através de várias conquistas oriundas do fortalecimento do movimento feminista, integram o debate sobre gênero. Logo, as políticas públicas voltadas a esta temática vêm para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres, emancipando e dando autonomia especialmente às mulheres (BRASIL, 2012).

Neste sentido, pensar em políticas públicas para mulheres, é pensar em atender necessidades específicas e, no campo da saúde, buscar por programas que tenham uma visão integral acerca da mulher, não tendo um enfoque apenas na esfera reprodutiva, ou de programas de planejamento familiar (BRASIL, 2012).

Ainda que trabalhar com indicadores nesse âmbito se torne um desafio, observar mudanças na divisão de trabalho doméstico, diminuição da violência doméstica, aumento na formação, capacitação e diminuição da discriminação no campo profissional, desenvolvimento de algum tipo de geração de renda, podem servir como evidências de mudanças nas relações de gênero vividas pelas mulheres (BRASIL, 2012).

No campo da saúde pública, as mulheres são as principais usuárias do sistema único de saúde (SUS), não sendo apenas as que mais frequentam os serviços de saúde, mas também são as principais cuidadoras da família, vizinhança e comunidade nesse âmbito. Portanto, torna-se necessário conhecer

<sup>205</sup> Graduando em Psicologia, ex-monitor da disciplina de Psicologia Comportamental, do laboratório de Psicologia Experimental da UNIVALI. Coordenou grupos de estudos relacionados à Análise do Comportamento, Behaviorismo Radical e Filosofia da Mente contemporânea. Foi presidente do Centro Acadêmico de Psicologia, membro discente do Colegiado do curso de Psicologia e da comissão de Auto-Avaliação do curso de Psicologia. Atualmente é membro discente do Colegiado do Centro de Ciências da Saúde da UNIVALI; atua como coordenador de grupos de Psicoeducação, baseados em Terapia Cognitivo-Comportamental, com acadêmicos de Psicologia e é bolsista no Projeto de Extensão Interdisciplinar ConVivendo com a Síndrome de Fibromialgia.

<sup>206</sup> Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná, mestrado em Psicologia Social e da Personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora titular da UNIVALI, orientadora de estágio em Psicologia Clínica/Hospitalar.

<sup>207</sup> Possui Graduação em Fisioterapia pela Associação Catarinense de Ensino, Especialização em Fisioterapia Aplicada a Ortopedia e Reumatologia, Especialização em Formação Contemporânea para o Ensino, na Área da Saúde, Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina, com área de concentração em Filosofia, Saúde e Sociedade. Atualmente é professor titular da UNIVALI, Supervisiona Estágio Curricular Ambulatorial, Professor responsável pelo setor de pesquisa do Curso de Fisioterapia. Membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Fisioterapia e Membro do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIVALI. Coordenadora do Projeto de Extensão Programa de Assistência Interdisciplinar a Mulheres com Síndrome de Fibromialgia, desde o ano de 2010.

<sup>208</sup> Graduação em andamento em Fisioterapia na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI.



a estrutura social em que essas mulheres estão inseridas e quais as questões práticas de suas vidas, pois o processo de saúde é fruto de vários aspectos da vida das pessoas, como meio ambiente, lazer, alimentação, condições de trabalho, moradia e renda (BRASIL, 2011).

De encontro a essas demandas, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher objetiva promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres, garantido direitos legalmente constituídos e ampliando o acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo território brasileiro (BRASIL, 2011).

Diante do exposto, cabe considerar que, determinadas doenças podem acometer mais as mulheres, como é o caso da Síndrome da Fibromialgia (SFM). Esta é uma doença crônica, de ordem reumatológica, caracterizada pela presença de dor generalizada e que está associada à depressão, ansiedade, alterações de sono, alterações cognitivas, síndrome da fadiga crônica, distúrbios alimentares, prevalência de excesso de peso, dentre outros fatores que afetam consideravelmente o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas que recebem este diagnóstico (WOLFE *et al.*, 2010; WOLFE, 2015; CIPRIANI *et al.*, 2016).

Sua prevalência na população em geral é de aproximadamente 0,2 e 6,6%. As mulheres mais comumente acometidas por esse quadro, com a prevalência variando entre 2,4 e 6,8% (MARQUES *et al.*, 2016). Com relação à população brasileira, sua prevalência gira em torno de 2% (GOREN *et al.*, 2012). Por conta da presença de dor constante, sintomas depressivos, correlação com sobrepeso e obesidade, pessoas acometidas com a SFM acabam sofrendo alterações significativas nos seus hábitos de vida, se tornando cada vez mais sedentárias, com maiores limitações funcionais no cotidiano, o que promove impacto na vida psicológica e social (CARDOSO *et al.*, 2011; ARAÚJO *et al.*, 2015).

O Projeto de Extensão “Convivendo com a Síndrome de Fibromialgia”, que se consolidou como uma referência em nível regional e estadual no processo de cuidar de mulheres com SFM, visa desenvolver práticas de promoção e educação em saúde por meio de ações interdisciplinares, integrando os cursos de Fisioterapia, Psicologia, Nutrição e Farmácia do Centro de Ciências da Saúde da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Suas principais atividades são compostas por sessões de fisioterapia realizadas em grupo em ambiente de hidroterapia duas vezes por semana, atendimento psicológico em grupo na modalidade cognitivo-comportamental, e encontros quinzenais com foco na educação nutricional e farmacológica.

É importante destacar que este projeto de extensão tem como ferramenta do cuidado, o conceito positivo de saúde e o conceito de integralidade do processo saúde/doença. Embora as mulheres atendidas compartilhem do diagnóstico de SFM, ainda são pessoas que detêm histórias únicas e características particulares, demandando reconhecimento avaliativo de cada novo grupo que adentra ao projeto.

Desse modo, se faz necessário identificar os vários aspectos relativos à vida das mulheres atendidas no projeto e, dentre os vários âmbitos possíveis, o reconhecimento dos hábitos de vida dos novos grupos é de suma importância para o planejamento de ações adequadas às potencialidade e dificuldades de cada grupo. Assim, este trabalho busca descrever os hábitos de vida de mulheres participantes do programa nos períodos de 2015/2, 2016/1 e 2017/1 e discutir como os hábitos das pessoas com SFM podem atuar retroalimentando os sintomas.

## 1 METODOLOGIA

A coleta dos dados foi feita através da consulta dos prontuários das participantes do Projeto de Extensão Convivendo com a Síndrome de Fibromialgia. Neste prontuário são anexados diversos documentos relacionados às avaliações feitas com as participantes quando elas adentram ao



projeto. Para este estudo utilizamos um questionário semiestruturado visando identificar dados sociodemográficos, ocupação, hábitos de vida e realização de exercícios físicos. Ao final, os dados extraídos dos questionários foram tabulados e analisados no programa *Statistical Package for the Social Science 20* (SPSS).

Assim, a pesquisa se caracteriza como documental, por se tratar de uma consulta a documentos colhidos ao longo de 2015 até 2017 e que ainda não foram submetidos à análise (SEVERINO, 2017), além de se configurar como descritiva (PRODANOV; FREITAS, 2013). Por fim, por traduzir opiniões em números e informações para assim classificá-las e analisá-las usando métodos estatísticos, sua natureza é quantitativa (PRODANOV; FREITAS, 2013) e a análise estatística utilizada se referiu à análise descritiva, pois não tinha por objetivo inferir conclusões para um grupo maior (FÁVERO *et al.*, 2015).

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados 32 questionários e, através deles foi identificado que a idade média das participantes é de 57 anos, sendo a máxima de 77 e a mínima de 38. Tal resultado indica a presença de mulheres com maior longevidade do que em relação a idade média das pessoas com SFM no Brasil, que fica em torno de 43 anos (GOREN *et al.*, 2012). Além disso, a maioria delas (n=29) se identificaram como brancas e três delas se identificaram como negras. Os demais resultados serão apresentados nas tabelas a seguir com o respectivo contraponto teórico.

Tabela 1: Frequência de tabagismo em mulheres com SFM participantes de um projeto de extensão

|              | N  | %     |
|--------------|----|-------|
| Fumante      | 3  | 9,4%  |
| Não fumante  | 20 | 62,5% |
| Ex-tabagista | 9  | 28,1% |
| Total        | 32 | 100%  |

Começando pelo hábito de fumar, apenas três (9,4%) dentre as 32 participantes possuem este hábito. Este resultado mostra-se como um ponto positivo, pois evidências sugerem uma relação entre o tabagismo e sintomas mais graves de fibromialgia, além da redução da funcionalidade das pacientes (WEINGARTEN *et al.*, 2008; WEINGARTEN *et al.*, 2009; SHIRI *et al.*, 2010). Ainda que não seja observado uma alta prevalência de tabagismo no grupo investigado, pesquisadores apontam que cerca de 33% das pessoas com SFM no Brasil possuem o hábito de fumar (GOREN *et al.*, 2012), o que sugere a necessidade de intervenções junto a esta população, visando diminuir esse número.

Com relação ao consumo de álcool por parte de pessoas com SFM, no Brasil, gira em torno de 63% (GOREN *et al.*, 2012), mas essa alta taxa também não foi observada na amostra investigada, na medida em que a maioria das mulheres (90,6%) não consomem nenhum tipo de bebida alcoólica, conforme demonstrado na tabela 2,

Tabela 2. Frequência de consumo de álcool por mulheres com SFM participantes de um projeto de extensão

|                    | N  | %     |
|--------------------|----|-------|
| Consome álcool     | 3  | 9,4%  |
| Não consome álcool | 29 | 90,6% |
| Total              | 32 | 100%  |

Sobre o consumo de álcool, apesar de existirem evidências recentes que sugerem uma possível redução da gravidade nos sintomas da fibromialgia a partir do consumo baixo e moderado por parte de pacientes com esse diagnóstico (KIM *et al.*, 2013; BOISSONEAULT *et al.*, 2016), outras pesquisas apontam para o fato de que o hábito de consumir bebidas alcoólicas contribui para o sobrepeso (MARTINEZ; BEVILACQUA; SACOMAN, 2015). Arrisca-se a afirmar que a quantidade baixa de participantes que consomem álcool, conforme a tabela 2, pode ser um fator importante para o desenvolvimento de hábitos de vida mais saudáveis, como será discutido com os dados da Tabela 3, a seguir.

Tabela 3. Frequência de prática de atividade física por mulheres com SFM participantes de um projeto de extensão

|                                        | N  | %     |
|----------------------------------------|----|-------|
| Realiza algum tipo de atividade física | 13 | 40,6% |
| Não realiza nenhum tipo de atividade   | 19 | 59,4% |
| Total                                  | 32 | 100%  |

Alguns achados sugerem que pacientes com SFM, por apresentarem dores musculares difusas, rigidez e fadiga, além do sobrepeso, optam por não praticar exercícios físicos e com isso prejudicam a saúde (ZANETTI *et al.*, 2015). Consideramos que esse dado merece atenção em no nosso estudo, pois a maioria (59,4%) das mulheres que responderam ao questionário não realiza nenhum tipo de atividade física e não tem nenhuma atividade formal, sendo a prática de atividades físicas um dos fatores determinantes para a promoção de saúde e melhoria da qualidade de vida em mulheres com SFM (ZANETTI *et al.*, 2015).

Da mesma forma, a maior parte das participantes do projeto não está atuando no mercado de trabalho, seja formal ou não (tabela 4), sendo esse resultado um possível reflexo da redução do nível de funcionalidade diária decorrente dos sintomas da SFM.

Tabela 4. Frequência do tipo de ocupação de mulheres com SFM de um projeto de extensão

|                                    | N  | %     |
|------------------------------------|----|-------|
| Mercado formal (carteira assinada) | 2  | 6,3%  |
| Mercado informal                   | 6  | 18,8% |
| Aposentada                         | 12 | 37,5% |
| Beneficiárias do INSS              | 5  | 15,6% |
| Do lar                             | 7  | 21,9% |
| Total                              | 32 | 100%  |

Outro aspecto investigado refere-se à prática de tratamento fisioterapêutico. Os resultados apontam que apenas metade das mulheres realizam atividades nesta área, conforme a tabela 5:

Tabela 5. Frequência de mulheres com SMF participantes de um projeto de extensão que realizam Fisioterapia

| FISIOTERAPIA             | N  | %    |
|--------------------------|----|------|
| Realiza Fisioterapia     | 16 | 50%  |
| Não realiza Fisioterapia | 16 | 50%  |
| Total                    | 32 | 100% |

É reconhecido que a atividade física é fundamental no tratamento da SFM, contribuindo para o aumento da força muscular e maior resistência física, mas, muitas vezes, os diversos sintomas associados ao diagnóstico acabam criando barreiras para a realização das mesmas (CARDOSO *et al.*, 2011; ZANETTI *et al.*, 2015).

Essa informação pode ser exemplificada através dos dados do estudo de Cardoso *et al.* (2011), em que mulheres fibromiálgicas, quando comparadas com mulheres consideradas saudáveis da mesma idade e IMC (Índice de Massa Corporal), demonstraram redução na força muscular tanto nos membros superiores quanto nos inferiores. Essa redução na força muscular, acaba gerando menor resistência ao exercício e menos propensão para realização dos mesmos.

Desse modo, promove-se um ciclo vicioso em que os músculos descondicionados passam a estar mais propensos à ocorrência de lesões durante a execução de atividades e que, por sua vez, agravam ainda mais o quadro de dor e sedentarismo (CARDOSO *et al.*, 2011; ARAÚJO *et al.*, 2015).

Visando quebrar esse ciclo, no Projeto de Extensão Interdisciplinar investigado, dentre as diversas práticas em saúde realizadas, as atividades com exercícios físicos se referem à prática de hidroterapia duas vezes na semana. De acordo com Oliveira *et al.* (2015), tal prática é considerada um dos recursos com melhores resultados para as pessoas com SFM, sendo mais eficaz que outras modalidades de tratamento, pois reduz a dor, melhora o quadro depressivo, reduz a fadiga muscular, entre outros (OLIVEIRA *et al.*, 2015). Assim, ressalta-se a importância do projeto em promover a prática de atividades físicas regulares para esta população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados encontrados demonstram que no grupo há a prevalência de mulheres de meia idade, que não consomem bebidas alcoólicas e nem possuem o hábito de fumar, sendo esses dois pontos positivos na amostra encontrada. Porém os dados relativos à ocupação, prática de atividades físicas e realização de tratamento fisioterapêutico, demonstram que a maior parte das participantes que entram no Projeto de Extensão não possuem o hábito de se exercitarem ou se movimentarem.

Tais dados são relevantes, pois como discutido anteriormente, os hábitos de vida das mulheres com Síndrome de Fibromialgia atuam como consequência e condição para a sintomatologia da SFM. As dores e todos os outros sintomas acabam por promover maiores dificuldades dessas pessoas para realizarem atividades e isso promove um enfraquecimento e menor resistência à dor e ao exercício nessa população.

Conforme destacado por Lorena e Sobrinho (2015), a adoção de estratégias de educação em saúde, voltadas para a promoção do autocuidado podem ser empregadas nesse sentido. Por meio da solidariedade, da humanização e da corresponsabilidade, que correspondem a valores fundantes da política nacional de promoção da saúde, pode-se promover uma maior qualidade de vida para mulheres com SFM.

Neste sentido, a cronicidade do quadro de SFM, a ampliação de políticas que busquem promover o desenvolvimento de práticas em nível primário, na atenção básica, voltadas a condições de maior acometimento feminino, corroboram e justificam a relevância de um trabalho interdisciplinar voltado para mulheres. Além disso, a utilização do conceito positivo de saúde como ferramenta da promoção de bem-estar e diminuição das queixas contribui para a melhoria das condições de vida destas participantes.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. O. N. *et al.* Nível de atividade física habitual e qualidade de vida de mulheres com Fibromialgia. **Saúde.com**, [s.i.], v.11, n. 1, p.48-58, jan-mar. 2015.
- BOISSONEAULT, J. *et al.* Low-to-Moderate Alcohol Consumption is Associated With Hippocampal Volume in Fibromyalgia and Insomnia. **Behavioral Sleep Medicine**, [s.i.], p.1-13, 4 maio 2016.
- BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. **Políticas Públicas para as Mulheres**. Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, Paraná: Editora do Ministério da Justiça e Cidadania, 2012. Disponível em: < [http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2012/politicas\\_publicas\\_mulheres](http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2012/politicas_publicas_mulheres)>. Acessado em: 12 jul. 2017.
- CARDOSO, F. S. *et al.* Avaliação da qualidade de vida, força muscular e capacidade funcional em mulheres com fibromialgia. **Revista Brasileira de Reumatologia**, São Paulo, v. 51, n. 4, p.344-350, jun-ago. 2011.
- CIPRIANI, C. *et al.* Perfil Nutricional de mulheres com Síndrome de Fibromialgia participantes de um programa de assistência interdisciplinar. **Cataventos**, Cruz Alta, v. 8, n. 1, p.332-348, jan. 2016.
- DITRE, J. W. *et al.* Relations between pain-related anxiety, tobacco dependence, and barriers to quitting among a community-based sample of daily smokers. **Addictive Behaviors**, [s.i.], v. 42, p.130-135, mar. 2015.
- FÁVERO, L. P. *et al.* **Métodos Quantitativos com Stata**: Procedimentos, Rotinas e Análise de Resultados. Rio de Janeiro: Campus-elsevier, 2015.
- GOREN, A. *et al.* Prevalence of pain awareness, treatment, and associated health outcomes across different conditions in Brazil. **Revista Dor**, [s.i.], v. 13, n. 4, p.308-319, dez. 2012.
- KIM, C. H. *et al.* Association between alcohol consumption and symptom severity and quality of life in patients with fibromyalgia. **Arthritis Research & Therapy**, [s.i.], v. 15, n. 2, p.1-8, 2013.
- LORENA, S. B.; LORENA SOBRINHO, O. E. Programa de Autocuidado físico apoiado: proposta de educação popular em saúde para pacientes com Fibromialgia. **Revista de Aps**, Juiz de Fora, v. 18, n. 4, p.483-491, out. 2015.
- MARQUES, A. P. *et al.* A prevalência de fibromialgia: atualização da revisão de literatura. **Revista Brasileira de Reumatologia**, [s.i.], p.1-8, dez. 2016.
- MARTINEZ, J. E.; BEVILACQUA, J. M.; SACOMAN, D. L. B. Influência do tipo de alimentação na evolução dos sintomas apresentados em pacientes com fibromialgia. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**. Sorocaba, v. 17, n. 2, p. 69-72, jun. 2015.
- OLIVEIRA, C. A. *et al.* A Eficácia da Hidroterapia na redução da sintomatologia dos pacientes com Fibromialgia. **Revista Faculdade Montes Belos**, Montes Belos, v. 8, n. 3, p.2-18, jun. 2015.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- SHIRI, R. *et al.* The Association between Smoking and Low Back Pain: A Meta-analysis. **The American Journal Of Medicine**, [s.i.], v. 123, n. 1, p.7-35, jan. 2010.
- WEINGARTEN, T. N. *et al.* An assessment of the association between smoking status, pain intensity, and functional interference in patients with chronic pain. **Pain Physician**, [s.i.], v. 5, n. 11, p.643-653, set. 2008.
- WEINGARTEN, T. N. *et al.* Impact of Tobacco Use in Patients Presenting to a Multidisciplinary Outpatient Treatment Program for Fibromyalgia. **The Clinical Journal Of Pain**, [s.i.], v. 25, n. 1, p.39-43, jan. 2009.

.....

WOLFE, F. *et al.* The American College of Rheumatology Preliminary Diagnostic Criteria for Fibromyalgia and Measurement of Symptom Severity. **Arthritis Care & Research**. v. 62, n. 5, may 2010, pp 600 – 610.

WOLFE, F. The Status of Fibromyalgia Criteria. **Arthritis & Rheumatology**, v. 67, n. 2, p.330-333, 28 jan. 2015.

**Apoio financeiro:** UNIVALI - Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura; Governo do Estado de Santa Catarina - Programa de Bolsas do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES – Artigo 171 Extensão.



# VER-SUS COMO ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SUS

HELOISA BEATRIZ MACHADO<sup>209</sup> | LARA HELENA DA SILVA MELLO  
LARISSA CAROLINE DOS SANTOS | LAURA LIKA IOSHII | LUANA MACELANI

## INTRODUÇÃO

A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) começou no início da década de 1990, após criação da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990). Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado. Também aborda as condições para promover, proteger e recuperar a saúde, além da organização e o funcionamento dos serviços também relacionados à saúde. A partir desta lei, observamos que algumas das atribuições do SUS são: assistência terapêutica integral; assistência farmacêutica; controle e fiscalização de alimentos, água e bebidas, garantindo orientação familiar; participação na preparação de recursos humanos; acompanhamento da saúde do trabalhador; vigilância epidemiológica; vigilância nutricional e vigilância sanitária (BRASIL, 2001a).

A partir da criação da Lei nº 8.080 foram propostas duas políticas públicas: Aprender SUS e Ver-SUS. Com o Aprender SUS, o Ministério da Saúde pretendia dar mais um passo essencial na construção de relações de cooperação entre o sistema de saúde e as instituições de educação superior. O aprender SUS tem como princípio a educação permanente em saúde como estratégia de gestão e integralidade para a transformação das práticas profissionais. A educação dos profissionais orientada para a integralidade da atenção, certamente, contribuirá para o processo de mudanças da sociedade, através do controle social (ACIOLE, 2004) e na maior identificação dos estudantes com a gestão e com os usuários das ações ofertadas nos serviços de saúde.

Já o Ver-SUS (Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde) é um projeto estratégico do Ministério da Saúde em parceria com a Rede Unida que acontece desde 2002, com foco na formação de trabalhadores para o SUS. Os estágios e vivências são importantes movimentos que permitem aos participantes experimentarem um novo espaço de aprendizagem no próprio ambiente de trabalho das organizações e serviços de saúde, possibilitando a formação de profissionais comprometidos ética e politicamente com as necessidades de saúde da população (BRASIL, 2015).

O VER-SUS, entre outros papéis, estimula a organização social e política dos estudantes. Tal constatação nos remete ao pensamento de que o indivíduo se organiza quando percebe que sua ação individual se identifica com a de outros indivíduos. (CANÔNICO; BRÊTASII, 2008).

Para alguns estudantes, a vivência é uma alternativa adequada e capaz de angariar resultados satisfatórios na formação para o SUS, por meio das críticas e discussões a respeito da relação ensino-serviço, ainda na graduação. Esta visão traria contentamento e satisfação para o graduando estimulando-o a ser mais participativo nas decisões educacionais de sua universidade e predispondo-o a atuar em defesa do SUS (CANÔNICO; BRÊTAS, 2008).

O Objetivo da pesquisa é descrever e avaliar, através de uma revisão da literatura, o VER-SUS como um modelo integrativo e funcional de política pública., os objetivos específicos são: descrever a história do VER-SUS; relatar as experiências vivenciadas no VER-SUS; avaliar o VER-SUS como política pública.

<sup>209</sup> Possui Graduação em Curso de Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina e Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor titular da Universidade do Vale do Itajaí, Coordenadora do Curso de Graduação em Enfermagem. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Administração Em Enfermagem Em Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: epidemiologia, enfrentamento, estressores, diagnóstico de saúde e ensino; extensão; família.

## 1 METODOLOGIA

### 1.1 TIPO DE ESTUDO

Este trata-se de um estudo de revisão, com método de análise quantitativa.

Adotou-se a revisão da literatura, uma vez que ela permite identificar a quantidade de estudos publicados em base de dados, visando a compreensão de determinado tema, a partir de outros estudos independentes, dando suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica. É relevante para a enfermagem, pois existe a dificuldade para realizar a análise crítica dos estudos e por muitas vezes os profissionais não têm tempo para realizar a leitura de todo o conhecimento científico disponível devido ao alto volume de publicações (POLIT; BECK, 2010).

### 1.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Foi realizado um levantamento dos periódicos disponíveis na internet por meio dos bancos de dados da SCIELO, BDENF, LILACS e MEDLINE, os quais são anexados à BIREME bem como nas plataformas oficiais do Governo. Foram utilizados os seguintes descritores: Políticas de Educação, Recursos Humanos em Saúde, Sistema Único de Saúde, Ver-SUS. Ressalta-se que todos estão disponíveis no Decs – descritores de assunto para a área da saúde.

A operacionalização desta pesquisa se deu em três momentos distintos, procurando seguir as quatro etapas de organização e análise dos materiais bibliográficos propostos por Gil (2008), a saber: leitura exploratória, leitura seletiva, leitura analítica e leitura interpretativa. Para o autor, no primeiro momento ocorre o levantamento das informações; no segundo momento a organização e categorização dessas informações e no terceiro momento a categorização, seguindo-se para a análise final.

No momento de levantamento das informações ocorreu o levantamento das publicações, a partir de uma leitura exploratória a respeito do tema, confrontando os critérios de exclusão e inclusão para a classificação inicial dos artigos. A leitura inicial ocorreu a partir dos resumos disponíveis.

Para a leitura seletiva foram adotados os critérios de inclusão dos artigos, definidos como: artigos publicados em português, disponibilizados online e na íntegra, possibilitando a descrição detalhada dos seus resultados, relação direta com a temática avaliada a partir da leitura do resumo e da leitura flutuante do artigo. Foram excluídos da pesquisa os artigos que não contemplarem os critérios acima estabelecidos.

Para a organização e categorização dos resultados, os artigos passaram por uma leitura analítica. A finalidade da leitura analítica, conforme Gil (2008) é de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que possibilitem a obtenção de respostas para a pesquisa e o alcance dos objetivos propostos.

Diante disso, inicialmente realizou-se a leitura integral das publicações obtendo o conhecimento do todo. Em seguida foi elaborado o fichamento de todas as publicações cujos dados foram registrados em um instrumento elaborado para a coleta de dados. Os artigos foram identificados por números arábicos e sequenciais, no formato artigo 1, artigo 2 e assim sucessivamente, conforme a ordem em que foram encontrados.

Durante a análise final, foi realizada a leitura interpretativa a partir de objetivos que norteiam esta pesquisa, para então construir e processar ideias encontradas sobre o tema, visando à compreensão do significado e importância de cada um dos aspectos abordados.

### 1.3 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

As publicações selecionadas foram analisadas e classificadas em consonância com os objetivos propostos pela pesquisa no que se refere ao levantamento das produções científicas com o objetivo descrever e avaliar através de uma revisão da literatura o VER-SUS como um modelo integrativo e funcional de política pública.

### 1.4 ASPECTOS ÉTICOS

Embora se trate de uma pesquisa documental, os pesquisadores se comprometem a respeitar as ideias dos autores pesquisados, cumprindo assim, as normas estabelecidas pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

## 2 VIVÊNCIAS E ESTÁGIOS NA REALIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - VER-SUS

A pesquisa realizada nas bases de dados citadas anteriormente possibilitou a confecção do quadro a seguir, que mostra a quantidade de artigos encontrada em cada base de dados, separadas por palavras-chave.

Quadro 01 – Distribuição dos artigos segundo a base de dados e palavras-chave consultadas

| BASE DE DADOS                   | PALAVRAS CHAVE         | NÚMERO DE ARTIGOS |
|---------------------------------|------------------------|-------------------|
| SCIELO                          | VerSUS                 | 7.360             |
|                                 | Políticas de Educação  | 3.176             |
|                                 | Sistema Único de Saúde | 3.466             |
|                                 | Recursos Humanos       | 1.275             |
| LILACS                          | VerSUS                 | 6                 |
|                                 | Políticas de Educação  | 108               |
|                                 | Sistema Único de Saúde | 358               |
|                                 | Recursos Humanos       | 12                |
| MEDLINE                         | VerSUS                 | 4.118             |
|                                 | Políticas de Educação  | 18                |
|                                 | Sistema Único de Saúde | 49                |
|                                 | Recursos Humanos       | 379               |
| BIREME                          | VerSUS                 | 270.809           |
|                                 | Políticas de Educação  | 12.374            |
|                                 | Sistema Único de Saúde | 14.473            |
|                                 | Recursos Humanos       | 83.117            |
| PLATAFORMAS OFICIAIS DO GOVERNO | VerSUS                 | 1.691             |
|                                 | Políticas de Educação  | 84                |
|                                 | Sistema Único de Saúde | 5.801             |
|                                 | Recursos Humanos       | 310               |

A leitura exaustiva e interpretativa do material bibliográfico permitiu reduzir para 13 artigos no período de 2002-2016, dos quais foram extraídas as categorias qualitativas do estudo. Buscou-se também documentos oficiais do Ministério da Saúde, incluindo legislação a respeito, totalizando 15 documentos completos. Esta restrição deu-se em função do curto tempo para o desenvolvimento da Atividade Interdisciplinar do Curso de Enfermagem e, também pelo fato de ser o primeiro trabalho acadêmico para os alunos do 1º período.

A análise interpretativa dos documentos e artigos possibilitou estabelecer as quatro categorias qualitativas apresentadas a seguir e que serão discutidas teoricamente. As categorias descritas no estudo, estão demonstradas no quadro 02.

Quadro 02 – Categorias de análise sobre o Ver-SUS

| CATEGORIAS ENCONTRADAS NOS ARTIGOS | QUANTIDADE DE ARTIGOS |
|------------------------------------|-----------------------|
| Raízes do Programa                 | 13                    |
| Concepções                         | 11                    |
| Experiências                       | 6                     |
| Versus como política pública       | 3                     |

## 2.1 RAÍZES DO PROGRAMA

Criado na Constituição de 1988 e regulamentado pelas leis nº 8.080/90 e 8.142/90, o Sistema Único de Saúde (SUS), procura garantir para a população brasileira acesso a saúde gratuita e de qualidade, visando minimizar as diferenças de assistência de saúde até então existentes no Brasil. A primeira lei (8.080/90) “regula, em todo o território Nacional, as ações e serviços de saúde, executados por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado”. A segunda lei (8.142/90) contempla a participação da população nas decisões do sistema, bem como, as questões de recursos financeiros intergovernamentais na área da saúde (CANÔNICO; BRÊTAS, 2008).

Na área de ensino superior, apesar de grande parte dos conteúdos e principalmente das práticas utilizarem equipamentos de saúde do SUS, os docentes e discentes se utilizam do sistema público para formar profissionais para o setor privado, demonstrando falta de comprometimento ético com os usuários e também com o SUS. O sistema de saúde precisa de profissionais preparados e competentes, que tenham comprometimento para atuar na área de saúde pública (CANÔNICO; BRÊTAS, 2008).

Canônico e Brêtas (2008) relatam que buscando minimizar o problema descrito, o Ministério da Saúde criou em 2002, os programas de saúde pública EducarSUS e VER-SUS, com o objetivo de aproximar os estudantes de projetos que procuram estabelecer uma política de educação para futuros profissionais do SUS.

O EducarSUS foi criado com a finalidade de capacitar profissionais de saúde, utilizar práticas de educação na área da saúde, discutir uma formação de qualidade para o SUS, bem como, estimular a mudança curricular na especialização dos cursos na área da saúde. Já o Ver-SUS tem a finalidade de proporcionar oportunidade a diversos estudantes, não somente da área da saúde, de vivenciar as conquistas e desafios intrínsecos ao SUS e aprofundar discussões sobre gestão, educação, controle social, trabalho em equipe e atenção à saúde, gerando debates importantes sobre os movimentos sociais e principalmente, sobre o movimento estudantil (CANÔNICO; BRÊTAS, 2008).

A realização dos Estágios de Vivência não é novidade no campo da saúde; sua história é antiga e já contou com inúmeras experiências. Em 2002 surgiu a proposta de Vivência e Estágios na Realidade

do Sistema Único de Saúde (Ver-SUS), que teve como versão piloto a vivência no Estado do Rio Grande do Sul pela ampliação do seu projeto antecessor, o projeto Escola de Verão. A ideia foi utilizar os tradicionais períodos de férias letivas universitárias para a realização sistemática das Vivências e Estágios (BRASIL, PORTAL DA SAÚDE, 2015).

O Ver-SUS/RS se iniciou com um projeto piloto que aconteceu de 01 a 19 de julho de 2002, nas 19 Coordenadorias Regionais (CRS) de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (SES/RS). Contemplou a participação de 16 profissões da saúde, envolveu aproximadamente 200 estudantes e foi organizado pelo NETESC - Núcleo Estudantil de Trabalhos em Saúde Coletiva com apoio da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul - ESP/RS, sendo posteriormente ampliada para outros estados brasileiros (BRASIL, PORTAL DA SAÚDE, 2015).

Este projeto pretende qualificar os futuros profissionais do SUS comprometidos eticamente com seus princípios e diretrizes. Permite ao estudante experimentar um novo espaço de aprendizagem, realizando estágios de vivência para que tenham a oportunidade de experienciar a realidade do SUS e assim, qualificar-se para a atuação no sistema de saúde (Ibidem).

O Movimento Estudantil tem sido protagonista e articulado em diferentes frentes de trabalho para que as escolas possam formar profissionais conectados com as necessidades de saúde da população, com a realidade do SUS e com as reivindicações sociais, sem perder o foco na promoção, prevenção e atenção primária pela saúde comunitária. Através destas estratégias, houve uma aproximação dos estudantes com as diferentes instâncias do SUS e do Ministério da Saúde. A inserção dos estudantes dentro da realidade do SUS proporcionou a integração dos futuros profissionais com a realidade do sistema de saúde, permitindo conhecer e viver suas limitações e desafios (CECCIM; BILIBIO, 2002; BRASIL, 2003).

O projeto do VER-SUS Brasil iniciou em 2003, com a criação do Decreto Nº 4.726, de 9 de junho de 2003, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES). Dentro da estrutura do SGTES foi constituído o Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES) que coordenou esses programas. O VER-SUS ganhou novo impulso e projeção nacional com o Projeto de Vivências e Estágios na Realidade do SUS, o qual estava contemplado nas estratégias de apoio e dinamização da educação permanente em saúde do DEGES, levando a 1.200 estudantes a oportunidade de estabelecer contato com 60 Secretarias Municipais de Saúde ao longo do ano de 2004 (BRASIL, 2004a ; BRASIL, 2004b; BRASIL, 2004c ; BRASIL 2005b).

Entre janeiro e fevereiro de 2004 foi constituído um projeto-piloto envolvendo 10 cidades em todo o país. Cada cidade recebeu até 10 estudantes. Inicialmente participaram deste projeto estudantes que faziam parte do Movimento Estudantil com o objetivo de capacitação de um grupo de estudantes que seriam facilitadores no processo de disseminação desta prática em todo o Brasil. Neste mesmo período a Bahia também organizou um projeto para 22 estudantes em Vitória da Conquista (COLEÇÃO VER-SUS BRASIL, 2013).

O primeiro projeto nacional do VER-SUS Brasil foi realizado no período de janeiro a fevereiro de 2004 e contou com a participação de 19 estados do país, onde 1067 (dos mais de 5.000 inscritos) estudantes realizaram vivências baseadas em diversas realidades de saúde regionais. Participaram estudantes de 16 cursos da saúde, além de 4 estudantes de outros cursos que não são da área; ao todo 72,7% de estudantes oriundos de instituições públicas e 27,3% de instituições privadas (COLEÇÃO VER-SUS BRASIL, 2013).

Em 2005 houve a segunda edição do VER-SUS/BRASIL, entre os meses de julho a setembro de 2005 envolvendo 10 cidades, porém agora com uma proporção maior contando com a participação de 251 estudantes (Ibidem).



Em 2006, foi organizado o VER-SUS Extensão (Estágios Rurais Inter Profissionais no SUS e Vivências em Educação Popular no SUS) com seleção de parceria por edital. Contudo, o formato proposto já não era o original e muito da metodologia inicial se perdeu (COLEÇÃO VER-SUS BRASIL, 2013).

Em 2007, institucionalizando esse conjunto de mudanças que ocorreram, foi publicada a Portaria GM/MS 1.996 que institui novas regras para a Educação Permanente, os Grupos Regionais e as Comissões de Integração Ensino e Serviço. (BRASIL, 2007)

Em meados de 2011 foi organizado o novo Projeto VER-SUS Brasil com a rede de parceiros do Ministério da Saúde. O projeto VER-SUS Brasil, retomado em 2012, configurou-se a partir da parceria entre o Ministério da Saúde, Rede UNIDA, Rede Governo Colaborativo em Saúde, CONASS, CONASEMS e UNE (BRASIL, 2015).

No período de janeiro/fevereiro de 2012 ocorreu a 1ª edição do projeto como uma experiência-piloto que mobilizou mais de 4300 estudantes, 9 estados e 70 municípios. De fato, participaram dessa experiência 915 estudantes. Na 2ª edição ocorrida entre julho e agosto de 2012, participaram efetivamente 1640 estudantes de 11 estados e 114 municípios (COLEÇÃO VER-SUS BRASIL, 2013).

Atualmente, o VER-SUS já ocorreu em 21 estados (AM, PA, TO, MS, MT, GO, SP, MG, RJ, PI, MA, CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PR, SC, RS) e no Distrito Federal, envolvendo mais de 450 municípios e 10 mil participantes, entre viventes e facilitadores. A participação no programa ocorre por meio de chamadas públicas que devem ser acompanhadas através do site oficial do VER-SUS BRASIL. (BRUFATTO, 2014).

## 2.2 CONCEPÇÕES

Vivência e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS) é um projeto estratégico criado pelo Ministério da Saúde com objetivo de formar e estimular a formação de trabalhadores para o Sistema Único de Saúde (SUS), comprometidos eticamente com os princípios e diretrizes do sistema e que se percebam como agentes transformadores da realidade. Este projeto ocorre em diversos locais do país e tem grande protagonismo estudantil (BRASIL, 2005b).

O VER-SUS proporciona uma experiência de imersão total na realidade do sistema de saúde de um determinado território, sendo estruturado a partir de oficinas, seminários, debates, experiências e vivências, pensadas de modo a permitir a aproximação e interação dos estudantes universitários nestes cotidianos. Através do VER-SUS os universitários sentem na prática os primordiais desafios e potencialidades do sistema. O mesmo é apresentado como agente transformador, gerando impactos também nos serviços de saúde através das trocas realizadas durante as vivências que buscam trabalhar as principais necessidades da atual conjuntura do país (BRUFATTO, 2014).

Novos estudantes são selecionados a cada temporada para participar das vivências que duram em torno de dez dias. Durante este período, os universitários convivem com colegas das mais diversas formações, enriquecendo assim, seu aprendizado. No decorrer da realização, percorrem diversas instâncias, instituições e organizações que trabalham no Sistema Único de Saúde (SUS), como hospitais, centros de atenção psicossocial (CAPS), unidades básicas de saúde, unidades básicas de saúde da família, secretarias de saúde, conselhos municipais de saúde, além de comunidades locais, movimentos sociais e universidades; ampliando o olhar para iniciativas que valorizam os usuários em variados aspectos, acompanhando processos de gestão, participação social e educação na saúde (BRASIL, 2015).

Podem participar do VER-SUS estudantes de graduação em geral, estudantes de ensino técnico e residentes na área da saúde, além de integrantes de movimentos sociais que estejam interessados em conhecer mais sobre o SUS. A participação pode ocorrer de três formas, que são: como viventes, como facilitadores e como participantes da comissão organizadora (BRASIL, 2015).

Os viventes são os participantes selecionados para realizar a vivência: estudantes de graduação, residentes na área da saúde, estudantes de ensino técnico também na área da saúde e integrantes dos movimentos sociais. Há também os responsáveis por contribuir na problematização das vivências com o grupo e que devem acolher e encaminhar as demandas surgidas durante a vivência; esses são conhecidos por facilitadores. Já a comissão organizadora é uma comissão formada por variados atores; podem ser os mesmos estudantes, gestores, trabalhadores, professores, movimentos sociais, entre outros (MARANHÃO, 2013).

Este projeto nitidamente forma melhores profissionais a partir da reflexão e experiência proporcionada, não se limitando apenas aos profissionais da saúde, abrangendo assim, todos que desejam adquirir tal conhecimento e vivenciar esta experiência. Mas particularmente na área da saúde agrega valor à formação pela aproximação teórico-prática e oportunidade de vivenciar de modo diferente aos dos estágios curriculares, a realidade do sistema de saúde loco-regional, cuja estrutura e princípios operativos e organizacionais replicam a estrutura nacional. (TORRES, 2013).

### 2.3 EXPERIÊNCIAS NO VER-SUS

Conforme a pesquisa bibliográfica realizada foi encontrado o relato de uma estudante. Nayanna Ferreira foi selecionada para seis vivências, escolhendo Uberaba e Brasília. A estudante descreve esta experiência como:

“diferente de tudo que já tinha vivenciado na Universidade e facilitadora para sua aprendizagem sobre o SUS”

Para ela, as vivências proporcionaram a sensação de que era hora de colocar em prática tudo que a universidade já havia oferecido.

“Foi gratificante aprender, mas também ensinar um pouco de tudo aquilo que eu já sabia. Por diversas vezes, me posicionava no lugar daquele trabalhador e perguntava: e se fosse eu?”

Por esse motivo, a aluna convidou alguns colegas da UFG e de outras universidades, que aguardavam o lançamento do novo edital do Programa VER-SUS, para concorrer com a proposta de realizar uma edição do projeto na Estrada de Ferro em Catalão, almejando apresentar e fortalecer o SUS em sua região (QUCIROX, 2016).

Para a mesma, o VER-SUS apresentou um SUS que ela já conhecia há mais de 26 anos como usuária e também como futura trabalhadora, observando:

“Possibilitou-me observar a relevância do controle e da participação social e a importância deste conhecimento extra universidade para formação”.

A estudante acredita que o maior aprendizado das imersões foi conhecer a importância do trabalho em equipe e relata:

“Tive a oportunidade de conviver com estudantes de diversos cursos, professores, trabalhadores e movimentos sociais, todos com o mesmo objetivo, de lutar pelo SUS, que passa por constantes ameaças midiáticas”

Para ela, o momento é de engajamento, não mais pela conquista da saúde como direito, mas pela sua permanência. E este engajamento é de todos, mas principalmente dos estudantes. Segundo Qucirox (2016) a experiência mais marcante para a estudante foi quando ela ouviu o relato de uma trabalhadora em Uberaba, com mais de 20 anos de serviço, que relatou que o amor era o que a motivava. Ela relembra e descreve esta cena como:

“Eu tive a certeza que estava no local certo, na hora certa e com a profissional certa para reviver os meus sonhos de caloura, de ser uma enfermeira humanizada, que saiba gerenciar e que nunca se esqueça de que a essência do trabalho na saúde é o cuidado e o amor”.

## 2.4 O VER-SUS COMO POLÍTICA PÚBLICA

As políticas públicas constituem um conjunto de programas e atividades desenvolvidas pelo Poder Público e são amparadas pela Constituição Federal, pois asseguram os direitos do cidadão (DIAS; MATOS, 2012). A política pública faz uma conexão entre Estado, política, economia e sociedade, visando o bem maior (SOUZA, 2006).

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos nacionais, estaduais ou municipais, cujo objetivo é promover o bem-estar da sociedade em áreas da saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, contemplando a qualidade de vida como um todo. Os programas decorrentes de políticas públicas são custeados pelo patrimônio público (DIAS; MATOS, 2012).

O VER-SUS é uma política do Governo Federal, ou seja, uma política pública proposta pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, em parceria com as Executivas Nacionais de Estudantes dos Cursos da Área da Saúde (COLEÇÃO VER-SUS BRASIL, 2013). Segue alguns princípios que regem a dinâmica do SUS e está inserido no contexto das Leis Federais nº 8080/90 e 8.142/90, que regem o sistema de saúde no país.

O SUS é uma nova reformulação política e organizacional para a estrutura dos serviços e ações de saúde estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e é regulamentado por duas Leis Orgânicas: a Lei nº 8.080/90 que traz um rol de princípios, objetivos e garantias inerentes à efetivação da saúde, garantindo assim a aplicação do direito fundamental de proteção à saúde, bem como *“a ordenação da formação em saúde como sua prerrogativa”* e a Lei nº 8.142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, por isso, entendido aqui como uma política social, que por sua complexidade necessita de outras políticas para o êxito de sua implantação, assim como, o VER-SUS, que irá contribuir com a formação de recursos humanos para o SUS (BRASIL, 2001a, BRASIL, 2001b, BRASIL, 2005).

O Sistema Único de Saúde – SUS cumpre o seu objetivo de prestar atendimento de saúde pública à sociedade a partir da verba pública nele aplicada. Devido aos seus princípios organizativos em todo país, está sob a responsabilidade do governo federal, estadual e municipal; é “único”, pois tem a mesma doutrina de atuação em todo o território nacional e a organização se dá através da mesma sistemática. Possui um conjunto de unidades, serviços e ações que possibilitam um fim comum, ou seja, as atividades de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, bem como, o ordenamento para a formação de recursos humanos para o SUS (BRASIL, 2005a).

Atendendo ao Artigo 200, Inciso III da Constituição Federal, relativo à atribuição do Sistema Único de Saúde (SUS) em ordenar a formação de recursos humanos para o setor, o Ministério da Saúde formulou uma política de educação e desenvolvimento como eixo estratégico de gestão (BRASIL, 2005a).

Por meio da criação da Secretaria da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) implementou-se uma política que propicia a efetiva aproximação entre o sistema de saúde e o sistema de ensino para estimular e promover a educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS. A política nacional de educação e desenvolvimento no SUS foi identificada pelo designativo EducarSUS, abrangendo Educação Superior, Técnica e Popular. Em consonância com estes princípios, coube ao Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES) articular ações, estratégias e programas de

formação e desenvolvimento e de interação intersetorial e de integração entre o ensino e o serviço de saúde. (BRASIL, 2015).

Em 2004, os Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC) lançaram o “AprenderSUS: O SUS e os Cursos de Graduação da Área da Saúde” como um conjunto de estratégias para viabilizar e fortalecer a relação de cooperação entre Instituições de Educação Superior (IES) e Sistema de Saúde nos âmbitos do ensino, produção de conhecimentos, prestação de serviços e cooperação interinstitucional (BRASIL, 2004). Para tanto, foram propostas várias estratégias com o objetivo de apoiar e fomentar o engajamento de diferentes atores em diferentes possibilidades de articulação, conhecimento recíproco e experimentação de estratégias inovadoras, tais como:

- construção conjunta (MEC e MS) dos critérios e instrumentos de avaliação dos cursos de graduação na área da saúde;
- mobilização e incentivo ao Fórum Nacional de Educação das Profissões da Saúde para ação conjunta das associações de ensino, pela adoção da integralidade como eixo da formação em saúde, pelo fortalecimento dos processos de mudança na graduação e pela implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- organização de um curso de formação de “ativadores” de processos de mudanças na graduação das profissões da saúde para a mobilização e o fortalecimento de processos de reorientação da graduação, tendo em vista a integralidade da saúde, o trabalho em equipe e a apropriação do sistema de saúde vigente no país;
- construção da aproximação com o movimento estudantil na área da saúde para a montagem de vivências e estágios na realidade do SUS, com o objetivo de proporcionar aos estudantes experiências de familiarização com o sistema de saúde desde a sua gestão (fatores de estrutura, condução, avaliação e controle social).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O VER-SUS foi criado pensando em estimular o meio acadêmico, instigando os estudantes a conhecer, através de vivências reais as necessidades de saúde de sua região, as fragilidades e necessidades para melhorar sua área de formação, para que os estudantes saiam da graduação para o ambiente de trabalho conhecendo o SUS e sabendo das problemáticas e dos desafios encontrados na sua futura área de atuação. A iniciativa do programa de abrir espaço para que outras áreas participem é importante para a troca de conhecimentos e maior entendimento das carências específicas de cada área.

A formação de melhores profissionais e mais preparados para exercer sua função e solucionar problemas encontrados durante sua carreira é de extrema importância para a construção de um Sistema Único de Saúde mais eficaz e comprometido com os usuários, respeitando não só a vida mas as individualidades e dificuldades de cada ser, podendo assim, atuar para modificar a sociedade, baseando-se nos conhecimentos adquiridos na vida acadêmica, como também aquele herdado com a vivência real nas diversas áreas da saúde que o programa oferece.

O VER-SUS integra e contribui sobremaneira para a consolidação da Política Nacional de Educação e Desenvolvimento do SUS, instituída em parceria entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação, como importante política social e educacional, levando à formação de cidadãos críticos e preparados para atuar e defender nosso grande patrimônio social que é o SUS. Daí deriva sua atualidade e importância como política de estímulo a uma formação de qualidade e como estratégia de consolidação do SUS em todo o país.

## REFERÊNCIAS

ACIOLE, G. G. Algumas questões para o debate do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS). **Saúde em Debate**, n. 64, p. 65-79, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestão Municipal de Saúde: leis, normas e portarias atuais**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2001a.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestão Municipal da Saúde: leis, normas e portarias atuais**. Rio de Janeiro, 2001b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Comissão de Representação do Movimento Estudantil da Área da Saúde. Projeto VER-SUS/Brasil: vivência e estágio na realidade do Sistema Único de Saúde do Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, setembro de 2003a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Observatório de recursos humanos em saúde no Brasil: estudos e análises**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003b. 406p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **EducarSUS: notas sobre o desempenho do Departamento de Gestão da Educação na Saúde**, período de janeiro 2003 a janeiro de 2004. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **AprenderSUS: o SUS e os cursos de graduação da área da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Projeto VER-SUS/Brasil: Vivência e Estágio na Realidade do SUS, Relatório de Avaliação do Projeto-Piloto**. Brasília: Ministério da Saúde, abril de 2004b.

BRASIL. Portaria 198 de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política de Educação e Desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde: pólos de educação permanente em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, abril de 2004c.

BRASIL. Decreto Nº 4.726, de 9 de junho de 2003. In: **O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios**. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde 2005a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Documento de Dados da I Edição do VER-SUS/Brasil: Vivência e Estágio na Realidade do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005b.

BRASIL. **Portaria nº 1.996 de 20 de agosto de 2007**. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Projeto VER-SUS/Brasil: vivência e estágio na realidade do SUS**. Brasília, 2015. Disponível em <[www.saude.gov.br/sgtes/versus](http://www.saude.gov.br/sgtes/versus)>. Acesso em 28 mai. 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portal da Saúde On Line. **Você sabe o que é o Ver-SUS?** Brasília, 2015.



BRUFATTO, F. **VER-SUS Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.redegovernocolaborativo.org.br/pastas-antigas/projetos/ver-sus-brasil>>. Acesso em: 9 maio 2017.

CANÔNICO, R. P.; BRÊTAS, A. C. P. Significado do Programa Vivência e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde para formação profissional na área da saúde. **Acta Paul. Enferm**, São Paulo, v. 2, n. 21, p.256-261, fev. 2008.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. **Novos estud.** – **CEBRAP**, São Paulo, n.101, Jan./Mar. 2015

CECCIM, R. B.; BILIBIO, L. F. S. Articulação com o segmento estudantil da área da saúde: uma estratégia de inovação na formação de recursos humanos para o SUS. In: FERLA, A. A.; FAGUNDES, S. M. (orgs). **Tempo de Inovações: a experiência da gestão na saúde do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Da Casa: Escola de Saúde Pública/RS, 2002, 224p.

CECCIM, R. B.; MERHY, E. E. Um agir micropolítico e pedagógico intenso: a humanização entre laços e perspectivas. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu (SP), v. 13. supl. 1, p. 531-542, 2009.

COLEÇÃO VER-SUS BRASIL. **Caderno de textos**. Porto Alegre: Rede Unida, 2013.

DIAS, R.; MATOS, F. Políticas públicas: princípios, propósitos e processo. São Paulo: Atlas, 2012.

FERLA, A. A.; RAMOS, A. S.; LEAL, M. B.; CARVALHO, M. S. (Org.). **VERSUS Brasil: cadernos de textos** [documento eletrônico]. Associação Brasileira da Rede Unida. Porto Alegre: Rede Unida, 2013. 106 p. Coleção VER-SUS, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARANHÃO, T. Vivências e estágios na realidade do Sistema Único de Saúde: um “garimpo” bibliográfico. **Rev. Eletron. Comum. Inov. Saúde** [Internet]. v.7, n.4, 2013. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/529>>. Acesso em: 03 jun.2017.

MARANHÃO, T.; MATOS, I. B. Vivências no Sistema Único de Saúde (SUS) como marcadoras de acontecimento no campo da Saúde Coletiva. **Interface, saúde, comunicação, educação**, Botucatu, v.22, n.64, 2018.

QUCIRIX, A. Regional catalão: estudante relata experiência no VER-SUS. **Jornal da UFG**, Goiânia, a.10, n.77, abr. 2016. Disponível em: <<https://jornalufgonline.ufg.br/n/87365-regional-catalao-estudante-relata-experiencia-no-ver-sus>>. Acesso em: 28 mai.2017.

TORRES, O. M. Os estágios de vivência no Sistema Único de Saúde no Brasil: caracterizando a participação estudantil. **Rev. Eletron. Comum. Inov. Saúde** [Internet]. v.7, n. 4, Dez. 2013. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/571>>. Acesso em: 03 jun.2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.